

A Organização do Território no Sudoeste do *Gharb Al-Andalus*— povoamento rural e paisagens fortificadas na *kura* de Alcácer do Sal

Marta Isabel Caetano Leitão

**Tese de Doutoramento em História,
especialidade de Arqueologia**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Janeiro, 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de Arqueologia,
realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela
Gomes

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação de Doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

A handwritten signature in blue ink that reads "MANTA Isabel Caeetano Lisboa". The signature is written in a cursive style.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2023

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

A handwritten signature in blue ink that reads "Rosa Varella Gomes". The signature is written in a cursive style and is underlined with a single horizontal line.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2023

A todos os alcacerenses

AGRADECIMENTOS

A finalização da tese de doutoramento é a chegada ao fim de uma etapa, onde foram adquiridas novas aprendizagens e conhecimentos que serão importantes para o ingresso na vida profissional. Não obstante, a realização da mesma não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas que foram fundamentais ao longo de todo o processo e para as quais gostaria de deixar o meu profundo agradecimento. Peço desculpa se, eventualmente, me esquecer de alguém.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Doutora Rosa Varela Gomes que me acompanha desde 2013, quando ingressei no Mestrado em Arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pela orientação científica que me deu ao longo destes cinco anos que se desenvolveu a dissertação e por todo o apoio e incentivo que me concedeu para a boa concretização dos trabalhos. A sua partilha de conhecimentos, conselhos e esclarecimento de dúvidas, assim como a paciência nas correcções e revisões do texto, foram essenciais para a realização da tese de doutoramento.

Queria agradecer-lhe, igualmente, pela ajuda que me facultou, quer na condução dos trabalhos de campo e interpretação das estruturas encontradas, quer na classificação dos espólios recolhidos, os quais, muitas vezes, devido ao seu grau de fragmentação, geraram muitas dúvidas quanto à sua morfologia e cronologia. Sem a ajuda da Professora Doutora Rosa Varela Gomes, seria muito difícil a análise das cerâmicas encontradas, por isso deixo-lhe o meu sincero agradecimento pelo apoio e conhecimentos que dividiu comigo sobre os materiais descobertos durante os trabalhos arqueológicos.

Ao Professor e Arquitecto Mário Varela Gomes que, de igual modo, me aconselhou e ajudou na análise das cerâmicas encontradas, sempre que nos reuníamos no Laboratório de Arqueologia da Nova/FSCH.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT que me atribuiu a bolsa de doutoramento (SFRH/BD/117606/2016) e a bolsa excepcional (COVID/BD/151702/2021) para a concretização deste projecto.

À Direcção Geral do Património Cultural - DGPC e Direcção Regional de Cultura do Alentejo - DRCA pela autorização cedida para a realização dos trabalhos arqueológicos.

Ao presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Dr. Vítor Proença, pela ajuda e apoio demonstrados, bem como pela sua confiança e incentivo na minha pessoa, para impulsionar a arqueologia no concelho.

Ao Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, particularmente à Dr.^a Marisol Ferreira, Dr.^a Rita Balona e Dr. António Carvalho, pela disponibilização de fotos, plantas e desenhos das intervenções na cidade, bem como de alguns sítios arqueológicos na sua envolvimento.

À minha mãe, Cidália Leitão, que me acompanhou sempre nos trabalhos de campo desenvolvidos, quer nas prospecções, quer nas escavações arqueológicas, uma vez que sem a sua ajuda teria sido impossível realizar esta investigação.

Ao meu pai, Manuel Leitão, presidente da Cooperativa Agrícola de Casebres, pelo apoio e incentivo, bem como pela autorização cedida para a realização de prospecções arqueológicas na Herdade da Azenha.

À Custódia e José Alves pelo apoio e ajuda fornecida no decorrer da tese.

Ao Jorge Alves, sem quem esta dissertação teria sido muito mais complicada. Desde o início do projecto que me acompanhou nos trabalhos de prospecção, tendo-me, igualmente, ajudado nas sondagens efectuadas nos sítios arqueológicos.

Ao senhor Correia, mais conhecido por “Senhor Boleta”, guarda na Herdade de Vale de Reis, que sempre me facultou o acesso ao terreno para a realização das intervenções arqueológicas no Castelo de Vale de Trigo e Alcária de São Lourenço.

Ao senhor António Sé, gestor da Herdade de Vale de Alcácer, pela autorização cedida para realização de prospecções arqueológicas na propriedade.

Ao Professor Antonio Malpica Cuello que conheci nas II Jornadas Internacionais da Idade Média, em Castelo de Vide, com quem tive a oportunidade de trocar algumas reflexões e dúvidas sobre a investigação desenvolvida em Alcácer, tendo sido os seus conhecimentos partilhados muito importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Queria agradecer-lhe, de igual modo, pelo convite que me fez para publicar um artigo no catálogo da exposição, por si dirigida, intitulada: “*La Granada Zirí y el Universo Beréber*”.

Ao investigador e amigo, António Rei, pelos seus ensinamentos a nível dos factos históricos ocorridos no *al-Andalus*, os quais o mesmo encontrou nas fontes escritas, e

pelas instruções prestadas no âmbito da escrita e pronúncia correcta de alguns termos árabes.

À ERA Arqueologia e Terralevis pela cedência de fotos.

Ao Professor André Carneiro pelos ensinamentos e ideias partilhadas, bem como pela sua disponibilidade para ajudar no que fosse necessário.

Ao Professor Fernando Branco Correia que, através das suas aulas de História e Arqueologia Islâmica durante a Licenciatura, transmitiu-me conhecimentos e, principalmente, o gosto e interesse que me levaram a optar pela investigação no Período Medieval Muçulmano.

À Professora Filomena Barros que, apesar de já não estar entre nós, sempre demonstrou muito interesse e apoio pelo meu projecto de doutoramento. Recordo com muito entusiasmo as suas aulas inspiradoras de História e Paleografia Medieval, as quais se revelaram essenciais para esta investigação.

Aos arqueólogos, Artur Martins e José Arnaud, pelas informações e fotos cedidas nos trabalhos realizados na Ermida de São Lourenço.

Ao arqueólogo Luís Nobre pela cedência do relatório, fotos e plantas da necrópole da Horta do Pinheiro 5.

A organização do Território no Sudoeste do *Gharb Al -Andalus* – povoamento rural e paisagens fortificadas na *kura* de Alcácer do Sal

Marta Isabel Caetano Leitão

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo o estudo do povoamento e dos sistemas defensivos a ele associados, no território da *kura* de Alcácer do Sal, entre os séculos VIII e XIII. O marco histórico e cronológico desta investigação abrange, assim, os cinco séculos de presença muçulmana, durante os quais, ocorreram no *al-Andalus* acontecimentos históricos distintos que terão influenciado a organização do povoamento, as populações e, conseqüentemente, os seus modos de vida e estratégias de exploração do território.

A região analisada trata-se de uma área geográfica com um importante curso de água, designadamente o rio Sado, que foi, desde tempos remotos, uma importante via de comunicação que permitiu a ligação das terras situadas no Baixo Alentejo com o interior da Península de Setúbal e Oceano Atlântico. O território é, ainda, marcado a norte por algumas formações montanhosas como a Serra da Arrábida, que constitui a elevação mais proeminente de toda a região, e a sul, o maciço montanhoso de Grândola-Cercal.

O trabalho de investigação desenvolvido assentou fundamentalmente em investigação arqueológica, nomeadamente em trabalhos de prospecção, visando reconhecer arqueossítios da cronologia que se pretendia abordar. As prospecções arqueológicas efectuadas foram de carácter extensivo e decorreram em função das referências documentais, bibliográficas e toponímicas que indicavam a presença de eventuais vestígios islâmicos. Para uma melhor compreensão das estruturas reconhecidas realizaram-se, em quatro dos sítios identificados, intervenções arqueológicas, através da desmatação e abertura de sondagens. Posteriormente, procedeu-se a lavagem, inventariação e estudo dos artefactos recolhidos nos trabalhos de campo.

PALAVRA (S)-CHAVE: Arqueologia Medieval Muçulmana, Território, Povoamento, Fortificações, Comunidades Rurais.

ABSTRACT

The present dissertation aims to study the settlement and associated defensive systems in the territory of the Alcácer do Sal *kura* between the VIII and XIII centuries. The historical and chronological framework of this investigation thus encompasses the five centuries of Muslim presence, during which, in *Al-Andalus*, different historical events occurred that influenced the settlement organization, the populations and, consequently, their ways of life and strategies for exploring the territory.

The analyzed region is a geographic area with an important watercourse, namely the river Sado, which has been, since remote times, an important communication route that allowed the connection of the lands located in the Lower Alentejo with the interior the Peninsula of Setúbal and the Atlantic Ocean. The territory is also marked to the north by some mountainous formations such as the Serra da Arrábida, which is the most prominent elevation in the whole region, and the South, the mountainous mass of Grândola-Cercal.

The research work developed was fundamentally based on archaeological research, namely in prospection work, aiming to recognize archaeosites of the chronology that were intended to be approached. The archaeological surveys carried out were extensive and were based on documentary, bibliographic and toponymic references that indicated the presence of possible Islamic remains. For a better understanding of the recognized structures, archaeological excavations were carried out in four of the identified sites. Subsequently, the washing, inventorying and study of the artefacts collected in the field work were carried out.

KEYWORDS: Islamic Medieval Archeology, Territory, Settlement, Fortifications, Rural Communities.

Índice

Capítulo I. Introdução e objectivos.....	1
1.1. Metodologia.....	5
1.2. Estado da Arte.....	11
Capítulo II. Contexto geográfico e histórico.....	16
2.1. Espaço geográfico e território.....	16
2.1.1. O relevo.....	17
2.1.2. O clima.....	18
2.1.3. Os solos.....	19
2.1.4. Os recursos hídricos.....	22
2.1.5. O coberto vegetal.....	23
2.1.6. A fauna.....	26
2.1.7. Os recursos naturais e económicos.....	29
2.2. Antecedentes históricos.....	34
2.2.1. A Pré e Proto-História na região de Alcácer.....	34
2.2.2. Período Romano.....	37
2.2.3. Período Visigótico.....	40
2.3. Islamização.....	41
2.3.1. Da conquista à consolidação do Califado.....	41
2.3.2. Alcácer sob o domínio dos <i>Abáidas</i> e <i>Aftássidas</i>	45
2.3.3. O poder Almorávida e os segundos Reinos de Taifas.....	47
2.3.4. Do governo Almóada à Reconquista Cristã.....	49
Capítulo III. Os sítios arqueológicos.....	52
3.1. A <i>madina</i> de Alcácer.....	53
3.1.1. O dispositivo defensivo.....	53
3.1.1.1. Alcáçova.....	53
3.1.1.2. Núcleo Urbano.....	58
3.1.2. Espaços residenciais e edifícios públicos.....	61
3.1.3. Estruturas de armazenamento.....	64
3.1.3.1. Poços e cisterna.....	64
3.1.3.2. Silos.....	66
3.2. Castelos rurais (<i>husun</i>).....	68
3.2.1. Castelo de Vale de Trigo.....	68
3.2.2. Alberginho.....	75
3.2.3. Castelo de Portela.....	77
3.2.4. Torrejão.....	79
3.2.5. Castelo do Vale de Alcácer de Cima.....	81
3.2.6. Castelinho da Lapa de Cima.....	86
3.2.7. Castelo de Nossa Senhora da Esperança.....	87
3.2.8. Castelo do Torrão.....	91
3.2.9. Castelo do Alto de São Vicente.....	100
3.2.10. Torre de Santa Catarina de Sítimos.....	103
3.2.11. Castelo de Vale de Reis.....	105

3.2.12. Serra dos Clérigos 1.....	108
3.2.13. Castelo do Vale de Alcácer de Baixo.....	110
3.3. Torres atalaias.....	111
3.3.1. Atalaia de Murta.....	111
3.3.2. Atalaia de Abul.....	119
3.3.3. Torre de Montevil.....	123
3.3.4. Torre dos Algarvios.....	124
3.3.5. Torre do Ramalhão.....	126
3.3.6. Atalaia da Espadaneira.....	128
3.3.7. Torre de Chagas.....	130
3.3.8. Atalaia Velha do Torrão.....	131
3.3.9. Morabito de São Fausto.....	132
3.3.10. São João dos Azinhais.....	134
3.4. Povoados, alcarias e villas.....	137
3.4.1. Vale de Trigo.....	137
3.4.2. Bemposta 2.....	138
3.4.3. Cova do Castelo.....	140
3.4.4. Algarvios 1.....	141
3.4.5. Porches 2.....	142
3.4.6. São Romão do Sado.....	143
3.4.7. Mirassobral 1.....	146
3.4.8. Taralhão 2.....	148
3.4.9. Entre Rios 2.....	148
3.4.10. Bemposta 3.....	149
3.4.11. Portela.....	150
3.4.12. São Lourenço.....	152
3.4.13. Serra Velha.....	159
3.4.14. Junceira 1.....	160
3.4.15. Ordem 1.....	161
3.4.16. Gargolim de Baixo 1.....	161
3.4.17. Bica 1.....	162
3.4.18. Azenha Velha.....	163
3.4.19. São Martinho da Bemposta.....	165
3.4.20. Horta Velha 2 e 4.....	167
3.4.21. Porches 1/Sobral.....	169
3.4.22. Porto Rei.....	169
3.4.23. Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso.....	172
3.4.24. Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos.....	172
3.4.25. Porto da Lama.....	174
3.5. Casais agrícolas.....	176
3.5.1. Alberge 1.....	176
3.5.2. Maforinha.....	177
3.5.3. Bemposta 1.....	178
3.5.4. Cabeço da Mina.....	179
3.5.5. Gargolim de Baixo 2.....	181
3.5.6. Gargolim de Cima 1.....	181
3.5.7. Curva das Faias 1.....	182
3.5.8. Sesmarias da Azenha.....	183
3.5.9. Batalha 1.....	184

3.5.10. Monte do Alto.....	184
3.5.11. Fanais 3.....	185
3.5.12. Atalaia da Quinta.....	186
3.6. Necrópoles.....	188
Capítulo IV. A organização do território.....	188
4.1. O povoamento.....	188
4.1.1. Tardo-Romano e Visigótico.....	188
4.1.2. Emirado.....	200
4.1.3. Califado e Reinos de Taifas.....	217
4.1.4. O Período Norte-Africano: Almorávidas e Almóadas.....	227
4.1.5. O povoamento no Pós-Reconquista Cristã.....	236
4.2. Os sistemas defensivos.....	238
4.2.1. As fortificações dos Períodos Omíada e Reinos de Taifas.....	240
4.2.2. Os dispositivos militares dos Períodos Almorávida e Almóada.....	254
4.3. As vias de comunicação.....	260
4.3.1. Via Lisboa-Alcácer-Badajoz e Mérida.....	262
4.3.1.1. Via Alcácer-Badajoz e Mérida pelo Torrão.....	266
4.3.1.2. Via Lisboa-Badajoz e Mérida por Cabrela e Casebres (São Martinho).....	267
4.3.2. Via Alcácer-Beja-Sevilha e Córdoba.....	269
4.3.3. Via Alcácer-Faro e Silves.....	270
4.3.4. Via Alcácer-Cabo de São Vicente (Vila do Bispo).....	272
Capítulo V. Economia e produção.....	273
5.1. As produções cerâmicas.....	273
5.2. Actividades económicas e de exploração.....	284
5.2.1. Agricultura.....	284
5.2.2. Pastorícia e exploração florestal.....	291
5.2.3. Mineração.....	293
Conclusão.....	297
Fontes e bibliografia.....	304
Anexo A - Excertos textuais.....	351
Anexo B - Fotografias, cartografia e plantas.....	519
Anexo C – Gráficos e tabelas.....	748
Anexo D - Catálogo das cerâmicas.....	789
Anexo E - Fichas dos sítios arqueológicos.....	829

Capítulo I: Introdução e objectivos

Os estudos de arqueologia espacial, análise do território e do seu povoamento direccionados para o Período Medieval Muçulmano encontram-se praticamente por realizar na região de Alcácer do Sal, bem como na grande parte do território português, à excepção da zona de Mértola, mas também do Algarve. A maioria dos estudos têm sido dirigidos para os núcleos urbanos, achando-se o espaço rural um pouco marginalizado, conhecendo-se, por isso, muito pouco a organização e distribuição espacial dos distintos núcleos de povoamento, assim como os modos de vida e de exploração do território por parte das populações campesinas.

A escolha do tema prendeu-se com o interesse pessoal, mas também científico, de trabalhar um território, actualmente carente de investigações arqueológicas, e cuja importância durante a permanência muçulmana foi claramente significativa conforme se depreende pelas fontes documentais. É precisamente essa escassez de dados arqueológicos, bem como a necessidade de conhecer de que modo foi explorada e apropriada aquela região, junto ao rio Sado, durante a Época Islâmica, que nos levou a abraçar o respectivo tema que agora nos propomos abordar ao longo dos próximos capítulos desta dissertação.

A investigação desenvolvida constitui uma inovação nos estudos sobre o *Gharb Al-Andalus*, dado que o povoamento é interpretado através da leitura da paisagem, na sua dimensão histórica e arqueológica, permitindo uma compreensão global da sua distribuição no espaço numa perspectiva diacrónica e multidisciplinar, onde para além da Arqueologia, é necessário recorrer a outras áreas científicas, como por exemplo, a Geologia, Geomorfologia, Geografia, entre outras, para compreender as relações estabelecidas entre aquelas populações e o ambiente onde se inseriram. Esta abordagem centrada no território e na paisagem tem especial pertinência, uma vez que contribui para o conhecimento da sua organização e dos vários modelos de povoamento rural durante o Período Islâmico num espaço geográfico que compreendia, grosso modo, a *kura* de Alcácer do Sal.

Antes de avançarmos com a definição dos objectivos, é importante definir alguns dos conceitos-chave que revestem o título da presente dissertação. Um desses conceitos é a palavra “Território” que não é nada mais, nada menos, do que a relação entre as condicionantes físicas e geográficas, sobre as quais se desenvolvem os processos

históricos, e a interacção com as estruturas produtivas, sociopolíticas e económicas de qualquer grupo humano. Podemos falar, portanto, em território antropizado, uma vez que não é possível separar aquele do homem. Quando tentamos estudar o território produtivo num momento histórico passado, devemos ser conscientes de que entre o referido momento e o actual presente existe um salto, não só temporal, mas também epistemológico. Deste modo, não podemos conhecer o território passado, uma vez que o corte temporal que analisamos não é mais do que uma abstracção de um processo histórico que lhe antecede e que continua até à actualidade. Este aspecto leva-nos a ter em consideração que, na impossibilidade de estudar o território pretérito, não nos resta outra opção a não ser analisar o registo territorial presente através do conjunto de restos materiais que, tal como nos diz a investigadora Mazzoli-Guintard “*el territorio es un espacio vivido, que dejó huellas materiales de su existencia*” (Mazzoli-Guintard, 2011, p. 20). O território actual possui, por isso, marcas dos sistemas socioprodutivos e espaços físicos do passado.

O registo enunciado é passível de ser aplicado mediante métodos arqueológicos, porém tendo sempre em conta que os dados que obtemos serão sempre o resultado de uma alteração cultural, por parte de quem a produziu, bem como uma alteração pós-deposicional, devido aos processos históricos, e uma alteração interpretativa por parte de quem tenta interpretar esses mesmos registos, constituindo, por isso, uma visão transversal do paleoregistro territorial. A falta de autonomia explicativa do dado arqueológico obriga-nos a inseri-lo numa explicação histórica, contudo sendo conscientes de que a dita interpretação nunca será uma reconstrução do passado, mas sim, como nos diz o investigador Enrique Domínguez Berenjeno, uma forma de autoconstruir o nosso próprio “modelo do passado” (Domínguez Berenjeno, 2007, p. 195).

Concluído o ponto anterior, passemos agora à definição do conceito “Paisagem”. A forma inescapável de aproximação ao estudo das paisagens históricas remete-nos indubitavelmente para o conceito de “Paisagem” e o estabelecimento dos parâmetros adequados de avaliação das suas componentes fundamentais e dinâmicas associadas. Em linhas gerais o conceito de “Paisagem” é de definição complicada, pois aparece em diversos documentos e em contextos muito distintos, sendo, sobretudo, tratado de forma genérica. Não obstante, relaciona-se com aspectos preferencialmente visuais e, dessa forma, podemos adoptar a seguinte definição para o conceito: “*Cualquier parte del*

territorio tal como la percibe la población, cuyo carácter sea el resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos.” (Domínguez Berenjano, 2007, p. 195).

Após interiorizarmos devidamente os conceitos expostos seguimos agora para a definição das metas norteadoras desta investigação. Um dos objectivos principais do projecto foi compreender os modelos de povoamento e de ordenamento do território, entre os séculos VIII e XIII, no sudoeste do *Gharb Al-Andalus*, actual território português, designadamente no espaço geográfico que corresponderia, em parte, ao território da *kura* de Alcácer do Sal durante o Período Muçulmano. Obviamente, um tema desta envergadura e com uma cronologia muito abrangente trazia diversas outras perguntas, às quais se procurou dar resposta. Uma dessas primeiras questões recaia nos primeiros séculos da islamização quando entraram as primeiras comunidades no território, ao longo dos séculos VIII e IX, e de que modo essa fixação terá provocado, ou não, uma ruptura com os modelos de povoamento de Época Tardo-Romana e Visigótica.

Um outro aspecto essencial foi tentar perceber se os vários acontecimentos políticos ocorridos ao longo dos séculos VIII e XIII, desde as revoltas contra o poder Emiral, passando pelos ataques vikings, instalação do Califado, surgimento dos primeiros Reinos de Taifas, chegada dos Almorávidas, seguida das Segundas Taifas e primeira Reconquista Cristã, passando ainda pela instalação dos Almóadas até à reconquista definitiva da cidade pelos cristãos, teriam influenciado o modo como as populações camponesas se organizaram no espaço. Teriam, ou não, implicado uma reestruturação do território, através do deslocamento dos povoados da sua área inicial de implantação geográfica, e o surgimento de novas estratégias de apropriação do espaço por parte, quer dos camponeses, quer do poder central.

Compreender, de igual modo, como se organizavam internamente e entre si os diversos núcleos de habitat rural, se haveria ou não uma hierarquia entre os mesmos, assim como as relações que detinham com a cidade, constituiu outro dos objectivos da presente investigação. Outro aspecto importante foi tentar perceber como se articulava o povoamento com as fortificações rurais dispersas pelo território (*husun* e *burj*) e se aquelas estariam directamente relacionadas com a população campestre ou, em contrapartida, achar-se-iam associadas ao poder governativo que habitava no núcleo urbano. Tendo em conta que cada *kura* possuía vários *aqalim/alfozes* que estavam sob a jurisdição de um *hisn* ou um núcleo urbano de menor dimensão, entender qual seria aproximadamente a extensão desses territórios que, por sua vez, estariam subordinados à

kura de Alcácer do Sal, integrou uma das outras questões desta investigação. Por último, e não menos relevante, tratando-se Alcácer do Sal de uma cidade portuária e que viu a sua importância acrescida, ao longo de séculos, devido à sua grande via marítima constituída pelo rio Sado, foi igualmente essencial tentar compreender de que modo teria aquele influenciado a distribuição da rede de povoamento.

O objecto de estudo desta investigação foi, portanto, o povoamento rural islâmico que se distribuía em várias unidades como as alcarias, povoados, almuinhas, granjas, casais agrícolas e outras formas de povoamento diversas. Para além daquelas, haveriam outras directamente relacionadas com os aspectos militares e que classificamos no título como “paisagens fortificadas” e que foram igualmente objecto de estudo. Nelas foram incluídos os castelos, designados nas fontes muçulmanas como *husun*, *qal`a*, *ma`qil* (albacar), *sajra* (equivalente a penha ou zona escarpada com funções de vigilância) e as torres atalaia, designadas de *burj* (torre de pedra) e *tali`a* ou ainda *turris*, quando se conserva o termo latino (Martínez Enamorado, 1996, pp. 33-63; Mazzoli-Guintard, 1998, pp. 96-101; 2004, pp. 30-39; Azuar, 2013, pp. 90-98).

No que respeita ao âmbito geográfico, a investigação incidiu no sudoeste do *Gharb Al-Andalus*, actual território português, designadamente no espaço da *kura* islâmica de Alcácer do Sal. Todavia, importa frisar que o objecto deste estudo não foi a totalidade do território da *kura*, dada a sua larga extensão, o que obrigaria à formação de equipas de campo e de laboratório permanentes, optando-se por eleger o território que abrange o actual concelho, onde seleccionámos as freguesias de São Martinho, Santa Maria, Santiago, Santa Susana, Comporta, Torrão, mas também Cabrela, pertencente ao concelho de Montemor-o-Novo, no distrito de Évora, e as freguesias de Alcáçovas e Viana do Alentejo, no concelho de Viana do Alentejo, também situadas no distrito de Évora (**Fig. 1**). A opção por incluir estas regiões, fora do concelho de Alcácer do Sal, prendeu-se com o facto de, para além de ser áreas geográficas limítrofes do actual concelho, revelaram a existência de topónimos e vestígios arqueológicos muito interessantes do ponto de vista científico, os quais não quisemos deixar de trabalhar.

1.1. Metodologia²

A escolha da metodologia a adoptar, em qualquer trabalho científico, está sempre condicionada pelas questões colocadas à partida pelo investigador. Quando se pretende levar a cabo uma investigação que se enquadra no âmbito da arqueologia espacial, onde o meio físico, a paisagem e o homem são objectos indissociáveis, é necessário traçar métodos de trabalho que incluam distintas áreas científicas, como é exemplo, a Geologia, Geomorfologia, Cartografia, Geografia, Fotogrametria, entre outras, para que se possa compreender as relações estabelecidas entre as populações e o ambiente onde aquelas se inseriram. Como ponto de partida para este estudo considerou-se fundamental a consulta das fontes escritas, tanto muçulmanas como cristãs, onde juntamente com os dados adquiridos da arqueologia se pôde obter uma visão mais completa e consolidada do povoamento em estudo.

As fontes islâmicas que descrevem o actual território português estendem-se ao longo de uma cronologia que vai desde o século IX ao XVII (Rei, 2012, p. 25), embora sejam escassas as descrições referentes à área em estudo, optou-se por consultar todas as fontes existentes, tendo em vista a recolha de dados, ainda que indirectos, que pudessem ser essenciais para a compressão da organização do território em análise. Começou-se por consultar as descrições geográficas do *al-Andalus*, datadas dos séculos IX-X, de alguns letrados orientais e que eram simultaneamente geógrafos, mas também altos funcionários do aparelho Califal Abássida, como são exemplo *ibn Wadîh* e *al-Istakhrî*, provenientes de Bagdade, bem como alguns originários do Egipto, como *ibn `Alî al-Mas`ûdî* e, sobretudo, *ibn Hawqal al-Nasibî* que faz importante referência a Alcácer do Sal afirmando ser uma cidade fortificada (Rei, 2012, p. 116).

De cronologia semelhante, consultou-se também as descrições de *Al-Muqaddasî*, geógrafo proveniente de Jerusalém, assim como algumas narrações deixadas pelos geógrafos oriundos da Península Ibérica, cujos inícios remontam ao século X, como *Ahmad al-Râzî*, e outras que abrangem uma cronologia que vai desde o século XI ao XIII, como as descrições de *al-Bakrî*, *al-Zuhrî*, *al-Tabîb*, *al-Rusâfî*, *al-Idrîcî* e *Ibn Sa`îd*. Estes dois últimos geográficos mencionados conservam descrições muito importantes para o conhecimento do território de Alcácer do Sal, as quais iremos citar ao longo deste trabalho (al-Idrîcî, 1866, p. 211; 1999, p. 263-264; Rei, 2012, p. 158). A partir do século XIII ao

² A parte textual relativa à definição de tipologias, cálculos das variantes territoriais e históricas, bem como a tipologia funcional, pode ser consultada no Anexo A - Texto 1, pp. 352-359.

XVII as descrições referentes ao actual território português provêm sobretudo de geógrafos norte-africanos e orientais, de que são *exemplo al-Tawzarî, al-Himyarî, Bilâd, al-Tilimsânî, al-Qazwînî, al-Ayyûbî, al-Qalqashândî, al-Wardî* e *al-Hamawî*³, embora grande parte das mesmas seja uma cópia das descrições deixadas pelos geógrafos anteriormente mencionados.

Para além das obras geográficas, consultou-se também as crónicas deixadas por *Ibn Hayyân*, designadamente a sua importante obra *al-Muqtabis* composta por vários volumes, que continha informações bastantes interessantes para a área geografia em estudo, assim como as crónicas de *Ibn Idārî, Ibn al-Qūtiyya, Ibn Al-Atîr* e *Ibn Jaldûn*. Analisou-se, de igual modo, outras fontes transcritas e trabalhadas por investigadores espanhóis e que foram similarmente importantes para esta investigação, como a obra *Kitab Al-Agdiya* (Tratado dos Alimentos) de *Abu Marwan`Abd al-Malik*, traduzida e publicada por García Sánchez (1992), assim como o *Kitāb ibdā' al-malāha wa-inhā' al-rayāha fî usûl sinā'at al-filāha* (Tratado de Agricultura de *ibn Luyun*), que tem vindo a ser trabalhado pela mesma investigadora.

No que respeita às fontes escritas cristãs consultou-se as Cartas de Foral (séc. XII e XVI), os livros de Chancelaria Régia, a documentação da Ordem de Santiago (séc. XII e XV), assim como as primeiras e segundas Visitações (sécs. XIV e XVI), dado que o território em estudo, após a Reconquista Cristã, foi doado à respectiva Ordem. Para além daquelas, examinou-se igualmente as Memórias Paroquiais, tal como o Dicionário Geográfico de Padre Luís Cardoso, que se revelaram essenciais para o conhecimento dos vários caminhos que atravessavam a região, a fauna e flora existente, bem como nomes de lugares hoje desaparecidos, sistemas hidráulicos existentes como fontes e poços e, ainda, foi possível extrair informações de carácter geológico e geomorfológico.

Outra ferramenta importante para esta investigação foram as fontes orais, através da realização de entrevistas às populações locais que, ao longo de várias conversas, falavam da descoberta de objectos, lendas, microtopónimos ou até mesmo alguns termos utilizados na tradição oral relativos a determinadas terras/herdades e que foram cruciais para a obtenção de dados, não extraíveis das fontes documentais, que possibilitaram a

³ *Al-Hamawî* refere que Alcácer do Sal pertencia às zonas rurais de Beja, afirmando ainda que existia âmbar ao longo das suas costas. Ver: REI, António (2005) - "O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî" in *Medievalista*, nº1. REI, António (2012) - *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. – XI h. / XVII d.c.)*, IEM – Instituto de Estudos Medievais, p. 190.

identificação de sítios arqueológicos, assim como o seu conhecimento mais aprofundado. Para além da consulta das fontes procedeu-se a toda uma leitura bibliográfica e recolha de informações para sítios arqueológicos, ou achados isolados, já identificados no território em estudo ou que pudessem conter eventuais vestígios islâmicos.

Para uma melhor familiarização com o terreno em que se efectuou os trabalhos de campo foi consultada uma série de documentação cartográfica como as Cartas Geológicas à escala 1:50000 e as Cartas Militares à escala 1:25000, tanto as versões mais antigas como as mais recentes, visando analisar a toponímia de locais sugestivos, reconhecer as várias linhas de água existentes, a orografia dos terrenos, rede viária, mas também verificar possíveis alterações de topónimos, surgimento de novos caminhos e infraestruturas hidráulicas que não existiam anteriormente, entre outros aspectos que pudessem ser relevantes para o desenvolvimento desta investigação.

Consultou-se, simultaneamente, as Plantas Topográfico-Cadastrais à escala 1:5000, as quais revelaram dados muito interessantes, direccionadas para os levantamentos nas áreas rurais, tendo em vista obter detalhes planimétricos do terreno de algumas áreas onde se terão realizado obras de infraestruturas, como barragens, estradas, ferrovias, mas também a nível da microtoponímia, entre outros. As Ortofotomapas à escala 1:10000 e as fotografias aéreas foram outra ferramenta essencial, uma vez que permitiram observar detalhes em pormenor que não eram visíveis, por vezes, em outra cartografia, como a presença de manchas numa parcela de terreno, visualização de marcas no coberto vegetal e de estruturas dispersas numa designada superfície, possibilitando, assim, avaliar a extensão da área total de um determinado arqueossítio.

Fundamental foi também a consulta das Cartas dos Solos e Capacidade de Uso dos Solos à escala 1:100000, 1:50000 e 1:25000, cruciais para verificar a potencialidade dos solos para a agricultura, uma vez que seria preferencialmente junto daqueles que as populações se estabeleceriam. Seguidamente procedeu-se à análise da toponímia que remetia para uma origem árabe, tendo-se em seguida iniciado trabalhos de prospecção de carácter selectivo em função dos dados recolhidos desta última, bem como da cartografia, fontes escritas e orais. A escolha de uma prospecção de tipo selectivo prendeu-se com o facto de a área geográfica em estudo ser muito grande, sendo impossível, para uma só pessoa, analisar todo o território minuciosamente.

Para o reconhecimento dos sítios arqueológicos propriamente ditos no terreno teve-se em atenção o tipo de espólio encontrado à superfície, como cerâmicas, moedas,

mós em pedra, utensílios de ferro, escórias, entre outros, assim como a sua dispersão pelo terreno, de modo a compreender a extensão dos sítios e a sua cronologia. Outro tipo de materiais construtivos encontrados à superfície como telhas, silhares de pedra, taipa, tijolo e ladrilho foram importantes para a identificação desses locais. Fez-se somente a recolha de espólio arqueológico quando aquele foi considerado relevante, em termos formais e decorativos ou em risco de perda definitiva, que justificasse a sua colheita no terreno.

Após o reconhecimento dos sítios arqueológicos, com base nos critérios definidos e consoante a sua relevância, efectuou-se, com a devida autorização da Direcção Geral do Património Cultural-DGPC, bem como da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, trabalhos de limpeza, através da retirada da vegetação que cobria as estruturas e recolha de terras soltas e, em alguns casos, abertura de sondagens, tendo em vista um melhor conhecimento desses arqueossítios. Foram assim intervencionados quatro sítios, designadamente as Atalaias de Murta e Abul, onde sob os moinhos das Idades Média e Moderna subsistem os alicerces de torres islâmicas que vigiavam o rio Sado, assim como o sítio arqueológico do Castelo de Vale de Trigo onde, à superfície e dispersos por grande área, se encontram alinhamentos de pedras que integram as muralhas de uma fortificação, e Alcaria de São Lourenço, onde são visíveis, à superfície, restos de estruturas pertencentes a compartimentos. Nos dois primeiros arqueossítios mencionados começou-se por efectuar, primeiramente, a desmatação da vegetação rasteira, bem como a remoção das terras superficiais que cobriam as estruturas e, em seguida, procedeu-se à abertura de pequenas sondagens de 0,50×0,50 m e 1×0,50 m, junto à base dos moinhos, com a finalidade de alcançar os alicerces das torres, assim como auferir cronologias e compreender os distintos hiatos de ocupação daqueles sítios.

No sítio arqueológico do Castelo de Vale de Trigo, dada a dimensão das estruturas a intervencionar, implantou-se uma quadrícula com 12 m de comprimento por 6 m de largura, onde subdividimos em quadrados de 2×2 m, em vez de 4×4 m, devido à falta de recursos humanos que permitissem a escavação de grandes áreas, e foram-se realizando sondagens nesses respectivos quadrados e procedendo-se ao seu alargamento de acordo com os vestígios que iam surgindo. Os objectivos da intervenção naquele sítio visaram obter informações cronológicas acerca daquele assentamento e recolher informações sobre a estrutura defensiva ali existente. Na Alcaria de São Lourenço implantámos uma quadrícula com 3 x 3 m, tendo como objectivo colocar à vista as estruturas que ali se

encontravam, numa perspetiva horizontal e não vertical, para compreender a organização espacial das estruturas ali presentes e a sua cronologia.

Durante os trabalhos utilizaram-se os métodos conhecidos de Wheeler, através da escavação por quadrículas, e de Harris para registo das unidades estratigráficas (Wheeler, 1954; Harris, 1991). No decorrer das intervenções foram desenhadas no terreno as plantas das estruturas colocadas a descoberto, tendo-se efectuado, de igual modo, o registo fotográfico daqueles achados. Para a caracterização da composição, textura e cor das distintas unidades estratigráficas recorreu-se ao catálogo cromático *Munsell Soil Color Chart* (versão de 1994), o qual serviu, de igual modo, de referência para a descrição das cores das pastas das cerâmicas. No final dos trabalhos procedeu-se à selagem das estruturas descobertas com as mesmas terras que tinham sido retiradas durante as escavações.

Seguidamente efectuou-se trabalhos de prospecção nos arredores desses locais, de carácter mais intensivo, com a finalidade de identificar outros assentamentos. Optou-se também por voltar aos locais que tinham sido descobertos numa primeira fase dos trabalhos para proceder a novas recolhas de dados, como determinar a sua extensão, reconhecer outros materiais, analisar o seu espaço envolvente, os aparelhos construtivos das estruturas, entre outros dados que poderiam ser relevantes para a sua devida caracterização.

Para cada local identificado foram criadas Fichas de Sítio, conforme os modelos disponíveis na Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), onde consta o número de registo do sítio, a designação, localização, nº da folha da C.M.P. 1:25000, coordenadas, altitude, tipo de sítio, período cronológico, descrição das estruturas e espólio, bibliografia, estado de conservação, entre outros.

Por último, realizou-se o estudo dos artefactos cerâmicos recolhidos nas prospecções de superfície e escavações, embora grande parte deles se achasse muito fragmentado, tendo como finalidade determinar a funcionalidade dos contextos arqueológicos, isto é, das actividades que neles tiveram lugar, para que se pudesse atribuir uma tipologia à unidade de povoamento, sendo similarmente o estudo das peças fundamental para compreender as distintas cronologias de ocupação e o nível socioeconómico dos seus habitantes. Durante as prospecções de superfície efectuou-se somente a recolha das peças que possuíam forma conservada que permitissem o seu estudo, como por exemplo, um fundo ou bordo relativamente bem conservado que

possibilitasse compreender a tipologia do objecto e a sua cronologia. Quanto às cerâmicas oriundas dos trabalhos de escavação, recolheram-se todos os materiais encontrados de distintas cronologias no decorrer das intervenções, porém seleccionaram-se para análise apenas as peças que se inserem no âmbito cronológico desta dissertação e que se achavam melhor conservadas ou que possuíam alguns elementos decorativos determinantes para a datação do sítio arqueológico.

No laboratório fez-se a lavagem, colagem e inventariação das peças com a sigla: região e nome do sítio arqueológico/ano/número, tendo-se seguidamente procedido ao seu registo gráfico e fotográfico. Em termos analíticos o estudo dos artefactos inciduiu sobre três domínios temáticos principais: matérias-primas e tecnologia; análise formal; e análise da decoração. A análise das matérias-primas e da tecnologia utilizada no fabrico das cerâmicas visou a classificação genérica das características e particularismos dos fabricos de cada conjunto. No que respeita à análise formal dos recipientes procedeu-se à descrição das peças segundo a sua forma de bordo e lábio, do corpo e do pé ou fundo, assim como a cor da sua pasta, de acordo com o catálogo cromático *Munsell Soil Color Chart* (versão de 1994), quando os mesmos eram obviamente perceptíveis. Por último, descreveu-se a decoração presente, tentando compreender, quando existente, os vários elementos figurativos que foram traçados nas peças, tendo em vista a elaboração de catálogos de formas e temáticas decorativas.

No que concerne à classificação morfológica das peças optámos por utilizar as designações terminológicas propostas pela investigadora Rosa Varela Gomes, por se aproximarem dos termos utilizados actualmente, facilitando, ao mesmo tempo, a compreensão da imediata funcionalidade do objecto (Gomes, 2002b, pp. 34-44). No entanto, dada a múltipla funcionalidade que algumas peças teriam como é o exemplo da taça que poderia ser utilizada para servir à mesa, mas também para cozinhar guisados e fritos, optámos por utilizar o termo português caçoila, correspondente à série 5 - *Cazuela* - de Rosselló-Bordoy (1978, p. 45) e à forma 19 - *Cazuela* - de Bazzana (1979, p. 160), embora o termo frigideira, tal como designa a investigadora, Rosa Varela Gomes (2002b, p. 38), também se adapte à forma referida, sempre que o exemplar possua marcas de exposição ao fogo para diferenciá-lo, precisamente, daquela primeira.

Chamamos a atenção para a utilização do termo candil em vez de lucerna, dado que esta última designação é normalmente atribuída ao Período Romano, enquanto no Período Muçulmano designa-se de candil, sendo o seu nome em árabe *qandîl* e a

utilização do termo candeia, precisamente para a distinguir da forma mais fechada do candil, possuindo esta uma forma mais aberta, surgindo no *al-Andalus* a partir das últimas décadas do século XII, mantendo-se esta forma praticamente até à actualidade (Gomes, 2002b, p. 41; Gómez Martínez, 2001, p. 160).

A nomenclatura das formas identificadas nos contextos arqueológicos acha-se incluída em sete grupos funcionais: loiça de mesa, onde se integram as taças, jarros, jarras, jarrinhos e jarrinhas; loiça de cozinha, onde se enquadram as panelas, caçoilas e alguidares; loiça de armazenamento que abrange os *dolia*, ânforas, talhas, cântaros e potes; contentores de fogo, onde se integram os candis e candeias; peças de uso complementar como as tampas/testos; objectos de uso lúdico, onde se inserem as marcas de jogo, e a cerâmica industrial como as telhas.

1.2. Estado da Arte

O conhecimento científico que se tem produzido sobre a organização espacial do povoamento rural em Período Medieval Muçulmano provém, essencialmente, do actual território espanhol (**ver Anexo A - Texto 2, pp. 360-367**). Ao contrário daquele, no actual território português encontra-se praticamente tudo por fazer, sendo ainda muito poucas as investigações realizadas sobre a organização do espaço no Período Islâmico. As primeiras investigações desenvolvidas em sítios rurais de cronologia islâmica tiveram início na década 50 do século XX, quando Abel Viana inicia trabalhos de escavação arqueológica, em 1958, no Castro da Cola, no concelho de Ourique, tendo publicado no mesmo ano, pela primeira vez, a planta do *hisn* de Nossa Senhora da Cola e os materiais exumados. As cerâmicas ali recolhidas confirmam uma ocupação naquele local, no que diz respeito ao Período Islâmico, entre os séculos X e XIII (Gomes, 2002a, pp. 206-207).

Na década de 60 efectuaram-se intervenções arqueológicas no Cerro da Vila, em Vilamoura (Loulé), onde foram identificadas habitações romanas e silos de cronologia muçulmana. Os materiais islâmicos ali exumados permitem atribuir uma cronologia entre os séculos VIII e XI (Gomes, 2002a, p. 212). É, contudo, na década de 90 da passada centúria que se dá um grande impulso na investigação direccionada para o Período Medieval Islâmico com a realização, entre 1995 e 2000, dos Congressos de Tondela onde se abordou a temática das cerâmicas Medievais e Pós-Medievais e das quais resultou a publicação de distintas actas (Gomes, 2020, p. 2). Publicou-se, de igual modo, na respectiva década, o primeiro número da revista “Arqueologia Medieval” (Tente, 2018,

p. 51). Nessa altura iniciava-se também os trabalhos de prospecção na região de Mértola levados a cabo por James Bonne (1992; 1993), onde foram identificados um grande número de povoados que permitiram dar a conhecer a organização do espaço daquela região, tendo-se ainda realizado escavações na Alcaria Longa.

Actualmente, no âmbito do projecto “IACAM - Intervenção Arqueológica das Cercas das Alcarias de Mesquita (Mértola, Portugal). Da Hispânia ao *al-Andalus*: Arabização, islamização e resistência no meio rural”, dirigido por Maria de Fátima Palma e Bilal Sarr, têm sido realizadas, desde 2021, intervenções arqueológicas na Aldeia da Mesquita, particularmente junto da Ermida de Nossa Senhora das Neves e nas Cercas das Alcarias, cujas estruturas e artefactos ali encontrados permitem confirmar a presença de uma possível alcaria islâmica com templo religioso associado (Palma e Sarr, 2021). Salientamos, de igual modo, o contributo de Santiago Macias que, durante o seu projecto de doutoramento, efectuou estudo sobre o território da *Kura* de Beja onde abordou os sítios rurais na sua dependência, com destaque para a vila de Mértola (Macias, 2005).

Mais a sul, no Algarve Oriental, Helena Catarino, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, realizava prospecções arqueológicas que lhe permitiram fazer um levantamento do povoamento rural disperso pelo território, deste a Antiguidade Tardia até à Reconquista Cristã da região, traçando a sua evolução no espaço e tempo. Efectuou ainda, na mesma altura, escavações arqueológicas nas alcarias e fortificações rurais de Castelo Velho de Alcoutim, Paderne, Salir e Relíquias (Catarino, 1997/1998).

Na região de Silves, Rosa Varela Gomes, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, efectuava investigação sobre a cidade e o seu território onde, mediante trabalhos de prospecção, a investigadora identificou alguns sítios rurais na área de influência de Silves. Efectuou, de igual modo, intervenções arqueológicas na Almunia do Castelo Belinho (Portimão), entre os anos de 2004 e 2005, constituindo o primeiro assentamento rural desta tipologia, identificado e intervencionado, no actual território português (Gomes, 2002b; Gomes e Gomes, 2013a).

Para além disso realizou o estudo, juntamente com Carlos Tavares da Silva, das intervenções arqueológicas realizadas por aquele último na fortificação de Aljezur, entre os anos de 1990 a 1997, onde se pôde constatar uma ocupação islâmica nos séculos XII-XIII (Silva e Gomes, 2001). Executou ainda, no ano de 2001, escavações arqueológicas nesta mesma região, nomeadamente no assentamento de pescadores na Ponta do Castelo de Aljezur e, entre 2007 e 2009, na Torre de Odeceixe, estruturas igualmente datadas dos

séculos XII-XIII (Gomes e Assunção, 2001; Gomes e Gomes, 2013b; Gomes, 2021). Ainda na região do Algarve, temos a investigação desenvolvida por Luís Campos Paulo sobre o *hisn* de Tavira, onde são citadas igualmente algumas torres atalaia que protegiam a costa, como é exemplo a Torre de Bias no concelho de Olhão (Paulo, 2006).

No âmbito de projectos de investigação realizaram-se intervenções arqueológicas que revelaram cerâmicas de cronologia islâmica e, em alguns casos, também estruturas da referida época⁴. Na região da Beira, designadamente no Castelo de Belmonte, foram realizadas intervenções arqueológicas, entre 1992 e 1995, sob a direcção de António Augusto Cunha Marques, que colocaram a descoberto restos de estruturas habitacionais, quatro silos e algumas cerâmicas islâmicas datadas dos séculos XII-XIII (Marques, 2000: 280). No Castelo de Trancoso, mencionado no *Al-Muqtabis* V de *Ibn Hayyan* como *Tarankûsa*, foram exumadas, durante as escavações arqueológicas aí realizadas a partir de 2006, cerâmicas islâmicas enquadráveis nos séculos VIII e XI (Ferreira *et alli*, 2012, pp. 16-19).

Na cidade de Tomar, distrito de Santarém, foi descoberta uma moeda árabe, datada de 711 (Ponte *et alli*, 2002, pp. 423-438). Também no castelo foram colocados à vista tramos de muralhas, torre quadrangular e estruturas habitacionais de Época Islâmica, tendo sido o espólio ali recolhido datado dos séculos IX e XII (Ponte *et alli*, 2002, pp. 423-438). Nos arredores da cidade, nomeadamente na Gruta do Caldeirão, foram exumados alguns fragmentos de cerâmicas muçulmanas com uma cronologia entre os séculos XI-XIII (Silva *et alli*, 1997, pp. 315-319). Seguindo em direcção a sul, nomeadamente em Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa, no Povoado do Alto do Senhor da Boa Morte, registou-se a presença de cerâmicas islâmicas datadas dos séculos IX ao XII (Banha, 1998, pp. 75-109).

Escavações ocorridas no Alto da Vigia (Sintra), entre os anos de 2008 e 2016, sob a direcção de Alexandre Gonçalves, colocaram a descoberto um conjunto de salas, existindo numa delas um *mihrab*, possivelmente pertencentes a um *ribat* que ali teria sido construído para defesa da costa (Borges, 2017, pp. 29-31). As cerâmicas exumadas abrangem uma cronologia entre os séculos IX e XII (Borges, 2017, p. 31). Estão ainda referenciadas algumas necrópoles nesta região, nomeadamente: Telhal, Tapada Inhaca e Granja dos Serrões, assim como em Cascais: Arneiro, Rossio, Pelado, Murches, Talaíde

⁴ Sobre estruturas e cerâmicas islâmicas descobertas em trabalhos de arqueologia preventiva consultar o Anexo A - Texto 3, pp. 367-370.

e Manique (Bugalhão e Fernandes, 2012 p.79). No centro histórico de Oeiras, na designada Rua Alcássimas, foram exumadas cerâmicas islâmicas datáveis dos séculos X e XI (Fernandes *et alli*, 2009, pp. 97-116).

Na Península de Setúbal, nomeadamente na região de Palmela, teve início, em 1996, a primeira escavação no Alto da Queimada, sob a responsabilidade da investigadora Isabel Cristina Fernandes, onde se identificou um conjunto de estruturas formadas por muros de blocos irregulares, ligados entre si por argamassa, e estruturas de habitat. Face a estes achados criou-se, em 1998, o projecto intitulado: *Muçulmanos e Cristãos na Península da Arrábida: O Castelo de Palmela e a ruralidade envolvente*, sob a direcção da mesma investigadora, que permitiu dar continuidade às escavações no Alto da Queimada, entre os anos de 1999 a 2005, onde se constatou que se estava na presença de uma alcaria islâmica, todavia com uma ocupação anterior desde a Proto-História e Período Romano, habitada durante o Emirado e Califado até pelo menos ao início das primeiras Taifas, tendo sido abandonada após essa altura. As escavações permitiram identificar dois complexos habitacionais de planta rectangular, estruturas de armazenamento e uma sala de orações (Fernandes, 2004, pp. 48-67).

Ao abrigo do mesmo projecto, tendo em vista completar a carta arqueológica do concelho e compreender a paisagem rural nos arredores do *hisn* de Palmela, efectuaram-se trabalhos de prospecção, entre os anos de 2005 e 2006, onde se identificou novos sítios de cronologia muçulmana, correspondentes a abrigos e possíveis alcarias. Na Lapa do Fumo foram recolhidos quirates do século XII, cunhados em Beja e Silves, e dirhams Almóadas, assim como cerâmicas com uma cronologia entre os séculos X e XII (Carvalho e Fernandes, 1996, pp. 21-23; Fernandes e Santos, 2012, pp. 13-23).

Também na Lapa do Forte do Cavalo foram exumadas cerâmicas Tardo-Romanas e dos Períodos Emiral e Califal. Na Azóia, perto do Cabo Espichel, foi encontrado uma epígrafe e fragmentos de cerâmica Emiral, enquanto no Porto da Baleeira foram recuperados fragmentos de cerâmicas datáveis entre os séculos IX e XI (Carvalho, 2009, pp. 183-187). No Castelo de Coia-a-Velha foram recolhidos fragmentos de cerâmica enquadráveis nos séculos X e XII (Fernandes, 2004, pp. 57-58).

Seguindo para sul, já em pleno Alentejo, particularmente nos arredores de Alcácer do Sal, nas proximidades da Aldeia de Santa Catarina de Sítimos foram recolhidos, junto de uma torre em taipa, fragmentos de material de construção, como restos de taipa e telhas, tal como cerâmicas islâmicas tardias, atribuídas aos séculos XII/XIII. Não muito

longe da cidade, nomeadamente na freguesia do Torrão, junto do Convento de Nossa Senhora da Graça, foram identificados em 2006, um muro em alvenaria e taipa e nas proximidades do edifício, fragmentos de cerâmicas com cronologia desde o Período Emiral até Período Almorávida (Carvalho, 2007a, p. 4; 2008, p. 20).

Escavações realizadas no Castelo de Serpa por António Soares, assim como na *Villa Romana* da Cidade das Rosas identificada nas imediações, permitiram exumar um conjunto de materiais islâmicos, datados entre os séculos X e XII, que foram estudados por Manuel Retuerce (Soares e Braga, 1986, pp. 167-198; Retuerce Velasco, 1986, pp. 85-92). Na *Villa Romana* da Cegonha (Vidigueira) foram realizadas várias campanhas de escavação, sob a direcção dos arqueólogos Maria Lopes e Rafael Alfenim, que colocaram a descoberto silos e lareiras contendo espólios datáveis dos séculos X e XII, os quais encontram-se a aguardar estudo (Lopes e Alfenim, 1994, p. 499). Escavações ocorridas nos anos 80 e 90 no Castelo de Noudar (Barrancos), primeiramente sob a direcção de Cláudio Torres e, posteriormente, Miguel Rego, permitiram constatar dois níveis de ocupação durante o Período Islâmico, um datado dos séculos X-XI e outro dos séculos XII-XIII (Rego, 2003, pp. 73-74).

No Castelo da Juromenha (Alandroal) foram igualmente realizadas intervenções arqueológicas, sob a direcção de Fernando Branco Correia e Christophe Picard, que, apesar de não atingirem os níveis plenamente islâmicos, permitiram exumar cerâmicas que atestam uma ocupação na referida época com uma cronologia entre os séculos X e XII (Correia e Picard, 1992, pp.82-85). Situação semelhante ocorreu no Castelo de Montemor-o-Novo onde as escavações arqueológicas aí realizadas desde 2002, por Manuela Pereira, ainda que não tenham atingido níveis muçulmanos, forneceram fragmentos de cerâmica, que do ponto de vista decorativo, são claramente islâmicas e inserem-se numa cronologia entre os séculos XI e XIII (Pereira, 2012, pp. 125-127).

Na região de Odemira foram intervencionados, entre 2002 e 2008, sob a direcção de Jorge Vilhena e Mathieu Grangé, o Cemitério Municipal/Várzea da Salamoia, o Cerro do Castelo das Bouças e o Cerro do Castelo de Vale dos Gaios. No primeiro arqueossítio, situado a pouca distância do núcleo amuralhado do Cerro do Castelo de Odemira, foram identificadas um conjunto de estruturas negativas pertencentes a estabelecimento rural e que estariam relacionadas com actividades artesanais, tendo sido, posteriormente, utilizadas como lixeira doméstica, onde se recolheu abundante espólio cerâmico. A continuidade dos trabalhos colocou a descoberto um silo e uma fossa onde se exumou

novamente cerâmicas de cronologia islâmica e, cujos materiais, que ainda se encontram por estudar, apontam para uma datação no século IX. No Cerro do Castelo das Bouças recolheram-se fragmentos de cerâmicas muçulmanas, mas com datações imprecisas, ao contrário do Cerro do Castelo de Vale dos Gaios que permitiu aferir uma ocupação no século IX e, seguidamente, nos séculos X-XII (Gómez Martínez *et alli*, 2012, pp. 116-117).

Ainda no Alentejo, em Almodôvar, no *hisn* de Mesas do Castelinho, realizaram-se intervenções, entre 2003 e 2012, por Amílcar Guerra e Carlos Fabião, constatando-se uma ocupação naquele sítio desde a Idade do Ferro até ao Período Islâmico, designadamente durante o Califado e Reinos de Taifas, conforme comprovaram os materiais aí exumados (Guerra e Fabião, 1993, pp. 99-100).

Por fim, na região do Algarve, nomeadamente em Alcoutim, na Aldeia dos Mouros, na povoação de Vaqueiros, Teresa Gamito realizou intervenção arqueológica que permitiu reconhecer estruturas habitacionais pertencentes a uma alcaria que terá sido ocupada, numa primeira fase, entre os séculos IX e XIII e, numa segunda, entre os séculos XIII e XIV/XV (Gamito, 1994, pp. 545-563). Em Vale do Bôto (Castro Marim) efectuaram-se escavações arqueológicas, no ano de 1981, sob a direcção de Helena Catarino e Victor Gonçalves, que colocaram a descoberto, para além de uma necrópole, um conjunto de espólio cerâmico com uma cronologia entre os séculos VIII e XIII (Catarino *et alli*, 1981, pp. 9-28). Na cidade romana de Balsa (Tavira) recolheram-se cerâmicas de cronologia islâmica (Nolen, 1994, pp. 161-166). Em Monchique, no Castelo de Alferce, as intervenções arqueológicas ali efectuadas, em 2004, revelaram uma ocupação desde o Bronze Final ao Período Califal, enquanto no Castelo da Nave foram recolhidas cerâmicas com uma cronologia entre os séculos X e XII (Capela *et alli*, 2020, pp. 40-41; Gonçalves, 2012, pp. 165-166).

Capítulo II: Contexto geográfico e histórico

2.1. Espaço geográfico e território

Durante o Período Medieval Islâmico e, depois posteriormente, já em plena Idade Média Cristã, o território administrativo de Alcácer abrangia área superior à actual, onde se incluía algumas regiões limítrofes como Canha, Cabrela, Alcáçovas, Grândola, Santiago do Cacém, Alvalade, Sines e Odemira, povoações essas que se autonomizaram no

decorrer do século XIII, logo após a Reconquista Cristã, e na primeira metade do século XVI, como é exemplo Grândola (Baião, Cidade e Múrias, 1940, p. 61; Pereira, 2000, pp. 52-53).

Tratava-se, portanto, de um território extremamente extenso em área geográfica, mas também muito rico, do ponto de vista da exploração dos recursos naturais que aquele proporcionava, tal como a facilidade das redes de comunicação, quer terrestres, quer marítimas, que justificaram a intensa ocupação daquela região ao longo de séculos. Na actualidade a cidade de Alcácer do Sal, situada no sul do país, distrito de Setúbal, e o seu concelho abrangem uma área aproximadamente de 146.510 ha, tornando-o no segundo maior do país (Costa, 2009, p. 5). Faz fronteira com os concelhos de Palmela, Vendas Novas e Montemor-o-Novo (a norte), Viana do Alentejo e Alvito (a este), Grândola (a oeste) e Ferreira do Alentejo e Grândola (a sul). Está organizado administrativamente em 6 freguesias: Comporta, Santa Maria do Castelo, Santa Susana, Santiago, São Martinho e Torrão (**Fig. 2**).

2.1.1. O relevo

A cidade de Alcácer do Sal ergue-se num imponente cerro, sobranceiro ao rio Sado, destacando-se numa paisagem marcada por planícies e algumas formações montanhosas visíveis da actual colina do castelo. A bacia hidrográfica do Sado possui margens baixas, alagadiças e sezonáticas, fechada por um cabedelo que se prolonga por uma linha de baixios que despontam em porção na baixa-mar. Entre a terra rasa e a água salgada, as marinhas e os arrozais simbolizam a combinação dos modos de vida ligados ao campo e à beira-mar (Ribeiro *et alli*, 1987, p. 82).

O curso do rio, nas áreas correspondentes ao Médio e Baixo Sado, atravessa essencialmente terrenos de formação geológica recente datáveis do Médio e Final do Cenozóico. Na sua margem esquerda, particularmente a sul e oeste de Alcácer, estende-se uma vasta planície, caracterizada por terrenos pouco consolidados e arenosos, sobretudo à medida que nos aproximamos do estuário, e por duas formações montanhosas, como a Serra de Grândola-Cercal e, junto à foz, a Serra da Arrábida (**Figs. 3 e 4**). A primeira trata-se de uma formação do Maciço Antigo, constituindo uma ilha no meio da planura alentejana, com 20 km de comprimento, atingindo a sua altitude máxima no cume da Atalaia (383 m). Aquela possui conjunto de elevações que abrem extensos vales, caracterizando-se por solos xistosos, que em alguns locais se apresentam foliados

e noutros de consistência mais dura e compacta, tornando-os pouco férteis e propícios para a actividade agrícola (Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, pp. 16-18).

Relativamente à Serra da Arrábida (501 m) é constituída por um conjunto de acidentes geográficos formados na Idade Mesozóica, paralelos entre si, que formam um relevo agreste, com algumas escarpas, caracterizado por rochas calcárias e arenitos, tornando alguns locais inacessíveis. Nalguns sopés do núcleo principal da Arrábida, nas vertentes voltadas a norte, desenvolvem-se cones de rochas soltas com ausência de vegetação, abundando as grutas resultantes da erosão química por acção hídrica e fluviométrica. No sopé principal da cordilheira, em formações geológicas do Cretáceo e Plistoceno, existe alguns cursos de água, designadamente as ribeiras de Coima, Corva, Alcube, Livramento, entre outras, que foram favoráveis à ocupação humana (Fernandes, 2004, pp. 40-42).

A Serra da Arrábida, designada no século X de Serra dos *Banu Matari* ou *Banu Matri*, constituía um importante marco de fronteira durante o Período Islâmico separando os territórios administrativos de Lisboa e Beja (al-Razi, 1953, pp. 89-91; Sidarus e Rei, 2001, pp. 40-41).

Na margem direita do rio Sado, a leste e, sobretudo, a norte da cidade, predominam os acidentes geográficos como a Serra do Barrancão (205m), que se estende à Serra Alta (250 m), o Vale da Asna (222 m), a Serra do Anel (277 m), Alcalá (226 m), a Serra da Maceira (123 m), o Cabeço da Águia (200 m), a Serrinha (183 m) e a Serra dos Clérigos (122 m) (**Fig. 5**). Apesar destas elevações situadas a norte da cidade de Alcácer do Sal possuírem solos xistosos e pouco férteis importa salientar a existência, na sua envolvência, de conjunto de outros cerros de menor altitude, junto a cursos de água, que formam vales com solos bastante férteis para a agricultura e que foram propícios à fixação humana.

2.1.2. O clima

O território em estudo apresenta um clima de influência mediterrânica, caracterizada por um Verão muito quente e seco, coincidindo com o interior do vale do médio Sado e a região de Beja e um Inverno relativamente ameno, à semelhança da região da Arrábida, Península de Setúbal e o núcleo de terras altas do conjunto Grândola-Cercal (Ribeiro *et alli*, 1999a, p. 454). A duração média da estação seca permite constituir a tendência que é verificável na região. Nas zonas mais interiores de Alcácer verifica-se um

prolongamento da estação seca, abrangendo cerca de 5 meses, ao contrário da Península de Arrábida que, por estar mais próxima do oceano, a estação seca é mais reduzida (pouco mais de cinco meses).

À medida que o afastamento do oceano vai aumentando, verifica-se características acentuadas de continentalidade. A amplitude térmica anual vai aumentando resultando, por isso, em Invernos menos suaves e Verões mais quentes. A influência atlântica, representada por uma precipitação anual mais elevada, nomeadamente nos meses de Outono e Inverno, é nesta zona bem evidente onde as maiores precipitações surgem no litoral. Ao mesmo tempo, a relação entre a temperatura e a precipitação ou humidade relativa do ar, indiciam uma situação hídrica cada vez menos favorável à medida que a distância para o litoral vai aumentando (Ribeiro *et alli*, 1999a, pp. 384, 385).

É ainda, de destacar, a diminuição acentuada da precipitação nos meses de Março e Abril, determinando o início da estação seca e a diminuição acentuada da temperatura entre os meses de Setembro-Outubro e Outubro-Novembro. Os valores da humidade relativa do ar são mais elevados para as estações verificadas em Setúbal e Grândola, devido à maior influência atlântica nestas localidades (Ribeiro *et alli*, 1999a, p. 454).

2.1.3. Os solos

O conhecimento dos solos e a sua potencialidade agrícola são muito importantes para compreender o povoamento de um determinado território, todavia a fertilidade dos solos tem sido, progressivamente, afectada devido à acção humana. O uso constante das terras para cultivo não permite a sua regeneração quanto aos seus nutrientes naturais e posterior reflorestação, tornando-os mais empobrecidos. Tais factores fazem com que a informação oferecida pelos solos actuais, apesar de importante, seja um pouco relativa em relação ao passado.

Ao analisarmos as *Cartas de Capacidade de Uso dos Solos* da região em estudo, datadas de 2011, verifica-se que os terrenos mais férteis para a agricultura encontram-se, principalmente, nas várzeas e vales junto ao Sado e dos seus afluentes. Porém, curiosamente, os classificados de classe A, não se encontram junto ao Sado, mas sim dos seus principais afluentes, como a ribeira de Santa Catarina de Sítimos, onde abundam aquele tipo de solos, sobretudo nas campinas e pequenos vales nas suas imediações, em locais como a Várzea da Ordem, Porto da Lama, Torre, Rosal, Tinhoso, Arraias, Gacha, Carvalhos de Baixo e junto à própria Aldeia de Santa Catarina de Sítimos.

Vamos encontrar também este tipo de solos, em grande abundância, a sul da cidade, nomeadamente na região do Torrão, ao longo das margens do rio Xarrama, nos locais denominados de São Fraústo, Franguino, Morsela Velha, Ranas, Horta de Mós, assim como nalguns vales situados a leste daquela povoação, onde se verifica a existência de pequenas linhas de águas subterrâneas, na Horta do Pinheiro, Vale do Hospital, Pardieiro, Horta das Ameixas, Vale do Paraíso e Cortes Pequenas. Ainda nas proximidades do Torrão, junto à ribeira das Soberanas deparamo-nos também com alguns solos de classe A, nomeadamente na herdade que dá o mesmo nome ao curso de água.

A norte de Alcácer vamos encontrar alguns solos desta classe, nomeadamente ao longo do curso da ribeira de São Martinho, junto a Palma, na herdade da Bemposta e Gradil. Todavia, é principalmente junto dos seus afluentes que se acham solos de classe A como nas imediações da ribeira do Alberginho que, ao longo do seu curso, atravessa extensos vales, assim como junto do ribeiro da Asseiceira que passa nas proximidades dos vales de Braz, e junto das ribeiras da Afeiteira e Junceira, também elas percorrendo grandes elevações. Na mesma região, junto às Serras da Serrinha e Pinhal onde brotam fontes naturais, conhecidas no século XVIII, pelas suas propriedades curativas e milagrosas, encontramos solos de classe A⁵.

Podemos encontrar também alguns terrenos deste tipo, embora em menor abundância, junto da ribeira Remourinho nas proximidades de Santa Susana, e junto ao estuário do Sado na Pré-Arrábida entre Palmela e Setúbal. São solos incipientes, aluviossolos modernos, não calcários, de textura mediana, com poucas ou nenhuma limitações e sem riscos de erosão que permitem a prática de uma agricultura intensiva. São solos, por isso, extremamente férteis, onde se identificaram numerosos arqueossítios de distintas cronologias, e cuja sua localização, junto a cursos de água, constituíam zonas privilegiadas de regadio.

Ao longo de todo o curso do rio Sado, quer para norte em direcção à foz, quer para sul em direcção a Vale de Guizo, Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão, temos solos classificados de classe B e C, os mais abundantes na região em estudo, assim como ao longo dos seus principais afluentes, alguns deles já citados, como as ribeiras de São Martinho, de Santa Catarina de Sítimos, de Remourinho, da Marateca, de Vale de Reis, São Cristóvão, de Arcão, de Burgão, de Algalé, rio Xarrama e ribeira das Soberanas. Em

⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, nº 72, p. 464.

alguns vales, junto a serras, onde existem pequenos cursos de água, lençóis freáticos e fontes, descobrem-se solos de classe B e C, nomeadamente a norte de Alcácer, entre Cabrela e Alberge, nos Vales de Alcácer, Trigo, Brejo da Piteira e nas Serras do Pinhal e Serrinha. Em todos estes locais foi possível identificar arqueossítios Tardo-Romanos e Medievais. A leste da cidade encontramos este tipo de solos nas proximidades de Santa Catarina de Sítimos, nos Vales de Lírios, Penique e Pincarinhos, assim como a sul, junto ao Torrão, no Vale da Ursa e junto da Aldeia do Pico, Brejo das Ameiras, Amada e Chaparralinho.

Os solos de classe B e C, que muitas vezes intercalam com os solos de classe A, tratam-se de solos barros pardos, não calcários, de arenitos argilosos, argilas ou argilitos, com limitações moderadas, riscos de erosão moderados, e susceptíveis de agricultura intensiva moderada. Em outros casos temos solos hidromórficos de aluviões de textura mediana, com algumas limitações acentuadas e risco elevado de erosão, mas que permitem a prática de uma agricultura não intensiva.

Era ao longo do rio Sado e dos seus principais afluentes, onde se situavam os terrenos mais férteis, que se cultivavam os legumes e se semeavam os cereais, como o trigo, cevada e centeio, mas também onde se localizavam os pomares com as árvores de fruto. Várias referências documentais a vinhas, pomares e moinhos de água aparecem citadas junto ao rio e ribeiras no decorrer da Idade Média e princípios da Idade Moderna⁶. Também era junto ao rio, à semelhança do que acontece nos dias de hoje, que se cultivava o arroz. Apesar da inexistência a citações na documentação, certamente o mesmo já seria produzido na região, embora em menor escala, tal como acontecia em Valência e Mallorca cujas fontes escritas testemunham o cultivo daquele cereal a partir do século X (Watson, 1998, p. 49).

Em maior número surgem os solos de classe D. Aqueles apresentam limitações severas, com grande risco de erosão e baixa capacidade agrícola, estando vocacionados, contudo, para a pastagem do gado, matos e exploração florestal. Este tipo de solos ocupa extensas áreas do interior da Península de Setúbal, margem direita do rio Sado e a zona envolvente à Serra de Grândola e Cercal.

⁶ “*Dona Joana de Crasto, filha que foy de Martjm Neto e Pêro Fernandez [sic] e Brjatiz Aranha, tráz em huuma courela de terra no Reguemguo de Benagazill omde estão as sovereiros que emtram na várzea e em testa na ribeira de Çadam (...)*”. “*Framçisco de Lemos tráz huum asemntamento da Ordem abaixo da vila que se chama o Consirado, o qual he huum moyinho e pumar (...)*”. Ver em: ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fols. 88 e 94r.

Quanto aos solos de classe E tratam-se de solos pobres, não susceptíveis de utilização agrícola, pastorícia e exploração florestal, sendo somente zonas constituídas por vegetação natural ou onde é possível o desenvolvimento e plantação de árvores como o pinheiro, sendo a presença daquele atestada na paisagem de Alcácer desde, pelo menos, o Período Islâmico, servindo a madeira extraída daqueles para a construção de barcos no estaleiro da cidade⁷. Insere-se nesta tipologia os solos dos afloramentos calcários da Serra da Arrábida, os xistosos das Serras de Grândola e Cercal, as dunas móveis e as semi consolidadas, que se encontram no interior da Península de Setúbal, e as dunas fósseis e solos arenosos de Vale de Guizo e Castelo Ventoso, que constituem grande parte dos solos da margem esquerda do rio Sado. A norte de Alcácer encontramos também este tipo de solos entre Casebres e Cabrela.

2.1.4. Os recursos hídricos

Alcácer do Sal foi sempre privilegiada devido à sua condição de cidade portuária, permitindo que vários povos para ali se deslocassem em busca de comércio e de novas riquezas. O rio Sado seria uma importante via de comunicação, navegável até Porto Rei (apesar dos seus sucessivos assoreamentos), a cerca de trinta quilómetros da cidade, possibilitando os contactos com o hinterland, permitindo ainda a realização de trocas comerciais com o exterior, por vezes mesmo a longa distância. Os vários portos fluviais ao longo das margens do rio, existentes naquela zona desde o Período Romano, permitiam a deslocação das populações rurais à cidade, criando uma rede de ligações comerciais que caracterizariam o quotidiano da urbe.

A importância do rio é patente nas fontes islâmicas, nomeadamente nos inícios do século XII, quando Alcácer do Sal é referida pelo geógrafo *al-Idrîcî* pela relevância da sua ligação ao rio Sado: “*Alcácer do Sal (al-Qasr) é uma cidade bonita, de grandeza média, banhada pelas águas do narh Satubar (rio de Setúbal/rio Sado). Grande rio que é navegado por grande número de embarcações e navios destinados a viagens.*” (Idrîcî, 1999, pp. 263-264).

Esta descrição permite-nos verificar a importância que o rio tinha pelo intenso tráfego naval vigente naquela época, permitindo a ligação da cidade com outras regiões do Império numa intensa rede de trocas comerciais e ideias, beneficiando o crescimento

⁷ AI-IDRÎSÎ, *la première Geographie de L'Occident*, Presentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef, traduction du Chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef, Paris: Flammarion, 1999, pp. 263-264.

e importância de *al-Qasr* no panorama da história económica, social e política do *al-Andalus*.

A região de Alcácer do Sal, por estar integrada na bacia hidrográfica do rio Sado, possui uma rede hidrográfica relativamente ampla, tendo como principais afluentes o rio Xarrama, ribeiras de Santa Susana, São Cristóvão, São Martinho, Cabrela, Marateca, Alcáçovas, Arcão, Vale de Reis e de Santa Catarina de Sítimos (**Figs. 6 e 7**). Inclusive, esta última é referida nas Memórias Paroquiais, redigidas em 1721, como sendo navegável até ao rio Sado⁸. Isto permitia que um agricultor que residisse no núcleo urbano, ou que a ele se deslocasse, navegasse pela ribeira para um dos dois lados num raio de 6 a 7 km no espaço de uma hora (Carvalho, 2007a, p. 2). Não é de estranhar, por isso, a grande concentração de vestígios da presença humana ao longo do Vale de Sítimos.

Alguns dos cursos de água existentes na região, como a ribeira de São Martinho⁹, secam durante os meses de maior calor e, de Inverno, com as chuvas, enchem e transbordam, adquirindo fortes correntes que causam, por vezes, cheias. Para além daqueles o território é dotado de uma série de fontes naturais de água que, durante séculos, abasteceram os povoados que se encontravam nas suas proximidades.

2.1.5. O coberto vegetal

As particularidades da cobertura vegetal do país correspondem às do seu clima, todavia também os solos influenciam o coberto vegetal de determinadas zonas e convém ainda ter em atenção que o homem modificou bastante as condições florísticas e ecológicas ao longo da história, sendo esta uma característica muito acentuada na Península Ibérica devido aos vários povos que por aqui passaram (Ribeiro *et alli*, 1987, pp. 17 e 18).

A região em estudo apresenta grande presença de plantas mediterrâneas, adaptadas a Verões secos, sendo também estas as mais difundidas em Portugal. Esta característica deve-se em grande parte à forte presença muçulmana no território. Aqueles são conhecidos sobretudo pelo desenvolvimento que deram à vida rural, introduzindo a agricultura de regadio que proporcionava uma grande produção de vários bens de consumo. Eles vieram, portanto, reforçar o tom mediterrâneo que os romanos haviam já

⁸ “Ribeira de Santa Catherina de Sitimos a qual se pode fazer navegavel the ao Rio de Sadão (...)”. Ver: ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734. Disponível online: <http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/44-alcacer-do-sal/62-alcacer-do-sal-santa-susana> (Consultado dia 7 de Novembro de 2018).

⁹ As Memórias Paroquiais referem que a ribeira de São Martinho era seca no verão, verificando-se isso ainda nos dias de hoje. Ver em: ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, nº 72, p. 465.

começado a imprimir na agricultura. Introduziram plantas como o limoeiro, a laranjeira azeda e, possivelmente, o arroz que tem, actualmente, uma forte presença em Alcácer do Sal. Desenvolveram igualmente a cultura da oliveira conforme se desprende pelo nome que deixaram à colheita (safra), ao fruto (azeitona) e ao óleo extraído dele (azeite), a alfarrobeira, que parece evidenciar já ser uma árvore muito antiga e que terá tido a sua difusão com os muçulmanos (Ribeiro *et alli*, 1999b, p. 657).

Durante a Idade Média havia no termo da cidade toda uma cintura verdejante, onde vigoravam, os olivais, vinhas, figueiras, laranjeiras, sobreiros, freixos, carvalhos e pinheiros, sendo este último, mencionado nas fontes árabes conforme já referido, destacando-se pela sua enorme presença pelo território¹⁰. Os olivais, vinhas e figueiras já existiam na paisagem de Alcácer no Período Islâmico, surgindo mencionados durante a reconquista, em 1217, quando os cruzados foram surpreendidos pela população muçulmana da cidade a colher as belas uvas fora do acampamento. Durante o cerco, com o propósito de entulhar o fosso que rodeava a fortificação, os cristãos recorreram à lenha proveniente das oliveiras e figueiras, já que eram as árvores maioritárias e abundantes na zona, para tentar chegar ao cimo das muralhas da cidade (Pereira, 2000, p. 144). Também durante o Período Romano a presença de vinhas e oliveiras eram constantes no território de Alcácer. Políbio faz referência, no século II a.C., à importância do trigo e do vinho naquela região, mas também o azeite já seria bastante consumido, tal como se pode constatar pela presença de pesos de lagar nas ruínas de estabelecimentos rurais, em parte correspondentes a antigas *villae* dispersas pelo território (Faria, 2002, pp. 49 e 65).

Abundavam naturalmente na Idade Média as hortas e os pomares que exigiam um trabalho constante, obrigando às idas e vindas diárias, ao labor continuado, garantindo desta forma, o abastecimento de produtos frescos aos moradores da vila, como acontecia na maioria dos aglomerados populacionais medievais (Pereira, 2000, p. 143). Também na Época Islâmica, o território deveria estar repleto de áreas cultivadas onde muitos moradores da cidade se deslocavam de manhã cedo para ir trabalhar e regressavam à tarde para a cidade. Muitos desses territórios estavam localizados num raio de 5 km a partir da cidade, conforme se comprova pelos vestígios arqueológicos identificados, tal como acontece em Silves, permitindo desta forma que um agricultor que residisse no núcleo

¹⁰ “A vila está rodeada por todos os lados de bosques e pinheiros, cuja madeira serve para a construção de numerosos barcos”. Ver em: COELHO, António Borges (2008) - *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 53.

urbano, ou a ele se deslocasse para comercializar os seus produtos, regressasse, no mesmo dia, a casa, depois de cerca de uma hora de marcha para cada lado (Gomes, 2002b, p. 141).

Esta hipótese é ainda reforçada, pela descrição que *Ibn Saíde* faz na sua obra *al Mughrad biholi-l-Maghreb*, sobre os recursos agrícolas e população do *Al-Andalus*. Refere ele o seguinte: “Quando falei em dar uma adequada e justa descrição do *Al-Andalus*, quis dizer que é um país cercado pelo mar, abundante em frutos e produções de todo o género, com muitas cidades e vilas, e de tal modo povoadas que, se um viajante percorre uma certa distância, encontra a cada passo no seu caminho aldeias, cidades e vilas rústicas e campos cultivados e nunca deparará, como é geralmente o caso noutros países, com grandes porções de terra não cultivada ou deserto.” (Coelho, 2008, p. 63).

Através desta descrição de *Ibn Saíde*, podemos efectivamente perceber a importância que a actividade agrícola teria na Época Islâmica, através dos vários campos cultivados pelas populações das várias cidades do *al-Andalus*, onde Alcácer do Sal não era excepção, estando repleta de áreas cultivadas nas suas proximidades. Na Idade Média, nas hortas do território cresciam favas, tremoços e outras leguminosas, para além das imprescindíveis cebolas, alhos, hortaliças e ervas aromáticas¹¹. Apesar de não haver notícia de linhares, o linho estava presente na lista das rendas pagas à Ordem de Santiago¹². Como esta planta precisa de terrenos frescos, é possível que fosse cultivada junto às zonas de horticultura.

Várias manchas de concentração hortícola, retalhadas em pequenas parcelas, surgiam na zona da Fonte Santa, na Palmeira, no Cabo contra Setúbal¹³, em Porches, em Arpilha, na Horta do Cano e na Horta do Mestre¹⁴. Na margem sul do rio, desde o século XIV que os textos indicam Arpessol Carrinho e Vale como terras mimosas de hortas e pomares de boas árvores frutícolas. Também as romãzeiras, pereiras, laranjeiras, marmeleiros e pinheiros juntavam-se às habituais figueiras e oliveiras na paisagem alcacerense (Pereira, 2000, p. 143).

¹¹ ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 56.

¹² ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 56.

¹³ “Johão Nunes e Bramca do Carvalhal, sua mulher trázem huuma orta da Ordem no cabo desta villa contra Setuval (...)”. Ver em: ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 76.

¹⁴ “Pêro Botelho tráz huuma orta da Ordem em Arrefoles que se chama a Orta do Mestre (...)”. Ver em: Ver em: ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 81v.

2.1.6. A fauna

A fauna existente na região, durante a Idade Média, era muito mais diversificada que a actual, uma vez que a acentuada acção predadora do homem, aliada às alterações no coberto vegetal, provocaram a extinção de muitas espécies.

A criação de gado e os seus derivados como a lã, manteiga e os lacticínios tinham uma grande importância em Alcácer do Sal durante o Período Islâmico, conforme se verifica pela citação que *al-Idrîcî* faz do território daquela, afirmando que “A região, muito fértil, produz em abundância lacticínios, manteiga, mel e carne” (Coelho, 2008, p. 53). De facto, o estudo dos restos de fauna mamalógica provenientes de contextos islâmicos, datados dos séculos IX e X, recuperados de silos e de uma casa no interior da alcáçova da cidade durante intervenções arqueológicas realizadas, entre 1993 e 1997, atestam a grande presença de restos osteológicos de ovicaprinos na dieta alimentar daquelas populações (*Capra hircus* e *Ovis aries*), à semelhança daquilo que se verificou nas camadas arqueológicas muçulmanas da alcáçova de Silves, em *Madinat Ilbira* e Vascos (Moreno García e Davis, 2001, pp. 233-235; Gomes, 2002b, 75; Malpica Cuello *et alli*, 2012, p. 97; Benito e Castro, 2012, p. 132).

Para além disso, recolheu-se também, daqueles contextos, chifres fechados, um de ovelha e outro de cabra, que teriam sido, possivelmente, usados nalgum artesanato local (Moreno García e Davis, 2001, p. 235). A lã, pele e couro provenientes daqueles animais eram largamente utilizados para a confecção de distintos artefactos que seriam depois vendidos nos mercados e exportados. Aliás, o curtimento de peles e a sua exportação já seria efectuada durante o Período Romano uma vez que, segundo Plínio, *Salacia* era muito conhecida pelos seus famosos tecidos de lã exportados, bicolores, fabricados de lã branca e negra (Guerra, 1995, p. 39; Faria, 2002, p. 52).

Também os lacticínios e os seus derivados, como queijos e manteigas, seriam largamente consumidos como atesta a descrição de *al-Idrîcî*, o que somente seria possível com a larga criação de animais que produziam leite. Durante a Idade Média figurava nas receitas da Ordem o pagamento do dízimo do gado de qualquer espécie, assim como dos queijos das cabras e das ovelhas¹⁵. Quanto à lã sabe-se que na portagem, era pago um soldo por fardo ao Rei. Todos os matos e terras marinhas que o almoxarife da Ordem poderia dar em sesmaria tinham de acautelar os terrenos comuns de pastos do concelho,

¹⁵ ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 56.

bem como a lenha, carvão e barro necessários para o quotidiano das populações (Pereira, 2000, p. 148).

No respeito ao gado graúdo, como bois (*Bos taurus*), vacas e cavalos (*Equus caballus*), à semelhança do gado miúdo, era também muito expressivo na área periurbana e no próprio termo. A sua continuidade pode-se comprovar desde o foral de 1218, à documentação de inícios do século XVI (Pereira, 2000, p. 147). São constantes nesta, as queixas e pressões dos residentes, impondo barcos para fazer a travessia dos animais de uma para a outra margem do Sado¹⁶. Os cavalos eram uma presença frequente nos amplos pastos da Ordem de Santiago. A título de exemplo, refere-se a condenação, em 1459, de um alcacerense por ter roubado uma égua e poldros bravos pertencentes ao Infante D. Fernando, mestre dos Espatários¹⁷.

Das intervenções arqueológicas referidas recolheu-se igualmente dos contextos islâmicos mencionados, datados dos séculos IX e X, restos osteológicos pertencentes a vaca e vitela, cuja carne seria igualmente consumida por aquelas comunidades, embora em menor escala, comparado com os ovinos e os caprinos (Moreno García e Davis, 2001, p. 234). Aquele tipo de animais seria também utilizado na tração e para obter o leite. Identificou-se, ainda, no interior de um silo, junto a uma habitação da alcáçova, espólio osteológico de cavalo, todavia, dada a sua escassez no registo arqueológico, aquele não seria incluído na dieta alimentar, à semelhança daquilo que ocorre nos dias de hoje no mundo árabe (Moreno García e Davis, 2001, p. 235). Teria certamente outras funções, nomeadamente o transporte de pessoas e mercadorias. Foi possível encontrar também nos restos osteológicos recuperados, quer de animais de grande como de pequeno porte, marcas de roidelas provocadas por cães (*Canis familiaris*) e gatos (*Felis sp.*) e, apesar de não se ter encontrado qualquer resto osteológico daqueles, a sua presença naquele contexto arqueológico ficou atestada pela existência das referidas marcas (Moreno García e Davis, 2001, p. 233; **fig. 8**).

No que respeita às espécies cinegéticas há a assinalar a presença significativa dos espólios osteológicos recuperados da alcáçova do Castelo de Alcácer de coelhos, lebres e veados, sendo a carne destas espécies bastante consumida pelas comunidades muçulmanas, tal como se verificou em Mértola e Mesas do Castelinho (Almodôvar) (Cardoso, 1993; p. 106; 1994, p. 213; Moreno García e Davis, 2001, pp. 234-235; Moreno

¹⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 31, fl. 89.

¹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 13.

García e Pimenta, 2012, p. 171). Recolheram-se também restos osteológicos, embora escassos, de javali indicando assim, apesar das proibições corânicas, o seu consumo ocasional, à semelhança daquilo que se verifica em outros arqueossítios como Sintra, Lisboa e Granada (Riquelme Cantal, 1993, p. 259; Moreno García e Davis, 2001, p. 235; Moreno García e Gabriel, 2001; Coelho, 2012, p. 108). Na Idade Média, Alcácer era muito conhecida pelas caçadas, abundando por isso no território, para além das espécies referidas, também outras, como o gamo (*Dama dama Lin.*)¹⁸, lince (*Lynx pardina*), urso (*Ursus arctos Lin.*), lobo (*Canis lupus*)¹⁹ e raposa (*Vulpes vulpes Lin.*) (Pereira, 2000, p. 148). Com frequência a nobreza, incluindo príncipes e o próprio Rei, deslocavam-se muitas vezes àquela vila para descansar e caçar, ficando famosas as deslocações de D. João II ao termo da cidade, precisamente para realizar essa actividade²⁰.

Do arqueossítio mencionado recolheu-se igualmente avifauna, tal como fauna ictiológica, mostrando assim que aquelas comunidades teriam uma dieta diversificada (Moreno García e Davis, 2001, pp. 234-235). Dos primeiros destaca-se a presença da galinha, sobretudo poedeiras, tal como de espécies ligadas à prática venatória, designadamente perdiz (*Perdix rubra*), espécie mais numerosa a seguir à galinha (*Gallus domesticus*), corvo e abutre fulvo. Relativamente à fauna ictiológica conseguiu-se identificar um fragmento de opérculo e cleithrum de galope (*Liza aurata*), espécie pescada localmente no rio Sado.

Havia igualmente na região tainhas, barbos (*Barbus cf. barbus*), bogas (*Boops boops*), gardellas, irozes, salmões, robaldos (*Morone labrax*), mas também baleias, baleotes, golfinhos, cocas, ruazes, muzaranhas, sabogas e camarões, muges, enguias e trutas²¹ (Pereira, 2000, p. 140). Há semelhança dos dias de hoje, existiria também a sardinha (*Sardinella aurita*), o carapau chicharro (*Trahurus trachurus*), caraparu negro, sargo (*Diplodus*), atum rabilho (*Thunnus thynnus*), espadilha (*Sprattus sprattus*), cavala (*Scomber japonicus*) e o pargo (*Pagrus*). Destacam-se ainda outras espécies, como a lagosta, lagostim, o caranguejo e a amêijoia (Ribeiro *et alli*, 1991, pp. 1116-1117).

¹⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, nº 37, p. 201.

¹⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 207, p. 1549.

²⁰ “Foy el Rey hum sabbado caçar, e jantar a Sitima [Alcácer do Sal], como muytas vezes fazia (...)”. Ver em: RESENDE, Garcia de (1798) – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 258.

²¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 36, nº 68, p. 604.

Durante a Idade Média a importância da riqueza das águas e do comércio que ela proporcionava era bem ciente por parte dos monarcas. Devido a diversos conflitos entre o Rei e a Ordem de Santiago, surge em várias cartas, desde o reinado de Afonso III até D. João I, a imposição de pôr fim a contendas, estipulando o imposto a pagar às duas instituições sobre mercadorias e pescado, relatando-se nesses documentos os peixes e cetáceos, sobre os quais recaiam dízimas, tais como baleias, golfinhos, cocas, ruazes, muzaranhas e outro pescado de grande porte (Pereira, 2000, pp. 140-141).

2.1.7. Os recursos naturais e económicos

A região envolvente de Alcácer proporcionava uma série de recursos naturais que eram essenciais para os quotidianos das populações que por ali habitavam. Apesar da escassez de pedra naquele território, abundam os biocalcarenitos arenosos que foram utilizados durante a Idade do Ferro, Período Romano e Islâmico na construção das primeiras muralhas e torres da cidade, tal como nas habitações e fortificações rurais que identificámos no território. Nos séculos XIV e XV a pedra era muito utilizada nos alicerces dos edifícios, mas, similarmente, em alguns casos nas paredes. Aquela era assim usada na construção de edifícios de prestígio, mas também nos de tipo corrente, para alicerces, cunhais, escadas, arcos, ombreiras de portas, janelas e peitoris (Pereira, 2000, p. 125). Podemos encontrar alguns afloramentos calcários em Alcácer, Montalvo, Montevil, Arrábida, Lezíria, Ribeira de Arcão, Palma e Serrinha (Zbyszewski *et alli*, 1976, p. 52; Faria, 2002, p. 21).

Na Idade Média está documentada a existência de uma pedreira junto à Igreja de Santa Maria dos Mártires, porém desconhece-se quando terá começado a ser explorada, sabendo-se somente que grande parte da matéria-prima ali obtida era destinada à construção (Pereira, 2000, p. 126). Haveria, certamente, outros locais onde aquela teria sido explorada, possivelmente junto a Cabrela e Alcáçovas, nos designados Montes da Pedra, e no Torrão, onde no século XVIII, é referida a existência daquela matéria-prima²², embora, até ao momento, não se tenham identificado pedreiras naquela zona. Para além do uso daquela nas construções, também a taipa foi largamente utilizada durante o Período Islâmico, nomeadamente com os Almorávidas e Almóadas, na construção de grande parte das torres e muralhas que subsistem do castelo da cidade, sendo os alicerces daquelas erguidos em alvenaria de pedra, mas também na grande maioria das torres e

²² ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 36, nº 68, p. 604.

recintos fortificados rurais daquele território. A taipa era elaborada com areia, pedras e barro argamassado, a que por vezes se juntava cal, sendo depois bem compactada entre enxaiméis ou taipais, permitindo edificar estruturas resistentes, de modo rápido e pouco dispendioso (Gomes, 2002b, p. 77).

A qualidade da taipa variava em função das terras disponíveis, sendo preferíveis as de natureza argilosa, com humidade e alguma consistência, os inertes aplicados e quantidade de cal empregue (Gurriarán Daza e Sáez Rodríguez, 2002, p. 564). As areias utilizadas provinham de vários locais como Porto de Areia e Arieiros, mas também outros locais não presentes na toponímia, como Vale de Alcácer, Ribeira da Marateca, Bemposta e Santa Catarina de Sítimos. Quanto ao barro seria proveniente da Barrosinha e Barreiras, sendo aquele empregue na composição das argamassas que compunham as taipas, mas também nos pavimentos das casas, depósitos de água e nos fornos de cerâmica para fabrico de telhas e peças para uso quotidiano. As paredes das habitações, quer fossem construídas em pedra, taipa ou adobe, eram rebocadas com argamassa de cal e areia, permitindo melhor isolamento, dadas as capacidades hidrófugas da cal, e melhor resistência das paredes face aos agentes erosivos. Este processo, que aliás ainda se mantém, registou-se durante toda a permanência muçulmana na região, sendo atestada por *Ibn Saíde*, no século XIII, na sua obra *al Mughrad biholi-l-Maghreb*, ao descrever o território do *al-Andalus* “(...) as suas casas, continuamente caídas de branco, por dentro e por fora, dá gosto vê-las ao lado das árvores verdes.” (Coelho, 2008, p. 63).

A cal foi utilizada, de igual modo, no estuque de paredes e tectos, sendo empregue, misturada com areia, na constituição de pavimentos. Conhece-se apenas a existência de um forno de cal, embora certamente teria havido mais, no século XVI, à saída de Alcácer, na estrada para Évora²³. Na construção usava-se também a madeira, proveniente das árvores do território envolvente da cidade, como por exemplo, o olival (oliveira), o pinho, a faia, o castanho, o carvalho e o cedro. Na Idade Média utilizava-se também a madeira em grande escala nas grades, portas, janelas, travejamento dos telhados, coros das igrejas e capelas, sobrados e forro dos tectos eram feitos com esta matéria-prima, mantendo-se a sua utilização, até ao século XVI, na construção das habitações dos moradores do concelho (Pereira, 2000, p. 126). A abundância de pinheiros na envolvente de Alcácer

²³ “E o farregeall que estaa detrás das estalageens de Gonçalo de Nabaees parte ao sull com estrada que vem do chafarjz pera Évora e ao norte com farregeall de Martim Callado e ao levamte com as casas do forno da call de Brjatiz Gonçalves (...).” Ver em: ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Códice nº 154, fl. 83v.

permitiu o abastecimento, durante o Período Islâmico, do estaleiro de construção naval da cidade, tal como refere *Idrîcî* (Coelho, 2008, p. 53), mantendo-se essa tradição até à Idade Moderna.

A madeira e cortiça eram exportadas para Lisboa nos alvares da modernidade, fazendo com que D. Sebastião legislasse no sentido de proteger os sobreiros ao longo da margem do Sado de Alcácer até à foz, especificando uma zona interdita para o seu corte para dez léguas para o interior, a norte e a sul²⁴. De facto, o consumo descomunal de madeira, lenha e resina esgotava as reservas destas árvores, necessárias para a referida construção naval. Os bosques e florestas de Alcácer forneciam ainda a lenha necessária para abastecer os vários fornos de pão, cerâmica, telha e de cal da região e serviam de refúgio e habitat para os vários tipos de espécies animais, que faziam de Alcácer uma zona privilegiada para a caça. A madeira proveniente do termo da cidade era ainda exportada para Lisboa através das barcas e batéis (Pereira, 2000, p. 149). Para além das florestas, bosques e matos encontravam-se na região as almargens, palavra etimologicamente derivada do árabe (*al-marj*) que significa prado ou pastagem (Machado, 1958, p. 243). Seriam, por isso, terrenos propícios para a pastagem e criação de gado, encontrando-se aqueles distribuídos por uma ampla região de Alcácer, nomeadamente nas regiões mais interiores, junto de vales e serras, em terrenos xistosos e não propícios para a agricultura. Junto a Alcáçovas subsiste o topónimo “Almargias” que remete para a existência dos terrenos referidos²⁵.

As várias árvores de fruto distribuídas no território de Alcácer eram propícias à criação de colmeias e enxames de abelhas, permitindo a extracção do mel, produto bastante apreciado na cidade ainda hoje, sendo famosas as pinhoadas com mel, e que parece remeter os seus primórdios para a presença islâmica na região (Coelho, 2008, p. 53). Aquele produto era ainda exportado, tal como a cera, no reinado de D. Afonso III (Pereira, 2000, p. 150). Valorizando a produção de cera e mel da região, D. Manuel, procurou incentivar aquelas actividades, através da concessão de privilégios aos moradores de Alcácer, proibindo, sob pena de pagamento de dois mil reais, que fossem arrancadas cepas numa área até meia légua em redor das silhas de colmeias, uma vez que esse era um espaço considerado conveniente para as abelhas²⁶.

²⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Privilégios, liv. 4, fl. 176.

²⁵ Ver: C.M.P. nº 479 à escala 1:25 000.

²⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 9, fls. 17 e 17v.

No respeito aos recursos minerais, não seriam muito abundantes na região, existia uma mina de carvão em Santa Susana, sendo este produto largamente exportado, no século XVI, de Alcácer para Lisboa e outras zonas do reino (Pereira, 2000, 149). Também o cobre das minas de Aljustrel e da Caveira transitavam pelo porto de Alcácer, possuindo um papel bastante importante nas actividades comerciais da região, nomeadamente, na Idade do Bronze e Ferro, assim como na Época Romana (Faria, 2002, p. 65). Na Idade do Bronze com os fenícios já se exploravam minas de cobre e de estanho, por isso é natural que as minas de Aljustrel e da Caveira fossem bastante conhecidas nesta altura. Durante o Período Romano, sabe-se que as minas de Aljustrel seriam bastante exploradas, uma vez que se encontrou nas mesmas, três tábuas do Imperador Flávio, nas quais está gravada a *Lex metalli vispacensis*, ou seja, as normas que regulamentavam a exploração regional das minas de cobre (Ribeiro *et alli*, 1991, p. 1160).

O ouro proveniente de alguns artefactos encontrados na região, nomeadamente na herdade do Álamo de Cima (Faria, 2002, p. 35), junto à freguesia de São Martinho, datados da Idade do Bronze, terá sido extraído de alguma jazida na região. As fontes islâmicas citam a existência de ouro em Almada, podendo aquele ser exportado para Alcácer (Rei, 2012, p. 149). Nas Serras do Pinhal e Serrinha extraia-se o bário que servia para a produção de vidro²⁷, mas também o manganês que era muito utilizado na decoração da cerâmica (Zbyszewski *et alli*, 1976, p. 52).

Nas prospekções que efectuámos não conseguimos identificar minas de exploração dos respectivos minerais, contudo segundo fontes orais, existia no cerro perto do actual Monte da Serra do Pinhal, designado de Cabeço da Mina, galerias horizontais bastantes fundas. No local identificámos grandes amontados de pedras, um poço, e algumas cerâmicas comuns islâmicas. Nas proximidades daquele sítio, reconhecemos importante recinto fortificado e povoado ocupado em Época Tardo-Romana, Islâmica e Cristã, cuja larga ocupação daquele arqueossítio estará certamente relacionada com a exploração daqueles minerais e, possivelmente, a sua comercialização e exportação para outras regiões.

O rio Sado, tal como os seus distintos afluentes, seriam importantes meios de comunicação, permitindo não só os contactos com o hinterland, mas o comércio com o exterior, por vezes a grande distância. Os vários portos fluviais ao longo das margens do

²⁷ “Antonio de Mjramda tráz huuma herdade emcabeçada da Ordem ao Forno do Vidro, em Palma que se chama de Sam Martjinho (...)”. Ver em: ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, liv. 154, fl. 93.

rio, existentes desde Época Romana, permitiam a deslocação das populações rurais à cidade, criando uma rede de ligações comerciais que caracterizariam os quotidianos de Alcácer do Sal. Aqueles cursos de água proporcionavam ainda a pesca e a recollecção de mariscos, grandes fontes alimentares, usufruídas tanto pelas populações litorais como pelas do interior.

O clima e a morfologia do Sado, associados a uma costa rica em peixes, permitiram que ali se tivesse desenvolvido uma importante indústria de conserva de peixe e transformação de pescado, sobretudo no Período Romano. A indústria piscícola apenas se pôde desenvolver graças à existência de barreiros e lenhas nas margens do rio Sado, que permitiram fabricar os contentores para o seu transporte. Foram descobertos vários fornos de produção de ânforas nas margens do rio que reforçam precisamente o enunciado, nomeadamente, na Barrosinha I e II, Alcácer, Telhada, Ameira, Bugio I e II, Vale da Cepa, Abul, entre outros (Faria, 2002, p. 65).

O rio Sado foi na Idade Média uma importante via de comunicação bem enraizada nos quotidianos das populações. A comprová-lo está toda uma extensa negociação existente entre a Ordem de Santiago e os distintos monarcas, desde D. Afonso III, sobre os direitos das pescarias, do sal e de todas as mercadorias que circulavam, entravam e saíam pela foz do rio (Pereira, 2000, p. 134). O comércio externo da época incluía a exportação de alguns produtos presentes na zona como o sal, o vinho, o azeite, o mel, a cera e os figos secos, todavia, a maior parte deles, principalmente os cereais, destinavam-se particularmente ao abastecimento de Lisboa (Macedo, 1990, p. 178). Durante a expansão portuguesa aquela cidade teve um papel importante na defesa da praça de Ceuta, através de uma série de doações efectuadas pela Ordem de Santiago, designadamente de bens e produtos produzidos na região (Pereira, 2000, p. 90).

A poente de Alcácer, tanto na margem direita como na margem esquerda do rio Sado, estendiam-se vários sapais e zonas alagadas, onde o clima quente e seco, com brisas fortes, favorecia o aparecimento de marinhas. O sal foi um produto muito importante na região, sobretudo desde Época Romana, perdurando nas Épocas Islâmica e Cristã, uma vez que possibilitava a conservação do peixe, permitindo assim a sua comercialização a longas distâncias, mas também a conservação da carne, do queijo, da manteiga e ainda pelo seu uso na farmacopeia e no tratamento de couros (Malpica Cuello, 2005, pp. 262-264). As fontes documentam a existência de várias marinhas, nos séculos XV e XVI, ao

longo das margens do Sado em Espim, Abul, Telhada, Palma, Vale de Alberge, Montevil, Batalha e Fonte Santa²⁸.

O sal da região de Alcácer era um dos produtos que pagava dizima à entrada do porto de Lisboa, como é confirmado pela referência contida no foral da portagem desta cidade, anterior a 1377. D. Fernando, para incrementar a produção do sal sadino, isentou os concelhos de Setúbal e Alcácer, em 1378, do *alfolim* do sal, o que comprova, no século XIV, a continuidade da sua produção e comercialização na região (Pereira, 2000, pp. 134-137).

O âmbar cinzento (*'anbar*), utilizado na perfumaria e na medicina, existiu nas costas do Sado, conforme se depreende pela citação do geógrafo *al-Hamawî*, no século XIII, ao referir-se a Alcácer: “*cidade em al-Andalus, pertencente às zonas rurais de Beja. Está próxima do mar. Diz-se que o âmbar existe nas suas costas.*” (Rei, 2012, p. 190).

Para além dos recursos naturais obtidos no rio e pequenos cursos de água, é importante frisar ainda que a água proveniente daqueles era essencial para o abastecimento da cidade e das aldeias rurais dispersas pelo território. O rio, as ribeiras e as fontes permitiam, igualmente, o desenvolvimento de sistemas de regadio, através da edificação e organização de acéguas (*as-saqiya*)²⁹ para distribuição de água aos terrenos limítrofes, proporcionando o desenvolvimento agrícola, de hortas e pomares, e a consequente riqueza das populações.

2.2. Antecedentes históricos

2.2.1. A Pré e Proto-História na região de Alcácer

A região do vale do Sado apresenta evidências de ocupação humana desde o Paleolítico Inferior, embora os vestígios sejam escassos, em comparação com os de épocas posteriores. Foram identificados alguns arqueossítios que remontam ao período referido, junto às ladeiras do rio, nomeadamente na Barrosinha 1 e Monte da Boavista 1 nas imediações de Alcácer do Sal, tal como no interior de grutas na Serra da Arrábida, nos sítios Figueira Brava e na Lapa de Santa Margarida, entre o Portinho e a Praia de Alpertuche (Ferreira *et alli*, 1993, p. 373; Raposo e Cardoso, 2000, p. 9; Faria, 2002, p. 27).

²⁸ ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, liv. 154, fls. 78v, 155, 156 e 156v.

²⁹ Significado de “o rio, o canal, aquilo que rega os campos”. Ver: MACHADO, José Pedro (1997) – *Ensaio Árabe – Portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 184.

O Período Mesolítico que, cronologicamente, se situa entre 9000/8000 e 6000 a.C., está relacionado com comunidades de caçadores-recolectores que se estabeleceram junto dos principais cursos dos rios alimentando-se, essencialmente, dos recursos aquáticos. No vale do Sado as comunidades fixaram-se, em grande maioria, nos rebordos de planaltos, em cotas elevadas, ligeiramente afastados das margens do Sado, privilegiando o controlo visual, em prol do rio, contrastando, deste modo, com o povoamento do vale do Tejo. A questão topográfica assume particular relevo nos casos do concheiro das Poças de São Bento, da Fonte da Mina e do Barranco da Moura – estes últimos ainda não relocizados – uma vez que a distância efectiva aos bancos de moluscos, torna a formação de depósitos conquíferos não rentável, numa perspectiva da economia alimentar. Por outro lado, existem algumas comunidades que se implantaram em zonas de cotas inferiores, mais próximas do rio Sado, de que é exemplo Barrada das Vieiras/Portancho e Várzea da Mó (Diniz e Arias, 2012, pp. 147).

No que respeita à cultura material das populações mesolíticas do vale do Sado caracteriza-se pelo fabrico de utensílios líticos em todas as jazidas, assim como espátulas de osso e contas de colar feitas a partir de vértebras de peixe. A identificação de cerâmicas neolíticas nos estratos superiores dos concheiros indica que as populações mesolíticas contactaram com outros grupos mais avançados a nível cultural e económico (Arnaud, 1987, pp. 53-64).

A neolitização e o fenómeno do megalitismo estão representados através de vários vestígios existentes na região em estudo. As zonas de habitat identificadas situam-se principalmente na região da Comporta, tendo sido realizadas escavações arqueológicas, em 1979, nas seis jazidas reconhecidas, nomeadamente em Pontal, Celeiro Velho, Possanco, Malhada Alta, Barrosinha e Sapalinho. A população que ali se fixou, durante o quarto e os inícios do terceiro milénio, vivia essencialmente da pesca e da recollecção de moluscos marino-estuarinos, organizando-se em aldeias de curta duração, situadas em terrenos arenosos, nas margens do Sado. A cultura material caracteriza-se pela produção de cerâmicas de pastas semi-compactas, com abundantes elementos não plásticos, apresentado as superfícies internas alisadas e as exteriores toscas, embora se tenha encontrado peças com pastas bem compactadas e alisadas. As formas caracterizam-se pela presença de taças em calote, carenadas, esféricos altos e vasos de colo, apresentando decoração impressa não cardial, plástica e incisa (Silva e Soares, 2013, pp. 158-160).

Em sondagens realizadas no Castelo de Alcácer do Sal, entre os anos de 1993 a 1997, foi reconhecido nível de ocupação correspondente ao Neolítico Final, cujos materiais cerâmicos apresentam similaridades com os descobertos nas jazidas referidas (Silva, 1983, pp. 1-3). Identificaram-se, ainda, achados isolados desta época, no curso inferior do Sado, particularmente machados de pedra polida nas herdades da Vila Ruiva e Brejos das Lezírias, bem como enxós de fibrolite em Santa Susana, mais para o interior do território e afastado do rio (Faria, 2002, p. 33). Aqueles vestígios denunciam um outro tipo de ocupação e exploração do território que privilegia os solos férteis e a fauna mamalógica, em detrimento dos recursos do estuário.

Foi, igualmente, naquele local referido, bem como nas freguesias do Torrão e São Martinho, que se reconheceram monumentos megalíticos, nomeadamente em Vale da Figueira de Cima, Palma, São Fausto, Álamos, Berlonguinho e Serra da Serrinha (Vasconcelos, 1927, pp. 55-56; Faria, 2002, p. 31). Inclusive, neste último, identificámos, durante trabalhos de prospecção, entre a densa vegetação que cobre a serra, dois esteios de pedra que poderão ter integrado uma anta (**Fig. 9**).

Para o Calcolítico são conhecidos alguns povoados fortificados como Monte dos Castelos, Monte da Tumba e Castro de Chibanes. As distintas intervenções arqueológicas realizadas no Monte da Tumba colocaram a descoberto uma fortificação constituída por muralhas providas de torres e bastiões, enquanto no Castro de Chibanes, identificou-se dois tramos de muralhas que integrariam fortificação edificada nessa altura (Silva *et alli*, 1995, p. 160; Silva e Soares, 2014, p. 110). Foram identificados outros locais com ocupação calcolítica, nas freguesias do Torrão e Santa Susana, em Barrada do Grilo, Cabeço da Mina, Atalaia da Quinta, Cabeço do Rebolador e Monte das Cortes Pequenas 1, assim como na região de Palmela em Gaiteiros, Malhadas, Moinho da Fonte do Sol, Alcaria da Portela, Torres Altas, Travassos e Águas de Moura 1 (Faria, 2002, pp. 33-35; Fernandes e Santos, 2012). Os materiais cerâmicos recolhidos naqueles arqueossítios caracterizam-se pela presença de taças carenadas, largas, esféricas e em calote, de bordo espessado, com mamilos de pressão alongados (Soares e Silva, 1994/1997, pp. 102-112).

Para a Idade do Bronze temos algumas estações arqueológicas identificadas em Monte do Vale de Carvalho, Herdade do Hospital e Herdade do Álamo de Cima. Nesta última encontrou-se, em 1909/1910, enquanto se procedia a trabalhos agrícolas, cerca de vinte seis braceletes ou anéis de fio de ouro e outros artefactos do mesmo metal (Heleno, 1935, pp. 232-234; Faria, 2002, p. 35). Foi, contudo, no Castelo de Alcácer do Sal, que se

reconheceu importante povoado desse período cronológico, tendo-se ali recolhido cerâmicas de fabrico manual, brunidas e de formas carenadas (Silva, 1983, pp. 1-3). Para a Idade do Ferro, destaca-se a feitoria fenícia do Monte de Abul, no baixo vale do Sado, onde se identificou recinto amuralhado, tendo a estratigrafia revelado cerâmicas de fabrico manual, de pastas cinzentas, assim como cerâmicas de engobe vermelho e pintadas. Deste período datam também o conjunto de habitações e santuário identificados no interior do Castelo de Alcácer, vindo demonstrar o grande crescimento que a cidade teve sob o domínio cartaginês e fenício, possuindo aquela, nessa altura, o nome *Bevipo*, conforme consta nas moedas encontradas (Pereira, 2000, p. 32).

Outro importante arqueossítio é a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, onde se terá exumado espólio de cariz orientalizante como peças de cerâmica ática de verniz negro e escaravinhos egípcios, fruto das relações comerciais com os vários povos provenientes do mediterrâneo que ali afluíam, graças à situação geoestratégica de Alcácer com um amplo estuário permitindo a navegação oceânica e o escoamento de produtos (Faria, 2002, pp. 38-39). Datam igualmente desta altura a necrópole de São Francisco, assim como os povoados fortificados dos Castelejos e Castro de Chibanes (Vasconcellos, 1927, pp. 41-44; Faria, 2002, p. 63; Silva e Soares, 2014, p. 109).

2.2.2. Período Romano

Escavações ocorridas no castelo de Alcácer, entre os anos de 1979 e 1981, colocaram a descoberto troço de via romana, datada do séc. I d.C., com largura mínima de 5 m, ladeada a norte por *tabernae* e por uma conduta de água que corre no sentido norte-sul (Soares e Silva, 1982, p. 75). Também as escavações ocorridas no interior da alcáçova e *madina* muçulmana, entre 1993 e 1997, vieram contribuir para o conhecimento do urbanismo da cidade através da descoberta de compartimentos junto ao *forum* e de muros que definiam habitações romanas. Foi escavada, igualmente, no interior da alcáçova, troço de via que provavelmente fazia parte do troço identificado junto às *tabernae* e que corresponderia à *decumanus* da cidade (Faria, 2002, p. 90-102).

Em 2008 realizaram-se intervenções arqueológicas, sob a direcção da arqueóloga Marisol Ferreira, no interior da Igreja do Espírito Santo, junto à zona ribeirinha da cidade, que colocaram a descoberto arrabalde portuário que terá sido ocupado desde a Idade do Ferro ao Período Islâmico. Entre as estruturas intervencionadas de Época Romana

encontram-se compartimentos e uma calçada, cujos espólios recuperados permitem atribuir uma ocupação entre os séculos II/I a.C. e I/II d.C. (Ferreira, 2015, p. 5).

As termas da cidade situavam-se no Largo dos Açougues e da Consolação, conforme comprovaram as estruturas ali identificadas, em 2011/2012, no decurso de um acompanhamento arqueológico³⁰. A água era conduzida à urbe através de um aqueduto subterrâneo construído em *opus incertum* e *signinum*, encontrado no Bairro do Rio de Clérigos, a leste de Alcácer, possuindo um canal com 0,32 m de largura. Ligada ao abastecimento da cidade estava também a cisterna do Olival de São João, situada a 200 metros a norte de castelo, de planta circular com diâmetro interno de 2,50 m e uma altura de 4,10 m, datada do século I d.C. (Faria, 2002, pp. 59-60; **fig. 10**). Quanto às necrópoles da cidade localizavam-se, ao longo das principais vias, na Azinhaga do Senhor dos Mártires, São Francisco e Bairro do Crespo. Nesta última encontrou-se sepulturas de inumação, o que poderá evidenciar uma ocupação na Antiguidade Tardia e Período Visigótico. A poucos metros da cidade identificaram-se estações romanas, assinaladamente na Horta do Crespo, Ponces, Olivais da Pedreira, José Lince, Nossa Senhora de Aires, Cardos e Mina, que poderão corresponder a *villae* suburbanas, instalações industriais ou agrícolas (Faria, 2002, pp. 62-63).

A intensa actividade comercial patenteada, essencialmente, na produção em larga escala de produtos piscícolas, assim como o transporte de minérios e produtos agrícolas, marcavam os quotidianos das populações de *Salacia*. Os vários fornos de produção de ânforas localizados ao longo das margens do Sado, designadamente em Abul, Monte Novo, Casas Novas, Enchurrasqueira, Batalha, Vale da Cepa, Bugio, Amieira, Moinho da Ordem, Morgada, Telhada, Barrosinha e Arapouco, são o testemunho da importância desta indústria de salga de peixe e a sua comercialização a outras zonas do Império (Faria, 2002, pp. 67-69; Rocha *et alli*, 2013, pp. 166-168). Os fornos reconhecidos possuem plantas circulares e localizam-se junto às linhas de água, zonas acostáveis, e de fácil acesso aos recursos naturais como a lenha e argila necessários para o funcionamento daquelas estruturas.

Era também ao longo das margens do Sado, tal como do rio Xarrama e da ribeira de Santa Catarina de Sítimos, junto das principais vias, que se implantavam as grandes *villae* e casais agrícolas, de que é exemplo São Romão, Orzalão, Porto Carro, Herdade

³⁰ Informações cedidas pela arqueóloga do município, Marisol Ferreira, a quem muito agradeço.

dos Frades, Portinho, Porto Rei, Barrosinha, Porto da Lama, Santa Catarina de Sítimos, Famais, Pedrões, São Brás, São Fausto, Fontainhas, Passadeiras, Altura dos Pintos, Vale de Reis, Barrosinha e São João dos Azinhais (Faria, 2002, p. 74; Rocha *et alli*, 2013, pp. 166-168). Nesta última existia templo dedicado a Júpiter Ótimo Máximo, conforme se comprovou pela descoberta de uma inscrição votiva consagrada pela emeritense *Flavia Rufina*, flamínica perpétua da colónia de *Augusta Emerita* e do *municipium* de *Salacia Urbs Imperatoria*, ao deus referido (Encarnação, 1984a, pp. 251-274).

A *Villa* Romana de Santa Catarina de Sítimos, a única intervencionada até ao momento, revelou uma ocupação no século I d.C., com perduração nos séculos V/VI d.C. e Épocas Visigótica e Emiral (**Fig. 11**). Entre as estruturas colocadas a descoberto achase uma *natatio* com escadaria de acesso ao interior, com 20 metros de comprimento e 8,30 metros de largura, que faria parte, possivelmente, de uma estrutura termal³¹. Para além da intensa ocupação no Baixo Sado, temos vindo a identificar alguns sítios com materiais romanos afastados do curso do rio, mas perto da via que unia *Salacia* a *Olisipo*, em Alberge, junto da ribeira do Alberginho, onde nas imediações do actual monte se observa à superfície cerâmicas comuns, assim como sob a autoestrada onde identificámos, em cerro elevado, povoado fortificado com estruturas visíveis à superfície.

Neste último recolhemos fragmento de *terra sigillata* hispânica tardia, tal como outras cerâmicas comuns romanas e tardo-romanas, reconhecendo-se entre as suas formas asa de ânfora e bordo de talha/*dolium*. Também na freguesia de São Martinho, nomeadamente na Serra do Pinhal, num cerro junto do actual monte, identificámos cerâmicas comuns romanas, tal como num pequeno cabeço, junto a linha de água, onde para além daquelas, também se encontrou peças com uma cronologia na Antiguidade Tardia, Islâmica e Cristã. A ocupação naquele local estaria relacionada com a exploração das minas de bário e manganês que ali existiram.

Mais a norte, junto da actual aldeia de Casebres, num pequeno cerro, junto à linha de água, identificámos arqueossítio com ocupação romana, tardo-romana, islâmica e cristã. Do Período Romano recolhemos bordo de *dolium*. A sul deste local, nomeadamente em Berlonguinho, José Leite de Vasconcellos identificou estruturas, cerâmicas de construção e moeda romana (Vasconcellos, 1927, pp. 55-57). A economia

³¹ Informação disponível em: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/pt/municipio/concelho/patrimonio/patrimonio-arqueologico/villa-romana-de-santa-catarina-dos-sitimos/> (consultado dia 28 de Novembro de 2018).

de *Salacia* assentava fundamentalmente na exploração do sal, minérios oriundos das minas na envolvência, assim como na produção de azeite, conforme se deduz pelos pesos de lagar identificados nos respectivos arqueossítios, mas também vinho, fabrico de lãs e dos preparados de peixe que diariamente circulavam nos portos de Alcácer (Faria, 2002, p. 65).

2.2.3. Período Visigótico

A região de Alcácer, após a queda do Império Romano, parece manter uma continuidade de ocupação dos antigos espaços romanos. São, contudo, vestígios escassos devido à falta de investigações. As escavações no interior do castelo da cidade, permitiram confirmar uma ocupação nos séculos V e VI, tendo-se ainda encontrado uma inscrição funerária, datada do século VII, e uma pilastra que integrava uma das paredes do Convento de Aracoeli, pertencente provavelmente a um templo visigótico (Cottart e Carvalho, 2010, p. 188; Pereira, 2000, p. 36).

Em meio rural verifica-se uma continuidade de ocupação das antigas *villae* romanas, como a *Villa* de Santa Catarina de Sítimos, ocupada nos séculos V e VI e a *Villa* Romana de São João dos Azinhais, onde no século VII teria havido uma igreja consagrada aos Santos Justo e Pastor. Identificou-se, ainda, naquela área elementos arquitectónicos que terão integrado o edifício como um capitel, um pé de altar fuste, um lintel e um friso (Alarcão, 1988, p. 134). Também em alguns dos locais por nós identificados verifica-se uma continuidade de ocupação, como por exemplo no Povoado Fortificado do Alberginho, Casal da Maforinha e outros que falaremos mais adiante nesta dissertação, enquanto noutros verifica-se a existência de povoados novos, implantados em zonas altas com boa visibilidade da paisagem envolvente e, em alguns casos, amuralhados, de que é exemplo os Castelos de Portela e Torrão.

Na região da Arrábida encontraram-se cerâmicas tardo-romanas em grutas, abrigos e lapas, designadamente em locais como a Serra da Azóia, Gruta da Janela, Gruta da Fonte do Cavalo, Lapa do Coelho 2 e Lapa do Fumo. Também em Sesimbra, na Avenida da Liberdade e 25 de Abril, exumaram-se cerâmicas visigóticas (Carvalho, 2009, pp. 181-183). Após a queda do Império Romano assiste-se, assim, à implantação de comunidades junto de pequenos edifícios de cariz religioso, ligados à afirmação do cristianismo e erguidos sobre as antigas *villae*, vivendo essencialmente do cultivo dos campos e da pastorícia. Em determinada altura, essas populações abandonam esses locais

e implantam-se em zonas de cota elevada, com boa visibilidade da paisagem envolvente, protegidos por defesas naturais ou muralhas.

2.3. Islamização

2.3.1. Da conquista à consolidação do Califado

Os primeiros contingentes muçulmanos terão chegado à região de Alcácer do Sal, entre 713-714, através das campanhas militares de *Abd al-Aziz* que culminaram com as conquistas das cidades de Évora e Lisboa (Carvalho, Paixão e Faria, 2001, p. 198). Nos primeiros anos de ocupação islâmica, Alcácer fazia parte da *Kura* de Beja que dominava um vasto território, desde o Baixo Sado até ao Médio e Baixo Guadiana, incluindo a área de Ossonoba (Fernandes, 2004, p. 60). Na zona da Arrábida, nomeadamente em Espichel/Azoia, mas também em Alcácer³², foram encontradas moedas de origem Omíada e Abássida, do século VIII, que atestam a presença muçulmana, logo após a conquista, naquela área geográfica (Fernandes, 2004, p. 60; Picard, 2000, p. 194; **fig.12**). Alcácer esteve durante esta fase no seio das revoltas *muladí*s, berberes e árabes, ocorridas nas cidades de Beja, Lisboa e Mérida, contra o Califado Abássida e, posteriormente, o Emirado de Córdoba instaurado por *ʿAbd al-Rahman I* (Coelho, 2008, pp. 111-150).

Em 844, dá-se um dos acontecimentos que marcarão a história do ocidente do *al-Andalus*. Naquele ano Lisboa foi atacada pelos normandos, sendo o governador da cidade, *Wahb Allāh b. Hazm* que deu o alerta da presença de embarcações vikings no estuário do Tejo (Makki e Corriente, 2001, pp. 317-318). Este fenómeno fez com que o poder emiral de Córdoba, sob o domínio de *Abd al-Rahmān II*, investisse na defesa das zonas litorais do ocidente do *al-Andalus*, até aí consideradas zonas periféricas por parte do poder central, instalando nelas uma rede de atalaias e *ribats* para sua protecção, fazendo com que cidades como Alcácer crescessem, posteriormente, no século X (Correia, 2013a, p. 74). Para isso foi necessário dotar, igualmente, esses núcleos urbanos de equipamentos próprios através da instalação de estaleiros de construção naval, como foi exemplo Sevilha, Faro e Silves, mas também Alcácer, com a finalidade de manter uma frota militar permanente e vigilante em toda a costa ocidental do *al-Andalus*.

A construção de embarcações requeria toda uma indústria da madeira com plantação de árvores e que, para o caso de Alcácer, já em pleno século XII sabemos, através do geógrafo *Idrîcî*, que grande parte da madeira utilizada no estaleiro daquela

³² Proveniente de colecção particular.

cidade era extraída dos pinheiros na zona envolvente, sendo a sua presença, ainda hoje, conforme já aludimos anteriormente, atestada na paisagem do território alcacerense (al-Idrîcî, 1999, pp. 263-264).

Aquele estaleiro permitiu que, em 997, *Ibn`Amir al-Mansur* ali se dirigisse para equipar os barcos antes do seu ataque a Santiago de Compostela (Dozy, 2010, p. 133). Um estaleiro a funcionar em pleno século X só seria possível se antes tivesse ocorrido um investimento prévio na preparação da sua edificação, dado que seria necessário mão-de-obra habilitada para as várias fases de construção, mas também matéria-prima disponível nas imediações, o que implicava um investimento na plantação de árvores, que teria que ser feito uns anos antes de a madeira estar pronta para ser extraída, destinada à construção naval (Correia, 2013a, p. 80). Moedas Omíadas, cunhadas nos reinados de *Abd al-Rahmān II* e *Muhammad I*, descobertas em Alcácer do Sal³³ comprovam a presença do poder central de Córdoba, logo após o primeiro ataque viking e antes da chegada dos *Banu Danis*, naquele território ocidental (**Fig. 13**). É, portanto, admissível que tenha sido durante os reinados dos emires referidos que se procedeu à edificação do estaleiro de construção naval, bem como ao reforço das defesas da cidade e do espaço envolvente.

Nos finais do século IX, particularmente em 876, o historiador *Ibn Hayyan* faz referência a Alcácer do Sal no contexto da *fitna*, momento em que *Adanis Ibn `Awsaga* da família berbere dos *Banu Danis*, apoiante dos Omíadas e governador de Coimbra, pede ajuda ao exército Cordovês para fazer face aos ataques do *muladi Sa`dun al-Surunbaqi*, aliado de *`Abd al-Rahman ibn Marwan ibn Yunus*, conhecido também por *Ibn al-Jilliqi*, “o filho do Galego” que realizou várias revoltas contra o Emirado de Córdoba. No seguimento destes acontecimentos, bem como dos ataques à cidade perpetuados por Afonso III de Leão, *Mas`ud b. Abi Adanis*, filho de *Ibn `Awsaga*, dirige-se para Lisboa e, em seguida, instala-se em Alcácer do Sal, nas margens do Sado, possivelmente com o consentimento do Emir *Muhammad I* que teria todo o interesse em manter na órbita de Córdoba o importante porto oceânico e base naval de *al-Qasr* (Felipe, 1997, pp. 90-91). Para além disso, os *Banu Danis* possuíam uma vasta experiência na governação das sedes militares de fronteira, como era o caso de Coimbra, e na recolha de impostos no seio das comunidades, maioritariamente cristãs.

³³ Provenientes de colecção particular.

Alcácer era uma cidade em ascensão desde a reestruturação militar efectuada por *Abd al-Rahmān II*, logo após o primeiro ataque viking, e o controlo daquele porto oceânico proporcionava aos *Banu Danis* o acesso privilegiado aos produtos culturais e exógenos do *Dar al-Islam*. Ao mesmo tempo, esse comércio permitia-lhes a cobrança de impostos, igualmente úteis para a manutenção de um corpo administrativo e militar que poderia servir para manter uma autonomia política e administrativa, perante outros poderes locais, igualmente emergentes, como efectivamente aconteceu em Beja, Ossonoba ou Badajoz. A cidade conheceu, assim, sob o comando de *Abi Danis*, grande desenvolvimento urbano e económico, passando a chamar-se *Qasr Abi Danis*. O crescimento daquela não se deveu, somente, aos acontecimentos políticos como também à existência de um comércio que se formava a partir de um grande eixo viário que ligava Badajoz a Alcácer do Sal e Lisboa. Aquela era nesse século, um centro urbano em pleno desenvolvimento, referida por *Alî ibn Hawqal*, como sendo uma cidade fortificada (Rei, 2012, p. 117).

Até à instalação do Califado de Córdoba, Alcácer, sob o domínio da referida família berbere, achava-se no seio das distintas rebeliões de *ibn Marwan* e dos seus apoiantes, onde são conhecidos ataques e pilhagens perpetuados por aquele em Lisboa e mais a sul do território. Mesmo após a sua morte a família de *ibn Marwan* e os seus seguidores continuaram a dominar várias cidades que faziam fronteira com o território de Alcácer, como é o caso de Beja que era dominada por *Abd al-Malik ibn Abu-I-Jawad*, que fora lugar-tenente de *ibn Marwan*, e Évora, reconstruída e povoada, em 914, após o ataque de Ordonho II, por ordem do governador de Badajoz, *ʿAbd Allah ibn Muhammad ibn Marwan al-Jilliqli*, neto de *Ibn Marwan al-Jilliqli*, sendo o governo da cidade entregue a *Masʿud b. Saʿdun al-Surumbaqli* que possuía laços familiares com os *Banu Danis* (Viguera e Corriente, 1981, pp. 81-84; Coelho, 2008, pp. 189-200).

O governador de Alcácer, *Masʿud b. Abi Adanis*, cujo pai, anterior governador de Coimbra, *Adanis Ibn ʿAwsaga*, tinha combatido ao lado do Emir contra *Masʿud b. Saʿdun al-Surumbaqli*, ofereceu prontamente refúgio a este último e à sua família quando aquele fugiu da região de Beja e, posteriormente, acompanhou-o até Évora, juntamente com alguns habitantes de Alcácer, para a povoar (Felipe, 1997, p. 91). É notória a boa relação entre aquelas duas famílias, residentes em Évora e Alcácer, que, numa geração, passaram de inimigos a aliados e parentes, demonstrando a rapidez com que se alteravam as alianças entre os governadores da região.

Porém, ao longo desta fase, surgiram várias contestações dos senhores de Beja contra a autoridade da dinastia dos *Ibn Marwan*, fazendo mesmo com que, em 915-916, aqueles se aliassem a outros senhores do sudoeste peninsular, como o caso dos *Banu Danis* de Alcácer, em movimentos conjunturais contra o governador da cidade (Viguera e Corriente, 1981, pp. 88-91). Face a estes conflitos deverão ter sido construídas nessa altura algumas fortificações no território de Alcácer, sobretudo nas proximidades das vias que uniam aquela a Lisboa, Badajoz, Évora e Beja, tendo em vista proteger a cidade de possíveis ataques *muladis*.

Com a instalação do Califado de Córdoba, em 929, Alcácer do Sal, já capital de distrito, encontrava-se sob o domínio califal, tendo *Abd al-Rahman III* confirmado *Yahyā b. Abi Dānis* à frente do governo de Alcácer e o seu sobrinho *Abd Allān b. Umar b. Abī Danis* como governador das dependências montanhosas da fortaleza, os montes *Banu Benamocer*, ou seja a Serra da Arrábida e, possivelmente, a cordilheira montanhosa Grândola-Cercal, fazendo com que aquela florescesse e entrasse nos circuitos comerciais de Córdoba, justificando, assim, a edificação de um novo recinto amuralhado em Alcácer para proteger o núcleo urbano e a construção de um pano de muralha na alcáçova, descoberto durante as intervenções arqueológicas ocorridas no castelo, entre 1993 e 1997, que viria a separar aquela da *madina*, abrindo-se igualmente nele uma porta que daria acesso a esta última (Lévi-Provençal e Garcia Gómez, 1950, p. 158; Leitão, 2017a, pp. 59; 85).

Foram construídas igualmente novas torres, quer na alcáçova, quer no núcleo urbano, de formato quadrangular, edificadas em alvenaria de pedra, assemelhando-se as mesmas, a algumas das torres do Castelo de Palmela, datáveis igualmente do século X, também construídas, provavelmente, durante o Califado. (Fernandes, 2004, p. 273; Leitão, 2017, p. 84). Dos Períodos Emiral e Califal datam também compartimentos e estruturas de armazenamento identificadas no interior do castelo e no arrabalde portuário (Leitão, 2017b, pp.5-30; Ferreira, 2015, p. 5).

Em 966 são avistadas embarcações vikings no rio Sado, fazendo com que o governador de Alcácer envie uma carta ao Califa a informá-lo desse acontecimento. Este dado fornecido pelas fontes comprova a existência no território daquela cidade, em pleno século X, de postos de vigia e de uma frota organizada que vigiava aquele curso de água permanentemente, algo que só teria sido possível com a reestruturação militar efectuada uma centena de anos antes. Nos finais do século X, no ano de 997, *Ibn `Amir al-Mansur*

dirige-se a *al-Qasr* e serve-se do estaleiro naval ali existente para equipar a sua frota antes do ataque a Santiago de Compostela, o que demonstra a clara importância que aquele porto tinha, indicando a presença de infra-estruturas que permitiam a construção de navios e a presença de uma administração em volta desses equipamentos (Picard, 1997, p. 81; Kennedy, 1999, p. 142).

Os *Banu Danis* que estavam anteriormente à frente dos destinos da cidade, terão sido destituídos do cargo, ainda durante o reinado do Califa, *Abd al-Rahman III*, em 941/942, por razões desconhecidas, tendo, *Ibn`Amir al-Mansur*, colocado à frente do governo da cidade, provavelmente, individualidades ligadas à clientela dos *Banu Amir*, à semelhança daquilo que ocorreu na Marca Inferior, onde no comando militar da cidade de Badajoz estava um aliado dos *Banu Amiri*, *Sabur al-Saqlabi*. *Ibn`Amir al-Mansur* reorganizou o exército recrutando berberes e mercenários cristãos que levaram a cabo, entre os anos de 981 a 1002, vários ataques contra cidades cristãs (Felipe, 1997, pp. 322-323; Macias, 1997, pp. 377-378).

2.3.2. Alcácer sob o domínio dos *Abádid* e *Aftássidas*

A queda do Califado de Córdoba, nos inícios do século XI, e a *fitna* que se seguiu resultaram na fragmentação do Califado Omíada em vários reinos autónomos, os *mulúk al-Tawa`if*, os “Reinos de Taifas”. Em Badajoz, tal como mencionamos anteriormente, afirmou-se *Sâbûr al-`Âmirî*, um escravo ex-liberto de Almançor, que passou a governar territórios desde as margens do Douro até à Serra do Mendro, onde se inclui a região de Alcácer do Sal (Kennedy, 1999, pp. 153-156). Mais a sul, Beja ficou sob o domínio de um outro reino sediado em Sevilha. Por outro lado, o facto de Alcácer e Lisboa não serem mencionadas nas fontes, entre os anos de 1009 a 1014, poderá indicar que terão mantido uma certa autonomia até à sua anexação à Taifa de Badajoz.

Com a morte de *Sâbûr*, em 1022, sucede *Abu Muhammad `Abd Allah ibn Muhammad ibn Maslama ibn al-Aftas*, fundador da dinastia dos *Aftássidas* e de origem berbere, que iria governar durante mais de sete décadas, dominando um extenso território no ocidente ibérico durante grande parte do século XI (Correia, 2013b, pp. 55-56). Os *Banu-l-Aftas*, da tribo berbere *Miknasa*, eram grandes proprietários, ligados não só a Badajoz, mas também a Santarém e Lisboa. *Ibn al-Aftas* começou a governar como regente, na menoridade dos filhos de *Sâbûr*. Mas depressa reivindicou o poder supremo, obrigando os jovens a fugir para Lisboa onde um deles, *`Abd al-Malik*, com o apoio dos

habitantes da cidade, tornou-se soberano. Mais tarde a população daquela cidade entra em negociação com *Ibn al-Aftas* expulsando do poder aquele primeiro e colocando no seu lugar o seu filho, *Muhammad Sayf al-Dawla*, o futuro *al-Muzaffar* (Idris, 1965, pp. 277-290).

O crescimento e o alargamento territorial das Taifas de Badajoz e Sevilha levou ao surgimento de conflitos entre ambas. Entre 1025 e 1030, aqueles reinos começam a disputar entre si os territórios de Évora e Beja, ambos limítrofes de Alcácer do Sal. Neste primeiro conflito *ibn 'Abbâd* cerca Beja, onde estava o filho de *Ibn al-Aftas*, e continuou os ataques em território inimigo até à zona de Évora, tomando aquelas terras para os *Abádid* que passaram a dominar, por breves anos, aquelas regiões incluindo Lisboa e, com grande probabilidade, Alcácer (Rei, 2007, pp. 64-65).

Somente, em torno de 1033-34, *Ibn al-Aftas* toma o território do Baixo Sado, fazendo com que *Ibn Abade* se refugie em Lisboa, cujo domínio continuaria a ser dos *Abádid* (Rei, 2007, p. 66). Será neste contexto, possivelmente por vontade da elite local face ao clima de conflito que se vivia no *Garb al-Andalus* entre aqueles dois reinos, que Alcácer é incorporada ao Reino *Aftássida* de Badajoz, tornando-se o seu porto principal e a única entrada para o atlântico (Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, p. 56; Correia, 2013b, p. 59). A via terrestre que unia Alcácer a Évora e Badajoz era igualmente um ponto de passagem obrigatório onde circulavam pessoas e produtos. Em termos territoriais é possível que Alcácer continua-se a administrar os territórios herdados do Período Califal, desde a Serra da Arrábida, a norte, assim como desde o Baixo Sado, e parte da costa alentejana, até à foz do rio Mira, a sul (**Fig. 14**).

Após a integração do território de Alcácer na Taifa de Badajoz, os conflitos entre *Abádid* e *Aftássidas* continuaram, sobretudo em torno da região de Évora, permanecendo Lisboa em posse dos *Abádid* até 1075, quando *al-Mutawwaqil*, o quarto, e também último, senhor de Badajoz, conseguiu reconquistar aquela cidade do Tejo, encontrando-se Alcácer e a sua área de influência na fronteira daqueles territórios, admitindo-se a possibilidade de reformulações ou construção de novas fortificações ao longo dos eixos viários Alcácer, Évora e Beja, bem como Alcácer, Lisboa e Badajoz, tendo a vista a proteção daquela cidade, cujo o porto marítimo seria primordial nos interesses militares e, particularmente, económicos do Reino *Aftássida* de Badajoz (Rei, 2007, pp. 68-70).

2.3.3. O poder Almorávida e os segundos Reinos de Taifas

Com o avanço da Reconquista Cristã em direcção aos territórios dos Reinos de Taifas e, particularmente com a reconquista da cidade de Toledo por Afonso VI de Leão e Castela, em 1085, fez com que os soberanos daqueles reinos autónomos, incluindo o governador de Badajoz, *al-Mutawwaqil*, solicitassem ajuda aos Almorávidas. No ano seguinte, aqueles desembarcam na Península Ibérica, sob o comando de *Yusuf b. Tasufin* e derrotam Afonso VI em *al-Zallaqa*, perto de Badajoz, procedendo, gradualmente, à conquista das sucessivas taifas. Face a este contexto, *al-Mutawwaqil* alia-se a Afonso VI e, em 1093, entrega-lhe, as cidades de Lisboa, Sintra e Santarém. Em 1094, os Almorávidas atacam e conquistam a capital *Aftássida* de Badajoz, bem como o seu território, e *al-Mutawwaqil* é assassinado (Kennedy, 1999, pp. 189-192; 201).

É no contexto da tomada de Badajoz e, posteriormente, Évora, algures entre 1094-1143, que Alcácer do Sal fica sob o domínio Almorávida. Aqueles, sob o comando do Emir *Yusuf b. Tasufin*, instalaram guarnições militares nos territórios de fronteira/*Taghr* e procederam ao melhoramento das fortificações existentes no *Gharb*, sendo durante esse período que se efectuaram obras em Alcácer, nomeadamente na alcáçova, construindo-se uma torre albarrã, em pedra e taipa, com uma entrada em triplo cotovelo (Leitão, 2017a, p. 60). *Idrîcî* refere a importância da cidade nessa altura salientando a sua ligação ao mar, a sua intensa actividade comercial, assim como os recursos naturais e produtos que se produziam na região (al- Idrîcî, 1866, p. 211; Coelho, 2008, p. 53). Era do porto daquela cidade, assim como dos portos de Sevilha, Silves e Lisboa, que partiam as esquadras muçulmanas para efectuar pilhagens nas costas dos territórios cristãos (Lévi-Provençal, 1938, p. 223; Picard, 2000, p. 195).

Segundo o geógrafo *al-Idrîcî*, o domínio da cidade abrangia, pelo menos no plano militar, parte do Alentejo e da Estremadura espanhola até Coria, embora tenhamos de ter em atenção que esta é uma informação que entra em contradição com outras menções do autor³⁴ e que deve, por isso, ser analisada com algum cuidado (al-Idrîsî, 1866, p. 211; **fig. 15**). Em 1109, Alcácer é atacada pelo norueguês, *Siguror*, enfrentando-se os muçulmanos e os noruegueses nas proximidades da cidade, algures junto Estuário do Sado, tendo os

³⁴ Em outras obras *Idrisi* cita que Alcácer do Sal é uma cidade de grandeza média entrando, por isso, em contradição com a descrição que faz sobre o extenso território administrativo que aquela possuiria. Ver: IDRÎSÎ, *La première Géographie de L'Occident*, Présentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef. Traduction du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef. Ed. Flammarion, Paris, 1999, pp. 263-264.

últimos saído derrotados daquele confronto. Em seguida, as fontes referem que *Siguror* terá pilhado a cidade e levado algumas riquezas consigo (Pires, 2017, pp. 177-179).

Em 1120, os muçulmanos do *al-Andalus* começam, progressivamente, a dar mostras de insatisfação da governação Almorávida, dado o grande aperto fiscal, bem como o radicalismo religioso promovido por aqueles, onde a carreira militar ocupava um papel importante na hierarquia social e administrativa. A reestruturação daqueles quadros impôs, sobre a sociedade andaluza, uma enorme carga fiscal. Para além do enunciado, também ao longo do século XII, acentua-se o carácter de guerra santa da Reconquista, radicalizada pelos cavaleiros francos e Ordens Religiosas. A ausência de uma liderança militar forte e o avanço dos cristãos para sul faz com que a fronteira recue até ao rio Tejo, em 1147, com a perda de Lisboa e Santarém, territórios onde os muçulmanos não se voltaram mais a fixar, emergindo neste panorama as Segundas Taifas (1139-1147) (Kennedy, 1999, pp. 212-216).

A partir da primeira metade do século XII, *Ibn Wazīr*, antigo aliado de *Ibn Qasī*, então instalado em Évora, revolta-se contra o poder Almorávida e cria um reino independente com sede naquela cidade, sendo Alcácer anexada à Taifa de Évora a partir de 1144-1145 (Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, pp. 57-58). Esta hipótese é reforçada pela descrição do relato da reconquista de Lisboa, onde é referido que o único soberano reconhecido a sul do Tejo é *Ibn Wazīr* (Coelho, 2008, pp. 346-348). Ter-se-ão intensificado nesta altura as relações comerciais entre as duas *madinas*, traduzindo-se posteriormente na fixação daquela família berbere à frente do governo de Alcácer durante o domínio Almóada.

A acção política de *Ibn Wazīr* começa antes da sua aliança com *Ibn Qasī*, uma vez que aquele já era um importante chefe militar que controlava, em nome dos Almorávidas, o território de Évora. O seu percurso na hierarquia militar Almorávida conferiu-lhe a patente e o domínio sobre um território estrategicamente importante e, mais tarde, a sua ânsia pelo poder coloca-o frente-a-frente com o seu antigo líder espiritual, confluindo na criação de um estado independente, com capital em Évora, polarizando sob seu domínio uma série de urbes importantes que faziam parte da anterior Taifa de Badajoz (Picard, 2000, p. 287-289). O seu estabelecimento como capital de um Reino Pós-Almorávida também se poderá prender com uma continuidade governativa de *Ibn Wazīr*, que com a sua família, rede de clientela e seguidores consegue manter Évora como um reduto militar

que vigia as transacções económicas efectuadas nesse corredor comercial (Filipe, 2012, p. 59).

Os vários conflitos entre os governadores das Taifas, bem como o avanço da Reconquista Cristã com a tomada das cidades de Lisboa e Santarém por D. Afonso Henriques, geraram uma debilidade de poderes no *al-Andalus* fazendo com que as Taifas pedissem ajuda aos Almóadas. Em 1151 aquela dinastia magrebina entra na Península Ibérica e conquista os reinos locais, incluindo Évora, mantendo-se, contudo, no poder, *Ibn Wazīr*, possivelmente por ter jurado fidelidade aos Almóadas, embora os seus poderes tenham sido limitados apenas às cidades de Évora e Beja. Posteriormente é nomeado governador de Silves e desprovido de quaisquer poderes sobre a região de Évora, sendo esta entregue ao almóada, *Mu'nis Ibn Yahyā al'Arabī* (Khawli, 1997, p. 109).

Face a este acontecimento, Alcácer deixa de estar subordinada ao governo de *Ibn Wazīr*, entre 1151-1157, e torna-se possivelmente num Reino de Taifa independente, uma vez que possuía boas condições para tal, como um vasto domínio territorial, uma frota naval e um comércio bastante rico, contendo todos os meios para conseguir subsistir como um Reino de Taifa, tendo à sua frente, em 1158, um governador escolhido pela população local, aliado de D. Afonso Henriques, *Alī ibn al-Wahībī* que tinha governado a Taifa de Tavira. Alcácer mantinha, assim, a sua autonomia mediante o pagamento de um imposto ao rei português. Sobre as razões que levaram a população a escolher aquele governador são desconhecidas, apenas se sabe que será assassinado pelos habitantes de Alcácer por volta de 1159-1160, possivelmente pelo descontentamento da sua aliança com o monarca português, altura em que D. Afonso Henriques conquistará a cidade (Fernandes, 2004, p. 38; Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, p. 59).

2.3.4. Do governo Almóada à Reconquista Cristã

Após a tomada de Alcácer, em 1160, pelo rei D. Afonso Henriques e até 1191, data da Reconquista Muçulmana de Alcácer, o Califado Almóada esteve concentrado na consolidação do poder no Magreb, em detrimento do *al-Andalus*, sendo a sua presença mais frequente nas cidades de Granada e Sevilha. A fragmentação do poder muçulmano no *al-Andalus* levou à perda das cidades de Évora, Cáceres, Trujilho, Montánchez e Juromenha, que foram reconquistadas, em 1165, por Geraldo sem Pavor (Kennedy, 1999, pp. 230-248). Foram, de igual modo, recuperados pelos cristãos os Castelos de Palmela, Coina e Sesimbra (Fernandes, 2001, p. 188).

Durante os anos que se seguiram mantiveram-se os ataques e saques de ambos os lados. Em Beja existia uma série de tensões e conflitos entre o governador Almóada e as comunidades das classes mais altas e baixas, dado que os Almóadas não eram bem vistos pela população daquela urbe. No final do verão de 1174, os cristãos empreendem um ataque surpresa à cidade e incendiam-na, fazendo com que os seus habitantes fujam para outras regiões sob o domínio muçulmano. No ano seguinte celebrou-se uma trégua entre os Almóadas e os Cristãos, tendo estes últimos acordado devolver Beja aos muçulmanos. O Califa mandou então povoar a cidade, colocando à frente do seu governo o berbere, *Ibn Timsalit*, e ordenou a reconstrução e reparação das muralhas da cidade (Kennedy, 1999, p. 260; Coelho, 2008, p. 357).

Em 1178, dezoito anos após a reconquista de Alcácer pelo primeiro rei português, *Ali b. Wazir*, governador de Serpa, e o governador Almóada de Beja, *Ibn Timsalit*, tentam recuperá-la, mas sem sucesso, sendo surpreendidos pelos cristãos, capturados e levados para Coimbra. *Ibn Timsalit* foi executado, enquanto *Ibn Wazir* terá sido resgatado pelo Califa (Galvão, 1726, p. 187; Silva, 2010, p. 74). Sem governador, Beja acabou por ser tomada pelos cristãos. Em paralelo a este episódio, assiste-se durante o Califado de *Abu Ya`qub Yusuf*, entre 1170-1180, a um conjunto de expedições navais contra Lisboa, não sendo de excluir alguns ataques a Alcácer (Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, p. 61).

Em 1184 o Califa, *Al-Um`Minim Abū Ya`qūb Yusuf*, envia uma expedição contra Santarém, acabando por ser ferido durante a batalha, deixa a cidade e regressa com o seu exército a Sevilha, passando pelo Castelo do Torrão, em Alcácer do Sal, onde acampou uma noite, acabando por vir a falecer nas proximidades daquela fortificação na estrada de Évora/Beja (Huici Miranda, 1953, pp. 75-79; 306-307). Após a sua morte, sucede o seu filho, *Abu Yusuf Ya`qub al-Mansur*, que, até 1189, direccionou as suas atenções para os conflitos no Magreb, o que fez com que a Reconquista Cristã no *al-Andalus* avançasse em direcção a sul, tendo sido tomada nesse mesmo ano a cidade de Silves, pelo rei D. Sancho I (Kennedy, 1999, pp. 266-269).

Não obstante, a dificuldade dos cristãos em manter os novos territórios adquiridos é evidente na perda dos mesmos, a partir da última década do século XII, subindo a linha da fronteira novamente até ao Tejo. Em 1191, o Califa Almóada *Abu Yu`qub al-Mansur*, partindo de Sevilha em Abril desse ano, chega a Alcácer no mês de Junho, onde inicia um cerco. Ali deparou-se com um grande fosso que rodeava a fortaleza, tendo mandado os seus soldados entulhá-lo para a conseguir tomar, falhando, no entanto, a primeira

investida inicial, foram então trazidas por mar catorze *manjaniqs* (máquinas de guerra) e os sitiados não tardaram a pedir para entrar em negociações (Picard, 1997, p. 230; Kennedy, 1999, p. 271). Após tomar a cidade, o Califa colocou à frente do seu governo, o andaluz, *Muhammad ibn Sidray ibn Wazir*, da família *Banu Wazir*, já conhecida naquela região e apoiantes dos Almóadas desde as Segundas Taifas.

O Califa permaneceu ainda alguns dias na cidade e ordenou que se realizassem obras na fortificação e no núcleo urbano, tendo-se construído nesta altura um novo recinto amuralhado em taipa, uma barbacã e uma couraça. Aquela nova muralha segue praticamente o mesmo traçado que a do Período Califal e as torres que a integram, tratam-se de torres rectangulares, quadrangulares, adossadas à muralha e albarrãs, edificadas em taipa e com alicerces em pedra (Leitão, 2017a, p. 84).

O Califa Almóada procurou garantir, de igual modo, que, mensalmente, os habitantes de Alcácer recebessem mantimentos de Sevilha e Ceuta como incentivo à permanência naquele posto fronteiriço. Este aspecto mostra, por um lado, o interesse do Califa em manter sob o seu domínio a cidade, possivelmente, devido à sua posição geográfica com um porto que permitia o acesso ao comércio marítimo, mas, por outro lado, revela a dificuldade que os Almóadas tinham, naqueles primeiros anos após a tomada de *al-Qasr*, em abastecer aquela, uma vez que não existia uma gestão do território rural da *madina* suficientemente capaz de oferecer os recursos necessários ao abastecimento da cidade, sendo necessário, para esse efeito, trazer mantimentos de Sevilha e Ceuta. Não havia, portanto, governadores Almóadas nas fortificações rurais, as quais não sabemos se estariam abandonadas, ou entregues provavelmente a uma população campesina que se mantinha à margem da cidade, cultivando os seus recursos e mantendo-se autossuficiente. Isto mostra um pouco a decadência que a cidade e o seu território sofreram durante o breve domínio da presença cristã, onde provavelmente os *husun* e torres atalaias teriam sido abandonados, bem como algumas alcarias.

Após a reconquista de D. Afonso Henriques, em 1160, Alcácer seria, somente, um posto militar para o avanço dos cristãos em direcção a sul, achando-se todo o seu território em decadência. Provavelmente levou alguns anos até que os Almóadas conseguissem gerir o povoamento rural. Com a consolidação do poder Almóada no *Al-Andalus*, Alcácer do Sal, tornou-se numa das cidades mais importantes do *Garb*, possuindo uma importância política e militar de extrema relevância, face à sua situação de fronteira com o Reino Cristão, mantendo um comércio bastante activo, conforme comprovam as

cerâmicas descobertas no núcleo urbano, tornando-se o centro escoador de produtos para o Alentejo. Em 1217, foi definitivamente reconquistada pelos cristãos e entregue à Ordem de Santiago, que ali instalou a sua sede (Cottart e Carvalho, 2010, p. 194; Torres e Macias, 1998, p. 132; Picard, 1997, p. 230).

Após a Reconquista Cristã definitiva, vários territórios que outrora faziam parte da *kura* alcacerense tornaram-se independentes, como é o caso de Cabrela, que se separou em 1220, Canha que recebeu carta de foral em 1235, o Torrão e Santiago do Cacém que se autonomizaram em 1249, Alvalade que passou a constituir termo próprio em 1252, tal como Odemira em 1256 e Sines em 1274. Grândola viria a autonomizar-se apenas em 1544 (Baião, Cidade e Múrias, 1940, p. 61; Pereira, 2000, pp. 52-53).

Capítulo III: Os sítios arqueológicos³⁵

A *kura* de Alcácer do Sal abrangia, conforme verificamos nos capítulos anteriores, área geográfica relativamente extensa que, para sul, incorporava todo o Alentejo Litoral até Odemira e, para norte e leste, a Península da Arrábida, parte do Alto Alentejo e da Extremadura Espanhola. Este território amplo foi sofrendo oscilações ao longo da permanência islâmica, em consequência dos avanços da Reconquista Cristã em direcção a sul obrigando, assim, ao recuo e reestruturação das fronteiras.

Sob o domínio da capital de distrito de *al-Qasr* estavam as pequenas comarcas, denominadas de *iqlim/aqalim* que abrangiam uma pequena *madina* ou um *hisn* (castelo rural), responsável pela jurisdição de um território, designado de *hawz* (alfoz), que seria definido por limites naturais, como um cerro, curso de água ou caminho e que era composto por várias fortificações, alcarias (*qarya*) e outras unidades de povoamento de menor dimensão. Cada *hawz* (alfoz) possuía um governador, normalmente ligado a uma tribo árabe ou berbere, que seria responsável pela colecta de impostos e que estaria subordinado ao *wali* da *kura* de Alcácer (Bazzana, 1990, p. 126; Guichard, 1990, p. 199; Tahiri, 2001, p. 18).

Esta organização territorial, circunscrita a pontos fortificados em locais estratégicos e dependentes de Alcácer do Sal, formava, assim, uma rede de comunicações que conferia protecção aos pequenos aglomerados urbanos e castelos rurais, defendendo-

³⁵ A análise das variantes territoriais, históricas e da componente artefactual de todos os sítios arqueológicos identificados podem ser consultadas no Anexo A – Texto 4, pp. 371-518.

os dos piratas normandos e cristãos, através da vigilância da costa e dos caminhos terrestres, permitindo uma segura circulação de pessoas e mercadorias. As distintas fortificações serviam, igualmente, de refúgio, em caso de perigo, aos habitantes das alcarias e pequenas propriedades agrícolas. Esta situação está comprovada em relação a Silves, onde no acto da Reconquista Cristã de 1189, muitos dos camponeses abandonaram as suas aldeias e propriedades agrícolas para se refugiarem no interior das muralhas da cidade (Gomes, 2002b, p. 114).

3.1. A *madina* de Alcácer

A cidade de Alcácer do Sal foi edificada em cerro elevado e sobranceiro à margem direita do rio Sado. As muralhas da *madina*, construídas em pedra e taipa, oferecem forma de um polígono irregular, perfeitamente adaptado à topografia do terreno, com uma área aproximada de 3,6 ha e um perímetro amuralhado de 750 metros, desenvolvendo-se o núcleo urbano pelas encostas norte, leste e sul. A fortificação encontra-se implantada directamente sobre a rocha talhada, achando-se o seu ponto mais elevado, onde se encontra a alcáçova, a 62 m e, o seu ponto mais baixo, a 40 m, localizando-se deste modo, a uma altitude bastante considerável, do ponto de vista estratégico e militar, proporcionando os relevos naturais das encostas sul, onde é banhada pelo rio Sado, e a poente, boas condições de defesa. A *madina* de Alcácer, capital de distrito, dominava um extenso território onde provinham os vários recursos naturais que impulsionaram as actividades económicas e os mercados daquela região.

3.1.1. O dispositivo defensivo

3.1.1.1. Alcáçova

A alcáçova da *madina* de *al-Qasr* encontra-se actualmente um pouco modificada pelas construções posteriores, particularmente pela construção do Paço da Ordem de Santiago após a Reconquista Cristã da cidade, em 1217 e, ulteriormente, pela edificação do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, no decorrer do século XVI, bem como pelos restauros efectuados, nos anos 50 e 80 do século XX, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Apesar disso, subsistem alguns vestígios do seu traçado e torres que nos permitem conhecer a sua configuração original (**Fig. 16**).

As intervenções arqueológicas efectuadas no interior daquele dispositivo militar, sob a direcção do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e da Direcção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), entre 1993 e 1997,

permitiram confirmar que aquele possuía planta quadrangular com quatro torres nos seus ângulos. Colocou-se a descoberto o cunhal da torre 3, verificando-se que o mesmo achava-se adossado a pano de muralha, edificado em silharia de pedra, que seguia em direcção a sul, onde se encontrava a torre 4 (**Fig. 17**). Descobriu-se, de igual modo, durante aqueles trabalhos, outro sector de muralha que unia entre si as torres 1 e 2, também ele edificado em pedra, formando, deste modo, um perfeito quadrado com as respectivas torres nos seus vértices (Leitão, 2017a, pp. 43-47).

A alcáçova possuía então planta quadrangular, estruturando-se em redor de um pátio central, com pelo menos quatro torres, de formato rectangular, nos seus ângulos, bem destacadas e maciças, característica das torres Tardo-Romanas e do Período Califal, assemelhando-se aquela, às fortificações omíadas orientais existentes na zona da Síria e da Jordânia com evidentes influências bizantinas e sassânidas, como é exemplo as fortificações de *Qasr Minya*, *Qasr al-Anyar*, *Qasr al-Hayr al Sharqi*, Palácio *Amman* de Jerusalém, *Qasr Kharana*, Palácios de *Mshatta* e *Khirbal al-Majjar*, datadas do século VIII (Soler e Zozaya, 1989, p. 265; Stierlin, 2002, pp. 65-82; Enderlein, 2004, pp. 73-78).

Na Península Ibérica também se encontram fortificações com este tipo de modelo erguidas durante o Período Omíada, no século IX, como o caso da Alcáçova de Mérida, Castelo de El Vacar, na província de Córdoba, Castelo de Guadalerzas, na província de Toledo, Castelo das Relíquias, Castelo Velho de Alcoutim, a primitiva Alcáçova de Silves e a Alcáçova do Castelo de Palmela, também se conhecendo casos para o Norte de África, datáveis do século X, correspondentes ao Período Califal, como o caso de Ceuta (Soler e Zozaya, 1989, p. 265; Catarino, 1997/1998, p. 312; Fernandes e Picard, 1999, pp. 67-94; Fernandes, 2004, p. 239; Villada *et alli*, 2013, pp. 54; Gomes, 2014, p. 26).

Duas das torres que integram os ângulos da primitiva fortificação, nomeadamente as torres 3 e 4, as quais conservam o paramento original, foram edificadas com silhares de pedra, os designados biocalcerenitos arenosos existentes na região, que foram reaproveitados de anteriores construções romanas, onde é possível ainda observar as marcas de extracção da obra, mas também através do reaproveitamento de elementos arquitectónicos da cronologia mencionada, a designada *spolia*, os quais foram incorporados naquelas construções. Os mesmos foram dispostos em diversas fiadas, na horizontal, de forma um pouco irregular e afastados entre si e ligados por argamassa, apresentado o sistema de construção em *soga e tissão* (Leitão, 2016a, p. 211; 2017a, p. 57; **fig. 18**). Pode-se observar modelo construtivo semelhante nas muralhas omíadas de

Mérida, de Cória, de Vascos, do Castelo de Castros em Cáceres e também em uma das torres do Castelo de Palmela, que inclusive apresenta uma dimensão de 10,2 m × 10,5 m, assemelhando-se à largura da face norte da torre 4 da alcáçova de Alcácer com 10,88 m, datável igualmente do século IX (Fernandes, 2004, p. 239).

Poderemos então assim afirmar que as torres da primitiva alcáçova, de acordo com as suas formas tipológicas e construtivas, terão sido erguidas no século IX, aquando da instalação dos *Banu Danis* naquela zona, coincidindo com o século em que se iniciam as invasões vikings no *al-Andalus* e com a fixação naquele local daquela família berbere (Correia, 2013a, p. 759, Leitão, 2017a, p. 58). Por outro lado, o facto de já existir uma fortaleza naquela zona, nomeadamente um palácio fortificado, conforme podemos atestar pelo nome do sítio (*al-Qasr*), assim referido no século IX, tal como pela presença de cerâmicas, datáveis desse mesmo século, encontradas no decorrer das intervenções arqueológicas referidas, reforçam a hipótese do *al-Qasr* ter sido edificado nessa altura. A descoberta de dois capitéis nos arredores da cidade, um exposto no museu da cripta e outro no interior do recinto amuralhado, pertencentes a uma construção palaciana e atribuíveis aos finais do século IX e inícios do X, corroboram igualmente essa possibilidade (Almeida, 1993, p. 81; Paixão *et alli*, 1994, p. 227; Paixão *et alli*, 2001a, pp. 203-207; Carvalho, 1994, pp. 101-102).

A torre 3 possui no seu interior dois pisos, encontrando-se no segundo uma porta de arco ultrapassado, localizada na face poente daquele dispositivo, edificada em silharia de pedra ligada por argamassa de cor amarela. Aquela possui 2,63 m de altura, 0,94 m na base, 0,96 m de largura nas juntas onde assenta o arco e encontra-se a 2 metros do nível do solo. Os silhares que compõem a base são semelhantes entre si, sendo o do lado direito uma ara romana, possuindo 1,39 m de altura, 0,40 m de largura e 0,30 m de espessura, enquanto o do lado esquerdo possui 1,40 m de altura, 0,39 m de largura e 0,30 m de espessura, tratando-se, possivelmente, também ele, de uma ara romana reutilizada, conforme se pode constatar pelas medidas semelhantes ao primeiro silhar referido. Relativamente aos silhares onde assenta o arco ultrapassado possuem entre 0,63 m e 0,66 m de largura e entre 0,21 m e 0,33 m de altura, enquanto os silhares que formam o arco têm entre 0,27 m e 0,68 m de largura e 0,20 m e 0,47 m de altura (Leitão, 2016b, p. 83).

Aquela entrada daria acesso ao segundo piso da torre, que foi adaptado a cozinha durante o funcionamento do Convento de Aracoeli, tendo sido a porta desactivada. Encontrava-se selada com silharia de pedra e fiadas de tijolo na altura da edificação da

pousada, tendo sido necessário proceder à sua abertura durante as intervenções arqueológicas de emergência, as quais permitiram confirmar a sua desactivação durante a permanência das freiras no edifício religioso (**Fig. 19**).

É de salientar que no topo do arco da referida porta, num silhar bem talhado, com 0,32 m de comprimento e 0,20 m de altura, apresentando algumas fracturas, encontra-se um grafito já bastante danificado pela passagem do tempo e do cimento que sobre ele foi colocado durante a edificação da pousada, que ignorou a existência do mesmo e tapou algumas linhas que o compõem (**Figs. 20 e 21**). Ainda assim, apesar da deterioração que apresenta, foi possível observar, através do registo fotográfico com luz rasante, um conjunto de linhas horizontais paralelas, traçadas com algum cuidado, e um outro conjunto de linhas perpendiculares a estas, formando uma rede geométrica composta por pequenos quadrados com dimensões de 4 × 4 cm, cujo formato, em geral, se assemelha a um fragmento de tabuleiro de jogo, nomeadamente o *Ludus Latrunculorum* ou Jogo do Soldado (Leitão, 2016b, p. 84).

Desconhece-se quando terá surgido aquele jogo, sendo que uma das primeiras referências ao mesmo é feita por Marco Terêncio Varrão, no século II a.C., no livro X da obra *De Língua Latina*, onde menciona ser praticado num tabuleiro marcado por linhas e espaços, tratando-se de um jogo muito popular junto das legiões romanas. Estava ligado à guerra e à estratégia militar, dando origem desta forma ao seu nome, Jogo do Soldado (Fernandes, 2013, pp. 57-58). Estes tipos de tabuleiros normalmente eram gravados em pedras bem talhadas, como o exemplar de Alcácer do Sal, também ele gravado em pedra, tendo sido, posteriormente, durante o século IX, reutilizado pelos muçulmanos para a construção da porta.

Durante o século X, encontrando-se Alcácer do Sal, já capital de distrito, sob o domínio de Córdoba, foi construído um recinto amuralhado que cercou o núcleo urbano, enquanto na alcáçova foram edificadas novas torres e tramos de muralha, datando desta altura as torres 5 e 8, assim como um pano de muralha, com 1,60 m de espessura, que liga a torre 2 e 9, fechando o circuito da alcáçova e separando-a da *madina* (Leitão, 2017a, p. 45). Aquele possui um negativo indicando a existência de uma porta que ligava aquela ao núcleo urbano (**Figs. 22 e 23**). As torres 5 e 8 possuem formato quadrangular e foram edificadas em alvenaria de pedra média aparelhada e outras não, dispostas em fiadas paralelas, ligadas por argamassa e consolidadas nas juntas por pedra miúda e fragmentos

de tijolo, assemelhando-se a algumas das torres do Castelo de Palmela datáveis também do século X (Fernandes, 2004, p. 241).

Relativamente às portas da alcáçova, haveria pelo menos duas, uma que daria acesso à *madina*, localizada a leste no pano de muralha conforme referimos, e outra ao exterior, localizada a poente, sendo a primeira, possivelmente construída no século X quando se edificou a muralha de separação entre a alcáçova e o núcleo urbano, tal como sugere o aparelho construtivo, desconhecendo-se que tipo de entrada seria. No que respeita à porta que daria acesso ao exterior possuía uma entrada directa, tendo sido os vãos da mesma descobertos durante os trabalhos arqueológicos ali efectuados, e era defendida pela torre 5 e, possivelmente, por uma outra que deveria de existir no local onde hoje se ergue a torre 7, edificada no Período Almóada (Leitão, 2017a, pp. 59-60). Entradas directas são conhecidas para a fase inicial do Período Islâmico defendidas por duas torres na alcáçova de Mérida (Torres Balbás, 1985, p. 606).

Em fase posterior aquela terá sido desactivada, tendo sido entaipada e tendo-se aberto uma nova porta no interior da torre 6, denunciando, deste modo, um sistema mais complexo para dificultar a entrada. Esta mesma torre de formato quadrangular, foi edificada em taipa com embasamento em pedra, tendo-se aberto nela a mencionada porta, criando-se igualmente um passadiço entre esta e a torre 4 de alcáçova, encontrando-se por baixo daquele, uma outra porta de arco ultrapassado integrada num *alfiz*, formando o conjunto, uma entrada em triplo cotovelo (Leitão, 2016a, p. 215; **fig. 24**).

É possível que a torre 6, assim como este sistema mais complexo de entrada na alcáçova, tenha sido edificado durante a segunda metade do século XI, nomeadamente durante o Período Almorávida, dado que são conhecidas portas inseridas nas torres nesta altura. Para além disso, sabe-se que estes procederam à edificação e restauro de estruturas defensivas no *al-Andalus* nas alcáçovas e nos núcleos urbanos, sendo que Alcácer possuía um grande valor estratégico nessa altura, servindo de base militar contra o norte cristão (Torres Balbás, 1985, p. 478; Picard, 2000, p. 195).

Relativamente às torres 7 e 9, foram edificadas durante o Período Almóada, após a reconquista da cidade, em 1191, enquanto a 8 desconhecemos como seria o seu aparelho original, visto que foi praticamente toda reconstruída pela DGEMN. As torres 7 e 9 foram edificadas em taipa militar e alicerces em pedra para sustentar os taipais, conforme se pode encontrar nas torres da cidade de Silves e em Cáceres, possuindo aquelas, do ponto de vista formal, paralelos com as torres das cidades referidas, assim como em Badajoz,

datáveis igualmente do Período Almóada (Torres Balbás, 1985, pp. 590-591; Bueno e Daza, 2003, p.88; Gomes, 2006, pp. 12-18; **fig. 25**).

3.1.1.2. Núcleo Urbano

O que subsiste essencialmente das muralhas e torres da *madina* são troços edificadas em pedra e taipa, datadas dos finais do XII, após a reconquista da cidade por parte dos Almóadas. No entanto, a análise minuciosa daqueles testemunhos permitiu verificar a existência de troços anteriores àquela fase, como por exemplo as torres 14, base da torre 15, torres 25, 29 e 30, já que apresentam semelhanças do ponto de vista formal e construtivo com as torres de cronologias mais antigas da alcáçova (Leitão, 2017a, p. 84; **fig. 26**).

Foi, de igual modo, descoberto, em 2003, durante trabalhos de limpeza na encosta norte do castelo, sob a direcção do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), troços de um anterior recinto amuralhado, edificado em pedra, com silhares aparelhados dispostos de forma regular, alguns na vertical e outros na horizontal, ligados por pedra miúda, imitando as construções em *soga e tissão* (Leitão 2016a, p. 218; 2017a, pp. 79-80). Estes vestígios arqueológicos vêm comprovar a existência de um recinto amuralhado, com torres adossadas, que circundava a cidade antes do Período Almóada. É possível que aquelas estruturas militares tenham sido edificadas durante o século X, momento em que Alcácer é elevada a capital de distrito, sob o domínio de Córdoba, conhecendo um grande crescimento urbanístico e económico (**Fig. 27**).

Com a queda do Califado de Córdoba e o surgimento dos Reinos de Taifas, ou até mesmo durante o Período Almorávida, devido à maior fase de instabilidade que o *al-Andalus* atravessava, houve a necessidade de construir-se um fosso em redor da fortificação, visando consolidar as defesas da cidade. A hipótese daquele ter sido construído durante esta fase, é reforçada pelo facto de, em 1191, quando *Abu Yu'qub al-Mansur* se dirigiu a Alcácer do Sal, com a finalidade de a tomar, se ter deparado com um enorme fosso que rodeava a fortaleza pelas suas quatro encostas, vendo-se obrigado a mandar os seus soldados entulhá-lo de modo a conseguir conquistar a fortaleza (Torres Balbás, 1985, p. 544). Após a sua tomada, nesse mesmo ano, permaneceu na cidade alguns dias e ordenou que se realizassem obras na fortificação e no núcleo urbano, tendo-se construído nesta altura o novo recinto amuralhado em taipa, assim como uma barbacã e uma couraça, os quais foram também descobertos durante os trabalhos de limpeza

realizados, em 2003, nas encostas norte e poente (Silva, 2010, 74; Leitão, 2017a, pp. 79-80).

As torres que integram o circuito amuralhado deste período possuem formatos rectangulares, quadrangulares e octogonais, adossadas à muralha e albarrãs, edificadas em pedra e taipa, semelhantes às torres existentes em Silves, Badajoz e Cáceres, também alvo de reconstruções no Período Almóada por parte do referido Califa (**Fig. 28**). Naquelas cidades é possível encontrar torres octogonais com base quadrada, idênticas à torre octogonal que se encontra no extremo nascente do circuito amuralhado de Alcácer do Sal e que teria como objectivo defender um postigo que ali se localizaria (Torres Balbás, 1985, pp. 483-486; Pavón Maldonado, 1993, p. 17; Márquez Bueno e Gurriarán Daza, 2003, pp. 65-97; Gomes, 2006, pp. 9-26). Relativamente às torres que se acham à altura do adarve, podemos encontrar também na muralha de Hoya em Almeria (Pavón Maldonado, 1993, p. 17).

Uma das características das torres e panos de muralha em taipa do Período Almóada, as quais podemos encontrar em Alcácer do Sal, é os seus alicerces em pedra para sustentar os taipais, mas igualmente para evitar que a humidade das águas danifique a taipa. Observam-se, ainda, nestas construções, nas juntas entre os blocos de taipa, as marcas dos quadriláteros traçados com gesso de estuque simulando uma falsa silharia, podendo-se encontrar também no Castelo de Silves, no Castelo Belinho e no Castelo de Paderne atribuíveis ao Período Almóada e, possivelmente, uma característica das construções de *Abu Yu'qub al-Mansur* (Catarino, 1994b, p. 74; Fernandes, 2004, p. 35; Gomes e Gomes, 2013a, p. 146; Gomes, 2014, p. 47; **fig. 29**). Outra particularidade presente naquelas estruturas é as suas ameias de forma quadrangular com coberturas em piramidal, conhecendo-se casos semelhantes em Badajoz, Sevilha, Tarifa e Cáceres (Torres Balbás, 1985, pp. 512-585; Zozaya, 1994, p. 143; Márquez Bueno e Gurriarán Daza, 2003, p. 95).

No que concerne às portas da *madina*, infelizmente não resta qualquer tipo de vestígios daquelas, impedindo-nos de saber como seriam feitas essas entradas, se directas ou se possuíam sistemas mais complexos como as entradas em cotovelo. Ainda assim, podemos verificar que a cidade tinha pelo menos três portas, duas delas surgem mencionadas nas fontes escritas, nomeadamente a Porta Nova, localizada a norte, a Porta de Ferro, situada a nascente e uma outra a poente (Cardoso, 1747, p. 135; Afonso, 2013, p. 532). No que respeita à Porta de Ferro, conhecem-se portas de fundação islâmica com

esta designação em Córdova, Sagunto, Huesca, Palma de Maiorca e Elvas (Torres Balbás, 1985, p. 605; Correia, 2013b, p.114), podendo aquela ter sido similarmente edificada durante a ocupação muçulmana da cidade, sendo, possivelmente, defendida por duas torres, conforme atesta hoje em dia o nome da rua que seguiria na sua direcção.

Quanto à Porta Nova sabe-se que já existia no final da Idade Média conhecendo-se a sua localização por uma gravura da fortificação, datada de 1813, onde se observa uma torre que a defendia, possivelmente do Período Islâmico, existindo ainda hoje, no local, vestígios dessa torre e de uma outra que juntamente com aquela defenderia aquela entrada (**Fig. 30**). Além disso, a norte da cidade, existem vestígios de uma necrópole islâmica, conforme se comprovou arqueologicamente pela descoberta de um enterramento de inumação em decúbito lateral direito (Faria, 2000, pp. 1-8). Era habitual localizar-se às principais portas da cidade as necrópoles, reforçando a hipótese de que a mesma teria sido edificada durante a ocupação muçulmana da cidade (Torres Balbás, 1985, pp. 235-238). Apesar de a designação de Porta Nova ser um nome que nos remete para o Período Cristão, não quer dizer que aquela tenha sido edificada nessa altura. Caso semelhante surge em Elvas onde uma porta com a mesma designação foi erguida no final do Período Islâmico, podendo a de Alcácer remeter também para essa fase (Correia, 2013b, p. 165).

Em relação à porta que se encontraria a poente, surge mencionada na documentação como postigo, situada perto do Paço da Ordem de Santiago (Pereira, 2000, pp. 64-68), talvez entre as torres 29 e 30 do recinto amuralhado, tendo sido possivelmente uma das principais portas da cidade durante o Período Islâmico, dado aí se localizar uma das possíveis vias principais da *madina*, actual Rua das Torres, que em direcção a leste iria ter à Porta de Ferro, encontrando-se ainda, nas suas imediações, uma necrópole do período em análise (Leitão, 2016a, p. 223). O facto de a mesma já não surgir mencionada na documentação da Idade Média como porta, mas sim como um postigo, poderá indicar a sua desactivação durante o domínio cristão, após a reconquista da cidade em 1217.

Para além das quatro portas, haveria ainda dois postigos, um situado a nascente e outro a sul. Relativamente ao primeiro, surge mencionado nas fontes escritas como o Postigo Velho (Pereira, 2000, p. 64), não sendo referida a sua localização, todavia o mesmo surge numa gravura do século XIX, junto da torre octogonal a nascente, possuindo um arco ultrapassado, remetendo a sua edificação para a Época Islâmica, possivelmente durante o domínio Almóada, no século XII, quando se ergueu a torre octogonal (**Fig. 31**).

No que respeita ao postigo que se encontrava a sul, junto da torre 19, que foi adaptada, no ano 1512-13, à construção da nova Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro, não se sabe quando terá sido edificado (Leitão, 2017a, p. 87).

3.1.2. Espaços residenciais e edifícios públicos

As intervenções arqueológicas que mencionamos anteriormente efectuadas, entre os anos de 1993 e 1997, no espaço que corresponderia à alcáçova, permitiram colocar à vista estruturas habitacionais e de armazenamento de períodos distintos (**Fig. 32**). Entre aqueles testemunhos salientamos a descoberta de uma parede com vestígios de estuque, encontrando-se adossada a ela, do lado leste, uma lareira ligada a um poço de abertura e secção circular (Leitão, 2017b, p. 9). Ao mesmo nível arqueológico daquelas foram identificados fragmentos de cerâmicas islâmicas, datados dos séculos IX e X, com destaque para a descoberta de um cântaro intacto, decorado com pintura de cor branca, permitindo datar a sua construção no Período Omíada (**Fig. 33**). De cronologia idêntica será um outro compartimento reconhecido que se achava sob outro datado do período da ocupação das comunidades magrebina, dado ter-se descoberto, ao mesmo nível que aquele, fragmentos de cerâmicas islâmicas *in situ* (Leitão, 2016a, p. 225).

Imediatamente acima daquelas estruturas encontra-se, provavelmente edificado, de acordo com os espólios ali exumados, durante os Períodos Almorávida e Almóada, um salão decorado nas paredes com restos de estuque e um complexo de instalação sanitária, ligeiramente sobrelevado em relação ao compartimento anterior, ligado a uma fossa séptica. Em associação com porções de muros islâmicos encontram-se vários silos para o armazenamento de frutos e cereais e fossas sépticas para o saneamento básico, assim como vários troços de canalizações de águas, denunciando, deste modo, um planeamento pré-definido da edificação destas estruturas. Ainda, junto da muralha que separava a alcáçova da *madina*, encontrou-se um compartimento correspondente a um pátio, com aberturas para o escoamento das águas, edificado, de igual modo, no Período Almóada, conforme sugerem os espólios encontrados nessa divisão, com datações entre a segunda metade do século XII e a primeira metade do século XIII (Leitão, 2017b, pp. 7-12; **fig. 34**).

Os bairros residenciais do núcleo urbano distribuíam-se ao longo das encostas leste, sul e norte, conforme apontam os vestígios arqueológicos encontrados, nomeadamente alguns silos descobertos próximos da alcáçova, sectores de muros construídos em silharia de pedra e fragmentos de cerâmica, uma fossa e um silo, em frente

da Igreja de Santa Maria do Castelo, correspondentes a uma cronologia entre os séculos VIII e XIII, evidenciando larga ocupação daqueles espaços (Paixão *et alli*, 1994, pp. 235-253; Paixão *et alli*, 2001b, p. 376; Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, pp. 13-16; **fig. 35**).

Fora de muralhas, nomeadamente ao longo da encosta leste, junto à Porta de Ferro e para sul, junto do rio, estendiam-se os principais arrabaldes da cidade (**Fig. 36**). Relativamente ao arrabalde que se desenvolveu na encosta leste, pouco se conhece, as várias ruas estreitas, assim como a toponímia daquelas, sugerem a sua existência. Durante o século XVIII, toda aquela zona era conhecida como Bairro das Olarias (Cardoso, 1747, p. 130), denunciando a presença de actividades artesanais próprias dos arrabaldes, sendo também naqueles que funcionava o sector industrial da cidade como os moinhos, tinturarias, fornos de cerâmica e ferrarias. Encontraram-se, ainda, junto do Convento de São Francisco, durante um acompanhamento de obra, no ano de 2006, sob a responsabilidade do arqueólogo António Rafael Carvalho, duas fossas com materiais islâmicos, datáveis entre os séculos XI e XIII, abarcando, deste modo, o Período Califal/Início dos Reinos de Taifas até ao Período Almóada, reforçando a ideia da existência de um arrabalde nas imediações da Porta de Ferro que se estenderia ao longo de toda a encosta nascente (Leitão, 2016a, p. 225) .

Relativamente ao arrabalde portuário que estaria certamente ligado às actividades relacionadas com o rio e o estaleiro de construção naval, foi descoberto nos anos 80, quando se procedia à construção de uma moradia nas proximidades da Câmara Municipal, tendo-se ali reconhecido um compartimento de uma habitação onde se exumaram fragmentos de cerâmicas com uma cronologia entre os séculos IX e XI (Paixão *et alli*, 2001a, pp. 207-208). Em 2008 realizaram-se trabalhos de escavação arqueológica no interior da Igreja do Espírito Santo, sob a direcção da arqueóloga Marisol Ferreira, onde foi possível documentar a existência de restos de uma vivenda islâmica com um poço associado, bem como algumas fossas da respectiva cronologia, e cujos fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas ali recolhidos inserem-se numa cronologia entre os séculos IX e XIII, abarcando, deste modo, todo o período da permanência islâmica na cidade (Ferreira, 2015, p. 5; **fig. 37**).

Ao longo dos principais eixos viários da cidade encontravam-se os indispensáveis edifícios públicos como a mesquita, que possivelmente se encontraria onde hoje se ergue a Igreja de Santa Maria do Castelo, conforme parece indicar a sua disposição, nomeadamente no sentido sudoeste-nordeste e sudeste-noroeste, denunciado um certo

desalinhamento na sua orientação, indicando a sua clara adaptação a um edifício pré-existente, tal como se verifica em outras igrejas que foram anteriores mesquitas, como é o exemplo de Mértola (Macias, 2006, pp. 118-119). Conhecem-se, igualmente, igrejas dedicadas ao culto de Santa Maria que foram anteriores mesquitas, como por exemplo a Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas?³⁶, Moura, Badajoz e Almeria (Torres Balbás, 1943, p. 467; Correia, 2013b, pp. 75-87).

Em 2002, durante o decorrer de uma obra, junto à igreja de Santa Maria do Castelo, sem qualquer acompanhamento arqueológico, foram perturbados e revolidos uma série de sedimentos de interesse arqueológico que causaram a destruição dos vários níveis de ocupação no local. No decorrer daqueles trabalhos foram localizados amontoados de terras com diversos fragmentos de cerâmica de construção e cerâmicas de recipientes atribuíveis ao Período Islâmico e Idades Média e Moderna, bem como pedras que, possivelmente, estariam integradas noutras construções e restos osteológicos humanos. Foi, de igual modo, colocado a descoberto um muro de um edifício pré-existente no local que poderá, eventualmente, ter pertencido à anterior mesquita (Regala e Gomes, 2004, p. 44; **fig. 38**).

Nas imediações daquele templo religioso e da Rua das Torres, conhecida na Idade Média como Rua dos Mercadores, localizar-se-ia o *suq* onde se comercializavam os produtos mais importantes, nomeadamente artigos de luxo e tecidos, tal situação se verificava também em Sevilha e Córdoba (Torres Balbás, 1985, p. 175; Pereira, 2000, p. 68). Para além deste, haveria também um pequeno mercado, junto da Porta de Ferro, particularmente na Rua dos Açougues, onde se vendiam os produtos artesanais e agrícolas provenientes dos arrabaldes e espaços rurais envolventes, assim como os produtos importados que ali chegariam por via marítima trazidos pelos vários mercadores que afluíam à cidade, não sendo de descartar igualmente a hipótese de ter havido um mercado junto do porto, perto do arrabalde portuário que ali existia. Próximo da Porta de Ferro e dos estabelecimentos comerciais localizados nas suas proximidades, encontrar-se-ia os banhos públicos da cidade, como acontecia em Lisboa, uma vez que aquela zona se acha mais próxima dos cursos de água, essenciais para o abastecimento e funcionamento

³⁶ Segundo as fontes escritas a Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas foi a anterior mesquita dos muçulmanos: *“esta igreja é a mais antiga nesta cidade. Foi mesquita de mouros. Consta de três naves e três portas na frontaria (...)”*. Ver: CORREIA, Fernando Branco (2013b) - *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, p. 78.

daqueles edifícios (Navarro Palazón e Castillo Jiménez, 2009, pp. 104-108; Gomes, 2011b, p. 336).

3.1.3. Estruturas de armazenamento

As escavações arqueológicas ocorridas no interior do perímetro amuralhado, entre os anos de 1993 e 1997, colocaram a descoberto, tal como mencionamos anteriormente, para além dos espaços habitacionais, também estruturas de armazenamento que seriam essenciais para o abastecimento da cidade. Entre as estruturas referidas salientamos a identificação de 60 silos, bem como de um poço e uma cisterna para o armazenamento de água (**Fig. 39**). Dos silos descobertos foram escavados 13 na integralidade, tendo sido os restantes parcialmente escavados e outros somente referenciados no registo gráfico e fotográfico (Leitão, 2020, p. 450).

Aquelas estruturas foram utilizadas, numa primeira fase, para o acondicionamento de cereais e outros bens alimentares, sendo, alguns deles, posteriormente, desactivados da sua função primária para serem reutilizados como lixeiras/fossas onde eram depositados os desperdícios urbanos e domésticos. Cabe mencionar que alguns destes silos se achavam associados a habitações, quer datadas do Período Islâmico, quer do Período Romano, tendo sido estas últimas reaproveitadas pelos muçulmanos, enquanto outros não se encontravam associados a qualquer estrutura (Leitão, 2017b, p. 10-23).

3.1.3.1. Poços e cisterna

O poço de abertura e secção circular, que referimos anteriormente identificado no interior da alcáçova e associado a um compartimento islâmico com lareira, referente, possivelmente, a um espaço de cozinha, oferece um diâmetro de boca de 0,56 m, um diâmetro máximo de 1,28 m e uma profundidade de 5 m. Aquele foi edificado em silharia de pedra bem aparelhada, disposta de forma regular e intercalada por fiadas de tijolo e argamassa, sendo que aquele tipo de construção é característico das construções iniciais do Período Islâmico (Navarro Palazón e Castillo Jiménez, 1997, p. 30). As suas dimensões indicam uma capacidade de armazenamento de 6400 litros de água, permitindo fornecer 6 pessoas durante um ano, no caso de considerarmos que cada uma delas necessita em média, pelo menos, 3 litros por dia³⁷. Trata-se de um pequeno poço particular

³⁷ Seguimos os mesmos critérios aplicados por Rosa Varela Gomes no estudo dos sistemas de abastecimento de água na alcáçova de Silves: GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 28.

de carácter doméstico que se destinava ao abastecimento quotidiano de um reduzido número de pessoas que viviam na alcáçova (**Fig. 40**).

Durante o Período Almóada construiu-se uma estrutura de maior envergadura, com superior capacidade de armazenamento, para fazer face às necessidades diárias de um maior número de habitantes, tendo sido nesse contexto que se edificou, no canto sul da alcáçova, uma cisterna. Trata-se de uma estrutura escavada no substrato rochoso de planta rectangular com 2,96 m de comprimento, 2,20 m de largura e 2,32 m de profundidade, achando-se revestida, exteriormente, por uma argamassa constituída por areia e fragmentos de pedras que teria como finalidade torná-la impermeável (**Fig. 41**). Aquela possuía uma capacidade de armazenamento de 16 000 litros permitindo o fornecimento de água a cerca de 15 pessoas durante um ano (Leitão, 2020, pp. 451-452).

No decorrer da intervenção arqueológica encontraram-se troços de canalizações que transportavam a água das chuvas para o interior da cisterna, assim como para o pequeno tanque que se encontra no pátio da alcáçova (Faria e Paixão, 1996, p. 13). Acedia-se ao interior daquela através de abertura rectangular que, para além de facultar o acesso àquele bem essencial, permitia também a entrada para realização da sua limpeza periódica, sendo a mesma depois selada para impedir a saída da água. Esta estrutura encontra paralelos formais com a cisterna 2 muçulmana identificada no interior da Alcáçova de Silves. Há semelhança daquilo que se verifica em Alcácer, também aquela foi escavada no substrato rochoso, possuindo planta rectangular, acedendo-se ao seu interior por meio de duas aberturas, uma de planta circular, situada a nascente, e outra sub-quadrangular, situada a poente (Gomes, 2003, pp. 31-32).

Após a Reconquista Cristã da cidade, a cisterna continuou a abastecer o Paço da Ordem de Santiago, tendo-se realizado algumas remodelações na mesma através do acréscimo de novo revestimento exterior, primeiramente, em pedra e tijolo, e, posteriormente, em taipa civil. Durante a Idade Moderna a estrutura foi desactivada passando a servir de lixeira (Leitão, 2020, p. 452).

No espaço correspondente à *madina* islâmica identificou-se, em 2003, no decorrer de trabalhos de limpeza e consolidação efectuados no sector norte do recinto amuralhado, vestígios de uma couraça, edificada em taipa militar e datada do Período Almóada, que arrancava directamente da barbacã existente naquela zona em direcção ao fosso e a uma nascente de água que ali se encontra (Carvalho *et alli*, 2008, pp. 79-80). A mesma teria como função principal a defesa e acesso à água em caso de cerco prolongado, sendo

bastante comum a presença daquele tipo de estruturas, sobretudo a partir de Época Almóada, em outras cidades do *al-Andalus* como Sevilha e Badajoz (Torres Balbás, 1985, p. 537; Márquez Bueno e Gurriarán Daza, 2012, p. 56). Após a Reconquista Cristã de 1217, a couraça foi desactivada entrando em ruína (**Fig. 42**).

No espaço intramuros do núcleo urbano encontra-se igualmente um poço, o qual não foi alvo de intervenção arqueológica, onde no fundo se recolheu, durante uma limpeza ocorrida naquele, nomeadamente na década de 1960, espólio datado do Período Almóada (Chagas, 1995, p. 35). Aquela estrutura possui profundidade de 26 m e diâmetro de 4,80 m, detendo uma capacidade de armazenamento de 471000 litros de água, o que possibilitava o fornecimento daquele bem a cerca de 430 pessoas durante um ano (Leitão, 2020, p. 454).

3.1.3.2. Silos

Os silos descobertos, quer no espaço da alcáçova, quer no núcleo urbano, achavam-se associados, na sua maioria, a compartimentos que definiam habitações e que detinham, por isso, uso familiar. Contudo, no sector sul da área que correspondia à *madina* islâmica foram encontrados conjunto de silos que não estavam articulados a qualquer estrutura de âmbito residencial, o que parece sugerir a utilização daquele espaço exclusivamente para armazenamento dos bens alimentares (Leitão, 2017b, pp. 10-12). Tipologicamente as estruturas negativas identificadas foram escavadas no substrato rochoso, rompendo, por vezes, pisos e muros de períodos precedentes, e possuem formato oval e periforme com fundos de perfil oval e ligeiramente fusiforme. Algumas daquelas estruturas apresentavam a boca estruturada com elementos pétreos de pequena e média dimensão, sendo seladas igualmente com pedras ou, simplesmente, com terra, achando-se as paredes nos seus interiores revestidas com argila, tornando-os, desse modo, impermeáveis para uma adequada conservação dos cereais (Leitão, 2020, pp. 455-456).

Em termos de dimensões os silos apresentam diâmetros máximos que oscilam entre 1,68 m a 2,55 m e profundidades de 2,94 m a 3,16 m, o que permitia uma capacidade de armazenamento entre 7 m³ a 15m³, podendo aqueles conter entre 4620 kg até 9900 kg de cereais, considerando que cada m³ de trigo pesa 660 kg (Gomes, 2003, p. 33). Se tivermos em conta que cada indivíduo poderia sobreviver com 230 kg de trigo por ano³⁸,

³⁸ Segundo Rosa Varela Gomes, cada indivíduo poderia sobreviver com 230 kg de trigo durante um ano. Ver: GOMES, Rosa Varela (2003) - *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al- Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 33.

verificamos que a capacidade daquelas estruturas respondia às necessidades alimentares de 20 pessoas, para o caso dos de menor capacidade, a 43 pessoas durante um ano, no que respeita aos de maiores proporções de armazenamento (**Fig. 43**).

A nível cronológico algumas daquelas estruturas negativas foram edificadas, entre os séculos VIII e XI, para armazenamento de bens alimentares, tendo sido, posteriormente, desactivadas a partir da segunda metade do século XII, já em pleno Período Almóada, passando a servir de lixeiras, conforme denunciam as cerâmicas e restos faunísticos descobertos durante a intervenção arqueológica (Moreno García e Davis, 2001, p. 233; Faria, 2002, p. 103; Leitão, 2020, pp. 456-457). Já outros perduraram mesmo durante esta fase, edificando-se igualmente outros novos para fazer face às necessidades alimentares da população, sobretudo em épocas de escassez, e a um eventual cerco prolongado que pudesse assolar a cidade, uma vez que, tratando-se Alcácer de um território de fronteira com inimigo cristão, eram constantes os saques e as pilhagens efectuados naquele. Alguns destes silos continuaram a cumprir a sua função primária durante a Idade Média Cristã, uma vez que as fontes escritas fazem referência, em 1385, às covas do Paço no castelo onde era armazenado o trigo (Costa *et alli*, 2006, p. 397).

No que concerne ao conjunto cerâmico recolhido do interior daquelas estruturas salienta-se a presença de cerâmicas comuns e vidradas, abrangendo uma cronologia entre os séculos VIII e XIII, onde estão presentes a loiça de mesa: taças, jarrinhos(as) e jarros(as); loiça de cozinha: panelas, frigideiras e alguidares; loiça de armazenamento: talhas e cântaros; contentores de fogo: candis, candeias e lamparinas e, ainda, outras peças de uso complementar como testos e outros objectos de uso quotidiano (Paixão *et alli*, 2001a, pp.197-209; Leitão, 2017b, pp. 46-53; Leitão, 2019, pp. 163-173).

Os silos descobertos em Alcácer do Sal apresentam semelhanças tipológicas com os silos muçulmanos identificados no interior do Solar da Casa de Santo Isidro em Madrid, onde foram recolhidos fragmentos de cerâmicas datáveis entre os séculos X e XIII. Aqueles apresentam formas em saco, possuindo medidas de profundidade e diâmetros que se aproximam dos silos encontrados em Alcácer (Vallespín Gómez *et alli*, 1990, pp. 293-296).

Para além da tipologia de silos em fossa referidos colocou-se também a descoberto, durante a intervenção arqueológica no interior da alcáçova, um outro silo islâmico associado a compartimento, datado do Período Almóada, com paredes erguidas em pedra não aparelhada, intercalada por fiadas de tijolo e terra, cujas características

diferem dos restantes identificados. Trata-se de um silo, designado nas fontes islâmicas como *ḥufra* (pl. *ḥufar*), de formato rectangular ou em forma de “sepultura”, mais alargado e muito menos profundo do que os habituais *maṭmūra* (pl. *maṭāmír*) destinados ao acondicionamento de cereais, medindo 0,76 m de largura, 0,80 m de comprimento e 0,16 m de profundidade, que se destinava ao armazenamento de frutos secos (García Sánchez, 1994, p. 280; Leitão, 2020, p. 458).

3.2. Castelos rurais (*husun*)

3.2.1. Castelo de Vale de Trigo

3.2.1.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo de Vale de Trigo localiza-se na actual freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 8 km a norte da cidade, e ocupa dois cerros onde, à superfície, são visíveis elementos pétreos, de média e grande dimensão, alguns deles aparelhados, distribuídos por uma área com cerca de 4 ha. (**Figs. 44 e 45**). O cerro mais alto, situado a norte, encontra-se junto à ribeira de Vale de Trigo, que o envolve em toda a sua encosta norte e leste, e o seu recinto amuralhado ocupa área com 2,5 ha. (**Fig.46**). O cerro situado a sul possui igualmente vestígios da existência de um recinto, porém mais pequeno, com cerca de 1 ha. O povoado associado localiza-se no cerro situado a sudoeste do Castelo de Vale de Trigo, a cerca de 600 m, onde se encontram oliveiras centenárias e fragmentos de cerâmica. Os cerros são ocupados por eucaliptos e pinheiros que contribuíram para a destruição de grande parte das estruturas que compunham o sítio arqueológico.

O sítio foi identificado por nós em Maio de 2019 e, em Agosto do mesmo ano, efectuou-se prospecção sistemática com o intuito de identificar novos tramos do perímetro amuralhado, bem como materiais arqueológicos e estruturas no seu interior, tendo em vista compreender a extensão da fortificação e seleccionar áreas para a realização de sondagens. As prospecções no cerro norte, zona mais elevada, permitiram identificar alinhamentos de pedras nas encostas sul e norte, zonas onde não se plantou eucaliptos, bem como troços de uma torre, muito oculta pela vegetação (**Figs. 47 e 48**). No cerro sul também se reconheceram alinhamentos de pedras na encosta orientada a norte (**Fig. 49**). Não se identificou qualquer espólio arqueológico à superfície em ambos os cerros.

Apesar disso, os resultados da prospecção não foram muito conclusivos, pelo que se seleccionou uma área de escavação que pudesse clarificar, não só a cronologia e natureza da ocupação, mas possibilitar recolher informações sobre a estrutura defensiva. Efectuou-se, assim, uma sondagem no cerro norte, na sua vertente sul, onde eram visíveis alinhamentos de pedras e, onde não existia eucaliptos, que denominamos de sector 1. Os trabalhos iniciaram-se em Junho de 2020 e prolongaram-se até Dezembro do referido ano.

Primeiramente, procedeu-se à remoção da vegetação rasteira que cobria a estrutura, deixando somente os plantios agrícolas de pinheiros e oliveiras que estavam no topo da muralha. Em seguida marcámos uma quadrícula com 12 m de comprimento por 6 m de largura, onde subdividimos em quadrados de 2×2 m, em vez de 4×4 m, devido à falta de recursos humanos que permitissem a escavação de grandes áreas. Foram assim escavados na totalidade os quadrados A1, A2, A3, B1, B2, B3, C2, D2, E2, F2 e F3 e, parcialmente, os quadrados C1 e D1, perfazendo uma área total intervencionada de 24 m² (Fig. 50).

Os trabalhos iniciaram-se nos quadrados A1, A2 e A3 com a definição das pedras, tendo como objetivo compreender que tipo de estrutura se estaria em presença. Foi perceptível a existência de alinhamentos de pedras que formavam um potente muro, bastante arruinado pelo plantio de pinheiros, com pedras derrubadas, de enormes dimensões, nos quadrados A1 e A3. Prosseguiu-se os trabalhos de definição em direcção aos quadrados B1, B2, B3, C1 e C2 que permitiram detectar a continuidade da estrutura.

3.2.1.2. Estratigrafia e estruturas

Tendo como objectivo encontrar uma das extremidades da estrutura na vertente sul e determinar a sua cronologia, bem como alcançar a sua profundidade e verificar o tipo de aparelho procedeu-se à abertura de uma sondagem, com 1×1 m de lado, no quadrado C1.

Sondagem 1:

A escavação desta sondagem revelou a existência apenas de uma única unidade estratigráfica (Camada 1), com uma potência de 0,60 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de pequena e média dimensão, e fragmentos de argamassa.

Devido ao elevado grau de destruição da estrutura, optou-se por alargar a área e iniciou-se, no seguimento da sondagem anterior, nova sondagem, com 1×1 m de lado.

Sondagem 2:

Revelou igualmente uma única unidade estratigráfica, com uma potência de 0,75 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de pequena e média dimensão, e muitos fragmentos de argamassa.

A abertura das duas sondagens permitiu encontrar a extremidade sul da estrutura, melhor preservada na sondagem 2, com uma profundidade entre 0,60 e 0,75 m, tendo sido ainda possível verificar que aquela assentava no afloramento rochoso.

Para encontrar a outra extremidade do muro, tendo em vista determinar a sua espessura, alargou-se a escavação para o quadrado C2, onde se abriu uma sondagem, com 2×1 m. Presumimos, desde logo, que todo o lado norte do muro deveria encontrar-se bastante destruído devido à abertura de um rego, visível através do negativo deixado no terreno, para plantação de pinheiros, sendo um desafio encontrar a sua outra extremidade.

Sondagem 3:

À semelhança das sondagens anteriores, também esta revelou a existência de uma única camada, com uma potência estratigráfica de 0,50 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de média e grande dimensão, e fragmentos de argamassa. O elevado grau de derrubes de pedras encontrado na sondagem deveu-se à abertura do rego para plantação de pinheiros, não permitindo, por isso, encontrar a sua extremidade norte. A maioria dos silhares de pedra encontram-se aparelhados em todas as suas faces e possuem dimensões que oscilam entre 0,15 m e 0,65 m de comprimento e entre 0,10 m e 0,45 de altura.

Tendo em vista encontrar a extremidade norte, procedeu-se ao alargamento da área para o quadrado D2, onde se abriu uma sondagem, com 2×1 m.

Sondagem 4:

Esta sondagem era também composta por uma única camada, com uma potência estratigráfica de 0,55 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de pequena e média dimensão, e fragmentos de argamassa.

A abertura daquela permitiu a descoberta de troço melhor conservado da extremidade norte da muralha, achando-se na mesma uma pedra de grande dimensão *in situ*, com 0,45 m de comprimento por 0,45 m de largura, bem como a continuidade da muralha em direção a poente. Não obstante, apesar da descoberta do troço referido, a

abertura desta sondagem comprovou o grau de destruição de grande parte da estrutura devido às raízes das árvores que se acham no topo daquela, bem como à abertura do rego, junto à extremidade norte da muralha, para a plantação de pinheiros. A escavação da sondagem terminou após ter-se alcançado o afloramento rochoso onde aquela assenta.

A escavação prosseguiu para o quadrado D1, tendo como objectivo colocar à vista a restante parte da muralha, sobretudo a continuidade da sua extremidade sul.

Sondagem 5:

Abriu-se nova sondagem de 2×1 m, composta por única camada, com uma potência estratigráfica de 0,75 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de pequena e média dimensão, e muitos fragmentos de argamassa.

Através da sua abertura foi possível verificar que a muralha atinge uma espessura de 1,60 m no seu troço mais preservado que não foi afectado pela abertura do rego. A presença de vestígios da possível muralha inflectindo em direcção a norte, à parte mais elevada do cerro, justificou a necessidade do alargamento da escavação para o quadrado E2, tendo em vista comprovar se de facto aquela seguia na respectiva direcção.

Sondagem 6:

Abriu-se sondagem, com 2×2 m de lado, composta por única camada, com uma potência estratigráfica de 0,40 m, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de pequena e média dimensão, e alguns fragmentos de argamassa.

O alargamento da área de escavação permitiu colocar à vista a continuidade da estrutura e parte de troço que começa a inflectir para norte, acompanhando o contorno do próprio cerro. Porém, o troço intervencionado acha-se bastante arruinado devido, tal como já mencionado, ao rego para plantação de pinheiros, que terá arrasado parte da muralha na sua extremidade norte, com maior incidência no troço escavado no quadrado E2, onde ela inicia a inflexão. A muralha aqui possui uma espessura entre 0,90 m a 1,15 m.

Pretendendo confirmar a inflexão da muralha em direcção a norte, à cota mais alta do cerro, e na esperança de encontrar troço melhor preservado, alargou-se a escavação para os quadrados F2 e F3.

Sondagem 7:

Procedeu-se à abertura de sondagem, com 2×2 m de lado, tendo-se escavado, somente, até 0,32 m de profundidade, junto da extremidade sul, e 0,22 m, junto da extremidade norte, não havendo necessidade aqui de aprofundar até à base da estrutura, uma vez que já se tinha realizado esse aprofundamento nas sondagens anteriores, mas sim comprovar a sua inflexão em direcção a norte. Verificou-se a existência de uma camada, constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com pedras, de média e grande dimensão, e alguns fragmentos de argamassa.

A abertura desta sondagem pôs a descoberto a continuidade da muralha e a sua clara inflexão em direcção a norte, designadamente à zona mais alta do cerro, onde se obtém larga amplitude visual da paisagem envolvente. Encontrou-se silhar de pedra de grande dimensão derrubado, junto da extremidade sul, com 0,95 m de comprimento por 0,75 m de altura. O troço da muralha intervencionado possui uma espessura de 1,20 m.

3.2.1.3. As estruturas defensivas

Os trabalhos realizados no Castelo de Vale de Trigo permitiram concluir, até ao momento, que aquele sítio correspondia a um *hisn* muçulmano com povoação associada nas proximidades. A fortificação era composta por dois recintos, um situado a norte, na zona de cota mais alta, e outro no cerro sul, edificadas com silhares de pedra, preenchidos interiormente por pedra miúda e argamassa.

A área intervencionada de 24 m² no sector 1, situado na extremidade sul do cerro norte, permitiu identificar parte da potente muralha, com 1,60 m de espessura e 0,75 m de altura conservada, que circundava todo o cerro norte (**Figs 51 a 58**). Aquela foi construída sobre o substrato rochoso com silhares de pedra aparelhados, de tamanho médio e grande, dispostos de forma irregular, preenchidos por pedra miúda e argamassa.

Os silhares de maiores dimensões foram colocados na base, tendo como finalidade servir de suporte, e nas extremidades para reforçar a estrutura, achando-se grande parte deles tombados junto daquela. Os silhares de pedra utilizados na muralha de dimensões mais pequenas possuem um tamanho de 0,15 m de comprimento por 0,10 m de largura; os médios entre 0,36 m e 0,46 m de comprimento e 0,25 m e 0,32 m de altura. Já os grandes apresentam um tamanho entre 0,43 m e 0,95 m de comprimento por 0,28 m e 0,75 m de altura. A pedra utilizada na sua construção foi o granito, provavelmente

extraído das Serras dos Clérigos e Serrinha, a cerca de 4 km a norte do arqueossítio, onde encontramos a presença daquele tipo de rocha.

A identificação de apenas uma unidade estratigráfica referente à construção da muralha permite-nos atribuir a edificação daquela num único dado momento, não existindo, até ao presente, indícios de remodelações posteriores, bem como de estruturas anteriores à muralha.

Para além da muralha descoberta nas intervenções, identificámos no decorrer dos trabalhos de prospeção, junto à encosta norte, a mais íngreme da fortificação, onde passa a ribeira de Vale de Trigo, vestígios da passagem da muralha, bem como a existência de uma possível torre que não tivemos oportunidade de delimitar, porém bastante oculta pela densa vegetação, que reforçava a defesa da zona norte do recinto amuralhado. Contudo, não se registou a presença de espólio arqueológico, o que dificulta a datação do sítio arqueológico. Porém, o facto de termos identificado, a cerca de 600 m a sudoeste deste local, arqueossítio, designadamente o Povoado de Vale de Trigo, com cerâmicas que podemos atribuir ao fundo cultural islâmico, de que falaremos mais adiante, as quais, através de paralelos, permite-nos atribuir uma datação entre os séculos VIII e primeira metade do XII, cremos que a construção da muralha, dada a proximidade daquele sítio, se enquadre no período referido (**pp. 805-808 do anexo**).

O recinto situado no cerro norte, onde a amplitude visual é maior, poderia corresponder ao alcácer onde estaria a guarnição militar, localizando-se a entrada, possivelmente, a leste, onde a inclinação não é tão acentuada. Quanto ao recinto implantado no cerro sul, cremos que serviria para refúgio e proteção da comunidade rural que habitava o povoado implantando a cerca de 600 m daquele local.

3.2.1.4. Funcionalidade e cronologia

O registo arqueológico identificado na fortificação de Vale de Trigo não permitiu, até ao momento, a identificação de espólio arqueológico que permitisse atribuir uma datação cronológica ao sítio. Todavia, algumas ilações são possíveis. A descoberta de algumas cerâmicas islâmicas a escassos metros daquele local, bem como o aparelho construtivo das muralhas da fortificação, composto por silhares de pedra, dispostos de forma irregular, preenchidos com pedra miúda e argamassa, parecem sugerir a sua construção no Período Islâmico (Malpica Cuello, 1998, pp. 299-304).

Encontramos aparelho construtivo similar nas muralhas e torres, erguidas no Período Omíada, nos Castelos de Palmela e Alcácer, as quais foram edificadas com silhares de pedras, alguns dispostos de forma irregular e outros com alguma regularidade, preenchidos por pedra miúda e argamassa, mas também, em alguns paramentos, com fragmentos de tijolo (Fernandes, 2004, pp. 241-244; Leitão, 2017a, pp. 51-61). De igual modo, nos Castelos de Alcoutim e Relíquias encontra-se técnica construtiva semelhante, embora melhor conservados, tendo sido as muralhas e torres daqueles dispositivos edificadas com silhares de pedra aparelhados preenchidos no interior com pedras menores e argamassa de barro, as quais foram construídas também durante o Emirado e Califado (Catarino, 1997/1998/, pp. 346-404; 424-452).

Quanto à existência de dois recintos amuralhados bastante próximos, separados entre si por um vale, um mais elevado situado no cerro norte e outro implantado no cerro sul, poderá o primeiro tratar-se do alcácer, onde estaria instalada uma guarnição militar, visto ser a zona com melhor visibilidade da paisagem envolvente, e o segundo destinar-se-ia a proteger áreas habitacionais ou, eventualmente, poderia constituir um espaço de refúgio temporário para as comunidades rurais que viviam nas proximidades. A edificação de dois perímetros amuralhados adjacentes, por vezes cortados entre si por um fosso, é bastante comum nas fortificações do Período Islâmico, como por exemplo no Castelo Omíada de Gormaz, em Sória, onde a alcáçova estava separada do segundo recinto amuralhado através de um fosso (Almagro, 2008, pp. 55-58). No actual território português temos também o exemplo do Castelo de Alferce onde trabalhos arqueológicos ali realizados permitiram comprovar a existência de dois recintos amuralhados, construídos nos Períodos Emiral e Califal, particularmente um que envolveria o alcácer com seis torres adossadas e uma cisterna no seu interior e um outro que circundaria, possivelmente, um espaço habitacional relacionado com a alcáçova (Capela *et alli*, 2020, pp. 37-42).

A notória posição estratégica do Castelo de Vale de Trigo permitia-lhe excelentes condições de defesa e controlo directo dos terrenos férteis, bem como dos caminhos e da paisagem envolvente até ao rio Sado (**Figs. 59 e 60**). A construção da fortificação implicou a mobilização de recursos e mão-de-obra especializada que só um poder centralizado teria meios para o executar. O século IX foi marcado por uma série de revoltas dos berberes e *muladis* contra os Omíadas de Córdoba, bem como dos Abássidas

contra estes últimos, achando-se Alcácer no centro destes acontecimentos, dada a sua relativa proximidade e relação com Beja nos primeiros séculos da presença muçulmana.

Para além disso, o século em questão foi igualmente marcado pelos ataques vikings que várias vezes desceram o vale do Sado, fazendo com que os Omíadas virassem as suas atenções para as zonas costeiras do ocidente, sendo nesse contexto que se fixam em Alcácer, em 875-876, os *Banu Danis*, fiéis ao Emir de Córdoba. Admitimos, deste modo, a possibilidade de este *hisn* ter sido erguido após 875-876, por ordem de *Muhammad I*, quando aquela família berbere se fixa em Alcácer, tendo como finalidade o controlo do território, face às ameaças dos vikings, mas também das forças berberes e *muladis* que constantemente se revoltavam contra o poder central. Ao mesmo tempo, a instalação de uma fortaleza naquele local permitia um melhor controlo das populações que habitavam o território, assim como da recolha de impostos no seio das comunidades rurais.

Não obstante, apesar das ilações expostas, só o prosseguimento da investigação no local poderá contribuir com mais informações acerca da sua cronologia e dos distintos hiatos de ocupação naquele espaço.

3.2.2. Alberginho

3.2.2.1. Localização e descrição dos trabalhos

O sítio arqueológico do Alberginho localiza-se na actual freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 7 km a norte da cidade, e trata-se, possivelmente, de uma *villa* romana do Baixo Império que, durante a Alta Idade Média, se fortificou. O povoado situa-se em cerro alto, distribuindo-se pela planície, junto à ribeira do Alberginho que se acha a sul, com orientação no sentido este-oeste, abrangendo a dispersão dos materiais à superfície uma área total de 5 ha. (**Figs. 61 e 62**). O topónimo Alberginho provém da palavra Albergue, originária do árabe *`alb âraq*, com significado de “lugar de insónia, acampamento”, ou seja, um local de passagem onde se poderia pernoitar (Machado, 1977, p. 173). Próximo daquele sítio passava, a ponte, itinerário principal que ligava Alcácer a Lisboa, aspecto interessante que se articula com o topónimo daquele local.

Os trabalhos de prospecção realizados no sítio permitiram identificar à superfície, junto ao cerro, e em zona de planície, restos de estruturas, edificadas em *opus signinum*, bem como alguns elementos arquitectónicos, particularmente troços de presumíveis

colunas encontradas, a cerca de 200 m, do povoado (**Figs. 63 e 64**). Foram também identificados fragmentos de cerâmicas de construção, como telhas e ímbrices, e cerâmicas comuns, reconhecendo-se entre as suas formas asa de ânfora, bordo de talha/*dolium* e outros fragmentos referentes a asas (**Figs. 65 e 66**). Encontrou-se, igualmente, um fragmento de *terra sigillata* hispânica tardia de forma indeterminada. No cerro alto, situado a leste, com ampla amplitude visual da paisagem envolvente, acham-se abundantes silhares de pedras soltos que poderão ter pertencido a um eventual pequeno recinto amuralhado com uma extensão de cerca de 900 m². A existência daquele é perceptível, em grande parte, pelos taludes de terra e dispersão de pedras à superfície, assim como pequenos fragmentos de cerâmicas de construção (**Fig. 67**). Infelizmente não foi possível delimitar melhor as estruturas identificadas, uma vez que a ponte da autoestrada, que passa mesmo junto daquele arqueossítio, tem vindo a ser alvo, desde 2020, de obras de reforço devido ao seu elevado estado de degradação, o que impossibilitou, por motivos de segurança, a realização dos referidos trabalhos.

3.2.2.2. Funcionalidade e cronologia

O espólio identificado, à superfície, no Povoado Fortificado do Alberguinho permite atribuir, à partida, uma ocupação àquele sítio entre a Antiguidade Tardia e o Período Emiral (**p. 790 do anexo**). Deste modo, temos uma primeira fixação populacional, junto à ribeira do Alberguinho, possivelmente, entre os séculos I e IV d.C., conforme se verifica noutros arqueossítios romanos descobertos na região (Faria, 2002, pp. 72-83), a meia encosta onde se situava uma *villa*, conforme nos indica a presença de vestígios de estruturas, edificadas em *opus signinum* e elementos arquitectónicos, pertencentes a colunas, bem como a distribuição das cerâmicas à superfície.

Aquela *villa*, situada junto à via que unia Alcácer a Lisboa, dedicava-se, essencialmente, ao cultivo de sequeiro e da criação de gado, que visava sobretudo a subsistência dos senhorios, assim como dos restantes habitantes que trabalhavam e habitavam naquele local. Com a queda no Império Romano, no século V, e a entrada dos Visigodos, o sítio permaneceu habitado, apesar da decadência da cidade de Alcácer do Sal, o espaço rural continuou plenamente povoado. Porém, esta fase de instabilidade e a ausência de um poder centralizado na cidade, fez com que, possivelmente a partir do século V/VI, a comunidade que habitava a *villa* achasse necessário construir uma pequena fortificação no topo do cerro, que se encontrava junto à *villa*, para sua protecção, bem como dos seus bens de produção.

Com a entrada dos muçulmanos na Península Ibérica, no século VIII, aquele local continuou ocupado e assim permaneceu até, pelo menos, aos inícios do século X, tendo sido abandonado, provavelmente, durante o Califado. O facto de não ser possível observar no horizonte em direcção a norte e poente, onde passava a via que unia Alcácer a Lisboa e Badajoz, com passagem por Montemor-o-Novo, devido à existência de cerros mais elevados, tornavam aquele local mais propício aos perigos e assaltos, quer por via marítima, quer por via terrestre. Os tempos conturbados no Período Emiral, com a 1ª *fitna* e os ataques vikings, assim como o novo reordenamento do território instituído no Califado, terá culminado no abandono deste local, em prol de outros melhor implantados e mais próximos dos *husun*.

3.2.3. Castelo de Portela

3.2.3.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo de Portela localiza-se na actual freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 12 km a norte da cidade, e trata-se de restos de uma possível fortificação. Aquela situa-se em dois cerros elevados, entre as Serras da Serrinha, a leste, e Clérigos, a poente, junto a fonte de água, com orientação no sentido norte-sul, abrangendo a dispersão dos vestígios à superfície uma área total de 8 ha. (**Figs. 68 e 69**). O topónimo Portela provém do latim: *portella*, com significado de “portal”; ou “porta”, fazendo referência a um ponto em que um caminho ou uma estrada forma ângulo ou cotovelo; passagem estreita entre montes; desfiladeiro, mas também pode ter origem na palavra árabe: *al-bartîl* com significado de “a pedra oblonga” (Alves, 2013, p. 195; Machado, 1997, p. 182). É um topónimo muito conhecido no território português, particularmente em Faro na vila de São Brás de Alportel, onde se cruzavam os itinerários principais e secundários que ligavam Faro a Beja, via Loulé e São Brás de Alportel (Catarino, 1997/1998, p. 649).

Para o território em estudo podemos salientar que, à semelhança do que ocorre no Algarve, também em Alcácer, nas proximidades do Castelo de Portela cruzavam-se, junto às Serras da Serrinha e Clérigos, os itinerários que ligavam Alcácer a Lisboa, via sul-norte, e um outro eixo oeste-este que permitia a ligação directamente de Palmela a Évora e Badajoz, com passagem pelo território, a norte, de Alcácer, e que se mantinham em uso ainda nos séculos XIV e XV. O primeiro partia da cidade, passando pela Alcaria de São Lourenço, Castelo de Vale de Reis, seguindo pelos Castelos de Vale de Trigo, Portela e

Vale de Alcácer, bifurcando-se neste último em direcção a norte pela Retorta³⁹, nas proximidades de Cabrela, unindo Alcácer do Sal a Lisboa, e pelo Gradil, a leste, unindo Alcácer a Montemor-o-Novo⁴⁰ e Badajoz. O itinerário oeste-este seguia pela Estrada do Sesmo, Lagoa Seca, Vale do Enxofral⁴¹, atravessando a ribeira de São Martinho em Porto de Carvalho, seguindo pelo Torrejão, Portela e Carvalhos de Baixo, junto a Santa Susana, onde se encontrou marco miliário que atesta a passagem de via romana, e dali em direcção a Évora (Mantas, 2012, pp. 151-152).

Os trabalhos de prospecção realizados no sítio não permitiram identificar espólio arqueológico. No entanto, reconheceram-se alguns possíveis alinhamentos de pedras aparelhadas, de média e grande dimensão, que poderão ter pertencido a troços de muralhas, porém já bastante arruinados pelas constantes lavours mecânicas no local. Num afloramento arenítico, que poderá ter sido reaproveitado para assentamento de uma eventual torre, identificámos alguns grafitos, eventualmente, modernos/contemporâneos, os quais não conseguimos apurar a sua leitura, bem como um pentagrama, relacionando aquela fortificação, possivelmente, com a presença de uma comunidade cristã que, sob o domínio islâmico, terá mantido os seus costumes e religião (**Figs. 70 a 73**).

Junto à Serra da Serrinha existia bário, utilizado para a produção de vidro, e manganês que eram explorados pelas comunidades que viviam nas proximidades da fortificação (Zbyszewski *et alli*, 1976, p. 52). Fontes orais referem a existência de covas profundas na serra, horizontais e verticais, bem como na sua envolvência, existentes no século XX, que dizem remontar a períodos muito anteriores. Aquelas poderão ter sido vestígios de exploração deixados por estas comunidades rurais, embora os trabalhos de prospecção não tenham permitido identificar as respectivas covas.

3.2.3.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospeção arqueológica no Castelo de Portela não permitiram a descoberta de espólio arqueológico que possibilitasse datar o sítio. Porém, a identificação de uma alcaria, a 800 m, a sul daquela fortificação, parece sugerir uma relação entre

³⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. João I, volume III, tomo II, 1394-1427*. Edição de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 84.

⁴⁰ ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 10.

⁴¹ “(...) e asy dereitos demarcando ao porto da estacada per omde vem há aguoa da alagoa das porcas e do enxofral e dally como vay a estrada que vem de marateca dereitos pollo valle da ceyçolla (...)”. Ver em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

ambas. Ali reconhecemos, à superfície, fragmentos de cerâmicas que se inserem numa cronologia entre os séculos VII d.C. e primeira metade do XII, seguindo-se depois uma ocupação no Período Cristão, provavelmente após a primeira Reconquista de Alcácer, em 1160 (pp.809-815 do anexo).

A possível fortificação poderá ter sido edificada no Período Tardo-Romano/Visigótico, tendo sido reaproveitada e remodelada, provavelmente, no Período Omíada, com o intuito de proteger as vias terrestres que ali se cruzavam unindo, por um lado, Alcácer a Palmela e Lisboa e, por outro, a Beja, Évora, Badajoz e Mérida. A sua posição privilegiada e o seu contacto directo com Alcácer permitia uma comunicação rápida e eficaz com a cidade, em situações de perigo que pudessem ameaçar aquela última, conferindo também proteção e o controlo fiscal das comunidades rurais que ali exploravam o bário e o manganês.

Como já referimos anteriormente, o século IX foi um século muito conturbado, onde temos as várias sublevações do *muladi*, 'Abd al-Rahman ibn Marwan ibn Yunus, conhecido também por *Ibn al-Jilliqi*, contra o Emir de Córdoba, com foco na actual Extremadura Espanhola e Alto Alentejo, porém com repercussões pelo restante território, sendo por isso fundamental a proteção e controlo das vias de comunicação que ligavam Alcácer a esses territórios foco de revoltas. Para além disso, o pentagrama representado no afloramento arenítico parece sugerir a presença de uma eventual comunidade cristã que ali habitou antes da chegada dos muçulmanos. Porém, nada mais podemos adiantar sobre este sítio, uma vez que só futuros trabalhos de escavação poderão vir a dar respostas sobre a cronologia da fortificação.

3.2.4. Torrejão

3.2.4.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Torrejão localiza-se na actual freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a norte da cidade, e trata-se de um local onde, provavelmente, existiu uma pequena fortificação muçulmana com uma possível torre. O pequeno *hisn* situa-se em cerro elevado junto à Serra da Serrinha, a sudeste, e ribeira de São Martinho, a noroeste, abrangendo a dispersão dos vestígios à superfície uma área total de cerca de 1 ha.

Os trabalhos de prospecção realizados no local, em 2019, permitiram identificar, à superfície, alguns fragmentos de cerâmicas islâmicas com um horizonte cronológico que vai desde o Período Emiral ao Período Almóada (**Fig. 74**). Ao observar de longe o

cerro, onde se implantou aquele dispositivo defensivo, é perceptível a existência de uma plataforma artificial elevada que parece sugerir a existência de uma grande estrutura circular no subsolo (**Figs. 75 e 76**). Tratar-se-á, provavelmente, da base da torre que ali se implantou. Os trabalhos permitiram, ainda, reconhecer, à superfície, alguns possíveis pequenos alinhamentos de pedras na encosta poente do cerro, bem como alguns silhares de pedra aparelhados dispersos, que sugerem a presença de estruturas, eventualmente um pequeno recinto amuralhado que circundaria a torre (**Fig. 77**).

Para este sítio arqueológico foi possível encontrar referência muito interessante, a nível do seu topónimo, numa fonte cristã, datada do 1465, onde se faz menção aos locais que estariam nos termos de Alcácer e Cabrela⁴². Aquele documento designa aquela zona de “Cata-que-Farás”⁴³, topónimo, entretanto hoje desaparecido, proveniente do árabe *qal’at al-harag*, com significado de “torre do imposto” (Leitão e Vivas, 2009, p. 229). A partir do século XVIII, aquele lugar já não surge designado como “Cata-que-Farás”, mas sim como Torrejão, topónimo que prevaleceu até aos nossos dias (Carvalho, 2019, p.147).

Nas imediações da fortificação passava a via, mencionada anteriormente, que unia Alcácer a Palmela e Lisboa. Aquela seguia junto da Serra da Serrinha, passando pelo Torrejão, atravessava a ribeira, seguindo por Porto Carvalho, Vale do Enxofral e Estrada do Sesmo até alcançar a Marateca e depois Palmela.

3.2.4.2. Funcionalidade e cronologia

O espólio identificado, à superfície, no Torrejão, de acordo com a sua forma e tipologia, enquadra-se numa datação entre os séculos VIII e XIII (**pp. 790-793 do anexo**). A cronologia referida permite-nos concluir, por ora, embora seja necessário trabalhos de escavação arqueológica para obter dados mais concretos sobre o sítio, que aquela fortificação terá sido edificada no Período Emiral ou Califal para controlo dos principais caminhos que uniam Alcácer a Palmela e Lisboa, mas também a Évora e Badajoz. Para além disso, aquela fortificação controlava, igualmente, todo o curso fluvial da ribeira de São Martinho até ao rio Sado, permitindo visualizar embarcações que navegassem

⁴² ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 12.

⁴³ “(...) a ditto venda de Palma comparte com a herdade que está junto com a herdade do Muinho de Famgarrifam de huma parte e da outra com herdade da ditto quinta da Torre e mais outra herdade que chamão Cata que faras que daparte dalem da ribeira de Palma contra Alcacere comparte com a ditto ribeira de huma parte e a outra com o corte (...)”. Ver em: ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 12.

naquele até Alcácer, algo crucial entre os séculos IX e X com os constantes ataques vikings.

Aquele pequeno *hisn* conferia protecção, de igual modo, às comunidades rurais que viviam nos seus arredores, praticando uma agricultura de regadio, mas também se dedicando à exploração mineira, particularmente do bário e manganês, que existia nas imediações da Serra da Serrinha. Além da sua função protectora, possuía, igualmente, a funcionalidade de controlo e tributação fiscal dos camponeses que habitavam as alcarias e povoado. Após a queda do Califado, aquela fortificação manter-se-ia em funções durante os Reinos de Taifas, sendo fundamental na protecção do eixo viário que unia Alcácer ao Reino de Taifa de Badajoz, a sua principal cidade que era a porta de entrada para o atlântico, e das trocas comerciais que se desenrolavam ao longo daquelas.

Com a chegada dos Almorávidas e, sobretudo, dos Almóadas, o Torrejão desempenhava um papel fundamental na defesa mais a norte de Alcácer, conseguindo controlar o *Hisn* de Palmela que, na fase final do Período Islâmico, já estava em posse dos cristãos, bem como o eixo viário que ligava a Évora, também em posse dos cristãos (**Fig. 78**). Importa salientar que, apesar da fortificação não conseguir comunicar directamente com a cidade de Alcácer, devido ao promontório da Serra da Serrinha que obstrui a sua visibilidade para sul, era possível comunicar com esta última através das torres atalaias do Ramalhão e da Espadaneira que facilmente enviavam sinais a outras fortificações nos arredores, mas também no cimo da Serra da Serrinha, uma autêntica atalaia natural que possibilitava, no seu ponto mais elevado, observar e comunicar directamente com a *madina* de Alcácer, bem como Palmela e a foz do Sado.

3.2.5. Castelo do Vale de Alcácer de Cima

3.2.5.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo do Vale de Alcácer de Cima localiza-se na actual freguesia de Cabrela, anteriormente inserida na *kura* de Alcácer no Período Islâmico, no concelho de Montemor-o-Novo, a 20 km a norte da cidade de Alcácer, em dois cerros elevados, no sentido norte-sul, junto a nascentes de água, abrangendo a dispersão dos vestígios à superfície uma área total de cerca de 11 ha. (**Figs. 79 e 80**). Os trabalhos de prospecção e limpeza realizados no local, através da remoção da densa vegetação que cobria os vestígios arqueológicos, permitiu o reconhecimento de algumas estruturas de carácter militar, muito destruídas, edificadas em pedra e taipa.

Os trabalhos permitiram, ainda, a descoberta de alguns fragmentos de cerâmica, datados da Idade Moderna devido à proximidade do actual monte, assim como alguns fragmentos atribuídos ao Período Islâmico (**Fig. 81**). No cerro mais alto identificámos a presença de um açude, bem como um canal de irrigação (acéquia), ainda em uso no século XX e que, eventualmente, poderá ter antecedentes muçulmanos, que servia para a condução de água, possibilitando a rega dos espaços de cultivo ali existentes (**Fig. 82**).

Nas fontes escritas da Ordem Santiago, particularmente num documento, datado de 1480, que faz referência à delimitação dos territórios dos termos de Cabrela e Alcácer do Sal, cita-se aquele local como o “*valle d alcaçere*”⁴⁴, atestando assim a antiguidade do topónimo, o qual se manteve até aos dias de hoje sem nenhuma alteração. Alcácer trata-se de um topónimo que vem da palavra árabe *al-qasr*, e que tem o significado de “fortaleza palácio” (Alves, 2013, p. 117). Porém, quando aplicado ao meio rural poderá designar uma fortificação castral, equivalente a um *hisn*, para controlo territorial, muitas vezes podendo derivar de um topónimo anterior como *castrum* (Martínez Enamorado, 1996, p. 55).

Por outro lado, o topónimo pode, de igual modo, designar uma entidade populacional que estaria sob o domínio de um *hisn*. Como exemplo, podemos citar o *hisn al-'Uqbayn*, situado na província de Jaén que, segundo as fontes islâmicas, estaria dependente de *Qal'at Yabsub* e, cuja família residente naquele, tinha um *qasr* nos arredores sob a sua dependência, evidenciando, assim, o seu carácter palaciano (Martínez Enamorado, 1996, p. 54). Em termos concretos, e saindo do plano conceptual, é seguro afirmar que se trata de um topónimo normalmente associado a um lugar, mais ou menos fortificado, de Época Islâmica.

Nas proximidades daquela fortificação passava importante eixo viário, junto da Retorta, a 3 km a norte, que unia Alcácer, no sentido poente, a Lisboa, e no sentido leste, a Badajoz e Mérida. Aquele caminho manteve-se em uso no século XIV, porém as populações que se deslocavam por ele não tinham onde pernoitar e nem mantimentos para os seus animais, dado que a zona se achava na altura já despovoada, dormindo muitas vezes na rua e sendo alvo de constantes furtos. Esta situação fez com que o rei, D. João I, decretasse que os moradores que viviam no termo de Cabrela se deslocassem para a

⁴⁴ “Achamos que demarcam os ditos termos direitos aa cabeça dos pymtos aaquem da dita cabeça estaa o valle d alcaçere que se mete a aguoa dele na Ribeira de palma”. Ver em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

Retorta, tendo em vista povoá-la e cultivá-la, oferecendo mesmo privilégios aos lavradores que ali se fixassem⁴⁵.

3.2.5.2. As estruturas defensivas

Os trabalhos de desmatção realizados no Castelo do Vale de Alcácer de Cima permitiram colocar a descoberto um troço de um muro, possivelmente, pertencente a um possível tramo de muralha, com orientação no sentido norte-sul, edificado em pedra e taipa, com 5,30 m de comprimento (**Fig. 83 e 84**). Aquele possui uma altura conservada entre 0,45 m e 0,80 m e largura de 1,45 m. Pese embora o seu elevado grau de degradação, a sua técnica construtiva em nada se assemelha às construções militares em taipa do Período Almóada, o que nos leva a acreditar que aquela fortificação remonte ao Período Omíada, tal como revelou um fragmento cerâmico descoberto no sítio, o qual falaremos adiante. Embora não comum, são conhecidos alguns casos de muralhas construídas em taipa, nos séculos VIII e IX, nas alcáçovas de Toledo e Badajoz, sendo que nesta última, após os ataques do Rei de Leão, Ordonho II, a Évora, no século X, são imediatamente reconstruídas, também em taipa, as muralhas da alcáçova (Torres Balbás, 1985, pp.560-561; Valdés Fernández, 1985, pp.145-146, Catarino, 1994, pp. 335-336; Gurriarán Daza, 2004, p. 300).

De igual modo no Castelo Omíada de Gormaz, em Sória, constatou-se, através da análise minuciosa dos panos de muralha, a existência de sectores construídos em taipa de uma anterior fortificação erguida no Período Emiral, a qual terá sido, posteriormente, durante o Califado, reforçada com silhares de pedra e argamassa (Almagro, 2008, p. 57). Também em Povos, no concelho de Vila Franca de Xira, durante trabalhos de escavação no Santuário do Senhor da Boa Morte, foi identificada uma estrutura defensiva, pertencente a uma fortificação, erguida em taipa, pouco rica em cal, datada dos séculos IX e X (Bugalhão e Fernandes, 2012, p. 76; Correia, 2013a, p. 80).

O troço de muralha do Castelo do Vale de Alcácer de Cima foi edificado em taipa, com inertes compostos por pequenas pedras, de reduzida dimensão, tendo sido as extremidades daquela reforçados com pedras areníticas, algumas aparelhadas e outras não, de grande dimensão, de modo a garantir a solidez da estrutura. A sul daquela efectuámos a limpeza de uma estrutura robusta, completamente colapsada, que pensamos

⁴⁵ *Chancelarias Portuguesas: D. João I, volume III, tomo II, 1394-1427*. Edição de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 84-86.

tratar-se de restos de uma torre, com uma altura conservada entre 1 m e 1,5 m. Os troços encontram-se distribuídos por um comprimento de 25,43 m e uma largura de 10,70 m, não sendo, por isso, possível determinar quais seriam as suas medidas originais, bem como o seu formato (**Figs. 85 e 86**).

Quanto à técnica construtiva verificámos que o terreno foi previamente nivelado, tendo-se erguido sobre aquele, provavelmente, uma base em pedra, conforme sugere a dispersão, à superfície, daqueles elementos pétreos e da taipa, para assentamento da estrutura. A taipa tem cor cinzenta e a sua composição possui poucos inertes, designadamente fragmentos de pedra, encontrando-se também vestígios de cal, o que confere à mesma pouca qualidade e solidez, o que poderá justificar o seu grau de degradação com o tempo. No cerro mais elevado situado a norte, identificámos um outro troço de uma possível torre, já bastante arruinada por se encontrar dentro de um eucaliptal, também ela, edificada em taipa, que conserva somente dois dos seus lados e possui uma altura conservada de 0,65 m. Consultamos uma fotografia aérea, datada de 1958, onde se consegue observar a referida torre, sendo perceptível que aquela possuía planta rectangular (**Figs. 87 e 88**).

A larga extensão do sítio arqueológico, tendo em conta os três vestígios mencionados, particularmente os troços de duas torres e pano de muralha, sugere a existência de um grande recinto amuralhado, possivelmente de planta rectangular (**Fig. 89**). Porém, somente trabalhos de escavação contínuos poderão corroborar esta hipótese.

3.2.5.3. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos realizados no Castelo de Vale de Alcácer de Cima permitiram-nos identificar um troço de um muro, possivelmente, pertencente a um recinto amuralhado, e duas torres que compunham uma fortificação de grandes dimensões. Em termos cronológicos os paralelos obtidos no estudo da cerâmica recolhida naquele sítio permite-nos atribuir uma cronologia entre os séculos VIII e primeira metade do XI, embora não seja de descartar uma continuidade de ocupação nos períodos posteriores (**p. 793 do anexo**).

Os distintos acontecimentos ocorridos no século IX, como as lutas internas entre berberes, árabes, *muladis* e daqueles contra o Emir de Córdoba, com o foco dos conflitos em Beja e Mérida, bem como a 1ª *fitna* e o ataque a Lisboa levado a cabo por Afonso II das Astúrias, não esquecendo, também, os ataques vikings e, posteriormente, no século X, o ataque de Ordonho II a Évora, criaram, certamente, um clima de instabilidade e

insegurança na região de Alcácer, o que poderá justificar o levantamento desta fortificação para controlo do eixo viário oeste-este que unia directamente Mérida e Badajoz a Lisboa com passagem pelo território norte de Alcácer.

A posição privilegiada deste *hisn* permitia-lhe, através do seu contacto directo com o *Hisn* de Montemor-o-Novo e Palmela controlar todo o eixo viário entre estes dois locais, bem como eventuais ameaças que pudessem aproximar-se de Alcácer vindas de leste ou poente. Se tivermos em conta que os *Banu Danis* eram aliados e fiéis ao Emir de Córdoba, sendo este aspecto constatado quando, em 876, *Adanis Ibn 'Awsaga*, instalado em Coimbra, e antes daquela família se deslocar para Alcácer, pede ajuda ao Emir para fazer face aos ataques de *al-Surunbaqi*, aliado de *Ibn Marwan*, naquela região, facilmente compreendemos a necessidade da construção daquela fortificação para impedir a penetração dos referidos *muladis*, bem como dos exércitos cristãos, no território de Alcácer, agora dominado pelos *Banu Danis* e sob a protecção do Emir de Córdoba (Picard, 2000, p. 38 e 182).

Com a inserção de Alcácer e Lisboa no Reino de Taifa de Badajoz, na primeira metade do século XI, e as várias disputas ocorridas entre aquele e o Reino de Taifa de Sevilha, com o foco dos conflitos centrado nas cidades de Beja e, sobretudo, Évora e Lisboa, achando-se esta última, numa primeira fase, sob o domínio dos *Abádid* de Sevilha, é facilmente perceptível a importância que o Castelo do Vale de Alcácer de Cima desempenharia na defesa e controlo do eixo viário entre Lisboa, Évora e Badajoz, bem como a protecção do acesso a Alcácer pela referida estrada. Tendo em conta esta circunstância, acreditamos que a fortificação se manteve ocupada durante a segunda metade do século XI e primeira metade do XII, para fazer face a estas ameaças. Contudo, somente novos trabalhos arqueológicos poderão averiguar mais dados sobre a diacronia espacial daquele dispositivo militar.

Em termos construtivos verificamos que a taipa possui pouca qualidade, com poucos inertes, não se enquadrando na técnica construtiva empregue nas fortificações típicas dos Períodos Almorávida e Almóada, o que poderá justificar o estado de ruína em que se encontra nos dias actuais. Na sua edificação foram utilizados materiais que ali se encontravam nos arredores e, provavelmente, terá sido projectada por um arquitecto não especializado, o que poderá indicar uma iniciativa campesina na sua construção e não propriamente um poder estatal.

3.2.6. Castelinho da Lapa de Cima

3.2.6.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelinho da Lapa de Cima localiza-se na freguesia de Santa Susana, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a nordeste da cidade, no topo de um cerro na Serra da Lapa, junto à Ribeira de Remourinho/Rio Mourinho (**Figs. 90 e 91**). Ao deslocar-se àquele local no século XX, José Leite de Vasconcellos identificou vestígios de muralhas, afirmando, de igual modo, que a população designava aquele local de “Castelinho dos Mouros”, uma vez que segundo aqueles teria sido edificado pelos muçulmanos (Vasconcellos, 1927, pp. 55 e 78).

Os trabalhos de prospecção que realizámos no local não permitiram a identificação de qualquer estrutura amuralhada, em grande parte devido à densa vegetação que cobre o terreno envolvente, tendo-se apenas reconhecido alguns vestígios de pedras e fragmentos de cerâmicas comuns, muito rolados, reconhecendo-se, entre as suas formas, um bordo de uma panela islâmica (**Fig. 92**). Quanto ao topónimo “Lapa” deriva da palavra Penha ou Pena, bem como do árabe: *Labba* com o significado de “permanecer”, “ficar no mesmo lugar”, relacionado, portanto, a um posto de vigia (Alves, 2013, p. 588).

Perto daquele local foi encontrado troço de via romana que ligava Alcácer a Évora, achando-se ainda nas suas proximidades o topónimo “Caeira”, proveniente da palavra árabe: *al-qariyya*, relacionada, possivelmente, a uma alcaria existente no local.

3.2.6.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados no Castelinho da Lapa de Cima não foram conclusivos, uma vez que pouco se continua a conhecer sobre este sítio e a sua efectiva ocupação temporal. Todavia, o fragmento de bordo de panela que recolhemos naquele sítio permite-nos, através de paralelos, atribuir uma datação entre os séculos X-XII, nomeadamente entre o Período Califal e o Período Almorávida (**p. 793 do anexo**).

A sua implantação na Serra da Lapa permitia-lhe comunicar com a cidade de Évora, através do Castelo de Nossa Senhora da Esperança e da Atalaia de São Bento, possibilitando-lhe também o controlo do eixo-viário que unia aquela cidade a Alcácer. Ao mesmo tempo conseguia, de igual modo, comunicar com outras fortificações situadas a norte do território, podendo verificar os perigos que pudessem vir daquela zona, bem

como controlar o curso fluvial do rio Sado, a montante, desde Alcácer até ao *Hisn* do Torrão, através da Atalaia de Chagas.

Estas características fazem daquele local um ponto chave no território que seria importante no Período Omíada, no contexto da 1ª *fitna* e dos ataques dos cristãos, bem como nos Reinos de Taifas, onde Alcácer estava no seio dos conflitos entre as dois grandes reinos de Sevilha e Badajoz mas, também, durante os Períodos Almorávida e, particularmente, o Almóada, onde a Reconquista de Évora empreendida pelo Geraldo sem Pavor deverá ter causado medo e insegurança no território de Alcácer do Sal, levando, certamente, à necessidade de uma maior vigilância daquela cidade.

3.2.7. Castelo de Nossa Senhora da Esperança

3.2.7.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo de Nossa Senhora da Esperança localiza-se na freguesia de Alcáçovas, anteriormente inserida na *kura* de Alcácer no Período Islâmico, no concelho de Viana do Alentejo, a 28 km a leste de Alcácer do Sal e a 12 km, a nordeste, do Castelo do Torrão. Aquela fortificação implanta-se num esporão, no ponto mais elevado da Serra das Alcáçovas, onde hoje se encontra o actual Convento de nossa Senhora da Esperança, com uma orientação no sentido noroeste-sudeste, possuindo encostas muito íngremes, a norte, leste e poente (**Figs. 93 e 94**). A cerca de 2 km, a norte, do assentamento passa a Ribeira das Alcáçovas, achando-se muito afastada para permitir o abastecimento de água aos habitantes que ocuparam aquele sítio. No entanto, na encosta leste e dentro do recinto amuralhado, acha-se a Fonte de São Gonçalo, conhecida no século XVII, como Fonte Santa devido às suas propriedades milagrosas, onde existe uma mina de água, conhecida pelo Buraco dos Frades, que abastecia as comunidades que se instalaram naquele local (Cardoso, 1747, pp. 142-143).

No século XVIII o Padre Luís Cardoso deslocou-se à Serra das Alcáçovas, junto ao Convento de Nossa Senhora da Esperança, e ao descrever o local menciona a existência de vestígios de épocas anteriores. Diz-nos o seguinte: *”He a terra chea de mato de eftevas, e penedia; e no mais alto do monte houve huma grande cafa; que pela fua architectura moftava fer obra dos Romanos, e templo de alguma de fuas Gentilicas divindades; ou defesa, e atalaya para guardar as vigias em tempo de guerra; e com efte fentido parece se conforma mais a demafiada groffura das paredes da cafa, fortalecida com grandes eftribos de botarcos; e mais yerdadeiramente confirma ferem eftes veftigios de edificios Romanos, terem-fe achado naquele fitio moedas de ouro, prata, e cobre com infcripções*

Romanas. Todo o monte mostra, que foy povoado de cascas; porque todo em roda he cheyo de aliceffes, e pedras foltas, e levadiças, como que já fervirão; e no lugar em que esteve huma vinha dos Religioíes, que hoje o habitaõ, quando a plantaraõ, fe descobriraõ pavimentos de cascas ladrilhadas, e muitos tijolos foltos, e denegridos, como de fornos, ou chaminés; ferros de prender cavallos, e humas campainhas prateadas, das quaes guardaõ ainda duas os mefmos Religiofos.” (Cardoso, 1747, p. 141).

Continua o Padre Luís Cardoso na descrição referindo a antiguidade daqueles vestígios e que, após a Reconquista Cristã de Alcácer, em 1217, se construiu naquele local, por cima das mencionadas construções, uma ermida dedicada ao Orago de Nossa Senhora da Graça, sobre a qual se edificou, mais tarde, no século XVI, uma igreja dedicada ao orago de Nossa Senhora da Esperança: “*Naõ consta do tempo, em que os Chriftãos habitaraõ este lugar, antes dos Mouros occuparem o Alentejo. Depois, he provavel, que foffe no anno de 1217; porque neste lhe ganhou ElRey D.Affonso II. Alcacer do Sal, e os lançou de todo o Alentejo, e entaõ fe reftauraria este lugar, e anos depois da referida era, nos vestigios das cascas, que temos dito, fe formou huma Ermida de N. Senhora da Graça, que he tradição alli fe descobrira, e achara em huma cova perto da Igreja, onde os Chriftãos a tinhaõ enterrado.*” (Cardoso, 1747, pp. 141-142).

Mais adiante volta a falar da fundação das Alcáçovas afirmando o seguinte: “*(...) foy no tempo dos Romanos Cidade chamada Caftroleucos, como diz Ptolomeu, taboa fegunda da Europa, livro fegundo da fua Geografia, capitulo quinto, nome, que no noffo idioma Portuguez fignifica Caftellos Brancos, o qual os Mouros, que foraõ fenhores della mais de quatrocentos anos, mudaraõ no que hoje tem Alcaçovas, que em lingua Arabiga val o mefmo, que Caftellos. E esta noticia, de que a Villa das Alcaçovas foy antigamente Cidade, fe comprova, porque o dito Ptolomeu nu lugar citado, poem a Caftroleucos entre Salacia, que he Alcacer do Sal, e Evora, pondo a Caftroleucos em cinco grãos, e quatro minutos de longitude em trinta e nove grãos, e vinte minutos de altura, ponto em que parece eftá hoje a Villa das Alcaçovas.*” (Cardoso, 1747, p. 144).

Esta descrição detalhada nos textos de Padre Luís Cardoso sobre as ruínas que se encontram na Serra das Alcáçovas, bem como a sua antiguidade, atesta a importância daqueles vestígios e remete-nos para a existência de uma estrutura militar implantada naquela zona. No decorrer do século XIX, José Leite de Vasconcellos deslocou-se àquele local e reconheceu, à superfície, junto à Igreja e Convento de Nossa Senhora da Esperança, restos de estruturas, muros e muitas cerâmicas dispersas por todo o cerro e

encosta que o mesmo relaciona à presença romana naquele local. Mais a sul, no cerro designado Cabeço do Lobo, situava-se a necrópole romana, tendo os trabalhadores que ali laboravam descoberto fragmentos de cerâmicas, ossos humanos, assim como uma inscrição funerária e um vaso que continha restos de carvões e ossos (Vasconcellos, 1927, p. 63).

Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele sítio arqueológico permitiram reconhecer, à superfície, no topo mais alto do cerro onde se ergue o actual convento, alinhamentos de pedras, bem como de silhares tombados, de média e grande dimensão, que sugerem a presença de um recinto amuralhado que circundaria todo o cerro onde se implanta aquele edifício religioso. Pedro Galamba que realizou uma Tese de Mestrado, em 2012, sobre o património arqueológico do concelho de Viana do Alentejo, reconheceu esses mesmos vestígios (Galamba, 2012, pp. 60-66). No local onde se encontra o convento foram reconhecidas no século XVIII, tal como referimos anteriormente, estruturas de épocas anteriores que poderão estar relacionadas com a presença daquele recinto amuralhado, achando-se, ainda, no interior do claustro do convento, um bocal de cisterna em mármore, com fundos sulcos rasgados pelas cordas, que seria usado para retirar água da cisterna ali existente (Galamba, 2012, p. 60).

A partir daquele recinto que se acha no topo da elevação, particularmente a partir do seu canto sudoeste, próximo da actual torre do edifício religioso, parte um outro muro em direcção a sul que vai rodear toda a encosta leste até se voltar a unir ao recinto anterior. Temos assim definidas, à partida, duas linhas de muralhas, uma de menores dimensões, que vamos designar de recinto A, a qual coroa o cerro mais elevado constituído a zona da acrópole e uma outra, o recinto B, de maiores dimensões, que rodeia toda a encosta leste do cerro onde se situaria o povoado. Ambos os recintos definem uma disposição ovalada, assentando directamente no substrato rochoso, e no seu conjunto abrangem uma área total com cerca de 2,5 ha. (**Figs. 95 a 97**). No topo da elevação encontram-se abundantes fragmentos de tégulas, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e algumas vidradas, enquanto na encosta leste, onde se acham vestígios da muralha e derrubes de pedras, é possível encontrar muita cerâmica comum.

Ao percorrer a encosta leste é possível observar algumas zonas com grandes derrubes de pedras que poderão ter pertencido a torres que estariam adossadas às muralhas. Em alguns troços melhor preservados é possível verificar que os muros possuem uma espessura de 2,5 m (**Figs. 98 e 99**). Aquele dispositivo defensivo foi

construído em pedra seca, com silhares de pedras de pequenas e médias dimensões, dispostos de forma irregular, ligados por pedra miúda (**Fig. 100**). Alguns silhares apresentam vestígios de argamassa, sugerindo a utilização daquele ligante entre os mesmos. Para além dos fragmentos cerâmicos dispersos pela encosta, foi também identificado um fragmento de mó manual em granito (Galamba, 2012, p. 66; **fig. 101**).

3.2.7.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção que efectuámos no Castelo de Nossa Senhora da Esperança permitiram reconhecer, à superfície, dois recintos amuralhados, um que coroa o cerro onde se ergue o actual convento da Idade Moderna e outro que, partindo do primeiro, circunda toda a encosta leste. As cerâmicas identificadas permitem atribuir uma ocupação naquele sítio desde a Idade do Ferro, passando pelo Período Romano Republicano, até, possivelmente, ao Período Muçulmano (**Fig. 102**). Não sabemos em que moldes se terá dado essa ocupação, nomeadamente se a mesma abarcaria a área compreendida pelos dois recintos ou se cingia-se apenas ao recinto, implantando na zona mais elevada, que circunda o convento. Somente futuros trabalhos e projectos de investigação naquele sítio poderão vir a dar respostas concretas sobre as estruturas ali existentes e os distintos hiatos de ocupação.

A implantação daquele dispositivo militar no ponto mais elevado da Serra das Alcáçovas, afastado dos cursos de água e terrenos mais férteis, imprime-lhe claramente um carácter militar, o qual se evidencia através da amplitude visual obtida a partir daquele sítio com um controlo muito amplo da paisagem envolvente, conseguindo comunicar directamente com as principais cidades de Alcácer, Évora e Beja, assim como com os *husun* e torres atalaias dispersas pelo território envolvente (**Fig. 103**). Aquela fortificação achava-se junto ao eixo viário que unia Alcácer a Évora, bem como Évora a Beja, permitindo o controlo de quem se deslocasse por aquele caminho entre aquelas cidades, um aspecto que seria essencial durante os Reinos de Taifas, na primeira metade do século XI, quando Alcácer estava integrada no Reino *Aftássida* de Badajoz, momento em que ocorriam vários conflitos, entre os dois principais Reinos, centralizados nas cidades de Beja e Évora, sendo fundamental a proteção e controlo daquele eixo viário.

Não obstante, a importância daquele sítio estender-se-ia a outras fases do Período Islâmico, como por exemplo nos séculos VIII e IX com as revoltas *muladí*s, berberes e árabes ocorridas em Beja, Lisboa e Mérida contra o Califado Abássida e, posteriormente, o Emirado de Córdoba instaurado por *ʿAbd al-Rahman I*. A possibilidade de a partir

daquela fortificação poder observar-se a cidade de Beja permitia o controlo de todos os movimentos que pudessem vir daquele local em direcção às cidades de Évora ou Alcácer, avisando assim atempadamente aquelas duas de um eventual ataque que pudesse dirigir-se para aqueles locais. Durante o século X, temos o ataque de Ordonho II a Évora, em 913, o que fez com que os habitantes da cidade fugissem para a cidade de Beja, seguindo pela estrada que passaria junto desta fortificação, visto ser o percurso mais próximo entre as duas cidades, continuando aquela a desempenhar um papel essencial na proteção do território de Alcácer, assim como das *madinas* de Évora e Beja. Após a instalação do Califado de Córdoba continuaria a desempenhar um papel importante na defesa e controlo das vias que uniam aquelas cidades entre si.

3.2.8. Castelo do Torrão

3.2.8.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo do Torrão localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 26 km a sudeste daquela cidade, no designado Cerro dos Castelos, junto ao rio Xarrama, onde se situa a actual vila do Torrão. O topónimo “Torrão” provavelmente derivará do latim *turris* que, no Período Islâmico, sofre alteração para *turrus*, e que normalmente designava uma torre atalaia fortificada anterior à chegada dos muçulmanos na Península Ibérica, sendo, posteriormente, já durante a vigência islâmica, um assentamento que muitas vezes crescia transformando-se em *hisn* (Martínez Enamorado, 1996, pp. 59-60). Quanto ao topónimo Xarrama tem origem na palavra árabe *xarama*, com significado de “dividir”, “separar [as terras por onde passa]” (Alves, 2013, p. 860), o que no caso em análise se aplica perfeitamente à fortificação do Torrão, uma vez que o rio que se encontra junto daquela separa entre si as cidades de Évora e Beja. Porém, o topónimo pode, de igual modo, derivar da palavra árabe *šari’a* (sinónimo de *mušalla*) que designa um espaço de oração, particularmente uma mesquita a céu aberto, desprovida de construções, podendo ter um muro *qibla* e um *mihrāb* amovíveis (Miranda, 1953, p. 90; Bazzana, 1992, 244).

A fonte islâmica *Al-Bayān al-Mugrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib*, escrita por *Ibn ‘Idārī Al-Marrākūšī*, que relata o ataque Almóada à cidade de Santarém, em 1184, efectuado pelo Califa *Abū Ya’qūb Yūsuf I* e a sua passagem pelo *Ḥiṣn Ṭurruš*, tem gerado alguma controvérsia entre os investigadores sobre a exacta localização deste local. O documento refere que os Almóadas seguem de Sevilha para Santarém, passando por Badajoz, e ao chegarem atacam a cidade e são derrotados, sendo,

ainda, o Califa gravemente ferido na batalha. Após a derrota, o Califa e o seu exército, seguem rapidamente em direção a Sevilha pelo caminho mais curto, que incluía o percurso pelo actual Alentejo, referindo a passagem pela estrada de Évora e pelo *Ḥiṣn Turruš* onde o Califa terá permanecido uns dias para se recuperar antes do seu regresso a Sevilha, porém, sem a tomar, cruzando depois o Rio Guadiana, possivelmente nos arredores de Mértola, acabando, entretanto, por falecer nesta zona antes de alcançar Sevilha.

Diz-nos *Ibn 'Idārī* que após ter sido ferido na batalha: “*Acampó el Amīr al-Mu'minīn en la otra orilla del río y empezaron a manifestarse los daños de la herida. [...] Mandó disolver la concentración y volver ca da uno de ellos a su cábila en general y avanzó por medio del país y causó en él una gran desolación; mandó destruir lo que se encontró de edificios, alterar las aguas y arrancar los árboles, arrasar los sembrados y quemar todo lo que se podía destruir y hacer desaparecer por el fuego. Continuó la marcha de esta manera hasta el castillo de Turruš y permaneció en la cumbre de su montaña, mandando hacer algaradas sobre él y repartir las columnas por sus lados para conseguir víveres.*” (*Ibn 'Idārī Al-Marrākuṣī*, segundo Huici Miranda, 1953, pp. 75-79).

Também Huici Miranda, ao analisar os relatos de *al-Bayān I* sobre o acontecimento, refere o seguinte: “*Emprendida la retirada hacia Sevilla, a través del territorio enemigo, se vengaron los almohades de su fracaso pasando a sangre y fuego todo el Alentejo, donde nadie podía oponerles resistencia, ya que las tropas leonesas y portuguesas se habían quedado del lado de Santarém. El ejército almohade llega así al castillo de Turruš, en cuyas alturas acampa sin tomarlo y, mientras el Califa descansa y es curado, lanza aigaras para arrasar el país, hacer botín y reunir vituallas, que debían ya faltar, pues la organización de los aprovisionamientos era siempre muy deficiente en sus grandes ejércitos. [...] Mientras se detuvo en ese Torres tuvo el Califa que guardar cama y durante varios días nadie pudo verlo: luego continuó la marcha en una litera cubierta, que se dispuso sobre su caballo, para protegerlo del aire y del calor, atendido por los mejores médicos del Imperio. Según el «Bayān», a los pocas millas de Torres, sus servidores, al querer atenderlo, lo encontraron muerto, pero luego acepta otra versión que le hace morir en el camino de Evora.*” (Miranda, 1953, pp. 306-307).

Alguns investigadores, como é exemplo Dozy, apontam a localização do *Ḥiṣn Turruš* na actual Torres Vedras ou Torres Novas, porém a sequência da descrição referente aos lugares de passagem pelo Califa em nada se encaixa com os locais

apontados, aspecto que fez com que o investigador Huici Miranda, viesse afirmar que a fonte coloca claramente aquela fortificação algures no actual Alentejo e não nos sítios anteriormente indicados, dado que, posteriormente, seis anos depois após este acontecimento, *Ya'qub al-Mansur* irá assaltar Torres Novas, junto a Tomar, não sendo mencionado aquele local (Miranda, 1953, pp 75-79). Para o investigador Hermenegildo Fernandes, o *Hiṣn Ṭurruṣ* referido na fonte tratar-se-á, provavelmente, de Coruche, uma vez que estava no caminho de Santarém (Fernandes, 2005, 459). Não obstante, a descrição da fonte não se encaixa com Coruche, tanto pela localização como pela fonética, embora não seja de descartar a passagem do Califa por aquele lugar, aspecto já salientado pelo arqueólogo António Carvalho num dos seus trabalhos sobre o Torrão (Carvalho, 2008a, p.14).

À semelhança do que aponta António Carvalho, e que se aproxima, igualmente, do que defende Huici Miranda, o *Hiṣn Ṭurruṣ* indicado na fonte, provavelmente, corresponderá ao actual Torrão, nas proximidades de Alcácer, ou, em contrapartida, a Montemor-o-Novo que também se encontra no percurso efectuado pelo Califa. Todavia, a semelhança fonética do topónimo *Turrus* com Torrão e o facto de ser possível, a partir daquela, observar a cidade de Beja que, naquela data, estava sob o domínio Almóada, ao contrário dos territórios mais a norte, onde se incluía Alcácer e o *Hisn* do Torrão, parecem-nos aceitável relacionar aquele local com o Torrão. Era, portanto, o lugar mais seguro para o Califa repousar, uma vez que, apesar de se situar em território inimigo, achava-se mais perto da fronteira do seu território e junto do eixo-viário Évora e Beja, onde num dia ou dois seria possível alcançar esta última cidade.

O *Hisn* do Torrão funcionava, assim, como um reduto avançado controlando os territórios de Alcácer, a sul, e protegendo as vias que ali confluíam unindo Alcácer a Évora e Beja. Um troço desta última foi identificado na Calçadinha, a 1 km a norte do Torrão, possuindo 400 m de comprimento e 2,40 m de largura (Faria, 2002, p. 72), sendo que o troço Alcácer-Torrão fazia-se seguindo pela margem direita do Sado, podendo, de igual modo, ser feito através de navegação pelo rio Sado, desde Alcácer até Porto Rei, seguindo-se o restante percurso a pé. Troço desta via foi identificado na Casa Branca, nas proximidades de Porto Rei, onde se encontrou 200 m de calçada, edificada com grandes pedras de basalto (Batista, 1896, pp. 7-9).

O troço que se ramificava para Beja atravessava o rio Xarrama através de uma ponte, conhecida como Ponte da Calçadinha Romana e que, segundo André de Resende,

dataria do século V d.C. (Faria e Ferreira, 1986, pp. 41-51). A partir dali o caminho passava junto ao Torrão e seguia depois para sul até à cidade referida. Do castelo não subsistem vestígios hoje em dia, embora haja muros de uma possível mesquita ou *musalla*, tendo ainda sido descoberta, em 2015, a necrópole, os quais falaremos mais à frente, perdurando apenas alguns nomes na toponímia, como “Castelos” e “Rua das Torres” que indicam a sua existência, não nos sendo possível conhecer a sua planta. No entanto, a disposição do traçado urbano da actual vila do Torrão sugere que aquela possuiria, possivelmente, planta sub-rectangular dispondo-se no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 104 e 105**).

Em 1249, o Torrão torna-se independente de Alcácer do Sal, surgindo, somente, referência ao castelo, nos finais do século XIII, onde se menciona que aquele era construído em taipa, possuindo cintura de muralhas e torre, todavia já bastante arruinadas, fazendo-se, igualmente, alusão à necessidade da sua reconstrução: “*Item quod in prefatis terminis seu teritorio de Alcaçar fuit constructa seu edeficata villa de Torrom cum suo fortelicio cuius reddituum extimatio equipollet modernis temporibus seu equipollere potest annuatim mille et octingentis prefate monete. Item quod eisdem temporibus propter defectum regnis Magistrorum Generalium predictorum eosdem Magistros villa de Torrom Elborensi diocese cum fortelicio suo fuit commendata in domibus, furnis, vineis, terris, rectoribus, molendinis, fortelicio et turri ipsius fortelicii ac rebus aliis ruinam dampnum detrimentum et diminucionem passa est in tantum quod quamquod per Magistros Provinciales seu per eorum locum tenentes in predictis alique melioraciones facte sint que aliter haberi nom possent per duo milia librarum et ultra, vix tamen predicta possunt per mille libras in statum pristinum restaurari*”⁴⁶.

Aquele volta a ser referido, nas Memórias Paroquiais, durante uma visita ao Torrão: “*Tem Igreja Matrys, e está em hum alto para a parte Poente fora da Villa, junto ao Paço do Gram Mestre Dom Jorge; a que chamão o Castello, hoje arruinado cercado de muro de taipa (...)*”⁴⁷. Escavação arqueológica ocorrida naquele local, em 1984, por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, não permitiu identificar níveis islâmicos reconhecendo-se, somente, sequência estratigráfica datada do Calcolítico e Idade do Bronze, tendo-se recolhido igualmente cerâmicas datadas da Idade Moderna (Silva e Soares, 1986, pp. 103-114; **fig. 106**). No entanto, prospecções arqueológicas ali realizadas

⁴⁶ ANTT, *Livro dos Copos*, Doc. 66, fl. 54, pp. 158-162.

⁴⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 36, nº 68, p. 595.

por António Carvalho possibilitaram a recolha de alguns fragmentos de cerâmica com um horizonte cronológico entre os séculos VIII e XII, abarcando o Período Emiral até ao Período Almorávida (Carvalho, 2008, pp. 20-21; **figs. 107 e 108**).

No cerro conhecido como os “Castelos”, a cerca de 400 m, a poente, da vila do Torrão, identificámos abundantes silhares de pedras aparelhados, de médias e grandes dimensões, dispersos pela encosta, pertencentes a estruturas (**Fig. 109**). Imediatamente a sul deste local, próximo ao assentamento romano, designado de Passadeiras (Faria, 2002, p. 74), nomeadamente a 300 m a leste, reconhecemos, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas que abrangem uma cronologia desde o Período Visigótico, passando pelo Período Islâmico até às Idades Média e Moderna (**Fig. 110**).

3.2.8.2. A Mesquita/Musalla?

Em 2006, os arqueólogos João Carlos Faria e António Carvalho, estiveram junto ao actual Convento de Nossa Senhora da Graça, onde se encontra um troço de um muro e torre, edificadas em alvenaria e terra, adossados ao edifício religioso, porém que não se articula com o seu traçado, assim como um possível recinto amuralhado que circundaria a vila, colocando-se a hipótese de se tratar de restos de uma mesquita ou *musalla* que estaria associada à fortificação (Carvalho, 2008a, pp. 2-4). O troço, com mais de 62 m de comprimento e 3,5 m de altura, apresenta dois distintos aparelhos construtivos, correspondendo o primeiro, junto à base, ao paramento primitivo, atingindo 1 m de altura, tendo sido aquele edificado com pedras irregulares, de grande e médio calibre, dispostas de forma irregular, ligadas entre si por terra, de tonalidade amarela, e fragmentos de cerâmica. O segundo apresenta pedras de calibre médio, não aparelhadas, dispostas de forma regular, ligadas entre si por argamassa.

Aquele muro era conhecido pela população local como a “muralha” e corresponderia, possivelmente, ao *mihrab* e *qibla* de uma mesquita, segundo António Carvalho, uma vez que a sua orientação para sudeste e a sua disposição no espaço urbano apontam nesse sentido. No muro oposto ao *mihrab* são visíveis os alicerces de uma torre, cuja base foi edificada com grandes blocos de rochas ligados por terra de cor bege (Carvalho, 2008a, pp. 3-7). No muro da *qibla*, acha-se arco que foi selado posteriormente, assim como na parede transversal àquela, onde são visíveis três arcos, de arquitectura mudéjar, que poderão ser referentes às portas de acesso, a partir do pátio, ao interior do edifício religioso (**Figs. 111 e 112**). Aquelas foram seladas com pedras e ladrilho, dispostos de forma regular. A “torre” do possível *mihrab* possui exteriormente formato

rectangular, ligeiramente saliente em relação ao muro da provável *qibla*, assemelhando-se aos nichos das mesquitas de Guardamar e da Arrifana, bem como da mesquita de *Tīnmal* em Marrocos, no caso de efectivamente corresponder às observações do arqueólogo António Carvalho (Calvo Capilla, 2004, p. 63; Gomes e Gomes, 2007, pp. 51-64; Carvalho, 2008a, p. 11).

Em Abril de 2022 deslocámo-nos ao Torrão para ver o edifício, porém o proprietário não nos facultou o acesso ao seu interior. Falámos, no entanto, com alguns habitantes daquela vila que tiveram oportunidade de entrar naquele edifício há uns anos e disseram-nos que o interior do possível *mihrab* era decorado, atribuindo a sua construção ao Período Muçulmano, aspecto que não podemos, infelizmente, comprovar. Não obstante, apesar das ilações referidas, salientamos que somente a partir da investigação realizada no interior se poderá tirar alguma conclusão credível. Exteriormente aquele mede de largura, na sua face sul, 1,40 m e, na face norte, 1,50 m, enquanto na sua face orientada a sudeste possui 3,50 m de largura.

3.2.8.3. A necrópole

3.2.8.3.1. Estratigrafia e estruturas

Em 2015, no âmbito de trabalhos de Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução dos Blocos de Rega de Vale do Gaio, foi realizada uma intervenção arqueológica de emergência na Horta do Pinheiro 5, a 800 m a sudeste do Torrão, onde se identificou uma necrópole com enterramentos da Idade do Bronze e do Período Islâmico. A descoberta dos referidos enterramentos fez com que fosse necessário a abertura de um conjunto de sondagens nas zonas que iriam ser afectadas pela obra. Aquelas revelaram a existência de seis camadas estratigráficas (Nobre, 2015, pp. 24-32):

UE0401 - Camada vegetal.

UE0402 - Sedimento argiloso, de cor castanho muito escuro, com inclusão de alguns pétreos de pequena dimensão. Apresenta em média 0,5 m de espessura.

UE0403 - Formação geológica, de cor bege quase branca, pouco compacto, com a inclusão de algum sedimento argiloso e sedimento carbonatado. Calião.

UE0404 - Linha de água que cruza a conduta no PK 0+760.

UE0405 - Sedimento que preenche a linha de água, composto por mistura de sedimentos arenosos e elementos pétreos de várias dimensões. Apresenta uma coloração acinzentada.

UE0406 - Corresponde ao conjunto de estruturas arqueológicas identificadas no sítio arqueológico Horta do Pinheiro 5.

A intervenção arqueológica permitiu a identificação de três estruturas negativas circulares tipo fossa, de pequena dimensão, sem materiais arqueológicos associados, bem como um conjunto de cinco estruturas negativas, também fossas, de maior dimensão, destacando-se a presença de perfis troncocónicos invertidos. Porém, a ausência de espólio e de outros contextos preservados associados àquelas estruturas, não permitiu o seu enquadramento cronológico ou funcional (Nobre, 2015, pp. 36-39).

Foi, contudo, identificada uma outra estrutura negativa de perfil em U que continha no seu interior um esqueleto adulto completo, em posição fetal, depositado em decúbito lateral direito, e com a cabeça orientada para sudoeste e os pés para nordeste. Aquele indivíduo tinha o crânio sobre o lado direito e os membros superiores e inferiores hiper-flectidos, achando-se encaixado no seu cotovelo esquerdo uma pequena taça de cerâmica, o que permitiu, dado o ritual funerário e o fragmento cerâmico encontrado, inferir uma possível cronologia na Idade do Bronze.

No que respeita às sepulturas do Período Islâmico foram identificadas um total de 21 sepulturas escavadas no substrato rochoso, na sua maioria com cabeceiras orientadas para sudoeste e pés para nordeste, das quais se escavaram 20 e se recolheram 19 inumações primárias em diferentes estados de preservação, pertencentes quer a indivíduos adultos, quer a indivíduos imaturos (Nobre, 2015). Aqueles achavam-se depositados em decúbito lateral direito, com o crânio virado para leste, e sem nenhum espólio associado. Foram colocadas lajes de pedra e telhas dispostas na vertical com o intuito de manter os inumados na referida posição (**Figs. 113 a 117**).

Do conjunto das sepulturas intervencionadas destacou-se um conjunto de 18 enterramentos que se diferenciavam tipologicamente das mais habituais sepulturas islâmicas em fossa simples. Tratam-se de sepulturas abertas através de um sistema de duas fossas, no qual se começa por escavar uma fossa sub-rectangular de maior dimensão abrindo depois, no seu interior, uma segunda fossa localizada na parede leste da primeira, criando uma espécie de nicho subterrâneo para receber o enterramento, sendo depois cobertas com telhas de meia cana e lajes de gabros de grandes dimensões (**Fig. 118**). Trata-se de um tipo de sepultura, com esquema em L, bastante comum no mundo islâmico, denominada de *lahd*, e que foi utilizada para o Profeta Maomé. Surge referenciada em diversos *hadiths* alusivos ao funeral do Profeta e é considerada por alguns

investigadores do direito muçulmano a escolha preferencial para a inumação de um bom muçulmano, não deixando de ser aceitável o uso de sepulturas de fossa simples (*darih*), quando as características do terreno assim o permitem (Chávet Lozoya *et alli*, 2006, pp. 152-153). Todas as sepulturas de dupla fossa possuem a fossa mais pequena no lado lateral direito ou esquerdo do covacho maior, à excepção de uma das sepulturas (12A) que a apresenta centralizada (**Fig. 119**).

Quanto às orientações dos indivíduos verificou-se que aqueles apresentavam pontuais variações nas directrizes canónicas. Todos os indivíduos achavam-se depositados em decúbito lateral direito, com os membros inferiores e superiores na sua maioria semi-flectidos, embora alguns deles mostrassem os membros esticados, e apresentavam variações nas orientações, encontrando-se alguns orientados a oeste-este e outros a sudoeste-nordeste com a face voltada a sudeste (Matias *et alli*, 2016, pp. 14-26). Este dado é muito interessante, uma vez que poderá revelar cronologias distintas para aqueles enterramentos.

Vejamos o exemplo das necrópoles de Mérida, melhor estudadas e datadas, cujos enterramentos revelaram uma cronologia entre os séculos VIII e XI, prolongando-se, em alguns casos, até ao século XIII, onde se verificou, à semelhança daquilo que se confirma no Torrão, diferenças nas orientações dos enterramentos. Deste modo, constatou-se que os enterramentos com orientação oeste-este datavam dos séculos VIII e IX, quando a islamização ainda não estava bem enraizada entre as comunidades, gerando discrepâncias nas orientações dos indivíduos sepultados. Quanto às orientações sudoeste-nordeste verificou-se que seriam posteriores àquelas primeiras, coincidindo com o Período Califal, momento em que os conflitos no *al-Andalus* acalmam e o poder se consolida, gerando grande dinamismo cultural e económico nas cidades, bem como a apropriação e interiorização dos princípios canónicos do Islão entre as comunidades (Alba, 2002, p. 300; 2011, p. 25; Barrientos Vera, 2001, p.19-21). A mesma situação verificou-se nas necrópoles das cidades de Córdoba e Jaén (Casal García, 2001, p. 301-304; León Muñoz, 2008-09, p.34; Serrano Peña e Castillo Armenteros, 2000, p.99-102).

As análises antropológicas laboratoriais permitiram constatar que a amostra dos 19 indivíduos exumados é composta por sete esqueletos subadultos e por doze adultos, circunscrevendo-se estes últimos a sete indivíduos do sexo masculino e cinco do feminino, com uma estatura média entre 1,59-1,81 m e 1,52-1,60 m respectivamente. A nível patológico verificou-se que os indivíduos possuíam a nível oral, perda e desgaste

dentário, cáries, tártaro, lesões periapicais e doença periodontal, bem como patologias degenerativas, designadamente articular, não articular e nódulos Schmorl e, de igual modo, infecciosas, congénitas e traumáticas. Foram ainda registados indicadores de stress traduzidos em *cribra orbitalia* e em hipoplasias no esmalte dentário (Matias *et alli*, 2016, pp. 28-45).

A ausência de espólio arqueológico associado aos enterramentos intervencionados no Torrão não permitiu atribuir uma datação concreta à necrópole, dentro do largo âmbito temporal do Período Islâmico. Contudo, as discrepâncias nas orientações dos indivíduos, à semelhança daquilo que se verificou em outras cidades do *al-Andalus* enunciadas anteriormente, denunciam uma ocupação no Torrão, nos inícios do Período Islâmico, nomeadamente nos séculos VIII e IX, mantendo-se essa ocupação em fases posteriores. A necrópole, com grande probabilidade e dada a proximidade do Torrão, estaria associada ao *hisn* que ali existiu. Porém, só a continuidade dos trabalhos poderá certificar essa possibilidade, bem como averiguar a sua real extensão e fornecer, de igual modo, mais algumas informações sobre as comunidades que ali habitaram.

3.2.8.4. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos arqueológicos realizados, até ao momento, no Castelo do Torrão, bem como na sua envolvente, permitiram comprovar a presença muçulmana naquele espaço, patenteada pela necrópole e possíveis troços de eventual mesquita/*musalla*?, mas também por alguns fragmentos cerâmicos descobertos à superfície com uma cronologia, no que ao Período Islâmico diz respeito, entre os séculos VIII e XII (**pp. 794-795 do anexo**). Porém, são necessários novos projectos direccionados para o estudo daquela fortificação para que se possa compreender a sua diacronia ocupacional, tal como obter conhecimento sobre o dispositivo defensivo, as estruturas urbanas e a cultura material das comunidades que ali habitaram.

A sua posição estratégica permitia-lhe o controlo de grande parte do actual Baixo Alentejo, mas também do Alto, possibilitando-lhe a comunicação com Beja, Alcácer e Évora, quer pelas vias terrestres que ali se cruzavam unindo as respectivas cidades, quer por meio visual. O Castelo do Torrão era, portanto, um posto avançado de Alcácer a sul do território que lhe proporcionava a comunicação com aquelas duas grandes cidades do *Gharb*. Estas características inerentes à fortificação, aliadas à grande fertilidade dos solos, fizeram dela um local continuamente ocupando desde a Proto-História, passando pelos Períodos Romano, Visigótico e Islâmico até à sua Reconquista Cristã definitiva.

Se pensarmos em todo o contexto militar, ocorrido entre os séculos VIII e IX, conseguimos perceber facilmente a importância daquele local ao longo de toda a permanência islâmica. No século VIII e primeira metade do IX, momento em que Alcácer estava inserida na *Kura* de Beja, era um ponto essencial na comunicação entre estas duas cidades. Após os ataques vikings e a instalação dos *Banu Danis*, fiéis ao Emirado de Córdoba, aquela fortificação passa a ser crucial no controlo dos movimentos inimigos que pudessem vir de Beja. Com os Reinos de Taifas e achando-se Alcácer na órbita entre o Reino de Sevilha e Badajoz, sendo posteriormente, anexada ao Reino *Aftássida*, o Torrão passava a ser primordial na comunicação entre Alcácer-Évora e Badajoz, bem como na vigilância da fronteira daquela Taifa. Nos períodos Almorávida e, particularmente no Almóada, o Castelo do Torrão controlava o acesso de Alcácer a Beja e ao restante sul do território, vigiando, ao mesmo tempo, as ameaças que pudessem vir dos territórios inimigos de Palmela e Évora.

3.2.9. Castelo do Alto de São Vicente

3.2.9.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo do Alto de São Vicente localiza-se na freguesia e concelho de Viana do Alentejo, a 1 km, a sudeste, daquela vila, e a 45 km, a leste, de Alcácer do Sal, no ponto mais elevado da Serra do Alto de São Vicente, nas imediações de Pedras de Água, um afloramento rochoso onde, por meio de um fenómeno geológico, a água rompe a cerca de 260 m de altura (**Fig. 120**). No topo do cerro, assim como ao longo da encosta sul, é possível encontrar grandes derrubes de silhares de pedras, dispersos por grande área, o que dificulta um pouco a leitura do terreno e das estruturas ali existentes. No entanto, é possível reconhecer alguns troços de estruturas, possivelmente, defensivas, que ainda se acham bem preservadas. Na encosta noroeste, nas proximidades da Ermida de São Vicente, no ponto mais elevado do esporão, encontra-se uma estrutura de planta semicircular, edificada em pedra, que assenta os seus alicerces directamente no afloramento rochoso (Galamba, 2012, p. 69). Nas imediações desta estrutura encontra-se outros pequenos troços de estruturas bastante arruinados (**Fig. 121**). Também naquele local acham-se vestígios de duas calçadas, uma que liga os dois pontos mais altos da elevação, atravessando o pequeno vale ao centro, enquanto o outro parte do respectivo vale e desce a encosta em direcção a noroeste (Galamba, 2012, p. 67). Aqueles caminhos são ambos estruturados com pedras de maiores dimensões nas extremidades (**Fig. 122**).

A sudoeste, também em área elevada, é possível reconhecer alguns troços de muros, pertencentes a possíveis restos de muralhas, com 7 metros de comprimento conservados e uma espessura de 2 m, edificados com silhares de pedra de pequena e média dimensão, achando-se igualmente naquele local uma estrutura construída em pedra, de planta circular, semelhante à descrita anteriormente (Galamba, 2012, p. 70; **figs. 123 e 124**). Ao longo do cerro são visíveis desmoronamentos de pedra que se acham alinhados com os muros descritos, sugerindo a presença naquele local de um recinto fortificado com eventuais torres semicirculares adossadas. Na encosta poente foi identificado um fragmento de tégula e pequenos fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, muito rolados, de difícil caracterização cronológica, embora as mesmas tenham sido atribuídas, por Pedro Galamba, às Idades do Ferro, Média e Moderna (Galamba, 2012, p. 71). Foram, de igual modo, identificados dois fragmentos cerâmicos, de forma cilíndrica, com 5 cm de comprimento, com abundantes elementos não plásticos, cuja sua função é desconhecida, ainda que possa ter tido a função de apoio (Galamba, 2012, p. 72; **fig. 125**).

Para além daqueles materiais cerâmicos foram também identificados um fragmento de pedra polida e um núcleo de quartzito, assim como uma moeda romana de Arcadius, Imperador do Oriente e irmão de Honorius, Imperador do Ocidente, cunhada entre 393 e 395 d.C. No anverso mostra a efígie do Imperador com a legenda DN ARCADIVS PF AVG e no reverso uma figura do senador com um estandarte na sua mão direita e um globo na esquerda, rodeado da legenda GLORIA ROMANORVM. Debaixo desta figura encontram-se as letras ANTB, a sigla de Antioquia, o seu local de cunho (Galamba, 2012, p. 71). Importa salientar que esta última foi encontrada junto à ermida e que, para além de ser uma moeda tardia, trata-se de um tipo de numisma que continuou a ser utilizado ao longo das Idades Média e Moderna, não servindo, por isso, como um indicador cronológico fiável para aquele arqueossítio (**Fig. 126**).

A cerca de 1 km, a poente, daquela fortificação encontra-se um afloramento rochoso onde a água rompe, a cerca de 260 m de altura, local conhecido como Pedras de Água, onde fontes orais referem a descoberta de uma pedra epigrafada com caligrafia árabe naquele sítio, embora seja desconhecida a sua localização hoje em dia (Galamba, 2012, p. 56; **fig. 127**). No entanto, a sul do Castelo do Alto de São Vicente, encontram-se vários topónimos sugestivos, de origem árabe, como Monte do Algozim, Herdade dos Alfanges e Horta das Almoínhas, que remetem para uma ocupação islâmica nas

imediações daquela fortificação. O primeiro topónimo “Algozim” pode ter origem na palavra “Aguazil”, proveniente do árabe: *al-wazîr*, com significado de “o conselheiro”, “o ministro”, podendo estar relacionado à presença de um *wali* (governador) naquela zona (Alves, 2013, p. 96). O segundo topónimo “Alfange” tem origem na palavra: *al-hânjar* com significado de “o sabre”, “o punhal”, enquanto o último topónimo “Almoínhas”, provém do árabe: *al-munya* que significa “a horta”, podendo fazer referência a uma residência aristocrata (Alves, 2013, p. 144; López Cuevas, 2014, p. 162).

3.2.9.2. Funcionalidade e cronologia

Independentemente dos escassos vestígios cerâmicos identificados, à superfície, no Castelo do Alto de São Vicente, foi possível reconhecer troços de muros e estruturas semicirculares, edificadas em pedra, de possíveis muralhas e torres de um recinto fortificado ali existente. Aquele dispositivo militar achava-se junto ao eixo viário que unia Évora a Beja, conseguindo controlar o percurso efectuado entre as duas cidades, bem como parte do itinerário da via que unia Beja a Alcácer, com passagem pelo Castelo do Torrão. O seu contacto visual com as cidades de Évora e Beja põe em evidência a importância daquele local na estratégia de defesa da cidade de Alcácer, uma vez que a possibilidade de visualização daquelas duas importantes cidades e o facto de se conseguir comunicar com o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, implantado na Serra das Alcáçovas e a partir do qual é possível ver Alcácer, possibilitava avisar atempadamente aquela última cidade de eventuais perigos que pudessem aproximar-se da mesma.

Em momentos de conflitos, como por exemplo os ocorridos nos séculos VIII e IX, com as revoltas entre berberes, árabes, *muladis* e daqueles contra o Emir de Córdoba, com o foco dos conflitos em Beja e Mérida, bem como a *1ª fitna*, fazia daquele posto um ponto importante no controlo dos eixos viários que uniam aquelas cidades. Também durante os Reinos de Taifas aquela fortificação assumia um papel fundamental na protecção das fronteiras ocidentais do Reino *Aftássida* de Badajoz, particularmente das cidades de Évora e Alcácer, as quais confluíam com as do Reino *Abádida* de Sevilha, onde se insere o território de Beja. Particular relevância teria, igualmente, durante o Período Almóada, quando Évora passa a ser uma cidade integrada no Reino Cristão, sendo essencial o controlo dos movimentos que pudessem vir daquela zona contra Alcácer e Beja.

Apesar da escassez relativamente aos dados cronológicos daquele sítio, a sua importância estratégica adequa-se perfeitamente ao contexto político e militar ocorrido

aos longo dos séculos VIII e XIII no *Gharb al-Andalus*. Além disso, a memória de uma epígrafe com inscrição árabe em Pedras de Água, aliada à toponímia nos arredores daquele local, são claros indicadores de uma presença muçulmana naquele espaço. Não obstante, são necessários trabalhos de escavação naquele dispositivo defensivo, de modo a comprovar a sua cronologia e os distintos hiatos de ocupação.

3.2.10. Torre de Santa Catarina de Sítimos

3.2.10.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Torre de Santa Catarina de Sítimos localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 6 km a leste da cidade, no sítio da Torre, junto à ribeira de Santa Catarina de Sítimos, onde subsiste vestígios de uma torre. Aquela situa-se em cerro elevado abrangendo os vestígios, à superfície, uma área com cerca de 1,5 ha. (**Figs. 128 e 129**). O topónimo “Torre” deriva do latim *Turris* e designa uma torre pré-islâmica que, no Período Muçulmano, de acordo com aquilo que se verifica no *Sharq al-Andalus*, vai ser reaproveitada e muitas vezes transformada numa pequena fortaleza de maior dimensão (Martínez Enamorado, 1996, p. 59-63). A referência mais antiga sobre aquele local surge, em 1465, quando Gonçalo de Figueiredo reparte pelos seus filhos as terras que possuía em Alcácer, incluído a herdade da Torre em Santa Catarina de Sítimos, na Comenda de Palma⁴⁸.

A memória popular refere a existência de uma grande “cidade” ao longo da margem esquerda da ribeira de Sítimos, desde a herdade de Arraes, passando pela Torre, até ao Porto da Lama, salientado a existência de túneis e tesouros junto à torre. Não deixa de ser interessante o facto de aquela zona ser povoada, pelo menos, desde o Período Romano, passando pelo Islâmico e Idades Média e Moderna, até praticamente aos nossos dias, e ter-se perpetuado no tempo, por meio de fantasias e lendas, na memória dos habitantes da aldeia. A torre situa-se entre dois locais que tiveram ocupação romana, designadamente Porto da Lama, a 700 m a poente, onde se localizaram estruturas e cerâmicas do Período Romano e a *Villa Romana de Sítimos*, a 900 m a leste, onde escavações arqueológicas ali ocorridas colocaram a descoberto uma *villa* que se manteve ocupada por períodos posteriores (Faria, 2002, pp. 77-78).

⁴⁸ “*Tem outra Herdade que chamão a Torre que parte com Santa Catherina, e com Famaães (...)*”. Ver em ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 8, doc. 12.

Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram a descoberta de alguns materiais de construção, como fragmentos de taipa, muito rica em cal, bem como telhas e telhas de meia cana. Também se identificou, em zonas com passagem do arado, abundantes fragmentos de cerâmicas, sobretudo das Idades Média e Moderna, mas também dos Períodos Romano e Islâmico, embora estes últimos em menor quantidade (**Fig.130**). No que respeita à torre existente no local, já não corresponde à construção original, uma vez que a mesma foi restaurada nos anos 60 por ordem dos donos da propriedade, não sendo, por isso, possível analisar o seu aparelho primitivo. Contudo, a técnica construtiva que observamos actualmente é semelhante ao restauro efectuado nas torres em taipa do Castelo de Alcácer do Sal (**Fig.131**). Segundo os donos da propriedade, o restauro realizado naquela estrutura procurou reproduzir a linguagem arquitectónica vigente à época, quer em termos de volumetria e altura, quer em termos de técnica construtiva, salientando ainda a sua semelhança com as torres em taipa de Alcácer (Carvalho, 2007a, p. 4).

A estrutura existente no local possui planta quadrangular, medindo 4,70 m nos seus quatro lados, e ostenta uma porta na sua face poente, com 1,82 m de altura e 0,88 m de largura, e três seteiras nas restantes faces com 0,83 m de altura e 0,15 m de largura. A nível construtivo trata-se de uma torre em taipa, cujo aparelho original deverá também ter sido, conforme sugerem os blocos de taipa dispersos junto daquela. A mesma deverá ter sido envolvida por um recinto amuralhado, à semelhança do sítio arqueológico do Torrejão, uma vez que são visíveis, à superfície, sobretudo nas encostas norte e poente, onde as máquinas do arado não conseguem chegar devido à forte pendente, alinhamentos de pedras e pequenos taludes que sugerem a presença de um recinto fortificado (**Fig. 132**).

Perto daquele local, junto a Porto da Lama, foi encontrado marco miliário correspondente à via romana que unia Alcácer a Évora e Beja, com passagem pela torre e *Villa* Romana de Sítimos. Aquele dispositivo controlava assim o eixo viário que unia aquelas importantes cidades, bem como o curso fluvial da ribeira de Sítimos que era navegável até ao Sado, conforme referimos em capítulos anteriores⁴⁹, protegendo as transacções comerciais que se desenrolavam ao longo daqueles caminhos.

⁴⁹ Ver: ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734. Disponível online: Memórias Paroquiais 1758, CIDEHUS e F.C.T, 2011. <http://www.cidehusdigital.uevora.pt/portugal1758/memorias/alcacer-do-sal-santa-susana/> (Consultado dia 18 de Maio de 2021).

3.2.10.2. Funcionalidade e cronologia

A presença de fragmentos de tégula e imbrices, bem como alguns fragmentos de cerâmicas romanas, aliado ao topónimo do sítio, parecem sugerir uma ocupação naquele local que poderá remontar aos Períodos Tardo-Romano e Visigótico. Com chegada dos muçulmanos aquele assentamento manter-se-á ocupado, conforme comprovam os materiais ali recolhidos à superfície, não se sabendo, contudo, em que moldes se traduziria essa ocupação e se existiria alguma estrutura defensiva erguida no local, embora o topónimo reforce a sua existência (**pp. 795-797 do anexo**).

A ocupação naquele sítio manteve-se ao longo de todo o Período Islâmico, sendo que, em particular, no Período Almóada aquele assentamento ter-se-á fortificado com uma torre em taipa, possivelmente reaproveitando troços de uma outra existente no local, envolvida num recinto amuralhado, tornando-se num pequeno *hisn* para controlo dos terrenos férteis e do curso fluvial da ribeira de Sítimos, assim como do eixo-viário que unia Alcácer a Évora. O contexto político e militar que o *Gharb al-Andalus* atravessava na segunda metade do século XII e primeira do XIII, com o recuo da fronteira na Península de Setúbal e onde tínhamos uma Évora já cristã, obrigava, naturalmente, o poder Almóada a proceder ao levantamento de um conjunto de fortificações para defesa e controlo das regiões mais próximas da fronteira. A sua comunicação com Alcácer, bem como outros pontos mais afastados do território, como é exemplo os Castelos de Palmela e Torrão visíveis a partir da torre, permitia-lhe antever os perigos que pudessem vir, tanto de norte como de sul, em direcção àquele território. Após a Reconquista Cristã aquele sítio manteve-se ocupado até, pelo menos, à Idade Moderna.

3.2.11. Castelo de Vale de Reis

3.2.11.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo de Vale de Reis localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 5 km a norte da cidade, no sítio de Vale de Reis, em dois cerros elevados junto à ribeira de Vale de Reis. Aquela fortificação é composta por dois recintos fortificados, edificados em taipa, orientados no sentido noroeste-sudeste ocupando uma área total de 11 ha. (**Figs. 133 e 134**).

Trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar alguns troços de muralhas e de uma possível torre. O recinto localizado no cerro noroeste possui alguns troços conservados, a norte e poente, com uma altura de 2,85 m. A norte são

visíveis os taludes e concentração de pedras soltas que compunham os alicerces das muralhas, enquanto a poente conservam-se pequenos tramos daquelas edificadas em taipa, bem como restos de uma torre, de possível planta rectangular, com uma largura de 2×3 m nos seus quatro lados (**Figs. 135 e 136**). A taipa utilizada na construção daquele recinto apresenta terra de tonalidade alaranjada, pouco compacta e homogénea, com inertes constituídos por pedras, de pequena e média dimensão, e fragmentos de cerâmica. A escassa cal ali empregue confere à mesma pouca solidez. Os orifícios deixados pelos taipais apresentam uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura.

Quanto ao segundo recinto situa-se no cerro sudeste e possui tramos preservados a leste, poente e norte (**Figs.137 e 138**). O primeiro daqueles conserva, actualmente, 9,5 m de comprimento e entre 2,27 e 3,40 m de altura; o segundo 1,35 m de altura e o terceiro entre 0,35 m e 1,22 m de altura. A taipa presente neste amuralhamento ostenta cor cinzenta e inertes compostos por pequenas pedras, escórias e fragmentos de cerâmica, tendo-se aplicado, ainda, grande quantidade de cal, conferindo-lhe uma certa consistência, patente ainda nos troços preservados. À semelhança do primeiro recinto os orifícios dos taipais possuem uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura.

O primeiro recinto possui intramuros um poço, edificado em pedra e ladrilho, situado junto à ribeira de Vale de Reis, que, apesar de se tratar de um poço das Idades Média e Moderna, poderá ter antecedentes islâmicos. Aquele possibilitava o abastecimento de água à fortificação, permitindo ainda o seu armazenamento em épocas em que poderia escassear aquele bem essencial (**Fig.139**). No interior da cerca amuralhada reconheceu-se, ainda, à superfície, alguns vestígios de estruturas, bem como alguns materiais de construção, como telhas de meia cana, e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de aspecto melado, muito rolados e de difícil atribuição cronológica, sendo que algumas delas datam da Idade Moderna (**Fig. 140**).

As Memórias Paroquiais de 1758 referem que em Vale de Reis existia caminho por onde se deslocavam pessoas diariamente de Alcácer em direcção a Lisboa⁵⁰, devendo essa via remontar ao Período Romano, uma vez que próximo daquela fortificação, a cerca de 300 m, se encontrou vestígios de uma *villa* romana (Faria, 2002, p. 82). Para além disso, a fonte cita, de igual modo, a existência de um pequeno porto, a meia légua, junto ao Sado, onde atracavam barcos que vinham de Setúbal a Alcácer buscar o sal proveniente

⁵⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, p. 306.

das marinhas ali existentes⁵¹. Aquela fortificação protegeria e controlaria, assim, a via terrestre que unia Alcácer a Lisboa, mas também a via marítima que constituía o Sado, conforme veremos mais adiante, e que possibilitava a comunicação de Alcácer com Palmela e Lisboa.

3.2.11.2. Funcionalidade e cronologia

De acordo com os vestígios descobertos, à superfície, bem como a técnica construtiva empregue nas muralhas, o possível testemunho, do que resta daquele dispositivo militar, terá sido erguido, possivelmente, entre a segunda metade do século XII e primeira metade do XIII, embora se possa admitir uma cronologia mais recuada para alguns dos troços, conforme sugere o fragmento de talha, cujos paralelos obtidos nos dá um intervalo cronológico entre o século X e XIII, bem como os diferentes aparelhos construtivos reconhecidos nos tramos que subsistem (**p. 798 do anexo**).

A fortificação conferia proteção ao vale fértil e às comunidades que ali habitavam e cultivavam a terra, mas também controlava o rio Sado, desde Alcácer até Palmela, assim como as marinhas de sal ali existentes e os portos onde os barcos atracavam. É interessante salientar a posição estratégica onde se ergueu aquele *hisn*, escondido num pequeno vale, nas suas vertentes norte, sul e leste, não se permitindo ser visto por quem vinha daquelas direcções, ligeiramente afastado do rio Sado, mas com visibilidade suficiente para controlar todo aquele curso fluvial para quem se dirigisse dos territórios mais a norte até Alcácer.

Era, portanto, uma fortificação que teria como função a vigilância directa do rio Sado, conseguido, de igual modo, comunicar com algumas torres que se achavam nas imediações daquele, assim como a protecção e controlo da via terrestre que unia Alcácer a Lisboa, aspectos essenciais, em particular, no Período Almóada, onde aquelas regiões mais a norte constituíam uma ameaça a Alcácer. O facto de os dois recintos da fortificação apresentarem taipas diferentes, nomeadamente na sua cor e composição, poderá indicar cronologias distintas para as suas construções. Deste modo, o primeiro recinto poderá corresponder a uma cronologia anterior ao Período Almóada, possivelmente nos Reinos de Taifas ou Período Almorávida, enquanto o segundo poderá datar da última fase de ocupação islâmica, dadas as semelhanças com a taipa das muralhas do Castelo de Alcácer.

⁵¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, pp. 309-310.

Após a Reconquista Cristã de 1217, a fortificação foi desactivada, mas o local continuou a ser ocupado, agora com uma outra funcionalidade, tendo-se edificado no topo do cerro a actual Igreja de Vale de Reis, que assenta sobre um edifício de cronologia anterior⁵², e continuando-se a cultivar os campos férteis daquele vale, bem como as marinhas de sal junto ao rio.

3.2.12. Serra dos Clérigos 1

3.2.12.1. Localização e descrição dos trabalhos

O sítio arqueológico da Serra dos Clérigos 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 12 km a norte da cidade, nas imediações da Serra dos Clérigos, em três cerros elevados junto a nascentes de água, e trata-se, possivelmente, de um povoado fortificado ou um *hisp* de grande dimensão, com uma orientação nordeste-sudoeste, já bastante arruinado pelas constantes lavouras mecânicas, cujos vestígios à superfície abrangem área total com cerca de 13 ha. (**Figs. 141 a 143**).

Os trabalhos de prospecção que realizámos no local não permitiram obter muitas informações acerca do sítio, uma vez que os vestígios à superfície se encontram muito destruídos. Porém, foi possível reconhecer grande dispersão de silhares de pedras e blocos de taipa com vestígios de reboco de massa de cal e areia, de média e grande dimensão, distribuídos por três cerros de grande altitude, bem como um poço, edificado em pedra, onde era captada a água, e uma pequena alberca (**Figs. 144 e 145**). Reconheceram-se, de igual modo, fragmentos de cerâmicas, grande parte deles datados das Idades Média e Moderna e, outros muito rolados, compostos por vidrados, de cor castanha e aspecto melado e esverdeado, que poderão, eventualmente, datar do Período Islâmico (**Fig.146**).

Naquela zona cruzavam-se dois eixos viários, um deles no sentido norte-sul que unia Alcácer a Lisboa e outro no sentido oeste-este que ligava Palmela a Évora e Badajoz com passagem no território de Alcácer.

3.2.12.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados no sítio arqueológico da Serra dos Clérigos 1 não permitiram recolher muitas informações acerca do sítio. As cerâmicas identificadas,

⁵² Trabalhos de prospecção arqueológica realizados no interior da Igreja, em 1991, no âmbito do protocolo IPPC/Portucel, permitiram constatar que aquela assenta em edifício de cronologia anterior. Junto daquela foram ainda encontrados fragmentos de terra sigillata. Ver Portal do Arqueólogo através do link: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51927> (consultado no dia 22 de Maio de 2021).

acham-se muito roladas, impossibilitando saber a sua datação. Contudo, os vestígios de grandes blocos de pedras e taipa, faz-nos crer estar em presença de um povoado que seria fortificado, possivelmente com muralhas ou, eventualmente, uma torre em taipa, erguida, com probabilidade, no Período Almóada. Aquele local acha-se próximo do *Hisn* de Portela, a cerca de 1 km, situado entre as Serras da Serrinha e dos Clérigos, e ocupado desde o Emirado até ao Período Almorávida, tendo sido abandonado após essa época, não fazendo qualquer sentido a existência destas duas fortificações em simultâneo, dada a sua proximidade.

O abandono do Castelo de Portela e o surgimento de uma nova fortificação, mais ao lado, durante o Período Almóada, deveu-se ao facto de a partir do Vale da Serra dos Clérigos conseguir-se alcançar uma maior amplitude visual da paisagem, sobretudo em direcção ao vale do Sado e ribeira de Sítimos, que não é possível obter-se a partir do Castelo de Portela, uma vez que o campo visual daquele acha-se obstruído, a leste, pela Serra dos Clérigos, a poente, pela Serra da Serrinha e, a sul, pela Serra de Palma. Este aspecto terá ditado o seu abandono após a queda dos Almorávidas, tendo surgido uma nova fortificação de grandes dimensões, mais a leste, dotada de sistemas de captação de água para fazer face a eventuais cercos prolongados ou mesmo em momentos em que poderia existir escassez daquele bem essencial.

Outro aspecto interessante daquele sítio arqueológico é que a partir dele é possível comunicar com todos os dispositivos defensivos do território que datam dessa época ou que, tendo sido edificadas em períodos anteriores, se mantiveram operacionais até àquele momento, sendo este mais um dado que reforça a possibilidade daquela fortificação ter sido edificada no Período Almóada. A partir dela é possível controlar todo o curso fluvial, em direcção a poente, até à Serra da Arrábida, estabelecendo contacto com as torres atalaia junto ao rio, bem como em direcção a leste, onde se encontra a ribeira de Sítimos e a Torre de Chagas, assim como a Torre de Santa Catarina de Sítimos que controlava o eixo-viário Alcácer-Évora. O controlo daquelas zonas seria essencial naquela altura de maior instabilidade em que se achava o *Gharb*, onde Alcácer fazia fronteira com a Península de Setúbal e Évora, obrigando a um maior reforço dos sistemas defensivos e controlo dos eixos viários nas zonas limítrofes com os territórios cristãos.

3.2.13. Castelo do Vale de Alcácer de Baixo

3.2.13.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Castelo do Vale de Alcácer de Baixo localiza-se na freguesia de Cabrela, no concelho de Montemor-o-Novo, a 19 km a norte da cidade de Alcácer, em dois cerros elevados, no sentido sudoeste-nordeste, junto a linha de água proveniente da ribeira de São Martinho, abrangendo a dispersão dos vestígios à superfície uma área total de cerca de 2 ha. (**Figs. 147 a 149**). A fortificação, edificada em pedra e taipa, é composta por dois recintos, existindo no recinto situado a nordeste uma cisterna de planta quadrangular, também ela construída em taipa, para armazenamento de água (**Fig.150**). Os troços de muralhas possuem, actualmente, uma altura entre 1,36 m e 2 m e uma espessura de 0,80 m. A taipa daquelas apresenta uma cor ocre/castanha com inertes constituídos por pequenas pedras e vestígios de reboco de cal e areia, sendo ainda visíveis os orifícios deixados pelos taipais que apresentam uma altura de 0,04 m e uma largura de 0,03 m (**Figs. 151 a 155**).

Trabalhos de desmatção e prospeção que realizámos no local permitiram a identificação de escassos e pequenos fragmentos de cerâmicas comuns, muito rolados, de difícil atribuição cronológica (**Fig. 156**). O grau de destruição em que se encontra a fortificação também não permite uma devida análise da sua configuração e elementos constituintes. A construção da barragem, junto ao sítio arqueológico, contribui para a maior parte da sua destruição, através da retirada de terras e do reaproveitamento de pedras. No que respeita à antiguidade do topónimo “Alcácer”, bem como à sua origem, já analisámos anteriormente quando falamos do Castelo do Vale de Alcácer de Cima que se encontra a noroeste, a 1 km de distância, da respectiva fortaleza em apreço e que já se encontrava abandonada quando se construiu esta última. Junto daquele local passava o eixo viário que unia Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo.

3.2.13.2. Funcionalidade e cronologia

O Castelo do Vale de Alcácer de Baixo trata-se, possivelmente, dada a técnica construtiva em taipa, de uma fortificação edificada nos Períodos Almorávida ou Almóada para controlo do vale fértil, bem como das vias de comunicação que, a norte do território, uniam Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo. O nascimento desta fortaleza, ditou o abandono da anterior fortificação do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, a cerca de um 1 km daquele local, uma vez que aquele se achava mais exposto aos perigos que pudessem vir de norte através do eixo viário Lisboa, Montemor-o-Novo e Badajoz.

A fortificação encontra-se no interior do vale, mais próxima dos cursos de água e dos assentamentos, um pouco “escondida” e mais afastada do referido eixo-viário, com a clara intenção de proteger-se de quem se deslocasse por aquela via, mas ao mesmo tempo controlando, através de torres atalaia e outras fortificações existentes nos arredores, possíveis investidas que pudessem surgir da fronteira inimiga. Estas características de posição geoestratégica seriam fundamentais nos Períodos Almorávida e, sobretudo Almóada, numa altura em que, quer Palmela, quer Évora, já estavam em posse dos cristãos, achando-se o território em estudo muito próximo das zonas mencionadas.

A cisterna existente no interior da fortificação possibilitava o armazenamento de água e seria bastante útil em casos de cercos prolongados, sendo este também um dos aspectos que terá levado as comunidades magrebins a não reocupar o *Hisn* do Vale de Alcácer de Cima, nomeadamente o facto de achar-se bastante visível para quem viesse de Palmela até Alcácer, ou Évora e Badajoz, e pela impossibilidade de poder armazenar água, um dos factores essenciais para se aguentar um cerco. É nesse contexto que, provavelmente, se resolve erguer o Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, situado mais ao lado e no interior do vale, mais próximo das zonas férteis e dos cursos de água e, ao mesmo tempo, mais afastado dos “olhares” inimigos.

A escassa cerâmica existente, à superfície, não nos permite atribuir uma datação mais segura ao sítio arqueológico e o seu grau de destruição também não nos possibilita uma caracterização do traçado das muralhas, bem como dos seus aparelhos construtivos. Somente, trabalhos de escavação contínuos poderão vir a dar algumas respostas sobre a diacronia espacial e cronologia do assentamento.

3.3. Torres atalaias

3.3.1. Atalaia de Murta

3.3.1.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Atalaia de Murta localiza-se na freguesia da Comporta, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a poente da cidade, em cerro elevado, junto à margem esquerda do rio Sado e ribeiro de Murta, em solos de areia, dominando larga amplitude visual da paisagem envolvente (**Figs. 157 e 158**). No respectivo cerro encontra-se um moinho das Idades Média e Moderna que assenta sobre os alicerces de uma torre islâmica. Em 2019 realizámos trabalhos de prospecção no local e verificamos a existência de um pequeno recinto em redor do moinho, bem como de uma plataforma artificial junto à base daquele

que indicava a presença de uma estrutura sobre a qual o mesmo assentava e que acreditamos, desde logo, que dataria, com grande probabilidade, do Período Islâmico, uma vez que identificámos, à superfície, alguns fragmentos de cerâmicas daquela cronologia.

Em documento escrito, datado dos inícios do século XVII, faz-se referência aos limites da freguesia de São Pedro de Montevil, no termo de Alcácer, citando-se aquele local de “*atallaia*”⁵³ e onde terminava a fronteira da respectiva freguesia, sendo que a partir dali, em direcção a poente, o território já pertencia ao termo de Setúbal (Carvalho, 2017, pp. 107-108). Posteriormente, no século XVIII, faz-se menção à existência de um moinho de água naquela zona⁵⁴. Em Abril de 2020 iniciámos trabalhos de limpeza e escavação no local com a finalidade de verificar que tipo de estrutura se encontrava sob o moinho e, em Fevereiro de 2022, retomámos os trabalhos no local com a abertura de uma sondagem junto ao muro que circunda aquele. Definimos assim dois objectivos para a realização daqueles trabalhos:

1. Compreender, através de trabalhos de desmatação e limpeza, a tipologia, bem como o diâmetro da estrutura, sobre a qual assentava o moinho.
2. Abertura de sondagens que tiveram como objectivo alcançar os alicerces da estrutura que se achava sob o moinho e determinar a tipologia e as características construtivas do muro envolvente, obtendo cronologias e entender os distintos hiatos de ocupação.

Iniciámos então os trabalhos de limpeza e desmatação manuais no recinto que circundava o moinho através da retirada da vegetação que cobria grande parte daquela estrutura, tendo aparecido alguns fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas contemporâneas do moinho. Constatamos que o sector sul do muro encontrava-se arruinado, porém ainda conservava os alinhamentos de pedras que delimitavam aquele (**Figs. 159 a 166**). Logo depois, deslocámo-nos para o sector leste e iniciámos a remoção de uma pequena porção das terras superficiais que estavam sobre muro, tendo em vista identificar a sua extremidade. Verificamos que o mesmo possui uma espessura de 0,90 m. No decorrer daqueles trabalhos exumámos alguns fragmentos comuns e vidrados, embora, na sua maioria, muito rolados, que poderão, eventualmente, datar de Época

⁵³ Os limites da freguesia iam desde o “*ditto limite do azambujeiro até atallaia*”. Ver: BPE, *Tombo dos Bens da Mesa Mestral da Ordem de Santiago*, tomo 4, fl. 30.

⁵⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 207, pp. 1547-1550.

Islâmica, assim como fragmentos de cerâmicas comuns, vidradas e esmaltadas da Idade Moderna. Surgiram, de igual modo, alguns fragmentos de fauna mamalógica e ornitológica (**Figs. 167 e 168**).

Em seguida, deslocámo-nos para junto da base do moinho, nomeadamente nas imediações da porta daquele, no sector leste, onde efectuámos trabalhos de limpeza e desmatação da vegetação rasteira, surgindo imediatamente vestígios de uma estrutura, de planta circular, edificada em pedra, sobre a qual o moinho assentava. Acreditando que se trataria, provavelmente, de uma torre, iniciámos prontamente a remoção das terras superficiais, tendo aparecido um fragmento de cerâmica comum decorado com pintura, possivelmente, de cronologia Islâmica. Os trabalhos de limpeza prosseguiram em redor da base de todo o moinho com a finalidade de compreender a tipologia da estrutura e o seu diâmetro.

Constatamos que, de facto, aquela estrutura era anterior ao moinho, tratando-se, possivelmente, dos alicerces de uma torre de planta circular, com um diâmetro de 8 m, e cujo aparelho era distinto do primeiro. Na face poente do moinho podemos verificar que sobre o dispositivo defensivo se ergue uma argamassa, com 0,10 m de altura, composta por fragmentos de cerâmica, que serviu de suporte para a construção da chaminé, edificada em tijolo, anexa ao moinho. Durante os trabalhos surgiram fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas que abrangem extenso âmbito cronológico, nomeadamente peças datadas da Idade do Ferro, Período Romano Republicado, Período Islâmico e Idades Média, Moderna e Contemporânea, bem como alguns fragmentos de fauna mamalógica e ornitológica, o que evidencia o grande revolvimento naquele local, possivelmente devido à ocupação nas Idades Média e Moderna, quando se efectuou a construção do moinho (**Figs. 169 a 172**).

3.3.1.2. Estratigrafia e estruturas

A abertura de duas sondagens tinha como objectivo alcançar os alicerces da torre e recinto envolvente para obter mais alguns dados cronológicos. Optou-se por abrir a primeira sondagem junto à face leste do moinho, por ser a zona onde tinha aparecido um maior número de fragmentos de cerâmicas islâmicas, mas também de cronologias mais recuadas, realizando-se a segunda sondagem na vertente leste do muro circundante virado ao exterior. Salientamos, contudo, que as mesmas não foram escavadas na integralidade até alcançar o substrato rochoso. Iniciou-se então a implantação de duas quadrículas, com

50×50 cm, uma junto à base da torre e outra junto à face exterior do muro orientado a leste.

Sondagem 1

A escavação desta sondagem incidiu sobre a base do moinho e permitiu a identificação de 2 camadas:

1º Camada

Constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), com algumas pedras de reduzida dimensão. Possui uma potência estratigráfica de 0,65 m. Identificou-se nesta camada os alicerces da torre. Não foi encontrado qualquer espólio arqueológico.

2º Camada

Constituída por areia, muito terrosa, de cor amarela (10YR 8/4). Possui, até onde aprofundámos, uma potência estratigráfica de 0,60 m. Identificou-se nesta camada um piso sobre o qual assentava a torre. Não foi encontrado qualquer espólio arqueológico.

Sondagem 2

Foi realizada junto à vertente leste do muro envolvente do moinho, na sua face virada ao exterior, possibilitando a identificação de 2 camadas:

1º Camada

Constituída por terra, de cor castanha escura (7.5YR 5/3), compacta, com uma potência estratigráfica de 0,35 m. Aquela permitiu verificar que o muro, construído com silhares de pedra, ligados por pedra miúda e argamassa, se achava revestido com densa camada de argamassa, de areia e cal, com 0,05 m de espessura, na sua vertente orientada ao exterior. Identificaram-se algumas cerâmicas comuns e vidradas da Idade Moderna.

2º Camada

Constituída por terra, de cor castanha clara (7.5YR 7/2), compacta, com a presença de algumas cinzas e um silhar de pedra, provavelmente derrubado. Possui, até onde escavamos, uma potência estratigráfica de 0,65 m. Nesta camada identificou-se os alicerces do muro, os quais assentavam num outro recinto pré-existente, edificado também em pedra, porém sem revestimento argamassado. Foram recolhidos dois fragmentos vidrados, muito brilhantes, de cor castanha melada, os quais divergem das cerâmicas vidradas que exumámos na primeira camada, assim como um fragmento de

cerâmica comum, muito rolado, possivelmente pertencente a um jarrinho ou jarrinha, decorado com traço pintado, de cor castanha escura/negra, que se inserem numa cronologia no Período Islâmico (**Figs. 173 e 174**).

Resultados

Os trabalhos realizados na Atalaia de Murta permitiram concluir que aquele sítio tratar-se-ia de uma torre atalaia muçulmana, de planta circular e com 8 m de diâmetro, para defesa da costa. Aquela possui um pequeno recinto a envolvê-la, igualmente de planta circular, abrangendo o conjunto uma área total de 21 m de diâmetro.

A abertura da sondagem 1 possibilitou identificar na primeira camada os alicerces daquele dispositivo defensivo e verificar que o mesmo assenta em estrutura de cronologia anterior. A torre conserva uma altura de 0,65 m desde o topo, onde assenta o moinho, até à base e possui dois aparelhos distintos construtivos. O primeiro, que corresponderá à fase islâmica, ostenta aparelho similar ao muro do recinto exterior, com silhares de pedra, de grande e médio calibre, dispostos na horizontal e de forma irregular, ligados por pedra miúda e argamassa. Aqueles medem de comprimento entre 0,25 m e 0,30 m e possuem uma altura entre 0,20 m e 0,25 m. O outro aparelho construtivo trata-se de um reforço posterior efectuado, possivelmente, durante a Idade Média Cristã, constituído por pedras de pequeno calibre, com 0,07 m de altura e 0,08 m de comprimento, dispostas de forma regular e ligadas por argamassa.

A segunda camada revelou-nos a existência de um piso, sobre o qual assenta a torre, estando esta última separada daquele por uma argamassa de cor branca. Optou-se por realizar a escavação daquela até atingir a sua base. Trata-se de uma estrutura edificada com pedras, não aparelhadas, de pequeno e médio calibre, dispostas de forma irregular e muito espaçadas entre si, ligadas por terra e argamassa. A ausência de materiais associados não nos permite atribuir uma datação para aquela estrutura. Contudo, dada a descoberta de fragmentos de cerâmicas durante os trabalhos de limpeza, atribuíveis à Idade do Ferro e Período Romano Republicano, julgamos que aquela possa datar de uma das referidas cronologias (**Figs. 175 a 183**).

Quanto ao muro que circunda o moinho possui aparelho semelhante à torre, tendo sido edificado com silhares de pedra, de grande e médio calibre, aparelhados e dispostos na horizontal de forma um pouco irregular, ligados por pedra miúda e argamassa, apresentando, ainda, espesso reboco exterior em argamassa. Os silhares possuem um

comprimento de 0,25 e 0,30 m e uma altura entre 0,20 e 0,25 m. A pedra utilizada na construção daquele foi extraída da Serra da Arrábida e é composta por calcários da brecha da Arrábida, granitos, basaltos, arenitos, biocalcarenitos e xistos, mas, também, alguns seixos e cascalhos provenientes das costas do Sado e outros cursos de água na envolvente. A abertura da sondagem 2, junto à face exterior leste do muro, permitiu verificar, na primeira camada, que o mesmo era rebocado, exteriormente, com sólida argamassa de cal e areia, com 0,05 m de espessura, sendo a mesma visível em outros tramos do recinto. Na segunda camada atingiu-se os alicerces da estrutura, os quais se achavam sobre um muro ou anterior muralha, edificada em pedra, sem revestimento em argamassa (**Figs. 184 à 190**). Sobre o aparelho construtivo da respectiva estrutura, pouco podemos adiantar, dado que não aprofundamos mais a camada. Não obstante, cremos que aquela estrutura, onde assenta muro que envolve o moinho, datará da Idade do Ferro ou Período Romano Republicano, uma vez que aquele sítio teve uma ocupação nesses períodos, conforme podemos atestar pelos fragmentos cerâmicos ali descobertos. Verificamos, assim, que a muro conserva uma altura de 1,10 m e uma espessura de 0,90 m.

3.3.1.3. Funcionalidade e cronologia

O espólio arqueológico recolhido durante os trabalhos realizados na Atalaia de Murta permitiu comprovar uma ocupação naquele local que remonta à Idade do Ferro perdurando no Período Romano Republicano e Islâmico, até às Idades Média, Moderna e Contemporânea. No que concerne ao Período Muçulmano constata-se, através do estudo das cerâmicas, uma ocupação que teve início no século VIII/IX, momento em que se terá edificado a respectiva torre, mantendo-se aquela estrutura activa nos séculos seguintes até ao final do Período Almóada, na primeira metade do século XIII (**pp. 798-803 do anexo**).

Os trabalhos permitiram, ainda, verificar que sob o moinho das Idades Média e Moderna se encontrava troços de uma torre islâmica, de planta circular, edificada com silhares de pedra, preenchidos por pedra miúda e argamassa, com 8 m de diâmetro, que, por sua vez, assentava num piso, possivelmente do Período Romano ou Idade do Ferro. Importa salientar, contudo, que quando se construía um moinho de vento era comum, em alguns casos, para assentar aquele, construir-se uma pequena base em pedra, conforme podemos verificar nos desenhos etnográficos de Fernando Galhano (Galhano, 1978, p. 82). Porém, não se justificaria, no caso em estudo, a grande profundidade e espessura desse mesmo socalco para suporte daquele engenho. Para além disso, a estrutura circular

que se acha sob o moinho actual possui um aparelho completamente distinto daquele que observamos nas paredes do moinho, sugerindo a edificação de ambos em períodos diferentes, aspectos comprovados, igualmente, pela toponímia do sítio e pelos fragmentos de cerâmicas recolhidos, durante os trabalhos ali realizados, os quais mostram uma longa ocupação temporal naquele espaço.

A circundar o moinho está um pequeno recinto, com aparelho construtivo similar ao dos alicerces da torre, que poderá, eventualmente, tratar-se de um pequeno recinto amuralhado que circundaria a torre, aspecto que, até ao momento, com os dados obtidos nos trabalhos arqueológicos ali efectuados, ainda não conseguimos comprovar. A pequena sondagem que realizámos na vertente leste daquela estrutura permitiu-nos verificar, pelo menos naquela área intervencionada, que o muro possuía uma espessura de 0,90 m e uma altura conservada de 1,10 m. Não obstante, para averiguar realmente se poderá tratar-se de uma muralha é necessária uma intervenção arqueológica no sítio que abrange uma área maior de escavação, tendo em vista apurar se, em alguns tramos melhor conservados, existe uma espessura maior que aquela que identificámos para poder relacioná-la com uma estrutura de carácter militar ou, se em contrapartida, tratar-se-á apenas de um muro de delimitação. As cerâmicas que exumámos na camada 2 da sondagem 2, junto aos alicerces do muro, inserem-se numa possível cronologia Islâmica, relacionando a construção daquela estrutura nessa fase. Nas suas faces voltadas ao rio Sado, o muro/muralha foi rebocado com argamassa de cal e areia, com uma espessura de 0,05 m, conforme podemos confirmar através da intervenção arqueológica que realizámos, possivelmente para reforçar aquela estrutura.

Aquele revestimento em argamassa é muito comum nas fortificações do Período Omíada, conforme se constata, por exemplo, na fortificação de Mesas do Castelhinho, em Almodôvar, no distrito de Beja, cujos trabalhos arqueológicos ali realizados permitiram verificar que as torres e muralhas islâmicas eram rebocadas no exterior com uma argamassa de cal, palha e areia. Aquela argamassa incluía ainda na sua composição conchas marinhas. As cerâmicas recolhidas naquele sítio permitiram atribuir uma datação para aquelas estruturas entre o século VIII e inícios do XI, existindo, contudo, uma primeira ocupação também na Idade do Ferro (V-IV a.C.) e Período Romano Republicano (fins do século I-inícios do II d.C.) (Guerra e Fabião, 1993, pp. 88-101). De igual modo, sondagens arqueológicas realizadas no Castelo de Alferce permitiram verificar que as muralhas da fortificação, edificadas nos Períodos Emiral e Califal, entre os séculos IX e

X, foram revestidas no exterior, conforme se constatou em pano de muralha construído na segunda metade do século X, com argamassa de cal e areia, com uma espessura de 0,05 m, idêntica à verificada no muro/muralha da Atalaia de Murta (Capela *et alli*, 2020, pp. 38-48). Os trabalhos possibilitaram comprovar que naquele espaço houve uma primeira ocupação no Calcolítico e Idade do Bronze, sendo, posteriormente, abandonado, voltando a ser reocupado na Antiguidade Tardia, entre os séculos V-VIII, antes da chegada dos muçulmanos (Capela *et alli*, 2020, pp. 48-49).

A sondagem que efectuámos junto ao muro/muralha que envolve o moinho permitiu, de igual modo, verificar que aquele assentava sobre um outro recinto, o qual não conseguimos obter dados cronológicos, porém poderá datar da Idade do Ferro ou Período Romano Republicano, uma vez que as cerâmicas que ali recolhemos comprovam uma ocupação naquelas épocas. De um modo geral, o estudo do espólio descoberto durante os trabalhos realizados naquele arqueossítio mostra-nos, no que ao Período Islâmico diz respeito, uma ocupação continua desde o Emirado, passando pelo Califado e Reinos de Taifas, até aos Períodos Almorávida e Almóada.

A posição privilegiada do cerro onde se ergue o dispositivo defensivo, a partir da qual se obtém larga amplitude visual sobre o rio Sado e o Oceano Atlântico, bem como a Serra da Arrábida e os Castelos de Alcácer e Palmela, justifica a larga ocupação militar, ao longo de séculos, naquele sítio (**Figs. 191 e 192**). O século IX, como já abordamos anteriormente, foi marcado pelas primeiras incursões vikings na costa ocidental do *al-Andalus*, o que fez com que o poder Emiral de Córdova, no reinado de *Abd al-Rahmān II*, procedesse à fortificação dessas zonas, tendo sido neste contexto que se edificou a Atalaia de Murta.

A torre e, possivelmente o muro/muralha, obedecem a um plano prévio de construção, onde houve primeiramente a extracção da pedra necessária na Serra da Arrábida, uma vez que ali próximo não existia o respectivo material construtivo, e o seu transporte até aquele local, bem como o seu aparelhamento, sendo este aspecto, somente, possível com a intervenção de um poder central e regional. A partir daquele reduto era possível controlar todo o curso do rio Sado, desde Palmela até Alcácer, sendo estas duas últimas cidades também visíveis a partir dali, o que possibilitava a comunicação directa, mas também indirecta, com aquelas fortificações, através de um conjunto de outras atalaias junto ao rio, como é exemplo a Torre de Montevil e a Atalaia de Abul, situada na

margem direita do Sado e, ainda, o *Hisn* do Torrejão, localizado junto à ribeira de São Martinho, também ele visível daquele local.

Para além desta relação directa que a torre tinha com o rio Sado é perceptível, de igual modo, a preocupação do poder central e regional, bem como das comunidades rurais, em erguer fortificações no interior do território com visibilidade sobre o rio e a respectiva torre em apreço. Deste modo, a partir da mesma seria possível ver outros dispositivos defensivos, mais para o interior do território, que controlavam as principais vias terrestres que uniam Alcácer a outras zonas, cuja implantação das mesmas revela uma preocupação em olhar também o rio Sado e tudo o que possa vir por ali. Por isso, existia uma clara articulação entre estas fortalezas, situadas junto à costa, e algumas fortificações situadas mais para o interior do território.

Com a primeira Reconquista Cristã, em 1160, e durante aquele período de trinta e um anos, até à Reconquista Almóada, parece ter havido um pequeno reforço da torre, conforme sugere o aparelho distinto do original que identificámos na estrutura e que assenta sobre o primeiro, composto por pedras de menor dimensão, dispostas de forma regular e ligadas por argamassa, o que indica a reutilização daquele dispositivo nessa fase, tendo em vista proteger o acesso às cidades de Alcácer e Lisboa de eventuais investidas muçulmanas que, como tivemos oportunidade de ver em capítulo anterior, eram uma constante. Após a tomada de Alcácer pelos Almóadas a torre volta a ser reocupada, tendo como função o controlo do território inimigo da Serra da Arrábida, já em posse dos cristãos, e impedir o seu acesso a Alcácer através do rio. Com a Reconquista Cristã definitiva, de 1217, aquela perde a sua função militar e é abandonada, tendo sido, posteriormente, o que resta dos seus alicerces e silhares de pedras reaproveitados para a edificação de um moinho de vento.

3.3.2. Atalaia de Abul

3.3.2.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Atalaia de Abul localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a poente da cidade, em cerro elevado, junto à margem direita do rio Sado e a 300 m, a leste, da Feitoria Fenícia de Abul, importante entreposto comercial dos séculos VII e VI a. C, e dos Fornos Romanos para produção de ânforas datados dos séculos I a III a.C. (Mayet e Silva, 1992, pp. 316-322). No cerro onde aquela se encontra acha-se um moinho das Idades Média e Moderna que, à semelhança da Atalaia de Murta, assenta sobre os alicerces da torre (**Figs. 193 e 194**). Em 2019 realizámos trabalhos de

prospecção no local e identificámos uma estrutura circular que se situava sob o moinho e que seria anterior àquele. À superfície eram visíveis fragmentos de cerâmicas comuns romanas, dada a proximidade dos fornos romanos descobertos junto à Feitoria Fenícia de Abul, bem como alguns pequenos fragmentos de cerâmicas vidradas. Constatámos a existência na parede oeste do moinho, tanto no exterior como no interior, de decoração realizada a ocre, composta por semicírculos (**Figs. 195 e 196**).

Quanto ao topónimo Abul é de origem árabe e poderá estar relacionado, dada a semelhança fonética, com o nome da cidade no século X - *Al Qasr Abû Dânis* - devido à presença do clã berbere dos *Banu Danis*, atestando, assim, a ocupação muçulmana naquele local (Alves, 2013, p. 63). Aquele topónimo surge citado em fontes cristãs datadas do século XV (Pereira, 2000, p. 138). Em Abril de 2020 iniciámos trabalhos de limpeza e escavação no local com a finalidade de verificar, à semelhança daquilo que tinha ocorrido na Atalaia de Murta, que tipo de estrutura se encontrava sob o moinho. Foram, deste modo, definidos os mesmos objectivos realizados na Atalaia de Murta:

1. Compreender, através de trabalhos de desmatação e limpeza, a tipologia, bem como o diâmetro da estrutura, sobre a qual assentava o moinho.
2. Abertura de sondagem que teve como objectivo verificar a profundidade da estrutura, assim como auferir cronologias e entender os distintos hiatos de ocupação.

Os trabalhos de limpeza e desmatação manuais iniciaram-se no sector sul da base do moinho, onde era visível os vestígios de uma estrutura sobre a qual aquele assentava. Começamos por remover a vegetação rasteira, bem como as terras superficiais que ocultavam aquela e imediatamente constatamos que, com grande probabilidade, se trataria de uma torre. Prosseguimos a limpeza em redor da base de todo o moinho com a finalidade de compreender a tipologia da estrutura e o seu diâmetro. Verificamos que uma parte da mesma se encontrava um pouco danificada no sector leste, junto à entrada do edifício, em resultado do reaproveitamento das pedras para a construção do moinho.

Observamos que a torre, à semelhança daquilo que se verifica na Atalaia de Murta, possui planta circular e diâmetro de 8 m, e foi edificada com silhares de pedra, de grande e médio calibre, aparelhados e outros não, dispostos de forma irregular, ligados por pedra miúda e argamassa de tonalidade branca. A pedra utilizada na construção daquele recinto foi extraída da Serra da Arrábida e é composta por calcários de brecha da Arrábida, granitos e arenitos, possivelmente reaproveitados da Feitoria Fenícia e fornos romanos

que ali se encontram. Relativamente ao aparelho do moinho é distinto do aparelho da torre e foi construído com silhares de arenito, granitos, basaltos, mas também brecha da Arrábida, dispostos de forma irregular e ligados por pedras de menor dimensão e fragmentos de ladrilho e cerâmica.

Durante os trabalhos de remoção da vegetação e terras superficiais surgiram fragmentos de cerâmicas que abrangiam extenso âmbito cronológico, em resultado do forte revolvimento que o local sofreu, quer pela construção do moinho, quer pelas lavouras mecânicas, nomeadamente cerâmicas comuns e vidradas datadas do Período Islâmico e Idades Média e Moderna (**Fig. 197**). Recolhemos também alguns fragmentos de fauna mamalógica (**Fig. 198**).

3.3.2.2. Estratigrafia e estruturas

A abertura de uma sondagem tinha como objectivo alcançar os alicerces da torre e obter mais alguns dados cronológicos. Optou-se por abrir a mesma junto à face sul do moinho que se encontra virada para o rio Sado e próxima da parede que ostenta decoração arquitectónica. Salientamos, contudo, que a mesma não foi escavada na integralidade até alcançar o substrato rochoso devido às dificuldades que sentimos na abertura desta sondagem devido ao tipo de solos. Iniciou-se então a implantação de uma quadrícula, com 1 m de comprimento e 0,50 m de largura, junto à base da torre, tendo-se identificado a existência de 2 camadas.

1º Camada

Constituída por terra, de cor castanha escura (5YR 5/2), com algumas pedras de reduzida dimensão. Possui uma potência estratigráfica de 0,12 m. Surgiram alguns fragmentos de cerâmica, muito rolados, de cronologia abrangente, desde o Período Islâmico até às Idades Média e Moderna, o que demonstra o revolvimento desta primeira camada (**Fig. 199**).

2º Camada

Constituída por argila, muito compacta, de cor castanha amarelada clara (2.5Y 7/6). Possui, até onde aprofundamos, uma potência estratigráfica de 0,60 m. Identificou-se nesta camada os alicerces da torre. Não foi encontrado qualquer espólio arqueológico.

Resultados

Os trabalhos realizados na Atalaia de Abul permitiram concluir que aquele sítio tratar-se-ia de uma torre atalaia muçulmana, de planta circular e com 8 m de diâmetro, à

semelhança daquilo que se verificou na Atalaia de Murta, para defesa da costa. Porém, sem a existência de um recinto a envolvê-la.

A abertura da sondagem mostrou grande revolvimento de terras na primeira camada, patenteado nos fragmentos de pedras e cerâmicas encontradas que abrangem uma cronologia desde o Período Islâmico até às Idades Média e Moderna. A segunda camada, composta por uma terra de textura argilosa, o que dificultou um pouco os trabalhos de escavação e visualização da estrutura, revelou-nos os alicerces da torre. O dispositivo defensivo conserva 0,85 m de altura desde o topo, onde assenta o moinho, até à base e possui aparelho construtivo composto por silhares de pedra, aparelhados e outros não, de grande e médio calibre, dispostas de forma irregular e ligadas por pedra miúda e argamassa. Aquelas medem de comprimento entre 0,12 m e 0,45 m e possuem uma altura entre 0,10 m e 0,55 m. (**Figs. 200 a 208**).

3.3.2.3. Funcionalidade e cronologia

Os materiais recolhidos durante os trabalhos realizados na Atalaia de Abul, embora muito fragmentados, permitiram comprovar uma ocupação naquele local que teve início no Período Islâmico e que se prolongou até às Idades Média e Moderna. No que respeita ao Período Muçulmano, os paralelos obtidos, através do estudo das cerâmicas recolhidas, possibilitaram atestar uma ocupação naquele sítio que teve início no Emirado e que se estendeu até ao Período Almóada (**pp. 803-804 do anexo**).

Os trabalhos arqueológicos permitiram, de igual modo, verificar que sob o moinho das Idades Média e Moderna, tal como se constatou na Atalaia de Murta, se encontrava os troços de uma torre islâmica, de planta circular, edificada com silhares de pedra, preenchidos por pedra miúda e argamassa, com 8 m de diâmetro. Em termos construtivos e tipológicos é uma torre semelhante à Atalaia de Murta, o que nos permite concluir que foram erguidas na mesma altura, nomeadamente no século IX, durante o reinado de *Abd al-Rahmān II*, conforme comprovaram as cerâmicas encontradas, para responder aos ataques vikings que vinham a ocorrer naquela altura. A posição geoestratégica daquelas torres possibilitava o controlo do Oceano Atlântico e a foz do Sado, através de outras fortificações com as quais comunicava, como é exemplo o *Hisn* de Palmela que, por sua vez, conseguia comunicar com Lisboa, permitindo que se fossem avistadas embarcações vikings no rio Tejo, facilmente essa mensagem chegaria a Alcácer por meio destas fortificações.

Em termos de controlo visual, a Atalaia de Abul possui a mesma amplitude visual que a Atalaia de Murta, conseguindo observar algumas fortificações no interior do território, possibilitando a comunicação com aquelas, evidenciando, mais uma vez, a preocupação destas últimas em ter alguma visão sobre o que se passa no rio Sado (**Figs. 209 e 210**). Após a Reconquista Cristã, de 1217, a torre foi, provavelmente, desactivada perdendo a sua função militar. Nos finais da Idade Média, em 1480, D. João II aforou as terras de Abul a João Fernandes, o qual possuía, naquelas terras, cultivos de trigo, pomares, marinhas de sal, colmeias e um moinho que os mesmos terão edificado⁵⁵. Esta informação recolhida nas fontes mostra-nos que aquele foreiro decidiu construir aquele engenho na zona, tendo o mesmo reaproveitado os alicerces da torre para assentar o moinho, sendo a maior parte das cerâmicas encontradas naquele local datadas dessa cronologia, bem como da Idade Moderna.

3.3.3. Torre de Montevil

3.3.3.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Torre de Montevil localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 9 km a poente da cidade, em cerro elevado, junto à margem esquerda do rio Sado e na actual aldeia de Montevil (**Figs. 211 e 212**). Trata-se, possivelmente, de uma outra torre atalaia, de planta circular, à semelhança das Atalaias de Murta e Abul, de eventual cronologia islâmica, sobre a qual se edificou, posteriormente, um moinho. Aquele local possui o topónimo “Torrinha”, pelo menos desde o século XVII⁵⁶, perdurando na memória a existência de uma torre naquela zona.

Os trabalhos de prospecção que realizámos junto da estrutura permitiram identificar alguns silhares de pedra dispersos, bem como alguns pequenos fragmentos de cerâmicas, muitos rolados, vidrados, de cor verde e castanha melada (**Fig. 213**). Constatamos, de igual modo, que o moinho possui distintos aparelhos construtivos, fruto da sua adaptação a uma estrutura pré-existente. Um primeiro aparelho, junto à base, é composto por silhares de pedra de média e grande dimensão, aparelhados e outros não, dispostos de forma irregular e ligados entre si por argamassa de cor branca, coincidindo com o tipo de aparelho identificado nas Atalaias de Murta e Abul, sugerindo a sua edificação na mesma altura que aquelas últimas.

⁵⁵ ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, maço 3, doc. 205.

⁵⁶ ADSTB, *Paróquia de Monte Vil*, 318 liv.

O segundo aparelho que identificámos é composto por pequenas pedras, ligadas por argamassa e assenta sobre o aparelho primitivo, servindo de reforço à estrutura, possivelmente datará da primeira Reconquista Cristã, de 1160, quando aquelas fortificações junto ao Sado, terão sido reaproveitadas para controlo de possíveis investidas por parte dos muçulmanos às cidades de Lisboa e Alcácer. Por fim, o terceiro aparelho identificado corresponde à construção do moinho e é composto por silhares de pedra, de média e grande dimensão, aparelhados, reaproveitados da primitiva torre, dispostos de forma irregular e ligados entre si por pequenas pedras e fragmentos de ladrilho (**Figs. 214 e 215**). Infelizmente não nos foi facultada autorização para realização de trabalhos de limpeza e escavação no local, tendo em vista apurar mais dados.

3.3.3.2. Funcionalidade e cronologia

A Torre de Montevil faria parte, à semelhança das Atalaias de Murta e Abul, da defesa costeira, empreendida por *Abd al-Rahmān II*, no século IX, para fazer face aos normandos que, através do Oceano Atlântico, navegavam pelos rios Tejo e Sado pilhando as cidades de Lisboa e Alcácer. O dispositivo defensivo, de planta circular e edificado com silhares de pedra ligados por argamassa, possuía uma posição privilegiada de domínio sobre o curso fluvial do Sado, conseguindo comunicar com outras atalaias que se achavam nas imediações daquele, bem como a cidade de Alcácer e o *Hisn* de Palmela, mas também outros *husun* que se encontravam dispersos pelo território.

Aquele dispositivo defensivo deverá, à semelhança das Atalaias de Murta e Abul, ter-se mantido operacional durante os Reinos de Taifas, bem como durante os Períodos Almorávida e Almóada, dada a importância do controlo da estrada fluvial entre Lisboa e Alcácer. Após a Reconquista Cristã de 1217, a torre perdeu a sua função original, tendo sido aproveitado os seus alicerces para a construção de um moinho.

3.3.4. Torre dos Algarvios

3.3.4.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Torre dos Algarvios localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 3 km a sul da cidade, em cerro elevado, na herdade da Torre, junto à margem esquerda do rio Sado e ribeiro de Água Cova (**Figs. 216 e 217**). Trata-se de uma outra torre atalaia, de planta circular, à semelhança das Atalaias de Murta, Abul e Montevil, provavelmente de cronologia islâmica, sobre a qual se edificou, posteriormente, um moinho de cujos vestígios, actualmente, já não subsistem. Na

actualidade o local onde aquela existiu possui o nome de “Torre”, fazendo alusão à existência daquele dispositivo militar.

Em 1413 Martim Annes, morador em Alcácer, pediu autorização à Ordem de Santiago para construir um moinho nos Algarvios, citando-se a existência de um moinho velho de água, junto ao ribeiro de Água Cova, que estava arrendado ao Martim Annes, pretendendo o mesmo construir um outro nas proximidades daquele⁵⁷. Pela descrição o moinho velho localizar-se-ia no designado sítio da Torre, que se encontra junto de Água Cova, devendo o mesmo ter reaproveitado os alicerces de uma torre existente no local para sua implantação. Nos dias de hoje não subsiste nenhum vestígio de ambos os moinhos.

Nos inícios do século XVII, as fontes escritas citam topónimos muito interessantes para aquela zona, hoje desaparecidos, como “Arabia” que se situava um pouco mais a sul dos Algarvios e Ordem, assim como o “Porto de Pêra” que estava junto do ribeiro de Água Cova, nos Algarvios, e do rio Sado, remetendo para a existência de um porto naquela zona nas imediações da Torre dos Algarvios (Carvalho, 2017, p. 108). O primeiro topónimo deriva da palavra árabe: *ar-râbita* com significado de “o oratório”, “o convento fortificado” (Machado, 1958, p. 314).

Os trabalhos de prospeção que realizámos nos Algarvios, particularmente no sítio da Torre, permitiram identificar, num cerro elevado, uma plataforma artificial sugerindo a existência de estrutura, de planta circular, quiçá, os alicerces da torre e, posteriormente, do moinho velho (**Fig. 218**). No local acham-se fragmentos de argamassa e de cerâmica de construção, bem como alguns fragmentos de cerâmica comum e vidrada, sobretudo das Idades Média e Moderna, mas também pequenos fragmentos que poderão datar de Época Islâmica (**Fig. 219**).

3.3.4.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados na Torre dos Algarvios não permitiram identificar a torre atalaia que ali existiu, uma vez que a mesma terá desaparecido. Porém, foi possível reconhecer o cerro onde ela possivelmente se implantou. Infelizmente não nos foi dada

⁵⁷ “O qual moynho seja feito e nom faça perjuizo ao outro moynho velho de cima donde a dictra (sic) augua vem pello qual moinho que assy ho dicto Martim Annes ha de fazer lhe o dicto senhor Mestre ha de dar XXV mil livras desta corrente moeda de reaes de tres livras e mea (...)” Ver: *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 7 - Livro dos Copos Vol. I, coordenação de Paulo Pinto Costa. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006, p. 263.

autorização para efectuar trabalhos de limpeza e escavação no sítio, tendo como finalidade obter mais dados sobre a localização e tipologia daquela estrutura militar. Quanto aos materiais cerâmicos reconhecidos à superfície acham-se muito rolados, não permitindo tirar ilações sobre a sua cronologia. Aquela fortificação fazia parte, à semelhança das restantes torres analisadas, da defesa costeira, possivelmente empreendida por *Abd al-Rahmān II*, no século IX, para fazer face aos ataques vikings. Protegia, de igual modo, o porto ali existente, onde diariamente atracavam embarcações para transportar pessoas e produtos através do rio Sado. Terá sido, por isso, possivelmente, edificada no século IX e deverá ter-se mantido operacional até aos inícios dos séculos XIII, momento em que se dá a Reconquista de Alcácer e aquele dispositivo defensivo é desactivado.

3.3.5. Torre do Ramalhão

3.3.5.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Torre do Ramalhão localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 18 km a norte da cidade, em cerro muito elevado inserido num vale e junto a linha de água, com um vasto domínio da paisagem envolvente. Actualmente, no cerro onde se situaria a torre, encontra-se um moinho, construído em 1852, conforme indica inscrição patente no mesmo, que terá, possivelmente, reaproveitado os troços da torre atalaia, provavelmente de planta circular, que ali existiu (**Figs. 220 e 221**).

Durante trabalhos de prospecção que realizámos junto ao moinho foi possível reconhecer, à superfície, troços de silhares de pedras dispersos pelo cerro e outros intencionalmente movidos para o lado, junto a uma árvore, possivelmente no decorrer das obras que se realizaram naquela estrutura com a construção de uma moradia e um piso lajeado sob o moinho, o que nos impediu de poder realizar qualquer trabalho de limpeza no sítio para confirmar a presença de uma torre (**Fig. 222**). Identificamos, igualmente, nas imediações da estrutura, escassos fragmentos de cerâmicas, comuns e vidradas, muito rolados, alguns da Idade Moderna e outros de cronologia indeterminada, assim como fragmentos de cerâmica manual, com pasta grosseira (**Fig. 223**).

As fontes escritas cristãs, datadas do século XV, designam aquele local de “Quinta da Torre”, topónimo desaparecido actualmente, indicando a sua proximidade com “Cata que Farás”, fortificação que relacionamos com o *Hisn* do Torrejão, já analisado

anteriormente⁵⁸. O topónimo “torre”, tal como fizemos alusão anteriormente, é proveniente do latim *turrus* e acha-se normalmente associado a estruturas defensivas Tardo-Romanas e Visigóticas ocupadas, posteriormente, no Período Islâmico (Martínez Enamorado, 1996, p. 59-63). Na cartografia, datada de 1972, encontramos também nas proximidades da torre o topónimo “Aleuba”, proveniente da palavra “Leuba”, de origem germânica, com significado de “guerreiro amado” (Albaigés Olivart, 1993, p. 158), relacionando, uma vez mais, aquele local com uma possível presença Visigótica.

3.3.5.2. Funcionalidade e cronologia

A Torre do Ramalhão controlava o eixo viário entre Alcácer e Palmela, a partir da Serra da Serrinha, assim como o caminho entre Lisboa e Badajoz, com passagem pelo território de Alcácer. É notória a clara posição estratégica daquele dispositivo obtendo uma óptima visibilidade entre os Castelos de Palmela e Montemor-o-Novo, conseguindo observar grande parte do percurso entre aqueles dois *husun*. Não é possível, contudo, observar Alcácer, porém o facto de se conseguir ver os Castelos da Serra dos Clérigos 1 e Portela, possibilitava-lhe a comunicação com aquela, uma vez que a partir destas últimas seria possível ver a cidade. Aquele dispositivo conseguia, de igual, modo comunicar com as Atalaias de Abul e Murta, nas imediações do rio Sado, proporcionando-lhe saber atempadamente qualquer perigo que pudesse vir daquela zona e entrar pela ribeira de São Martinho até aquela área.

Os trabalhos de prospecção que realizámos junto à estrutura não permitiram, infelizmente, obter dados sobre a sua tipologia e cronologia, uma vez que a escassez de fragmentos cerâmicos, à superfície, dificulta o conhecimento sobre a sua cronologia, aliado às obras que foram realizadas naquela estrutura. Ainda assim, a existência de silhares de pedras dispersos pelo cerro, bem como a sua posição estratégica e o documento que designa aquela zona como a “Quinta da Torre” e, nas suas proximidades, o sítio “Aleuba”, sugere a existência de uma possível atalaia naquele local desde o Período Visigótico.

Cremos que aquela ter-se-á mantido operacional, devido à sua localização e posição estratégica, durante os Períodos Emiral e Califal, momento em que se construiu o *Hisn* do Torrejão, junto à Serra da Serrinha, para reforçar a defesa deste último, uma vez que a partir daquele não seria possível obter um bom ângulo de visão em direcção a norte,

⁵⁸ ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 12. Ver citação nº 43.

dada a existência de cerros mais elevados, sendo nesse aspecto a Torre do Ramalhão fundamental para controlar toda essa zona norte (**Fig. 224**). A mesma deverá ter-se mantido activa em fases posteriores, à semelhança do *Hisn* do Torrejão, porque, à medida que a Reconquista Cristã avançava para sul, era cada vez mais essencial manter e reforçar a defesa e controlo da região a norte de Alcácer.

3.3.6. Atalaia da Espadaneira

3.3.6.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Atalaia da Espadaneira localiza-se na freguesia de Cabrela, no concelho de Montemor-o-Novo, a 26 km a norte da cidade de Alcácer, em cerro muito elevado inserido num vale e junto à ribeira de São Romão, onde terá existido uma torre atalaia (**Figs. 225 e 226**). Encontramos referência à sua existência nas fontes da Ordem de Santiago que fazem alusão a uma contenda, ocorrida em 1480, entre o termo de Alcácer e Cabrela a envolver a sua delimitação, onde são referidas uma série de povoações, marcos miliários, antigos caminhos e uma torre atalaia que estaria dentro do termo de Cabrela⁵⁹, e que pela descrição se enquadra com o actual topónimo “Torres” que se situa junto ao Monte da Espadaneira.

Aquele dispositivo defensivo teria como função primordial o controlo e defesa do eixo viário que por ali passava unindo Alcácer a Montemor-o-Novo e Badajoz, no sentido sudoeste-nordeste. No seu percurso passava próximo do Grandil, seguindo pela Atalaia da Espadaneira e Vale do Linho⁶⁰. Controlava, de igual modo, o caminho efectuado no sentido poente-leste entre Lisboa, Montemor-o-Novo e Badajoz e protegeria, ainda, um povoado nas suas proximidades onde habitavam comunidades moçárabes, conforme sugere o topónimo: “Espadaneira”, palavra derivada do latim: *Spatha*, com significado de ‘espátula; espada’, reportando-se, provavelmente, à planta cujas folhas estreitas e compridas se assemelham a uma espada (Azevedo, 2015, p. 13).

3.3.6.2. Funcionalidade e cronologia

A Atalaia da Espadaneira possui uma posição excepcional que lhe permitia uma enorme amplitude visual da paisagem envolvente. A partir daquela constatámos que são visíveis

⁵⁹ “(...) *vjmdo asy dereitos ao casall do barbado, omde achamos huu marco arramcado que loguo mamdamos tornar a meter, porque ally soya d estar e dally vimdo a atalaya dos dous souereiros polla estrada velha dereitos aa pedra bramca e da pedra bramca dereitos aa foz do vall do lynho, valle e ribeira que se mete na ribeira de pancas (...)*”. Ver: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272 [livros dos copos], fls. 288-290.

⁶⁰ ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 10.

quer as fortificações do Período Omíada, quer as fortificações erguidas durante os Períodos Almorávida e Almóada, o que evidencia a larga ocupação que aquele dispositivo deverá ter tido ao longo de toda a permanência islâmica devido à sua posição privilegiada que lhe possibilitava um controlo muito amplo do território. A partir daquela seria possível comunicar com Alcácer, Palmela e Montemor-o-Novo, mas também controlar todo o curso fluvial do Sado, entre Palmela e o Torrão, tal como a ribeira de Sítimos, conseguindo ver as fortificações que se encontravam nas imediações daquele, aspecto que seria crucial durante os ataques vikings e, ao longo de toda a permanência islâmica naquela região.

Verifica-se, de igual modo, que aquela torre atalaia conseguia controlar a via entre Alcácer e Lisboa, através do seu contacto visual com o Castelo de Vale de Reis e a Alcaria de São Lourenço, tal como todo o restante percurso até Águas Moura, onde se sabe que aquela passava (Fernandes e Santos, 2012). Em Alberge confluía um outro troço que permitia ligar Alcácer a Montemor-o-Novo, com uma ramificação na Serra da Serrinha para Palmela, conseguindo a Atalaia da Espadaneira controlar todo esse percurso através do seu contacto com os *husun* de Vale de Trigo, Portela, Serra do Clérigos 1, Torrejão e Vale de Alcácer de Baixo e de Cima, indo a via confluir com o eixo viário principal entre Lisboa e Badajoz.

A visibilidade daquele dispositivo defensivo em direcção a noroeste, norte e nordeste é absolutamente extraordinária, o que lhe permitia controlar grande parte do eixo viário entre Lisboa e Badajoz. A partir dela é possível ver, na linha do horizonte, a cidade de Lisboa, junto ao rio Tejo, sendo possível observar o percurso que seria feito até Vendas Novas e Cabrela, onde na Retorta passava a via, seguindo em direcção a Montemor-o-Novo, passando em seguida por Arraiolos e Évora Monte, sendo todos estes locais visíveis a partir da atalaia e onde se tem conhecimento da passagem do respectivo eixo viário (Alarcão, 2006, pp. 216-218; Mantas, 2012, p. 148; Rocha *et alli*, 2013, pp. 237-246).

A Atalaia da Espadaneira protegia, deste modo, a fronteira norte de Alcácer do Sal através do controlo dos eixos viários que uniam aquela cidade a Palmela, Lisboa, Montemor-o-Novo e Badajoz, essencial ao longo de todo o Período Islâmico e, sobretudo, durante o Período Almóada, onde seria necessário controlar todos os perigos que pudessem vir da cidade de Lisboa pelas respectivas vias em direcção a *al-Qasr* e *Batalyaws*.

3.3.7. Torre de Chagas

3.3.7.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Torre de Chagas localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 4 km a sul da cidade, em promontório escarpado na Serra da Maceira e junto ao rio Sado, onde actualmente se encontra uma ermida dedicada a Nossa Senhora das Chagas, datada do século XVI, que reaproveitou, conforme sugere o topónimo e o amplo panorama visual obtido a partir dali, troços de uma possível torre que ali existiu (**Figs. 227 e 228**). O topónimo Chagas provém da palavra árabe: *Sajra*, que significa penha fortificada ou um promontório escarpado com funções de vigilância (Martínez Enamorado, 1998, p. 57).

Actualmente verifica-se que a ermida, à semelhança da de São Lourenço, assenta sobre uma estrutura pré-existente que poderá corresponder a uma torre, provavelmente de planta quadrangular (Carvalho, 2007a, p. 3). Aquela teria como função principal o controlo do curso fluvial do rio Sado e da ribeira de Sítimos, assim como do eixo viário entre Alcácer e Évora.

3.3.7.2. Funcionalidade e cronologia

A Torre de Chagas controlava o curso fluvial do rio Sado, desde a Serra da Arrábida até à foz, junto à Barrosinha, e, a partir dali, o curso das ribeiras de Sítimos e São Cristóvão até à cidade de Évora. Era, por isso, uma fortificação que estaria relacionada, à semelhança das Atalaias de Abul, Murta, Montevil e Algarvios, com o controlo e a protecção da via marítima que constituiu o Sado ao longo de séculos. Porém, a sua funcionalidade ia além disso, dado que através dela seria possível controlar parte do eixo viário entre Alcácer e Évora, mas também entre Palmela, via Sado, sendo o restante percurso realizado a pé junto à ribeira de Sítimos, até aquela última cidade.

O seu ângulo de visão possibilitava-lhe, ainda, controlar o eixo viário de Alcácer a Palmela, com passagem na Serra da Serrinha, através do seu contacto visual com os Castelos de Vale de Trigo, Portela e Serra dos Clérigos 1, mas também a via, localizada a sul, que unia Alcácer a Grândola. No que respeita à sua cronologia não nos é possível adiantar muito, uma vez que não foram identificados junto daquela, à superfície, fragmentos de cerâmicas que nos pudessem ajudar a compreender a sua datação.

Não obstante, o facto de a partir daquele local se obter uma amplitude enorme da paisagem envolvente, assim como o possível contacto visual com outras fortificações

islâmicas, datadas de distintas cronologias, aliado ao facto da ermida se achar sobre uma estrutura pré-existente, sugere a existência de uma torre islâmica naquele sítio para controlo das vias marítima e terrestre entre Palmela, Alcácer e Évora. A vigilância daquela seria essencial, logo a partir do século IX com os ataques vikings, mas também, no decorrer do século X, para protecção contra os ataques vindos de norte pelos cristãos, como o exemplo do ataque de Ordonho II a Évora, em 913, mas também durante os Reinos de Taifas e, ainda, durante os Períodos Almorávida e Almóada, onde, sobretudo, naquela última fase, seria importante controlar os perigos que pudessem vir da fronteira.

3.3.8. Atalaia Velha do Torrão

3.3.8.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Atalaia Velha do Torrão localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 22 km a leste da cidade, num promontório escarpado e junto à ribeira do Vale da Ursa, onde terá existido uma torre atalaia (**Figs. 229 e 230**). Encontramos referência à sua existência na Chancelaria Régia de D. Dinis onde se faz menção a uma contenda, ocorrida em 1318, entre o termo de Alcácer e das Alcáçovas, um século após a Reconquista Cristã definitiva, que envolvia a herdade do Vale da Figueira, situada na zona limítrofe dos dois termos. Nela são citados uma série de locais, sendo que alguns deles podemos encontrar na carta militar, o que nos permite relacionar o topónimo “Pena” com o local onde se situou a torre. Entre os topónimos referidos naquela fonte estão: Venda de Estêvão Negro, Águas Vertentes, Soveral do Penque, Cima do Cerro, Cimalhas de Pampilhais, Vale de Figueira, Vale das Vacas, Trigarias e Atalaia Velha do Torrão⁶¹.

Os trabalhos de prospecção que realizamos no local permitiram observar grande concentração de pedras no topo do cerro da Penha, bem como alguns dispersos pelas encostas do cerro, que poderão ter pertencido à torre atalaia que ali existiu (**Fig. 231**). O facto de as fontes designarem “Atalaia Velha do Torrão”, indica que aquela já teria certa antiguidade e provavelmente já estaria em desuso, podendo remeter ao Período Islâmico. Para além disso, o topónimo “Pena”, referente hoje aquele local, relacionava-se à existência de um posto de vigia, possivelmente aproveitando os afloramentos rochosos existentes na zona, sendo que no território de Málaga aparece muito associado a fortificações islâmicas (Martínez Enamorado, 1996, p. 57). Aquela torre atalaia controlava os eixos viários que uniam Alcácer a Évora e Badajoz, via norte, passando

⁶¹ Ver: ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fl. 1.

pelo Castelo de Nossa Senhora da Esperança na Serra das Alcáçovas e, via sul, em direcção a Beja, Faro, Córdova e Sevilha, com passagem pelo Castelo do Torrão.

3.3.8.2. Funcionalidade e cronologia

A Atalaia Velha do Torrão era um posto avançado do *Hisn* do Torrão que lhe permitia visualizar a área norte, onde passava parte do eixo viário entre Alcácer e Évora, mas também entre Palmela e aquela última cidade, através do rio Sado, e que não seria possível observar a partir daquela fortificação sem um ponto de apoio situado mais a norte. Através da Atalaia Velha do Torrão era, assim, possível o *Hisn* do Torrão, comunicar com o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, bem como ver todo o percurso da via Alcácer-Évora, na margem esquerda de Sítimos, passando por Carvalhos de Baixo e, Castelinho da Lapa de Cima, mas também junto à margem direita, com passagem por Porto da Lama e Biscainha.

Aquela atalaia conseguia, de igual modo, controlar todo o curso fluvial do Sado, entre Palmela e Alcácer, o que lhe permitia observar o percurso marítimo, mas também terrestre, efectuado entre aqueles dois locais, sendo o restante percurso até Évora realizado junto à ribeira de Sítimos, conforme referimos anteriormente. Aquele dispositivo defensivo controlava também o eixo viário entre Alcácer e Beja, bem como entre Évora e Beja, todos eles com passagem pelo Castelo do Torrão, onde se cruzavam as respectivas vias. Em termos cronológicos é possível que aquela atalaia se enquadre numa cronologia entre os séculos VIII e XIII, coincidindo com a datação atribuída ao Castelo do Torrão, sendo aquela fundamental na proteção da via que unia Alcácer a Beja, estando, numa primeira fase do Período Islâmico, aquela primeira cidade inserida na *Kura* de Beja. Durante os Reinos de Taifas a proteção da via entre Évora e Beja, bem como a ligação daquelas a Alcácer, seria uma preocupação constante por parte dos governadores de ambos os reinos e, no Período Almóada, em que Évora já estava em posse dos cristãos, aquela atalaia tinha uma função primordial no controlo do percurso efectuado entre Alcácer e Évora.

3.3.9. Morabito de São Fausto

3.3.9.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Morabito de São Fausto localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 25 km a leste da cidade, em cerro elevado e nas imediações do rio Xarrama. Aquele edifício foi estudado por Andreia Alves na sua tese de mestrado sobre o complexo

religioso de São Fausto, onde foi possível constatar que uma das paredes do corpo do templo cristão se anexou a um edifício pré-existente, de planta quadrangular, de cronologia islâmica (**Figs. 232 a 236**). Aquele amplo morabito apresenta-se hoje com a abóbada abatida e profundas fissuras na estrutura quadrangular base, enquanto nos seus ângulos encontram-se vestígios de reboco esgrafitado com temas vegetalistas (Alves, 2018, p. 81).

Correia de Campos já fazia referência, na sua obra sobre Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal, que aquela ermida cristã reaproveitou um pequeno oratório árabe existente no local (Campos, 1970, p. 93). Em 1990, durante trabalhos de prospecção realizados no âmbito da Carta Arqueológica do Concelho de Évora, por Jorge de Oliveira, Carmen Balesteros e Panagiotis Sarantopoulos, identificaram-se nos arredores daquele edifício fragmentos de telhas e lateres de Época Romana, bem como cerâmicas vidradas, de aspecto melado, com decoração a óxido de manganês atribuídas ao Período Islâmico (Oliveira *et alli*, 1994-1995, pp. 293-295). Já os trabalhos de prospecção efectuados por Andreia Alves, em 2017, não permitiram identificar as cerâmicas referidas, contudo reconheceu, à superfície, fragmentos de telhas e ímbrices, assim como de cerâmicas comuns, muito roladas, algumas pertencentes a restos de ânforas do Período Romano e, ainda, cerâmicas das Idades Média e Moderna, bem como outras de cronologia imprecisa e cuja forma é impossível determinar (Andreia, 2018, pp. 90-137).

3.3.9.2. Funcionalidade e cronologia

O Morabito de São Fausto tratar-se-ia, possivelmente, de um oratório islâmico onde se desenrolavam algumas actividades de carácter religioso, como peregrinações, festas em determinadas épocas do ano, sendo, igualmente, locais utilizados, sobretudo no Magreb, para sepultamento de figuras importantes. Nos séculos VIII a XIII, particularmente no *al-Andalus*, eram espaços que desempenhavam funções militares, nomeadamente para vigilância e controlo do território, equivalente a um *ribat* (Filali, 2004, pp. 43-48). No Magreb, no século XIII, eram locais que se converteram em pontos de combatentes monásticos, um movimento inicialmente reduzido a escolas de treinamento missionário encarregadas de difundir pacificamente as suas ideias, o que distorceu o princípio inicial da *jihad* e definiu as especificidades do novo marabutismo. Já no século XVII todos os *ribât* com o seu *murâbitîn* tornaram-se *zawiyya*, ou núcleos de poder, onde as irmandades religiosas locais prestavam culto (Martinez Salvador, 2004, p. 57-58).

Em termos arquitectónicos o Morabito de São Fausto assemelha-se à Ermida de São Lourenço, possuindo planta quadrada rematada com uma cúpula, tratando-se, possivelmente, também aquela última de um morabito islâmico. Estes edifícios são frequentes na Península Ibérica, normalmente situados sempre em zonas altas com boa visibilidade da paisagem envolvente, porém são escassos os estudos sobre estas estruturas, o que nos impossibilita de conhecer melhor a sua funcionalidade. Não obstante, é inegável a sua relação de controlo e vigilância de pontos-chaves no território. O Morabito de São Fausto controlava o eixo viário, mas também fluvial, que se realizava desde Alcácer até ao Torrão, por caminho terrestre ou mediante navegação no rio Sado, e dali seguia em direcção a Évora, a norte, ou para Beja, a sul.

Aquele edifício conseguia ainda obter uma boa visibilidade sobre o curso do rio Sado, entre Alcácer e Palmela, podendo avistar facilmente qualquer navegador que por ali andasse e que pudesse ameaçar o Castelo do Torrão, bem como as *madinas* de Alcácer e Beja. No que se refere à cronologia do morabito apontamos para uma datação entre os séculos X-XIII, dado que as cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado, com decoração a óxido de manganês, identificadas junto à estrutura, possuem larga cronologia, surgindo no Período Califal, continuando a ser produzidas até ao final do Período Almóada, mantendo-se mesmo a sua produção nas Idades Média e Moderna, embora com menor qualidade e distinta forma. É, por isso, provável que aquela estrutura tenha sido edificada durante o Período Califal para controlar o eixo viário entre Alcácer e o Castelo do Torrão, de modo a garantir a segurança da circulação de pessoas e mercadorias que se deslocavam entre aqueles dois locais.

3.3.10. São João dos Azinhais

3.3.10.1. Localização e descrição dos trabalhos

O sítio arqueológico de São João dos Azinhais localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 24 km a leste da cidade, num pequeno cerro, junto ao rio Xarrama, e trata-se, possivelmente, de uma torre islâmica (**Figs. 237 e 238**). As mais antigas referências a São João dos Azinhais ou de Arranas são unânimes em salientar a existência de um templo dedicado a Júpiter Ótimo Máximo, nas margens do rio Xarrama, o qual ali se situava. Naquele local foi descoberto uma ara consagrada, por *Flavia Rufina*, a *Iuppiter Optimus Maximus* que datará da Época Flaviana (Faria, 2002, p. 80).

Em São João dos Azinhais implantou-se, assim, uma das *villas* onde residia uma das mais importantes famílias de *Salacia*, perdurando a ocupação naquele local até ao Período Visigótico, comprovada pela descoberta no interior do edifício de pilastras e uma inscrição que diz o seguinte: “*Hunc denique edificius Sanctorum / Nomine ceptum Justi et pastoris / Martirum quorum constat esse sacra / tun consummata est oc opus era DCCXX.*” (Almeida *et alli*, 1978, p. 218). Trata-se de uma inscrição dedicada aos Santos Justo e Pastor, datada de 682 d.C., indicando a existência de uma possível igreja no local nas vésperas da chegada dos muçulmanos àquele território (Almeida *et alli*, 1978, pp. 218-220; **fig. 239**).

Durante o Período Islâmico não se sabe muito bem em que moldes aquele local terá sido reocupado. O topónimo Arrana ou Rana, como é conhecido aquele sítio, parece derivar da palavra árabe *ar-rahna*, com significado de “o moinho manual” ou da palavra *ranan*, com sentido de “pequena concentração de água”, ou “declive no leito de um rio” (Alves, 2013, pp.234 e 728). É possível que durante os Períodos Emiral e Califal as comunidades cristãs, designadamente os moçárabes, tenham continuado a ocupar aquele sítio, mantendo os seus costumes e rituais cristãos livremente. Não obstante, a partir do Período Califal com a nova reorganização do território aquele anterior templo romano poderá ter sido adaptado a uma torre para protecção dos excedentes agrícolas e dos rebanhos.

Arquitectonicamente a ermida, cuja construção chegou até nós, data dos séculos XVII/XVIII, porém é perceptível que a mesma reaproveitou um anterior edifício romano e visigótico, mas também islâmico, existente no local. A parte do edifício onde se situa o altar-mor da ermida, possui planta quadrangular com uma pequena cúpula, e na sua parede exterior, orientada a sudeste, acham-se dois botaréis cilíndricos, rematados com coruchéus, edificados na Idade Moderna. Verifica-se que o aparelho construtivo daquele edifício difere do restante corpo da ermida, tendo sido edificado com silhares de pedra, de média e grande dimensão, preenchidos por pedra miúda, enquanto o restante corpo do monumento foi construído com silhares de pedra e fragmentos de ladrilho, evidenciando distintos momentos construtivos (**Fig. 240**). Há uma lenda associada a este edifício na qual é dito que D. Afonso Henriques teria pernoitado ali com as suas tropas no decorrer da primeira Reconquista Cristã (Carvalho, 2008b, p. 24).

3.3.10.2. Funcionalidade e cronologia

O sítio arqueológico de São João dos Azinhais foi continuamente ocupado ao longo dos séculos. No Período Romano terá sido um templo, possivelmente associado a uma *villa* existente no local, e no Período Visigótico foi transformado numa igreja, conforme comprovaram os elementos arquitectónicos com inscrições ali descobertos, o que demonstra uma continuidade de ocupação após a queda do Império Romano. Durante o Período Islâmico não é muito claro em que moldes se terá transformado aquele sítio, porém, durante o Período Omíada, as comunidades moçárabes deverão ter permanecido naquele sítio, mantendo os seus costumes e religião, sob o domínio do Castelo do Torrão, ao qual teriam de pagar um imposto.

A determinada altura, possivelmente entre o Califado e os Períodos Almorávida e Almóada, aquele edifício ganha uma outra funcionalidade, sendo transformado numa torre, porém sem qualquer controlo territorial. Alguns investigadores acreditam que aquele edifício tratar-se-ia de uma atalaia ou *ribat* islâmico (Carvalho, 2008b, p. 24), todavia ao analisarmos as suas variantes territoriais e área de controlo visual constatamos que aquela estrutura não possui um amplo domínio visual da paisagem envolvente, não se enquadrando, por isso, numa estrutura de tipo atalaia ou *ribat*. A partir do cerro onde se situa aquela é possível ver o Castelo do Torrão, assim como outros pontos fortificados ali próximos, como a Atalaia Velha do Torrão, o Morabito de São Fausto e o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, não se conseguindo visualizar mais nada, a não ser o Baixo Alentejo, também ele visível a partir do Castelo do Torrão. Não é possível a partir daquele local observar, mais a norte, o curso fluvial da ribeira de Sítimos, bem como o curso do rio Sado, entre Palmela, Alcácer e o Torrão, de poente a sul, não se conseguindo ver, de igual modo, a cidade de Alcácer. O bom domínio visual de São João dos Azinhais é, essencialmente, a sul, em direcção a Beja, porém visualizam-se somente os locais que estão mais elevados.

Verificamos, desde modo, que aquele sítio não completa estrategicamente o Castelo do Torrão, ao contrário daquilo que se verifica com a Atalaia Velha do Torrão que seria um claro posto avançado, a norte, daquela fortificação, o que a invalida de possuir uma função de controlo territorial. Não descartamos, contudo, a hipótese de ser uma torre de alcária, associada a um povoado nas suas proximidades e cuja funcionalidade poderia

estar relacionada com a protecção de algo que albergaria no seu interior, como por exemplo os excedentes da produção agrícola das comunidades rurais, podendo ainda ser útil para guardar o tributo, antes da sua entrega aos agentes do Estado. Tal situação verifica-se em outras regiões do *Sharq-al-Andalus* como, por exemplo, em Guadalajara e Granada onde foram identificadas uma série de torres de cronologia islâmica, sobretudo de planta quadrangular e rectangular, situadas em pequenos cerros, que não exercem qualquer controlo sobre o território, colocando-se a hipótese da sua funcionalidade se destinar à protecção daquilo que se encontraria no seu interior (Contreras Ruiz, 2013, pp. 364-388; Mattei, 2013, pp. 649-650).

3.4. Povoados, alcarias e villas

Em torno da *madina* de Alcácer do Sal, tal como dos castelos rurais, existiam, para além das torres atalaias anteriormente referidas, povoados de grandes dimensões, por vezes amuralhados, assim como alcarias e pequenos casais agrícolas dispersos pelo território que exploravam os solos férteis e recursos naturais, consoante o meio onde se inseriram, nomeadamente nas imediações da costa ou, mais para o interior, junto à serra, traduzindo, tal como refere Rosa Varela Gomes: “*sábia estratégia de exploração daqueles recursos, consoante as épocas do ano, as oportunidades e as rentabilidades pretendidas*” (Gomes, 2002b, p. 140). Algumas dessas aldeias aparecem referidas em fontes tardias cristãs, dos séculos XV e XVI, porém poderão indicar cronologia mais recuada, remontando mesmo, algumas delas, aos Períodos Romano, Visigótico e Islâmico, conforme concluímos pelos dados arqueológicos, que passaremos a descrever em seguida.

3.4.1. Vale de Trigo

3.4.1.1. Localização e descrição dos trabalhos

O povoado de Vale de Trigo localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 8 km a norte da cidade, em dois cerros elevados, junto ao ribeiro de Vale de Trigo, e os vestígios, à superfície, encontram-se dispersos por grande área com cerca de 10 ha. Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar silhares de pedras dispersos pertencentes, provavelmente, a estruturas que terão sido destruídas pela movimentação do arado, tal como fragmentos de ladrilhos, telhas de meia cana e cerâmicas comuns (**Figs. 241 a 245**).

Aquele povoado achava-se associado ao *Hisn* de Vale de Trigo, situado a 600 m a nordeste, estando, por isso, dependente daquele último, sendo possível, ainda, encontrar nas suas proximidades algumas oliveiras centenárias que sugerem a dedicação daquele sítio à produção de azeite. Próximo daquele passava a via que unia Alcácer a Palmela, Montemor-o-Novo e Lisboa.

3.4.1.2. Funcionalidade e cronologia

O sítio arqueológico de Vale de Trigo trata-se de um povoado de altura que estaria relacionado com o Castelo de Vale de Trigo, dada a proximidade entre ambos. Trata-se de um assentamento, à partida, edificado de raiz no Período Emiral, mantendo-se essa ocupação até aos Reinos de Taifas e Período Almorávida, conforme relevam as cerâmicas ali recolhidas (**pp. 805-808 do anexo**). Após a queda dos Almorávidas e o surgimento dos Segundos Reinos de Taifas, assim como a Reconquista de Alcácer pelos Almóadas, em 1191, aquele local não voltou a ser ocupado, conforme se atestou pela ausência naquele local de cerâmicas totalmente vidradas, bem como outras que podemos associar à última fase de ocupação islâmica.

Aquele assentamento achava-se nas imediações dos eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa, bem como a Palmela e Montemor-o-Novo, e os seus habitantes dedicavam-se à agricultura de regadio, aproveitando as terras férteis junto à ribeira do Alberginho e Vale de Trigo, mas também à agricultura de sequeiro, possivelmente ao plantio do trigo, um dos cereais mais cultivados na região de Alcácer durante o Período Romano, conforme afirmava Políbio no século II a.C., perdurando certamente essa produção durante o Período Islâmico, sendo aliás um dos cereais que aparece, em maior abundância, no registo arqueológico dos contextos muçulmanos (Faria, 2002, p. 49; Gomes, 2010, p.111). Entre as espécies cultivadas durante os Períodos Romano e Islâmico destaca-se, de igual modo, a oliveira, existente junto ao povoado e cuja azeitona, depois de colhida, permitia a produção de azeite.

3.4.2. Bemposta 2

3.4.2.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado da Bemposta 2 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 16 km a norte da cidade e, a 3 km a sul, do Castelo do Vale de Alcácer

de Cima. Aquele acha-se implantado em dois pequenos cerros, não muito elevados, junto ao ribeiro da Asseiceira, abrangendo a área de dispersão dos vestígios cerca de 10 ha. Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar alinhamentos de pedra e argamassa de cal que indicam a presença de estruturas, tendo sido aquelas colocadas à vista quando se procedeu, no século XX, à construção dos muros de aterro da barragem que se encontra no local, destruindo parcialmente o sítio arqueológico. Os silhares de pedra que se acham tombados junto ao povoado medem 0,42 m de altura e 0,31 m de comprimento (**Figs. 246 a 248**).

À superfície foram, de igual modo, identificados utensílios de pedra polida, assim como dois fragmentos de dormentes de mó manual e cerâmicas comuns e vidradas (**Fig. 249**). Quanto ao topónimo Bemposta remete para uma origem clânica, estando, por isso, relacionado a tribo berbere que se instalou naquela zona, surgindo pela primeira vez referido na documentação, no século XIII, como “São Martinho da Bemposta”, fazendo-se referência à sua antiguidade (Louro, 1974, pp. 80-81; Marques, 1993, p. 140).

3.4.2.2. Funcionalidade e cronologia

O Povoado da Bemposta 2 trata-se de um assentamento que estaria na área de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, uma fortificação erguida no Período Emiral, revelando aquele sítio uma primeira ocupação na Proto-História, patenteada pela descoberta de alguns utensílios de pedra polida e dois fragmentos de dormentes de mó manual. Numa segunda fase o sítio terá sido ocupado no Período Islâmico, possivelmente no Período Califal, embora com as escassas cerâmicas descobertas, à superfície, seja muito difícil determinar a etapa exacta dessa ocupação, uma vez que os vidrados, de cor castanha e aspecto melado, abrangem uma cronologia entre os séculos X e XIII. Não obstante, o facto de se achar implantado num pequeno cerro, não muito elevado, com fraco controlo da paisagem envolvente, à semelhança, por exemplo, da Alcaria de Portela, conforme teremos oportunidade de ver adiante, ocupada no Período Omíada, seria pouco provável a sua ocupação em fases mais conturbadas do Período Islâmico, particularmente a partir da primeira metade do século XI com a instabilidade política que se instala no *al-Andalus*. Aquele assentamento encontrava-se junto da via que unia Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo, cultivando os seus habitantes as terras férteis da ribeira de São Martinho e ribeiro da Asseiceira.

3.4.3. Cova do Castelo

3.4.3.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado da Cova do Castelo localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a norte da cidade e, a 500 m a leste, do *Hisn* do Torrejão. Aquele acha-se implantado em dois cerros elevados, junto à ribeira de São Martinho, possuindo uma orientação no sentido sudeste-noroeste, abrangendo a área de dispersão dos vestígios cerca de 6 ha. (Figs. 250 e 251). Nas imediações daquele passava o eixo viário que, transpondo a ribeira de São Martinho, unia Alcácer à Marateca e Palmela.

Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele local permitiram identificar troços de silhares de pedras dispersos, os quais provavelmente integrariam estruturas, que foram colocados à vista quando se procedeu à abertura de regos para plantação de pinheiros (Fig. 252). A cerca de 200 m, a sudeste daquele assentamento, encontram-se dois monumentos megalíticos datados do Neolítico/Calcolítico (Zbyszewski *et alli.*, 1976, p. 57). À superfície foram também descobertos fragmentos de cerâmicas manuais de características Pré e Proto-Históricas, tal como cerâmicas comuns, a torno, que podemos atribuir ao Período Tardo-Romano e Visigótico (Figs. 253 e 254).

3.4.3.2. Funcionalidade e cronologia

O sítio arqueológico da Cova do Castelo trata-se de um povoado de altura situado nas imediações do *Hisn* do Torrejão, cujas cerâmicas identificadas, à superfície, revelaram uma primeira ocupação na Pré e Proto-História, patenteada também pela presença de monumentos megalíticos nas proximidades daquele sítio, seguida de uma segunda fase correspondente ao Período Tardo-Romano e Visigótico, onde poderá ter existido um assentamento fortificado, conforme sugere o topónimo do local.

A instabilidade vivida após a queda do Império Romano, com a entrada de povos bárbaros e, posteriormente, com a chegada dos muçulmanos no século VIII, fez com que as comunidades hispano-romano-godas se fixassem em povoados de altura, por vezes fortificados, com o intuito de controlar os principais caminhos e proteger-se de eventuais ataques inimigos ou de pesadas cargas fiscais impostas pelo novo poder. Com a construção da fortificação do Torrejão, durante o Período Omíada, aquele sítio terá sido abandonado, deslocando-se as comunidades que ali habitavam para povoados e alcarias

implantados em zonas menos inclinadas, mais próximas dos cursos de água e de solos mais férteis.

3.4.4. Algarvios 1

3.4.4.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado dos Algarvios 1 localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 3 km a sul da cidade e, a 600 m a sul, da Torre dos Algarvios. Situa-se em cerro elevado, junto ao ribeiro de Água Cova e próximo ao rio Sado, possuindo vertente bastante acentuada do lado poente, não sendo essa pendente tão evidente a leste. Aquele assentamento possui uma orientação no sentido noroeste-sudeste, abrangendo os vestígios, à superfície, uma área com cerca de 9 ha. (**Figs. 255 a 257**). Dada a proximidade do rio Sado e do topónimo “Porto de Pêra”, junto à Torre dos Algarvios, tratar-se-ia de um povoado portuário que estaria ligado ao transporte e comércio de distintos produtos provenientes do território de Alcácer do Sal.

Os trabalhos de prospecção que efectuámos no local permitiram identificar, à superfície, abundantes fragmentos de cerâmica de cronologia romana que se distribuem ao longo do cerro, tal como nas imediações do ribeiro e das actuais lavras de arroz que ali se situam, e tratam-se, sobretudo, de peças ligadas ao armazenamento e transporte. Identificou-se também alguns fragmentos, muito rolados, de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha e aspecto melado, muito brilhante, de possível cronologia islâmica, assim como alguns fragmentos da Idade Moderna (**Figs. 258 e 259**).

3.4.4.2. Funcionalidade e cronologia

O assentamento dos Algarvios 1 trata-se de um povoado portuário, situado junto ao ribeiro de Água Cova, a cerca de 1,5 km do rio Sado, onde o porto ali existente permitia o escoamento de produtos, através do Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico, para outras cidades do *al-Andalus*. Aquele teve uma primeira ocupação durante o Período Romano, particularmente durante o Alto Império, sendo posteriormente reocupado, possivelmente, durante o Período Islâmico, entre os séculos X e XIII, dado que as cerâmicas vidradas, de cor castanha melada, embora com aspecto muito rolado, inserem-se na respetiva cronologia, possivelmente pela sua excelente posição sobre o rio Sado, onde já existia um porto romano, mas também pela riqueza dos solos junto ao ribeiro de Água Cova. Após

a Reconquista Cristã, de 1217, aquele é abandonado, voltando a ser novamente reocupado na Idade Moderna.

As comunidades que ali habitaram dedicavam-se, essencialmente, à actividade piscatória, principalmente durante o Período Romano, para fabricação de preparados de peixe, de que é exemplo o *garum*, feito à base de sangue e tecidos moles de escombrídeos, tendo em vista comercializá-lo por todo o Império. Durante o Período Islâmico produzia-se o *al-murri*, equivalente ao *garum*, que consistia numa ampla variedade de produtos macerados, à base de peixe, de cevada e outros, embora em moldes diferentes daquele que era fabricado na Época Romana, dado que naquela fase era produzido a partir de peixe salgado, como a sardinha e o atum, e, mais do que propriamente para consumo, era conhecido pelas suas qualidades farmacopeicas, particularmente indicado para maleitas do foro gastrointestinal, tal como outras doenças, sendo que as propriedades curativas do *al-murri* continuaram a ser descritas por médicos hispano-árabes e magrebinos até ao século XVII (Bolens-Halimi, 1991, p. 357; Bernardes, 2012, pp. 63-65).

Para além da captura de peixe, os habitantes daquele povoado dedicavam-se também ao cultivo de algumas culturas de carácter intensivo, dada a boa qualidade dos solos nas imediações dos cursos de água e, da mesma forma, à exploração florestal, particularmente do pinheiro, sendo aquele citado nas fontes islâmicas para construção de embarcações (Coelho, 2008, p. 53), visto que a zona envolvente é rica naquele tipo de árvores.

3.4.5. Porches 2

3.4.5.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado de Porches 2 localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 10 km a sul da cidade, em dois cerros elevados, junto ao rio Sado, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste, com forte pendente a norte, onde se acha o rio (**Figs. 260 a 262**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar troços de silhares de pedras dispersos, pertencentes a prováveis estruturas, tal como alguns fragmentos de cerâmicas de construção e comuns inseridas numa cronologia nos Períodos Romano e, possivelmente, Islâmico abrangendo aqueles, à superfície, uma área com cerca de 6 ha. (**Figs. 263 e 264**). Para além daqueles vestígios materiais

constatamos também a presença de oliveiras centenárias junto ao povoado, o que poderá sugerir a dedicação daquele assentamento ao cultivo do olival para produção de azeite.

Quanto ao topónimo Porches deriva da palavra árabe *burj* que significa “Torre”, “Castelo” (Marques, 1993, pp. 196-197; Gomes, 2002b, pp. 133-135), o que parece indicar a existência de alguma fortificação naquela zona, até ao momento não identificada, para defesa e controlo do curso do rio Sado, a sul de Alcácer, mas também dos povoados e alcarias que ali se situavam.

3.4.5.2. Funcionalidade e cronologia

O Povoado de Porches 2 trata-se de um assentamento, cujas comunidades que ali habitaram, dedicavam-se, provavelmente, à pesca, bem como à agricultura de regadio, através do aproveitamento das terras férteis junto ao rio, e ao cultivo da oliveira, em regime de sequeiro, para a produção do azeite. Aquele teve uma primeira ocupação durante o Período Romano, tendo sido, posteriormente, ocupado no Período Islâmico.

A sua posição privilegiada permitia-lhe um controlo directo sobre o rio Sado e Porto Rei, onde atracavam as embarcações com comerciantes para comercializar os seus produtos ou até mesmo para transportar pessoas até ao Torrão, sendo o percurso a partir dali efectuado por caminho terrestre.

3.4.6. São Romão do Sado

3.4.6.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado de São Romão do Sado localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 20 km a sul da cidade e a 12 km, a sudoeste, do Castelo do Torrão. Situa-se em dois esporões elevados, junto ao rio Sado, com encostas íngremes a norte, onde se encontra o rio e a Aldeia de São Romão, e poente, possuindo uma orientação no sentido sudoeste-nordeste (**Figs. 265 a 268**). Na área compreendida entre a Igreja de São Romão e a aldeia, nas imediações do rio Sado, foram identificadas, nos anos 60 e 90 do século XX, restos de estruturas e abundante material de construção, bem como alguns elementos arquitectónicos e três epígrafes, datáveis dos séculos I e III d.C. que se encontravam reaproveitadas como material de construção na igreja ali existente (**Fig. 269**). Vasco Mantas e José d'Encarnação creem que ali terá existido uma *villa* romana cuja proprietária seria *Flavia Rufina*, flamínia provincial, natural de *Emerita* e com

evidentes relações com *Salacia*, conforme comprova a inscrição encontrada na Capela de São João dos Azinhais, junto ao Torrão, por ela consagrada a Júpiter Ótimo Máximo (Encarnação, 1984a, pp. 254-269; Mantas, 1996, pp. 343-370). Este facto advém de no interior da Igreja de São Romão, onde possivelmente se localizaria a necrópole romana, ter sido descoberta uma epígrafe com inscrição dedicada a *Flavia Supercilla*, descendente de *Flavia Rufina* (Mantas, 1996, pp. 343-370).

Entre 2010 e 2012, no âmbito do projecto Sado-Meso, foram realizadas prospecções arqueológicas nas imediações da igreja, a cerca de 300 m, a sul daquela, tendo-se identificado, à superfície, fragmentos de tijolo muito espesso, fragmentos de cerâmica de construção e comum de roda e manual, reconhecendo-se entre aquelas um bordo extrovertido (Rocha *et alli*, 2013, p. 166). Os achados referidos foram associados à existência naquele local de um povoado da Idade do Ferro, demonstrando, deste modo, a presença de uma ocupação antes do Período Romano. O conjunto dos vestígios mencionados desde o topo dos cerros, passando pelo templo cristão, até à Aldeia de São Romão, abrange uma área de ocupação com cerca de 7 ha, enquadrando-se, por isso, na categoria de povoado. Em 2022 deslocámo-nos àquele local, tendo em vista relocalizar os vestígios citados, porém reconhecemos, somente, à superfície, alguns fragmentos de telhas de meia cana junto à igreja e nos cerros, a sul, assim como dois fragmentos de cerâmica comum, cujas formas e cronologia não são possíveis determinar (**Fig. 270**).

Na margem oposta do rio, particularmente em Porto Carro, a cerca de 1 km, a norte, onde hoje se situa as lavras de arroz, foram encontrados, durante trabalhos de lavoura mecânica, alguns materiais de construção e cerâmicas romanas, bem como uma ânfora contendo numismas datáveis do século IV d.C. (Faria, 2002, p. 75). Na Herdade dos Frades, estação arqueológica conhecida desde 1914, a cerca de 2,5 km, a norte, da Aldeia de São Romão, José Leite de Vasconcellos reconheceu, à superfície, alguns alicerces de estruturas e material de construção, tendo recolhido algumas cerâmicas comuns, como púcaros, uma ânfora e um *dolium* completo, assim como uma bacia de bronze e duas enxadas de ferro (Vasconcellos, 1914, p. 307). Os arqueólogos do município, Marisol Ferreira e João Faria, nos anos 90, identificaram, entre aquele sítio arqueológico e a Herdade de Quinta Nova, uma ânfora Dressel 14/Beltrán IV e um peso de lagar de azeite em granito, de forma paralelepípedo, associado à existência de lagar

naquela zona (Faria, 2002, p. 76). Mais recentemente, particularmente entre 2010 e 2012, os arqueólogos do projecto Sado-Meso reconheceram, à superfície, na Quinta Nova, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns atribuídas ao Período Romano e Medieval, evidenciando uma continuidade de ocupação naquele espaço (Rocha *et alli*, 2013, p. 166). Ao deslocarmo-nos ao sítio arqueológico não identificámos vestígios de estruturas ou cerâmicas, possivelmente devido aos cultivos de arroz que abundam naquela zona.

3.4.6.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção que efectuámos nos arredores da Igreja de São Romão do Sado não permitiram relocalizar os vestígios reconhecidos pelos investigadores que estiveram no local. A passagem dos anos e as constantes lavouras dos terrenos fizeram desaparecer grande parte dos vestígios que ali subsistiam, tendo-se, somente, identificado dois fragmentos de cerâmicas comuns, possuindo um deles decoração incisa, o qual não podemos afirmar com segurança que se insira numa cronologia islâmica. No entanto, dada a longa ocupação daquele espaço por vários séculos, desde a Idade do Ferro, passando pelo Período Romano, verificando-se uma continuidade ocupacional nas Idades Média e Moderna com a construção da igreja, pelo menos a partir do século XIV (Carvalho, 2019, p. 132), acreditamos que terá, igualmente, existido uma ocupação islâmica naquele espaço. A reforçar esta hipótese está a toponímia de origem árabe e berbere nas proximidades daquele sítio como “Vale de Lachique”, topónimo que poderá derivar da palavra Marachique, com origem na palavra árabe: *Marxâq* (Marques, 1993, p. 198; Machado, 1997, p.182) e que no actual território português temos por exemplo o caso do Povoado Fortificado do Castro da Cola, em Ourique, que no Período Islâmico, era designado precisamente de *Marjiq* ou *Marxâq*, nome que perdurou mesmo após a conquista cristã, com o topónimo Marachique (Viana, 1960, pp. 38-231).

É, portanto aceitável, dada a excelente posição geográfica do esporão, onde se ergue a actual Igreja de São Romão, com um domínio formidável da paisagem envolvente, sobretudo em direcção a norte e leste, onde se encontram outros pontos fortificados cruciais no controlo dos principais eixos viários, que ali, ou pelo menos nas suas proximidades, tivesse existido um povoado fortificado durante o Período Islâmico, protegido por muralhas e torres ou, simplesmente, por torre atalaia, para controlo do rio

Sado e dos portos que se achavam junto daquele, como o exemplo de Porto Rei, limite navegável do rio e visível a partir de São Romão, onde exumamos fragmentos de cerâmicas islâmicas. Não obstante, só futuros trabalhos e investigações no local poderão dar respostas concretas sobre a ocupação naquele espaço. Ainda nas proximidades daquele sítio e do Vale de Lachique acha-se o topónimo “Benegazil” que remete para uma origem clânica (Marques, 1993, p. 140), estando relacionado, provavelmente, com tribo berbere que se instalou naquelas margens do Sado.

3.4.7. Mirassobral 1

3.4.7.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado de Mirassobral 1 localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 11 km a sul da cidade, em dois cerros elevados de topo aplanado, junto ao ribeiro do Arcão, possuindo uma orientação no sentido sudeste-noroeste, achando-se delimitado por encostas íngremes, a leste e norte, onde se encontram dois cursos de água (**Figs. 271 a 273**). O sítio arqueológico foi identificado, em 2008, no âmbito do projecto:” EIA - Empreendimento Turístico da Herdade de Porches”, tendo os arqueólogos responsáveis pelo projecto reconhecido, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção, assim como cerâmicas comuns e vidradas, dispersas por uma área com cerca de 6 ha., inseridas numa cronologia entre o Período Romano e a Idade Moderna (Rocha, 2008, pp.19-20; **fig. 274**).

3.4.7.2. Funcionalidade e cronologia

O Povoado de Mirassobral 1 trata-se de um assentamento que, provavelmente, se encontraria no raio de influência de Castelo Ventoso, dada a relativa proximidade entre ambos os sítios, embora, até ao momento, não se tenha encontrado vestígios dessa fortificação, bem como referências nas fontes à sua existência. Não obstante, o topónimo e a implantação do sítio em zona elevada, perto de eixos viários e de zona rica em minerais, parece sugerir essa hipótese.

Actualmente, junto à Aldeia de Castelo Ventoso, é explorada importante mina onde é extraído o quartzo e caulino para produção de pasta de papel e para confecção de objectos cerâmicos. Durante o Período Islâmico, à semelhança de outras épocas históricas, a exploração daqueles minerais era importante para a fabricação de cerâmicas,

dado que a partir do caulino é possível obter quartzo, mica, feldspato, entre outros minerais, que, curiosamente, estão bastante presentes nas pastas das cerâmicas islâmicas, mas também de outros períodos históricos, que temos vindo a identificar nos vários assentamentos dispersos pelo território de Alcácer, assim como nas cerâmicas, exumadas na cidade. É, por isso, possível que aqueles recursos minerais ali existentes já fossem explorados durante o Período Muçulmano, mas também em fases anteriores e posteriores, dada a longa ocupação que os assentamentos ali reconhecidos nas proximidades têm revelado. A reforçar esta hipótese está o facto de ter sido identificado, a cerca de 900 m, a norte daquele local, assentamento da Idade Moderna onde foi reconhecido, à superfície, para além de fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de pastas oxidantes com bordos espessados, fragmentos de escória que demonstram a dedicação daquele povoado à actividade mineira (Rocha, 2008, pp.15-16).

Nas proximidades de Mirassobral 1, a cerca de 300 m, a norte, no topo de um esporão, junto ao ribeiro do Arcão, foi identificado sítio arqueológico, o qual foi designado de Mirassobral 3, com cerâmica manual, de pastas grosseiras, achando-se entre eles um fragmento, muito rolado, com mamilo, atribuído à Pré-História, e, a 700 m a sudeste, na margem oposta do ribeiro do Arcão, foi reconhecido, igualmente, assentamento onde foram identificados fragmentos de cerâmicas comuns, de pastas grosseiras, entre as quais se reconheceram formas como bordos e fundos, particularmente um bordo de vaso extrovertido, com carena média, um fragmento de cerâmica campaniense, semelhante aos que recolhemos na Atalaia de Murta, bem como um bordo de *dolium* e um fundo de taça (Rocha, 2008, pp.17-18; 2009, pp.17-18), os quais se inserem numa cronologia no Período Romano Republicado, evidenciando, deste modo, a longa ocupação daquela área mineira, no decorrer dos séculos (Figs. 275 e 276).

A larga ocupação por parte das comunidades humanas no decurso de séculos deveu-se, igualmente, à riqueza agrícola e aquífera da zona, próxima ao ribeiro do Arcão, onde ainda hoje se pratica uma agricultura de regadio, através da plantação de milho e tomate, mas, também, devido à riqueza florestal, particularmente a presença do pinheiro, que abunda naquela região, o qual, como já vimos, foi fundamental na construção de barcos durante o Período Muçulmano.

3.4.8. Taralhão 2

3.4.8.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Povoado do Taralhão 2 localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 12 km a sul da cidade, em dois cerros elevados, junto ao ribeiro do Arcão e Barranco do Taralhão, possuindo uma orientação no sentido nordeste-sudoeste (**Figs. 277 a 279**). Aquele foi identificado, em 2008, no âmbito do projecto:” EIA - Empreendimento Turístico da Herdade de Porches”, tendo os arqueólogos responsáveis pelo projecto reconhecido, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns dispersas por uma área com cerca de 6 ha., datadas, possivelmente, do Período Islâmico e Cristão (Rocha, 2009, p.19; **fig. 280**).

3.4.8.2. Funcionalidade e cronologia

O Povoado do Taralhão 2, à semelhança do Povoado de Mirassobral 1, encontrava-se no raio de influência do Castelo Ventoso e os seus habitantes dedicavam-se à exploração mineira e cultivavam os campos férteis junto ao ribeiro do Arcão. A sua localização privilegiada nas proximidades do eixo viário que unia Alcácer ao Algarve, bem como do rio Sado, a cerca de 4 km, a norte, oferecia aos moradores daquele assentamento o acesso e a comercialização de distintos produtos que circulavam diariamente através daquelas vias.

Próximo daquele povoado, a cerca de 600 m, a sul, foi identificado, tal como já referimos anteriormente, assentamento datado do Período Romano Republicano, o que mostra a importância daquele espaço ao longo de séculos.

3.4.9. Entre Rios 2

3.4.9.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de Entre Rios 2 localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 11 km a sul da cidade, num pequeno cerro, junto ao ribeiro do Arcão, possuindo uma orientação no sentido sudoeste-nordeste (**Figs. 281 a 283**). O sítio arqueológico foi identificado, em 2008, no âmbito do projecto:” EIA - Empreendimento Turístico da Herdade de Porches”, tendo os arqueólogos responsáveis pelo projecto reconhecido, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção, bem como cerâmicas comuns,

dispersas por uma área com cerca de 3 ha., atribuídos, possivelmente, ao Período Islâmico e Idade Média (Rocha, 2008, p.16; **fig. 284**).

3.4.9.2. Funcionalidade e cronologia

A Alcaria de Entre Rios 2, trata-se de um assentamento que, possivelmente, estaria no raio de influência do Povoado de Mirassobral 1, dada a relativa proximidade entre ambos, bem como de Castelo Ventoso que seria o núcleo articulador do povoamento daquela região a sul de Alcácer. A excelente riqueza dos solos e a abundância de água permitia aos habitantes que ali viviam a prática de uma agricultura de regadio e o escoamento dos produtos ali provenientes através do rio Sado e pela estrada terrestre que unia Alcácer ao sul do território.

3.4.10. Bemposta 3

3.4.10.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Bemposta 3 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 16 km a norte da cidade, num pequeno cerro, junto ao ribeiro da Junceira, possuindo uma orientação no sentido sudeste-noroeste (**Figs. 285 a 287**). Os trabalhos de prospecção arqueológica que realizámos no local permitiram identificar fragmentos de bário com exposição ao fogo e cerâmicas de construção, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, dispersos por uma área com cerca de 3 ha. As fontes escritas, datadas dos inícios do século XVI, referem, tal como fizemos alusão anteriormente, à existência de um forno de vidro naquela zona⁶². Próximo daquele sítio passava o eixo viário que unia Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo.

3.4.10.2. Funcionalidade e cronologia

O sítio arqueológico de Bemposta 3 trata-se de uma alcaria que estaria provavelmente, dada a proximidade, no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, implantando junto à via que unia Alcácer a Montemor-o-Novo, dedicando-se os seus habitantes à metalurgia, nomeadamente à extracção do bário proveniente da Serra da Serrinha e à sua transformação para fabricação do vidro, conforme atestam as fontes cristãs. Trata-se de um mineral que já seria explorado desde Época Romana, mas também

⁶² ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fol. 93.

Islâmica, dado o grande número de assentamentos que se acham na envolvência da Serra da Serrinha.

Os solos bastantes férteis na envolvência, aliada à presença de cursos de água, permitia a prática de uma agricultura de regadio, mas também de sequeiro. Os trabalhos de prospecção permitiram verificar uma primeira ocupação no Período Islâmico, conforme atestam as cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado, e cujo âmbito cronológico vai desde o século X ao XIII (Silves, 1988, pp. 113; 144-145; Gómez Martínez, 2014, pp. 215-219), assim como os fragmentos de cerâmicas comuns com decoração incisa e, em particular, o fragmento de telha digitada que, através dos paralelos obtidos, nos dá uma datação entre os finais do século XI e primeira metade do XIII, tratando-se, por isso, de uma assentamento, provavelmente, ocupado nos Períodos Almorávida e Almóada (**Fig. 288; p. 809 do anexo**). Após a Reconquista Cristã de Alcácer, em 1217, aquela alcaria manteve-se ocupada, até pelo menos, ao século XVI, conforme podemos verificar pelas fontes escritas que mencionámos.

3.4.11. Portela

3.4.11.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de Portela localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 11 km a norte da cidade e a 800 m a sul do Castelo de Portela, num pequeno cerro, ligeiramente aplanado, junto ao Barranco dos Algedaneiros, onde corre água proveniente de uma nascente na Serra do Pinhal, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 289 a 291**). Quanto ao topónimo “Portela” já falámos sobre ele e a sua origem, porém, relativamente ao topónimo “Algedaneiros” parece derivada da palavra “Algeda” de origem árabe: *al-jayyida* e com significado de “a excelente” (Alves, 2013, p.161).

Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele local possibilitaram reconhecer, à superfície, abundantes fragmentos de cerâmicas comuns e algumas vidradas, com uma cronologia entre o Período Tardo-Romano e a Idade Média, muito rolados devido às constantes lavouras mecânicas realizadas no sítio para plantação de cevada, abrangendo a dispersão dos vestígios cerca de 3,5 ha. (**Fig. 292**). Aquele assentamento encontrava-se no cruzamento dos importantes eixos viários que uniam

Alcácer a Lisboa, via sul-norte, bem como Palmela a Évora e Badajoz, com passagem na Serra da Serrinha, no sentido poente-leste, e os seus habitantes dedicavam-se, essencialmente, à exploração do minério, particularmente o bário e o manganês, existente nas imediações das Serras da Serrinha e Pinhal.

3.4.11.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção na Alcaria de Portela permitiram verificar que aquele assentamento teve uma primeira ocupação no Período Tardo-Romano, sendo posteriormente ocupado entre os séculos VIII e primeira metade do XII (**pp. 809-815 do anexo**). O facto de não se ter identificado cerâmicas de características Almóadas, indica que aquele local terá sido abandonado, provavelmente, após o Período Almorávida. A insegurança que se vivia durante o Período Almóada, com o avanço da Reconquista Cristã em direcção a sul e achando-se Alcácer numa zona fronteira, terá levado ao abandono daquele assentamento, assim como o Castelo de Portela, nas suas proximidades.

Aquele assentamento dedicava-se à exploração mineira, particularmente do bário e manganês, sendo aquele primeiro muito importante para a produção do vidro, entrando, possivelmente, nos circuitos comerciais da *madina* de Alcácer e outras regiões do *al-Andalus*. O facto de termos descoberto grande quantidade de fragmentos de cerâmicas comuns, com escassa presença de cerâmicas vidradas de luxo, e onde se verifica um equilíbrio entre as cerâmicas de armazenamento e as cerâmicas de mesa e cozinha, sugere a dedicação daquele assentamento às actividades de exploração em detrimento das de carácter doméstico, o que poderá indicar que aquela alcaria seria essencialmente um espaço de trabalho onde residiam os mineiros que exploravam as minas da Serra da Serrinha.

As características das cerâmicas analisadas são de um modo geral, mal depuradas, com alternância de cozedura e elementos não plásticos de grão médio e grosseiro, o que evidencia, mais uma vez, as particularidades de espaço de trabalho inerentes ao assentamento e onde a importação de cerâmicas seria algo muito pontual, patenteada pelos escassos fragmentos encontrados de vidrados de cor verde e castanha, assim como vidrados de cor castanha. Após a queda dos Almorávidas e com a Primeira Reconquista Cristã, em 1160, o sítio mantém-se ocupado, conforme comprovam as cerâmicas comuns

ali reconhecidas, não existindo, por isso, nesta primeira fase, uma ruptura com o povoamento anterior. Com a tomada definitiva de Alcácer, em 1217, o assentamento já estaria abandonado, no entanto a Ordem de Santiago manteve a exploração mineira do manganês e do bário, fazendo-se alusão nas fontes escritas à existência de fornos de vidro na Curva das Faias, a cerca de 5 km da Alcaria de Portela (Pereira, 2000, p. 126).

3.4.12. São Lourenço

3.4.12.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de São Lourenço localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 5 km a norte da cidade, em cerro elevado, junto a linha de água, com uma orientação no sentido sudeste-noroeste, possuindo encosta muito íngreme a norte e dominando larga amplitude visual da paisagem envolvente, particularmente do ponto mais elevado do cerro, onde hoje se encontra uma ermida cúbica dedicada ao culto de São Lourenço que assenta sobre estruturas anteriores (**Figs. 293 a 296**). Nas suas proximidades encontra-se o Castelo de Vale de Reis, a 400 m, a poente, assim como um arqueossítio romano, a 600 m, a sudoeste. Em 1991, no âmbito do protocolo entre o IPPC e a PORTUCEL, empresa proprietária do terreno, os arqueólogos Artur Martins e José Arnaud realizaram prospecções arqueológicas naquele local, principalmente junto à ermida, e reconheceram os alicerces de um anterior edifício sobre o qual aquela foi construída. Identificaram, de igual modo, nos arredores da mesma fragmento de terra *sigillata* hispânica e cerâmicas medievais cristãs, tendo, ainda, encontrado no interior do edifício, um fragmento de coluna, possivelmente, de cronologia romana, o que os levou a colocar a hipótese de que aquela estrutura dataria do Período Romano, tendo sido posteriormente readaptada ao culto cristão (Martins e Arnaud, 1991; **fig. 297**).

Os trabalhos de prospecção que efectuámos no sítio permitiram verificar que de facto aquele templo religioso assenta sobre construções anteriores, achando-se ainda na encosta poente uma mó, de grandes dimensões, em granito que se encontra sobre troços de estruturas ainda ali visíveis. No topo do cerro, assim como nas suas encostas, reconhecemos silhares de pedras, bem como um fragmento de telha islâmica e algumas cerâmicas comuns e vidradas que se inserem cronologicamente no Período Romano e Idade Moderna, distribuídos por uma área com cerca de 2 ha. Para tentar compreender

que tipo de estruturas se encontravam na encosta poente daquele sítio arqueológico, resolvemos realizar, em Junho de 2022, trabalhos de limpeza e abertura de sondagem naquele local.

3.4.12.2. Estratigrafia e estruturas

Após a remoção da vegetação que se achava sobre as estruturas iniciámos a abertura de uma sondagem, com a implantação de uma quadrícula com 3 x 3 m, tendo-se identificado apenas uma única camada arqueológica, a qual não foi totalmente escavada na integralidade, uma vez que o objectivo essencial da intervenção, dado o tempo limitado que tínhamos, era delimitar e colocar à vista as estruturas ali existentes numa perspetiva horizontal e não vertical, utilizando o método *open area*, para compreender a organização espacial das estruturas ali presentes.

A camada intervencionada era constituída por terra, de cor castanha/acinzentada (7.5YR 5/1), com a presença de algumas pedras fragmentadas, troços de argamassa e fragmentos de cerâmica de construção, possuindo uma potência estratigráfica, a poente, de 0,30 m e, a leste, onde as estruturas se achavam mais profundas, de 0,50 m. Exumaram-se alguns fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, na sua maioria rolados, que abrangem uma cronologia extensa, desde o Período Romano, passando pelo Islâmico até às Idades Média e Moderna, devido ao facto de ali se ter construído uma ermida, o que demonstra a clara continuidade de ocupação daquele espaço ao longo de séculos (**Fig. 298**). Salientamos, igualmente, a descoberta de abundantes fragmentos de cerâmicas de construção, particularmente telhas, algumas com decoração digitada, que se inserem cronologicamente no Período Islâmico e, ainda uma moeda, muito deteriorada, a qual não é possível identificar a sua cronologia, que exumámos no canto nordeste da sondagem, juntamente com um prego (**Figs. 299 a 301**).

Resultados

A intervenção arqueológica permitiu colocar a descoberto um conjunto de estruturas que são ainda de difícil interpretação, dado que é necessário a continuidade da escavação em área aberta para compreender a tipologia e funcionalidade daquelas, bem como o espaço onde se integravam. Não obstante, os trabalhos possibilitaram colocar à vista aquilo que pensamos ser um piso, de forma rectangular, com um comprimento de 2,97 m a norte e

2,88 m a sul e uma largura de 2,52 m a poente e 2,54 m a leste. Para vencer o desnível do terreno a poente, onde a encosta é mais inclinada, aquele possui uma espessura de 0,55 m, tendo sido edificado, nos alicerces, com silhares de pedra, de média e pequena dimensão, ligados por argamassa e fragmentos de ladrilho. Os silhares de maiores dimensões possuem espessuras entre os 0,12 m e 0,16 m de altura e 0,25 m e 0,35 de largura, enquanto os mais pequenos possuem medidas entre os 0,10 m de altura e 0,15 m de comprimento.

O topo do piso, o qual possui superfície lisa e suave, foi construído com silhares aparelhados, de média e pequena dimensão, e ladrilhos, dispostos de forma regular, preenchidos por argamassa e pequenas pedras. Sobre aquele foi erguida uma outra estrutura, também de forma rectangular, com um comprimento conservado de 1,80 m a sul e 1,70 m a norte e uma largura de 1,32 m a poente e 1,35 m a leste, edificado com silhares de pedras, dispostos de forma regular e ligados por argamassa. Por cima daquele acha-se uma prensa com fuso em granito, de formato circular, com um diâmetro de 1,20 m e uma altura de 0,45 m. O fuso conserva uma altura de 0,34 m e uma largura de 0,28 m. Sob aquela encontra-se uma outra estrutura que assenta no segundo piso referido, de formato circular, delimitada por pedras, que pensamos poder tratar-se de um poço, silo ou fossa, a qual é muito difícil saber que tipo de estrutura se trata, uma vez que a mó se acha sobre ela, impedindo visualizá-la devidamente. No entanto, usando um pequeno pau de madeira por baixo da mó, ou mesmo colocando a mão, é possível verificar que aquela não possui fundura, achando-se mesmo selada com uma tampa.

Os vários fragmentos de telhas de meia cana que recolhemos durante a escavação indicam que aquelas estruturas estariam cobertas por telhado. No lado norte do primeiro piso, onde se acham pedras em granito tombadas que poderão estar relacionadas com a prensa ali presente, as quais não conseguimos mover devido ao seu peso e dimensão, colocamos a descoberto, sobre o piso já arruinado, um silhar em granito, de formato quadrangular, com 0,20 m de cada um dos seus lados, que poderá estar relacionado a soleira de porta. A reforçar a hipótese de ali ter existido uma entrada está o facto de termos exumado ao mesmo nível daquele silhar um prego que poderá estar associado a uma porta ali presente. Para além disso, é possível verificar uma continuidade das estruturas no corte, em direção a norte, bem como o arranque de um muro, mais elevado que o primeiro

piso, na extremidade nordeste daquele, que sugere a existência de uma outra divisão/compartimento em direcção a norte (**Figs. 302 a 313**).

A partir dos dados obtidos nos trabalhos arqueológicos ali efectuados é possível fazer algumas interpretações sobre aquelas estruturas, embora muito preliminares e que carecem de comprovação através da continuidade dos trabalhos naquele sítio. Através dos fragmentos de cerâmicas ali exumados, quer as cerâmicas de construção, quer as comuns e vidradas, comprovam uma primeira ocupação naquele espaço no Período Romano, seguida de uma ocupação no Período Islâmico, patenteada pela presença de abundantes fragmentos de telhas de meia cana digitadas referentes àquela cronologia, assim como cerâmicas comuns e vidradas e, por último uma ocupação nas Idades Média e Moderna, conforme se constata pelas cerâmicas e ermida ali construída.

O piso, de maiores dimensões, que colocamos a descoberto faria parte, possivelmente, de um compartimento de uma habitação, conforme sugere as cerâmicas ali exumadas, mas também o silhar de soleira de porta e a continuidade das estruturas, constatada pelo arranque de um muro, em direcção a norte. O segundo piso, de menores dimensões, onde se acha a estrutura circular, sobre a qual assenta a mó, poderá corresponder a uma outra fase de edificação, dada as diferenças construtivas verificadas entre aquele e o piso anterior, podendo a estrutura delimitada por pedras corresponder a um silo, tendo-se, posteriormente, colocado sobre aquele a mó. Por outro lado, a edificação daquele pequeno piso poderá ter sido realizado para assentamento da prensa com fuso e, assim sendo, permite associar aquele espaço a um lugar de trabalho, particularmente um lagar onde se procedia à transformação da azeitona. Porém, se assim for, porque razão se acha a mó delimitada por pedras na sua base? Como referimos anteriormente, aquela estrutura circular, que pensamos tratar-se de um silo, acha-se selado com uma superfície lisa, tendo-se depois posto sobre ela a mó de grandes dimensões. Face ao enunciado, acreditamos, embora com reservas, que a mó foi colocada ali posteriormente, não estando por isso relacionada com aquelas estruturas. Porém, a sua presença naquele local, bem como as pedras tombadas, junto às estruturas, e a existência de oliveiras centenárias nas imediações, sugere a existência, ou pelo menos nas proximidades, de um lagar de azeite.

3.4.12.3. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos arqueológicos que realizámos no cerro onde se ergue a Ermida de São Lourenço permitiram documentar um conjunto de estruturas que são ainda de difícil interpretação funcional e cronológica, uma vez que surgiram, na camada que intervencionámos, fragmentos cerâmicos de distintas épocas históricas, não possibilitando aferir com exactidão as cronologias precisas das estruturas identificadas. No entanto, aquelas forneceram alguns indicadores cronológicos que nos permitiram atribuir uma ocupação naquele sítio entre o Período Romano, passando pelo Islâmico, até às Idades Média e Moderna.

No que diz respeito ao Período Muçulmano ressaltamos a descoberta de um grande número de fragmentos de telhas de meia cana, algumas com decoração digitada, exumadas sobre as estruturas, mostrando-nos que aquelas estariam cobertas com um telhado e colocando em evidência a relação das mesmas ao Período Islâmico (**p. 816 do anexo**). Para além disso, é possível encontrar, à superfície, dispersos por todo o cerro e encostas, fragmentos de telhas respeitantes àquela cronologia. As cerâmicas islâmicas que recolhemos durante a intervenção permitem atribuir uma ocupação naquele sítio entre os séculos VIII e XII, portanto desde o Emirado até ao Período Almorávida (**p. 815 do anexo**).

As estruturas que colocamos à vista, particularmente um piso, sobre o qual se sobrepõe um outro com um possível silo e a mó de lagar de azeite, demonstram diferentes fases de ocupação naquele espaço que, no momento, dada a pequena área intervencionada, não conseguimos atribuir uma funcionalidade e cronologia precisa para cada uma delas. No entanto, podemos afirmar que aquelas deveriam estar integradas num espaço habitacional composto por vários compartimentos, conforme podemos verificar pela continuidade das estruturas, como a soleira de porta e arranque de um outro muro, em direcção a norte. Os vestígios dispersos à superfície são evidentes, sobretudo sob a actual Ermida de Nossa Senhora de São Lourenço onde se observa claramente que aquela assenta sobre outras construções pré-existentes, edificadas com o mesmo tipo de pedra que encontramos nas estruturas intervencionadas, o que nos faz acreditar que estaremos perante uma alcaria do Período Muçulmano que, por sua vez, se implantou num local onde já existia um assentamento do Período Romano.

Estes dados são reforçados pelas evidências arqueológicas, mas também pelas fontes escritas que entre os séculos XII e inícios do XVI não fazem menção à existência de uma aldeia ou ermida naquela zona, citando apenas os edifícios de culto de São Martinho da Bemposta, Palma, Santa Catarina de Sítimos, Santa Susana, Vale de Guizo, São Romão do Sado, São Brás, São Mamede e a Igreja de Vale de Reis que se situa ali próxima, a cerca de 1 km, a noroeste (Pereira e Barros, 2021, pp. 92-93). Encontramos, somente, referência à Ermida de São Lourenço nas Memórias Paroquiais do século XVIII⁶³, devendo, por isso, aquela ter sido construída entre a segunda metade do século XVI ou durante o século XVII. O facto de não existir citação documental sobre um assentamento naquele local, à excepção da zona onde se situa a Igreja de Vale de Reis e o Palácio, perto do actual monte, demonstra a antiguidade daquelas estruturas ali presentes, aspecto que podemos comprovar pelos fragmentos cerâmicos ali recolhidos.

Por outro lado, a presença de pedra de lagar de azeite, a qual não sabemos se estaria relacionada com aquelas estruturas e alcaria ali implantada, bem como as várias oliveiras centenárias situadas nas proximidades, mostra-nos um pouco aquilo que seria o quotidiano e as actividades das comunidades que ali habitaram. O azeite, comercializado no território de Alcácer desde o Período Romano, era essencial para a iluminação das casas e edifícios públicos, assim como para consumo na alimentação e para exportação, sendo o azeite produzido no *al-Andalus* considerado de grande qualidade e, por isso, exportado para o Magreb e Egipto (Gomes, 2013 pp.75-76).

As etapas de produção do azeite seguiam os mesmos procedimentos aplicados no Período Romano, sendo utilizada uma prensa com fuso, designada de *ma'sara* sobre a qual assentava uma mó vertical, de pedra, movida por tracção animal para esmagar a azeitona. Seguidamente prensava-se a massa obtida, espremendo o óleo que era tratado com água a ferver, para ser purificado, ficando depositado debaixo da prensa (Gomes, 2013 p. 76). A mó de grandes dimensões presente em São Lourenço demonstra a importância da produção de azeite, com grande probabilidade, destinada à exportação, no território de Alcácer do Sal. No século XV, as fontes escritas fazem, somente, referência a três lagares de azeite, propriedade da Ordem de Santiago, não se encontrando nenhum

⁶³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, p. 308.

situado em São Lourenço. Um daqueles situava-se no cabo da vila contra Setúbal, junto ao caminho das marinhas, composto por uma divisão, onde se colocava a azeitona e por outra onde se achava a prensa, encontrando-se os outros dois na Rua Direita junto ao caminho que seguia para Évora (Pereira, 2000, p. 152). Estes dados reforçam, mais uma vez, a antiguidade das estruturas e da mó de lagar de azeite de São Lourenço que, ao não ser citada nas fontes escritas cristãs, já se acharia, possivelmente, desactivada. As rendas do azeite proveniente de Alcácer assumiam um papel considerável, em 1478, nas receitas da Ordem de Santiago, possuindo os Espotários um armazém de azeite na Rua Direita, junto ao rio Sado, o qual seguiria depois para exportação via fluvial (Pereira, 2000, p. 153).

Em termos estratégicos, ao situar-se no ponto mais elevado da região em que se insere, a Alcaria de São Lourenço possuía um grande domínio visual sobre o rio Sado e a ribeira de Sítimos, bem como com os dispositivos defensivos que se achavam nas suas imediações, o que lhe permitia estar sempre ocorrente de qualquer perigo que pudesse transitar por via marítima (**Fig. 314**). Outro aspecto interessante sobre este assentamento é o facto de a partir dele ser visível o Castelo de Montemor-o-Novo, nas proximidades do qual passava a via que unia Lisboa a Badajoz, permitindo a comunicação com aquele e com Alcácer. Era, portanto, um ponto chave nas comunicações entre o *Hisn* de Montemor-o-Novo e a *madina* de *al-Qasr*, conseguindo ainda, comunicar com outras fortificações que controlavam as vias Alcácer-Évora, de que é exemplo o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, bem como Alcácer-Lisboa e Alcácer-Beja.

Tendo em conta as características inerentes à posição geoestratégica da Alcaria de São Lourenço, acreditamos que poderá ter existido algum tipo de dispositivo defensivo no topo do cerro, como por exemplo uma torre ou até mesmo uma mesquita, onde actualmente se encontra o templo dedicado ao culto cristão. A descoberta da base de coluna romana no interior da ermida, bem como o facto de aquela assentar sobre estruturas anteriores, põe em evidência a possibilidade de ter existido naquele local um edifício de alguma importância durante o Período Romano e Tardo-Romano, o qual deverá ter sido reaproveitado no Período Islâmico.

Situação semelhante se verificou em Mértola onde escavações arqueológicas ali realizadas, em 2021, no âmbito do projecto IACAM, colocaram a descoberto, junto à

Ermida de Nossa Senhora das Neves, templo religioso que incorpora vários elementos arquitectónicos Tardo-Romanos, um grande edifício com várias salas que poderá corresponder a um templo religioso, dado ter sido encontrado também algumas sepulturas associadas, tendo-se recolhido um fragmento de cerâmica, particularmente uma taça decorada a corda seca, atribuída ao século XII (Palma e Sarr, 2021, pp. 40-53). Na zona das Cercas das Alcarias, nas imediações da ermida, foram colocados à vista muros que definiam habitações, pavimentos e soleira de porta, possivelmente relacionados a uma alcaria ali situada, tendo-se recolhido fragmentos de cerâmicas com uma datação entre os séculos XI e XIII (Palma e Sarr, 2021, pp. 54-58). Porém, apesar dos dados recolhidos em São Lourenço comprovarem uma ocupação islâmica, somente a continuidade das escavações arqueológicas poderá vir a fornecer alguns dados sobre as estruturas que ali se encontram.

Durante o Período Almóada, face à instabilidade vivida na época, ter-se-á, provavelmente, construído o Castelo de Vale de Reis, a cerca de 400 m, a poente, e mais próximo do actual monte e palácio, para albergar as comunidades que ali habitavam, bem como os seus excedentes, tendo sido, possivelmente, a Alcaria de São Lourenço abandonada.

3.4.13. Serra Velha

3.4.13.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Serra Velha localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 13 km a norte da cidade e a 1 km a norte do Castelo de Portela, num pequeno cerro, ligeiramente aplanado, junto à ribeira da Junceira, detendo uma orientação no sentido poente-leste (**Figs. 315 a 317**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar, à superfície, alguns fragmentos de cerâmicas, muito rolados, dispersos por uma área com cerca de 3 ha, que abarcam uma cronologia entre os Períodos Tardo-Romano e Islâmico (**Fig. 318**). Nas proximidades daquele assentamento cruzavam-se os importantes eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa e Palmela a Évora.

3.4.13.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos efectuados na Alcaria da Serra Velha possibilitaram a descoberta de um conjunto de cerâmicas que demonstraram uma ocupação naquele sítio, primeiramente no

Período Tardo-Romano e, seguidamente, no Período Islâmico. Com a Reconquista Cristã, de 1217, o assentamento terá sido abandonado, à semelhança daquilo que se verificou noutros locais. Os habitantes daquela alcaria dedicar-se-iam a uma agricultura de regadio, patenteada pela boa qualidade dos solos na sua envolvência e, nos terrenos menos propícios ao cultivo, pastavam os seus rebanhos.

3.4.14. Junceira 1

3.4.14.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Serra Junceira 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 13 km a norte da cidade e a 2 km a leste do Castelo de Portela, numa planície, situada num interior de um vale e junto à ribeira da Junceira, ostentando uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 319 a 321**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar, à superfície, silhares de pedra dispersos pertencentes, possivelmente, a estruturas, os quais foram colocados à vista durante a construção de uma ponte na ribeira, bem como fragmentos de cerâmicas, que se distribuem por uma área com cerca de 2 ha., abrangendo uma cronologia entre os Períodos Tardo-Romano e, provavelmente, Islâmico (**Fig. 322**). O assentamento encontrava-se junto ao eixo viário que unia Palmela a Évora.

3.4.14.2. Funcionalidade e cronologia

O assentamento da Junceira 1 trata-se de mais uma alcaria que estaria no raio de influência do Castelo de Portela, tendo as cerâmicas identificadas, à superfície, revelado uma ocupação desde o Período Tardo-Romano até ao Período Islâmico, evidenciando, deste modo, uma continuidade de ocupação com a chegada dos primeiros muçulmanos ao território de Alcácer. A grande fertilidade dos solos e a abundância de água, bem como a sua localização nas proximidades do eixo viário que ligava Alcácer a Palmela e Évora, fez com que aquele assentamento fosse continuamente ocupado pelas comunidades campesinas ao longo de séculos.

As comunidades rurais cultivavam assim os campos férteis junto à alcaria, plantando, ainda, a oliveira cuja azeitona recolhida servia para a produção do azeite, um dos produtos amplamente produzidos no território de Alcácer. Com o surgimento do Califado o assentamento deverá ter sido abandonado, possivelmente, em consequência do

novo ordenamento do território, onde emergem novas fortificações e povoados, fazendo com que as comunidades campesinas se deslocassem para outros locais mais propícios às necessidades do momento.

3.4.15. Ordem 1

3.4.15.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Ordem 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a norte da cidade e a 3 km a sudeste do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, em cerro muito elevado, junto à ribeira da São Martinho, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste e com forte pendente a poente (**Figs. 323 a 325**). Os trabalhos de prospecção que efectuámos no sítio permitiram reconhecer, à superfície, fragmentos de argamassa e escassos fragmentos de cerâmicas comuns dispersas por uma área com cerca de 2 ha., cuja cronologia é muito difícil determinar (**Fig. 326**). Nas proximidades daquele local passava o eixo viário que unia Lisboa a Montemor-o-Novo e Badajoz, com passagem pelo território de Alcácer.

3.4.15.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados na Alcaria da Ordem 1 permitiram identificar escassos fragmentos de cerâmicas comuns, fabricados a torno e manualmente, com pastas homogéneas que, poderão, eventualmente, datar do Período Islâmico, particularmente dos Períodos Emiral e Califal, achando-se outros pequenos fragmentos com pastas de má qualidade relacionados a uma possível ocupação Visigótica. Aquele assentamento localizava-se junto ao eixo viário que unia Alcácer a Palmela, assim como a Montemor-o-Novo, e dominava área com solos muito férteis proporcionados pela proximidade da ribeira de São Martinho e ribeiro de Asseiceira.

3.4.16. Gargolim de Baixo 1

3.4.16.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de Gargolim de Baixo 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a norte da cidade e a 2,5 km a leste do Torrejão, num pequeno cerro, ligeiramente aplanado, junto à ribeira da Junceira, onde, à superfície, se observam silhares de pedras e fragmentos de cerâmicas que se distribuem por uma área de 2 ha, no

sentido sudoeste-nordeste (**Figs. 327 a 329**). Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele local permitiram reconhecer fragmentos de cerâmica que abrangem uma cronologia desde o Período Emiral até ao Período Almóada (**Fig. 330**). Aquele assentamento encontrava-se próximo da via que unia Palmela a Alcácer e Évora.

3.4.16.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção na Alcaria de Gargolim de Baixo 1 permitiram constatar, através do estudo das cerâmicas, que aquele assentamento foi ocupado no século IX, durante o Período Emiral, atingindo um maior apogeu durante o Período Califal, quando a pacificação do *al-Andalus* gerou uma nova organização do território, levando ao surgimento de novas fortificações, povoados e alcarias e, consequentemente, ao abandono de outros, mas também durante os Reinos de Taifas, comprovando possíveis trocas comerciais, através da importação de cerâmicas vidradas, com as cidades limítrofes de Évora, Lisboa, mas também Badajoz (**p. 817 do anexo**). Aquele assentamento surgiu, provavelmente, quando se edificou o *Hisn* do Torrejão, nas imediações da Serra da Serrinha, e a ocupação naquele local manteve-se até ao final do domínio islâmico de Alcácer, tendo sido, possivelmente, abandonado após a Reconquista Cristã.

As comunidades que ali habitavam dedicavam-se à exploração e produção de vidro, dado que, a cerca de 1 km, a leste, identificámos grande quantidade de escórias de bário no sítio Forno de Vidro, onde terá existido, segundo fontes escritas da Idade Moderna, um forno para produção do vidro⁶⁴. Aquele material seguia depois para a cidade de Alcácer onde era comercializado e exportado a outras regiões do território.

3.4.17. Bica 1

3.4.17.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Bica 1 localiza-se na freguesia de Cabrela, no concelho de Montemor-o-Novo, a 20 km a norte da cidade de Alcácer e, a 1 km a leste do Castelo do Vale de Alcácer de Cima e a 1,5 km, a norte, do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo. Acha-se implantando num pequeno cerro elevado, junto a linha de água, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 331 e 332**).

⁶⁴ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fol. 93.

Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar, à superfície, fragmentos de cerâmica dispersos por uma área com cerca de 2 ha e com uma cronologia primeiramente, no Período Islâmico e, posteriormente, nas Idades Média Cristã e Moderna. A sul daquele encontramos, a cerca de 200 m, área com vários fragmentos de argila argamassada, alguns deles com marcas de fogo, que sugerem a existência de um forno naquele local, com grande probabilidade, associado à alcaria (**Figs. 333 a 337**). O assentamento encontrava-se próximo do eixo viário que unia Lisboa a Montemor-o-Novo e Badajoz, com passagem pelo território de Alcácer.

3.4.17.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos realizados na Alcaria da Bica 1 possibilitaram obter alguns dados cronológicos sobre a ocupação temporal daquele sítio. Verificou-se, assim, que o mesmo terá emergido, no século X, durante o Período Califal, estando inserido no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, mantendo-se ocupado ao longo dos Reinos de Taifas (**p. 817 do anexo**). Durante os Períodos Almorávida e Almóada, aquele assentamento manteve-se operacional, apesar do abandono do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, ao qual aquele estaria relacionado, passando a estar inserido na órbita do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo.

As comunidades que ali habitavam dedicavam-se a uma agricultura de regadio e sequeiro aproveitando as terras férteis junto aos cursos de água. A posição estratégica daquele assentamento possibilitava-lhe observar as várias fortificações que controlavam o eixo viário entre Alcácer, Palmela e Montemor-o-Novo, dando, desde modo, aos seus habitantes alguma segurança no desenrolar das suas actividades diárias, perante o avanço da Reconquista Cristã.

3.4.18. Azenha Velha

3.4.18.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Azenha Velha localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 18 km a norte da cidade e, a 1 km, a poente do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo. Situa-se em dois cerros elevados, junto a linha de água, ostentando uma orientação no sentido poente-leste, onde, os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram reconhecer, à superfície, silhares de pedras que integrariam

estruturas, bem como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, dispersos por uma área com cerca de 3,5 ha, que revelam uma larga diacronia de ocupação cronológica naquele espaço (**Figs. 338 a 343**).

Quanto ao topónimo “Azenha” tem origem na palavra árabe *as-sanya* cujo significado é “o moinho de água; a roda de irrigação” (Machado, 1958, p. 337), sendo muito comum o uso daqueles engenhos no Período Muçulmano para distribuição e condução da água até uma acéquia para irrigação dos campos de cultivo e para consumo entre as comunidades (Watson, 1998, pp. 213-229). Encontramos referência acerca daquele sítio em documento, datado de 1480, onde se designa aquele assentamento de “Azenha Velha”⁶⁵, quando se fala de uma delimitação entre os territórios dos termos de Cabrela e Alcácer do Sal, atestando, desse modo, a antiguidade daquele topónimo. No documento começa-se por fazer menção à “Azenha da Pintada”, surgindo em seguida menção à “Azenha Velha” de Lourenço Gonçalves que pagava o dízimo ao comendador de Cabrela⁶⁶. Aquela alcaria achava-se junto à via que unia Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo.

3.4.18.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção efectuados na Alcaria da Azenha Velha permitiram verificar que aquele local teve uma primeira ocupação, em moldes poucos claros, durante o Período Romano, tendo sido posteriormente abandonado e voltado a ser reocupado no Período Islâmico, designadamente entre os séculos VIII e XIII, estando aquela alcaria no raio de influência, primeiramente do Castelo do Vale de Alcácer de Cima e, posteriormente, do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, ambos visíveis a partir dali (**pp. 818-820 do anexo**). Após a Reconquista Cristã de Alcácer do Sal, em 1217, aquele assentamento manteve-se ocupado, estando inserido umas vezes no termo de Alcácer e outras no termo de Cabrela.

⁶⁵ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

⁶⁶ “e aa de fumdo da cabeça dos pyntos partem os ditos termos por aa de fumdo da acenha da pymtada., da quall açenha se mostra que ho Comemdador de Cabrela ouue sempre a conheçemça e daly por aa de çima do casall de Joham afomso Rocyno (...) e do casall do Rocyno Jmdo a fuumdo da acenha velha de louremço gomçalluez, da qual nos foy ditto, que também se pagaua a conheçemça ao Comemdador de Cabrela (...)”. Ver em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

As fontes escritas permitiram, de igual modo, documentar a antiguidade daquele sítio e o seu topónimo associado, o que sugere a presença de um engenho para irrigação dos campos, dado que aquela zona possui nascente de água, a qual, ainda hoje, abastece toda a Aldeia de Casebres, sendo a qualidade daquelas águas muito apreciada nos dias actuais pelos seus habitantes, tal como os que vivem no restante concelho de Alcácer do Sal, que diariamente ali se deslocam para consumir e abastecer-se daquele recurso natural. Tratar-se-ia, desde modo, de uma alcaria cujas actividades dominantes seriam, essencialmente, a agricultura e a exploração florestal, onde o pinheiro seria a espécie que crescia em maior abundância naquele local.

3.4.19. São Martinho da Bemposta

3.4.19.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de São Martinho da Bemposta localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a norte da cidade e, a 2 km, a sul do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, num pequeno cerro aplanado, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 344 a 346**). Aquele assentamento é citado nas fontes cristãs no século XIII, logo após a Reconquista Cristã de Alcácer, onde se refere que o mesmo terá sido doado a Maria Martins (Louro, 1974, p. 80). Em 1320 volta a ser referido na documentação da Ordem de Santiago como sendo uma aldeia sob a sua administração, o que demonstra a continuidade de ocupação daquele espaço com o fim do Período Almóada (Boisselier, 2003, p. 597).

O sítio arqueológico manteve-se ocupado nos séculos seguintes, até pelo menos ao século XVIII, aparecendo várias vezes citado nas fontes da Ordem onde se salienta a existência de uma ermida dedicada ao orago de São Martinho, cujas paredes foram edificadas em pedra e taipa e o chão em ladrilho⁶⁷. O terramoto de 1755 afectou também a região arruinando bastante aquele edifício religioso provocando a abertura de fendas nos seus cantos, bem como a destruição da casa do pároco que se achava junto da mesma⁶⁸. Segundo fontes orais aquele assentamento já existia no Período Muçulmano e,

⁶⁷ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fls. 1r-104r.

⁶⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, nº 72, p. 464.

durante o século XX, quando se procedia à lavoura mecânica das terras naquele sítio foram encontrados restos osteológicos humanos e moedas.

Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar, em particular no topo do cerro, alinhamentos de pedras, bem como vestígios de argamassa de cal e fragmentos de cerâmicas de construção, nomeadamente ladrilhos e telhas de meia cana, assim como um silhar de pedra que conserva vestígios de soleira de porta. Na encosta poente do assentamento acham-se abundantes fragmentos de cerâmicas de construção, comuns e vidradas, com uma cronologia entre o Período Islâmico e a Idade Moderna, abrangendo a dispersão dos respectivos vestígios, à superfície, uma área total com cerca de 3 ha. (**Fig. 347**). Salientamos, de igual modo, a descoberta de uma moeda, datada de 1634, cunhada durante o reinado da Rainha Cristina da Suécia, fruto dos intercâmbios entre Portugal e aquele Reino (**Fig. 348**). O assentamento situava-se junto ao eixo viário que unia Alcácer a Montemor-o-Novo, sendo possível encontrar nas suas proximidades oliveiras centenárias e uma figueira.

Em Maio de 2022, tendo em vista visualizar melhor as estruturas, à superfície, que se acham no cimo do cerro, procedemos a trabalhos de limpeza através da desmatação e definição de algumas estruturas. Definimos, assim, parte de um muro, em cerca de 1,90 m de comprimento, que possuía alguns derrubes de telhas, edificado em pedra e orientado no sentido sul-norte, possuindo uma espessura de 1,30 m, o qual deverá, dada a sua robustez, ter pertencido aos alicerces de um grande edifício ali presente, quiçá o respectivo templo religioso que ali existiu. Para além de vários outros alinhamentos de pedras identificados que parecem estar associados ao muro que aludimos, reconhecemos um silhar de pedra, de grande dimensão, com um comprimento de 1,20 m e uma largura de 0,40 m, que conserva vestígios de ter sido soleira de porta e que deverá ter feito parte da entrada no edifício mencionado (**Figs. 349 a 351**).

3.4.19.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos realizados na Alcaria de São Martinho da Bemposta permitiram constatar, através dos paralelos obtidos da cultura material, que aquele assentamento terá sido ocupado no Período Islâmico, a partir da segunda metade do século XI, durante os Reinos de Taifas, até à primeira metade do século XIII, quando se dá a Reconquista Cristã de

Alcácer, aspecto comprovado, igualmente, pelas fontes escritas que citam a existência daquela alcaria em 1217 (**p. 821 do anexo**). A ocupação naquele sítio manteve-se durante as Idades Média e Moderna, tendo-se edificado uma ermida dedicada ao orago de São Martinho, sendo patente os abundantes fragmentos cerâmicos visíveis, à superfície, referentes àquelas cronologias. No século XVIII, as comunidades que ali habitaram começaram a fixar-se na actual Aldeia de Casebres abandonando então São Martinho da Bemposta. Durante o Período Muçulmano a fixação naquele sítio terá ocorrido, possivelmente, após o abandono do Povoado da Bemposta 2, situado a cerca de 1 km, a poente, daquele local, assim como da Alcaria da Ordem 1 que se acha a nordeste, a cerca de 300 m.

Aquela alcaria estaria durante os Reinos de Taifas sob o raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, a cerca de 3,5 km de distância, junto à via que unia Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo, e durante os Períodos Almorávida e Almóada, quando aquela fortificação já se encontraria desactivada, na órbita do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, a 2 km daquele local, situada nas imediações da via Alcácer-Montemor-o-Novo. Os seus habitantes dedicar-se-iam a uma agricultura de regadio, proporcionada pela proximidade da ribeira de São Martinho, mas também a uma agricultura de sequeiro, onde a oliveira e a vinha seriam as espécies mais cultivadas. A existência de uma figueira no assentamento poderá estar também relacionada com a presença islâmica naquele espaço, dado que aquela espécie é originária do Médio Oriente, e, apesar de já ser cultivada no Período Romano na Península Ibérica, era também muito apreciada pelos muçulmanos que a cultivavam em abundância no território (Eguarás Ibáñez, 1988, pp. 221-222; Gomes, 2002b, pp. 61-62). O figo proveniente das figueiras, depois de seco, podia ser armazenado durante meses sem perder a sua qualidade e nutrientes (Al-Tignari, 1674, p. 81).

3.4.20. Horta Velha 2 e 4

3.4.20.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Horta Velha 2 e 4 localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 1,5 km a sul da cidade e, a 1,5 km, a leste da Torre dos Algarvios, em cabeço muito suave, junto ao rio Sado, com uma orientação no sentido

noroeste-sudeste (**Figs. 352 a 354**). Aquele foi identificado pelos arqueólogos do projecto Sado-Meso, tendo os mesmos reconhecido, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção, designadamente téguas, assim como cerâmicas a torno e escórias com uma cronologia entre os Períodos Romano, Tardo-Romano e a Idade Média (Rocha *et alli.*, 2013, p. 168). A poente daquele sítio, designadamente em Morgada, a cerca de 800 m, foram encontrados vestígios de entulheiras de olaria romana para produção de ânforas da forma Beltran IV, cuja datação se insere nos séculos I e II d.C. (Diogo e Alves, 1988-1989, p. 231; Faria, 2002, p. 69), podendo aquela estar relacionada com o respectivo assentamento.

Em 2019 deslocámo-nos àquele sítio para recolher mais informações acerca do mesmo e reconhecemos, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha e aspecto melado, assim como conchas e escórias, distribuídos por uma área com cerca de 4 ha, com uma datação entre o Período Romano, passando pelo Islâmico, até às Idades Média e Moderna (**Fig. 355**). A sua proximidade com a cidade de Alcácer do Sal sugere que aquela alcaria estaria no raio de influência daquela *madina* e sob a proteção da Torre dos Algarvios.

3.4.20.2. Funcionalidade e cronologia

A Alcaria da Horta Velha 2 e 4 tratar-se-ia de um assentamento que estaria sob o raio de influência da *madina* de Alcácer, dada a relativa proximidade entre ambos, e cujos trabalhos de prospecção permitiram verificar a existência de uma primeira ocupação durante o Período Romano, onde os seus habitantes dedicavam-se à produção oleira de ânforas para armazenamento e transporte de produtos piscícolas, alimentando-se, essencialmente, das espécies capturadas no rio Sado e praticando alguma agricultura de subsistência.

A ocupação no local perdurou durante o Período Tardo-Romano e no decorrer da permanência islâmica, particularmente entre os séculos X e XIII, onde a exploração mineira e a pesca, proporcionada pela proximidade do rio, seriam as actividades primordiais dos habitantes daquele assentamento, conforme foi possível verificar pela descoberta de escórias e fauna de moluscos naquele sítio. Após a Reconquista Cristã de Alcácer aquele local manteve-se em ocupação ao longo das Idades Média e Moderna

atestando, assim, a importância daquele sítio ao longo de séculos, ocasionada pela presença do rio, a estrada fluvial que permitia a ligação de Alcácer com outras regiões do mundo.

3.4.21. Porches 1/Sobral

3.4.21.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria de Porches1/Sobral localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 11 km a sul da cidade, em pequeno cabeço, junto à ribeira do Arcão, onde, em 1990, no decorrer de prospecções, sob a responsabilidade dos arqueólogos Carlos Ramos e Artur Martins, ao abrigo do protocolo estabelecido entre o IPPC/IPPAR e a SOPORCEL para florestações, foram identificados alguns fragmentos de cerâmicas, entre eles um fragmento vidrado, de cor verde e castanha, com uma cronologia no Período Islâmico⁶⁹. Com grande probabilidade aquele assentamento estaria no raio de influência de uma torre ou fortificação, conforme sugere o topónimo do sítio, existente no local e, até ao momento, não identificada, que controlaria o curso do rio Sado até ao Castelo do Torrão (**Fig. 356**).

3.4.21.2. Funcionalidade e cronologia

A Alcaria de Porches1/Sobral terá emergido, possivelmente, durante o Período Califal e estaria associada a um dispositivo defensivo para controlo do Sado que existiria no local, dedicando-se os seus habitantes à actividade piscatória, dada a proximidade do rio. Ali próximo em Porto Rei, atracavam os barcos que desciam de Alcácer em direcção ao Castelo do Torrão e Beja para comercializar os seus produtos.

3.4.22. Porto Rei

3.4.22.1. Localização e descrição dos trabalhos

O assentamento de Porto Rei localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 13 km a sul da cidade e, a 15 km, a poente, do Castelo do Torrão. Situa-se em dois cerros elevados, junto ao rio Sado, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste, com pendentes acentuadas em direcção a sudoeste, onde corre aquele curso de

⁶⁹ Ver: Base de Dados do Endovélico – DGPC. <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=153183> (consultado no dia 12/04/2018).

água, e a noroeste (**Figs. 357 a 359**). Entre 1963 e 1988 foram encontrados naquele local, bem como no Portinho, a cerca de 200 metros a sudeste daquele, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns, assim como fragmentos de *terra sigillata*, moedas e fragmentos de *opus signinum*, indicador da presença de estruturas, atribuídos ao Período Romano (Faria, 2002, pp. 74-75). A 800 m, a sudeste, daquele local foi identificado troço de calçada a partir da qual se efectuava o percurso a pé, a partir de Porto Rei, até às cidades de Évora e Beja (Faria, 2002, p. 72).

Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele sítio permitiram identificar alguns fragmentos de cerâmicas que abrangem extenso âmbito cronológico, fruto da importância daquele local ao longo de séculos, uma vez que foi um dos principais portos de Alcácer, até onde era possível navegar no rio Sado, no qual, diariamente, ancoravam barcos para carregar e transportar produtos das terras do interior para o Atlântico. Nas proximidades do monte encontra-se restos de um palácio, datado do século XVII, que era composto por dois pisos e possuía um pátio exterior com uma entrada que conserva, ainda, o portal com um brasão familiar esquartelado, edificado com silhares de pedra, bem aparelhados. Junto daquele existem outros edifícios que dariam apoio ao porto ali existente. Em desenhos etnográficos de Leonel Borrela⁷⁰, realizados em 1994, é possível observar os edifícios descritos, assim como uma escadaria, hoje coberta por denso silvado, que daria acesso ao cais onde os barcos atracavam (**Figs. 360 e 361**).

Num dos cerros que se acha a leste do palácio, onde foram recolhidos os artefactos romanos e onde reconhecemos, à superfície, algumas cerâmicas, identificámos, particularmente no corte que foi efectuado quando se construiu um armazém que se encontra junto do actual monte, tendo em vista nivelar o terreno devido à forte pendente da encosta, troços de estruturas edificadas com silhares de pedra e ladrilho, bem como derrubes de telhas de meia cana, as quais parecem preservar-se ainda intactas, e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, assim como porcelana (**Fig. 362 e 364**). De um modo geral, tendo em conta a localização dos achados descritos no século XX, assim como os reconhecidos por nós, o sítio arqueológico possuía uma extensão de cerca de 3 ha.

⁷⁰ BORRELA, Leonel - "Iconografia Pacense - Porto Rei", *Diário do Alentejo de 1 de Setembro de 2006*.

3.4.22.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados em Porto Rei permitiram identificar vestígios de estruturas, bem como fragmentos de cerâmicas que abrangem extensa cronologia mostrando uma ocupação naquele sítio entre o Período Romano, passando pelo Islâmico (**p. 822 do anexo**), até às Idades Média, Moderna e Contemporânea. As memórias orais dos habitantes de Alcácer do Sal que ouviram falar sobre o quotidiano de Porto Rei, somente desactivado após a construção da linha férrea, relatam-nos que o porto ali existente rivalizava com o de Mértola, sendo a partir daquele que se exportavam distintos produtos como a cortiça, o carvão, os cereais, o minério e o sal, entre outras mercadorias, oriundas das cidades de Beja e Évora, bem como de outros territórios mais a sul, com destino às cidades de Setúbal e Lisboa.

Durante o Período Romano aquele local já seria um porto importante, dada a possibilidade de navegação desde ali, por cerca de 40 km, até à foz do Sado, junto a Setúbal e Palmela, através do qual se exportavam os metais do interior, as salgas e molhos de peixe para outros lugares do Mediterrâneo. A importância de Porto Rei manteve-se durante o Período Islâmico, sendo uma via importante nas ligações de Beja, Évora e Badajoz com Alcácer, Palmela e Lisboa, uma vez que facilitava o acesso e exportação de distintos produtos, tais como as madeiras provenientes dos pinhais que se achavam na envolvente do território de Alcácer, assim como os recursos minerais, já conhecidos desde o Período Romano, permitindo, ainda, o acesso a artigos de luxo provenientes das mais diversas partes do Império. Particularmente, durante os Primeiros Reinos de Taifas, momento em que Alcácer esteve integrada no Reino *Aftássida* de Badajoz, o porto daquela cidade tornou-se a estrada principal de acesso ao Atlântico, transitando as mercadorias desde a capital *Aftássida*, passando por Évora, através de via terrestre, até Porto Rei, sendo que a partir dali o transporte era feito por via fluvial.

Após a Reconquista Cristã de Alcácer, Porto Rei permaneceu habitado e o cais ali existente continuou a receber navios diariamente que ali chegavam para descarregar ou levar mercadorias para outros locais do Reino. Nas Idades Média e Moderna vários produtos e bens essenciais provenientes do território de Alcácer como os cereais, o sal, mel, figos secos, cal, vinho, azeite, madeira, cortiça, cera, junco, carvão e cinza circulavam pelo rio com destino à cidade Lisboa, assim como a outros lugares,

evidenciando a importância daqueles produtos no comércio externo (Pereira, 2000, pp. 88-89; 149).

3.4.23. Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso

3.4.23.1. Localização e descrição dos trabalhos

A Alcaria da Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso localiza-se na freguesia do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 27 km a sudeste da cidade e, a 1 km, a leste, do Castelo do Torrão, em cerro elevado, junto ao rio Xarrama, onde, à superfície, se identificou restos de estruturas e fragmentos de cerâmicas com uma cronologia desde o Período Romano, passando pelo Islâmico, até às Idades Média e Moderna (Carvalho, 2008a, p. 20). Aquele assentamento estava situado no raio de influência do Castelo do Torrão e junto à via que unia Alcácer, Torrão e Évora (**Figs. 365 a 368**).

3.4.23.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados na Alcaria da Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso permitiram identificar distintas ocupações naquele espaço. A primeira fase data do Período Romano onde terá existido uma possível necrópole, conforme sugere a abundância de tégulas identificadas no local, seguida de uma ocupação no Período Tardo-Romano/Visigótico e Emiral (Carvalho, 2008a, p. 20). Nesta última fase terá existido no sítio uma alcaria que estaria no raio de influência do Castelo do Torrão e junto à via Alcácer-Évora, cujos habitantes cultivavam as terras férteis junto ao rio Xarrama e entregavam o tributo ao governador do Torrão. Após a Reconquista Cristã aquele assentamento manteve-se ocupado, tendo-se edificado um templo cristão, o qual se mantém em pé até aos dias de hoje.

3.4.24. Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos

3.4.24.1. Localização e descrição dos trabalhos

A *Villa* Romana de Santa Catarina de Sítimos localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 7 km a leste da cidade e, a 900 m, a leste, da Torre de Santa Catarina de Sítimos, a meia encosta, junto à ribeira de Sítimos e nas imediações da via que unia Alcácer a Évora (**Fig. 369**). Aquele assentamento foi identificado, em 1977, quando se procedia a trabalhos de alargamento de uma rua naquela localidade. Em 1986,

o arqueólogo João Carlos Faria, realizou uma primeira sondagem de diagnóstico para averiguar a real extensão da *villa* e obter alguns dados acerca da sua cronologia, tendo-se recolhido algum espólio como moedas e cerâmicas com uma datação entre os séculos I e IV d.C. (Faria, 2002, p. 77).

Em 2006 realizaram-se novas intervenções arqueológicas que colocaram a descoberto uma *natatio*/piscina com a respectiva escadaria de acesso ao interior, que provavelmente faria parte de uma estrutura termal, assim como um espaço de culto dedicado à Deusa Vénus, mas também vários outros compartimentos, onde se verificou a sobreposição de muros e corte de outras divisões, frutos das distintas reocupações na *villa* ao longo dos séculos. A 300 m, a leste daquela estrutura, encontrou-se muros que formavam outro compartimento, permitindo delinear a área total da *villa* que, até ao momento, abrange cerca de 3 ha. (**Figs. 370 e 371**). Durante as intervenções arqueológicas foi recolhido abundante material numa extensa área, como colunas e fragmentos de *opus signinum*, mas também cerâmicas, que permitiram atribuir uma ocupação humana naquele espaço entre meados do século I a.C. até aos séculos IX/X (Carvalho, 2008a, p. 20; Morgado, 2016, pp.115-116). Em Famais foi identificada a necrópole daquela propriedade rústica, na encosta imediatamente abaixo do monte, onde apareceu uma sepultura de incineração, do tipo recipiente rectangular em calcário, assim como uma estela do mesmo material (Faria, 2002, p. 77).

No decurso dos trabalhos realizados em 2016, foi identificado o limite oeste da *natatio* possibilitando determinar a sua real dimensão (21m x 8.30m) (**Fig. 372**). Foram ainda reconhecidas mais três estruturas que poderão ter funcionado como reforço do muro principal da piscina⁷¹. Em 2019 realizou-se prospecção geofísica no local que permitiu observar uma série de alinhamentos e compartimentos que apresentam uma disposição geométrica idêntica à das estruturas intervencionadas, o que possibilitou um melhor conhecimento da planimetria da *villa* e a selecção de áreas a intervencionar futuramente (Pereiro, 2020).

⁷¹ Informações recolhidas no site da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Ver: <http://www.cm-alcacerdosal.pt/pt/municipio/concelho/patrimonio/patrimonio-arqueologico/villa-romana-de-santa-catarina-dos-sitimos/> (consultado no dia 27 de Julho de 2021 às 15:45h).

3.4.24.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção e escavação efectuados, até ao momento, na *Villa* Romana de Santa Catarina de Sítimos possibilitaram a descoberta de importantes estruturas, como uma *natatio* e espaço de culto dedicado à Deusa Vénus, mas também um conjunto de outros compartimentos em que se verificou a existência de sobreposição de muros e corte de outras divisões que indicam a reutilização daqueles espaços após o Período Romano. A descoberta de algumas cerâmicas de características Visigóticas e Emirais reforçam a continuidade de ocupação naquela *villa* nos inícios da presença islâmica no território de Alcácer, à semelhança daquilo que se tem verificado noutras regiões da Península Ibérica.

As comunidades que ali viveram dedicavam-se a uma agricultura de regadio e sequeiro nas várzeas junto à ribeira de Sítimos e os produtos dali provenientes circulavam pelo Porto da Lama até Alcácer e, dali, eram exportados para outras regiões do território. Com o novo reordenamento do território durante o Califado, aquela *villa* é abandonada não voltando mais a ser reocupada.

3.4.25. Porto da Lama

3.4.25.1. Localização e descrição dos trabalhos

O sítio arqueológico de Porto da Lama localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 5 km a leste da cidade e, a 700 m, a poente, da Torre de Santa Catarina de Sítimos (**Figs. 373 e 374**). Aquele acha-se implantado numa planície, actualmente coberta de pinheiros e abundante vegetação rasteira, junto à ribeira de Sítimos, onde, à superfície, é possível reconhecer elementos pétreos, assim como restos de estruturas e fragmentos de cerâmicas, muito rolados, datados do Período Romano. O assentamento foi identificado por Abel Viana, em 1948, quando aquele se deslocou a Alcácer do Sal, fazendo referência à existência de restos de uma *villa* romana em Porto da Lama, junto à herdade da Torre (Viana, 1948, p. 9).

Nos anos 80, os arqueólogos do Município de Alcácer, Marisol Ferreira e João Carlos Faria, deslocaram-se ao local e depararam-se com uma extensa área coberta de vestígios arqueológicos, particularmente muitos silhares de pedras dispersos, provenientes de muros que terão sido destruídos com as constantes lavouras mecânicas efectuadas naquele sítio, bem como alinhamentos de pedras que compunham muros, com

uma orientação no sentido norte-sul/este-oeste, formando uma série de compartimentos (Faria e Ferreira, 1986, pp. 74-75). Aqueles possuíam uma altura que chegava a atingir 1,10 m e uma largura de 0,50 m, tendo sido construídos com silhares de pedra e ligados por argamassa, achando-se mesmo alguns deles revestidos com argamassa, possuindo pintura, de cor vermelha (**Figs. 375 a 377**). Reconheceram, de igual modo, naquele sítio, um peso de lagar de azeite, em calcário, paralelepípedo, assim como um marco miliário, com inscrição dedicada aos Imperadores Augusto, Diocleciano e Maximiano, associado à via que unia Alcácer a Évora e Beja, tal como fragmentos de tesselas, que atestam a presença de mosaicos, e cerâmicas de construção e comuns, nomeadamente *tegulae*, *opus signinum*, *imbrices*, *lateres*, *dolia*, *terra sigillata* e mós manuais (Faria, 2002, pp.73 e 78-79; **fig. 378**). Próximo daquele local, os referidos arqueólogos identificaram um pequeno outeiro artificial, completamente coberto com fragmentos de telhas, imbrices e *dolia*, onde apareceu um fragmento grande de um tanque em mármore, pertencente a um possível lagar (Faria e Ferreira, 1986, p. 75, **fig. 379**).

3.4.25.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção efectuados no assentamento de Porto da Lama permitiram identificar um conjunto de estruturas que formavam compartimentos, alguns deles com decoração pintada, de cor vermelha, possuindo pisos em mosaicos, conforme comprovaram as tesselas ali recolhidas. Naquele sítio foi ainda exumado peso de lagar de azeite, tendo-se identificado nas proximidades possível tanque relacionado ao lagar, evidenciando a dedicação das comunidades que ali habitavam ao cultivo e esmagamento da azeitona para colhimento do azeite, encontrando-se ainda hoje, naquele território, muitas oliveiras centenárias que poderão remontar ao Período Romano.

A relativa proximidade da *Villa* de Porto da Lama com a ribeira de Sítimos, aliada ao seu topónimo e à possibilidade de navegação naquela até Alcácer, permite relacionar aquele assentamento com um porto existente na zona, onde atracavam barcos que diariamente traziam e exportavam produtos provenientes do território da cidade, fazendo-os chegar a outras regiões do Império. Os fragmentos cerâmicos ali reconhecidos permitem atribuir, até ao momento, uma cronologia nos Períodos Romano e Tardo-Romano, porém o facto de ali próximo se encontrar a Torre de Santa Catarina de Sítimos, ocupada nos Períodos Romano, Tardo-Romano e Islâmico, a partir da qual seria possível

controlar os barcos que ancoravam em Porto da Lama, parece evidenciar uma continuidade de ocupação naquele sítio após o Período Romano, provavelmente no Período Visigótico e Islâmico, à semelhança daquilo que se verificou na *Villa Romana* de Santa Catarina (**Fig. 380**). Nas Idades Média e Moderna aquele porto pertencia à Ordem de Santiago e através dele continuavam a transitar mercadorias e pessoas (Pereira, 2000, p. 87). A importância daquele porto e a sua utilização ao longo de séculos não terá, certamente, passado despercebido às comunidades muçulmanas que se fixaram naquele espaço. No entanto, só futuros trabalhos de escavação naquela *villa* poderão fornecer mais dados acerca da funcionalidade e diacronia ocupacional daquele sítio.

3.5. Casais agrícolas

3.5.1. Alberge 1

3.5.1.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal Agrícola de Alberge 1 localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 7 km a norte da cidade, em cerro elevado, na herdade de Alberge, junto à ribeira do Alberginho, possuindo uma orientação no sentido sudeste-noroeste (**Figs. 381 a 383**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar, à superfície, silhares de pedras que integrariam estruturas, bem como cerâmicas de construção, comuns e vidradas, dispersas por uma área com cerca de 1 ha, cujo âmbito cronológico se insere no Período Islâmico e Idades Média e Moderna (**Fig. 384**). Naquela zona cruzavam-se os eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo⁷².

3.5.1.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção arqueológica efectuados no Casal Agrícola de Alberge 1 permitiram verificar, através do estudo das cerâmicas ali exumadas, que aquele assentamento teve uma primeira ocupação entre os séculos IX e XI, particularmente nos Períodos Emiral e Califal (**p. 823 do anexo**). Não sabemos se o sítio terá sido abandonado após a queda do Califado ou, se por outro lado, se manteve ocupado até aos finais da permanência islâmica. Porém, não encontramos qualquer indício de uma ocupação nos

⁷² ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, p. 306.

Reinos de Taifas e Períodos Almorávida e Almóada. Posteriormente, após a Reconquista Cristã, em 1217, aquele sítio voltou a ser reocupado conforme se constatou pela abundância de cerâmicas das Idades Média e Moderna ali reconhecidas.

Aquele assentamento estaria sob o raio de influência do Castelo de Vale de Trigo, dado a proximidade em que ambos se encontram. As comunidades que ali habitaram dedicavam-se à agricultura de sequeiro, mas também de regadio, junto à ribeira do Alberginho e achavam-se próximas das rotas comerciais, quer provenientes do rio Sado, onde diariamente chegavam produtos vindos de distintas regiões do Império, mas também através dos principais eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa e Montemor-o-Novo.

3.5.2. Maforinha

3.5.2.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal Agrícola da Maforinha localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 17 km a norte da cidade e, a 2 km, a sul, do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, em cerro elevado, junto a linha de água, com uma orientação no sentido norte-sul (**Figs. 385 a 389**). Nas suas proximidades passavam os eixos viários que uniam Alcácer a Palmela, com passagem pela Serra da Serrinha e *Husun* de Portela e Torrejão, assim como Lisboa a Montemor-o-Novo e Badajoz, com passagem na Retorta, junto à ribeira de Cabrela.

O topónimo Maforinha tem origem na palavra árabe “Mafona” (*muhammad*), cujo significado é “Maomé” (Alves, 2013, p. 608), permitindo testemunhar, desse modo, uma permanência muçulmana naquela zona. Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, dispersos por uma área com cerca de 1 ha, cujas características se inserem numa datação entre o Período Tardo-Romano, passando pelos Período Visigótico e Islâmico, até à Idade Média Cristã. (**Fig. 390**). Encontramos, de igual modo, à superfície, uma moeda de cobre (ceitil) cunhada no reinado de D. Afonso V (**Fig. 391**).

3.5.2.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção efectuados no Casal Agrícola da Maforinha permitiram constatar, através do espólio encontrado, que aquele cerro teve uma primeira ocupação durante o Período Tardo-Romano e Visigótico, mantendo-se ocupado com a chegada dos

muçulmanos, no século VIII, e assim permaneceu, até pelo menos, aos Reinos de Taifas (pp. 824-827 do anexo). As cerâmicas identificadas são, na sua maioria, mal depuradas e com alternância de cozedura, fabricadas com pastas locais, o que demonstra os escassos contactos comerciais com outras regiões e a presença de uma população autóctone, possivelmente moçárabe. Por outro lado, embora pouco presentes, estão algumas cerâmicas vidradas, com pastas homogéneas e bem depuradas, que indiciam a existência de algumas trocas comerciais, particularmente a partir do Califado.

Aquele assentamento estaria no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Cima e perto dos eixos viários que uniam Alcácer a Palmela e Montemor-o-Novo, conseguindo observar os dispositivos defensivos que controlavam as respectivas vias. As comunidades que ali habitavam dedicavam-se a uma agricultura de sequeiro cultivando as terras junto aos cursos de água. Após a Reconquista Cristã de Alcácer, em 1217, as comunidades voltaram a habitar aquele casal, mantendo-se essa ocupação até, pelo menos, ao século XV, conforme foi possível determinar através da moeda encontrada no sítio, datada do reinado de D. Afonso V.

3.5.3. Bemposta 1

3.5.3.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal Agrícola da Bemposta 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 16,5 km a norte da cidade e, a 3 km, a sul, do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, em cerro elevado, o qual se torna muito íngreme do seu lado poente e norte, onde corre a ribeira de São Martinho, e ligeiramente aplanado nos seus lados sul e leste (Figs. 392 a 394). Os trabalhos de prospecção que efectuámos naquele sítio permitiram reconhecer, à superfície, abundante cerâmica de construção, nomeadamente ladrilhos e telhas, bem como uma telha de meia cana digitada dispersos por uma pequena área com 600 m². Foi também identificado um fragmento de utensílio de pedra polida (Fig. 395).

3.5.3.2. Funcionalidade e cronologia

O Casal Agrícola da Bemposta 1 encontrava-se nas proximidades do Povoado da Bemposta 2 e no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo ou do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, passando nas suas imediações o eixo viário que unia Alcácer

a Montemor-o-Novo. Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar um utensílio de pedra polida que sugere uma primeira ocupação naquele espaço durante a Pré ou Proto-História. A grande quantidade de cerâmicas de construção romanas e a ausência de cerâmicas típicas do uso quotidiano daquela mesma cronologia poderá indicar a utilização daquele espaço como necrópole durante o Período Romano ou, por outro lado, poderá tratar-se apenas de uma reutilização daqueles elementos construtivos durante a Alta Idade Média.

A identificação de uma telha digitada naquele sítio e a sua relativa proximidade com o Povoado da Bemposta 2, bem como dos Castelos do Vale de Alcácer de Cima e de Baixo, sugere uma ocupação islâmica naquele assentamento. As comunidades que ali habitaram cultivavam as terras férteis do vale de São Martinho, onde os solos seriam mais húmidos e abundantes em água.

3.5.4. Cabeço da Mina

3.5.4.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal do Cabeço da Mina localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 12 km a norte da cidade e, a 600 m, a nordeste, do Castelo de Portela, em cerro elevado, junto ao Barranco dos Algedaneiros, onde corre água proveniente de uma nascente na Serra do Pinhal, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 396 a 399**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no local possibilitaram reconhecer, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns dispersos por uma área com cerca de 7000 m², os quais se inserem numa cronologia no Período Islâmico (**Fig. 400**).

Fontes orais referem que naquele outeiro, durante o século XX, existia uma galeria horizontal escavada no subsolo, sugerindo a exploração de algum mineral naquela zona. Fontes escritas cristãs aludem à exploração de bário naquele local, assim como fornos de vidro, podendo a mina ali existente estar relacionada com a extracção do respectivo mineral (Zbyszewski *et alli*, 1976, p. 52). No decorrer dos trabalhos não conseguimos encontrar a galeria referida, uma vez que as constantes lavouras mecânicas do subsolo terão contribuído para a sua destruição.

Nas imediações do assentamento, sensivelmente a 1 m de distância, encontra-se um poço, de forma cilíndrica e estreita, edificado em pedra, não aparelhada, e argamassa, achando-se o topo revestido com ladrilhos (**Fig. 401**). Curiosamente, aquele apresenta semelhanças formais com o Poço da Hortinhola, em Moncarapacho, também ele estreito e de forma cilíndrica, onde foram exumadas peças de cronologia islâmica (Gomes, 1998, pp. 33-41). Nas imediações daquela estrutura encontramos alguns fragmentos de cerâmicas vidradas tardias, correspondentes às Idades Média e Moderna, todavia o mesmo, à semelhança do Poço da Hortinhola, poderá ter cronologia mais recuada, podendo estar relacionado com o pequeno casal. O assentamento encontrava-se junto à via que unia Alcácer a Palmela.

3.5.4.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção arqueológica que realizámos no Casal do Cabeço da Mina permitiram verificar, através da análise dos fragmentos cerâmicos, que existiu uma ocupação naquele sítio entre os Períodos Emiral e Almorávida, muito possivelmente relacionado ao Castelo de Portela situado ali próximo, bem como à Alcaria de Portela, ambos junto ao caminho que unia Alcácer a Palmela (**p. 827 do anexo**). As fontes cristãs referem que naquela zona era explorado o bário para produção do vidro existindo, ali próximo, fornos de vidro, estando a localização daquele assentamento, possivelmente, relacionado com a exploração desse mineral.

As fontes orais afirmam que naquele cerro existiam galerias escavadas no subsolo, as quais não foi possível identificar durante os trabalhos, dado que aquele cerro já foi alvo de muitas lavours mecânicas que levaram, provavelmente, à sua destruição. Não obstante, essas mesmas minas deverão ter sido exploradas durante o Período Islâmico, uma vez que ali próximo, além do sítio arqueológico do Cabeço da Mina, encontram-se alguns assentamentos que se inserem na respectiva cronologia, como é exemplo o Castelo e Alcaria de Portela, bem como o Povoado da Cova do Castelo e o *Hisn* do Torrejão. Os habitantes daquele casal dedicavam-se, assim, à exploração mineira, sob o domínio do Castelo e Alcaria de Portela, e actividade agrícola, possivelmente para autoconsumo, nas terras férteis da Serra da Serrinha.

3.5.5. Gargolim de Baixo 2

3.5.5.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal de Gargolim de Baixo 2 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a norte da cidade e, a 3 km, a norte, do Castelo de Portela, em cerro elevado, junto à ribeira de São Martinho, com uma orientação no sentido sudoeste-nordeste (**Figs. 402 a 404**). Os trabalhos de prospecção que efectuámos no sítio permitiram reconhecer, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns dispersos por uma área com cerca de 6550 m², com uma cronologia no Período Tardo-Romano (**Fig. 405**). Aquele sítio encontrava-se nas proximidades da via que unia Alcácer a Palmela.

3.5.5.2. Funcionalidade e cronologia

O Casal Agrícola de Gargolim de Baixo 2 trata-se de um pequeno assentamento que estaria sob o raio de influência do Castelo de Portela, situado junto à via que unia Alcácer a Palmela, e cujas cerâmicas descobertas, à superfície, revelaram uma ocupação no Período Tardo-Romano, patente pela descoberta de cerâmicas comuns pertencentes a grandes contentores de armazenamento e transporte, verificando-se a ausência de cerâmica fina, prolongando-se essa ocupação pelos Períodos Visigótico e, possivelmente, nos inícios ainda do Emirado. Posteriormente, o sítio é abandonado e as comunidades fixam-se num outro assentamento implantado ali próximo, a cerca de 700 m, designadamente a Alcaria de Gargolim de Baixo 1, junto à ribeira da Junceira.

As comunidades que ali habitaram cultivavam as terras férteis e húmidas na várzea da ribeira de São Martinho onde, há bem poucos anos, semeava-se o arroz. Os produtos dali provenientes, assim como dos povoados e alcarias nos arredores, eram escoados pelo Porto de Carvalho, junto à ribeira, e dali seguiam para o *Hisn* de Palmela, ou *madina* de Alcácer, para serem comercializados.

3.5.6. Gargolim de Cima 1

3.5.6.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal de Gargolim de Cima 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 15 km a norte da cidade e, a 2 km, a norte, do Castelo de Portela, em

cerro elevado, junto à ribeira da Junceira, possuindo uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 406 a 408**). Os trabalhos de prospecção que efectuámos no sítio permitiram reconhecer, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção e comuns dispersos por uma área com cerca de 1 ha, cujo âmbito cronológico se insere nos Períodos Tardo-Romano e Visigótico (**Fig. 409**). Nas proximidades daquele sítio passavam os eixos viários que uniam Alcácer a Montemor-o-Novo e a Palmela.

3.5.6.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados no Casal Agrícola de Gargolim de Cima 1 permitiram constatar, à semelhança daquilo que se verificou no Casal de Gargolim de Cima 2, uma ocupação no Período Tardo-Romano que se prolongou no Período Visigótico e, possivelmente, nos inícios do Emirado, tendo sido abandonado pouco tempo depois quando as comunidades muçulmanas se instalam no território de Alcácer. Trata-se de um pequeno casal que estaria no raio de influência do Castelo de Portela e perto das vias de comunicação, vivendo os seus habitantes, essencialmente, da agricultura.

3.5.7. Curva das Faias 1

3.5.7.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal da Curva das Faias 1 localiza-se na freguesia de São Martinho, no concelho de Alcácer do Sal, a 16 km a norte da cidade e, a 3 km, a leste, do *Hisn* do Torrejão e, a sul, do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, também a 3 km de distância, em cerro alongado, junto do ribeiro da Asseiceira, com uma orientação no sentido nordeste-sudoeste (**Figs. 410 a 412**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram reconhecer, à superfície, silhares de pedra e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas dispersos por uma área com cerca de 6000 m², com uma cronologia no Período Islâmico e Idades Média e Moderna (**Fig. 413**). Nas proximidades daquele assentamento passavam os eixos viários que uniam Alcácer a Montemor-o-Novo e a Palmela.

Ali próximo, a cerca de 500 m a leste, identificámos, numa planície e junto ao ribeiro da Asseiceira, fragmentos de bário que foram expostos ao fogo e alguns fragmentos de cerâmicas que parecem sugerir a presença de um forno de vidro naquela zona (**Fig. 414**). Posteriormente, as fontes escritas cristãs, tal como já citamos

anteriormente, mencionam a existência de fornos de vidro naquela zona⁷³, podendo os mesmos ter origem recuada.

3.5.7.2. Funcionalidade e cronologia

O sítio arqueológico da Curva das Faias 1 trata-se de um pequeno casal que estaria no raio de influência do *Hisn* do Torrejão e cujos habitantes que ali viviam se dedicavam à produção do vidro que era depois exportado pelos portos de Alcácer. Os trabalhos de prospecção ali realizados permitiram identificar uma primeira ocupação no Período Islâmico, particularmente entre os séculos X e XIII (**p. 828 do anexo**), seguida de uma ocupação no Pós-Reconquista pelas comunidades cristãs que continuaram a habitar o sítio e a explorar o bário.

3.5.8. Sesmarias da Azenha

3.5.8.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal das Sesmarias da Azenha localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 2,5 km a sul da cidade e, a 400 m, a leste, da Torre dos Algarvios, em cerro elevado, junto ao rio Sado e ribeiro de Água Cova, com uma orientação no sentido noroeste-sudeste (**Figs. 415 a 418**). Os trabalhos de prospecção que realizámos no sítio permitiram identificar, à superfície, alguns fragmentos de cerâmicas comuns dispersos por uma área com cerca de 1 ha, que se inserem numa cronologia no Período Romano e, possivelmente, Islâmico (**Fig. 419**).

3.5.8.2. Funcionalidade e cronologia

O Casal das Sesmarias da Azenha seria um pequeno casal que estaria no raio de influência da cidade de Alcácer e cujos habitantes se dedicavam à agricultura e, sobretudo, à pesca, uma vez que usufruíam da proximidade do rio Sado. Nas suas imediações encontrava-se o “Porto da Pêra”, já citado anteriormente, onde atracavam os barcos que traziam produtos das mais variadas regiões do Império e, particularmente, durante o Período Romano, levavam o *garum* produzido nas fábricas existentes junto ao Sado. Durante o Período Islâmico aquele pequeno casal terá sido ocupado, porém não sabemos em que fases, dado

⁷³ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fol. 93.

as escassas cerâmicas encontradas, à superfície, continuando os seus habitantes a usufruir do porto ali próximo e dos recursos provenientes do rio.

3.5.9. Batalha 1

3.5.9.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal da Batalha 1 localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 6 km a noroeste da cidade e, a 4 km, a leste, da Torre de Montevil, em pequena plataforma aplanada, junto ao rio Sado, possuindo uma orientação no sentido sudoeste-nordeste (**Figs. 420 a 423**). Os trabalhos de prospecção que efectuámos no local permitiram reconhecer, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns, muito rolados, dispersos por uma área com cerca de 600 m² (**Figs. 424 e 425**). Ali próximo, a cerca de 400 m, a poente, foi identificado vestígios de entulheiras de olarias de produção de ânforas Beltran IV, relacionadas à presença de um forno romano naquele local, à semelhança de outros locais junto às margens do Sado, onde foram descobertos outros fornos de idêntica cronologia, e que estariam relacionados ao escoamento, por via fluvial, de ânforas e do *garum* a longas distâncias (Faria, 2002, pp. 65-67).

3.5.9.2. Funcionalidade e cronologia

O Casal da Batalha 1 tratava-se de um pequeno assentamento na área de influência da Torre de Montevil, dedicando-se os seus habitantes, essencialmente, à pesca, tal como o Casal das Sesmarias da Azenha, devido à proximidade do rio, mas também a uma agricultura de regadio e sequeiro. Os fragmentos cerâmicos ali identificados não permitem tecer grandes ilações sobre a cronologia do sítio, embora alguns fragmentos, com pastas vermelhas (2.5YR 6/6) e bem depuradas, se relacionem com uma ocupação Romana, enquanto outros fragmentos remetem para uma ocupação posterior naquele sítio, possivelmente Visigótica e Emiral.

3.5.10. Monte do Alto

3.5.10.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal do Monte do Alto localiza-se na freguesia de Santa Maria do Castelo, no concelho de Alcácer do Sal, a 14 km a poente da cidade e, a 3 km, a leste, da Atalaia de Murta, em pequena elevação, junto ao rio Sado, possuindo uma orientação no sentido

norte-sul (**Figs. 426 a 428**). O sítio foi identificado pelos arqueólogos do projecto Sado-Meso, tendo os mesmos reconhecido, à superfície, fragmentos de cerâmicas de construção, comuns e vidradas, bem como restos de conchas e ostras, distribuídos por uma área com cerca de 2000 m², com uma cronologia desde o Período Romano até à Idade Média (Rocha *et alli.*, 2013, p. 167). Nos trabalhos de prospecção que realizámos no local verificamos a existência, à superfície, para além dos materiais referidos, também algumas cerâmicas vidradas, de possível cronologia islâmica, bem como cerâmicas datadas da Idade Moderna (**Fig. 429**).

3.5.10.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados no Casal do Monte do Alto permitiram constatar uma ocupação naquele sítio desde o Período Romano, passando pelo Islâmico até às Idades Média e Moderna. Aquele assentamento tratar-se-ia de um casal portuário cuja actividade predominante de auto-subsistência seria a pesca, conforme foi possível verificar pela descoberta de restos de fauna malacológica no local. Nas suas proximidades encontrava-se a Atalaia de Murta que vigiava o Sado e dava protecção aos habitantes daquele assentamento.

3.5.11. Fanais 3

3.5.11.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal Agrícola dos Fanais 3 localiza-se na freguesia de Santiago, no concelho de Alcácer do Sal, a 7 km a leste da cidade e, a 800 m, também a leste, da Torre de Santa Catarina de Sítimos, em cerro elevado, junto à ribeira de Sítimos, com uma orientação no sentido sudeste-noroeste (**Figs. 430 a 432**). Os trabalhos de prospecção que efectuámos no sítio permitiram identificar, à superfície, alguns silhares de pedra e fragmentos de cerâmicas, muito rolados, distribuídos por uma área com cerca de 7000 m², com uma cronologia islâmica (**Fig. 433**). Aquele assentamento achava-se próximo das vias que uniam Alcácer a Évora e Beja.

3.5.11.2. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de prospecção realizados no Casal Agrícola dos Fanais 3 permitiram verificar que aquele assentamento trata-se de um pequeno casal agrícola que surgiu, provavelmente, durante o Califado e que estaria sob o domínio da Torre de Santa Catarina

de Sítimos. Era um assentamento que estava perfeitamente integrado nos circuitos comerciais, conforme se verifica pela presença das cerâmicas vidradas no sítio, de cor verde e castanha, proporcionado pela proximidade da ribeira de Sítimos, que era navegável até ao rio Sado, bem como dos eixos viários que uniam Alcácer a Évora e Beja.

Os habitantes daquele casal agrícola dedicavam-se à agricultura de regadio, dada a excelente riqueza e qualidade dos solos na sua envolvência, onde nos quais, ainda hoje, se cultiva o arroz. Após a queda do Califado, devido à maior fase de instabilidade vivida nos períodos posteriores, o assentamento parece ter sido abandonado, não voltando mais a ser reocupado.

3.5.12. Atalaia da Quinta

3.5.12.1. Localização e descrição dos trabalhos

O Casal da Atalaia da Quinta localiza-se na freguesia de Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, a 31 km a leste da cidade e, a 5 km, também a leste, do Castelo do Torrão, numa planície, junto à margem esquerda do rio Xarrama e nas imediações dos eixos viários que uniam Alcácer a Évora e Beja (**Figs. 434 e 435**). O sítio arqueológico foi identificado, em 2015, durante o acompanhamento de uma obra inserida no plano de execução dos Blocos de Rega do Vale do Gaio e adjudicados pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. No decurso dos respectivos trabalhos foram descobertos alinhamentos de pedra que indicavam a presença de estruturas. Face a estes índicos, foram realizadas três sondagens, num total de 20 m², para caracterização das possíveis estruturas reconhecidas, tendo a área sido definida de acordo com a amplitude de afectação e dos vestígios existentes à superfície.

3.5.12.2. Estratigrafia e estruturas

No sector 1, correspondente à zona mais a poente do sítio, foram realizadas duas sondagens, abrangendo os taludes norte e sul da vala aberta no decurso da obra. Estas procuraram caracterizar os aglomerados pétreos ali identificados. A sua escavação permitiu observar que aqueles não estavam organizados ou estruturados, correspondendo a um provável nível de derrube/destruição de estruturas, muito afectado por trabalhos agrícolas recentes (Matias e Simão, 2016).

Quanto ao sector 2 compreendia a maior área de escavação e apresentava uma estratigrafia similar à do sector 1, com a presença de depósitos que representavam, mais uma vez, os níveis de derrube/destruição de antigas estruturas, numa zona fortemente revolvida por trabalhos agrícolas recentes. Sob estes níveis, na zona mais a leste deste sector, foi possível identificar parte daquelas estruturas, embora com elevado grau de afectação. Trata-se de um muro em alvenaria irregular, edificado com pedras aparelhadas e ligado por terra e pequenas pedras, com uma orientação sensivelmente norte-sudeste, que parece estar associado a duas outras estruturas com orientação nordeste-sudoeste, formando um compartimento (**Fig. 436**). Porém, o elevado grau de degradação daquela área não permitiu confirmar esta realidade. Os contextos intervencionados podem assim ser associados a uma antiga área edificada, embora de carácter indeterminado, representando possivelmente um pequeno casal rústico (Matias e Simão, 2016).

3.5.12.3. Funcionalidade e cronologia

Os trabalhos de escavação realizados na Atalaia da Quinta não permitiram tecer muitas ilações acerca daquele sítio arqueológico. Não nos é possível categorizá-lo devidamente face à escassez de dados sobre a extensão do sítio, assim como mais estruturas descobertas que pudessem vir a clarificar que tipo de assentamento se trata. Os arqueólogos que coordenaram a intervenção no local creem que os contextos intervencionados, associados a uma antiga área edificada, embora de carácter indeterminado, representam possivelmente um pequeno casal rústico (Matias e Simão, 2016). À falta de mais dados sobre o sítio iremos considerar que se tratará de um pequeno casal que teve uma primeira ocupação durante o Calcolítico e, posteriormente, no Período Romano, mantendo-se aquela ocupação nos Períodos Visigótico e Emiral, conforme comprovaram as cerâmicas descobertas nos trabalhos ali efectuados (Matias e Simão, 2016).

Os habitantes daquele assentamento dedicavam-se a uma agricultura de regadio, proporcionada pela abundância de água do rio Xarrama, e as culturas provenientes daquela actividade constituíam o pagamento do tributo que seria entregue pelo Castelo do Torrão à *madina* de Alcácer. Com o surgimento do Califado aquele sítio é abandonado, não voltando mais a ser reocupado, e as comunidades deslocam-se para outros locais melhor posicionados e de acordo com as condicionantes do momento.

3.6. Necrópoles

Nos arredores da cidade de Alcácer do Sal, para além dos dispositivos defensivos, povoados e alcarias, existiam, de igual modo, espaços de sepultamento associados a esses mesmos assentamentos. Ao contrário dos períodos precedentes, onde abundam os vestígios de superfície daquele tipo de sítios arqueológicos, para o Período Islâmico isso não acontece, uma vez que os enterramentos eram efectuados sem qualquer espólio associado e afastados dos edifícios de culto, o que torna muito difícil o reconhecimento destes espaços com base nos elementos presentes à superfície. Normalmente estes locais são descobertos durante a realização de uma obra de emergência como é o caso da necrópole da Horta do Pinheiro 5, identificada no Torrão, que mencionámos anteriormente.

Face ao exposto, durante os trabalhos de prospecção que realizámos no território de Alcácer não identificamos, à superfície, nenhum destes espaços de sepultamento, nem outros elementos que pudessem estar associados, como por exemplo, as lápides funerárias. Referimos, contudo, que na Carta Geológica de Portugal, na folha 39-A, referente a Águas Moura, cita-se a existência de uma necrópole islâmica na herdade de Espim, a cerca de 700 a sudeste do Monte, onde foram reconhecidas um conjunto de sepulturas daquela cronologia, salientando-se a descoberta de uma moeda de prata numa delas (Zbyszewski *et alli.*, 1976, p. 58; **fig. 437**). Não conseguimos ter acesso a esta propriedade, tendo em vista identificar no terreno as estruturas referenciadas, dada a falta de autorização do proprietário.

Capítulo IV: A organização do território

4.1. O povoamento

4.1.1. Tardo-Romano e Visigótico

No respectivo capítulo, não é nossa intenção aprofundar o povoamento Tardo-Romano e Visigótico em Alcácer, uma vez que não se enquadra no âmbito arqueológico deste projecto, no entanto consideramos que é importante ressaltar os aspectos mais

importantes daquela fase, os quais são fundamentais para conhecer a organização do território nos inícios do Período Islâmico.

Alcácer do Sal conheceu um apogeu durante o Alto Império, patenteada pela sua localização privilegiada que lhe permitia os contactos com o mediterrâneo, sendo as actividades ligadas ao rio, como a pesca e a produção em larga escala de produtos piscícolas, juntamente com o transporte de minérios e produtos agrícolas e pecuários, a chave para o dinamismo e crescimento económico daquela urbe. A partir do Baixo Império a cidade entrou em declínio, particularmente a partir do século III d.C., conforme se constatou nas escavações ali efectuadas que demonstraram escassa presença de fragmentos cerâmicos de *terras sigillatas claras tardias*, ao contrário daquilo que se verificou nos núcleos rurais. Não obstante foi encontrado na metrópole alguns elementos arquitectónicos, como uma epígrafe e pilastra, datados do século VII, possivelmente relacionados a uma igreja visigótica que terá existido no local, mas também algumas cerâmicas, com pastas grosseiras, fabricadas a torno lento atribuídas ao Período Visigótico, evidenciando a manutenção dos edifícios romanos durante a Alta Idade Média.

No que concerne ao espaço rural verifica-se que muitas das *villae* e pequenos casais rústicos que tinham surgido durante o Período Romano, mantiveram-se ocupados durante a Antiguidade Tardia, como é exemplo as *villas* da Barrosinha e Porto Carro, situadas na margem direita do rio Sado. A primeira acha-se próxima da cidade, a cerca de 3 km, a leste, tendo sido identificado naquele local, dois fornos junto ao rio e, em zona mais elevada, particularmente na Eira ou Malhadas, implantava-se a *villa*, onde foi reconhecido, à superfície, um tanque revestido a *opus signinum*, em parte cortado pela vala de irrigação, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e de construção, como *tegulae* e *imbrices*, tendo, ainda, sido recolhidas cinco lucernas, atribuídas ao século III d.C., ostentando, algumas delas, a marca G.E.S e ΛV sobre uma palma espinhada. Ali próximo foram identificadas algumas sepulturas de incineração com objectos associados, também eles datados do século III d.C. (Faria, 2002, p. 74).

Na *Villa* de Porto Carro foram reconhecidos, à superfície, restos de material de construção, assim como algumas cerâmicas romanas e um conjunto de numismas datados do século IV d.C. Na margem oposta do rio Sado acha-se uma outra *villa* romana, com

uma ocupação que perdurou durante o Período Tardo-Romano e, possivelmente, Visigótico e Islâmico. Na zona mais baixa, onde se situa a actual Aldeia de São Romão, foram identificados restos de estruturas e abundante material de construção e, no esporão mais elevado, onde está a Igreja de São Romão, foram encontradas três epígrafes, datáveis dos séculos I e III d.C., que estariam associadas à necrópole da *villa* (Encarnação, 1984a, pp. 254-269; Mantas, 1996, pp. 343-370). A poente da cidade, também junto ao rio, está a *Villa* de Casas Novas onde foram identificados fragmentos cerâmicos, como ânforas de forma Beltran IV e *terra sigillata sud-gálica e hispânica*, inseridos cronologicamente entre os séculos I e IV d.C. (Diogo e Faria, 1989, pp. 81-92).

Junto à ribeira de Santa Catarina, afluente do rio Sado, encontram-se as *villae* de Santa Catarina de Sítimos e Porto da Lama. A primeira foi intervencionada em 2006 e, posteriormente, em 2016, tendo-se colocado a descoberto uma *natatio*/piscina com a respectiva escadaria de acesso ao interior, associada a um edifício termal, bem como um espaço de culto dedicado à Deusa Vénus e, ainda, outros compartimentos, onde se verificou a sobreposição de muros e corte de outras divisões, em resultado das distintas reocupações naquele local. Ali recolheu-se abundante material como colunas e fragmentos de *opus signinum*, mas também cerâmicas, que permitiram atribuir uma ocupação humana naquele espaço entre meados do século I a.C. até aos séculos IX/X, demonstrando uma continuidade de ocupação entre o Período Romano e inícios do Islâmico (Morgado, 2016, pp.115-116).

Ocupada também desde o Período Romano e Tardo-Romano, com uma continuidade que poderá ter ido até ao Período Emiral, foi a *Villa* de Porto da Lama onde se identificaram alinhamentos de pedras que compunham muros, com uma orientação no sentido norte-sul/este-oeste, com uma altura de 1,10 m e uma largura de 0,50 m, formando uma série de compartimentos (Faria e Ferreira, 1986, pp. 74-75). Aqueles foram construídos com silhares de pedra e ligados por argamassa, achando-se mesmo alguns deles revestidos com argamassa, possuindo pintura, de cor vermelha. Foram, ainda, identificados nas proximidades daquela estação arqueológica um tanque em mármore, pertencente a um possível lagar, um peso de lagar de azeite, em calcário, paralelepípedo, um marco miliário relacionado à via Alcácer-Évora e Beja, assim como fragmentos de tesselas, que atestam a presença de mosaicos, e cerâmicas de construção e comuns,

nomeadamente *tegulae*, *opus signinum*, *imbrices*, *lateres*, *dolia*, *terra sigillata* e mós manuais (Faria e Ferreira, 1986, p. 75; Faria, 2002, pp.73 e 78-79).

Nas prospecções que efectuámos no local identificámos algumas cerâmicas comuns romanas pertencentes a grandes recipientes como fragmentos de paredes de ânforas, bordo de *dolium*, asas e outras formas indeterminadas, que permitiam o armazenamento e transporte, via fluvial, do azeite e de outras matérias-primas ali extraídas. O facto de aquele assentamento se achar relativamente próximo e visível da Torre de Santa Catarina de Sítimos, local também ocupado no Período Tardo-Romano, Visigótico e Islâmico, sugere uma continuidade de ocupação daquela *villa* portuária onde ancoravam diariamente embarcações, que desciam o Sado até aquele sítio, para comercializar distintos produtos.

A norte de Alcácer, nas imediações de afluente do rio Sado, encontra-se uma possível *villa*, particularmente a *Villa* de Vale de Reis, intervencionada, em 1991, sob a direcção do arqueólogo José Arnaud, tendo-se descoberto um piso em *opus incertum* e um peso de lagar de formato paralelepípedo em calcário, assim como cerâmicas de construção e comuns, como ânforas, *dolia* e *terra sigillata* com uma cronologia entre os séculos I a IV d.C. (Faria, 2002, p. 82).

Junto à cidade foram identificados alguns assentamentos que poderão corresponder a *villas* suburbanas ou a instalações industriais agrícolas, de que é exemplo a Horta do Crespo, situada a 500 m do Castelo de Alcácer, onde trabalhos arqueológicos ali efectuados, por João Faria e Marisol Ferreira, colocaram a descoberto quatro compartimentos, que integravam a *pars rustica* da *villa*, e restos de dois tanques, revestidos de *opus signinum*, lareiras e espólio arqueológico datável dos séculos I a IV d.C. No Olival de Nossa Senhora d' Aires, a 1,5 km da cidade, foi identificada uma outra *villa* onde, à superfície, dispersos por grande área, encontraram-se restos de construções em *opus mixtum* e cerâmicas com uma datação entre os séculos I e IV d.C. (Faria, 2002, pp. 60-62).

Nas imediações do Torrão vamos encontrar um conjunto de estações arqueológicas onde a ocupação romana se prolongou pelo Período Tardo-Romano e Visigótico, mas também, em alguns casos, no Período Islâmico e Idades Média e

Moderna. É o exemplo de Nossa Senhora do Bom Sucesso onde foram exumadas cerâmicas com uma cronologia que vai desde o Período Romano aos inícios do Período Islâmico, destacando-se a descoberta de um fragmento de cerâmica comum, referente a uma parede de contentor, com abundantes elementos não plásticos e decorado com linhas incisas, de características Tardo-Romanas, Visigóticas e Emirais, apresentando paralelos com as cerâmicas, datadas dos séculos VIII e IX, exumadas no Alto da Queimada e Castelo de Palmela (Fernandes, 2004, p. 147; Carvalho, 2008a, p. 20). Outro local com ocupação Tardo-Romana e, possivelmente, Visigótica, foi o Monte das Cortes Grandes onde, à superfície, se identificou concentração de espólio, com pastas grosseiras, entre aquelas cerâmicas de construção e de armazenamento, particularmente *tégulas*, telhas e *dolium* (Pirata, 2012, p. 6).

Em termos de implantação verificamos que estes assentamentos, classificados como *villae*, embora Monte das Cortes Grandes seja questionável, devido à ausência de elementos arquitectónicos e cerâmicas de importação, podendo enquadrar-se numa outra tipologia, como uma aldeia, casal ou granja, e não propriamente uma *villa*, localizam-se normalmente em vertentes suaves, a meia encosta, ocupando os terrenos mais férteis, quer junto ao rio Sado, quer junto aos seus afluentes, e próximos das vias que ligavam Alcácer a outras cidades da Península Ibérica. Muitas daquelas estações arqueológicas, situadas junto ao rio Sado e ribeira de Sítimos, estariam relacionadas ao trânsito fluvial e comércio marítimo, conforme se atesta pela grande presença de fornos de produção de ânforas, junto ao rio, implantados nas proximidades das *villae*, e que, provavelmente, escoavam produtos como o *garum*, vinho e azeite, visto ter sido identificados pesos e mós de lagar, assim como tanques, em alguns destes locais arqueológicos, como na Barrosinha, Porto da Lama, Santa Catarina de Sítimos, Vale de Reis, que sugerem a dedicação daqueles à produção e exportação de azeite.

Salientamos, de igual modo, a descoberta, durante os trabalhos de prospecção que efectuámos no território, de uma outra possível *villa*, situada a 7 km, a norte de Alcácer, implantada numa plataforma suave, junto à ribeira do Alberginho e próxima da via Alcácer-Lisboa, onde identificámos, à superfície, restos de estruturas, edificadas em *opus signinum*, bem como alguns elementos arquitectónicos, particularmente troços de colunas, do mesmo modo que fragmentos de cerâmicas de construção, como *tégulas* e

ímbrices, e cerâmicas comuns, reconhecendo-se entre as suas formas asa de ânfora, tal como outros fragmentos também de asas pertencentes a outras peças, e, cerâmicas comuns, com pastas grosseiras e mal depuradas, com bastantes elementos não plásticos, de características Alto-Medievais. Recolhemos um fragmento de bordo de talha/*dolium*, cujos paralelos obtidos permitem atribuir uma datação entre os séculos VII-IX, demonstrando uma ocupação Visigótica e Emiral. Encontrou-se, igualmente, um fragmento de *terra sigillata* hispânica tardia de forma indeterminada.

No cerro mais elevado que se acha junto dos vestígios referidos reconhecemos concentração de pedras que parecem indicar a existência de um pequeno recinto amuralhado e que, conforme sugere as cerâmicas identificadas no local, poderá ter sido edificado a partir dos séculos V/VI, quando se verifica uma maior instabilidade no Império Romano do Ocidente e a chegada dos povos bárbaros ao território peninsular, mantendo-se a ocupação naquele local durante os Períodos Visigótico e Emiral. Trata-se, portanto, de um sítio arqueológico que inicialmente seria uma *villa* e que, posteriormente, transformou-se num assentamento fortificado, documentando, assim, a continuidade de ocupação entre o Período Romano, Visigótico e Islâmico no território de Alcácer do Sal.

Outra *villa* que se manteve ocupada até ao Período Islâmico foi São João dos Azinhais, junto ao Torrão, onde terá existido um templo dedicado a Júpiter Ótimo Máximo, conforme se comprovou pela descoberta da ara consagrada, por *Flavia Rufina*, ao Deus romano, em São João dos Azinhais (Faria, 2002, p. 80). A ocupação naquele local permaneceu até ao Período Visigótico, tendo sido aquele templo, possivelmente, transformado numa basílica paleocristã, conforme sugerem as pilastras e uma inscrição, dedicada aos Santos Justo e Pastor, datada de 682 d.C., descobertas no interior da actual ermida que se situa no local (Almeida *et alli*, 1978, pp. 218-220). Com a chegada das comunidades muçulmanas aquela *villa* ter-se-á mantido ocupada pelas comunidades moçárabes, mantendo aquelas os seus costumes e religião livremente. Em fase posterior, particularmente entre os Períodos Califal e Almóada, aquele edifício cristão terá sido adaptado a um espaço de vigilância, de características militares, mas também religiosas.

Para além das *villae*, achavam-se dispersos pelo território outros assentamentos com ocupação romana e tardo-romana, identificados durante os trabalhos que realizámos naquele, onde não se reconheceu restos de estruturas e elementos arquitectónicos

tipicamente associados a uma *villa*, assim como cerâmicas de importação, que poderão tratar-se de pequenas aldeias, casais e outras formas diversas de povoamento, tendo permanecido, grande parte daqueles, ocupados no Período Islâmico. De acordo com os cálculos das variantes territoriais que enunciámos na metodologia deste projecto e que foram aplicadas aos sítios arqueológicos identificados, classificámos estes locais como povoados, alcarias e casais agrícolas. Entre os casais temos Gargolim de Baixo 2 e Gargolim de Cima 1, situados em cerros elevados, junto a ribeiras, onde se regista a presença de cerâmicas de construção e comuns, pertencentes a grandes contentores, reconhecendo-se, em Gargolim de Baixo 2, um bordo de *dolium*, podendo mesmo a ocupação neste local ter-se prolongado até ao Período Emiral.

Também, junto ao rio Sado, identificámos um pequeno casal, nomeadamente Batalha 1, próximo de entulheiras de olarias de produção de ânforas Beltran IV, relacionadas à presença de um forno romano naquele local, onde observámos, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns com uma cronologia no Período Romano até, possivelmente, ao Período Visigótico e inícios do Período Islâmico. Outros casais identificados, onde se documenta uma continuidade de ocupação no Período Visigótico e Islâmico, é Bemposta 1, situado num esporão elevado, junto à ribeira de São Martinho, onde se encontra, à superfície, fragmentos de utensílios de pedra polida e fragmentos de cerâmicas de construção como tégulas, ladrilhos e telhas de meia cana digitadas.

O sítio arqueológico da Maforinha trata-se de um outro casal agrícola, situado num pequeno cerro elevado, com boa visibilidade sobre a paisagem envolvente, que, de acordo com as cerâmicas ali exumadas, foi ocupado primeiramente no Período Tardo-Romano e Visigótico, mantendo-se a ocupação no Período Islâmico, desde o Emirado até aos Reinos de Taifas, tendo sido abandonado posteriormente, voltando a ser reocupado na Idade Média. Ali recolhemos alguns fragmentos de cerâmicas comuns muçulmanas, como jarros/jarras, jarrinhos/jarrinhas, taças e, ainda, pequeno fragmento de cerâmica vidrada, de cor castanha e aspecto melado, de uma possível taça. No que concerne à Idade Média, salienta-se a descoberta de fragmentos de cerâmicas comuns com bordos salientes ao exterior e moeda cunhada no reinado de D. Afonso V.

Nas imediações do Torrão foi intervencionado um outro local, particularmente a Atalaia da Quinta, interpretado como um casal rústico, onde se identificou restos de

estruturas como um muro de um compartimento, edificado em pedra, e fragmentos de cerâmicas comuns romanas, como bordo de *dolium*, com cordões impressos em redor do bojo, assim como cerâmicas Visigóticas e Emirais, nomeadamente painéis de perfil em "S", bojos e alguns fundos planos, muitos com marcas de uso ao fogo (Matias e Simão, 2016).

Para além destes pequenos assentamentos que surgiram no Período Tardo-Romano e Visigótico, identificámos, de igual modo, um povoado e algumas aldeias/alcarias que surgiram nesta fase e que, grande parte delas, mantiveram-se ocupadas no Período Islâmico. O único povoado descoberto trata-se da Cova do Castelo, implantado em dois cerros elevados, junto à ribeira de São Martinho e da estrada que unia Alcácer a Palmela e Setúbal, onde identificámos troços de silhares de pedras dispersos, possivelmente pertencentes a estruturas, assim como fragmentos de cerâmicas manuais, de pastas grosseiras, de características Pré e Proto-Históricas, tal como cerâmicas comuns, a torno, com decoração incisa, que podemos atribuir ao Período Tardo-Romano e Visigótico. Trata-se de um povoado de altura que terá emergido, possivelmente, nos séculos V/VI d.C., à semelhança do Alberginho que falamos anteriormente, quando se dá o abandono de grande parte das *villae* romanas, no decorrer do século IV, que se achavam dispersas pelo território.

Temos depois algumas alcarias tardo-romanas e visigóticas ocupadas até ao Período Omíada, tendo sido depois abandonadas, como a Junceira 1 e Ordem 1. A primeira situa-se numa plataforma suave, junto à ribeira da Junceira, onde se podem encontrar fragmentos de cerâmicas de construção como telhas e telhas de meia cana digitadas, mas também cerâmicas comuns, pertencentes a grandes contentores, de características tardo-romanas, e outros fragmentos de cerâmicas, com engobes de cor castanha, de cronologia visigótica e emiral. Quanto ao segundo assentamento implanta-se em cerro elevado, junto à ribeira de São Martinho, observando-se, à superfície, telhas de meia cana digitadas e fragmentos de cerâmicas comuns, a torno e manuais, com uma cronologia entre o Período Visigótico e Períodos Emiral e Califal.

Noutras alcarias documenta-se uma longa ocupação, nomeadamente em Horta Velha 2 e 4 e Portela, embora com períodos de interrupção. A primeira situa-se em cabeço suave, junto ao rio Sado, onde à superfície, foram identificados fragmentos de cerâmicas

de construção como telhas e cerâmicas finas romanas, assim como fragmentos de cerâmicas vidradas, de cor castanha e verde, tal como de cor castanha e aspecto melado e, ainda, de cor castanha, verde e negra, que se inserem no Período Islâmico. Para além daquelas, reconheceram-se, de igual modo, fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas das Idades Média e Moderna, demonstrando assim uma continuidade de ocupação naquele sítio após a Reconquista Cristã. Trata-se de um assentamento relacionado ao trânsito fluvial, pelo menos desde o Período Romano, uma vez que ali próximo na Morgada, a cerca de 800 m, foram encontrados vestígios de entulheiras de olaria romana para produção de ânforas da forma Beltran IV, cuja datação se insere nos séculos I e II d.C. (Diogo e Alves, 1988-1989, p. 231; Faria, 2002, p. 69). Após o Período Romano e Tardo-Romano, o local é abandonado, voltando a ser reocupado durante o Califado, mantendo-se a ocupação naquele espaço até às Idades Média e Moderna.

Quanto à Alcaria de Portela implanta-se em pequeno cerro aplanado, junto a linha de água, e, à superfície, abundam fragmentos de cerâmicas comuns, mas também algumas vidradas, de cor castanha, assim como de cor verde e castanha, de aspecto melado, a designada técnica de “verde e castanho”, do Período Islâmico, com uma cronologia que vai desde o Emirado até ao Período Almorávida. Recolhemos também algumas cerâmicas tardo-romanas e visigóticas que comprovavam uma ocupação anterior ao Período Muçulmano, bem como cerâmicas comuns medievais cristãs, possivelmente, correspondentes a uma ocupação após a primeira Reconquista Cristã, em 1160, por D. Afonso Henriques, não se verificando a presença de cerâmicas vidradas presentes em contextos ocupados durante os séculos XIII e XIV. Trata-se de um assentamento que após a Reconquista de Alcácer, em 1191, por parte dos Almóadas, não voltou a ser reocupado.

Para além das *villae*, pequenos casais, povoados e aldeias existiam, igualmente, no território de Alcácer algumas fortificações para vigilância e controlo das principais vias de comunicação que, provavelmente, terão sido erguidas no Período Tardo-Romano e Visigótico, quando se constata uma maior instabilidade e insegurança, levando as comunidades a implantar-se em zonas com boa visibilidade e fortificadas. É o caso da Torre do Ramalhão, situada em cerro muito elevado, junto a linha de água, e cujo topónimo Torre encontramos em fonte escrita, datada do século XV, o qual provém do latim *turrus* e acha-se normalmente associado a estruturas defensivas tardo-romanas e

visigóticas ocupadas, posteriormente, no Período Islâmico (Martínez Enamorado, 1996, p. 59-63). Próximo daquele local encontra-se o topónimo “Aleuba”, proveniente da palavra “Leuba”, de origem germânica, com significado de “guerreiro amado” (Albaigés Olivart, 1993, p. 158), relacionando, uma vez mais, aquele local com uma possível presença visigótica. Aquela torre controlava o eixo viário que unia Alcácer a Palmela, mas também o percurso entre Lisboa e Mérida, com passagem pelo território de Alcácer.

Outro dispositivo defensivo que deverá ter surgido nesta altura foi o Castelo de Portela, associado à Alcaria de Portela, e implantado no cruzamento dos eixos viários que ligavam Alcácer a Lisboa, via sul-norte, e Palmela a Évora e Mérida, no sentido oeste-este. Com a chegada dos muçulmanos no século VIII, aquela fortificação ter-se-á mantido operacional até pelo menos ao Período Almorávida, quando se dá o abandono da Alcaria de Portela. A leste de Alcácer acha-se a Torre de Santa Catarina de Sítimos, junto à ribeira de Sítimos e próxima das *villae* de Porto da Lama e Santa Catarina, assim como da via que unia Alcácer a Évora e Beja, onde encontrámos, à superfície, fragmentos de cerâmicas comuns com um horizonte cronológico entre o Período Romano, passando pelo Islâmico, até às Idades Média e Moderna. Outra fortificação desta época onde confluíam os eixos viários que uniam Alcácer a Évora e Beja, é o Castelo do Torrão, situado junto ao rio Xarrama, onde exumámos alguns fragmentos de cerâmicas comuns com uma cronologia entre o Período Visigótico e Islâmico. O topónimo Torrão, deriva, igualmente do latim *turris* que, conforme referimos anteriormente, está relacionado a um dispositivo defensivo erguido no Período Visigótico e que é reaproveitado, posteriormente, pelos muçulmanos.

Face ao exposto, poderemos reter alguns aspectos essenciais sobre a organização do território no Período Tardo-Romano e Visigótico:

1. Constata-se que as *villae* situam-se, principalmente, em planícies, junto ao rio Sado e dos seus principais afluentes, e nas proximidades dos terrenos mais férteis, assim como das vias de comunicação. Aquelas acham-se relativamente próximas apresentando uma distância entre si, entre 2 e 3 km e em relação à cidade, as mais próximas que seriam, provavelmente *villae* suburbanas, distam cerca de 1 km e as mais afastadas, entre 3 e 24 km. Segundo os dados arqueológicos obtidos, grande parte das *villas* surgiram no século I d.C. e mantiveram-se ocupadas, apesar da decadência da cidade a partir do século III

d.C, até pelo menos ao século IV, conforme podemos constatar através das prospecções nos sítios arqueológicos e, sobretudo, através das sondagens realizadas na *Villa* de Vale de Reis, dirigidas por José Arnaud, que revelaram uma ocupação naquele espaço entre os séculos I d.C e IV d.C. (Faria, 2002, p. 82).

Porém, algumas daquelas mantiveram-se ocupadas no Período Visigótico e Islâmico, tal como se verificou na *Villa* de Santa Catarina de Sítimos através das escavações ali efectuadas que demonstraram uma ocupação entre o século I d.C. e os séculos IX/X e em São João dos Azinhais que, apesar de não ter sido intervencionado, os elementos arquitectónicos e a inscrição ali descoberta, datada do século VII, comprova uma ocupação visigótica, mantendo-se aquele espaço habitado, igualmente, durante todo o Período Islâmico. Os proprietários daquelas *villae* exploravam a terra em regime latifundiário e produziam o azeite, conforme indicam as prensas e pesos de lagares descobertos naqueles assentamentos, mas também dedicavam-se à produção dos preparados de peixes que eram depois colocados em ânforas, produzidas nos fornos existentes junto ao Sado, e exportados via fluvial.

2. A partir do século V, com a queda do Império Romano do Ocidente e a chegada à Península Ibérica dos povos germânicos, aliada as várias disputas nos anos subsequentes entre suevos e visigodos pela disputa do poder e domínio territorial, levaram as comunidades que até então habitavam as *villas* abandonarem estes locais, embora algumas delas tenham permanecido habitadas, para se fixarem em zonas elevadas, com melhores possibilidades de defesa, e fortificadas com uma torre atalaia ou muralhas e torres. Datarão, possivelmente, desta altura, embora seja necessário trabalhos de escavação naqueles locais para obter dados concretos sobre o surgimento daqueles assentamentos, o Povoado Fortificado do Alberginho que, conforme referimos anteriormente, teria sido, provavelmente, uma anterior *villa* habitada na zona mais baixa, que a partir desta fase mais conturbada se fortificou, através da construção de um recinto amuralhado no cerro elevado que se encontra mesmo ao lado. Ali encontramos fragmentos de cerâmicas de construção e comuns romanas, mas também visigóticas e islâmicas, com uma datação entre os séculos VII e X. Terão surgido, de igual modo, nesta altura, possivelmente, os Castelos de Portela e Torrão, bem como a Torre de Santa Catarina, a Torre do Ramalhão e, ainda, o Povoado da Cova do Castelo.

3. Surgem, igualmente, nesta fase e, posteriormente, no Período Visigótico, os pequenos casais agrícolas e novas aldeias que, mais tarde, no Período Islâmico, transformam-se em alcarias, implantados em cerros elevados, junto a cursos de água e próximos dos dispositivos defensivos e vias de comunicação, como por exemplo a Alcaria de Portela, onde as cerâmicas ali exumadas permitem atribuir uma cronologia ao sítio entre os séculos VII e primeira metade do XII, mas também o Casal da Maforinha onde, o estudo que efectuámos das cerâmicas, conferem uma datação ao sítio, similarmente, entre os séculos VII e XII, voltando, posteriormente, a ser reocupado após a Reconquista Cristã, em 1217. De igual modo, no Casal da Atalaia da Quinta as intervenções arqueológicas ali realizadas possibilitaram a recolha de espólio cerâmico de características tardo-romanas, visigóticas e emirais, particularmente tégulas e telhas digitadas com linhas simples, assim como bordo de *dolium*, com cordões impressos em redor do bojo e painéis de perfil em "S" (Matias e Simão, 2016). As comunidades daqueles assentamentos dedicavam-se à agricultura, pastorícia, mas também actividade mineira.

Temos assim delineado para os Períodos Tardo-Romano e Visigótico um povoamento disperso composto por *villae*, aldeias e pequenos casais agrícolas que se situam nas proximidades de um dispositivo defensivo como uma torre atalaia ou fortificação (**Fig. 438**). Grande parte das *villae* são abandonadas, possivelmente no século IV, conforme se comprovou nas escavações realizadas na *Villa* de Vale de Reis, permanecendo, contudo, outras habitadas até ao Período Islâmico, como o exemplo da *villae* de Santa Catarina de Sítimos e São João dos Azinhais. Este panorama verifica-se também em outras regiões do território português como por exemplo no Alqueva, nos concelhos de Reguengos de Monsaraz e Portel, onde as intervenções arqueológicas realizadas em vários assentamentos, interpretados como casais agrícolas, permitiram documentar uma ampla diacronia de ocupação entre os séculos VI e X (Grilo *et alli.*, 2014, pp. 191-236).

No Algarve Oriental constatou-se uma continuidade de ocupação das antigas *villae* nos Períodos Tardo-Romano e Visigótico, mas também Islâmico, à semelhança daquilo que se confirmou em algumas *villas* do território de Alcácer (Catarino, 1997/1998, pp. 540-549). Mais a norte, no Alto Mondego, verificou-se o abandono dos

sítios romanos, entre os finais do século IV ou inícios do V, mantendo-se, contudo, alguns habitados até ao século IX, surgindo novos espaços habitacionais em altura, particularmente no Período Visigótico, para onde se deslocavam as elites e comunidades camponesas, ocupando antigos castros Proto-Históricos, com melhores capacidades defensivas e de visibilidade, achando-se alguns deles protegidos com recintos amuralhados (Tente, 2010, pp. 429-438).

Nos Montes Ocidentais da Vega de Granada dá-se, de igual modo, a partir dos finais do século IV, o abandono das *villae* e começa a surgir, a partir do século V, devido à instabilidade vivida na Península Ibérica com a chegada dos povos germânicos, assentamentos de altura que se vão intensificar no território, a partir dos séculos VI e VII, devido a factores políticos, uma vez que aquele espaço geográfico dominado pelos visigodos fazia fronteira com o território bizantino (Mattei, 2013, pp. 549-551).

4.1.2. Emirado

Com a chegada dos muçulmanos à Península Ibérica, em 711, o povoamento no território de Alcácer não sofreu, no imediato, grandes oscilações mantendo-se ocupadas algumas das antigas *villae* dispersas pelo território, como Santa Catarina de Sítimos e São João dos Azinhais, conforme aludimos anteriormente, mas também, possivelmente, as *villas* de Porto da Lama e São Romão do Sado. Em Santa Catarina as escavações ali realizadas permitiram recolher alguns fragmentos de cerâmicas de características visigóticas e emirais, com abundantes elementos não plásticos e fabricados com pastas locais, apresentando decoração incisa na superfície externa composta por linha paralela e outras onduladas a pente (Carvalho, 2008a, p. 20). Para além das *villae*, mantiveram-se habitadas algumas aldeias e pequenos casais agrícolas que tinham surgido durante o Período Tardo-Romano e Visigótico, permanecendo mesmo alguns daqueles ocupados depois do fim do Emirado.

A grande alteração que observamos nesta época em relação ao povoamento tardo-romano e visigótico é sem dúvida o surgimento de fortificações junto ao rio Sado, mas também nas imediações das principais vias de comunicação que uniam Alcácer a outros territórios do *al-Andalus* e, como consequência dessa nova organização, o aparecimento de novos povoados, alcarias e casais agrícolas. Não obstante para compreendermos estas

transformações ocorridas no povoamento temos primeiro de nos debruçar sobre o contexto político e militar que o território peninsular e, em particular Alcácer, atravessava entre os séculos VIII e primeira metade do século X. Tal como fizemos alusão no II capítulo desta dissertação, as primeiras décadas do domínio islâmico foram marcadas por distintos conflitos entre árabes, berberes e moçárabes, sendo a divisão das terras conquistadas e a fiscalidade o principal motivo das tensões e conflitos entre aqueles grupos.

O ano de 740 marca o início da instabilidade na região em estudo com o começo das revoltas em Galiza e Mérida contra o Califado de Damasco e a chegada ao Baixo Alentejo, particularmente a Beja e Algarve, de árabes, sírios e egípcios, vindos do Norte de África por ordem do Califa Abássida, com a finalidade de reforçar os contingentes fiéis e conter as revoltas berberes. Nos anos subsequentes as revoltas na área de Beja e Mérida, mas também Lisboa, intensificam-se, sobretudo após a chegada de *ʿAbd al-Rahman I*, em 756, e a criação do Emirado de Córdoba, independente do Califado de Damasco. O Emir de Córdoba teve de conter várias revoltas nas regiões referidas, as quais se prolongaram ao longo do século IX com os emires que se seguiram, tendo-se ainda efectuado campanhas aos territórios cristãos, como a Galiza e Vale do Minho, como retaliação pelos ataques que aqueles efectuavam, como o exemplo da cidade de Lisboa, nos territórios muçulmanos.

Alcácer estaria nesta fase integrada na *Kura de Beja* pertencendo, por isso, o seu território ao *jund* sírio instalado naquela cidade, achando-se, de igual modo, no seio dos vários conflitos existentes naquela altura, uma vez que se encontrava próxima das cidades onde aqueles ocorriam, como Beja e Lisboa, e, sobretudo, as principais vias de comunicação que uniam Lisboa a Mérida, assim como Mérida a Beja, ou Lisboa a Évora e Beja, passavam pelo território de Alcácer. É, portanto, admissível que, a partir de 740, tenham sido erguidas fortificações no território de Alcácer pelas populações hostis aos governadores Omíadas de Córdoba para defender o seu território, mas também a cidade de Beja, caso contrário, aquelas comunidades não teriam espaço de defesa coerente e seriam facilmente derrotadas pelos exércitos de Córdoba. Porém, é muito difícil arqueologicamente, sobretudo com dados obtidos somente a partir de prospecções arqueológicas, relacionar as fortificações encontradas com a cronologia em questão,

sendo necessário efectuar trabalhos de escavação naqueles sítios, tendo em vista identificar espólio associado a testemunhos arquitectónicos, assim como promover a realização de datações por radiocarbono, de modo a obter informações concretas sobre a cronologia daqueles assentamentos.

Apesar do exposto, através do estudo das cerâmicas exumadas, à superfície, em alguns daqueles sítios arqueológicos identificados conseguimos perceber que algumas das fortificações que tinham surgido no Período Tardo-Romano e Visigótico mantiveram-se operacionais nas primeiras décadas do domínio muçulmano. É o caso do Castelo do Torrão onde, provavelmente nesta fase existiria somente uma torre fortificada, daí o topónimo “Torrão” que, conforme aludimos anteriormente, provavelmente derivará do latim *turris* que, no Período Islâmico, sofre alteração para *turrus*, e que normalmente designava uma torre atalaia fortificada (Martínez Enamorado, 1996, pp. 59-60). Ali exumámos, tal como o arqueólogo António Carvalho, fragmentos de cerâmicas comuns produzidas localmente, com pastas pouco homogéneas e compactas, fabricadas a torno lento e cozidas em ambiente redutor e oxidante, com decoração incisa, de características emirais, mas também califais. Aquele dispositivo defensivo controlava o eixo viário entre Alcácer e Beja, mas também entre Lisboa e Beja com passagem por Alcácer, sendo “a porta de entrada” daqueles territórios, mais a norte, ao sul do ocidente do *al-Andalus*, actuais Baixo Alentejo e Algarve.

No Torrão confluíam assim os eixos viários que ligavam Alcácer a Évora e Beja e a partir do cerro, onde se implantava aquela fortificação, é possível ver a Serra da Arrábida e Alcácer, mas também a cidade de Beja e todo o restante Baixo Alentejo, sendo perceptível a importância que aquela teria na defesa daquela cidade e do seu território. Outra fortificação que se manteve ocupada nesta altura foi a Torre de Santa Catarina de Sítimos, também junto à via que unia Alcácer a Évora e Beja, e que protegia as *villae* de Santa Catarina e Porto da Lama, assim como o curso fluvial da ribeira de Sítimos que era navegável até ao rio Sado. Naquele sítio recolhemos fragmentos de cerâmicas comuns que remontam aos séculos VIII e IX, embora a maior parte do espólio seja posterior, e fragmentos de cerâmicas de construção como tégulas, imbrices e telhas de meia cana. Através daquele dispositivo militar é possível ver a cidade de Alcácer do Sal e, na linha do horizonte, a Serra da Arrábida e o Castelo de Palmela, mas também o Castelo do

Torrão, a sudeste, demonstrando, assim, a importância daquela fortificação na proteção dos caminhos que uniam Lisboa, Alcácer e Beja entre si.

A norte de Alcácer mantiveram-se em funcionamento as fortificações do Alberginho, junto à via Lisboa, Alcácer, Beja e Évora, e Castelo de Portela, situado na confluência dos eixos viários que uniam Lisboa, Palmela e Évora, mas também Beja e Alcácer às cidades de Lisboa, Badajoz e Mérida. No primeiro sítio recolhemos fragmentos de cerâmicas comuns com pastas grosseiras e bastantes elementos não plásticos, com uma cronologia entre o século VII e inícios do século X, enquanto no segundo sítio, exumámos, nomeadamente na Alcaria de Portela que estaria associada ao Castelo de Portela, fragmentos de cerâmicas com uma cronologia entre os séculos VII e primeira metade do XII, evidenciando a longa ocupação daquele espaço por parte das comunidades muçulmanas, que se pode justificar pela presença de bário e manganês naquela zona. A partir dos cerros onde se erguia o dispositivo defensivo é possível observar o Castelo de Alcácer do Sal, com o qual aquela comunicaria.

Em relação à cidade de Alcácer não sabemos se nesta fase achar-se-ia ocupada, se encontrar-se-iam fixadas algumas tropas do *jund* sírio de Beja, porém as fontes islâmicas relatam que estaria abandonada quando ali chegaram os *Banu Danis*, o que demonstra as fragilidades defensivas daquele território litoral e que facilmente são perceptíveis na primeira metade do século IX, nomeadamente em 828, quando o berbere *Mahmud ibn 'Abd al-Gabbar* e o *muladi Sulayman ibn Martin* se rebelaram em Mérida, conseguindo manter a cidade algum tempo. Naquele período ao deixarem Mérida, devido à aproximação dos exércitos de Córdova, *Mahmud* desceu ao Vale do Guadiana passando por Badajoz, dirigindo-se em seguida para sul até Beja, onde enfrenta contingentes enviados pelo Emir, avançando depois para a Serra de Monchique, onde permanece algum tempo (Correia, 2010, pp. 160-168). Segue depois em direcção ao norte do território até Lisboa, utilizando certamente o eixo viário que unia Faro a Lisboa, com passagem obrigatória por Alcácer, encontrando somente resistência ao chegar a esta última cidade do Vale do Tejo, pondo em evidência o mau controlo das zonas litorais por parte dos Omíadas e a ausência de um poder instalado em Alcácer.

Verificamos, igualmente, esta situação uns anos mais tarde, particularmente em 844, quando se dá o primeiro ataque viking na região de Lisboa, prosseguindo aqueles as

incursões por Beja e Costa Algarvia, os quais voltam a ocorrer uns anos mais tarde, em 858 e 859, quando aqueles voltam novamente a atacar Lisboa e as costas de Beja, possivelmente Alcácer, não encontrando nenhuma resistência nestas zonas. É a partir destes acontecimentos que o poder emiral de Córdoba, sob o domínio de *Abd al-Rahmān II*, começa a investir na defesa das zonas litorais do ocidente do *al-Andalus*, instalando naquelas uma rede de atalaias e *ribats*, assim como estaleiros de construção naval, para controlo e protecção daquelas zonas, fazendo com que Alcácer cresça no século X, tornando-se sede de *kura*. Tal como aludimos anteriormente, foram encontradas em Alcácer moedas Omíadas, cunhadas nos reinados de *Abd al-Rahmān II* e *Muhammad I*, comprovando a presença do poder central de Córdoba, logo após o primeiro ataque viking e antes da chegada dos *Banu Danis* à cidade.

Após dotar Alcácer e o seu território de todos os equipamentos necessários para a sua defesa, os Omíadas decidem colocar no poder, a família berbere dos *Banu Danis*, anteriores aliados de Córdoba, que tinham estado à frente dos domínios da cidade de Coimbra, possuindo, deste modo, uma vasta experiência na governação das sedes militares de fronteira e na colheita de impostos entre uma população que era, maioritariamente, cristã. Acreditamos ter sido a partir do reinado de *Abd al-Rahmān II*, com prosseguimento depois no reinado de *Muhammad I*, já com os *Banu Danis* à frente dos domínios da cidade, que se procedeu à construção de um conjunto de torres atalaias junto ao rio Sado, de que é exemplo as Atalaias de Murta e Abul, as quais tivemos oportunidade de realizar intervenções arqueológicas, mas também as Torres de Montevil Algarvios e Chagas.

Aquelas foram construídas em cerros elevados, junto ao rio Sado, sendo visíveis entre si, ocupando antigos assentamentos da Idade do Ferro e do Período Romano, como é exemplo a Atalaia de Murta. As sondagens que efectuámos nos dois locais permitiram constatar que ambas as torres, de planta circular, possuem 8 m de diâmetro e foram edificadas com silhares de pedra, preenchidos por pedra miúda e argamassa. A pedra utilizada na construção daqueles dispositivos foi extraída da Serra da Arrábida e é composta por calcários da brecha da Arrábida, granitos, basaltos, arenitos, biocalcarenitos e xistos, mas, também, alguns seixos e cascalhos provenientes das costas do Sado e outros cursos de água na envolvente. Todo o trabalho envolvido desde a extracção da pedra na

Serra da Arrábida e o seu transporte até àqueles locais, assim como o seu aparelhamento, só seria possível com a intervenção de um poder central ou regional.

As cerâmicas que exumámos na Atalaia de Murta permitiram documentar uma ocupação que teve início na Idade do Ferro e Período Romano Republicano, onde possivelmente existiria algum castro, dada a posição estratégica daquele local, seguindo-se uma fase de abandono, voltando o sítio a ser reocupado novamente no Período Emiral, com a construção de uma torre atalaia que assenta os seus alicerces sobre uma estrutura daquela época, até ao Período Almóada. Na Atalaia de Abul foi possível verificar, através das cerâmicas recolhidas, uma ocupação que teve início no Período Emiral e que se manteve também até ao Período Almóada.

Em termos de disposição no território as Atalaias de Murta e Abul apresentam uma distância entre si de 3 km, embora estejam situadas em margens opostas do rio e, em relação às restantes, todas elas situadas na margem esquerda, como a Torre de Montevil, Algarvios, Chagas e Santa Catarina de Sítimos, junto à ribeira de Sítimos, entre 6 e 7 km. Curiosamente, desde a Torre de Chagas até ao sítio Porches, existe uma distância de 6 km, o que nos faz acreditar, dada a toponímia, apesar de não termos identificado nenhuma estrutura no terreno, da existência de uma outra atalaia que protegeria o troço navegável do rio até Porto Rei, uma vez que a partir de Porches é possível visualizar todo o percurso do rio, desde aquele local até à Serra da Maceira, onde se implantaria a Torre de Chagas.

A partir daquelas conseguia-se obter uma larga amplitude visual sobre o rio Sado e o Oceano Atlântico, observando-se, de igual modo, os castelos de Palmela e Alcácer, assim como todo o percurso navegável entre aqueles, sendo possível, igualmente, a visualização e comunicação entre si, antecipando qualquer movimento que pudesse navegar por aquelas águas sadinas. A existência destes pontos fortificados junto ao Sado, relativamente próximos e visíveis entre si, aliado à existência de uma frota naval permanente, protegiam o acesso à *madina* de Alcácer de possíveis embarcações vikings, entre outras ameaças, que pudessem colocar em perigo a cidade e os seus habitantes. Podemos constatar este facto quando, em 966, são avistadas embarcações vikings no rio Sado, sendo prontamente o alerta dado ao Califa pelo governador de Alcácer, demonstrando, assim, a existência de uma boa vigilância permanente daquele curso fluvial.

Para além dos ataques vikings, Alcácer sob o domínio do Emirado de Córdoba e dos *Banu Danis*, logo após a sua fixação na cidade, teve de lidar com as revoltas de *muladis* e berberes, particularmente de *ibn Marwan* e os seus apoiantes, que assolavam o *Gharb* ameaçando a segurança do território de *al-Qasr*. O foco dessas insurreições era Mérida e Badajoz, porém com saques e pilhagens que se estenderam a Lisboa e a outras regiões a sul do território, como Beja e Faro, utilizando as antigas estradas romanas que passariam pelo território de Alcácer. Para além destes conflitos, existia também a ameaça constante dos cristãos do norte que tentavam alargar a fronteira e reconquistar as cidades do sul, sendo que uma das maiores incursões que colocaram em causa a segurança do território de Alcácer, durante o Emirado, foi o ataque de Ordonho II a Évora, em 913, culminando na morte do governador daquela cidade e de grande parte da população que ali habitava. Face a este acontecimento os governadores das várias cidades do *Gharb* procederam à reestruturação das suas defesas, incluindo, possivelmente, o governador de Alcácer, uma vez que aquela fazia fronteira com a cidade de Évora.

Mesmo após a morte de *ibn Marwan*, a família daquele e os seus seguidores continuaram a dominar várias cidades que faziam fronteira com o território de Alcácer, como é o caso de Beja que era dominada por *Abd al-Malik ibn Abu-I-Jawad*, que fora lugar-tenente de *ibn Marwan*, e Évora, reconstruída e povoada, em 914, após o ataque de Ordonho II, por ordem do governador de Badajoz, *ʿAbd Allah ibn Muhammad ibn Marwan al-Jilli*, neto de *Ibn Marwan al-Jilli*, sendo o governo da cidade entregue a *Masʿud b. Saʿdun al-Surumbaqi* que possuía laços familiares com os *Banu Danis* (Viguera e Corriente, 1981, pp. 81-84; Coelho, 2008, pp. 189-200).

Terá sido neste contexto de conflito, e sob o domínio dos *Banu Danis*, que se ergueram uma série de fortificações e torres atalaias ao longo das principais vias que uniam Alcácer às regiões onde se desenrolavam as rebeliões e os saques. Uma dessas fortificações foi o Castelo de Vale de Trigo, situado a norte de Alcácer, junto ao caminho que unia aquela cidade aos territórios mais a norte, como Palmela e Lisboa, mas também Évora, Mérida e Badajoz, e cujas escavações arqueológicas que ali realizámos permitiram colocar à vista uma pequena porção do recinto amuralhado norte, com uma espessura de 1,60 m e uma altura conservada de 0,75 m. Aquela fortificação era composta por dois recintos, um situado a norte, na zona de cota mais alta, e outro no cerro sul,

edificados com silhares de pedra, preenchidos por pedra miúda e argamassa, que terão sido extraídos das Serras da Serrinha e Clérigos, a cerca de 4 km.

Na encosta norte do recinto amuralhado, onde a inclinação é mais íngreme, é possível observar, entre a densa vegetação, vestígios da passagem da muralha e de uma possível torre que reforçava a defesa daquela zona norte. Durante as intervenções arqueológicas realizadas não foi exumado nenhum espólio, contudo, a cerca de 600 m a sudoeste deste local, onde se situava o povoado associado àquele *hisn*, encontramos fragmentos de telhas digitadas e cerâmicas comuns, produzidas localmente, com uma cronologia entre os séculos VIII e primeira metade do XII, abarcando o Período Emiral até ao Almorávida.

Da zona mais elevada daquele *hisn* é possível observar outras fortificações que existiam no território como o Castelo de Portela e Alberginho, mas também o curso do rio Sado, entre a Batalha e Montevil, onde é possível ver, a cerca de 12 km, a Torre de Montevil, demonstrando, desde modo, o papel crucial que aquele dispositivo defensivo teria no controlo e protecção das principais vias de comunicação, mas também na vigilância do curso fluvial, onde frequentemente apareciam barcos dos normandos colocando em perigo a cidade de Alcácer e as comunidades rurais que habitavam o seu território. Face ao exposto, e dada a cronologia das cerâmicas identificadas no assentamento próximo à fortificação, cremos que aquele *hisn* terá sido edificado durante o Emirado, após a instalação dos *Banu Danis* na cidade, por ordem do Emir *Muhammad I*, para fazer face às ameaças dos vikings, mas também controlar as forças berberes e *muladis* que ameaçavam o território. Para além disso, a construção daquela implicou a mobilização de recursos e mão de obra especializada, uma vez que a pedra extraída das Serras da Serrinha e Clérigos, teve de ser trabalhada e transportada até àquele local, algo somente possível de executar por um poder centralizado.

Mais a norte do território encontramos outras fortificações que terão sido erguidas também nesta altura, nomeadamente o Torrejão, junto à via que unia Alcácer a Lisboa e Évora, e o Castelo do Vale de Alcácer de Cima, junto à via que unia Alcácer ao importante eixo viário Lisboa-Badajoz/Mérida. No primeiro dispositivo defensivo, situado em cerro elevado, junto à ribeira de São Martinho, identificámos fragmentos de cerâmicas comuns, com traços pintados de cor branca e castanha/negra, possuindo alguns deles decoração

incisa, assim como um fragmento vidrado, de cor castanha e aspecto melado, inserindo-se o espólio numa cronologia entre os séculos VIII e XIII, abarcando, deste modo, todo o Período Islâmico.

Reconhecemos, de igual modo, alguns possíveis alinhamentos de pedras na encosta poente que sugerem a presença de estruturas e ao observar o cerro do Torrejão ao longe, é perceptível uma plataforma artificial elevada que parece indicar a existência de uma grande estrutura circular no subsolo. Daquele local obtém-se uma excelente visibilidade em direcção a norte e facilmente percebemos porque aquela foi ocupada ao longo de todo o Período Muçulmano, uma vez que a mesma era essencial na defesa da região norte de Alcácer, dado que a Serra da Serrinha obstrui a visibilidade naquela direcção. A partir dali visualiza-se o Castelo de Palmela e todo o curso fluvial da ribeira de São Martinho até ao rio Sado, assim como outros pontos fortificados que se achavam dispersos pelo território como a Torre do Ramalhão, Atalaia da Espadaneira e o Castelo do Vale de Alcácer de Cima.

No Castelo do Vale de Alcácer de Cima identificámos troços de um potente muro, edificado em pedra e taipa, com uma espessura de 1,45 m, e restos de duas possíveis torres, igualmente construídas em pedra e taipa, já bastante arruinadas. Pela disposição dos vestígios descritos o recinto, de possível planta rectangular, teria cerca de 11 ha. A técnica construtiva ali identificada não se assemelha às construções do Período Almóada, sugerindo a sua edificação num período anterior, e dada a má qualidade da taipa, poderá ter sido uma construção de iniciativa campesina e não propriamente por iniciativa do poder central. Durante os trabalhos de prospecção recolhemos no local um fragmento de um bordo de jarrinha, fabricado a torno lento e cozido em ambiente redutor e oxidante, com uma cronologia entre os séculos VIII e inícios do XI, datando a construção daquele *hisn*, provavelmente, nos Períodos Emiral e Califal.

A partir daquela fortificação seria possível observar os castelos de Palmela e Montemor-o-Novo, onde passava o importante eixo viário entre Lisboa, Badajoz e Mérida, conseguindo controlar todos os movimentos que pudessem aproximar-se de Alcácer, quer de poente, quer de leste, aspecto que seria fundamental durante as rebeliões de *Ibn Marwan* e dos seus aliados contra o Emirado de Córdoba, sendo aquela via bastante utilizada nos ataques realizados a Lisboa. A partir daquele observa-se, a sul, para além de

outros pontos fortificados que se achavam dispersos pelo território, também os castelos do Torrejão, de onde é possível ver Palmela, e de Vale de Trigo que, mediante qualquer sinal de perigo que se pudesse aproximar, comunicaria ao Castelo de Portela e, a partir deste último, a mensagem chegaria a Alcácer.

Outras fortificações que deverão ter surgido nesta altura foram os castelos de Nossa Senhora da Esperança e do Alto de São Vicente, ambos implantados em zonas muito elevadas e quase inacessíveis, com um amplo domínio da paisagem envolvente e reaproveitando anteriores povoados fortificados da Idade do Ferro e Período Romano Republicano. O primeiro situa-se no ponto mais elevado da Serra das Alcáçovas, afastado dos terrenos mais férteis, junto à via que unia Alcácer a Évora, mas também Évora a Beja, usufruindo de um domínio visual estrondoso.

Os trabalhos de prospecção que efectuámos naquele sítio permitiram identificar a existência de dois recintos amuralhados, um que coroa a zona mais elevada, onde está o actual Convento de Nossa Senhora da Esperança e um outro que se distribui pela encosta leste, observando-se grandes derrubes de pedras que poderão ter pertencido a torres, possuindo ambos uma disposição ovalada. Em alguns troços é possível verificar que os muros possuem uma espessura de 2,5 m, tendo sido aquele dispositivo defensivo construído em pedra seca, com silhares de pedras de pequenas e médias dimensões, dispostos de forma irregular, ligados por pedra miúda. Alguns silhares apresentam vestígios de argamassa, sugerindo a utilização daquele ligante entre os mesmos.

As cerâmicas que identificámos, à superfície, em particular, na encosta leste do recinto de maiores dimensões, caracterizam-se por fragmentos de cerâmicas comuns fabricadas manualmente, de grandes recipientes, com pastas grosseiras e com abundantes elementos não plásticos, assim como fragmentos de telhas e algumas cerâmicas comuns com pastas homogéneas, com engobes de cores vermelhas, com uma cronologia entre a Idade do Ferro e Período Romano Republicano. No topo daquele recinto e nas proximidades do recinto mais pequeno, situado no ponto mais elevado, onde está o actual edifício religioso, encontrámos alguns fragmentos de telhas de meia cana e cerâmicas que poderão remontar a uma ocupação na Alta Idade Média, nomeadamente, no Período Islâmico. Tratam-se de fragmentos de cerâmicas comuns, sobre as quais se aplicou

engobe de cor castanha, e alguns fragmentos de cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado.

Acreditamos que a ocupação islâmica ter-se-á centrado, principalmente, no recinto implantado na zona mais elevada, que designamos de recinto A, onde recolhemos as cerâmicas da Alta Idade Média, porém somente futuros trabalhos e projectos de investigação direccionados para aquele sítio poderão vir a dar respostas concretas sobre os distintos hiatos de ocupação naquele local. A partir daquele é possível observar Alcácer do Sal, bem como o curso do rio Sado, desde ali até à Serra da Arrábida, onde se encontra o Castelo de Palmela, também ele visível a partir da fortificação. Visualiza-se, de igual modo, as cidades de Évora e Beja, tal como outros *husun* e torres atalaias dispersas pelo território, como o Castelo do Torrão e do Alto de São Vicente, Torre de Santa Catarina de Sítimos, entre outros, o que fazia daquele local um ponto chave no controlo do território entre as cidades de Alcácer, Beja e Évora. A possibilidade de comunicação com as três principais *madinas* citadas, assim como com os *husun* e torres atalaias dispersas pela paisagem envolvente, oferecia àquela fortificação uma posição privilegiada, permitindo controlar quem circulasse pelas vias de comunicação entre aquelas cidades.

Quanto ao Castelo do Alto de São Vicente, à semelhança do anteriormente descrito, implanta-se em esporão elevado no topo da Serra do Alto de São Vicente, junto ao eixo viário que unia Évora a Beja, nas imediações de Pedras de Água, uma nascente de água, onde fontes orais referem ter sido encontrada uma pedra epigrafada com caligrafia árabe. Naquele sítio foram reconhecidos, à superfície, troços de muros de possíveis muralhas, conservando uma espessura de 2 m, assim como estruturas semicirculares que poderão ter pertencido a torres, edificadas com silhares de pedra de pequena e média dimensão. Nas encostas daquela elevação são visíveis desmoronamentos de pedra que se acham alinhados com os muros descritos, sugerindo a presença naquele local de um recinto fortificado com eventuais torres semicirculares adossadas. Ali foram identificados alguns utensílios de pedra polida, um fragmento de telha e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, muito rolados, de difícil caracterização cronológica, tendo sido aquelas atribuídas às Idades do Ferro, Período Romano e Idades Média e Moderna (Galamba, 2012, p. 71).

A partir daquele sítio é possível observar, a norte, o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, assim como a cidade de Évora e, nas suas proximidades, o Castelo do Giraldo na Serra de Monfurado. A sul, vê-se a cidade de Beja, tal como algumas terras do Baixo Alentejo, como por exemplo Ferreira do Alentejo e, a leste, o Castelo de Portel. O contacto visual daquela fortificação com as cidades de Évora e Beja evidencia a importância daquele local na estratégia de defesa da cidade de Alcácer, uma vez que a possibilidade de visualização daquelas duas importantes *madinas* e o facto de se conseguir comunicar com o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, implantado na Serra das Alcáçovas onde é possível ver Alcácer, possibilitava avisar, atempadamente, aquela última cidade de eventuais perigos que pudessem aproximar-se da mesma.

Apesar do desconhecimento relativo ao espólio daquele sítio, a sua relação com o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, bem como as cidades de Évora e Beja, onde nos séculos VIII e IX, ocorreram acontecimentos políticos e militares de grande relevância, conforme tivemos oportunidade de expor anteriormente, colocam a forte possibilidade de ter ocorrido naquela fortificação uma ocupação Islâmica. O relato da epígrafe com caligrafia árabe descoberta em Pedras de Águas, embora seja desconhecida a sua localização hoje em dia, assim como os vários topónimos sugestivos, de origem árabe, a sul daquele *hisn*, como Monte do Algozim, Herdade dos Alfanges e Horta das Almoínhas, parece indicar uma ocupação islâmica nas imediações daquele dispositivo militar.

Para além das torres atalaias junto ao rio Sado e dos *husun* erguidos no interior do território, surgem, igualmente, nesta fase, algumas torres atalaias que vigiavam os principais caminhos, como a Atalaia Velha do Torrão, junto ao eixo viário que unia Alcácer a Évora e Badajoz, via norte, passando pelo Castelo de Nossa Senhora da Esperança na Serra das Alcáçovas e, via sul, em direcção a Beja, Faro, Córdova e Sevilha, com passagem pelo Castelo do Torrão. A partir do cerro onde aquela se erguia é possível ver a cidade de Alcácer e o curso fluvial do Sado, onde se implantavam as torres atalaias, até à Serra da Arrábida, assim como o Castelo do Torrão, com o qual aquela se relacionava, e as cidades de Évora e Beja, mas também os castelos de Nossa Senhora da Esperança e do Alto de São Bento, junto às vias que ligavam aquelas cidades entre si. Observa-se, ainda, a norte, junto à via Alcácer-Lisboa, mas também Lisboa-Évora, o Povoado Fortificado do Alberginho e os castelos de Portela e Vale de Trigo.

Mais a norte do território achava-se a Torre do Ramalhão, junto à via que unia Alcácer a Palmela, que terá sido erguida, possivelmente no Período Visigótico, conforme referimos anteriormente, e a Atalaia da Espadaneira, junto à via que unia Alcácer a Montemor-o-Novo, Badajoz e Mérida, assim como entre Lisboa, Badajoz e Mérida. A partir daquele dispositivo defensivo era possível observar todo o vale do Sado desde Palmela, passando por Alcácer até perto do Torrão, onde termina aquele curso navegável, conseguindo obter também uma boa visão, em direcção a norte e nordeste, entre Palmela e Évora Monte, possuindo claramente um controlo sobre o eixo viário directo entre Lisboa, Badajoz e Mérida, bem como daquelas cidades em direcção a sul, onde se encontra Alcácer.

Ao longo daquele percurso entre Lisboa e Badajoz, é possível ver o Castelo de Palmela, assim como Cabrela e os castelos de Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évora Monte, situado na Serra de Ossa, onde passava a via que unia Lisboa a Badajoz e com os quais a Atalaia da Espadaneira conseguia ver e comunicar. A sul, onde passava o caminho que vinha de Alcácer para aquelas cidades, vê-se o Castelo de Alcácer, o Povoado Fortificado do Alberginho e os castelos de Vale de Trigo, Torrejão, Portela, Vale de Alcácer de Cima e a Torre do Ramalhão.

Nas imediações destas fortificações e torres atalaias situavam-se as *villae*, aldeias e casais agrícolas que daquelas dependiam, pagando o tributo que depois era entregue à cidade de Alcácer e dali seguiria para Córdova. Para além das *villas*, povoados, aldeias e casais que se mantêm habitados desde os Períodos Tardo-Romano e Visigótico, surgem novos assentamentos implantados em cerros elevados como o Povoado de Vale de Trigo, junto ao Castelo de Vale de Trigo, onde recolhemos fragmentos de telhas de meia cana digitadas, assim como cerâmicas comuns, com traços pintados, de cor vermelha e branca, pertencentes a jarrinhos(as), jarros(as) e talhas, com uma cronologia entre o século VIII e primeira metade do século XII.

No raio de influência da fortificação referida estava também o Casal Agrícola de Alberge 1 e a Alcaria de São Lourenço. No primeiro identificámos fragmentos de cerâmicas comuns muçulmanas, nomeadamente um bordo de alguidar e um fragmento de jarro ou jarra, inserindo-se cronologicamente aquelas peças nos finais do século IX e inícios do XI, tendo aquele casal sido abandonado após o Período Califal, voltando a ser

reocupado nas Idades Média e Moderna. Na Alcaria de São Lourenço, onde tivemos oportunidade de realizar intervenção arqueológica, foram colocadas a descoberto um conjunto de estruturas pertencentes a um compartimento, como dois pisos, troços de um muro e soleira de porta, assim como um possível silo onde assenta uma mó de grandes dimensões em granito. Durante os trabalhos recolhemos fragmentos de telhas de meia cana digitadas e fragmentos de cerâmicas comuns com traços de pintura de cor branca e vermelha, mas também cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado, com decoração incisa do Período Islâmico, inserindo-se o conjunto numa cronologia entre os séculos VIII e XII. Foram, de igual modo, recolhidos fragmentos de cerâmicas com engobes de cores negras e vermelhas que deverão remontar ao Período Romano Republicano.

Outros assentamentos que surgiram no Período Emiral foi a Alcaria da Azenha Velha, situada no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, cujas cerâmicas ali recolhidas mostraram uma ocupação com início no Período Romano e, posteriormente no Período Islâmico, desde o Emirado até ao Período Almóada, seguido de uma ocupação nas Idades Média e Moderna. No raio de influência do Castelo de Torrejão surgiu a Alcaria de Gargolim de Baixo 1, implantada num pequeno cerro aplanado, junto à ribeira da Junceira, onde recolhemos fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor verde, assim como fragmento vidrado, numa das superfícies, de cor castanha e aspecto melado, enquanto na outra superfície, ostenta vidrado de cor castanha, melada e negra, com uma cronologia entre os séculos IX e XIII, comprovando uma ocupação que se manteve ao longo de todo o Período Islâmico. Nos arredores do Castelo de Portela, para além da Alcaria de Portela, surgiu nesta altura o Casal do Cabeço da Mina, implantado em cerro elevado, onde identificámos fragmentos de telhas de meia cana digitadas e fragmentos de cerâmicas comuns com uma cronologia entre os séculos IX e XII.

Junto ao rio Sado surgiram, de igual modo, novos assentamentos como o Povoado de Porches 2 e os casais de Sesmarias da Azenha e Monte do Alto, todos eles com uma anterior ocupação romana, provavelmente no Alto Império, e ligados à pesca e actividades portuárias. A sul de Alcácer, junto ao ribeiro do Arcão, emergiram os povoados Mirassobral 1 e Taralhão 2, assim como a Alcaria de Entre Rios 2, relacionados

à exploração mineira do quartzo e caulino existente nas proximidades, conforme sugerem as escórias ali descobertas. Naqueles assentamentos foram identificados fragmentos de cerâmicas comum, de pastas grosseiras, particularmente bordos extrovertidos, asas e fundos planos, os quais se inserem numa cronologia no Período Romano e, possivelmente, Islâmico, bem como nas Idades Média e Moderna (Rocha, 2008, pp.16-20; 2009, p. 19).

Os aspectos essenciais a reter sobre o povoamento no Período Emiral são:

1. Com a chegada das primeiras comunidades muçulmanas, a partir do século VIII, não houve uma ruptura com o modelo de povoamento disperso que já existia desde o Período Tardo-Romano e Visigótico, mantendo-se algumas das *villae* ocupadas, assim como as fortificações, povoados de altura, aldeias e casais agrícolas que tinham surgido anteriormente.
2. Há um investimento na fortificação do território, sobretudo junto ao rio Sado com a instalação de um conjunto de torres atalaias, particularmente a partir de 844, devido aos ataques vikings, mas também na construção de *husun* para protecção dos principais eixos viários e para defender os territórios das rebeliões de *muladis*, berberes e moçárabes que ocorriam nesta altura nos territórios limítrofes de Alcácer, como Beja e Lisboa, contra o Emirado de Córdoba, mas também para conter as ameaças dos cristãos do norte, sendo o exemplo mais ilustrativo o ataque de Ordonho II a Évora, em 913, que colocou em alerta grande parte do *Gharb*.
3. Surgem em redor daqueles *husun* e torres atalaias novos povoados, alcarias e casais agrícolas, implantados normalmente em zonas elevadas ou num pequeno cerro aplanado, juntos dos cursos de água e solos mais férteis, baseando-se as explorações agrárias, não somente em pequenas áreas restritas do solo, como anteriormente, mas começando a incrementar uma agricultura de regadio direccionada para os excedentes agrícolas (**Fig. 439**). Nalguns daqueles povoados e alcarias produzia-se o azeite, tradição que já vinha deste Época Romana, conforme documentamos no Povoado de Vale de Trigo onde abundam as oliveiras centenárias nas redondezas, mas também na Alcaria de São Lourenço onde encontrámos uma mó de lagar de grandes dimensões. Junto à Serra da Serrinha,

onde existia bário e manganês, as comunidades que ali habitavam, particularmente nas Alcarias de Portela, Gargolim de Baixo 1, Casal do Cabeço da Mina exploravam aqueles minerais e dedicavam-se, possivelmente, à pastorícia, à semelhança dos povoados de Mirassobral 1 e Taralhão 2, assim como a Alcaria de Entre Rios 2, situados junto ao ribeiro do Arcão, nas proximidades de minas de quartzo e caulino. Junto ao rio Sado surgiram outros povoados e casais agrícolas que se dedicavam às actividades ligadas ao rio, como a pesca, a extracção do sal, e o seu transporte via fluvial.

As cerâmicas daqueles assentamentos são constituídas por fragmentos de exemplares comuns, produzidos com pastas grosseiras, com abundantes elementos não plásticos, fabricadas manualmente e a torno lento, por vezes com alternância de cozedura, embora tenhamos recolhido, de igual modo, cerâmicas com pastas homogéneas e produzidas a torno rápido com cozeduras oxidantes, produzidas localmente ou regionalmente, evidenciando poucos contactos comerciais nesta fase. O leque de formas é reduzido, onde predominam as peças necessárias no dia-a-dia, como os potes, jarrahos(as), panelas, alguidares, talhas, normalmente com acabamentos alisados sobre os quais se aplicou engobe e possuindo, por vezes, decoração incisa ou com traços pintados de cor branca, castanha/negra ou vermelha.

Este modelo de povoamento que observamos em Alcácer no Período Emiral, apesar dos poucos estudos existentes no actual território português, verifica-se, igualmente, no Algarve Oriental onde se constatou uma continuidade de ocupação com a chegada das primeiras comunidades muçulmanas, mas também o surgimento de novas alcarias exclusivamente muçulmanas (Catarino, 1997/1998, pp. 552-555). Porém, não se verificou naquele território o incremento na construção de fortificações como ocorreu em Alcácer do Sal, os quais podemos também documentar em outras regiões do *al-Andalus*, onde sucedem rebeliões contra o Emirado de Córdoba, como nos Montes Ocidentais de Granada e em Jaén, mas também mais a norte do território, particularmente na província de Guadalajara, onde se verificou para além do surgimento de novas alcarias plenamente islâmicas, no século IX, o aparecimento de assentamentos de altura fortificados, normalmente implantados em zonas montanhosas inacessíveis e pouco férteis que, os investigadores relacionam com a antiga aristocracia visigoda ou comunidades campesinas

que pretendiam escapar à pressão fiscal imposta pelo Emirado de Córdoba. Tratam-se de assentamentos não novos, mas que mostram uma ocupação anterior ao século VIII, afastados dos terrenos mais férteis, onde imperavam as actividades como a pastorícia e uma agricultura de sequeiro, contudo usufruindo de uma excelente visibilidade da paisagem envolvente e dos principais eixos viários (Castillo Aarmenteros, 1998a, pp. 209-212; Contreras Ruiz, 2013, pp. 682-692; Mattei, 2013, pp. 617-629).

No território em estudo não são conhecidas insurreições contra o poder cordovês, à excepção daquelas ocorridas nos territórios limítrofes, nomeadamente no século VIII, com foco na região de Beja, e no século IX com os ataques vikings e as revoltas de *ibn Marwan* e os seus apoiantes, com grandes repercussões em Mérida, Badajoz, Lisboa, mas também Beja e Faro. Para além disso, os *Banu Danis* eram aliados do Emirado de Córdoba, tendo sido colocados à frente dos domínios de Alcácer e da Serra da Arrábida, provavelmente, por iniciativa do Emir *Muhammad I*.

Não obstante, temos duas fortificações identificadas no território que se enquadram nos modelos encontrados nos territórios citados e que divergem, em termos de implantação, dos restantes dispositivos defensivos reconhecidos nos arredores de Alcácer, como o Castelo de Nossa Senhora da Esperança e o Castelo do Alto de São Vicente. Ambos encontram-se implantados nos pontos mais elevados e inacessíveis das Serras das Alcáçovas e do Alto de São Vicente, onde, anteriormente, teriam existido povoados fortificados das Idades do Ferro e Período Romano Republicano, afastados dos solos mais propícios à agricultura e usufruindo de um amplo domínio da paisagem envolvente e das vias de comunicação que ligavam Alcácer a Évora e Beja, assim como Beja a Évora.

Até ao momento não temos dados arqueológicos suficientes, bem como textuais, que nos permita relacionar aqueles *husun* com as comunidades moçárabes, *muladis* ou berberes que se revoltaram contra o Emirado, ou por outro lado, associar ao poder central ou regional para fazer face a essas mesmas sublevações, mas podemos lançar algumas hipóteses que devem ser melhor investigadas futuramente, com base nas variantes territoriais daqueles sítios e relacioná-los com o contexto histórico. Ora a partir do Castelo de Nossa Senhora da Esperança é possível ver as três cidades importantes, de Alcácer, Beja e Évora, assim como todo o curso fluvial do Sado até ao Castelo de Palmela e, do

Castelo do Alto de São Vicente, para além de se visualizar claramente o Castelo de Nossa Senhora da Esperança, vê-se, de igual modo, Beja e Évora. Notamos que o promontório da Serra das Alcáçovas obstrui bastante a visibilidade de Alcácer sobre o que se passa a leste e nordeste do território, onde está a cidade de Évora que, como sabemos, não está muito longe de Mérida, onde existiam os focos de revoltas e onde tinha ocorrido o massacre de Ordonho II, possibilitando a comunicação com o Castelo do Alto de São Vicente, uma melhor visualização sobre aquilo que ocorria no actual Baixo Alentejo, onde está Beja, Moura, Serpa, entre outros locais.

São duas fortificações que seriam fundamentais para a defesa do território de Alcácer e Serra da Arrábida através da vigilância e controlo dos territórios limítrofes como Beja e Évora. Portanto, há aqui a possibilidade sim, de numa primeira fase, aquelas fortificações terem sido erguidas por aristocratas visigodos ou campestres que pretendiam escapar da carga fiscal ou por medo da instabilidade da época, porém que nunca se terão rebelado contra os *Banu Danis* ou Emir de Córdova, dado que não há registos sobre isso, mas que, por outro lado, poderão ter estabelecido alguma aliança entre si, mediante concessões e alívio da carga fiscal, tendo sido incumbido a esses senhores, que governavam as respectivas fortificações e que tinham sob o seu domínio algumas alcarias e casais agrícolas, a defesa do território de Alcácer contra as várias ameaças que poderiam perturbar a segurança da cidade e do seu território. As características inerentes daqueles *husun* terão feito com que os mesmos se tenham mantido ocupados nos séculos seguintes.

4.1.3. Califado e Reinos de Taifas

Todo o investimento realizado em Alcácer durante o Período Emiral, através da construção de uma rede de fortificações junto ao rio Sado, assim como no interior do território para defender os principais caminhos que uniam aquela a outras cidades, juntamente com a instalação de um estaleiro de construção naval e a chegada dos *Banu Danis*, vai fazer com que a cidade se desenvolva e cresça, tornando-se a partir do século X, capital de distrito, tendo sob o seu domínio um extenso território que se estendia desde a Serra da Arrábida até, provavelmente, à cordilheira montanhosa de Grândola-Cercal.

Alcácer, a partir do Califado, achava-se assim perfeitamente integrada nos circuitos comerciais de Córdoba, bem como de outras cidades limítrofes, como o exemplo de Évora, sobretudo após o florescimento daquela, a partir de 914, quando a mesma é reconstruída e povoada, por ordem do governador de Badajoz, *ʿAbd Allah ibn Muhammad ibn Marwan al-Jilliqi*, tendo sido o governo da cidade entregue a *Masʿud b. Saʿdun al-Surumbaqi* que possuía laços familiares e uma boa relação com os *Banu Danis* de Alcácer, os quais como referimos, anteriormente, tinham oferecido refúgio a *al-Surumbaqi* e à sua família, quando aquele fugiu da cidade de Beja, tendo ainda acompanhando-o até Évora, juntamente com alguns habitantes de Alcácer, para a povoar.

Com a chegada ao poder de *Abd al-Rahman III* e a instalação do Califado, em 929, aquele irá promover uma política centralizadora terminando com as várias rebeliões existentes no *al-Andalus*, ordenando a destruição de muitas fortalezas, fazendo com que a população se fixe em zonas de cotas mais baixas, junto dos cursos de água, para que não se repitam os conflitos, mantendo, somente, as fortificações consideradas estratégicas, deixando uma guarnição permanente para poder controlar os assentamentos dispersos pelo território. À frente das capitais de distrito são substituídos os antigos governadores por homens da confiança do Califa, tendo aquele, contudo, no caso de Alcácer, mantido os *Banu Danis* à frente dos destinos daquela *madina* e Serra da Arrábida, comprovando os laços de fidelidade que os mesmos mantinham com os Omíadas desde o Emirado.

Esta centralização do poder e pacificação do *al-Andalus* promovida por *Abd al-Rahman III* vai traduzir-se num grande desenvolvimento urbanístico e económico em Alcácer do Sal e no seu território. A partir desta fase verifica-se o abandono das antigas *villae* e alguns povoados fortificados tardo-romanos e visigóticos que tinham permanecido habitados no Período Emiral, como Santa Catarina de Sítimos, Porto da Lama, Cova do Castelo e Alberginho, assim como alguns casais agrícolas e aldeias que tinham surgido naquelas épocas, particularmente Junceira 1, Gargolim de Cima 1 e Gargolim de Baixo 2, Batalha 1, Nossa Senhora do Bom Sucesso e Atalaia da Quinta, dando lugar ao crescimento e expansão daqueles assentamentos que permaneceram habitados, mas também ao surgimento de novos povoados e alcarias, implantados nos declives de colinas, nas proximidades dos cursos de água e terrenos mais férteis.

As torres atalaias e fortificações que tinham sido edificadas no Período Emiral, bem como nos Períodos Tardo-Romano e Visigótico, mantêm-se operacionais nesta altura, à excepção do Alberginho, para defesa do território contra os ataques vikings e para proteção dos eixos viários, mas também para controlar as comunidades rurais que habitavam nos seus arredores e proceder à tributação fiscal. É edificada, contudo, nesta altura uma nova fortificação, embora aquela possa ter surgido no Período Emiral, porém, até ao momento, não temos dados para poder comprovar essa ocupação, nomeadamente o Castelinho da Lapa de Cima, designado de “Castelinho dos Mouros”, onde José Leite de Vasconcellos identificou vestígios de muralhas (Vasconcellos, 1927, pp. 55 e 78).

Aquele implantava-se na Serra da Lapa, onde confluíam os eixos viários que uniam Alcácer a Évora, assim como Palmela a Évora, com passagem pela Serra da Serrinha, conseguindo-se visualizar a partir daquela o primeiro percurso, desde o curso da ribeira de Sítimos, a partir da Serra da Maceira onde está a Torre de Chagas, passando pela Torre de Santa Catarina de Sítimos até ao Castelo do Torrão, o qual é visível também a partir dali, tal como São Romão do Sado, o cerro da Atalaia Velha do Torrão e, ainda, o Castelo de Nossa Senhora da Esperança. A noroeste e norte é possível ver a Serra da Serrinha e a Atalaia da Espadaneira, junto à importante via que ligava Lisboa a Montemor-o-Novo, ramificando-se a partir dali uma estrada que seguia para Badajoz e outra para Évora. Os trabalhos de prospecção que realizámos naquele sítio não permitiram obter muito dados, achando-se as cerâmicas muito roladas, não permitindo uma atribuição cronológica. Contudo, recolhemos um bordo de panela, com pasta homogénea e compacta, sobre a qual se aplicou, na superfície externa, aguada de cor castanha escura, inserindo-se aquela num âmbito cronológico entre os séculos X e XII, nomeadamente entre os Períodos Califal e Almorávida.

Os povoados e alcarias que se mantiveram habitados desenvolvem-se e expandem as suas áreas habitacionais, conforme se verifica pelo maior número de cerâmicas desta cronologia encontradas naqueles locais, em comparação com a fase anterior, como é o exemplo do Povoado de Vale de Trigo, Alcarias de São Lourenço, Azenha Velha, Serra Velha, Gargolim de Baixo 1 e, provavelmente, São Romão do Sado, Porches 2, Mirassobral 1, Taralhão 2 e Entre Rios 2, mantendo-se também ocupados alguns casais

agrícolas que se implantavam nos solos mais férteis ou perto de zonas mineiras, como a Maforinha, Cabeço da Mina, Alberge 1, Monte do Alto e Sesmarias da Azenha.

Surgem, de igual modo, novos assentamentos dispersos pelo território, principalmente povoados e alcarias, alguns implantados em cerros elevados, desenvolvendo-se em socalco pelas encostas até ao rio Sado, ou um dos seus afluentes, e outros situados em pequenas elevações, também junto a cursos de água, particularmente ribeiras, como os povoados de Bemposta 2, Algarvios 1 e a Alcaria da Bica 1, assim como aquelas que se situavam junto ao rio Sado, como a Horta Velha 2 e 4, Porches 1/Sobral e Porto Rei, ligadas, certamente, aos portos fluviais e actividades associadas ao rio.

Vemos emergir também nesta altura novos casais agrícolas, embora predomine no território os povoados e alcarias, face a estes últimos, implantados em pequenos cerros elevados nos arredores daqueles assentamentos de maiores dimensões, perto das linhas de água, como os casais da Curva das Faias 1 e Fanais 3. Os povoados apresentam uma distância entre si entre 8 e 10 km e as alcarias entre 2/3 e 6 km, embora a maioria se situe a uma média de distância de 3 km, o que significa que numa hora a pé era possível deslocar-se de uma alcaria a outra. Quanto aos pequenos casais, apresentam-se a uma distância das alcarias de cerca de 1 km. Também no Algarve Oriental se verificou uma malha de distribuição do povoamento, a partir do Período Califal, semelhante à que encontramos em Alcácer, achando-se os povoados de maiores dimensões a uma distância entre si de 6/8 km até 10/11 km, enquanto as alcarias, mais numerosas, numa média de 2/3 km a 5 km (Catarino 1997/1998, pp. 558-559).

É muito difícil perceber, pelos achados de superfície, as hierarquias entre estes assentamentos, assim como a relação espacial entre si e a sua contemporaneidade, tal como já realçaram alguns investigadores como Helena Catarino e Luca Mattei, embora para o caso dos Montes Ocidentais de Granada no século X, o investigador Luca Mattei, coloca a possibilidade de não ter existido uma hierarquia entre aqueles, uma vez que não encontrou, com base em prospecções superficiais, diferenças substanciais relativamente à morfologia, implantação e dimensões daqueles assentamentos, embora não exclua a possibilidade de ter existido (Catarino 1997/1998, p. 557; Mattei, 2013, pp. 632-633).

Não obstante, a partir das características topográficas dos sítios, a área de controlo visual, a potencialidade dos solos e dispersão dos materiais à superfície, notamos que alguns assentamentos, particularmente povoados e alcarias se sobressaem em relação a outros, podendo sugerir alguma hierarquia entre si. É o caso da Alcaria de São Lourenço, implantada em solos muito férteis, junto à via que unia Alcácer a Lisboa, e em zona elevada com um domínio visual da paisagem muito amplo, sendo possível observar a partir dali Alcácer, bem como uma série de fortificações que se achavam dispersas pelo território, como os castelos de Vale de Trigo, Castelinho da Lapa de Cima, Nossa Senhora da Esperança, Alto de São Vicente, Portela, entre outros, o que nos faz acreditar que, possivelmente, onde hoje se ergue a actual Ermida de São Lourenço, a qual assenta sobre estrutura anterior, possa ter existido uma torre ou, eventualmente, um oratório como uma mesquita ou morabito, uma vez que muitos dos povoados e alcarias teriam também os seus edifícios de culto, espaços públicos, como banhos, e funerários, porém, na área em estudo, não se localizaram nenhuns vestígios de edifícios religiosos, assim como as necrópoles, que não estariam muito longe daqueles assentamentos.

O único espaço funerário identificado e alvo de escavações no território, trata-se da necrópole do Castelo do Torrão, onde foram reconhecidas 21 sepulturas, tendo sido 20 intervencionadas, não se tendo identificado nenhum espólio associado aos enterramentos. Quanto às orientações dos indivíduos verificou-se que aqueles apresentavam pontuais variações nas directrizes canónicas. Todos achavam-se depositados em decúbito lateral direito, com os membros inferiores e superiores na sua maioria semi-flectidos, embora alguns deles mostrassem os membros esticados, e apresentavam variações nas orientações, encontrando-se alguns orientados a oeste-este e outros a sudoeste-nordeste com a face voltada a sudeste. Há referência a uma outra necrópole encontrada na Herdade de Espim, nas imediações do rio Sado, onde parece ter sido identificado um conjunto de sepulturas, assim como uma moeda de prata numa delas, porém, durante os trabalhos de prospecção, não conseguimos aceder à propriedade, tendo em vista localizar as estruturas referidas no terreno (Zbyszewski *et alli.*, 1976, p. 58).

Voltando novamente à Alcaria de São Lourenço, no topo do cerro onde aquela se implanta está a Ermida de São Lourenço que, como referimos, assenta sobre edifício anterior, cuja arquitectura é muito interessante, possuindo aquela planta quadrangular,

sendo rematada por uma cúpula assemelhando-se a um morabito, em conformidade com aquilo que se verifica no complexo religioso de São Fausto, nas imediações do Castelo do Torrão, onde Andreia Alves constatou que uma das paredes do corpo do templo cristão se anexou a um edifício pré-existente, de planta quadrangular rematada por uma cúpula, de cronologia islâmica, conforme se pôde comprovar pelos fragmentos de cerâmicas vidradas ali encontradas, de cor castanha e aspecto melado, decoradas com traços de cor negra de óxido de manganês, datadas dos séculos X-XIII (Oliveira *et alli*, 1994-1995, pp. 293-295; Alves, 2018, p. 81).

Quer a Ermida de São Lourenço, quer a Ermida de São Fausto, poderão ter reaproveitado antigos oratórios islâmicos onde se desenrolavam algumas actividades de carácter religioso, como peregrinações, festas em determinadas épocas do ano, sendo, igualmente, locais utilizados, sobretudo no Magreb, para sepultamento de figuras importantes. Nos séculos VIII a XIII, particularmente no *al-Andalus*, eram espaços que desempenhavam funções militares, nomeadamente para vigilância e controlo do território, equivalente a um *ribat* (Filali, 2004, pp. 43-48).

Aqueles edifícios abundam na Península Ibérica, achando-se situados sempre em cerros elevados com boa visibilidade da paisagem envolvente, contudo são escassos os estudos sobre estas estruturas, o que nos impossibilita de conhecer melhor a sua funcionalidade. Não obstante, é inegável a sua relação de controlo e vigilância de pontos-chaves no território. O Morabito de São Fausto controlava o eixo viário, mas também fluvial, que se realizava desde Alcácer até ao Torrão, por caminho terrestre ou mediante navegação no rio Sado, e dali seguia em direcção a Évora, a norte, ou para Beja, a sul. Aquele edifício conseguia ainda obter uma boa visibilidade sobre o curso do rio Sado, entre Alcácer e Palmela, podendo avistar facilmente qualquer navegador que por ali andasse e que pudesse ameaçar o Castelo do Torrão, bem como as *madinas* de Alcácer e Beja.

Para além das torres atalaias de planta circular, deverão ter existido, igualmente, as torres de planta quadrangular ou rectangular, implantadas em pequenos cerros com pouca visibilidade da paisagem envolvente, associadas às alcarias, como se verificou na província de Guadalajara, tendo sido aquelas relacionadas aos campesinos que as

construíram, não para controlar o território, mas com o intuito de proteger e albergar no seu interior os excedentes agrícolas e os rebanhos (Contreras Ruiz, 2013, pp. 700-704).

No território em estudo identificámos um assentamento que pode relacionar-se com uma possível torre de alcária, é o exemplo de São João dos Azinhais, onde terá existido um anterior templo romano e, posteriormente, uma igreja visigótica. A determinada altura, possivelmente, entre o Período Califal e Almóada, aquele terá sido adaptado a uma torre ou outro edifício de cariz militar com funções religiosas, porém com pouca visibilidade da paisagem envolvente, o que nos faz acreditar que poderia ser uma torre de alcária, associada a um povoado nas suas proximidades e cuja funcionalidade estaria relacionada com a protecção de algo que albergaria no seu interior, como por exemplo os excedentes da produção agrícola das comunidades rurais, sendo ainda útil para guardar o tributo, antes da sua entrega aos agentes do Estado. Apesar das ilações propostas, somente futuros trabalhos no sítio poderão comprovar a funcionalidade e distintos hiatos de ocupação daquele edifício.

A pacificação do *al-Andalus* a partir do Califado vai permitir, assim, uma nova reorganização do território fazendo com que as cidades e, em particular Alcácer, cresçam economicamente devido ao desabrochar do povoamento rural com o desenvolvimento e surgimento de novos assentamentos, implantados em solos mais férteis e junto a linhas de água, possibilitando a prática de uma agricultura de sequeiro, mas também de regadio direccionada para os excedentes e, talvez, produção em larga escala.

Vemos surgir nesta altura alguns fornos associados aos assentamentos, como por exemplo o forno de vidro da Curva das Faias onde o bário extraído da Serra da Serrinha chegava até àquele local, sendo transformado para a obtenção do vidro, o qual possivelmente seguiria para Alcácer e dali seria exportado, através dos vários portos existentes junto às margens do Sado, como Porto Rei, para outras regiões do *al-Andalus*. Naquele local identificámos grande concentração de bário e nas redondezas assentamentos datados do século X, embora alguns já existissem desde o Período Emiral, e que se mantiveram ocupados nos séculos seguintes. Junto à Alcária da Bica 1 encontrámos vestígios de um outro forno, achando-se, à superfície, grande concentração de barro com vestígios de exposição ao fogo, que produziria, possivelmente, cerâmica.

A partir dos Reinos de Taifas, o território de Alcácer volta a estar no seio dos conflitos entre as Taifas de Sevilha e Badajoz, particularmente entre 1025 e 1030, quando aquelas disputam entre si os territórios de Beja e Évora, encontrando-se Alcácer nesta primeira fase integrada, possivelmente, no Reino *Abádida* de Sevilha, à semelhança da cidade de Lisboa. Somente, a partir de 1033-34, Alcácer é incorporada ao Reino *Aftássida* de Badajoz, tornando-se o seu porto principal e a única entrada para o atlântico (Carvalho, Faria e Ferreira, 2008, p. 56; Correia, 2013b, p. 59). Não obstante, os conflitos entre os dois Reinos de Taifas permaneceram em torno da região de Évora, achando-se Lisboa em posse dos Abáidas até pelo menos a 1075, quando *al-Mutawwaqil*, o quarto, e também último, senhor de Badajoz, conseguiu reconquistar aquela cidade do Tejo.

No que respeita ao povoamento rural a partir desta fase não notamos nenhuma alteração face ao Período Califal, mantendo-se ocupados os mesmos povoados, alcarias e casais agrícolas que tinham surgido anteriormente, mas também as fortificações que tinham sido erguidas durante o Emirado e que agora eram fundamentais para o controlo dos eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa, Évora e Badajoz, mas também a Beja, tal como a ligação daquele última a Évora, sendo fundamental nesta fase a manutenção dos castelos de Nossa Senhora da Esperança e Alto de São Vicente, onde era possível observar Palmela, Alcácer, Évora e Beja, mas também as outras fortificações dispersas pelo território que protegiam as vias e as comunidades rurais, tal como as atalaias junto ao rio Sado, essenciais para a defesa dos portos e das transações comerciais que se desenrolavam a partir daquele.

Alcácer e o seu território conhecem um novo apogeu a partir dos Reinos de Taifas, tornando-se a cidade mais importante do Reino *Aftássida* de Badajoz devido ao seu porto e à existência de eixos viários que a uniam a Badajoz e Évora. As comunidades que viviam nos assentamentos continuaram a cultivar os campos, a produzir excedentes e a explorar os minerais da região, sendo agora os mesmos exportados, não para Córdoba, mas sim para Badajoz e para as restantes cidades daquele reino. Surge nesta altura a Alcaria de São Martinho da Bemposta, sendo possível que tenham sido erguidos mais alguns assentamentos novos. Aquela acha-se implantada num pequeno cerro aplanado, junto à ribeira de São Martinho, e durante os trabalhos de prospecção arqueológica, recolhemos, à superfície, um bordo de jarro(a) ou jarrinho(a), com pasta pouco

homogénea, fabricado a torno lento e cozido em ambiente oxidante, com uma cronologia nos séculos XI-XII. Para além daquele fragmento, foram identificadas cerâmicas comuns e vidradas, de cor verde e castanha de aspecto melado, muitos brilhantes, de possível cronologia islâmica, evidenciando uma ocupação que se prolongou até ao Período Almóada.

No que concerne às cerâmicas identificadas nestes assentamentos datados do Período Califal e Reinos de Taifas, salientamos o maior número de peças descobertas referentes a esta fase, em comparação com os períodos precedentes, notando-se uma certa homogeneidade nas peças reconhecidas nos distintos assentamentos, onde continuam a predominar as cerâmicas comuns, com pastas pouco homogéneas e compactas, fabricadas a torno lento ou rápido, com alternância de cozedura, porém surgem em maior abundância as cerâmicas comuns fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, sobre as quais, muitas vezes, se aplica engobes iguais ou diferentes da cor da pasta e decoração pintada, de cor branca, vermelha ou castanha escura, composta por traços finos ou médios paralelos entre si, mas também decoração incisa, com maior incidência a aplicação de linha horizontal abaixo do bordo.

As formas predominantes são as taças, jarrinhos(as), jarros(as), potes, panelas, talhas, cântaros e tampas. Juntamente com aquelas surgem igualmente as cerâmicas vidradas, embora em menor quantidade, de cor castanha com decoração de cor castanha escura a negra, de óxido de manganês, bem como as cerâmicas vidradas de cor verde e castanha, designadas de “verde e castanho”, sobretudo com fundo de cor castanha e aspecto melado, em vez do branco, que é mais comum, a partir do século XI, porém aquelas são escassas e de difícil caracterização, uma vez que se acham muito roladas, tendo sido identificadas nas alcarias de Porto Rei, Horta Velha 2 e 4, Portela e Porches 1/Sobral, assim como no Casal Agrícola de Fanais 3.

Quais são então os principais aspectos a reter sobre a organização do povoamento nos Períodos Califal e Reinos de Taifas:

1. Alcácer no Período Califal era uma cidade em ascensão, tornando-se capital de distrito e dominando um vasto território, traduzindo-se, esse crescimento e desenvolvimento económico, no surgimento de novos povoados e alcarias dispersas pelo

território, nas proximidades dos solos mais férteis e de cursos de água, bem como no desenvolvimento e expansão das áreas habitacionais daquelas que já existiam desde os Períodos Visigótico e Emiral. Por outro lado, há o abandono das antigas *villae*, casais e alguns povoados de altura e fortificados que tinham surgido anteriormente, mantendo-se, contudo, operacionais os castelos, à exceção do Alberginho, e torres atalaias para vigilância e defesa dos principais eixos viários terrestres e fluviais, assim como para controlar a população campesina que vivia nos seus arredores e proceder à recolha dos tributos (**Fig. 440**). Este florescimento do povoamento rural durante o Califado verificou-se também em outras regiões do *al-Andalus*, como no Algarve Oriental, Mértola, Montes Ocidentais de Granada e Alcalá del Júcar, na província de Albacete (Catarino 1997/1998, pp. 556-562; Mattei, 2013, pp. 629-637; Simón García, 2014, p. 65; Boone, 2019, pp. 20-22; Palma, 2020, pp. 336-338).

2. Aqueles novos assentamentos encontram-se dispersos pelo território, achando-se os povoados e alcarias mais importantes implantados em cerros elevados, dominando os solos mais férteis da região, enquanto as alcarias menos importantes e os casais situam-se nos declives de pequenos cerros, junto a um curso de água, mas também nas proximidades de solos férteis, dedicando-se as comunidades que habitavam naqueles à agricultura de sequeiro e regadio, mas também à exploração mineira, provavelmente direcionada para os mercados, existindo, contudo, outros assentamentos que cultivavam apenas pequenas áreas para autoconsumo e pastavam os seus rebanhos. Não conseguimos identificar esses espaços de cultivo associados às alcarias e povoados, embora nas várzeas, junto ao rio Sado e ribeiras, onde atualmente se semeia o arroz, bem como as hortas e ainda as grandes áreas dispersas com oliveiras centenárias, possam ter correspondido a esses espaços dedicados à agricultura.

3. Com o surgimento dos Reinos de Taifas o povoamento não sofre alterações, mantendo-se em funcionamento as fortificações e torres atalaias já existentes, bem como os povoados, alcarias e casais agrícolas (**Fig. 441**). Surge nesta altura a Alcaria de São Martinho da Bemposta. As cerâmicas que aparecem nestes assentamentos dos séculos X e XI, tratam-se de fragmentos, maioritariamente, comuns, com pastas homogêneas, fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, embora também continuem a existir as cerâmicas fabricadas a torno lento com alternância de cozedura, decoradas com

linhas incisas ou traços finos e médios pintados de cor branca, vermelha ou castanha escura/negra. Surgem, igualmente, as cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado, com decoração a óxido de manganês, bem como as cerâmicas vidradas, de cor verde e castanho.

4.1.4. O Período Norte-Africano: Almorávidas e Almóadas

A partir dos finais do século XI e inícios do XII, com o avanço da Reconquista Cristã em direcção a sul e a tomada de Badajoz, em 1094, pelos Almorávidas, Alcácer passou a estar sob o domínio daquela dinastia norte-africana. A cidade continuou a ter sob a sua administração um extenso território, com abundantes recursos naturais e produtos que eram exportados através dos seus portos a outras regiões do *al-Andalus* (al- Idrîcî, 1866, p. 211; Coelho, 2008, p. 53). Era, de igual modo, do porto daquela cidade, tal como dos portos de Sevilha, Silves e Lisboa, que partiam as esquadras muçulmanas para efectuar pilhagens nas costas dos territórios cristãos (Lévi-Provençal, 1938, p. 223; Picard, 2000, p. 195).

Porém, a elevada carga fiscal imposta sobre as comunidades, aliada ao radicalismo religioso promovido por aqueles, onde a carreira militar ocupava um papel importante na hierarquia social e administrativa, levou ao descontentamento e insatisfação dos muçulmanos, ao mesmo tempo em que se intensificava o carácter de guerra santa da Reconquista, radicalizada pelos cavaleiros francos e Ordens Religiosas. É neste contexto que emergem as Segundas Taifas e, em particular, a Taifa de Évora, governada por *Ibn Wazîr*, onde se integraria a cidade de Alcácer, a partir de 1144-1145.

No que respeita ao território de Alcácer durante os Períodos Almorávida e Segundas Taifas podemos afirmar que não notamos nenhuma alteração substancial face ao período precedente, tendo continuado habitados os assentamentos e fortificações que já existiam, à excepção do Povoado de Bemposta 2 e do Casal da Maforinha e, provavelmente, os castelos de Nossa Senhora da Esperança e Vale de Alcácer de Cima que são abandonados, mantendo-se a produção e a actividade comercial muito activa, conforme nos diz *al- Idrîcî*. As fortificações e torres atalaias continuavam a ser essenciais para a defesa do território, nomeadamente das vias de comunicação e fluviais, mas também das comunidades rurais. Não obstante, a partir de 1160, com a Reconquista de

Alcácer por parte de D. Afonso Henriques e, posteriormente, durante o domínio Almóada, o território entra em decadência.

Para o período de cerca de trinta e um anos da presença cristã naquela cidade pouco conseguimos obter no registo arqueológico, visto que a maior parte dos sítios foram abandonados após a queda dos Almorávidas. Somente na Alcaria de Portela verificamos uma continuidade de ocupação com a primeira Reconquista Cristã de 1160, patenteada pela descoberta de fragmentos de cerâmicas comuns, com pastas mal depuradas e bordos espessados ao exterior, possivelmente devido à importância da exploração do bário e manganês existente nas proximidades daquele sítio arqueológico, o que justificaria a permanência das comunidades naquele espaço.

Também a Atalaia de Murta parece ter-se mantido operacional durante esta curta fase, notando-se uma pequena reestruturação daquele dispositivo defensivo no sector leste, onde reconhecemos um reforço efectuado, posteriormente, à construção daquele dispositivo, cujo aparelho é constituído por pedras de pequeno calibre dispostas de forma regular e ligadas por argamassa. A posição estratégica daquela torre atalaia, possuindo excelente domínio visual sobre a foz do rio Sado, onde se situa a Serra da Arrábida e Castelo de Palmela, seria fundamental para o controlo do território, uma vez que eram frequentes os ataques e pilhagens por parte dos Almóadas contra Alcácer e Lisboa.

A partir de 1191, com a Reconquista Almóada de Alcácer, constatamos a existência de profundas alterações no povoamento rural, tendo-se verificado que grande parte dos assentamentos que tinham surgido nos Períodos Emiral e Califal, mas também Tardo-Romano e Visigótico, são abandonados como os povoados e alcarias importantes de Portela, Serra Velha, Vale de Trigo e São Lourenço, mas também o Casal do Cabeço da Mina. De igual modo, são desactivados os castelos que se achavam associados àqueles assentamentos como Vale de Trigo, Portela, Castelinho da Lapa de Cima, assim como as fortificações do Vale de Alcácer de Cima e de Nossa Senhora da Esperança que já tinham sido abandonadas durante o Período Almorávida, à semelhança do Casal Agrícola da Maforinha e do Povoado da Bemposta 2. O mesmo parece ter ocorrido nos povoados e alcarias de Mirassobral 1, Taralhão 2 e Entre Rios 2 onde não se regista a presença de cerâmicas vidradas desta fase, bem como outros locais que não conseguimos apurar devido aos escassos fragmentos cerâmicos identificados nos trabalhos de prospeção.

O empobrecimento do território devido ao abandono de grande parte das fortificações e assentamentos rurais gerou uma quebra na produção agrícola e mineira, mas também de origem animal, que é perceptível logo após a Reconquista Almóada de Alcácer, em 1191, quando o Califa permanece alguns dias na cidade para proceder à reconstrução das muralhas e torres daquela *madina* e procura garantir que, mensalmente, os habitantes daquele território recebam mantimentos de Sevilha e Ceuta como incentivo à permanência naquele posto fronteiriço.

Notamos aqui, por um lado, o interesse do Califa em manter sob o seu domínio a cidade, possivelmente, devido à sua posição geográfica com um porto que permitia o acesso ao comércio marítimo, mas, por outro lado, revela a dificuldade que os Almóadas tinham, naqueles primeiros anos após a tomada de *al-Qasr*, em abastecer aquela, uma vez que não existia uma gestão do território rural suficientemente capaz de oferecer os recursos necessários ao abastecimento da cidade, sendo necessário, para esse efeito, trazer mantimentos de Sevilha e Ceuta. Este aspecto mostra a decadência que a cidade e o seu território sofreram durante o breve domínio da presença cristã, onde terá ocorrido o abandono de grande parte das fortificações e assentamentos que se achavam dispersos.

Por outro lado, com a consolidação do Califado Almóada, Alcácer, que passa a ser uma cidade de fronteira com o norte cristão, adquire uma importância crucial para aquela comunidade magrebina, uma vez que o porto daquela permitia o acesso às cerâmicas exógenas e outros produtos que ali chegavam por via marítima. Surgem nesta altura, de igual modo, novas fortificações no território, erguidas em taipa e implantadas no interior dos vales, que parecem concentrar a população que outrora se achava dispersa nos povoados e alcarias, possuindo sistemas de abastecimento de água, como cisternas e poços, que possibilitavam a existência de um habitat permanente no seu interior.

É o caso do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, junto ao eixo viário que unia Alcácer a Lisboa e Badajoz, onde identificámos dois recintos edificadas em taipa, achando-se no interior de um deles uma possível cisterna, actualmente selada, de planta quadrangular e erguida também em taipa. Os troços de muralhas, bastantes destruídos hoje em dia, possuem, actualmente, uma altura entre 1,36 m e 2 m e uma espessura de 0,80 m. A taipa daquelas apresenta uma cor ocre/castanha com inertes constituídos por pequenas pedras e vestígios do reboco de cal e areia, sendo ainda visíveis os orifícios

deixados pelos taipais que apresentam uma altura de 0,04 m e uma largura de 0,03 m. Os fragmentos de cerâmicas que exumámos no local, acham-se muito rolados não permitindo uma atribuição cronológica. Por outro lado, o grau de destruição em que se encontra a fortificação também não permite uma devida análise da sua configuração e elementos constituintes.

A partir daquele era possível observar os castelos de Palmela e Montemor-o-Novo e, ainda, a Atalaia da Espadaneira, que controlava o eixo viário entre Alcácer, Lisboa e Badajoz, assim como a Torre do Ramalhão e o *Hisn* do Torrejão, junto à via que ligava Alcácer a Palmela. É também possível observar a sul a fortificação da Serra dos Clérigos 1, onde confluíam os caminhos entre Alcácer, Lisboa e Évora, a qual terá também surgido nesta altura, onde era possível comunicar directamente com a cidade de Alcácer. Aquela implanta-se em cerros elevados, sendo visível, à superfície, grande dispersão de silhares de pedras e blocos de taipa com vestígios de gesso de estuque, de média e grande dimensão, que se distribuem por uma área com cerca de 13 ha. Reconhecemos, de igual modo, no local um poço e uma alberca onde era armazenada a água, bem como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha melada e esverdeada que poderão datar do Período Islâmico.

A partir da fortificação da Serra dos Clérigos 1 é possível observar todo o curso fluvial, em direcção a poente, desde Alcácer até à Serra da Arrábida, estabelecendo contacto com as torres atalaia junto ao rio, bem como em direcção a leste, onde se encontra a ribeira de Sítimos e a Torre de Chagas, assim como a Torre de Santa Catarina de Sítimos que controlava o eixo-viário Alcácer-Évora. Para além daqueles é possível ver o Castelo do Vale de Alcácer de Baixo e a Atalaia da Espadaneira, que controlavam a via que unia Lisboa a Badajoz, com passagem em Alcácer, bem como o Castelo de Vale de Reis, junto ao caminho que ligava Alcácer a Lisboa. O controlo daquelas zonas seria essencial naquela altura de maior instabilidade em que se achava o *Gharb*, onde Alcácer fazia fronteira com a Península de Setúbal e Évora, obrigando a um maior reforço dos sistemas defensivos e controlo dos eixos viários nas zonas limítrofes com os territórios cristãos.

Outra fortificação que terá sido erguida nesta altura foi o Castelo de Vale de Reis, junto à ribeira de Vale de Reis e via Alcácer-Lisboa, que, à semelhança do Castelo do

Vale de Alcácer de Baixo, era composto por dois recintos edificados em taipa, orientados no sentido noroeste-sudeste ocupando uma área total de 11 ha. Os trabalhos de prospecção que realizámos no local permitiram identificar alguns troços de muralhas e de uma possível torre. O recinto localizado no cerro noroeste possui alguns troços conservados, a norte e poente, com uma altura de 2,85 m. A norte são visíveis os taludes e alinhamentos de pedras que compunham os alicerces das muralhas, enquanto a poente conservam-se pequenos tramos daquelas, bem como restos de uma torre, de possível planta rectangular, com uma largura de 2×3 m nos seus quatro lados.

A taipa utilizada na construção daquele recinto apresenta terra de tonalidade alaranjada, pouco compacta e homogénea, com inertes constituídos por pedras, de pequena e média dimensão, e fragmentos de cerâmica. A escassa cal ali empregue confere à mesma pouca solidez. Os orifícios deixados pelos taipais apresentam uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura. No interior desta cerca amuralhada foi identificado um poço, edificado em pedra e ladrilho, situado junto à ribeira de Vale de Reis, que, apesar de se tratar de um poço das Idades Média e Moderna, poderá ter antecedentes islâmicos. Aquele possibilitava o abastecimento de água à fortificação, permitindo ainda o seu armazenamento em épocas em que poderia escassear aquele bem essencial.

Relativamente ao segundo recinto situa-se no cerro sudeste e possui tramos preservados a leste, poente e norte. O primeiro daqueles conserva, actualmente, 9,5 m de comprimento e entre 2,27 e 3,40 m de altura; o segundo 1,35 m de altura e o terceiro entre 0,35 m e 1,22 m de altura. A taipa daquele amuralhamento possui cor cinzenta e inertes compostos por pequenas pedras, escórias e fragmentos de cerâmica, tendo-se aplicado, ainda, grande quantidade de cal, conferindo-lhe uma certa consistência, patente ainda nos troços preservados. À semelhança do primeiro recinto os orifícios dos taipais possuem uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura. No espaço intramuros reconhecemos, à superfície, alguns vestígios de estruturas, bem como alguns materiais de construção, como telhas de meia cana, e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha melada e de cor verde, muito rolados, que poderão datar do Período Islâmico, dada a boa qualidade dos vidrados, assim como um bordo de talha, cujos paralelos obtidos nos dá um intervalo cronológico entre o século X e XIII.

A fortificação protegia o vale fértil e as comunidades que ali habitavam e cultivavam a terra, mas também controlava o rio Sado, desde Alcácer até Palmela, assim como as marinhas de sal ali existentes e os portos onde os barcos atracavam. É interessante salientar a posição estratégica onde se ergueu aquele *hisn*, escondido num pequeno vale, nas suas vertentes norte, sul e leste, não se permitindo ser visto por quem vinha daquelas direcções, ligeiramente afastado do rio Sado, mas com visibilidade suficiente para controlar todo aquele curso fluvial para quem se dirigisse dos territórios mais a norte até Alcácer.

Era, portanto, uma fortificação que vigiava o rio Sado, conseguido, de igual modo, comunicar com algumas torres que se achavam nas imediações daquele, assim como a protecção e controlo da via terrestre que unia Alcácer a Lisboa. O facto de os dois recintos da fortificação apresentarem taipas diferentes, nomeadamente na sua cor e composição, poderá indicar cronologias distintas para as suas construções, admitindo-se aqui a possibilidade de o segundo recinto, com taipa de menor qualidade, ter sido erguido durante os Reinos de Taifas ou Período Almorávida. Porém, somente futuros trabalhos naquele dispositivo poderão ajudar a compreender melhor a tipologia e cronologia das estruturas ali presentes.

Junto à ribeira de Sítimos, nas imediações da via que unia Alcácer a Évora e Beja, está a Torre de Santa Catarina de Sítimos, onde já existia uma ocupação desde o Período Tardo-Romano e Visigótico, foi alvo de reformulações durante o Período Almóada, achando-se, actualmente, no local, uma torre restaurada, edificada em taipa, que segundo os donos da propriedade, procurou reproduzir a linguagem arquitectónica vigente à época, quer em termos de volumetria e altura, quer em termos de técnica construtiva, salientando ainda a sua semelhança com as torres em taipa de Alcácer. A estrutura ali presente possui planta quadrangular, medindo 4,70 m nos seus quatro lados, e ostenta uma porta na sua face poente, com 1,82 m de altura e 0,88 m de largura, e três seteiras nas restantes faces com 0,83 m de altura e 0,15 m de largura.

A nível construtivo trata-se de uma torre em taipa, cujo aparelho original deverá também ter sido aquela técnica construtiva, conforme revelam os blocos de taipa dispersos junto daquela. A mesma deverá ter sido envolvida por um recinto amuralhado, à semelhança do sítio arqueológico do Torrejão, uma vez que são visíveis, à superfície,

sobretudo nas encostas norte e poente, onde as máquinas do arado não conseguem chegar devido à forte pendente, alinhamentos de pedras e pequenos taludes que sugerem a presença de um recinto fortificado. À superfície identificámos fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas com um horizonte cronológico entre os séculos VIII e XIII, evidenciando a larga ocupação muçulmana naquele local.

Outra fortificação que se manteve operacional nesta altura foi o Torrejão, junto à via que unia Alcácer a Palmela, onde exumámos fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, também com um horizonte cronológico entre os séculos VIII e XIII. O facto de a partir daquele *hisn* ser possível observar o Castelo de Palmela que, durante o Período Almóada, já estaria em posse dos cristãos, era essencial para defender o território de Alcácer de possíveis investidas que pudessem vir daquela zona. Para além disso, o seu contacto visual com o Castelo do Vale de Alcácer de Baixo e a Torre do Ramalhão, a partir dos quais é possível comunicar com a fortificação da Serra dos Clérigos 1, onde se observa Alcácer, permitia-lhe avisar aqueles de algum perigo que pudesse vir daquela zona e aproximar-se da cidade.

Junto à via que unia Alcácer a Évora e Beja está, de igual modo, o Castelo do Torrão, igualmente ocupado desde os Períodos Tardo-Romano e Visigótico, o qual também terá sido alvo de reconstruções nesta fase. Aquele é citado nas fontes escritas cristãs, nos finais do século XIII, onde se refere que seria construído em taipa, possuindo cintura de muralhas e torre, todavia já bastante arruinadas, fazendo-se alusão à necessidade da sua reconstrução⁷⁴. Apesar das cerâmicas ali encontradas inserirem-se cronologicamente nos Períodos Emiral e Almorávida, não invalida que tenha existido uma ocupação no Período Almóada, embora possamos admitir que algumas destas fortificações em taipa presentes no território de Alcácer possam ter sido edificadas no Período Almorávida, aspecto que não conseguimos comprovar com os dados arqueológicos obtidos até ao momento.

A presença Almóada estendeu-se, de igual modo, às torres atalaias que tinham sido erguidas no Período Emiral, junto ao rio Sado, conforme podemos documentar pelas intervenções arqueológicas que efectuámos nas atalaias de Murta e Abul, onde exumámos

⁷⁴ ANTT, *Livro dos Copos*, Doc. 66, fl. 54, pp. 158-162.

fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas respeitantes àquela cronologia. O mesmo deverá ter ocorrido nas torres dispersas pelo interior do território.

Apesar da maioria dos povoados e alcarias de épocas anteriores terem sido abandonados nesta fase constatamos que poderão ter surgido alguns assentamentos novos, sendo o exemplo melhor ilustrativo a Alcaria da Bemposta 3, implantada junto ao ribeiro da Junceira, nas proximidades do forno de vidro da Curva das Faias e no raio de influência do Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, onde recolhemos fragmentos de telhas de meia cana digitadas, assim como cerâmicas comuns, com decoração incisa, e vidradas, de cor castanha e aspecto melado, as quais se diferenciam claramente das cerâmicas da Idade Moderna, ali também reconhecidas, pela qualidade das suas pastas e brilho dos vidrados. Aquelas inserem-se cronologicamente entre os finais do século XI e primeira metade do XIII.

Outras alcarias que se achavam nas proximidades destas novas fortificações erguidas, bem como daquelas de períodos anteriores que se mantiveram operacionais, permaneceram habitadas como as alcarias da Bica 1, Azenha Velha, Gargolim de Baixo 1, Serra Velha e São Martinho da Bemposta, sendo inclusive esta última citada nas fontes escritas, logo após a Reconquista Cristã de Alcácer, onde se refere que a mesma terá sido doada a Maria Martins (Louro, 1974, p. 80).

Também alguns casais se mantiveram ocupados, como o Casal da Curva das Faias 1, nas proximidades da Alcaria da Bemposta 3. Junto ao rio Sado permaneceram, provavelmente, habitados o Povoado dos Algarvios 1, as alcarias da Horta Velha 2 e 4, Porto Rei, Porches 2 e São Romão do Sado, assim como o casais de Monte do Alto e Sesmarias da Azenha, embora tenhamos de admitir que persista muitas dúvidas quanto à continuidade de ocupação no Período Almóada em alguns dos assentamentos referidos, dada a escassez ou rolamento das cerâmicas encontradas, aliada à continuidade das formas e acabamento das superfícies vidradas presente nas peças das Idades Média e Moderna, o que dificulta bastante a sua inserção cronológica.

Para concluir, elencamos os aspectos essenciais a reter sobre a organização do território nos Períodos Almorávida e Almóada:

1. O povoamento não sofreu grandes alterações com a chegada dos Almorávidas a Alcácer, embora tenham sido abandonados alguns dispositivos defensivos e assentamentos, mantiveram-se, contudo, na maioria, ocupadas as fortificações, torres atalaias e núcleos rurais do Período Omíada (**Fig. 442**). Alcácer continuou a dominar um extenso território com uma intensa actividade produtiva e comercial.

2. A partir de 1160, com a primeira Reconquista Cristã e, posteriormente, em 1191, com a tomada da cidade pelos Almóadas, o território daquela *madina* entra, numa primeira fase, em declínio, tendo sido abandonadas grande parte das fortificações e assentamentos que se achavam dispersos pelo território, fazendo com que não existisse uma produção agropecuária suficientemente capaz de abastecer a cidade, obrigando o Califa Almóada, *Abu Yu'qub al-Mansur*, após a tomada da cidade, fazer chegar a Alcácer, mensalmente, mantimentos provenientes de Sevilha e Ceuta como incentivo à permanência das comunidades naquele território. O abandono da maior parte dos assentamentos poderá dever-se a vários aspectos que estão ligados à conjuntura da época.

Por um lado, após a fixação dos Almóadas em Alcácer, aquele torna-se um território de fronteira e pouco seguro, uma vez que tínhamos uma Península de Setúbal, onde está o Castelo de Palmela, em posse dos cristãos, assim como a cidade de Évora, que após ser tomada pelo Geraldo Sem Pavor, em 1165, não volta para a órbita muçulmana. Ao mesmo tempo, a elevada pressão fiscal exercida pelos Almóadas às comunidades rurais, a qual se vê agravada devido ao contexto de guerra, aliada ao conservadorismo religioso que os caracteriza, poderá ter feito com que aquelas resolvessem abandonar as suas alcarias, já não sendo rentável a vida rural, deslocando-se para outros locais ou, até mesmo, para os arrabaldes das cidades onde poderiam exercer outras actividades como o artesanato e onde estariam, certamente, mais seguras.

3. Após a consolidação do Califado Almóada na cidade o território volta a sofrer profundas alterações que cortam radicalmente com os modelos de povoamento verificados nas épocas anteriores. Surgem nesta altura os grandes recintos fortificados, erguidos em taipa e implantados no interior dos vales, como os castelos do Vale de Alcácer de Baixo, Serra dos Clérigos 1 e Vale de Reis, juntos às vias que ligavam Alcácer a Palmela e Lisboa, dotados de sistemas de abastecimento de água como cisternas,

albercas e poços, que vão concentrar no seu interior, e de forma permanente, as comunidades que se achavam dispersas anteriormente pelo território (Fig. 443).

Verificou-se ter ocorrido situação semelhante no Barlavento e Sotavento Algarvio, com a edificação dos castelos de Salir, Belinho, Paderne e Porches, tal como em Valência, sendo bastante conhecida a Alcaria da Torre de Bufilla que se fortifica a partir do Período Almóada, mas também em Granada onde se constatou o surgimento de novos castelos e alcarias que concentraram as comunidades que viviam anteriormente nas planícies (López Elum, 1994, p. 189; Catarino, 1997/1998, pp. 556-562; Gomes, 2002b, pp. 122-136; Mattei, 2013, pp. 643-652).

Por outro lado, mantêm-se operacionais outras fortificações, como o Castelo do Torrão, Torrejão e Torre de Santa Catarina de Sítimos, tendo-se procedido a reformulações nas suas defesas, mas também as torres atalaias e alguns assentamentos rurais que tinham surgido anteriormente e que se achavam nas imediações daqueles dispositivos defensivos. Documentamos o surgimento nesta altura da Alcaria da Bemposta 3, possivelmente associada ao forno de vidro que existia nas suas proximidades.

As cerâmicas do Período Almóada encontradas nos assentamentos tratam-se de cerâmicas, com pastas bem depuradas, fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, sobre as quais se aplicou engobes e decoração incisa, ou acabamentos vidrados, de cor castanha melada e verde. Notamos, contudo, que nos assentamentos implantados junto ao Sado, em particular as Atalaias de Murta e Abul que tivemos oportunidade de intervencionar, é onde surgem a maioria das cerâmicas vidradas de importação, como o exemplo da candeia descoberta em Abul, aspecto que estará relacionado com a maior proximidade daqueles dos circuitos comerciais, visto que muitas das peças chegavam a Alcácer através do rio.

4.1.5. O povoamento no Pós-Reconquista Cristã

Após a Reconquista Cristã de Alcácer em 1217, as fortificações e torres atalaias que existiam na região são desactivadas, perdendo a sua função militar, uma vez que achando-se o território conquistado já não era necessário a sua manutenção, ganhando aquelas uma outra funcionalidade. Grande parte das torres atalaias existentes junto ao Sado, como

Murta, Abul, Montevil e Algarvios, dado se encontrarem em zonas elevadas, junto ao rio Sado, são readaptadas a moinhos de vento onde se moíam os cereais, enquanto outras são transformadas em pequenos edifícios de culto, como o caso da Torre de Chagas, onde se irá construir uma ermida dedicada ao culto de Chagas, mas também São João dos Azinhais e o Morabito de São Fausto.

No que concerne aos povoados, alcarias e casais, assim como castelos, que existiam no Período Almóada, verifica-se uma continuidade de ocupação nas Idades Média e Moderna, transformando-se alguns daqueles locais em paróquias que dominavam um pequeno território. É o exemplo da Igreja de Vale De Reis que é erguida junto ao anterior castelo Almóada, desenvolvendo-se a povoação pelas encostas onde se situa o actual monte, pertencendo àquela paróquia o Casal de Alberge 1 que volta novamente a ser povoado após o seu abandono nos Reinos de Taifas, assim como a Alcaria de São Lourenço, onde é construída uma pequena ermida.

Outra alcaria que se manteve ocupada após a Reconquista Cristã foi São Martinho da Bemposta, onde é construída uma igreja que tinha sob a sua jurisdição um pequeno território onde se incluíam as anteriores alcarias da Bica 1, Azenha Velha, Bemposta 3 e os casais da Maforinha e Curva das Faias 1, conforme se constatou pela descoberta, à superfície, de fragmentos de cerâmicas das Idades Média e Moderna, mas também um numisma, cunhado no reinado de D. Afonso V, encontrado no Casal da Maforinha.

Também no Povoado de São Romão do Sado foi erguida uma igreja dedicada ao culto de São Romão, desenvolvendo-se a povoação actual na encosta virada à ribeira de São Romão, onde anteriormente se teria implantado a *villa* romana. Outros locais que se mantiveram habitados foi o Castelo do Torrão, até praticamente aos nossos dias, assim como a Torre de Santa Catarina e Serra dos Clérigos 1 onde, apesar da desactivação das fortificações, se manteve uma pequena percentagem da população instalada em pequenos casais, mas também os povoados e alcarias de Horta Velha 2 e 4, Porto Rei, Entre Rios 2, Mirassobral 1 e Taralhão 2, assim como o Casal do Monte do Alto. Temos assim um povoamento disperso composto por pequenas aldeias, sedes de paróquia, que geriam um pequeno território onde se situavam os pequenos casais.

Em conclusão, pode afirmar-se que no Pós-Reconquista:

1. As fortificações e torres atalaias que se achavam dispersas pelo território perdem a sua função militar e são abandonadas, enquanto outros dispositivos são readaptados a moinhos de vento e a edifícios de culto, ganhando uma nova funcionalidade, como o caso das atalaias junto ao Sado. Outras fortificações, como o Castelo do Torrão, mantêm-se ocupados até aos dias de hoje, mas também no Castelo de Vale de Reis e Serra dos Clérigos 1, houve uma continuidade de ocupação, elevando-se aquela primeira à categoria de paróquia com a construção da igreja, e no segundo caso existiu, de igual modo, uma permanência ocupacional que se manteve até há relativamente pouco tempo.

2. De um modo geral, verificamos que não existiu uma ruptura entre o povoamento do Período Almóada e no Pós-Reconquista, continuando a ocupar-se os mesmos locais, embora dando-lhes uma outra funcionalidade (**Fig. 444**). No caso das anteriores alcarias e casais muçulmanos ocupados pelas comunidades magrebínas, constatamos uma continuidade de ocupação no Período Cristão, até há relativamente pouco tempo, como em São Martinho da Bemposta, Bica 1, Azenha Velha, Maforinha, Bemposta 3, Curva das Faias 1, Alberge 1, São Lourenço, bem como alguns assentamentos junto ao rio Sado, como Monte do Alto, Horta Velha 2 e 4, Porto Rei, São Romão do Sado e os assentamentos junto ao ribeiro do Arcão, particularmente Entre Rios 2, Mirassobral 1 e Taralhão 2.

O que acontece é que de facto a população que vivia concentrada no interior daquelas fortificações dispersa-se nos pequenos montes, reocupando, contudo, os mesmos locais onde existiu ocupação Almóada e, em alguns casos, voltam a habitar assentamentos mais recuados que remontam ao Período Califal.

4.2. Os sistemas defensivos

No actual estado dos conhecimentos e apenas com os poucos dados que obtivemos das fontes escritas e arqueológicas é muito difícil, para não dizer quase impossível, saber qual seria a extensão dos *aqalim/alfozes* que estavam sob a jurisdição daqueles dispositivos militares, tal como os assentamentos que estariam no seu raio de influência. Sabemos que o território dominado por essas fortificações deveria ser definido por limites naturais, como uma linha de água ou montanha, porém é muito difícil colocar essa análise em

prática apenas com esses critérios. Por isso tivemos de recorrer a uma metodologia onde utilizámos diferentes parâmetros de variantes territoriais, históricas e funcionais para categorizar os vários sítios arqueológicos e tentar estabelecer as relações entre aqueles e as áreas dominadas pelos castelos, utilizando como limite um raio de 5 km, o equivalente a 100 km², uma vez que era aproximadamente aquela extensão que, de acordo com Thomas Glick, detinham os territórios que estariam sob a influência dos *husun* (Glick, 2007, p. 39).

Difícil é também saber o papel socioeconómico que aquelas fortificações desempenharam perante o poder central e regional, assim como saber os autores da sua construção, uma vez que as fontes são omissas sobre esse assunto, sobretudo, em particular, para o território de Alcácer, assim como saber a cronologia precisa em que aquelas foram edificadas ou, em alguns casos, devido à ausência de espólio, atribuí-las ao Período Muçulmano. Noutros casos deparámo-nos com recintos fortificados completamente destruídos, o que tornou difícil analisar as suas características morfológicas e construtivas, bem como inseri-los numa categorização de fortificações. São necessários trabalhos de escavação em todos aqueles locais, de modo a determinar as suas características e cronologias para compreender a evolução do povoamento nas distintas fases do Período Islâmico.

Ainda assim, apesar das adversidades enunciadas, temos consciência que o trabalho que desenvolvemos, sobretudo através das sondagens realizadas em alguns daqueles locais, permitiu trazer novos dados, ainda que necessitem de ser aprofundados, sobre os sistemas defensivos islâmicos no território de Alcácer do Sal. Quanto à terminologia utilizamos muitas vezes os termos *hisn* (singular) e *husun* (plural) para designar os castelos identificados, uma vez que trata-se da terminologia mais abrangente e utilizada nas fontes muçulmanas para designar os vários tipos de assentamentos fortificados, onde se incluíam todas as outras designações como *qal`a* ou *ma`qil*, dependentes dos centros urbanos, que geriam um pequeno território onde se situavam os povoados e alcarias que deles dependeriam e com os quais teriam uma relação.

4.2.1. As fortificações dos Períodos Omíada e Reinos de Taifas

A maioria dos dispositivos defensivos que identificámos no território de Alcácer inserem-se cronologicamente nos Períodos Emiral e Califal, mantendo-se muitos deles ocupados até ao Período Almóada, e apresentam algumas divergências no que se refere às suas implantações no território, possuindo, contudo, em comum o facto de se situarem em pontos estratégicos importantes, onde era possível controlar uma via de comunicação terrestre ou fluvial, e raramente encontravam-se isolados, visto que eram visíveis entre si, achando-se perfeitamente organizados e articulados numa espécie de rede comunicativa, que lhes permitia controlar o território e dar apoio à *madina* de *al-Qasr*, mas também a outras cidades limítrofes como Lisboa, Évora e Beja.

Ao mesmo tempo ofereciam refúgio e protecção às comunidades que habitavam nos seus arredores, procedendo também ao seu controlo e à recolha dos tributos. Portanto, para além de serem dispositivos militares de controlo e defesa de um território, eram, de igual modo, desestabilizadores daquele quando as comunidades decidiam construir e refugiar-se nos mesmos, particularmente nos séculos VIII e IX, para desafiar o poder central. Por outro lado, eram também pacificadores das áreas que dominavam, no caso das fortificações associadas ao poder central, através do controlo directo exercido sobre os comportamentos das comunidades rurais e da garantia de fazer chegar ao poder central e regional, o pagamento dos impostos.

Em termos morfológicos e de implantação no território podemos agrupar aqueles dispositivos militares em cinco grupos distintos:

Tipo 1. Os castelos, implantados em cerros elevados, com pendente acentuada na encosta orientada a norte e em direcção a um curso de água, sendo muito escassos os fragmentos de cerâmicas encontrados à superfície. Situam-se normalmente perto das vias de comunicação e solos férteis, com boa visibilidade da paisagem envolvente, e com um povoado ou alcaria associada a cerca de 600 m e 1 km de distância. Apresentam uma distância entre si de 5 a 8 km. Podiam possuir um ou dois recintos amuralhados, construídos em pedra ou taipa, com torres adossadas. Tratavam-se, provavelmente, de fortificações para refúgio temporário, possuindo, contudo, um governador responsável pela vigilância permanente do território e colheita dos impostos. Inserem-se nesta

categoria os Castelos de Vale de Trigo, Portela, Vale de Alcácer de Cima, Torrejão e, provavelmente o Castelo do Torrão.

Tipo 2. Os castelos, situados em montanhas inacessíveis, de habitat permanente, com um domínio visual muito amplo sobre o território, dominando as vias de comunicação terrestres e fluviais entre as principais cidades, achando-se, contudo, afastados dos solos mais férteis e dos núcleos rurais. Apresentam uma distância entre si de 17 e 19 km. Possuíam um ou dois recintos amuralhados com torres adossadas, edificadas em pedra, e uma cisterna ou um poço no interior para abastecimento de água. Inserem-se neste grupo os Castelos da Lapa de Cima, Nossa Senhora da Esperança e Alto de São Vicente.

Tipo 3. As torres atalaia, situadas junto ao rio Sado, em cerros elevados, de planta circular, cuja construção é, com grande probabilidade, por iniciativa do poder central, não se encontrando associadas aos núcleos rurais. Aham-se articuladas entre si, sendo possível a visualização e comunicação entre elas, distando umas das outras entre 6 e 7 km. Inserem-se neste grupo as Atalaias de Murta, Abul, Montevil, Algarvios e Chagas.

Tipo 4. As torres atalaia, implantadas em esporões elevados, sobre as quais pouco podemos adiantar, uma vez que não subsiste nenhum vestígio à superfície, à excepção da toponímia e referências nas fontes escritas, que protegiam os principais eixos viários terrestres que ligavam Alcácer a outras cidades, as quais também poderão ter sido de planta circular e mandadas erguer pelo poder central e regional para dar apoio às fortificações e consolidar a defesa do território. Inserem-se neste grupo as Atalaias Velha do Torrão, Espadaneira e Ramalhão.

Tipo 5. As torres de alcaria, possivelmente de planta quadrangular ou rectangular, implantadas num pequeno cerro com pouca visibilidade da paisagem envolvente, podendo nalguns casos aqueles edifícios terem tido também uma função religiosa, associadas aos núcleos rurais para protecção daqueles, assim como dos seus excedentes agrícolas e rebanhos. Inserem-se neste grupo São João dos Azinhais e o Morabito de São Fausto.

Quanto às técnicas construtivas utilizadas na edificação daqueles dispositivos militares há um predomínio do uso da pedra, embora também encontremos a técnica da

taipa militar que, nesta fase, diverge um pouco da taipa que conhecemos nos Períodos Almorávida e Almóada. Porém, a elevada destruição das fortificações identificadas e, em alguns casos, a inexistência de qualquer vestígio à superfície, persistindo somente o seu topónimo, impede-nos de saber como seriam morfologicamente e em termos construtivos aquelas fortificações.

Um dos casos que melhor conhecemos, embora seja necessário a continuidade dos trabalhos de investigação naquele sítio para aprofundar os conhecimentos, é o Castelo de Vale de Trigo onde realizámos intervenção arqueológica. Aquele implanta-se em dois cerros elevados com topos aplanados, existindo em cada um deles um recinto fortificado, de possível planta ovalada, particularmente um situado no cerro mais elevado a norte, junto à ribeira de Vale de Trigo, ocupando uma área com cerca de 2,5 ha, e outro a sul, mais pequeno, com cerca de 1 ha, observando-se, à superfície, grande derrube de pedras e alguns alinhamentos das muralhas que compunham a fortificação.

O recinto norte possui fortes pendentes em direcção a leste e norte onde está o curso de água e naquela encosta identificámos vestígios, muito cobertos pela vegetação, de uma possível torre. A intervenção arqueológica permitiu verificar que a muralha, construída sobre o substrato rochoso, possui uma espessura conservada de 1,60 m e uma altura de 0,75 m, tendo sido edificada com pedras de média e grande dimensão, algumas aparelhadas e outras não, dispostas de forma irregular, ligadas por pedra miúda e argamassa de cor branca. Os silhares de maiores dimensões foram colocados na base, tendo como finalidade servir de suporte, e nas extremidades para reforçar a estrutura, achando-se grande parte deles tombados junto daquela. Os grandes derrubes de pedras visíveis, à superfície, no local parecem indicar que aquela fortificação seria inteiramente construída em pedra.

Podemos encontrar aparelho construtivo similar nas muralhas e torres, erguidas no Período Omíada, nos Castelos de Palmela e Alcácer, as quais foram também edificadas com silhares de pedras, alguns dispostos de forma irregular e outros com alguma regularidade, preenchidos por pedra miúda e argamassa, mas também, em alguns paramentos, com fragmentos de tijolo (Fernandes, 2004, pp. 241-244; Leitão, 2017a, pp. 51-61). De igual modo, nos Castelos de Alcoutim e Relíquias, construídos, igualmente, durante o Emirado e Califado, encontra-se técnica construtiva semelhante, tendo sido as

muralhas e torres daqueles dispositivos edificadas com silhares de pedra aparelhados preenchidos no interior com pedras menores e argamassa de barro (Catarino, 1997/1998/, pp. 346-404; 424-452).

A pedra utilizada na construção do Castelo de Vale de Trigo foi o granito, sendo o local mais próximo onde aquele existia, nas Serras dos Clérigos e Serrinha, a cerca de 4 km a norte daquele sítio, o que terá implicado toda uma gestão e coordenação para extrair a pedra, realizar o seu aparelhamento e transportar até ao local para a construção das muralhas, o que seria somente possível com mão-de-obra especializada e a intervenção do poder central ou regional na sua execução. O facto de não se ter identificado nenhum espólio arqueológico durante os trabalhos que desenvolvemos no sítio, parece sugerir que aquele dispositivo defensivo tratar-se-ia de um pequeno castelo para refúgio temporário das comunidades que viviam nos seus arredores e não para habitação permanente, embora devesse ter alguém continuamente no seu interior, nomeadamente uma guarnição militar, para vigilância dos principais eixos viários e para controlar as comunidades rurais que habitavam os povoados e alcarias, garantindo a chegada dos tributos ao poder regional e central.

Aquele *hisn* possuía um povoado associado, particularmente o Povoado de Vale de Trigo, que se acha a cerca de 600 m, a sudoeste, daquele sítio onde recolhemos fragmentos de telhas meia cana digitadas e cerâmicas comuns, com uma cronologia entre os séculos VIII e primeira metade do XII, não se encontrando, até ao momento, nenhuma cerâmica vidrada. Sob a sua influência, num raio de 5 km, estavam, de igual modo, outros assentamentos onde identificámos cerâmicas contemporâneas, como o Povoado Fortificado do Alberginho, a Alcaria de São Lourenço e o Casal Agrícola de Alberge 1, sendo possível observar todos aqueles núcleos rurais a partir do topo da fortificação (**Fig. 445**). Aquele *hisn* controlava a via terrestre que unia Alcácer a Lisboa, conseguindo ainda observar parte do percurso da via Palmela e Évora, com passagem na Serra da Serrinha, visível a partir daquela local, sendo também possível ver parte do curso do rio Sado, entre a Batalha e a Torre de Montevil, o que lhe conferia também um papel essencial no controlo e vigilância do rio Sado.

Outra fortificação Omíada onde é possível encontrar alguns vestígios de torres e muralhas, embora bastante arruinadas, é o Castelo do Vale de Alcácer de Cima, onde

efectuámos trabalhos de limpeza que permitiram identificar troços de uma muralha, edificada em pedra e taipa, com 5,30 m de comprimento e uma espessura de 1,45 m, conservando uma altura entre 0,45 m e 0,80 m. Reconhecemos, igualmente, troços de duas possíveis torres com semelhante técnica construtiva, achando-se uma daquelas completamente colapsada, o que torna impossível conhecer as suas características morfológicas, embora devesse ter possuindo planta quadrangular ou rectangular. Quanto à outra torre, também ela bastante arruinada, possuiria planta rectangular, conforme verificamos em fotografia aérea, datada de 1958, conserva somente dois dos seus lados e possui uma altura preservada de 0,65 m.

Aqueles vestígios distribuem-se por uma área com cerca de 11 ha e, tendo em conta as três estruturas descritas, sugere a existência de um grande recinto amuralhado, possivelmente de planta rectangular. Não obstante, somente a continuação dos trabalhos poderá confirmar a hipótese enunciada. Em termos construtivos constatamos que o troço de muralha foi edificado em taipa, com inertes compostos por pequenas pedras, de reduzida dimensão, tendo sido as extremidades daquela reforçados com pedras areníticas, algumas aparelhadas e outras não, de grande dimensão, de modo a garantir a solidez da estrutura.

Relativamente aos troços de torres verificámos que o terreno terá sido previamente nivelado, tendo-se erguido sobre aquele, provavelmente, uma base em pedra, conforme sugere a dispersão, à superfície, daqueles elementos pétreos e da taipa, para assentamento da estrutura. A taipa tem cor cinzenta e a sua composição possui poucos inertes, designadamente fragmentos de pedra, encontrando-se também vestígios de cal, conferindo à mesma pouca qualidade e solidez, o que poderá justificar o seu grau de degradação com o tempo.

Pensamos, inicialmente, dada a técnica construtiva estar perante uma fortificação dos Períodos Almorávida e Almóada, contudo, de acordo com os poucos fragmentos de cerâmicas que reconhecemos à superfície e, em particular, com os paralelos obtidos de um bordo de jarinha, aquele dispositivo militar possui uma cronologia entre os séculos VIII e primeira metade do XI, embora não seja de descartar uma continuidade de ocupação nos períodos posteriores. Para além disso, aquela técnica construtiva em nada

se assemelha às construções militares em taipa do Período Almóada, conforme aludimos anteriormente.

De acordo com o investigador Antonio Almagro: “*Cada vez más van apareciendo testimonios de la existencia de murallas de tierra que en muchos lugares parecen haber sido las primeras defensas con que contaron muchas ciudades andalusíes. El carácter degradable de este material ha sido causa de su ruina y desaparición (...)*” (Almagro, 2008, p. 70). Segundo Rafael Azuar Ruiz, durante os séculos VIII e IX existiam dois tipos de arquitectura, uma promovida pelo Emir de Córdoba com a utilização da silharia de pedra e outra empreendida pelos rebeldes, nomeadamente *muladis*, moçárabes e berberes, em taipa para se protegerem do poder central ou de outras fracções divergentes. A partir da segunda metade do século IX e após a submissão das revoltas *muladis* nas fronteiras, o Emir *Muhammad I* desenvolveu uma série de alianças com os governadores das capitais de distrito, fornecendo os meios económicos, técnicos e humanos, na construção e reformulação das muralhas e torres das cidades, utilizando para esse efeito os artesãos locais que dominavam a técnica da construção em taipa de terra, de execução muito mais rápida e menos árdua que a edificação em silharia (Azuar Ruiz, 2005, pp.156-158).

Apesar de ser pouco comum, são conhecidos alguns casos de muralhas construídas em taipa, nos séculos VIII e IX, nas alcáçovas de Toledo e Badajoz, sendo que nesta última, após os ataques do rei de Leão, Ordonho II, a Évora, no século X, são imediatamente reconstruídas, também em taipa, as muralhas da alcáçova (Torres Balbás, 1985, pp.560-561; Valdés Fernández, 1985, pp.145-146, Catarino, 1994, pp. 335-336; Gurriarán Daza, 2004, p. 300). De igual modo na Catalunha, *Abd Al-Rahman b. ‘Abd al-‘Aziz al Tuyibi*, para controlar os *Banû Qasî*, senhores da fronteira, procedeu à fortificação de Daroca, em 884-885, com a autorização do Emir *Muhammad I*, utilizando a técnica construtiva em taipa (Valdés Fernández, 1988, pp. 545-617; Gurriarán Daza, 2004, p. 302). Também em Povos, no concelho de Vila Franca de Xira, durante trabalhos de escavação no Santuário do Senhor da Boa Morte, foi identificada uma estrutura defensiva, pertencente a uma fortificação, erguida em taipa, pouco rica em cal, datada dos séculos IX e X (Bugalhão e Fernandes, 2012, p. 76; Correia, 2013a, p. 80).

A utilização da taipa nos séculos VIII e IX, também foi confirmada na fortificação Plá d’Almatá de Balaguer, onde se verificou que o interior das torres e muralhas se

achavam construídas em taipa de barro, as quais terão sido reforçadas exteriormente com silhares de pedras, no reinado do Emir *Muhammad I*, aproximando-se da técnica construtiva que reconhecemos no Castelo do Vale de Alcácer de Cima, nomeadamente no troço de muralha, onde se constatou que a mesma terá sido erguida com taipa terrosa e reforçada no exterior com pedras de grande dimensão, aproximando-se, assim, das construções em taipa do Período Omíada (Giralt, 1994, p. 240; Azuar Ruiz, 2005, pp. 156-157). De igual modo, no Castelo de Gormaz, em Sória, foram encontrados vestígios de anteriores muralhas e torres edificadas, durante o Emirado, em terra compactada, conforme se verificou no paramento interno de alguns sectores daquelas estruturas, bem como através dos negativos deixados por aquelas construções. Durante o Período Califal aquelas foram reforçadas com silhares de pedras encobrindo a anterior construção (Almagro, 2008, pp. 69-74).

Certamente, com a continuidade da investigação noutros locais, deverão ser identificadas mais fortificações em taipa datadas do Período Omíada, uma vez que nem sempre havia pedra disponível em determinadas zonas, tendo-se de recorrer aos materiais que se achavam disponíveis nas suas imediações para edificar aqueles dispositivos defensivos. Terá sido o que ocorreu em Alcácer, particularmente em Vale de Alcácer, onde não existe rocha nas imediações para se poder extrair a pedra, tendo sido os poucos fragmentos ali reconhecidos trazidos de outros locais mais afastados, como por exemplo Vale de Seixo e Serra da Serrinha. Não obstante, não descartamos a hipótese de ter existido primeiramente um povoado não fortificado do Período Emiral e Califal naquela zona, tendo sido as muralhas e torres ali erguidas posteriormente a essa fase. Com os dados que temos disponíveis actualmente não conseguimos, à excepção daquilo que já foi dito, aprofundar os conhecimentos sobre este sítio arqueológico.

Aquela fortificação controlava o eixo viário entre Lisboa e Badajoz, com passagem por Alcácer, protegendo, de igual modo, os terrenos férteis e as comunidades rurais que habitavam nos núcleos rurais que se achavam na envolvência. A partir daquele dispositivo era possível ver os *husun* de Palmela e de Montemor-o-Novo, assim como o Castelo de Vale de Trigo e outros pontos fortificados que se achavam dispersos pelo território. Dentro do seu raio de influência estavam outros dispositivos militares e assentamentos rurais como a Torre do Ramalhão, as alcarias da Bica 1, Azenha Velha e

Gargolim de Baixo 1, bem como Povoado da Bemposta 2 e os casais agrícolas da Maforinha, Bemposta 1, Curva das Faias 1 e Ordem 1 (**Fig. 446**).

Outras fortificações classificadas de tipo 1, as quais não apresentam nenhuns vestígios à superfície, a não ser pequenos alinhamentos de pedras ou silhares dispersos, são os castelos do Torrão, Torrejão, Portela, Alberginho e Torre de Santa Catarina de Sítimos. Sobre este último, prevalece as estruturas em taipa do Período Almóada, não se conhecendo que tipo de edificação existiria ali antes. Alguns deles teriam certamente mais importância que outros, por exemplo no caso do Alberginho, conforme sugerem os taludes de terra visíveis, à superfície, tratar-se-ia de um pequeno recinto, com cerca de 900 m², para albergar um pequeno número de pessoas ou os excedentes agrícolas no seu interior, não possuindo grande controlo visual da paisagem envolvente.

Quanto ao Torrejão, implantado em cerro elevado, com forte pendente em direcção a norte e poente onde se acha a ribeira de São Martinho, com um bom domínio visual sobre aquele curso de água e Castelo de Palmela, assim como do eixo viário que unia aquela a Alcácer, tratar-se-ia, possivelmente, de uma grande torre com um pequeno recinto a envolvê-la. À superfície são apenas visíveis possíveis alinhamentos de pedras na encosta poente que parecem sugerir a existência de um pequeno recinto amuralhado, abrangendo as cerâmicas encontradas uma cronologia entre os séculos VIII e XIII.

O topónimo que encontramos para aquela zona nas fontes escritas, nomeadamente “Cata-que-Farás”, o qual já falamos anteriormente, proveniente do árabe *qal’at al-harag*, com significado de “torre do imposto” (Leitão e Vivas, 2009, p. 229), parece indicar a presença daquele dispositivo militar. Na sua área de influência encontravam-se outros assentamentos como os povoados da Cova do Castelo e Bemposta 2, as alcarias de Gargolim de Baixo 1, Serra Velha, Portela, Bemposta 3 e Azenha Velha, assim como os casais do Cabeço da Mina, Curva das Faias 1, Bemposta 1 e Maforinha. Dentro do seu raio estava também a Torre do Ramalhão, visível a partir daquele *hisn* (**Fig. 447**).

O Castelo de Portela achava-se situado em cerro elevado, junto à Serra da Serrinha, não subsistindo vestígios dele hoje em dia, onde confluíam os eixos viários Alcácer-Lisboa e Palmela-Évora, encontrando-se associado à Alcaria de Portela, situada a cerca de 800 m e relacionada com as minas de bário e manganês existentes na Serra da

Serrinha. A fortificação protegia aqueles eixos viários e a partir daquela era possível ver Alcácer, com a qual comunicaria, mas também o Castelo de Vale de Trigo, achando-se dentro do seu raio de influência, para além da Alcaria de Portela, as alcarias da Serra Velha, Junceira 1, Gargolim de Baixo 1, Bemposta 3 e o Povoado da Bemposta 2, bem como casais de Gargolim de Cima 1, Bemposta 1, Gargolim de Baixo 2, Curva das Faias 1 e Cabeço da Mina (**Fig. 448**).

Relativamente ao Castelo do Torrão, tal como referimos anteriormente as fontes cristãs referem que aquele possuía muralhas e torres construídas em taipa, possivelmente edificadas no Período Almóada. No entanto, as fontes islâmicas citam o *Hışn Turrus*, algures situado na estrada de Évora, podendo corresponder ao actual Torrão, o que significa que ali já existia uma fortificação antes da ocupação Almóada no território de Alcácer. Sobre as suas características morfológicas e construtivas nada sabemos, no entanto, dado o topónimo *Turrus*, que normalmente designava uma torre atalaia fortificada anterior à chegada dos muçulmanos na Península Ibérica (Martínez Enamorado, 1996, pp. 59-60), provavelmente existia no local uma torre com um pequeno recinto associado, tendo aquele crescido e evoluindo para uma fortificação mais complexa com muralhas e torres adossadas.

Os trabalhos de prospecção que realizámos no cerro que se acha mesmo junto à actual vila do Torrão, designado de “Castelos”, permitiu reconhecer, à superfície, abundantes silhares de pedras dispersos, de médias e grandes dimensões, que poderão ter pertencido às estruturas defensivas que ali existiram, assim como possíveis alinhamentos de pedras e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas que permitem atribuir uma ocupação entre os séculos VIII e XII.

Ali foi reconhecido, igualmente, vestígios de um possível edifício religioso e a necrópole da fortificação, situada a cerca de 800 m a sudeste. Aquele dispositivo defensivo implantava-se em cerro elevado, junto ao rio Xarrama, com declives acentuados a norte e poente, controlando os eixos viários que uniam Alcácer a Évora e Beja, possuindo amplo campo visual em direcção ao sul do território, onde se encontra Beja, mas também o curso do rio Sado até Alcácer. Aquele dominava um pequeno território onde se incluía São João dos Azinhais, o Morabito de São Fausto, a Alcaria de Nossa Senhora do Bom Sucesso e o Casal da Atalaia da Quinta (**Fig. 449**).

Relativamente à Torre de Santa Catarina de Sítimos, situa-se em cerro elevado com fortes declives em direcção a norte e poente, onde está a ribeira de Sítimos, junto aos eixos viários que ligavam Alcácer a Beja e Évora. O que subsiste daquela actualmente é uma torre em taipa do Período Almóada, já bastante alterada pelos restauros, com uma possível muralha a envolvê-la conforme denunciam os taludes de terra e alinhamentos de pedras, não se sabendo que tipo de dispositivo existiria ali antes. Porém, o topónimo “Torre”, tal como fizemos alusão anteriormente, deriva do latim *Turris* e designa uma torre pré-islâmica que, no Período Islâmico, de acordo com aquilo que se verifica no *Sharq al-Andalus*, vai ser reaproveitada e muitas vezes transformada numa pequena fortaleza de maior dimensão (Martínez Enamorado, 1996, p. 59-63). As cerâmicas ali recolhidas inserem-se numa cronologia entre os séculos VIII e XIII, abarcando toda a ocupação islâmica.

A partir daquela era possível controlar todo o curso fluvial da ribeira de Sítimos até à Serra da Maceira e dali o curso do rio Sado até Alcácer, sendo visível, de igual modo, os castelos do Torrão e Palmela, bem como outros pontos fortificados que se achavam dispersos pelo território. No seu raio de influência encontravam-se as *villae* de Porto da Lama e Santa Catarina de Sítimos, assim como o Casal Agrícola dos Fanais 3 (Fig. 450).

No que respeita aos castelos do tipo 2 podemos encontrar em Alcácer três fortificações que se enquadram naquela tipologia, nomeadamente o Castelinho da Lapa de Cima e os castelos de Nossa Senhora da Esperança e do Alto de São Vicente. Do primeiro não resta qualquer vestígio hoje em dia, porém aquele implantava-se no cimo da Serra da Lapa, junto à ribeira de Remourinho/Rio Mourinho e longe dos terrenos agrícolas, controlando o eixo viário que unia Alcácer a Évora, sendo possível observar a partir daquele os castelos do Torrão e Nossa Senhora da Esperança. Ali recolhemos alguns fragmentos de cerâmicas comuns, particularmente um bordo de uma panela islâmica, com uma cronologia entre os séculos X e XII.

Outras fortificações que se inserem naquela categoria são os castelos de Nossa Senhora da Esperança e Alto de São Vicente, implantados em zonas montanhosas, com declives abruptos, longe dos cursos de água e dos terrenos mais férteis, todavia usufruindo

de um controlo visual estrondoso sobre os principais eixos viários entre Alcácer, Évora e Beja, sendo possível, igualmente, visualizar aquelas três cidades em simultâneo.

Em termos morfológicos e construtivos verificamos que o Castelo de Nossa Senhora da Esperança possuía dois recintos amuralhados, um que coroava o cerro mais elevado, onde se encontra o actual convento, e um outro de maiores dimensões que rodeava toda a encosta leste. Ali reconhecemos, à superfície, fragmentos de telhas e telhas de meia cana, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, com uma cronologia entre a Idade do Ferro e Período Romano Republicano, passando pelo Islâmico, até à Idade Moderna. Ambos os recintos definem uma disposição ovalada, assentando directamente no substrato rochoso, e no seu conjunto abrangem uma área total com cerca de 2,5 ha.

Ao percorrer a encosta leste é possível observar algumas zonas com grandes derrubes de pedras que poderão ter pertencido a torres que estariam adossadas às muralhas. Em alguns troços melhor preservados é possível verificar que os muros possuem uma espessura de 2,5 m. Aquele dispositivo defensivo foi construído em pedra seca, com silhares de pedras de pequenas e médias dimensões, dispostos de forma irregular, ligados por pedra miúda. Não obstante, alguns silhares apresentam vestígios de argamassa, sugerindo a utilização daquele ligante entre os mesmos, assemelhando-se, assim, em termos construtivos ao Castelo de Vale de Trigo.

Quanto ao Castelo do Alto de São Vicente, o qual é visível a partir do Castelo de Nossa Senhora da Esperança, foi, de igual modo, edificado em pedra, sendo possível reconhecer, à superfície, no topo da Serra de São Vicente, grandes derrubes de silhares de pedras, dispersos por grande área, bem como troços de muralhas, com 7 metros de comprimento conservados e uma espessura de 2 m, edificados com silhares de pedra de pequena e média dimensão, e restos de possíveis torres semicirculares, com idêntica técnica construtiva, que assentam directamente sobre o afloramento rochoso. As cerâmicas ali reconhecidas são escassas e muito roladas, tendo sido atribuídas às Idades do Ferro, Média e Moderna. Porém, a memória popular da descoberta de uma epígrafe com inscrição árabe em Pedras de Água, aliada à toponímia nos arredores daquele local, são claros indicadores de uma presença muçulmana naquele espaço.

A técnica construtiva reconhecida naqueles dispositivos militares e, em particular, no Castelo de Nossa Senhora da Esperança, composta por pedras dispostas de forma irregular, preenchidas por pedra miúda e argamassa, tal como referimos, assemelha-se às muralhas do Castelo de Vale de Trigo, sendo uma técnica muito comum utilizada no Período Islâmico na construção de estruturas militares (Malpica Cuello, 1998, pp. 299-304; Gurriarán Daza, 2004, p. 301). Apresenta paralelos com os aparelhos construtivos das muralhas e torres dos Castelos de Palmela e Alcácer, erguidas no Período Omíada, as quais foram também edificadas com silhares de pedras, alguns dispostos de forma irregular e outros com alguma regularidade, preenchidos por pedra miúda e argamassa, mas também, em alguns paramentos, com fragmentos de tijolo (Fernandes, 2004, pp. 241-244; Leitão, 2017a, pp. 51-61).

De igual modo, nos Castelos de Alcoutim e Relíquias, datados do Emirado e Califado, encontra-se técnica construtiva semelhante, tendo sido as muralhas e torres daqueles dispositivos edificadas com silhares de pedra aparelhados preenchidos no interior com pedras menores e argamassa de barro (Catarino, 1997/1998/, pp. 346-404; 424-452).

Relativamente às torres atalaias, situadas nas imediações do Sado e construídas no Período Emiral para fazer face aos ataques vikings, implantam-se em cerros elevados, com declives acentuados em direcção ao rio, possuindo uma boa visibilidade entre si e sobre aquele curso de água (**Fig. 451**).

De acordo com os dados que obtivemos das intervenções arqueológicas efectuadas nas Atalaias de Murta e Abul, aquelas possuíam planta circular, com 8 m de diâmetro, assentando os seus alicerces, no caso da Atalaia de Murta, sobre estruturas de épocas anteriores, tendo sido edificadas em pedra, cujo aparelho é similar aos que encontramos nos castelos de Vale de Trigo, Nossa Senhora da Conceição e Alto de São Vicente, ou seja, aquelas foram erguidas com silhares de pedra, de grande e médio calibre, dispostos na horizontal e de forma irregular, ligados por pedra miúda e argamassa. A única diferença reconhecida é a utilização de distintos tipos de pedras que foram utilizadas na construção destas torres, ao contrário daquilo que se verificou nos outros dispositivos defensivos, em que o tipo de pedra usada foi sempre a mesma, os quais foram extraídos da Serra da Arrábida, como calcários da brecha da Arrábida, granitos, basaltos, arenitos,

biocalcarenitos e xistos, mas, também, alguns seixos e cascalhos provenientes das costas do Sado e outros cursos de água na envolvência.

Também o muro da cerca exterior que envolve a torre de Murta, com uma espessura conservada de 0,90 m e uma altura de 1,10 m, possui aparelho construtivo semelhante, tendo sido edificado com silhares de pedras, dispostos de forma irregular, ligados por pedra miúda e argamassa, possuindo, ainda, um reboco, na face voltada ao rio, com sólida argamassa de cal e areia, com 0,05 m de espessura, sendo a mesma visível em outros tramos do recinto. Poder-se-á tratar de uma pequena muralha que envolveria a torre, porém somente a continuidade dos trabalhos naquele sítio poderá confirmar o enunciado. As cerâmicas que exumámos, junto aos alicerces do muro, inserem-se numa possível cronologia islâmica, relacionando a construção daquela estrutura nessa fase.

Aquele revestimento em argamassa é muito comum nas fortificações do Período Omíada, conforme se constata, por exemplo, na fortificação de Mesas do Castelinho, em Almodôvar, no distrito de Beja, cujos trabalhos arqueológicos ali realizados permitiram verificar que as torres e muralhas islâmicas eram rebocadas no exterior com uma argamassa de cal, palha e areia. Aquela argamassa incluía ainda na sua composição conchas marinhas. As cerâmicas recolhidas naquele sítio permitiram atribuir uma datação para aquelas estruturas entre o século VIII e inícios do XI, existindo, contudo, uma primeira ocupação também na Idade do Ferro (V-IV a.C.) e Período Romano Republicano (fins do século I-inícios do II d.C.) (Guerra e Fabião, 1993, pp. 88-101).

De igual modo, sondagens arqueológicas realizadas no Castelo de Alferce permitiram verificar que as muralhas da fortificação, edificadas nos Períodos Emiral e Califal, entre os séculos IX e X, foram revestidas no exterior, conforme se constatou em pano de muralha construído na segunda metade do século X, com argamassa de cal e areia, com uma espessura de 0,05 m, idêntica à verificada no muro/muralha da Atalaia de Murta (Capela *et alli*, 2020, pp. 38-48). Os trabalhos possibilitaram comprovar que naquele espaço houve uma primeira ocupação no Calcolítico e Idade do Bronze, sendo, posteriormente, abandonado, voltando a ser reocupado na Antiguidade Tardia, entre os séculos V-VIII, antes da chegada dos muçulmanos (Capela *et alli*, 2020, pp. 48-49).

Nos arredores daqueles dispositivos existiam alguns assentamentos relacionados aos portos e actividades marítimas como o Povoado dos Algarvios 1, Alcaria da Horta Velha 2 e 3 e os casais de Monte do Alto, Batalha 1 e Sesmarias da Azenha. Para além destes dispositivos defensivos existentes junto ao rio Sado, haviam outras torres atalaia dispersas pelo território, implantadas em cerros elevados, com um excelente domínio da paisagem envolvente que davam apoio às fortificações no controlo das vias de comunicação, como a Torre do Ramalhão, Atalaia da Espadaneira e Atalaia Velha do Torrão, das quais nada sabemos como seriam morfologicamente e em termos construtivos, uma vez que não há qualquer vestígio delas à superfície, a não ser os amontados de silhares de pedras dispersos nos cerros e o registo topónimo. Possivelmente poderiam ter planta circular, no caso daquelas edificadas nos Períodos Omíada e Reinos de Taifas, ou plantas quadrangulares, rectangulares e poligonais, quando construídas em taipa, nos Períodos Almorávida e Almóada.

Existiam, de igual modo, as torres de alcária que, como o próprio nome indica, estariam associadas a um assentamento, normalmente implantadas em cerros, com pouca visibilidade da paisagem envolvente, e junto aos solos férteis, as quais estão documentadas em outros locais do *al-Andalus*, como por exemplo na província de Guadalajara, podendo ser utilizadas para proteger os excedentes agrícolas das agressões externas (Contreras Ruiz, 2013, pp. 377-388).

Não temos até ao momento dados suficientes para poder falar sobre o assunto, uma vez que não identificámos nenhuma estrutura deste tipo no território de Alcácer, embora em São João dos Azinhais e São Fausto, assim como em São Lourenço, possam ter existido torres de alcária, uma vez que os actuais edifícios religiosos reaproveitaram anteriores edificações de Época Romana e Islâmica, conforme se constatou na análise daquelas estruturas, bem como pelas cerâmicas e vestígios descobertos nos locais. Aqueles possuem planta quadrangular e situam-se em pequenos cerros, com pouco domínio da paisagem envolvente, no caso de São João dos Azinhais, e em cerros elevados, com boa visibilidade da área circundante, como o Morabito de São Fausto e a Alcária de São Lourenço. Por outro lado, não sabemos se aquelas estruturas poderão ter sido torres, ou em contrapartida espaços de culto muçulmanos, porém com funções de vigilância e defesa, algo que só futuros trabalhos nos sítios poderá comprovar.

4.2.2. Os dispositivos militares dos Períodos Almorávida e Almóada

Para os Períodos Almorávida e Almóada, momento em que Alcácer torna-se um território de fronteira, há uma preocupação por parte do poder central em restaurar as muralhas e torres das cidades, existindo também reformulações no mundo rural. Os vestígios que reconhecemos desta cronologia são escassos e revelaram poucos dados, devido ao seu elevado grau de destruição, o que nos impediu de conhecer as suas características e aspectos construtivos, carecendo de futuras investigações para um melhor conhecimento deste período conturbado em *al-Qasr*. Os castelos que identificámos como sendo possíveis desta cronologia foram edificados em taipa e mostram diferenças morfológicas entre si.

Tipo 1. Os castelos de grandes dimensões, situados no interior de um vale, de habitat permanente, com pouco domínio da paisagem envolvente, uma vez que se acham envolvidos por cerros mais elevados, embora um dos sítios reconhecido usufrua de boa visibilidade, junto a um curso de água e vias de comunicação, mas também nas imediações dos terrenos mais férteis. Aqueles eram compostos por duas linhas de muralhas, edificadas em taipa, com torres adossadas, possuindo no interior uma cisterna ou poço para abastecimento de água. Apresentam uma distância entre si de 7 km. Inserem-se neste grupo os castelos do Vale de Alcácer de Baixo, Serra dos Clérigos 1 e Vale de Reis.

Tipo 2. Os pequenos castelos com uma torre em taipa que possuíam um pequeno espaço amuralhado a envolvê-las, implantados num cerro elevado, junto a um curso de água, dominando a paisagem envolvente e os terrenos agrícolas, protegendo, de igual modo, os eixos viários e fluviais. Insere-se neste grupo apenas um sítio arqueológico identificado, nomeadamente a Torre de Santa Catarina de Sítimos.

Os castelos de grandes dimensões, do tipo 1, deverão ter concentrado no seu interior a população que vivia anteriormente dispersa pelos povoados e alcarias, possuindo aquelas os recursos necessários, como sistemas de armazenamento e abastecimento de água, assim como solos férteis intramuros ou nas imediações, para uma fixação permanente. Um desses casos é o Castelo de Vale de Reis, implantado em dois cerros, junto à ribeira de Vale de Reis e em solos muito férteis que possibilitavam uma

agricultura de regadio, onde reconhecemos dois recintos fortificados, edificados em taipa, orientados no sentido noroeste-sudeste, particularmente alguns troços de muralhas e possível torre, já bastante arruinados, abrangendo os vestígios, à superfície, uma área com cerca de 11 ha.

O recinto localizado no cerro noroeste possui alguns troços conservados, a norte e poente, com uma altura de 2,85 m, sendo, igualmente, visível naquela direcção os taludes e alinhamentos de pedras que compunham os alicerces das muralhas, enquanto a poente conservam-se pequenos tramos daquelas edificadas em taipa, bem como restos de uma torre, de possível planta rectangular, com uma largura de 2×3 m nos seus quatro lados. A taipa utilizada na construção daquele recinto apresenta terra de tonalidade alaranjada, pouco compacta e homogénea, com inertes constituídos por pedras, de pequena e média dimensão, e fragmentos de cerâmica. A escassa cal ali empregue confere à mesma pouca solidez. Os orifícios deixados pelos taipais apresentam uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura.

No que concerne ao segundo recinto situa-se no cerro sudeste e possui tramos preservados a leste, poente e norte. O primeiro daqueles conserva, actualmente, 9,5 m de comprimento e entre 2,27 e 3,40 m de altura; o segundo 1,35 m de altura e o terceiro entre 0,35 m e 1,22 m de altura. A taipa presente neste amuralhamento ostenta cor cinzenta e inertes compostos por pequenas pedras, escórias e fragmentos de cerâmica, tendo-se aplicado, ainda, grande quantidade de cal, conferindo-lhe uma certa consistência, patente ainda nos troços preservados. À semelhança do primeiro recinto os orifícios dos taipais possuem uma dimensão de 0,05 m de largura e 0,04 m de altura. A composição e cor da taipa do segundo recinto é bastante semelhante àquela que encontramos nas muralhas e torres de Alcácer, cujos inertes presentes naquela são, de igual modo, fragmentos de cerâmica, particularmente *terra sigillata* do Período Romano, mas também pequenas pedras, ferro e fauna malacológica (conchas) e mamalógica (ossos) (Leitão, 2017c, pp. 115-116).

No espaço intramuros do primeiro recinto acha-se um poço, edificado em pedra e ladrilho, situado junto à ribeira de Vale de Reis, que, apesar de se tratar de uma estrutura das Idades Média e Moderna, poderá ter antecedentes islâmicos. Aquele possibilitava o abastecimento de água à fortificação, permitindo ainda o seu armazenamento em épocas

em que poderia escassear aquele bem essencial. Era fundamental também para a rega dos terrenos cultivados. No interior daquele recinto reconheceu-se, ainda, à superfície, alguns vestígios de estruturas, bem como alguns materiais de construção, como telhas de meia cana, e fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha e aspecto melado, muito rolados e de difícil atribuição cronológica, que poderão datar do Período Islâmico. Recolhemos, de igual modo, um bordo de talha cujos paralelos obtidos oferecem um horizonte cronológico entre os séculos X e XIII.

O facto de os dois recintos da fortificação apresentarem taipas com cores e composições diferentes, poderá indicar cronologias distintas para as suas construções. Deste modo, o primeiro recinto poderá corresponder a uma cronologia anterior ao Período Almóada, possivelmente nos Reinos de Taifas ou Período Almorávida, enquanto o segundo poderá datar da última fase de ocupação islâmica, dadas as semelhanças com a taipa das muralhas do Castelo de Alcácer. Apesar daquele dispositivo defensivo se achar circundado por cerros mais elevados a norte, sul e leste que obstruem a sua visibilidade, é possível observar algumas zonas importantes como o curso do rio Sado, desde a Torre dos Algarvios até à Serra da Arrábida, onde se situa o Castelo de Palmela, enquanto a norte visualiza-se o Castelo da Serra dos Clérigos 1, o qual falaremos em seguida, onde era possível comunicar com Alcácer.

A posição estratégica onde se ergueu aquele *hisn*, escondido num pequeno vale, nas suas vertentes norte, sul e leste, não se permitindo ser visto por quem vinha daquelas direcções, ligeiramente afastado do rio Sado, mas com visibilidade suficiente para controlar todo aquele curso fluvial para quem se dirigisse dos territórios mais a norte até Alcácer. Era, por isso, uma fortificação que teria como função o controlo e protecção do vale fértil e das comunidades que cultivavam a terra, mas também da vigilância directa do rio Sado, conseguido, de igual modo, comunicar com algumas torres que se achavam nas imediações daquele, exercendo controlo, ainda, sobre a via terrestre que unia Alcácer a Lisboa, aspectos essenciais, em particular, no Período Almóada, onde aquelas regiões mais a norte constituíam uma ameaça a Alcácer.

Outra fortificação que terá sido erguida nesta altura foi Serra dos Clérigos 1, implantada em três cerros elevados, junto às Serras da Serrinha e Clérigos, onde confluíam os eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa, assim como Palmela a Évora.

Naquele local identificámos grande dispersão de pedras e blocos de taipa com vestígios de reboco de cal e areia, de média e grande dimensão, distribuídos por uma área com cerca de 13 ha, não subsistindo, actualmente, nenhum tramo de muralha ou torre em pé. As constantes lavoras mecânicas ali efectuadas terão destruído o que restava daquele dispositivo defensivo. Naquele sítio reconhecemos, de igual modo, um poço, edificado em pedra, onde era captada a água, e uma pequena alberca para armazenamento de água, assim como fragmentos de cerâmicas comuns e vidradas, de cor castanha/esverdeada e aspecto melado, que poderão datar do Período Islâmico.

No seu raio de influência achavam-se algumas alcarias e casais que anteriormente estavam sob o domínio de outros dispositivos agora desactivados, como o Castelo de Portela, onde se inserem as alcarias de Gargolim de Baixo 1, Bemposta 3, Serra Velha e o Casal da Curva das Faiais 1 (**Fig. 452**). A partir daquela era possível controlar todo o curso fluvial do rio Sado, desde Alcácer até à Serra da Arrábida, estabelecendo contacto com as torres atalaia junto ao rio, mas também com aquelas que se achavam junto à ribeira de Sítimos, como a Torre de Chagas e de Santa Catarina de Sítimos que controlavam os eixos-viários entre Alcácer, Évora e Beja. A amplitude visual obtida a partir dela permitia-lhe, ainda, observar alguns dispositivos militares a norte, junto à via que ligava Lisboa a Badajoz, como o Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, a Torre do Ramalhão e a Atalaia da Espadaneira. O controlo daquelas zonas seria essencial naquela altura de maior instabilidade em que se achava o *Gharb*, onde Alcácer fazia fronteira com a Península de Setúbal e Évora, obrigando a um maior reforço dos sistemas defensivos e controlo dos eixos viários nas zonas limítrofes com os territórios cristãos.

Mais a norte situa-se o Castelo do Vale de Alcácer de Baixo, junto à via que unia Lisboa a Badajoz, com passagem pelo território de Alcácer, implantada em dois cerros elevados, dominando as várzeas férteis nas imediações do vale, abrangendo a dispersão dos vestígios, à superfície, uma área de 2 ha. Há semelhança do Castelo de Vale de Reis, também aquele dispositivo defensivo possuía dois recintos amuralhados, edificados em taipa, um situado no cerro nordeste e outro no cerro sudoeste, achando-se no primeiro uma cisterna de planta quadrangular, também ela construída em taipa, para armazenamento de água. Os troços de muralhas possuem, actualmente, uma altura entre 1,36 m e 2 m e uma espessura de 0,80 m. A taipa daquelas apresenta uma cor

ocre/castanha com inertes constituídos por pequenas pedras e vestígios de reboco de cal e areia, sendo ainda visíveis os orifícios deixados pelos taipais que apresentam uma altura de 0,04 m e uma largura de 0,03 m.

Os trabalhos de desmatção e prospeção que realizámos no local permitiram a identificação de escassos e pequenos fragmentos de cerâmicas comuns, muito rolados, de difícil atribuição cronológica. Além disso, o elevado grau de destruição em que se encontra a fortificação também não permite uma devida análise da sua configuração e elementos constituintes. A construção da barragem, junto ao sítio arqueológico, contribuiu para a maior parte da sua destruição, através da retirada de terras e do reaproveitamento de pedras. Na sua área de influência encontrava-se a Torre do Ramalhão, bem como as alcarias da Bica 1, Azenha Velha, São Martinho da Bemposta, Gargolim de Baixo 1, Bemposta 3 e os casais da Bemposta 1 e da Curva das Faias 1 (**Fig. 453**).

Em termos de implantação no território aquele pequeno *hisn* achava-se escondido no interior do vale e rodeado por montanhas mais elevadas, a norte, poente e leste, não conseguindo observar o que se achava para lá daquelas áreas. Porém, o facto de a partir dali ser possível ver alguns pontos fortificados que controlavam esses ângulos obstruídos, como o Torrejão, Torre do Ramalhão, Atalaia da Espadaneira, e os castelos da Serra dos Clérigos 1 e Montemor-o-Novo, junto às vias que uniam Alcácer a Lisboa e Évora, mas também Palmela a Évora, assim como Lisboa a Badajoz, conferia-lhe alguma protecção em caso de algum perigo que se pudesse aproximar daquelas zonas.

Para além daquelas fortificações foram erguidas também no território de Alcácer alguns dispositivos defensivos de menores dimensões e morfologicamente diferentes, como é exemplo a Torre de Santa Catarina de Sítimos, onde já existia anteriormente algumas estruturas defensivas, conforme denuncia o topónimo, subsistindo, na actualidade, aquilo que terá sido construído no Período Almóada. Tal como fizemos alusão anteriormente, aquele implanta-se em cerro elevado, junto à ribeira de Sítimos, com declives acentuados em direcção a poente e norte onde aquela se situa, encontrando-se no topo do cerro uma torre edificada em taipa, já bastante modificada pelos restauros efectuados nos anos 60. Contudo, a técnica construtiva que observamos actualmente é

semelhante ao restauro realizado nas torres em taipa do Castelo de Alcácer do Sal, datadas do Período Almóada.

Segundo os donos da propriedade, o restauro realizado naquela estrutura procurou reproduzir a linguagem arquitectónica vigente à época, quer em termos de volumetria e altura, quer em termos de técnica construtiva, salientando ainda a sua semelhança com as torres em taipa de Alcácer (Carvalho, 2007a, p. 4). A estrutura existente no local possui planta quadrangular, medindo 4,70 m nos seus quatro lados, e ostenta uma porta na sua face poente, com 1,82 m de altura e 0,88 m de largura, e três seteiras nas restantes faces com 0,83 m de altura e 0,15 m de largura. A nível construtivo trata-se de uma torre em taipa, cujo aparelho original deverá também ter sido, conforme sugerem os blocos de taipa dispersos junto daquela. A mesma terá sido envolvida por um recinto amuralhado, uma vez que são visíveis, à superfície, particularmente nas encostas norte e poente, onde as máquinas do arado não conseguem chegar devido à forte pendente, alinhamentos de pedras e pequenos taludes que sugerem a presença de um recinto fortificado.

Aquele sítio arqueológico poderá ter correspondido a uma alcaria que, a partir do Período Almóada, devido à maior fase de instabilidade, se fortificou ou reformulou as suas defesas, à semelhança daquilo que correu em outros locais do *al-Andalus* como a Torre de Bufilla, em Valência, e o Castelo de Salir, no Algarve, anteriores alcarias que se fortificaram a partir da segunda metade do século XII, possuindo uma torre central isolada e envolvida por muralha (López Elum, 1994, p. 189; Catarino, 1997/1998, p. 619). Certamente haveriam mais fortificações deste tipo pelo território de Alcácer, como por exemplo no Torrejão, onde poderá ter existido uma grande torre, a qual também se implantava num cerro elevado junto à ribeira de São Martinho, envolvida por uma muralha, conforme sugerem os possíveis alinhamentos de pedras ali visíveis e a própria plataforma artificial do cerro.

A Torre de Santa Catarina de Sítimos controlava os terrenos férteis que se achavam nas imediações, assim como os eixos viários que uniam Alcácer, a Évora e Beja, mas também o curso fluvial e navegável da ribeira de Sítimos até à foz do Sado, não se conhecendo nenhum assentamento nos seus arredores, datado dos Períodos Almorávida e Almóada, o que poderá sugerir que as comunidades que anteriormente viviam dispersas

nas *villae* de Santa Catarina e Porto da Lama, bem como no Casal Agrícola dos Fanais 3, se aglomeraram no interior das muralhas daquela fortificação.

Para além daqueles dispositivos militares existiam, seguramente, também dispersas pelo território, torres atalaias edificadas em taipa que vigiavam as principais vias de comunicação, as quais terão reaproveitado, provavelmente, as antigas atalaias edificadas nos períodos precedentes.

4.3. As vias de comunicação

O florescimento do *al-Andalus* esteve profundamente relacionado com os meios de comunicação, quer terrestres, quer fluviais, que possibilitaram os contactos com outras zonas geográficas do Império Muçulmano. Para além da circulação de bens e pessoas, assim como da fácil difusão cultural ou ideológica, desenrolou-se intenso tráfego comercial, mesmo com regiões longínquas, conforme denunciam os textos, mas também os materiais arqueológicos exumados nos principais núcleos urbanos (Gomes, 2002b, p. 156).

A importância e intensa circulação daquelas no Período Islâmico são patentes nas preocupações de segurança dos viajantes, sendo os assaltos reprimidos com violência, crucificando-se e cortando-se os pés e as mãos aos que ameaçavam as estradas (Ibn Idârî, 1904, p. 357). Durante o governo de *Bakr b. Yahyâ b. Bakr* na cidade de Faro, de modo a garantir a segurança dos viajantes, ordenou aquele que todos os povoados do seu território oferecessem abrigo e ajuda, em caso de perigo, aos que viajavam pelos caminhos e povoações do interior, garantindo-lhes segurança na circulação. Os que percorriam os caminhos daquela zona faziam-no, assim, como se residissem dentro das suas próprias casas ou entre os seus (Ibn Hayyan, 1949, p. 172). Figuras de alta patente moviam-se gradualmente percorrendo, normalmente, entre 20 a 35 km por dia. Já os exércitos podiam circular de 20 a 30 km, enquanto que um viajante podia atingir uma média de 40 a 50/58 km, embora esses valores pudessem oscilar consoante o tipo de terreno em que se movia, fosse ele acidentado ou não (Dubler, 1953, p. 106).

Grande parte do sistema viário vigente no Período Islâmico tinha origem nas antigas estradas romanas e, até mesmo Proto-Históricas, uma vez que em alguns locais ocupados em Época Romana, de que é exemplo Alcácer do Sal, verifica-se uma

sobreposição a outros povoados pré-existentes, mantendo-se esses caminhos em uso no período seguinte e, em alguns casos, até aos séculos XIX e XX (Faria, 2002, p. 100-101; Mantas, 2012, p. 101). Porém, a decadência de alguns núcleos urbanos durante o Período Muçulmano, tal como o surgimento de novos, terá, certamente, implicado uma reestruturação das antigas vias romanas e a construção de novos troços.

Foi através daquelas estradas romanas que se deslocaram, ao longo de séculos, os exércitos muçulmanos durante as campanhas militares, mas também as hostes cristãs no decorrer da reconquista do território. Este aspecto é perceptível, por exemplo, durante a Reconquista Cristã de Alcácer do Sal, em 1217, quando, no momento do cerco, o governador muçulmano da cidade pede auxílio aos governadores de Badajoz, Jaén, Córdoba e Sevilha, tendo aqueles chegado a Alcácer, junto a Sítimos onde teria decorrido a batalha, através das vias romanas que ligavam aquela às cidades de Évora e Beja (Cardoso, 1747, p. 128). A descoberta de dois marcos miliários, um em Carvalhos de Baixo, e outro em Porto da Lama, junto a Santa Catarina de Sítimos, confirma a existência naquela zona da passagem de duas vias romanas (Faria, 2002, p. 73).

No entanto, reconhecer os referidos caminhos romanos e muçulmanos em trabalhos de prospecção, torna-se um autêntico desafio, dado que só as vias principais, com interesse militar e administrativo, assim como algumas vias secundárias, possuíam marcos miliários. Por outro lado, torna-se difícil atribuir uma datação à maior parte dos traçados viários, pois nem sempre a sua construção obedeceu aos modelos previamente definidos, podendo o lajeado assentar apenas sobre uma camada de pequenas pedras e terra batida misturada com cascalho ou, ainda, implantar-se directamente na rocha afeiçoada (Mantas, 1993, pp. 220-222).

As fontes islâmicas indicam para as vias medidas que não coincidem exactamente com as estradas romanas, nomeadamente quatro côvados para as veredas onde se circulava pouco, sete para os caminhos destinados à passagem de pessoas e vinte para as estradas destinadas à passagem do gado, sendo este último, possivelmente, respeitante aos caminhos principais (Ibn al-Imâm, 1901, p. 67).

Os geógrafos muçulmanos, sobretudo na primeira metade século XII através de *al-Idrîcî*, descrevem alguns destes itinerários assinalando as distâncias entre cidades, mas

também alguns povoados rurais, em milhas e em jornadas, embora não nos elucidem, especificamente, sobre os seus percursos e constituição (al-Idrîsî, 1799; 1866; 1901; 1999; al-Razi, 1953). Porém, de um modo geral, verifica-se que coincidem praticamente com os antigos traçados romanos. Constata-se, portanto, sendo consensual entre os investigadores, uma continuidade entre a rede viária romana e medieval (Catarino, 1997/1998, p. 641; Gomes, 2002b, p. 156; Macias, 2006, pp. 85-86). Embora existisse algumas modificações, a informação extraída das fontes, quer islâmicas, quer cristãs, permite confirmar a utilização, sem interrupção, dos antigos traçados romanos.

Al-Idrîcî, ao descrever alguns dos caminhos que uniam o *Gharb* de norte a sul e de oeste a leste, refere a existência de uma estrada que unia Alcácer do Sal à Igreja do Corvo, no actual Cabo de São Vicente, importante lugar de peregrinação, mas também outros caminhos que ligavam o respectivo núcleo urbano a Silves, Évora, Badajoz, Almada e Lisboa (al-Idrîcî, 1799, pp. 45-49; 1901, pp. 18-20). Cita igualmente outros caminhos, embora não referindo o seu acesso por Alcácer, que teriam passagem obrigatória nesta última, conforme iremos ver, não propriamente na cidade, mas em território por ela administrado (al-Idrîcî, 1901, pp. 20-23; Rei, 2012, pp. 137-138).

Alcácer do Sal, pela sua posição estratégica, situada entre os territórios administrativos de Faro, Silves, Beja e Lisboa, estava, assim, no cruzamento dos principais eixos viários de norte-sul, mas também, oeste-este. A cidade era, portanto, um ponto central a partir do qual se ramificavam outros caminhos, sendo uma referência obrigatória na estruturação do espaço. A análise da rede viária islâmica do território de Alcácer foi, deste modo, realizada com base nos dados arqueológicos, fontes escritas, toponímia e cartografia (**Fig. 454**).

4.3.1. Via Lisboa-Alcácer-Badajoz e Mérida

Este itinerário é referido por *al-Idrîcî*, nos inícios do século XII, efectuando-se o percurso a partir da cidade de Badajoz em direcção a Elvas, com uma distância de doze milhas entre elas, passando-se em seguida, após uma jornada, por *Qarya 'Ukasha* (Extremoz) e Évora, seguindo-se, após percorrer-se 2 jornadas, em direcção a Alcácer do Sal e, atravessando os Estuários do Sado e Tejo, alcançava-se a cidade de Lisboa, distando aquela da primeira 40 milhas (Rei, 2012, pp. 137-138).

O percurso descrito pelo referido geógrafo muçulmano segue praticamente o antigo traçado romano. De Lisboa atravessava-se o rio Tejo até ao Seixal e Coina (*Equabona*), entroncando a via ali com uma outra que deveria seguir, possivelmente, para o Montijo, atravessando, em seguida, Vendas de Azeitão, continuando pelo Alto das Necessidades e Quinta da Calçada, seguindo ao longo da vertente oeste e sul da Serra de São Luís, a sul de Palmela, passando próximo de arqueossítios romanos como Cruz da Légua, Quinta do Esteval e do Rego de Água, descendo pela designada “Calçada” ou “Estrada do Viso”, onde existe troço da via romana bem preservada situada entre o Grelhal e Casal das Figueiras. O trajecto terminava na rua do “Caminho Romano”, entrando em Setúbal pelo Bairro do Tróino (Alarcão, 2006, pp. 214-215). Naquela identificaram-se vestígios pré-romanos, romanos, visigóticos e islâmicos, correspondendo a esta última fase a descoberta de um importante bairro islâmico datado do século XI (Duarte, 2018, pp. 207-208).

Durante a Idade Média existia pequeno troço secundário, de que ainda subsistem vestígios e que poderá ter origens anteriores, que ligava Palmela, através dos vales da Arrábida, a Setúbal atravessando pequenos núcleos rurais que povoavam as terras férteis de Alferrara, São Romão, Ribeira do Pai Mouro e dos centros fabris das praias da Comenda, da Rasca e do Creiro (Fernandes, 2004, p. 43).

A partir de Setúbal poder-se-ia navegar através do rio Sado, passando junto à Península de Tróia, até à cidade de Alcácer do Sal ou, em contrapartida, seguir pelo caminho terrestre, embora o percurso fosse mais longo, até alcançar esta última. A via seguia então em direcção a Águas de Moura, possível *Caeciliana* de Época Romana, e Marateca, passando junto da actual Igreja de São Pedro, em frente do local designado “Castelo dos Mouros”, onde se encontram vestígios de uma possível *villa* romana relacionada à exploração do minério, mas também povoado Medieval Cristão e Moderno, nas imediações da margem esquerda da ribeira da Marateca (Fernandes e Santos, 2012).

A partir desta última povoação a via ramificava-se em três troços. O primeiro, bem documentado, seguia em direcção a sul, onde se achava a cidade de Alcácer do Sal (Faria, 2002, p. 63); o segundo, desconhecido até ao momento, mas descoberto por nós por meio de prospecções e análise das fontes escritas, deslocava-se para sudeste, passando junto da Serra da Serrinha, onde se explorava o bário e o manganês, entroncando com a

via que seguia para Évora, nas imediações de Alcácer, junto a Santa Susana. O terceiro, também ele mal documentado, e agora por nós comprovado, seguia em direcção a leste, passando pela Landeira e Retorta, em território administrativo de Alcácer, seguindo depois por Montemor-o-Novo ou Évora, em direcção a Badajoz e Mérida.

O troço que seguia em direcção a sul, a partir da Marateca, passava por Palma, atravessando a ribeira de São Martinho, seguindo depois pelo Povoado Fortificado do Alberginho, Casal Agrícola de Alberge 1, entroncando-se com um outro troço que seguia para leste, o qual falaremos posteriormente, Castelo de Vale de Reis, Alcaria de São Lourenço e Bairro do Venâncio, entrando em Alcácer pela Avenida dos Clérigos e passando junto da necrópole romana e islâmica de São Francisco, até alcançar o cerro onde se ergue o castelo. Este percurso manteve-se em uso até, pelo menos, ao século XVIII.⁷⁵

O segundo caminho que partia da Marateca, em direcção a sudeste, ainda em uso no século XV⁷⁶, seria, possivelmente, um antigo troço romano, que seguia junto à ribeira da Marateca, percorrendo a Estrada do Sesmo, Lagoa Seca, Vale do Enxofral, atravessando depois a ribeira de São Martinho em Fangarifau, alcançando as Serras da Serrinha e Pinhal. A parti dali, em direcção a sul, passava junto do Cabeço da Mina, Alcaria de Portela, castelos de Portela e Serra dos Clérigos 1, confluindo naquele local com um outro caminho que seguia para o Povoado e Castelo de Vale de Trigo, Casal de Alberge 1 e Castelo de Vale de Reis, o qual já falamos anteriormente, Serra da Cordoeira, Villa Romana do Berlonguinho 2 até Lapa de Baixo, indo convergir com a via que unia Alcácer a Évora (Vasconcellos, 1927, pp. 55-57).

A partir de Alcácer do Sal o caminho seguia pela via romana em direcção a Évora, fazendo-se o percurso ao longo da margem direita da ribeira de Sítimos, passando por Porto da Lama, onde se encontrou um marco miliário dedicado a dois imperadores, nomeadamente Diocleciano e Maximiano, passando depois nas imediações da Torre e Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos. Porém, para Vasco Mantas, o troço da referida via pertenceria a outro caminho que seguiria para Beja e não Évora, dado que o miliário seguinte identificado encontra-se em Monte dos Carvalhos de Baixo (**Fig. 455**),

⁷⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, p. 306.

⁷⁶ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

na margem esquerda da ribeira, tendo-se identificado outro troço em Biscainha, novamente na margem direita, obrigando a uma dupla travessia formando um percurso em ziguezague, o que não faria qualquer sentido (Mantas, 2012, pp. 151-152).

A descoberta de miliários em ambas as margens da ribeira de Sítimos parece sugerir a existência de duas vias, uma que na margem direita seguiria para Beja, Faro e Silves e outra que, na margem esquerda, seguiria para Évora, Mérida e Badajoz. Retomando novamente o trajecto em análise, a partir de Monte de Carvalhos de Baixo a via continuava por Lapa de Baixo, atravessando, em seguida, o rio Mourinho, junto a Santa Susana, e Biscainha, onde subsiste troços daquela calçada (Faria, 2002, p. 73).

O percurso continuava pelo Monte da Defesa, em Alcáçovas, percorrendo, a sul, de Água d'Elvira dos Padres e, a norte, do Pigeiro Grande e, em seguida, em Alcalá para depois atravessar a ribeira de São Brissos, no concelho de Montemor-o-Novo, Tabuleiros de Baixo, já no concelho de Évora, onde se encontrou dois marcos miliários, seguindo por Nossa Senhora da Tourega, Barrocal, dali atravessava a ribeira da Viscososa, Quinta do Pomarinho e albufeira do Monte das Flores, tendo-se descoberto naquele sítio um fragmento de miliário epigrafado, possivelmente dedicado ao Imperador Décio, alcançando-se então a cidade de Évora (Alarcão, 2006, pp. 217-218; Mantas, 2012, p.152).

De Évora o caminho seguia em direcção a Quinta das Nogueiras, atravessava os rios Xarrama, no sítio designado de Porto, e Degebe até Sousa da Sé, onde existe marco miliário, atravessando, em seguida, a ribeira do Freixo, existindo 2,5 km de calçada conservada nas proximidades do actual Monte do Freixo (Alarcão, 2006, pp. 216-218). Na continuação, seguia por Castelo Ventoso, Venda, achando-se ali dois marcos miliários, e Évora Monte, onde ainda subsiste, na pia baptismal da Igreja de Santa Maria, um marco miliário reaproveitado do sítio romano existente junto da Ermida de São Marcos, a cerca de 1 km a poente. A partir dali a via seguia por Atafona ou Roque, atravessava a ribeira de Têra, junto no Pego do Sino, Monte das Freiras, Aldeias, Castelo, Folgado, Azenha da Estrada, Estalagem, Ermida de São Lázaro e Ferrarias até alcançar Extremoz.

A partir de Extremoz (*Qarya 'Ukasha*) a via iria entroncar-se com um outro caminho mais a norte, também citado por *al-Idrîcî*, que unia as cidades de Santarém e Lisboa a Badajoz (Rei, 2012, 138). Dali, em direcção a leste, o percurso era feito por Estalagem, Carris, Estalagem da Raposa e Venda do Ferrador, até atingir a povoação de Orada, onde cruzava a ribeira de Alcaraviça, Alcobaça, existindo ali marco miliário e troço preservado da via de 5 km, Alcarapinha e Atalaia dos Sapateiros, alcançando, em seguida, Elvas (Alarcão, 1983, p. 73). Até chegar a Badajoz a via passaria pelo Chafariz de El-Rei e Horta da Cabeça, Horta do Moreno, Torre da Fonte Branca, atravessando, em seguida, o rio Caia, a sul do Monte das Caldeiras (Carneiro, 2014, pp. 167-171). De Badajoz, em direcção a Mérida, a via seguia pelo designado “Camiño Viejo” por Atalaya, Talavera la Real, caminho velho de Lobón e *Villa Romana* de La Floriania em Torremayor (Gérard Gorges e Rodríguez Martín, 1999, pp. 248-258).

4.3.1.1. Via Alcácer-Badajoz e Mérida pelo Torrão

Da cidade de Alcácer partia uma outra via que, passando junto ao Castelo do Torrão, seguia para Évora, Badajoz e Mérida. O percurso podia ser realizado pelo caminho terrestre, já referido, que da urbe seguia junto à ribeira de Sítimos, ou através de navegação pelo rio Sado, passando junto à Barrosinha, Vale de Guiso, Porches, Alfebre, até Porto Rei, onde aquele podia ser navegável, conforme já aludimos em capítulo anterior. A existência de *villae* e portos fluviais romanos, tal como a descoberta de troços de embarcações daquela cronologia na foz do rio, mas também de vestígios islâmicos, comprovam a intensa navegabilidade a sudeste de Alcácer.

A partir de Porto Rei o percurso era feito pela via terrestre, junto à margem esquerda do rio Sado, passando em Casa Branca, onde subsiste restos de calçada com 200 m, Portinho, Benagazil, São Romão do Sado, Porto Carro, Frades, Portancho, Quinta D. Rodrigo, onde também foram detectados troços da via e Calçadinha, a 1 km a norte do Castelo do Torrão, onde é visível troços de calçada com 400 m de comprimento e 2,40 m de largura (Faria, 2002, p. 72). A estrada romana foi aberta em base nivelada, sobre terra batida coberta por camada de pedra talhada com inclinação para escoamento de águas. O seu percurso é quase rectilíneo, sendo delimitada por seixos grandes, colocados em paralelo ao longo da calçada. A parte central é constituída por fiadas de pedras achatadas de diferentes calibres, com pequenos seixos, cascalho e terra entre as pedras maiores

(Faria e Ferreira, 1986, pp. 41-51; **fig. 456**). Desde o Torrão a via seguia em direcção a Évora através do mesmo percurso por nós já enunciado anteriormente.

4.3.1.2. Via Lisboa-Badajoz e Mérida por Cabrela e Casebres (São Martinho)

Este caminho permitia a ligação directa de Lisboa a Badajoz e Mérida, sem passar pela cidade de Alcácer do Sal, embora atravessando território administrado por aquela, constituindo o percurso mais curto e mais rápido entre as duas cidades e, certamente, bastante utilizado, quer em Época Romana, quer em Islâmica. Trata-se do terceiro caminho, referido anteriormente, que se ramificava a partir da Marateca, em direcção a leste, e desconhecido até ao momento, embora Jorge Alarcão e Vasco Mantas já tivessem chamado a atenção para a possível existência de uma via, ligando as respectivas cidades, embora com incertezas, dado a falta de comprovação arqueológica, com passagem algures entre Cabrela e Casebres. Todavia, o primeiro investigador considera a passagem daquela pela cidade de Alcácer, enquanto o segundo crê na sua ligação directa a Montemor-o-Novo (Alarcão, 2006, p. 216; Mantas, 2012, p. 160).

A nosso entender, faz todo o sentido a existência de um caminho em linha recta, tal como propõe Vasco Mantas, que permitia o acesso mais rápido entre Lisboa e Badajoz, dado que o anterior percurso ao dirigir-se para sul, em direcção à cidade de Alcácer, formava um triângulo, tornando aquele trajecto entre as duas cidades mais longo e demorado (Mantas, 2012, pp. 159-160). A partir da Marateca ramificava-se então um troço que seguia para nascente, junto à margem esquerda da ribeira com o mesmo nome, passando pela Landeira, Bicas e Retorta, precisamente locais situados entre Cabrela e Casebres, tendo-se encontrado nesta última, no decurso de obras de construção civil, restos de estruturas e ânfora contendo numismas romanos de ouro e prata, datados do século I d.C., alguns cunhados pelos Imperadores Galba e Tibério⁷⁷.

Aquela via romana era ainda utilizada nos inícios do século XV, em pleno reinado de D. João I, pelos almocreves e outros viajantes que se deslocavam entre Setúbal, Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, sendo constantes as queixas daqueles ao monarca, dados os roubos frequentes, uma vez que não existiam estalagens ao longo do caminho

⁷⁷ Informações recolhidas no Portal do Arqueólogo: Ver: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=50507> (consultado 16/03/2019).

devido ao despovoamento da zona, obrigando muitas vezes os mesmos a dormirem ao relento⁷⁸. Ordenou assim o rei: “(...) *que os moradores que ora moram no termo de cabrella pollos montes per desuayradas partes fossem todos morar aa rretorta a soo cabrella antre os camjnhos que huû deles uem pera o dicto logo de cabrella e o outro pera hu chamam as cabritas porquanto he lugar em que todos bem podem morar porque he lugar camjnhante e perto de suas lauoyras*”⁷⁹.

Aquele local, despovoado nos inícios do século XV, teria sido intensamente povoado nas Épocas Romana e Islâmica, conforme se comprova pelos vestígios nas suas proximidades respeitantes àqueles períodos. A partir dali a via entroncava com outros caminhos, um que para nordeste passava por Cabrela até alcançar Montemor-o-Novo, e outro que para sudeste iria passar junto do Castelo do Vale de Alcácer de Cima, Alcaria da Azenha Velha e Castelo do Vale de Alcácer de Baixo onde se cruzavam outras duas vias, uma que para sul seguia para Alcácer do Sal, passando pelo povoado e alcaria da Bemposta 2 e 3, Portela, Serra Velha, castelos de Portela e Serra dos Clérigos 1, entroncando-se ali com a via que seguia para a Marateca e Palmela, junto às Serras do Pinhal e Serrinha, continuando pelo Castelo e Povoado de Vale de Trigo, Casal de Alberge 1, Castelo de Vale de Reis e Alcaria de São Lourenço. Relativamente ao outro caminho seguia para leste, passando nas proximidades das alcarias da Ordem 1 e São Martinho da Bemposta, Gradil, ainda em uso no século XV⁸⁰, seguindo depois, possivelmente, por Vale de Asna e Torre da Gadanha até atingir Montemor-o-Novo.

A partir de Montemor-o-Novo, havia duas ramificações, uma que seguia em direcção a Évora e outra a Arraiolos, sendo já conhecido o caminho a partir da primeira, concentremo-nos no segundo trajecto (Mantas, 2012, p. 148). A via passava então a norte de Arraiolos por São Pedro da Gafanhoeira e Santana do Campo, onde ainda subsiste

⁷⁸ “ (...) *des montemoor o nouo ataa setuual nom auja nem ha pobraçom em que mujtas gentes que por o camjnho que antre os dictos lugares uaão he muy despobrado em guisa que as gentes que per o dicto camjnho uaão nom achauam nem huûs mantijmentos a uender pera ssy nem pera suas bestas que leuauam nem pousadas em que pousar. E por mjngo de pobraçom, que no dicto camjnho nom auja se faziam em el muytos furtos e roubos e outras mujtas maas cousas* ”. Ver em: *Chancelarias Portuguesas: D. João I, volume III, tomo II, 1394-1427*. Edição de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 84.

⁷⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. João I, volume III, tomo II, 1394-1427*. Edição de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 84.

⁸⁰ ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, doc. 10.

troços daquela calçada em Vale de Paio⁸¹, construída em lajes de granito, com 4,20 m de largura e 9 m de comprimento (Passão, 2015, p.77; **fig. 457**). A partir dali continuava pelo Vimieiro, passando na Ponte da Ribeira do Freixo, onde se encontra marco miliário e troços de calçada com 15 m conservados (Rocha *et alli*, 2013, pp. 237-246). Desde aquele local a via seguia em direcção a Extremoz, onde cruzava com outros caminhos, fazendo em seguida o mesmo percurso, já enunciado anteriormente, através de Elvas, até alcançar Badajoz e Mérida.

4.3.2. Via Alcácer-Beja-Sevilha e Córdoba

Este itinerário partia da cidade de Alcácer do Sal pela via romana que ligava esta última a Évora e Beja, através do Torrão. O percurso podia ser realizado por meio de navegação pelo rio Sado até Porto Rei, ou por caminho terrestre ao longo da margem esquerda do rio, seguindo por Porto da Lama, Barrosinha, Vale de Guiso, Alfebre, Porto Rei, Casa Branca, São Romão do Sado, Quinta D. Rodrigo e Calçadinha, alcançando então o Castelo do Torrão. A via que dali seguia em direcção a Beja atravessava ponte existente no rio Xarrama, conhecida como Ponte da Calçadinha Romana e que, segundo André de Resende, dataria do século V d.C. (Faria e Ferreira, 1986, pp. 41-51).

Partindo do Torrão o percurso continuava por Vale Paraíso de Baixo, Fonte Longa, Soberanas de Baixo, Ervedosa e Faias para, junto a Olival, onde Túlio Espanca refere a existência de marco miliário, cruzar a ribeira de Odivelas. Dali seguia por Outeiro, Penique, Casa Branca, Moutinho, Vilar e Caçapa, cruzando a ribeira de Alfundão, seguindo depois por Rossio e Figueiras até alcançar esta última povoação com o mesmo nome, onde se regista o aparecimento de arqueossítios romanos e visigóticos, passando depois por Peroguarda, em Ferreira do Alentejo, local de um antigo santuário, e Beringel (Alarcão, 1983, pp.73-87; Encarnação, 1984b; Lopes, 2000, pp. 75-76).

Abel Viana refere a existência, junto a Beringel, da estação romana de “Ponte de Lisboa” com ocupação até ao Período Islâmico, porém Conceição Lopes considera que aquele terá confundido o sítio arqueológico da Herdade da Misericórdia, com ocupação islâmica, com o do Porto de Lisboa, onde existe apenas vestígios romanos (Viana, 1949,

⁸¹ A calçada foi descoberta, em 2012, durante trabalhos de prospecção efectuados, no âmbito do projecto LAPA, pelos responsáveis Leonor Rocha e Ivo Santos, assim como pelos alunos voluntários da Universidade de Évora: Telmo Passão, Patrícia Flores e Marta Leitão.

pp. 177-180; Lopes, 2000). A partir dali a via seguia por São Brissos, ao longo da margem esquerda da ribeira do Álamo, cruzando o barranco na Ponte da Fonte dos Cântaros, perto da qual apareceu um miliário associado aos vestígios da *Villa* da Fonte dos Cântaros, continuando por Diabrória, Arcediago e Lobeira da Horta, entrando na cidade de Beja pela Porta de Évora.

O restante percurso a partir de Beja é-nos dado por *al-Idrîcî* que, ao mencionar as distâncias entre as povoações acaba por revelar, ainda que indirectamente, o restante itinerário (al-Idrîsî, 1989, p. 84). A partir de Beja o caminho prosseguia para Serpa e dali, em direcção a Aroche, passava por Corte de Alho, na freguesia de Pias, onde se encontrou marco miliário e se reconheceram povoados datados da Antiguidade Tardia (Soares *et alli*, 1997, p. 30). Perto daquele local, junto da Igreja Velha de Ficalho, na freguesia de Vila Verde de Ficalho, realizaram-se escavações arqueológicas que atestaram uma ocupação islâmica, entre os séculos VIII e XII/XIII (Dias e Soares, 1987, p. 235; Soares, 1992, pp. 122-125; Lopes *et alli*, 1997, p. 90).

De Aroche a via seguia por Gibrleón, sendo, possivelmente, o percurso até ali feito por Dehefa e Cueva de la Mora, navegando-se, em seguida, pelo rio Odiel, até Gibrleón e Huelva, entrando, em seguida, no rio Tinto, em direcção a Niebla, alcançando Sevilha (al-Idrîcî, 1989, p. 84). Também se poderia ir de Huelva a Sevilha, em direcção a sul, navegando no rio Tinto até entrar no Mar Mediterrâneo e, em seguida, no rio Guadalquivir, passando por Isla Mayor, até atingir esta última cidade. Dali poder-se-ia navegar pelo rio Guadalquivir até Córdoba, embora existisse, possivelmente, a partir de Aroche, uma outra via terrestre que seguiria para aquela cidade, sendo referida, por *al-Rifa'î al-Rusâfî*, uma distância entre Córdoba e Beja de 300 milhas (Rei, 2012, p. 146).

4.3.3. Via Alcácer-Faro e Silves

A via seguia o mesmo percurso, já enunciado anteriormente, partindo de Alcácer, passando pelo Castelo do Torrão, até Beja ou, em alternativa, navegando pelo Sado até Santa Margarida do Sado, continuando por Caneiras do Roxo, onde existia uma ponte romana e, em seguida, atravessava a ribeira de Odivelas em direcção a Beja (Carneiro, 2008, p. 79).

A partir desta última confluíam uma série de caminhos, sendo que quem pretendia ir para Faro e Silves, seguiria o troço em direcção a Aljustrel, onde existiam minas de exploração de cobre, passando junto à ribeira de Terges, nas imediações de fortificações romanas de Época Republicana, e Ermida de Aracelis. Dali, antes de entrar na serra algarvia, a via passaria por Santa Bárbara de Pedrões, em Castro Verde, seguindo, no Período Islâmico, para Santa Cruz, em Almodôvar, tendo-se ali descoberto moedas árabes, continuando por Salir até alcançar Faro (Macias, 2006, p. 94; Carneiro, 2008, p. 82).

Foi por este caminho que D. Afonso III se deslocou, durante a Reconquista Cristã, na sua campanha militar rumo ao Algarve (Macias, 2006, p. 94). A partir dali, em direcção a Silves, seguir-se-ia por Algoz, ou por outro troço existente que passaria por Alcantarilha e Porches, inflectindo, depois, próximo da actual Lagoa e de Lobite, continuando até Estombar, percorrendo a região da Arrochela, até alcançar Silves (Gomes, 2002b, p.157).

Entre Ferreira do Alentejo e Aljustrel haveria caminho alternativo, com antecedentes romanos, que seguiria para Messejana, Garvão, Castro da Cola, onde existe fortificação ocupada desde a Idade do Ferro ao Período Islâmico, continuando para Santa Clara-a-Velha, Monchique, alcançando a cidade de Silves e dali, em direcção a sudeste, seguiria depois para Faro (Faria, 2002, pp. 72-73). Terá sido por esta via que *Abd al-Rahman III* se deslocou quando se dirigiu de Beja para Ossónoba (Faro), passando por Ourique (Ibn Hayyan, 1981, p. 188; Ibn Idârî, 1904, p. 332). Terá sido também por este caminho que, em 844-845, os normandos se encaminharam de Ossónoba para atacar Beja (Coelho, 2008, p. 171).

A partir de Alcácer existia uma outra via, com antecedentes romanos, que seguia em direcção a Faro e Silves, mas passando por Grândola (Macias, 2006, p. 93). O percurso iniciava-se ao longo da margem esquerda do rio Sado, passando por São Romão, Alvalade⁸², seguindo depois o percurso, já referido anteriormente, por Aljustrel, Messejana, Garvão, Castro da Cola, Santa Clara-a-Velha, Monchique, Silves e Faro.

⁸² Do árabe: *al-balât* com significado de “o caminho empedrado”, “a calçada”. Ver: ALVES, Adalberto (2013) - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 201.

4.3.4. Via Alcácer-Cabo de São Vicente (Vila do Bispo)

Este itinerário é referido nas fontes islâmicas por *al-Idrîcî*, no século XII, sendo um percurso que remonta à Época Romana e que se realizava ao longo do litoral, junto à costa. Durante o Período Islâmico aquela via era um importante eixo de comunicação religioso que permitia o acesso, através de Alcácer do Sal, com uma distância de duas jornadas até à Igreja do Corvo, situada no Extremo Ocidente da Península, entre Raposeira e Vila do Bispo, onde vários peregrinos, quer cristãos, quer muçulmanos, se dirigiam para prestar culto. Dali em direcção ao Cabo de São Vicente seriam sete milhas (*al-Idrîcî*, 1901, p. 18).

O respectivo percurso, ainda em uso no século XVIII, partia de Alcácer, atravessando o rio Sado, em direcção a sul, continuava por Grândola, permitindo o acesso à mina da Caveira, seguindo depois por Santiago do Cacém, onde existia, provavelmente, uma fortificação localizada no actual castelo medieval, que mantinha contacto visual com o porto de Sines (Catarino 1997/1998, p. 649; Faria, 2002, p. 73). O silo islâmico descoberto no interior daquela fortificação, em 1986, durante intervenções arqueológicas, comprova, desse modo, a recuada ocupação daquele espaço. O próprio topónimo Cacém parece estar relacionado à presença da tribo berbere dos *Banu Qasim* naquela zona (Marques, 1993, pp. 139-140).

A partir de Santiago do Cacém a via continuava em direcção a Sines, importante porto onde se escoavam produtos, como o vinho e peixe, mas também minérios, de que é exemplo o ferro, para as urbes situadas nos Vales do Tejo, Sado e Guadiana. Escavações ocorridas naquela cidade, ao longo das décadas 50, 60 e 90 e, mais recentemente, também no ano de 2017, no interior do castelo e nas suas imediações, colocaram a descoberto estabelecimentos industriais de preparados de peixe e uma oficina metalúrgica com uma ocupação entre os séculos I e VI d.C. (Pereira e Galhano, 2019, pp. 20-34).

As sondagens de diagnóstico realizadas, em 2017, no interior do castelo permitiram determinar que o pano nascente da muralha terá sido construído no século IV d.C. Além disso, foi identificada, igualmente, uma epígrafe no interior da alcáçova, com inscrição em árabe, que menciona a fundação de um *ribat* em 1009 (Pereira e Galhano, 2019, p. 35). Aquele, construído durante o Califado para defesa da costa, localizar-se-ia,

possivelmente, onde hoje se ergue o actual castelo medieval. A partir dele ter-se-ia contacto visual com a fortificação de Santiago do Cacém, com o qual estaria relacionado.

A partir de Sines o caminho seguia por Vila Nova de Mil Fontes, continuando ao longo das margens do rio Mira, em direcção a Odemira, onde se regista a descoberta de duas torres atalaias islâmicas, em Avejão e Foz do Gavião, tal como alcarias e outros núcleos rurais da mesma cronologia, de que é exemplo Bouças, Castelo da Caneja, Cerro do Ouro, Portela da Igreja e Senhora das Neves (Vilhena e Grangé, 2008, pp. 545-549).

De Odemira o caminho continuava para Odeceixe, Aljezur, passando junto ao castelo, cujas escavações ali efectuadas revelaram uma ocupação nos séculos XII-XIII, correspondente ao Período Almóada (Silva e Gomes, 2001, p. 355; López Aldana, 2004, p. 2). A partir dali a via prosseguia por Carrapateira, Bordeira, onde se encontrava uma atalaia de planta circular e os povoados de Malhada da Cerva e da Ponta do Castelo (Gomes *et alli*, 2001, pp. 200-201, Gomes 2021, pp. 425-434). Seguia depois por Pena Furada, Vila do Bispo, tendo-se encontrado ali silo com materiais islâmicos, continuava junto a Alcaria de Xagrix mencionada por *al-Idrîcî*, alcançando então a Igreja do Corvo no Cabo de São Vicente (Gomes e Gomes, 1988, pp.11-45). A partir desta última poder-se-ia alcançar Silves, continuando pelo Cabo de São Vicente, Sagres, *Halq az-Zawiya*, que corresponderia, possivelmente, à actual Lagos, Mexilhoeira Grande e Alvor (al-Idrîcî, 1901, p. 17; Gomes, 2002b, p. 157).

Capítulo V: Economia e produção

5.1. As produções cerâmicas

A cerâmicas correspondem à maioria dos registos arqueológicos fornecidos pelos trabalhos de prospecções e escavações que efectuámos no território, embora aqueles não sejam abundantes e acham-se muito fragmentados não sendo possível realizar a sua colagem, tendo em vista proceder à sua análise formal. Porém, consideramos importante realizar uma sistematização global, ainda que sucinta, das formas cerâmicas estudadas em capítulo anterior, visto que aquelas são importantes para compreender a situação socioeconómica e cultural dos habitantes dos assentamentos, assim como as relações comerciais estabelecidas entre aqueles e a cidade.

No que concerne à classificação morfológica das peças identificadas nos contextos arqueológicos verificamos que há um claro predomínio da loiça de mesa (53%) e cozinha (29%), seguindo-se a loiça de armazenamento (13%) e, em menor percentagem, as peças de uso complementar (3%), uso lúdico (1%) e os contentores de fogo (1%) (**Gráfico 32, p. 764 do anexo**). Quanto às técnicas de fabrico e cozedura a maioria das peças foram fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante (57), seguindo-se as fabricadas a torno rápido com alternância de cozedura (16). Algumas peças foram fabricadas a torno lento com alternância de cozedura (8) e fabricadas manualmente, tendo sido cozidas em ambiente oxidante (9). Em menor número temos as peças fabricadas a torno lento e cozidas em ambiente oxidante (7) e fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente redutor (6), assim como as fabricadas manualmente com alternância de cozedura (4) (**Gráfico 33, p. 765 do anexo**).

Os sítios arqueológicos onde predominam as técnicas de fabricos manuais e a torno lento, com alternância de cozedura, são o Casal da Maforinha e o Castelo do Torrão, assim como o Povoado de Vale de Trigo, onde embora prevaleça os fabricos a torno rápido, dominam as peças com evidências de alternância de cozedura, existindo um grande equilíbrio entre as peças fabricadas manualmente e a torno lento, cozidas em ambiente oxidante, assim como as peças fabricadas a torno lento com alternância de cozedura e as peças fabricadas a torno rápido cozidas em ambiente redutor e oxidante. Nos restantes sítios arqueológicos, embora continuem a existir peças fabricadas manualmente e a torno lento, cozidas em ambiente redutor ou com alternância, mas também fabricadas a torno rápido com cozeduras redutoras e alternância, predominam as peças elaboradas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, conforme tivemos oportunidade de verificar.

Relativamente às pastas dos fragmentos analisados dos contextos arqueológicos constata-se o predomínio das pastas vermelhas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (38%), as quais estão muito presentes nos assentamentos encontrados nas imediações do rio Sado, como as Atalaias de Abul (75%) e Murta (35%), uma vez que aquelas, por se acharem junto ao rio e dos seus portos, estavam mais próximas dos circuitos comerciais, conseguindo adquirir peças de melhor qualidade (**Gráfico 34, p. 765 do anexo**). Temos também um predomínio deste tipo de

pastas nos assentamentos implantados no interior do território como nas alcarias de Gargolim de Baixo 1 (60%), Portela (38%) e Castelo do Torrejão (50%), situados junto à via que ligava Palmela a Évora, bem como Alcácer àquelas cidades. De igual modo, no Povoado de Vale de Trigo prevalecem aquele tipo de pastas (29%), embora os valores não se afastem muito das restantes composições.

Seguidamente temos presente nos contextos arqueológicos as pastas cinzentas e vermelhas, pouco compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (15%), assim como as pastas vermelhas, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo (10%) e as pastas vermelhas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e grosso (9%). Segue-se depois as pastas cinzentas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (5%) e as pastas beges, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo (4%). As pastas nas cores vermelhas ou beges, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo, tratam-se de pastas de grande qualidade, normalmente associadas a peças, sobretudo vidradas, importadas e podem ser encontradas na Atalaia de Murta (17%) e Castelo do Torrejão (12%), bem como nas alcarias de Gargolim de Baixo 1 (20%), Portela (8%) e os casais agrícolas de Alberge 1 (25%) e Maforinha (15%).

Em menor percentagem estão presentes nos sítios identificados as pastas castanhas avermelhadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão fino (3%), seguida das pastas castanhas acinzentadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (2%); as pastas vermelhas e alaranjadas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio (2%); as pastas vermelhas e rosadas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão fino, médio e grosso (2%); as pastas cinzentas e alaranjadas, não homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão grosseiro e médio (2%); as pastas castanhas e vermelhas, não homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão fino, médio e grosseiro (2%); as pastas beges e castanhas acinzentadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (1%); as pastas alaranjadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (1%); as pastas cinzentas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos

de grão fino e grosso (1%); as pastas rosadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (1%); as pastas vermelhas e alaranjadas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão fino (1%); as pastas rosadas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão grosseiro e médio (1%) e, por fim, as pastas rosadas e vermelhas, pouco homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino (1%).

No que diz respeito às decorações dos fragmentos analisados há um predomínio do vidrado monocromático (28%), particularmente nas cores castanha e aspecto melado, mas também verde, que pode ser encontrado em grande parte dos assentamentos ocupados a partir do Califado, assim como nos períodos subsequentes, nomeadamente nas Atalaias de Abul, Murta, Algarvios 1, Morabito de São Fausto, tal como nos Castelos do Torrejão, Nossa Senhora da Esperança, Torre de Santa Catarina de Sítimos, Vale de Reis, Torrão e nos assentamentos de Bemposta 2, Curva das Faias 1, Azenha Velha, Maforinha, São Martinho da Bemposta, Portela, Serra dos Clérigos 1, Serra Velha, Gargolim de Baixo 1, Alberge 1, São Lourenço, Algarvios 1, Horta Velha 2 e 4, Monte do Alto, Bica 1, Mirassobral 1, Bemposta 3 e Porto Rei.

Outro acabamento muito comum que encontramos nas peças em praticamente todos os sítios arqueológicos do Período Muçulmano é o engobe (22%) que, pode ser da mesma cor da pasta ou de tonalidade diferente. Em termos decorativos é muito habitual encontrar a técnica combinada de engobe mais incisão (11%), bem como a incisão isolada (10%) e o vidrado monocromático mais incisão (8%), através de linhas simples aplicadas abaixo do bordo, sendo esta a mais comum, mas também duas linhas paralelas rectas ou onduladas, possivelmente no colo ou corpo das peças e, ainda, um traço horizontal entre o gargalo e o corpo. Podemos encontrar aqueles motivos decorativos nos exemplares exumados nas Atalaias de Murta (27%) e Abul (15%), assim como nas fortificações do Torrejão (50%) e Torre de Santa Catarina de Sítimos (20%), mas também na Alcaria de Portela (40%) e casais da Maforinha (75%) e Alberge 1 (1%)

Noutros assentamentos também identificámos fragmentos de cerâmicas com decoração incisa, muito roladas, as quais não foram estudadas do ponto de vista formal e morfológico, nomeadamente em São Lourenço, Azenha Velha, Bemposta 3, São Romão

do Sado, Cova do Castelo, Castelo do Torrão, Atalaia da Quinta, Monte do Alto, Curva das Faias 1 e Cabeço da Mina.

Outra decoração reconhecida nas peças foi a pintura (9%), muitas vezes associada ao engobe, nas cores branca, vermelha e castanha escura/negra, cujos motivos são compostos por linhas simples paralelas, tendo sido reconhecidos nas Atalaias de Murta (5%), Abul (14%) e Torrejão (25%), embora também tenhamos identificado fragmentos com vestígios de pintura, de cor branca e vermelha, no Povoado de Vale de Trigo e nas alcarias de São Lourenço e Bica 1. Em menor percentagem nos contextos arqueológicos estão os vidrados bicromos (10%), nas cores verde e castanha, o designado “verde e castanho”, tendo sido encontrados em Fanais 3, Portela, Horta Velha 2 e 4 e Porches 1/Sobral, assim como nas cores castanha, de aspecto melado, e negra, descobertas nas atalaias de Murta, Morabito de São Fausto e alcarias de Gargolim de Baixo 1 e Azenha Velha. Seguem-se depois os vidrados policromáticos (2%), nas cores verde, castanha, de aspecto melado, e negra, ou nas cores verde, castanha e branca/amarelada, que exumámos apenas nos assentamentos da Atalaia de Murta e Porto Rei (**Gráfico 35, p. 766 do anexo**).

Apesar do elevado grau de fragmentação dos artefactos recolhidos foi possível reconhecer as formas de algumas peças. O conjunto é constituído essencialmente pelas formas fechadas como os jarrinhos/jarrinhas (24%) e jarros /jarras (23%), seguindo-se as talhas (10%) e as panelas (10%), assim como algumas formas abertas, nomeadamente as taças (8%) e os alguidares (7%). Em menor percentagem estão os cântaros (3%), os textos/tampas (3%), as marcas de jogo (1%) e as candeias/candis (1%). Salientamos, de igual modo, a presença de telhas de meia cana digitadas (10%) em alguns dos sítios arqueológicos (**Gráfico 36, p. 766 do anexo**).

Os jarrinhos/jarrinhas e jarros/jarras é a forma predominante dos contextos arqueológicos identificados, tendo-se recuperado somente os fragmentos de bordos e asas daquelas peças e, algumas vezes, uma porção dos colos. Apresentam normalmente bordos verticais com lábios de secção semicirculares e biselados no interior ou bordos verticais com lábios biselados ao exterior, possuindo colos circulares. Alguns exemplares possuem bordos verticais com lábios de secção semicircular ou biselados, tendo sido demarcados, no exterior, por canelura. São formas muito comuns nos contextos datados dos Períodos Emiral e Califal e aparecem em abundância na Atalaia de Murta, mas também na Torre

de Santa Catarina de Sítimos, Povoado de Vale de Trigo, alcarias da Azenha Velha, Gargolim de Baixo 1 e Portela, bem como no Casal da Maforinha. De idêntico modo, foram encontrados na Atalaia de Murta alguns exemplares de bordos espessados com lábios biselados que aparecem normalmente a partir do Califado, mantendo-se aquela forma até ao Período Almóada.

Outras formas presentes nos contextos arqueológicos possuem bordos verticais e espessados, com lábios de secção semicircular, ou bordos algo espessados com lábios de secção semicircular, que são muito comuns no Período Omíada e Reinos de Taifas, tendo sido identificados no Povoado de Vale de Trigo, Torre de Santa Catarina de Sítimos e Casal da Maforinha. Surgiram também alguns fragmentos com bordos espessados exteriormente, com lábios de secção semicircular, datados do Período Omíada e Reinos de Taifas, os quais foram exumados no Povoado de Vale de Trigo e Alcaria de São Martinho da Bemposta.

Uma outra tipologia reconhecida possui bordos espessados, ao exterior, com lábios de secção em bisel, sendo a circulação daqueles comum desde o Período Emiral até aos Reinos de Taifas, os quais foram encontrados no Casal da Maforinha. Recolhemos, de igual modo, peças com bordos ligeiramente introvertidos com lábios de secção semicircular no Casal do Cabeço da Mina, cujo âmbito cronológico vai desde o Emirado até ao Período Almorávida, mas também exemplares de bordos verticais com lábios de secção triangular ou em bisel na Alcaria de Portela e Castelo do Torrão, os quais circulam no *al-Andalus* desde o século VIII até ao século XIII. Uma outra variante identificada ostenta bordos ligeiramente espessados com lábios de secção semicircular, algo biselados, bastante comuns nos contextos arqueológicos do Emirado, tendo sido recolhido um exemplar no Castelo do Vale de Alcácer de Cima.

Quanto às formas das taças exumadas possuem bordos extrovertidos, ligeiramente espessados ao interior, e demarcados, exteriormente, logo abaixo do bordo, por linha incisa, possuindo engobe na superfície interna, tendo sido recolhido um exemplar na Alcaria de São Lourenço, o qual foi datado por paralelos entre os séculos VIII a XII, abrangendo, assim, um horizonte cronológico entre o Período Emiral e Almorávida. Outra forma que reconhecemos no Casal da Maforinha ostenta bordo vertical, também ele

demarcado, no exterior, por linha horizontal incisa, com lábio de secção semicircular, porém sem engobe na superfície externa, datado do Período Califal.

Algumas taças apresentam bordos introvertidos com lábios de secção semicircular e decorados, na superfície externa, com linhas horizontais nos bordos e lábios pintadas de cor branca. Identificámos dois exemplares com esta morfologia, possuindo somente um deles a decoração referida, nomeadamente na Alcaria da Bica 1 e no Casal da Curva das Faias 1, os quais são comuns no *al-Andalus* desde o Período Califal, mantendo-se aquela forma até aos Períodos Almorávida e Almóada. Na Torre de Santa Catarina de Sítimos recolhemos igualmente um fragmento de taça de bordo inclinado, ligeiramente espessado ao interior, com lábio de secção semicircular e que datamos por paralelos dos séculos IX e XII.

No que respeita às panelas apresentam algumas diferenças morfológicas entre si, registando-se um exemplar de bordo vertical, com rebordo e moldura, e lábio de secção semicircular, possuindo colo estrangulado, o qual foi recolhido no Castelinho da Lapa de Cima e cuja forma é muito habitual no *al-Andalus* a partir do Califado, mantendo-se até ao Período Almorávida. Outra tipologia reconhecida, particularmente na Torre de Santa Catarina de Sítimos, possui bordo espessado e extrovertido, aplanado superiormente, com lábio de secção semicircular, e cujo bojo teria forma troncocónica, inserindo-se cronologicamente nos Períodos Almorávida e Almóada.

Na Alcaria de Portela recolhemos um exemplar de bordo vertical que se acha demarcado, no exterior, por incisão formando ressalto para, possivelmente, encaixe de uma tampa, o qual datamos por paralelos dos Períodos Emiral e Califal. De idêntica cronologia é o fragmento de panela que exumámos na Atalaia de Abul de bordo espessado e demarcado, exteriormente por linha incisa, com lábio de secção semicircular. No Castelo do Torrão recolhemos exemplar de bordo extrovertido e demarcado, também exteriormente, por linha incisa, com lábio de secção semicircular, cuja forma é muito comum no Período Emiral.

Os alguidares que recolhemos atribuídos ao Período Califal, nomeadamente na Alcaria de Portela e Casal de Alberge 1, possuem bordos extrovertidos, ou espessados, com lábios de secção semicircular, aplanados superiormente, e forma troncocónica. De

igual modo, o alguidar descoberto por António Carvalho junto ao Castelo do Torrão, trata-se de uma forma dos inícios do Período Islâmico e oferece bordo extrovertido e espessado com lábio de secção semicircular, quase biselado, e aplanado na parte superior, tendo sido datado, por paralelos, do Emirado e Califado. Quanto aos alguidares correspondentes aos Reinos de Taifas e Períodos Almorávida e Almóada possuem bordos extrovertidos e espessados com lábios de secção semicircular, algo biselados, tendo sido recolhidos exemplares nas alcarias de Porto Rei e Azenha Velha.

Relativamente aos fragmentos de talhas identificadas, na sua maior parte acham-se muito danificadas, tendo-se recolhido somente porções de paredes, embora nalguns casos foi possível recolher fragmentos exequíveis de reconhecer formalmente, os quais apresentam bordos extrovertidos ou espessados, com lábios de secção em bisel ou semicirculares, e planos superiormente, cujas formas são herdeiras dos *dolia* do Período Romano, possuindo uma cronologia entre os séculos VII e inícios do X, abrangendo os Períodos Visigótico e Emiral. Estas peças foram reconhecidas nos assentamentos do Alberginho, Portela e Maforinha. A outra forma identificada possui bordo extrovertido com lábio de secção semicircular, ou tendencialmente biselado, tendo sido exumado no Castelo de Vale de Reis, e cuja forma é muito comum a partir do Califado, mantendo-se até ao Período Almóada.

Os fragmentos de cântaros que recolhemos resumem-se apenas a porções de asas, não sendo, por isso, possível reconhecer as suas formas, enquanto os textos/tampas, identificados somente na Atalaia de Murta e Alcaria da Azenha Velha, possuem ligeiras diferenças morfológicas entre si. O primeiro ostenta boca circular com lábio de secção semicircular, e bojo troncocónico invertido, tendo sido datado por paralelos dos séculos XI-XIII. O segundo oferece boca circular e bordo espessado, com lábio de secção semicircular, tendo sido atribuída uma cronologia na segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII. Quanto aos contentores de fogo foi possível analisar, unicamente um fragmento de candeia vidrada recolhida na Atalaia de Abul. Aquela conserva apenas porção do bordo e bico do reservatório, apresentando-se aquele morfológicamente alto e trilobulado, com lábio de secção semicircular, sendo uma forma muito comum no *al-Andalus* durante o Período Almóada. Na Atalaia de Murta

identificámos, ainda, uma marca de jogo, de forma circular, cujos paralelos obtidos permitem inserir cronologicamente aquela nos séculos XII-XIII.

Por fim, a última forma reconhecida diz respeito aos fragmentos de telhas de meia cana, de corpos semicilíndricos, com espessuras de 1 cm e decoração digitada nas superfícies externas, cuja cronologia é muito difícil de determinar, uma vez que estão presentes nos contextos arqueológicos ao longo de toda a permanência islâmica.

Face ao exposto, a partir das informações recolhidas no estudo das cerâmicas, podemos retirar algumas conclusões sobre os intercâmbios comerciais entre os núcleos rurais e a cidade:

As peças predominantes nos contextos arqueológicos são essencialmente as cerâmicas comuns produzidas localmente, particularmente a loiça de mesa e cozinha, uma vez que eram imprescindíveis para as necessidades básicas do dia-a-dia das comunidades. Logo em seguida está a loiça de armazenamento que também está presente nos assentamentos, como por exemplo as talhas e os cântaros, sendo aquele tipo de peças essenciais para armazenar líquidos ou grãos. Em menor número estão os contentores de fogo, embora certamente também existissem nas habitações, como os candis e candeias, imprescindíveis para a iluminação, bem como as peças de uso complementar e lúdico, sendo que destas últimas recolhemos somente uma marca de jogo na Atalaia de Murta.

Por outro lado, as peças com pastas de cores vermelhas, homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão médio e fino e as pastas de cores vermelhas e beges, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo, estão associadas a cerâmicas importadas e, normalmente com as superfícies vidradas, sendo predominantes, como referimos anteriormente, nos assentamentos que se acham nas imediações do rio Sado, como por exemplo as Atalaias de Murta e Abul, as quais apresentam semelhanças do ponto de vista formal e decorativo, com exemplares encontrados na cidade de Alcácer. Este aspecto é interessante porque, por um lado, mostra os intercâmbios comerciais que existiam entre aqueles núcleos portuários e a cidade, e por outro, a facilidade que os mesmos tinham em adquirir aquele tipo de peças devido, possivelmente a sua localização privilegiada junto ao rio, onde diariamente chegavam mercadorias de outras regiões, mas também devido ao seu poder socioeconómico.

Situação diferente verifica-se nos assentamentos localizados no interior do território onde prevalecem as cerâmicas comuns e onde as cerâmicas de luxo, como as cerâmicas vidradas de cor verde e castanho, nas cores castanha, de aspecto melado, e verde, ou nas cores castanha, verde e negra, são uma raridade, sendo encontradas apenas em casos pontuais. Aquelas são geralmente associadas ao Califado e apareceram na Atalaia de Murta, alcarias de Portela, Porto Rei, Porches 1/Sobral, Horta Velha 2 e 4 e Casal de Fanais 3, curiosamente todos eles assentamentos portuários, à excepção de Portela, demonstrando, mais uma vez, que o rio Sado era a via principal por onde circulavam aqueles produtos de luxo.

Quanto à Alcaria de Portela achava-se no cruzamento de importantes eixos viários que uniam Alcácer a Lisboa, Palmela, Évora e Badajoz, aspecto que facilitava a circulação e acesso àqueles produtos, sobretudo durante os Reinos de Taifas quando Alcácer estava integrada no Reino Aftássida de Badajoz, sendo aqueles eixos viários bastante percorridos por comerciantes, desde aquela última cidade até Alcácer. No que se refere às cerâmicas vidradas de cores castanhas e aspecto melado ou verdes, por vezes decoradas com traços de cor negra, são mais comuns nos contextos arqueológicos, porém continuam a prevalecer nos assentamentos que se acham junto ao rio Sado, estando menos presentes nos sítios arqueológicos situados no interior do território.

Verificamos, deste modo, que os assentamentos que estavam mais longe do rio Sado tinham mais dificuldade em aceder às cerâmicas de luxo, evidenciando poucos contactos com o núcleo urbano, sobressaindo naqueles contextos as cerâmicas comuns de produção local. Um dos exemplos mais ilustrativos é o Povoado de Vale de Trigo onde não encontramos nenhuma peça vidrada e as cerâmicas comuns foram fabricadas a torno lento e rápido com alternância de cozedura, apresentando pastas pouco homogéneas e compactas, existindo também as fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, havendo um grande equilíbrio entre aqueles dois tipos de pastas. Também no Casal da Maforinha, apesar de ter sido recolhido um fragmento de cerâmica vidrada, com pasta muito homogéneas e compacta, há um predomínio das peças de produção local com pastas, pouco homogéneas e compactas, fabricadas manualmente e a torno lento com alternância de cozedura.

Os dados obtidos na análise das cerâmicas destes dois assentamentos referidos vêm demonstrar que aqueles se achavam um pouco à margem dos circuitos comerciais, não possuindo relações com o núcleo urbano, aspecto reforçado pela análise das cerâmicas que não se assemelham às encontradas na cidade de Alcácer, denotando uma certa independência e autonomia na produção das suas peças e bens essenciais.

A análise global do espólio permitiu ainda conhecer as características das cerâmicas nas distintas fases do Período Muçulmano, possibilitando compreender como se desenrolou o processo de islamização entre as comunidades rurais. Assim, durante o Período Emiral predominam nos contextos arqueológicos as cerâmicas produzidas localmente, com pastas pouco homogêneas, fabricadas manualmente e a torno lento, com cozeduras redutoras ou com alternância, as quais podemos encontrar por exemplo nos Castelos do Torrão e Vale de Alcácer de Cima, povoados de Vale de Trigo, Alberginho, Cova do Castelo, assim como nas alcarias de Portela, Junceira 1, Serra Velha, Ordem 1 e Casal da Maforinha.

A partir da segunda metade do século IX e, sobretudo durante o século X com a instalação do Califado, embora continuem a existir as cerâmicas com pastas pouco homogêneas e com alternância de cozedura, começam a aparecer as cerâmicas com pastas, homogêneas e compactas, cozidas em ambientes oxidantes, decoradas com linhas pintadas de cor branca, vermelha ou castanha escura, assim como alguns vidrados, particularmente nas cores verde, castanha, de aspecto melado, e negra. É nesta altura que também surgem os vidrados monocromáticos, de cor castanha e aspecto melado, e os vidrados bicromáticos de cor castanha, de aspecto melado, e negra, embora sejam muito escassos nos núcleos rurais. Podemos encontrar este tipo de cerâmicas nas Atalaias de Murta, Abul, nos castelos do Torrejão, Lapa de Cima, Nossa Senhora da Esperança, Torre de Santa Catarina de Sítimos, assim como nos assentamentos de Vale de Trigo, Portela, Gargolim de Baixo 1, Serra Velha, Azenha Velha, Cabeço da Mina, Porto Rei, Porches 1/Sobral, São Lourenço, Bica 1, Algarvios 1, Horta Velha 2 e 4, Monte do Alto, Fanais 3, Alberge 1, Maforinha e Curva das Faias 1.

Com o surgimento dos Reinos de Taifas e, posteriormente, durante o Período Almorávida, continuam a circular as cerâmicas vidradas referidas, bem como as vidradas de cor verde e negra, tal como as decoradas a corda seca parcial e total, sendo que estas

últimas não foram identificadas nos sítios arqueológicos, possivelmente pela dificuldade que os habitantes daqueles assentamentos teriam em adquirir aquelas peças de luxo ou, em contrapartida, pelo obstáculo que tivemos em reconhecer aquela técnica decorativa devido ao grau de fragmentação das cerâmicas que se achavam sempre muito roladas. No Período Almóada, para além da continuidade das cerâmicas que já circulavam anteriormente, começam a aparecer os vidrados de cor castanha e aspecto melado escuro, bem como outras formas padronizadas que encontramos na cidade de Alcácer do Sal dessa cronologia, assim como noutros núcleos urbanos do *al-Andalus*, as quais reconhecemos, particularmente, nas Atalaias de Murta e Abul. Neste último sítio arqueológico recolhemos fragmento de candeia vidrada, de cor castanha e aspecto melado escuro, datada dos séculos XII-XIII.

5.2. Actividades económicas e de exploração

5.2.1. Agricultura

As actividades principais das comunidades muçulmanas de Alcácer eram a agricultura, pecuária e apicultura, tal como tivemos oportunidade de verificar no primeiro capítulo desta dissertação através da análise das descrições deixadas pelo *al-Idrîcî* (Coelho, 2008, p. 53). Como as fontes islâmicas nos oferecem poucos dados acerca das actividades desenvolvidas no território, temos de facto de olhar para as fontes escritas cristãs, onde a informação é mais abundante, desde uma perspectiva regressiva, uma vez que aquelas actividades vigentes na época, não divergem, certamente, muito das praticadas no Período Muçulmano. O primeiro Foral atribuído a Alcácer, em 1170, ao mencionar a carga fiscal atribuída aos mouros cita as vinhas, os olivais e as figueiras de Alcácer (Barros e Pereira, 2021, p. 25). Posteriormente, no Foral de 1218, salienta a importância da agricultura, criação de gado, apicultura e indústrias de transformação, como os couros, pano, fornos e moinhos, naquele território (Barros e Pereira, 2021, pp. 44-45).

As características proporcionadas pelo clima da região de Alcácer e a abundância de água proveniente do rio e dos seus afluentes possibilitava uma grande diversidade de plantação de culturas e uma extensa produção em larga escala. As oliveiras centenárias ainda hoje marcam presença no território em estudo, podendo ser encontradas nas proximidades de alguns assentamentos que identificámos como o Castelo e Povoado de

Vale de Trigo, assim como o Povoado do Alberginho, Castelo de Vale de Reis e Alcária de São Lourenço. Inclusive, neste último sítio arqueológico encontramos uma mó de lagar de azeite de grandes dimensões, demonstrando assim a importância da transformação da azeitona entre as comunidades islâmicas, cultura já existente na região desde o Período Romano, conforme se verificou pelos vários pesos e lagares de azeite descobertos nas *villae*, as quais se mantiveram ocupadas nos Períodos Tardo-Romano, Visigótico e Emiral.

A enxertia da oliveira e o plantio de novas árvores são referidos nos tratados de agricultura islâmicos, os quais fazem referência à plantação daquela preferencialmente nos meses de Outono, particularmente em Outubro, quando caíam as primeiras chuvas. No mês de Janeiro colocavam-se estacas e em Abril aquelas floresciam, sendo a sua colheita realizada nos meses de Setembro e Outubro (Gomes, 2013, p. 75). Depois de colhida a azeitona seria preparada para ser consumida ou transformada em prensas e lagares de pedra para a obtenção de azeite. Após o esmagamento da mesma nas respectivas mós de pedra usava-se água aquecida para separar o óleo, seguindo-se a trasfega para separar o azeite da água (Catarino, 1997/1998, p. 676).

A produção de azeite pressupunha necessariamente a existência de olarias que produziam os contentores, nomeadamente as talhas, essenciais para a conservação das azeitonas e do azeite, bem como para o seu transporte, como as ânforas, tendo como objectivo a exportação do óleo. Foram identificados em Alcácer grande conjunto de olarias de produção de ânforas junto ao rio Sado, estando, por isso, bem atestada a importância daquela indústria, tal como as conservas de peixe, durante o Período Romano.

Para o Período Muçulmano não conhecemos esses centros produtores, embora acreditamos que possa ter existido uma continuidade de uso daquelas olarias romanas durante a permanência islâmica, uma vez que identificámos assentamentos muçulmanos, alguns deles implantaram-se em locais onde já existia uma ocupação anterior, muitos próximos daqueles fornos romanos, como por exemplo as atalaias de Abul, Murta, Montevil e Algarvios, assim como os sítios arqueológicos de Batalha 1, Algarvios 1, Sesmarias da Azenha, Horta Velha 2 e 4 e, muito provavelmente, o Torrejão e o Povoado da Cova do Castelo, dado que, segundo fontes orais, na margem oposta da ribeira de São

Martinho existiam umas estruturas circulares nas proximidades de Fangarifau que poderão ter correspondido a fornos de produção de ânforas, aspecto que não conseguimos comprovar arqueologicamente pela impossibilidade de realizar prospecção naquela área.

As talhas utilizadas no Período Islâmico para o armazenamento do azeite foram fabricadas com pastas claras, possuindo bordos espessos e extrovertidos, gargalos baixos, corpo globular alongado e assentavam em fundos planos, diferenciando-se daquelas que armazenavam água pela quase ausência de decoração (Gomes, 2013, p. 76). Identificámos um fragmento de talha, no Castelo de Vale de Reis, com um horizonte cronológico entre os séculos X e XIII, que se insere na tipologia referida e que poderá ter servido para armazenamento de azeite.

Aquele óleo era ainda utilizado na confecção dos alimentos e na sua conservação, como de hortaliças e verduras, mas também na iluminação das habitações e edifícios públicos, sendo, de igual modo, usado como hidratante da pele, na medicina para tratamento de cólicas, eczemas, obstrução intestinal, lombrigas e aplicado sobre as feridas para as ajudar a cicatrizar. Podia ser, ainda, empregue nas construções em taipa servindo como ligamento dos seus elementos constituintes, oferecendo também maior impermeabilização (Gomes, 2013, p. 77).

Os cereais e, principalmente, o pão, tal como hoje, seria a base da alimentação das comunidades, achando-se cultivados nos campos de Alcácer o trigo, centeio, cevada e aveia, sendo inclusive o trigo exportado através do rio, durante as Idades Média e Moderna, para a cidade de Ceuta e outras praças portuguesas (Barros e Pereira, 2021, pp. 102-103). Nos meses de Outubro e Novembro lavrava-se a terra e plantava-se as sementes e em Junho separava-se os grãos na eira. O trigo e o centeio eram os cereais de Inverno por excelência, mesmo que produzidos em escala reduzida, somente para consumo familiar (Catarino, 1997/1998, p. 674-675).

Para além destas culturas de sequeiro, também existam as culturas de regadio como as vinhas, hortas com pomares, leguminosas e hortaliças que implicavam a existência de sistemas de condução de água. Aquela era, de acordo com o Corão, o elemento mais importante do Universo, uma vez que, no momento da criação do mundo,

o trono de Deus estaria em contacto com aquele bem essencial⁸³. Além disso, era também símbolo de vida, dado que todos os seres vivos nasciam a partir dela, tal como do Paraíso onde aquela existia em abundância alimentando jardins, plantas e árvores de fruto (Vidal Castro, 2004, pp. 139-140).

Em termos práticos a água era fundamental para o abastecimento das populações urbanas e rurais, bem como para os animais e irrigação dos campos agrícolas, exigindo algumas culturas maior abundância daquele elemento do que outras, sendo necessário, para esse efeito, a construção de sistemas para captação e condução de água até aos respectivos locais de cultivo. Segundo *Ibn Luyūn*, baseando-se em *Ibn Bassāl*, a água de melhor qualidade seria a da chuva, seguida da proveniente dos rios, uma vez que tratando-se de água corrente, nas estações mais frias, eliminava as larvas da terra, sendo por isso muito proveitosa. Em terceiro lugar refere as águas oriundas das fontes e dos poços que, segundo aquele, eram as melhores para regar plantas comestíveis, visto que produziam efeitos contrários nas estações do ano, ou seja, eram mornas no Inverno e frescas no Verão⁸⁴.

Quando existia perda de culturas devido a alguma calamidade, como secas prolongadas, chuvas intensas, roubo, passagem de exército, entre outros, era declarado o estado de *Jā`iha`*. Citado pela primeira vez, no século VIII, pelo jurista *Mālik b. Anas*, era um termo jurídico aplicado ao meio rural quando aquele era atingido por uma catástrofe natural afectando um terço do total dos cultivos objecto de um contrato (Camarero Castellano, 2015, pp. 15; 63-64). Este último poderia ser de carácter comercial, onde existia um comprador e um vendedor, ou entre um arrendatário de uma terra cultivada e do seu arrendador, sendo aquele imediatamente cessado e os envolvidos indemnizados pelas perdas sofridas (Camarero Castellano, 2015, p. 15).

A distribuição da água pelos vários núcleos rurais obedecia a determinados critérios. Era o assentamento mais antigo que tinha prioridade, seguido do mais elevado

⁸³ “Foi Ele quem criou os Céus e a Terra em seis dias, estando o seu trono sobre água (...)” [Capítulo XI, 7]. Ver: Alcorão, Parte 1 – “Não há outra divindade senão Deus e Muhammad é o seu Profeta”. Introdução e notas do Dr. Suleiman Valy Mamede, presidente do concelho directivo do Centro Português de Estudos Islâmicos. Sintra: Europa-América, p. 178.

⁸⁴ IBN LUYŪN - *Tratado de Agricultura*. Tradução de Joaquina Egvarás Ibáñez. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, 1988, pp. 202-203.

no curso do rio, sendo a gestão daquela feita pela própria comunidade que habitava o povoado através da oralidade e sob supervisão de um conselho de anciões. Um exemplo que ilustra a gestão daquele bem essencial pelas comunidades campesinas surge num documento tardio, datado de 1226, relativo à alcaria de Falix, no distrito de Marchena, em Alpujarras, no qual são citadas uma série de personalidades possuidoras de parcelas irrigadas pelo rio Nascimento, onde é estipulado que a cada parcela, mediante rotação fixa, a água era distribuída por um determinado período de tempo, permanecendo vinculada à mesma durante essa fase (Glick, 2007, pp. 124-127).

A água era movida por meio de sistemas hidráulicos como noras que elevavam aquela desde um rio até a um canal de rego, movidas pela força da corrente ou por tracção animal. Por sua vez, a água elevada era vertida directamente em acéguas que regavam os campos, ou armazenada numa cisterna e açude para posterior utilização (Glick, 2007, pp. 122-123).

Até ao momento não foram objecto de estudo arqueológico em Portugal e, em particular, em Alcácer, os sistemas de armazenamento e condução de água como as azenhas, açudes, canais de irrigação, o que torna difícil uma abordagem sobre o tema, embora tenhamos consciência que o conhecimento daqueles é importante para conhecer também os espaços de cultivo das comunidades rurais. Para analisar esta temática temos de recorrer necessariamente aos dados actuais disponíveis, ou seja olhar para os campos actuais de cultivo existentes nas imediações dos sítios arqueológicos, os quais não se acham muito longe dos montes das Idades Moderna e Contemporânea, e as formas de irrigação que eram praticadas até há bem pouco tempo.

Durante os trabalhos de prospecção foram escassos os sistemas de condução de água identificados e os poucos que reconhecemos são contemporâneos, embora não seja de descartar antecedentes islâmicos, visto que se acham nas imediações de assentamentos daquela cronologia. Junto ao Castelo do Vale de Alcácer de Cima identificámos, tal como fizemos alusão anteriormente, uma acéquia ou canal de irrigação que se acha nas proximidades de um açude bastante profundo, a cerca de 100 m de distância, e que terá servido para conduzir a água proveniente daquele até às pequenas zonas de cultivo que se achavam ali próximas. No Castelo do Vale de Alcácer de Baixo encontramos uma possível cisterna de planta quadrangular que devia aproveitar as águas das chuvas e não

muito longe daquele sítio, junto aos espaços de cultivo nas imediações de linhas de água, identificámos um poço, edificado em pedra, cujo aparelho no seu interior, próximo da base, é em pedra e o restante é mais recente, achando-se construído com ladrilho e argamassa, o que poderá sugerir uma certa antiguidade daquela obra de captação de água subterrânea (**Fig. 458**).

Reconhecemos outros poços também no Cabeço da Mina, mesmo nas imediações do assentamento, edificado em pedra e de pequeno diâmetro, situado junto a uma linha de água proveniente da Serra da Serrinha. Também no Castelo de Vale Reis se acha um poço, porém de grande diâmetro, embora não se descarte uma possível origem islâmica, tal como no Povoado Fortificado da Serra dos Clérigos 1 onde foi possível identificar uma cisterna de água, um poço e um pequeno tanque (**Fig. 459**). A existência de açudes nas imediações dos assentamentos é muito comum, normalmente aproveitava-se uma linha de água existente no local e construíam-se taludes e muros para retenção de terras para armazenar água nesses locais, sendo uma prática muito comum em zonas com solos mais pobres. Nas proximidades da Alcaria da Azenha Velha existia um açude, hoje completamente envolvido pelo extenso mato, que segundo fontes orais, possuía uns muros para reter a água no seu interior.

Para fazer chegar a água até aos espaços de cultivo naquelas áreas interiores do território construíam-se barrancos para conduzir aquela desde um açude ou ribeira até às hortas, uma prática muito habitual até há bem pouco tempo e que podemos encontrar nas proximidades de alguns sítios identificados como a Azenha Velha, Maforinha, Vale de Trigo e Portela. Por outro lado, alguns engenhos hidráulicos ficaram registados na toponímia, não se encontrando qualquer vestígio deles hoje em dia, como Azenha Velha e Sesmarias da Azenha.

É, contudo, junto ao rio Sado, mas também nas proximidades das desembocaduras das ribeiras, que encontramos as maiores áreas de cultivo, devido à abundância de água naquelas zonas, locais onde hoje se planta o arroz, tendo sido construído um extenso canal de irrigação ao longo de todo o curso do rio Sado e ribeira de Sítimos, para conduzir a água até esses espaços de cultivo (**Fig. 460**). Não sabemos se o arroz seria cultivado em Alcácer durante o Período Muçulmano, porém sabemos que existiam extensos espaços hortícolas nas imediações do rio, tendo permanecido alguns registos na toponímia como

Horta Velha, Horta da Azeda, Horta do Lopes, Horta do Chão da Vinha, Sesmarias da Azenha, Horta da Grizanda e Lezíria.

Na Idade Média haviam várias manchas de concentração hortícola retalhadas em pequenas parcelas junto ao rio como em Fonte Santa, Palmeira, Cabo contra Setúbal, Porches, Arpilha, Horta do Cano, junto ao poço velho, e a Horta do Mestre. Na margem sul daquele curso de água, desde o século XIV, que as fontes citam Arpessol Carrinho e Vale como terras de hortas e pomares de boas árvores frutosas, como romãzeiras, laranjeiras, marmeleiros, figueiras e oliveiras (Pereira, 2000, p. 143).

A norte e leste da cidade de Alcácer encontramos alguns sistemas de condução e armazenamento de água que poderão remontar à Época Islâmica, é o caso do poço velho, a cerca de 400 m a nordeste, que, segundo o Padre Luís Cardoso, era conhecido como o “*Poço Velho, o qual fe entender haver fido obra dos Mouros*” (Cardoso, 1747, p. 140). Ainda hoje ao descermos ao fundo daquele é possível observar água no seu interior (**Fig. 461**). No século XVIII o mesmo abastecia de água, através de uma série de túneis, algumas fontes da cidade, como a Fonte Nova e a Fonte do Palácio dos Salemas (Henriques, 1726, p. 259).

Nas proximidades do actual Bairro do Venâncio, a cerca de 1 km da cidade, na Avenida dos Clérigos foi encontrado um aqueduto subterrâneo do Período Romano, constituído por um simples canal num muro, edificado em *opus incertum*, e canal revestido em *opus signinum* com uma largura de 0,32 m. A origem daquele aqueduto situava-se numa barragem romana de planta rectilínea, construída por aterro de material terroso e abastecia a cidade de Alcácer, assim como permitia a condução da água até aos espaços de cultivo situados naquele vale, tendo sido provável a sua reutilização no Período Islâmico.

Nos finais do século XVI e inícios do XVII, foram efectuadas importantes obras públicas que permitiram canalizar por via subterrânea a água daquele aqueduto para algumas fontes da cidade, uma no Bairro dos Açougues e outra junto à Igreja de Santiago (Faria, 2002, pp. 58-59). Não muito longe deste local existe uma mina de água, a actual Mina de Água do Rio de Clérigos, onde existia uma nascente de água, que, segundo Francisco da Fonseca Henriques, era famosa pelas suas qualidades medicinais e abastecia

ainda as comunidades que habitavam na cidade e núcleos rurais (Henriques, 1726, p. 259; **fig. 462**).

5.2.2. Pastorícia e exploração florestal

Para além dos terrenos agrícolas existiam, igualmente, os baldios e as terras para pastagens naturais, assim como as serras, cujos bosques forneciam a madeira necessária para a construção civil, nomeadamente nos edifícios, na mobiliária, nas forjas e fornos, bem como na lareira para cozinhar e para aquecimento. Aquelas florestas ofereciam ainda a madeira necessária para a construção naval, conforme indicam as fontes islâmicas, abundando em Alcácer os pinheiros bravos e mansos, sobretudo na margem sul do rio Sado, até Grândola e Comporta, onde é possível observar uma extensa área de pinhal, achando-se nas proximidades daqueles alguns assentamentos islâmicos como as atalaias de Murta, Montevil e Algarvios, assim como os núcleos rurais de Monte do Alto, Algarvios 1, Porches 1/Sobral, Porches 2, Mirassoral 1, Entre Rios 2 e Taralhão 2.

De igual modo, encontramos pinhais a norte do território, desde a Azenha até Cabrela, onde os solos são mais arenosos, achando-se nas suas proximidades os assentamentos de Azenha Velha, Castelo do Vale de Alcácer de Cima e Bica 1. Os extensos bosques no território de Alcácer seriam também propícios para a apicultura, sendo possível observar ainda hoje extensas colmeias, nas Serras da Serrinha e Lapa de Cima, bem como nalgumas zonas cobertas de mato, como a Bemposta e Vale de Alcácer. Aquelas forneciam mel, o qual ainda hoje é muito abundante em Alcácer e utilizado na fabricação das pinhoadas com mel da região.

A pastorícia e criação de gado desempenhavam, igualmente, um papel importante no dia-a-dia das comunidades, sendo proveniente daqueles a carne, bem como o leite, que seria essencial para a fabricação da manteiga e queijos, os quais são referidos por *al-Idrîcî*, conforme tivemos oportunidade de expor no primeiro capítulo desta investigação. Ao percorrer o território na actualidade observamos pelos campos o gado ovino, caprino e bovino, estando aqueles documentados no registo arqueológico de contextos islâmicos, datados dos séculos IX e X, no interior da alcáçova da cidade, onde terão sido exumados restos osteológicos de ovicaprinos, bem como de vaca e vitela, porém em menor quantidade em comparação com os primeiros (**Fig. 463**).

A lã, pele e couro provenientes daqueles animais eram largamente utilizados para a confecção de distintos artefactos que seriam depois vendidos nos mercados e exportados. Aliás, o curtimento de peles e a sua exportação já seria efectuado durante o Período Romano, conforme vimos anteriormente, uma vez que, segundo Plínio, *Salacia* era muito conhecida pelos seus famosos tecidos de lã exportados, bicolores, fabricados de lã branca e negra (Guerra, 1995, p. 39; Faria, 2002, p. 52). Relativamente ao gado graúdo, para além da obtenção do leite, seria utilizado também para o arado dos campos de cultivo.

A pastagem do gado ovino, caprino e bovino desenrolava-se nos solos mais pobres em termos agrícolas ou em explorações de grandes espaços já desflorestados, cobertos por matos e charnecas, tendo deixado algumas marcas no território como caminhos estreitos de terra batida que permitiam a passagem dos rebanhos de uma área a outra. É possível observar na actual Serra da Serrinha, onde fontes orais nos informaram que era um local onde se pastavam as ovelhas, dormindo os pastores muitas vezes ao relento no verão junto dos seus rebanhos, regressando a casa somente no dia seguinte, antigos caminhos que atravessavam aquele promontório permitindo a deslocação dos animais e pastores. Os respectivos caminhos são reconhecidos igualmente noutras elevações do território como as Serras da Maceira, Lapa de Cima, Alcáçovas e Alto de São Vicente, cujas comunidades que ali habitavam dedicavam-se, essencialmente, àquela actividade.

Durante o Período Islâmico existiam terras comunais utilizadas colectivamente por cada comunidade rural. Os pastores, por vezes organizados em associação, partiam de madrugada com os rebanhos para pastar nas terras próximas, localizadas a uma distância que possibilitava regressar no mesmo dia a casa (Catarino, 1997/1998, pp. 688-689).

Em outros casos quando iam para mais longe, não podiam regressar, tendo de pernoitar em espaços próprios situados nos terrenos de pastagens designados de *rahāl*, mas também currais para guardar os rebanhos, os quais são muito difíceis de identificar nas prospecções arqueológicas (Pérez Aguilar, 2013, p. 22). Ainda para mais em Alcácer, ao contrário dos outros territórios do Alentejo, não existe abundância de pedra, por isso muitos dos currais construídos devem ter sido erguidos em taipa ou outro tipo de materiais, não restando nenhum vestígio dos mesmos, à superfície, hoje em dia.

5.2.3. Mineração

A mineração também fazia parte das actividades desenroladas no território de Alcácer durante o Período Muçulmano, mantendo-se a exploração das mesmas áreas praticamente inalterável desde o Período Romano até às Idades Média e Moderna. O cobre das minas de Aljustrel e da Caveira, tal como fizemos alusão anteriormente, transitava pelo porto de Alcácer, possuindo um papel bastante importante nas actividades comerciais da região, nomeadamente na Idade do Bronze e Ferro, assim como na Época Romana, mas também, provavelmente, na Islâmica (Faria, 2002, p. 65). Em Santa Susana existia uma mina de carvão, sendo aquele produto largamente exportado, no século XVI, de Alcácer para Lisboa e outras zonas do reino (Pereira, 2000, 149).

Nas Serras do Pinhal e Serrinha extraía-se o bário que servia para a produção de vidro, mas também o manganês que era muito utilizado na decoração da cerâmica (Zbyszewski *et alli*, 1976, p. 52). Fontes orais disseram-nos que até há relativamente pouco tempo existia naquelas serras galerias horizontais bastantes profundas, muitas próximas do actual monte e do assentamento que identificámos do Cabeço da Mina, onde se extraíam os respectivos minerais, das quais não restam vestígios hoje em dia. O tipo de exploração mineira desta região é muito semelhante àquela que a investigadora Helena Catarino verificou para o Algarve Oriental, onde se constatou a abertura de poços a grandes profundidades, ligados entre si por meio de galerias subterrâneas, como se pode observar na mina do Malacate em Cortes Pereira, perto da qual ainda existem as ruínas das casas dos mineiros (Catarino, 1997/1998, p. 690).

Nas áreas por nós prospectadas mais intensamente, como por exemplo nos arredores da Serra da Serrinha, onde eram explorados o bário e manganês, identificámos um conjunto de assentamentos fortificados, como os castelos de Portela e Serra dos Clérigos 1, bem como outros núcleos associados, como as alcarias de Portela, Bemposta 3, Bemposta 2, Serra Velha, Gargolim de Baixo 1 e os casais do Cabeço da Mina e Curva das Faias 1, que poderão estar relacionados à exploração daquelas minas. Inclusive junto à Alcaria da Bemposta 3 e Casal da Curva das Faias 1 reconhecemos grande dispersão de escórias de bário onde, segundo fontes da Idade Moderna, existiram fornos para produção

do vidro⁸⁵, podendo aquele ter antecedentes islâmicos, dada a proximidade com sítios daquela cronologia.

No cerro do Cabeço da Mina, ocupado desde o Período Emiral até ao Almorávida, achavam-se as galerias onde eram explorados os respectivos minérios, assentamento que, possivelmente, estaria relacionado com a Alcaria de Portela, ocupada desde o Período Tardo-Romano até ao Almorávida. Outros locais registados na toponímia e nos arredores destes núcleos rurais deverão remeter para a existência de antigas minas exploradas a céu aberto, como a Cova da Mina, nas proximidades do Povoado da Bemposta 2 e Alcaria da Bemposta 3, assim como Pego do Inferno, a cerca de 1 km, da Alcaria de Portela e do Castelo da Serra dos Clérigos 1.

Mais a sul do território, junto à aldeia de Castelo Ventoso, é explorada actualmente uma mina onde é extraído o quartzo e caulino para produção de pasta de papel e para confecção de objectos cerâmicos. Durante o Período Islâmico, à semelhança de outras épocas históricas, a exploração daqueles minerais, tal como referimos anteriormente, era importante para a fabricação de cerâmicas, dado que a partir do caulino é possível obter quartzo, mica, feldspato, entre outros minerais, que, curiosamente, estão bastante presentes nas pastas das cerâmicas islâmicas, mas também de outros períodos históricos, que temos vindo a identificar nos vários assentamentos dispersos pelo território, tal como nas cerâmicas, exumadas na cidade de Alcácer.

É, por isso, possível que aqueles recursos minerais ali existentes já fossem explorados durante o Período Muçulmano, mas também em fases anteriores e posteriores, uma vez que nas proximidades daquela, a cerca de 2 km, foram identificados alguns assentamentos com vestígios de escória ocupados desde a Idade do Ferro até à Idade Moderna, demonstrando a dedicação daqueles núcleos rurais à actividade mineira.

As minas de bário e manganês existentes na Serra da Serrinha deverão ter atingido o seu apogeu durante o Período Califal, quando o território é pacificado, momento em que Alcácer já estava perfeitamente integrada nos circuitos comerciais daquela cidade, conforme se verifica pelas cerâmicas, maioritariamente daquela cronologia, encontradas nos assentamentos nos seus arredores, à semelhança daquilo que se constatou no restante

⁸⁵ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fol. 93.

território do *al-Andalus* (Zozaya, 2000, pp. 65-67). A informação que temos sobre a produção de vidro durante o domínio islâmico na Península Ibérica é muito escassa e as fontes escritas limitam-se a pequenas citações indirectas muito dispersas sobre aquele nas crónicas, descrições geográficas, tratados médicos e obras literárias. Porém, nos últimos anos têm-se realizado alguns avanços no conhecimento sobre a sua evolução e tecnologia de produção, assim como das suas variantes geográficas e cronológicas.

Durante a Antiguidade Tardia e, até ao Período Visigótico, a matéria-prima utilizada para a fabricação do vidro era importada do Oriente do Mediterrâneo, porém a partir da segunda metade do século IX, começaram a ser produzidos no *al-Andalus* os primeiros vidros com matérias-primas locais, conforme se verificou em Córdoba, particularmente em Šaqunda, onde as análises químicas efectuadas ao restos de vidros emirais encontrados numa oficina de produção, permitiram constatar que aquele era fabricado com uma mistura de sílica com escória de minério de chumbo que resultou do processo de fundição de minérios provenientes das minas daquele território. A indústria vidreira desenvolveu-se na capital cordovesa durante o Período Califal, tendo surgido nesta altura mais duas oficinas nos arrabaldes ocidentais e cujas peças seriam exportadas para outras regiões do *al-Andalus*, como Ciudad de Vascos, Albalat, Silves e Gauzón, conforme comprova a composição e os resultados das análises de isótopos realizadas naqueles (Juan Ares e Schibille, 2020, pp. 48-52).

A partir do final dos Reinos de Taifas deu-se uma expansão da produção surgindo oficinas em Sevilha e, posteriormente, no século XIII, em Málaga, Jaén, Almeria e Múrcia. Naquela última cidade foram identificadas e intervencionadas duas oficinas de produção de vidro, uma localizada no Casón de Puxmarina de grande extensão, tendo-se identificado oito fornos com indícios de uma especialização produtiva, uma vez que alguns parecem ser fornos de soprados, enquanto o forno central pode ter sido usado para temperar o vidro (operação pela qual as peças acabadas são progressivamente resfriadas, para evitar tensões moleculares que enfraquecem o vidro, por exemplo, diante de mudanças bruscas em temperatura), e outro deles terá sido utilizado para a produção de espelhos de vidro chumbado, possivelmente espelhos arquitectónicos decorativos (Jiménez Castillo *et alli.*, 1998, pp. 436-456). Por outro lado, outra oficina descoberta na mesma região, particularmente na Plaza de Belluga, onde se identificou um forno de

consideráveis dimensões que continha restos de vidro reciclável e que se interpretou como sendo um forno de produção regional, dada a pobreza dos materiais encontrados (Jiménez Castillo *et alli.*, 1998, pp. 436-456).

Para o caso de Alcácer não sabemos como seriam os fornos de vidro situados na Curva das Faias, uma vez que só futuros projectos de investigação no local poderão trazer algumas novidades sobre esta temática. Não obstante, os assentamentos islâmicos encontrados ali nas proximidades parecem sugerir uma relação directa com a exploração do bário para produção do vidro e do manganês, assim como os fornos que ali existiram. Não sabemos se as minas ali presentes seriam exploradas por uma entidade colectiva, em particular pelos assentamentos que se achavam nos seus arredores, ou se, por outro lado, pertenceriam ao Estado. O facto de não se conhecerem oficinas de produção de vidro no *Gharb-al-Andalus*, dado não terem sido ainda descobertas ou citadas em fontes escritas, pressupõe, à partida, que os vidros fabricados nos fornos de Alcácer poderiam abastecer os mercados daquelas cidades, justificando, deste modo, a intensa ocupação nos arredores da Serra da Serrinha ao longo de todo o Período Islâmico.

Conclusão

A investigação que desenvolvemos no território de Alcácer do Sal, realizada no âmbito deste projecto de doutoramento, permitiu dar a conhecer uma realidade até então praticamente desconhecida naquela região. Antes do trabalho desenvolvido, não eram conhecidos nenhuns assentamentos islâmicos no território, à excepção da necrópole identificada junto ao Torrão e dos trabalhos efectuados na *Villa Romana* de Santa Catarina que permitiram documentar uma continuidade de ocupação entre o Período Romano e Muçulmano, embora ainda em moldes poucos claros, o que naturalmente implicou, da nossa parte, todo um trabalho de esforço na consulta e análise das fontes escritas, cartas cartográficas e trabalhos de prospecção no terreno para reconhecer os sítios arqueológicos daquela cronologia.

Durante os trabalhos realizados deparámo-nos com muitas dificuldades, sobretudo no acesso aos terrenos, visto que grande parte deles se achavam vedados, não permitindo os proprietários o acesso ao seu interior e, muito menos, a realização de intervenções arqueológicas, como trabalhos de limpeza ou sondagens, o que colocou bastantes entraves à investigação em curso. Não obstante, apesar das adversidades, tivemos a sorte de alguns proprietários, em casos pontuais, nos facultarem o acesso às propriedades para realização de prospecções e intervenções arqueológicas em alguns locais, os quais se revelaram fundamentais para a compreensão da organização daquele território durante o Período Islâmico.

Por outro lado, praticamente todas as escavações arqueológicas que efectuámos em alguns dos sítios arqueológicos identificados foram condicionadas pela falta de recursos humanos, tendo assim o apoio da orientadora deste projecto, nomeadamente a Professora Doutora Rosa Varela Gomes e a ajuda, no decorrer dos trabalhos, de uma reduzida equipa constituída por Cidália Leitão e Jorge Alves, o que nos impossibilitou de alargar mais as áreas de escavação, tendo em vista compreender melhor a funcionalidade, tipologia e cronologia daqueles arqueossítios. Ainda assim, os resultados da investigação que demos a conhecer, com plena consciência que os mesmos devem ser aprofundados e desenvolvidos futuramente, constitui uma novidade para o conhecimento do povoamento rural islâmico numa pequena área geográfica, do actual território português, particularmente Alcácer do Sal, onde os estudos sobre aquela temática eram nulos.

Os resultados obtidos neste projecto de investigação permitiram tecer algumas considerações sobre o que terá sido o território de Alcácer entre os séculos VIII e XIII, bem como os momentos que marcaram e motivaram as oscilações na rede de povoamento, assim como os quotidianos das comunidades que habitaram naquele. Porém, a investigação está apenas no começo, sendo necessário a continuidade e o aprofundamento dos estudos desta temática na região em análise, constituindo a respectiva dissertação um ponto de partida para futuras investigações.

As intervenções arqueológicas ocorridas na *madina* de Alcácer permitiram dar a conhecer o dispositivo defensivo e os espaços habitacionais islâmicos, assim como um conjunto de estruturas que evidenciam as técnicas, bem como as capacidades de armazenagem e conservação empreendidas pelos muçulmanos que habitaram a cidade entre séculos VIII e XIII. Os distintos sistemas de captação e condução de água, assim como os diversos silos encontrados para armazenamento de bens alimentares, abasteciam aquela e satisfaziam as necessidades diárias da população que residia no interior do perímetro amuralhado.

Os cereais e outros alimentos que eram armazenados naquelas estruturas subterrâneas provinham do espaço rural, nomeadamente das áreas adjacentes dos povoados, alcarias e pequenos casais agrícolas, onde aqueles eram cultivados, seguindo depois para a cidade onde eram conservados em silos, aspecto que seria essencial para fazer face a períodos de escassez alimentar, ou em caso de cercos prolongados ocorridos durante a Reconquista Cristã. Outros bens essenciais, tal como o minério, seguiam para os mercados onde eram comercializados, quer no seio do núcleo urbano, quer exportados para outras regiões, gerando dinamismo e riqueza à urbe alcacerense, tal como aos seus habitantes. Nos arredores da *madina* de Alcácer, e sob o domínio daquela, estavam os *husun* e torres atalaias que, articulados entre si, protegiam e defendiam a cidade de possíveis invasões inimigas. Nas proximidades daqueles dispositivos militares estavam os assentamentos rurais onde habitavam as comunidades que cultivavam os campos e exploravam as minas existentes na região.

No que concerne à evolução e alterações ocorridas no povoamento do território de Alcácer ao longo dos séculos em estudo, verificou-se, a partir dos dados que foram possíveis recolher, que durante os Períodos Tardo-Romano e Visigótico permaneceram

ocupadas as antigas *villae*, até pelo menos ao século IV d.C., mantendo-se, contudo, algumas habitadas até ao Período Islâmico, como é exemplo as *villas* de Santa Catarina de Sítimos, São João dos Azinhais e, possivelmente, Porto da Lama e São Romão do Sado. Os proprietários daqueles núcleos rurais exploravam a terra em regime latifundiário e produziam o azeite, mas também dedicavam-se à produção dos preparados de peixes que eram depois colocados em ânforas, produzidas nos fornos existentes junto ao Sado, e exportados via fluvial.

A partir do século V, com a queda do Império Romano do Ocidente e a chegada à Península Ibérica dos povos germânicos, aliada às várias disputas nos anos subsequentes entre suevos e visigodos pelo domínio territorial, levaram as comunidades que até então habitavam as *villas* abandonarem estes locais, à excepção de um pequeno número que se manteve habitado, para se fixarem em zonas elevadas, com melhores possibilidades de defesa, e fortificadas com uma torre atalaia ou recinto amuralhado. Datarão desta altura o Povoado Fortificado do Alberginho, uma anterior *villa* que se fortificou, os castelos de Portela, Torrão, assim como a Torre de Santa Catarina, a Torre do Ramalhão e, ainda, o Povoado da Cova do Castelo. Surgem, de igual modo, nesta fase e, posteriormente, no Período Visigótico, os pequenos casais agrícolas e novas aldeias que, mais tarde, no Período Islâmico, transformar-se-ão em alcarias, implantados em cerros elevados, junto a cursos de água e próximos dos dispositivos defensivos e vias de comunicação, como por exemplo a Alcaria de Portela e os casais da Maforinha e Atalaia da Quinta. As comunidades daqueles assentamentos dedicavam-se à agricultura, pastorícia e mineração.

A partir do século VIII, com a chegada das primeiras comunidades muçulmanas, não houve uma ruptura com o modelo de povoamento disperso que já existia anteriormente, mantendo-se algumas das *villae* ocupadas, assim como as fortificações, povoados de altura, aldeias e casais agrícolas. Contudo, a partir de 844, com o primeiro ataque viking ao ocidente peninsular, juntamente com as várias rebeliões de *muladis*, berberes e moçárabes que ocorriam nesta altura nos territórios limítrofes de Alcácer, como Beja e Lisboa, contra o Emirado de Córdoba, mas também os vários assaltos perpetrados pelos cristãos do norte, como o ataque de Ordonho II a Évora, em 913, vai fazer com que haja um investimento em Alcácer, primeiramente por iniciativa do poder central de Córdoba e seguidamente pelos *Banu Danis*, na construção de um conjunto de

dispositivos defensivos junto ao rio Sado, bem como no interior do território, edificados em pedra e taipa, para controlo e protecção dos principais eixos viários.

Nas imediações daquelas fortificações surgem novos povoados, alcarias e casais agrícolas, implantados normalmente em zonas elevadas ou num pequeno cerro aplanado, juntos dos cursos de água e solos mais férteis, baseando-se as explorações agrárias, não somente em pequenas áreas restritivas do solo como anteriormente, mas começando a incrementar uma agricultura de regadio direccionada para os excedentes agrícolas.

Os fragmentos de cerâmicas daqueles assentamentos oferecem pastas grosseiras, com abundantes elementos não plásticos, fabricadas manualmente e a torno lento, por vezes com alternância de cozedura, embora também existiam cerâmicas com pastas homogéneas e produzidas a torno rápido com cozeduras oxidantes, produzidas localmente ou regionalmente, evidenciando poucos contactos comerciais nesta fase. O leque de formas é reduzido, onde predominam as peças necessárias no dia-a-dia, como os potes, jarinhos(as), jarros(as), panelas, alguidares, talhas, cântaros, normalmente com acabamentos alisados sobre os quais se aplicou engobe e possuindo, por vezes, decoração incisa ou com traços pintados de cor branca, castanha/negra ou vermelha.

Com a centralização do poder e pacificação do *al-Andalus* promovida por *Abd al-Rahman III*, no século X, Alcácer cresce e desenvolve-se, tornando-se capital de distrito. Surgem nesta altura novas fortificações, povoados e alcarias dispersas pelo território, nas proximidades dos solos mais férteis e de cursos de água, enquanto aqueles assentamentos que já existiam expandem as suas áreas habitacionais. Por outro lado, há o abandono das antigas *villae*, casais e alguns povoados de altura e fortificados que tinham surgido anteriormente, mantendo-se, contudo, operacionais alguns castelos e as torres atalaias para vigilância e defesa dos principais eixos viários terrestres e fluviais, assim como para controlar a população campesina que vivia nos seus arredores e proceder à recolha dos tributos.

Aqueles novos assentamentos encontram-se dispersos pelo território, achando-se os povoados e alcarias mais importantes implantados em cerros elevados, dominado os solos mais férteis da região, enquanto as alcarias menos importantes e os casais situam-se nos declives de pequenos cerros, junto a um curso de água, mas também nas

proximidades de solos férteis, dedicando-se as comunidades que habitavam naqueles à agricultura de sequeiro e regadio, mas também à exploração mineira, provavelmente direcionada para os mercados, existindo, contudo, outros assentamentos que cultivavam apenas pequenas áreas para autoconsumo e pastavam os seus rebanhos.

Com a integração de Alcácer no Reino de Taifa de Badajoz o povoamento não sofre alterações, mantendo-se em funcionamento as fortificações e torres atalaias já existentes, bem como os núcleos rurais, surgindo mesmo até novas alcarias, como é exemplo São Martinho da Bemposta. As cerâmicas exumadas naqueles assentamentos respeitantes aos séculos X e XI, tratam-se de fragmentos de cerâmicas, maioritariamente, comuns, com pastas homogéneas, fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, embora também continuem a existir as cerâmicas fabricadas a torno lento com alternância de cozedura, decoradas com linhas incisas ou traços finos e médios pintados de cor branca, vermelha ou castanha escura/negra. Surgem, igualmente, as cerâmicas vidradas, de cor castanha e aspecto melado, com decoração a óxido de manganês, e as cerâmicas vidradas, de cor verde e castanho.

A partir dos finais do século XI e inícios do XII, com o avanço da Reconquista Cristã em direcção a sul e a tomada de Badajoz, em 1094, pelos Almorávidas, Alcácer passou a estar sob o domínio daquela dinastia norte africana. A cidade continuou a ter sob a sua administração um extenso território, com abundantes recursos naturais e produtos que eram exportados através dos seus portos a outras regiões do *al-Andalus*. Verifica-se nesta fase que, apesar do abandono de algumas fortificações e assentamentos, de um modo geral mantêm-se em funcionamento a maioria dos dispositivos militares, assim como dos núcleos rurais do Período Omíada.

A partir de 1160, com a primeira Reconquista Cristã e, posteriormente, em 1191, com a tomada de Alcácer pelos Almóadas, o território da cidade entra, numa primeira fase, em declínio, tendo sido abandonados grande parte das fortificações e assentamentos que se achavam dispersos pelo território, fazendo com que não existisse uma produção agropecuária suficiente capaz de abastecer a cidade, obrigando o Califa Almóada, *Abu Yu'qub al-Mansur*, após a tomada da cidade, fazer chegar a Alcácer, mensalmente, mantimentos provenientes de Sevilha e Ceuta como incentivo à permanência das comunidades naquele território. O facto de Alcácer ter-se tornado, a partir dos finais do

século XII, uma cidade de fronteira, aliada ao conservadorismo religioso dos Almóadas e a elevada carga fiscal promovida por aqueles, fez com que as comunidades rurais abandonassem os povoados e alcarias e se dirigissem para outros locais ou, até mesmo, para os arrabaldes das cidades onde poderiam exercer outras actividades como o artesanato e onde estariam, certamente, mais seguras.

Após a consolidação do Califado Almóada na cidade o território volta a sofrer profundas alterações que cortam radicalmente com os modelos de povoamento verificados nas épocas anteriores. Surgem nesta altura os grandes recintos fortificados, erguidos em taipa e implantados no interior dos vales, dotados de sistemas de abastecimento de água como cisternas, albercas e poços, que vão concentrar no seu interior, e de forma permanente, as comunidades que se achavam dispersas anteriormente pelo território. Por outro lado, mantêm-se operacionais algumas das fortificações que já existiam, tendo-se procedido a reformulações nas suas defesas, mas também as torres atalaias e alguns assentamentos rurais precedentes e que se achavam nas imediações daqueles dispositivos defensivos.

As cerâmicas do Período Almóada encontradas nos assentamentos apresentam pastas bem depuradas, fabricadas a torno rápido e cozidas em ambiente oxidante, sobre as quais se aplicou engobes e decoração incisa, ou acabamentos vidrados, de cor castanha melada e verde. Notamos, contudo, que nos assentamentos implantados junto ao Sado, em particular as Atalaias de Murta e Abul que tivemos oportunidade de intervencionar, é onde surgem a maioria das cerâmicas vidradas de importação, como o exemplo da candeia descoberta em Abul, aspecto que estará relacionado com a maior proximidade daqueles dos circuitos comerciais, visto que muitas das peças chegavam a Alcácer através do rio.

Após a Reconquista Cristã de Alcácer em 1217, as fortificações e torres atalaias que existiam na região são desactivadas, perdendo a sua função militar, uma vez que achando-se o território conquistado já não era necessário a sua manutenção, ganhando aquelas uma outra funcionalidade. Grande parte das torres atalaias junto ao Sado, como Murta, Abul, Montevil e Algarvios, dado se encontrarem em zonas elevadas, junto ao rio Sado, são readaptadas a moinhos de vento onde se moíam os cereais, enquanto outras são transformadas em pequenos edifícios de culto, como o caso da Torre de Chagas, onde se irá construir uma ermida dedicada ao culto de Chagas, mas também São João dos

Azinhais e o Morabito de São Fausto. No que concerne aos povoados, alcarias e casais, assim como os castelos, que existiam no Período Almóada, verifica-se uma continuidade de ocupação nas Idades Média e Moderna, transformando-se alguns daqueles locais em paróquias que dominavam um pequeno território.

Apesar dos pequenos avanços que conseguimos desenvolver no estudo do povoamento rural no território de Alcácer do Sal, os quais constituem um ponto de partida para futuras investigações, permanecem, contudo, muitas dúvidas em relação à tipologia e cronologia efectiva de muitos dos assentamentos encontrados, sendo necessário a continuidade das intervenções arqueológicas em muitos daqueles para um melhor entendimento dos seus hiatos de ocupação e funcionalidade.

Alguns dos objectivos que traçamos no início deste projecto permanecem sem resposta, como por exemplo, saber qual seria a extensão dos territórios dominados pelas fortificações, assim como os autores da edificação de muitos dos dispositivos defensivos que se acham dispersos pelo território, embora tenhamos conhecimento, devido às fontes escritas, que as torres atalaias deverão ter sido erguidas pelo poder central. Do mesmo modo, temos muitas dúvidas em relação às fortificações construídas junto aos principais eixos viários, as quais podem ter sido edificadas por iniciativa do Estado ou das comunidades campesinas.

Por outro lado, não sabemos efectivamente qual seria a relação que aqueles núcleos rurais teriam entre si e com a cidade e quais seriam as comunidades que habitariam os mesmos, uma vez que com os dados arqueológicos obtidos até ao momento, não sabemos quais pertenceriam a grupos de moçárabes, *muladis* e berberes. Não obstante, a toponímia de alguns locais, como o exemplo de Bemposta, permitem associar, à partida, o povoamento daquela área a um clã berbere e, em outros casos, às comunidades moçárabes, conforme se constata pelo topónimo São Martinho.

Esperamos que esta dissertação, que agora se conclui, levante novas dúvidas e questões para futuros projectos de investigação direccionados para a temática do povoamento rural, não só em Alcácer, mas também no restante actual território português, visto que ainda há muito trabalho a desenvolver sobre um tema que é tão importante para o conhecimento das nossas raízes históricas.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas:

ADSTB, *Paróquia de Monte Vil*, 318 liv.

ADSTB, *Templo de Neptuno - achados na Torre do Outão ou de Santiago*, 1642, 1 liv, 1.fl.

ADSTB, *Torre do Outão*, livro 1, fls. 1 e 2.

ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 8, docs. 10 e 12.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 13.

ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fl. 1.

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 9, fls. 17 e 17v; liv. 31, fl. 89.

ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Privilégios, liv. 4, fl. 176.

ANTT, *Livro dos Copos*, Doc. 66, fl. 54, pp. 158-162.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, nº 72, pp. 463-466.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 207, pp. 1547-1550.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, nº 37, pp. 199-202.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, nº 180, pp. 1349-1352.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 36, nº 68, pp. 595-606.

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 59, pp. 305-312.

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro nº 154, fls. 1r, 56, 76, 78v, 81v, 83v, 88, 93, 94r, 104r, 119r, 155, 156, 156v, 158 e 164r.

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, livro 272, fls. 288-290.

ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, maço 3, doc. 205.

BPE, *Tombo dos Bens da Mesa Mestral da Ordem de Santiago*, tomo 4, fl. 30.

Fontes Impressas:

a) Árabes

ABU MARWAN`ABD AL-MALIK B. ABI L-ALA IBN ZUHR, *Kitab Al-Agdiya (Tratado de los Alimentos)*. Ed. Trad. Y introd. Por Expiración García Sánchez, “Fuentes Árábico-Hispanas”, 4, C.S.I.C., Madrid, 1992.

Al-Bayān al-Mugrib fi ijtisār ajbār muluk al-Andalus wa al-Magrib, ed. e trad. de Ambrosio Huici Miranda, Tomo I (“Los Almohades”), Tetuan, 1953.

Alcorão, Parte 1 – «*Não há outra divindade senão Deus e Muhammad é o seu Profeta*». Introdução e notas do Dr. Suleiman Valy Mamede, presidente do conselho directivo do Centro Português de Estudos Islâmicos. Sintra: Europa-América.

Al-HIMYARI – *La Péninsule Ibérique au Momyen Âge d`après le Kitāb al-Rawd ad-Mi`tār fi jabar al-Aqtār d`Ibn `Abd al-Mun`im al-Himyari*. Traducción de Évariste Lévi-Provençal. Leyden: E. J. Brill, 1938.

Al-IDRÎSÎ, *Descripcion de España de Xerif Aledris, conocido por el Nubiense*. Traducción y notas de Don Josef Antonio Conde, de la Real Biblioteca. Madrid: Imprenta Real, 1799.

Al-IDRÎSÎ, *Descripción de España por Abu-Abd-Alla-Mohamed-al-Idrisi (obra del siglo XII)*. Madrid: Imprenta y Litografía del Depósito de la Guerra, 1901.

Al-IDRÎSÎ, *Description de l`Afrique et de l`Espagne*. Texte arabe avec une traduction des notes et un glossaire par Reinhart Dozy et Michael Jean de Goeje. Leiden, E. J. Brill, 1866.

Al-IDRÎSÎ, *la première Geographie de L`Occident*, Presentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef, traduction du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef, Paris, Flammarion, 1999.

AL-IDRÎSÎ, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*, Estudio, Edic. trad. y anotaciones por Jassim Abid Mizal, Madrid, C.S.I.C. 1989.

AL-RĀZĪ, *Crónica del Moro Rasis*, Edic. de Catalán, D. y de Andrés, M.S. Madrid, 1975.

AL-TIGNARĪ - *Kitāb Zuhrat al-bustān*. Ms. nº IV del Archivo Municipal de Córdoba y ms. 1674 de la Biblioteca General y Archivos de Rabat.

COELHO, António, Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Editorial Caminho, 2008.

CRÓNICA ANÓNIMA de *Abd al-Rahmān III al-Nāsir*, edit e trad. por E. Lévi-Provençal e E. García Gómez, Madrid – Granada, C.S.I.C., 1950.

IBN AL-IMĀM, “Des droits et obligations entre propriétaires d’héritages voisins” (publ. Por Barbier), *Révue Algérienne et Tunisienne de législation et de jurisprudence*, Tomo XVII, Alger, 1901, pp. 65-84 et 89-108.

IBN ḤAYYĀN, “Al-Muqtabis de Ibn Hayyan” (trad. de José Guráieb). *Cuadernos de História de España*, XIII. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1949, pp. 157-176.

IBN ḤAYYĀN, *almuqtabis II-1, Crónica de los emires Alhakam I y Abdarraḥmān II entre los años 796 y 847. Trad, notas e Indices, Mamud Ali Makki y Federico Corriente*. I.E.I.O.P. Zaragoza, 2001.

IBN ḤAYYĀN, *Muqtabis V, Anales del Califa ‘Abd al-Rahmān III*. Edic. María J. Viguera y Federico Corriente, Zaragoza, 1981.

IBN IDĀRĪ, *Histoire de l’Afrique et de l’Espagne intitulée Al-Bayano l-Mogrib. Trad. e notas por Edmond Fagnan*, tomo II. Alger: Imprimerie Orientale Pierre Fontana, 1904.

Ibn Luyūn: Tratado de Agricultura. Tradução de Joaquina Eguarás Ibáñez. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, 1988.

Kitāb ibdā’ al-malāha wa-inhā’ al-rayāha fī usūl sinā’at al-filāha (Tratado de Agricultura de ibn Luyun).

Kitāb ibdā’ al-malāha wa-inhā’ al-rayāha fī usūl sinā’at al-filāha (Tratado de Agricultura de ibn Luyun).

La description de l’Espagne d’Ahmad Al-Razi. Reconstituição do original árabe e tradução de E. Lévi-Provençal, Al-Andalus, vol. XVIII, CSIC, Madrid-Granada, 1953, pp. 51-108.

b) Cristãos

CARDOSO, Padre Luiz (1747) - *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

Chancelarias Portuguesas: D. João I, volume III, tomo II, 1394-1427. Edição de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2006.

COSTA, Paula Pinto; MATA, Joel; PIMENTA, Maria Cristina; SILVA, Isabel Morgado S. (2006) - *Coleção Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o estudo das Ordens Religiosas-Militares. Livro dos Copos*. N.º 7, Vol. I. Direcção de Luís Adão da Fonseca. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.

FONSECA, Francisco da (1728) - *Évora Gloriosa: Epilogo dos quatro tomos da Évora Ilustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus*. Roma: Officina Komarekiana.

GALVÃO, Duarte (1726) - *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henriques Primeiro Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana.

Militarium Ordinum Analecta, n.º 7 - Livro dos Copos Vol. I, coordenação de Paulo Pinto Costa. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006.

RESENDE, Garcia de (1798) – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Bibliografia

ACIÉN ALMANSA, Manuel (2008) - “Poblamiento y sociedad en el al-Andalus: un mundo de ciudades, alquerias y husun” in DUARTE, José (coord.), *Cristiandad e Islam en la Edad Media Hispana, XVIII Semana de Estudios Medievales*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 141-168.

- AFONSO, Carlos Filipe Nunes Lobão Dias (2013): “Técnicas e táticas de assédio e defesa dos castelos de Portugal no contexto da reconquista - O caso de Alcácer, 1217”. In FERREIRA FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 517-539.
- ALARCÃO, Jorge de (1983) – *Portugal Romano*. Lisboa: Edição Verbo.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) - *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América.
- ALARCÃO, Jorge de (2006) – “As Vias Romanas de Olisipo a Augusta Emerita”, *Conimbriga*, 45, pp. 211-251.
- ALBA, Miguel (2002) – “Un área funeraria islâmica emplazada sobre un barrero de época romana: intervención arqueológica realizada en el solar situado en la confluência de la calle Dámaso Alonso y la Avenida de Lusitania (Mérida)”, *Mérida, Excavaciones Arqueológicas*, nº 8, Mérida, p.343-374.
- ALBAIGÉS OLIVART, José María (1993) - *Diccionario de Nombres de Personas*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- ALBERO SANTACREU, Daniel (2011) - “Primeras aproximaciones a la organización del espacio rural durante época islâmica (902-1229) en Qalbiyan (S-O de Mallorca)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, nº18, pp. 145-167.
- ALMAGRO, Antonio (2008) - “La puerta califal del castillo de Gormaz”, *Arqueología de la Arquitectura*, nº 5, pp. 55-77.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993) - *História da Arte em Portugal: arte da alta Idade Média*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Fernando de, PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro e PAIXÃO, Judite Cavaleiro (1978) - “Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)”. In *Setúbal Arqueológica*, vol. IV. Setúbal: MAEDS, pp. 215-225.
- ALVES, Adalberto (2013) - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ALVES, Andreia (2018) - *O complexo arqueológico de São Fausto do Torrão: memória e identidades*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

ARAÚJO, João (2013) - *A cerâmica islâmica do castelo de Palmela: análise tipológica e crono-estratigráfica dos materiais da galeria 5*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ARNAUD, José Morais (1987) – “Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças”, *Arqueologia*, nº 15, Porto: G.E.A.P., pp. 53-64.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (2002) - “As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, nº1, pp. 221-238.

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de (2015) - *Moçarabismo e Toponímia em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

AZUAR RUÍZ, Rafael (1981) - *Castillología medieval alicantina: área Meridional*, Alicante, Instituto de Estudios Alicantinos.

AZUAR RUÍZ, Rafael (1989a) - *La rabita califal de la dunas de Guardamar (Alicante)*, Alicante, Museo Arqueológico de Alicante.

AZUAR RUÍZ, Rafael (1989b) - *Denia Islámica: Arqueología y poblamiento*, Alicante, Instituto de Cultura "Juan Gil-Albert".

AZUAR RUÍZ, Rafael (1994): *El castillo del Río (Aspe, Alicante): arqueología de un asentamiento andalusí y la transición al feudalismo (siglos XII-XIII)*, Alicante, Museo Arqueológico de Alicante – MARQ.

AZUAR RUÍZ, Rafael (2005) - “Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus”, *Arqueología de la Arquitectura*, nº4. pp. 149-160.

AZUAR RUÍZ, Rafael (2013) - “Arqueología de los husun en la formación y consolidación del Sharq al-Andalus (siglos VIII-X d.C)” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I. Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 89-100.

BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.) (1940) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I. Lisboa, Ática.

BANHA, Carlos (1998) - “As cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar”, *Cira*, nº 7, pp. 75-109.

BARCELÓ, Miquel (1988): “La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural”, *Arqueologia Medieval. En las Afueras del “Medievalismo”*, Barcelona, Crítica, D.L., pp. 195-274.

BARCELÓ, Miquel (1989): “El diseño de espacios irrigados en Al-Andalus: un enunciado de principios generales” in CARRA BARRIONUEVO, Lorenzo (coord.), *El Agua en Zonas Áridas. Arqueología e Historia. Hidráulica Tradicional de la Provincia de Almería*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, pp. 2013-2047.

BARRIENTOS VERA, Teresa (2001) – “Excavación en la maqbara andalusí de la zona sur de Mérida: intervención arqueológica realizada en el solar nº60 de la calle Concordia”, *Mérida, Excavaciones Arqueológicas*, nº 7, Mérida, p.15-34.

BARROS, Maria Filomena de; PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2021) - *Um olhar sobre Alcácer do Sal a partir dos três forais de 1170, 1218 e 1516: breves apontamentos de uma história recente*. Coimbra: Almedina.

BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (coord.) - *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, 2018.

BATALHA, Luísa (2009) - “Cerâmica Islâmica”, *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL.s.l.*, EPAL, pp. 121-130.

BATATA, Carlos (2000) - “Presença árabe no Castelo da Sertã (Centro de Portugal)”, *Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII, Porto, ADECAP, pp. 435-437.

BATISTA, Joaquim Correia (1896) – “Salacia”, *O Arqueólogo Português*, vol. II, nº1, 1ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 5-10.

BAZZANA, André (1987): *El yacimiento medieval de "Les Jovades" en Oliva (Valencia)*, Oliva (Valencia), Ayuntamiento.

BAZZANA, André (1990) - *Archéologie de l'habitat médiéval dans l'ancien Sharq al-Andalus (Espagne orientale)*. Thèse d'État. Lyon: Université Lumière Lyon 2.

BAZZANA, André (1992) : *Maisons d'al-Andalus. Habitat médiéval et structures de peuplement dans l'Espagne orientale*, 2 vol., Madrid, Casa de Velázquez.

BAZZANA, André; CRESSIER, Patrice; GUICHARD, Pierre (1988): *Les châteaux ruraux d'al-Andalus. Histoire et archéologie des husun du Sudest de l'Espagne*, Madrid, Casa de Velázquez.

BENABAT HIERRO, Yolanda ; PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio (2003) - “Apunte sobre el Ajuar cerámico del siglo XII en Niebla”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, pp. 119-127.

BENITO, Ricardo Izquierdo; CASTRO; Miguel Ángel Bru (2012): “Aproximación a la alimentación en una ciudad andalusí: Vascos” in Gómez Martínez, Susana (coord.) - *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 129 - 140.

BERNARDES, João Pedro (2012) - “Consumo e transformação de peixe entre o mundo romano e o islâmico”. In Gómez Martínez, Susana (coord.) - *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 55-68.

BOISSELIER, Stéphane (2003) - *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires (xiie-xve siècles)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

BOLENS-HALIMI, Lucie (1991) - “Le garum en al-Andalus, un feu trouvé au fond des mers”, *Gerión*, 3, (Estudios en Homenaje al Dr. Michel Ponsich), pp. 355-371.

BONNE, James (1992) - “The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: a caliphal-taifal period rural settlement in the lower Alentejo at Portugal”, *Arqueologia Medieval*, nº 1, pp. 111-125.

BONNE, James (1993) - “The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: a caliphal-taifal period rural settlement in the lower Alentejo at Portugal”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, pp. 51-64.

BONNE, James (2019) - “La organización de los asentamientos rurales en relación con la formación del califato en al-Andalus: el caso del Alentejo portugués”. In Pérez-Aguilar, Luis-Gethsemaní; Delgado Pérez; María Mercedes (dir.) - *Economía y trabajo: las bases materiales de la vida en al-Andalus*. Sevilla: Alfar, pp. 17-42.

BORGES, Marco Oliveira (2017) - “A importância estratégica do conhecimento do território na formação de um sistema defensivo: o caso de Sintra (Portugal) durante o Período Islâmico”, *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, vol. 22, nº 2, pp. 17-48.

BORRELA, Leonel - "Iconografia Pacense - Porto Rei", *Diário do Alentejo de 1 de Setembro de 2006*.

BRUFAL SUCARRAT, Jesús (2008) - *L'Espai rural del districte musulmà de Lleida (segles XI-XII): espais de secà meridionals*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Lleida.

BRUFAL SUCARRAT, Jesús (2015) - “Les almunias du district musulman de Lérida (XIe-XIIe siècles)”. In GILOTTE, Sophie; VOGUET, Elise (eds.) - *Terroirs d'al-Andalus et du Maghreb, VIIIe-XVe Siècle. Peuplement, Ressources et Sainteté*. Saint-Denis, Bouchéne.

BUGALHÃO, Jacinta; ARNAUD, José; ALMEIDA, Pedro (1990) - *Relatório dos Trabalhos de prospecção arqueológica no âmbito do protocolo entre o IPPC/IPPAR e a SOPORCEL na área do concelho de Alcácer do Sal*.

BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Isabel Cristina (2012) - “A cerâmica islâmica nas regiões de Lisboa e Setúbal”, *Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 71- 89.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2007) - “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10, nº 1, pp. 317-343.

CALADO, Manuel João Maio (2003) - *Inventário arqueológico de Évora. Relatório do PDM de Évora (fase 1)*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

- CALVO CAPILLA, Susana (2004) - “Las Mezquitas de Pequeñas Ciudades y Núcleos Rurales de al-Andalus”. *Illu - Revista de Ciencias de las Religiones Anejos*, X, pp. 39-63.
- CAMARERO CASTELLANO, Inmaculada (2015) - *Sobre el 'Estado de Yā`iha` - Teoría y práctica jurídica de la calamidade rural y urbana en Al-Andalus* (ss. VIII-XV). Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.
- CAMPOS, Correia de (1970) - *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*. Lisboa.
- CANO MONTORO, Encarnación (2012): *La región de Priego de Córdoba (Kurat Baguh) en el proceso de formación de al-Andalus* (siglos VIII-XI). Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad de Granada.
- CAPELA, Fábio; TEICHNER, Félix; HERMANN, Florian (2020) - “Cerro do Castelo de Alferce (Monchique) um emblemático sítio arqueológico”, *Al-madan*, II série (23), Tomo I, pp. 35-49.
- CARDOSO, Alberto (2013) - *A Ocupação Rural Islâmica no Baixo-Alentejo: os materiais do sítio dos Funchais 6 (Beringel)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa (2018) - “As cerâmicas alto medievais das "villae" do "ager" ocidental de Olisipo – Lusitânia”. In MARTÍN VISO, Iñaki; FUENTES MELGAR, Patricia; SASTRE BLANCO, José Carlo; CATALÁN RAMOS, Raúl (coord.) - *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno* (siglos V- VIII d. C.). Arbotante Patrimonio e Innovación, pp. 159-188.
- CARDOSO, Guilherme; MELO, Vasco de; FARIA, João Carlos (2019) - “Quadrante Solar Romano da Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal)”, *al-madan*, IIª série, n.º 22, pp. 169-171.
- CARDOSO, João Luís (1993) - “Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: estudo dos restos mamalógicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar)”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, pp. 103- 107.
- CARDOSO, João Luís (1994) - “A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992”, *Arqueologia Medieval*, nº 3, pp. 201- 220.

CARNEIRO, André (2008) - *Itinerários Romanos do Alentejo Uma Releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio” de Mário Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo/Colibri Artes Gráficas.

CARNEIRO, André (2014) – *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo - Volume I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CARVAJAL LÓPEZ, José (2008): *La cerámica de Madinat Ilbira (Atarfe) y el poblamiento altomedieval de la Veja de Granada*, Granada, Grupo de Investigación “Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada” /Ayuntamiento de Atarfe.

CARVALHO, António Rafael (2006) – “A villa romana de Santa Catarina de Sítimos: Breve abordagem aos resultados da campanha arqueológica de 2006”, *Neptuno*, 9, p. 14-16.

CARVALHO, António Rafael (2007a) - “A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos: elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada”, *Al-Madan*, II série (15), pp. 1-7.

CARVALHO, António Rafael (2007b) - “O baixo Sado, da antiguidade tardia até à fase emiral: Algumas reflexões sobre continuidades e rupturas” in NETO, José Luís (coord.), *Subsídios para o Estudo da História Local*, vol. 3, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, Instituto Português de Museus e Conservação, Ministério da Cultura, pp. 303-318.

CARVALHO, António Rafael (2008a) - “A Musalla do Hisn Turrus/Torrão: uma hipótese de trabalho”, *Al-Madan*, II série (16), pp. 1-26.

CARVALHO, António Rafael (2008b) - *Torrão do Alentejo: Elementos sobre História e Arqueologia*. III parte. Alcácer do Sal: Freguesia do Torrão/Município de Alcácer do Sal.

CARVALHO, António Rafael (2009) - “A antiguidade tardia e a islamização da costa Sesimbrense” in CALADO, Manuel; GONÇALVES, Luís; FRANCISCO, Rui; ALVIM, Pedro; ROCHA, Leonor; FERNANDES, Rosário (coord.), *O Tempo do Risco – Carta Arqueológica de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 172-191.

CARVALHO, António Rafael (2017) – “A Ermida de Nossa Senhora do Socorro, Alcácer do Sal: documentação referente à sua consagração em 1601, assim como outra

relacionada com o espaço envolvente, desde a Comporta até ao Moinho da Ordem”, *Al-madan*, II série (21), pp. 103- 112.

CARVALHO, António Rafael (2019) – “A Fundação da Ermida de São Romão: Um olhar sobre a Ribeira do Sadão, no limite entre os Termos de Alcácer e do Torrão, nos séculos XIV a XVII”, *Al-madan*, II série (22), Tomo III, pp. 129-139.

CARVALHO, António Rafael e FARIA, João Carlos (1994) - “Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal”, *Arqueologia Medieval*, nº 3. Mértola: Edições Afrontamento, pp. 101-112.

CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos e FERREIRA, Marisol Aires (2004) - *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Garb al-Andalus (séculos VIII-XIII)*, 1ª edição. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Museu Municipal Pedro Nunes.

CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol Aires (2008) - *Al-Qasr Arqueologia e História de uma Madina do Garb al-Andalus sécs. VIII-XIII*, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

CARVALHO, António Rafael; FERNANDES, Isabel Cristina (1996) - “Algumas Cerâmicas Muçulmanas da Lapa do Fumo (Sesimbra)”, *Sesimbra Cultural*, nº 5, pp. 21-23.

CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro (2001) - “Cerâmicas almoadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal)”, *Garb: Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa/Mérida: IPPAR/Junta da Extremadura, pp. 199-229.

CASAL GARCÍA, Maria Teresa (2001) – “Los cementerios islámicos de Qurtuba”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, nº 12. Córdoba, pp. 283-313.

CASAL, Maria Teresa; CASTRO, Elena; LÓPEZ, Rosa; SALINAS, Elena (2005) - “Aproximación al estudio de la cerámica emiral del arrabal de Saqunda (Qurtuba, Córdoba)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 2, nº 2, pp. 189-235.

CASTAÑO AGUILAR, José (2015) - *Antigüedad tardía y edad media en la serranía de Ronda*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad de Granada.

CASTILLO ARMENTEROS, Juan (1998a): *La campiña de Jaén en época emiral (s. VIII-X)*, Jaén, Universidad de Jaén.

CASTILLO ARMENTEROS, Juan (1998b): “El poblamiento islámico de la Campiña de Jaén: la época emiral y el tránsito a la califal” in SALVATIERRA CUENCA, Vicente (coord.) - *Hispania, Al-Andalus, Castilla*, Jaén, Universidad de Jaén, Servicio de Publicaciones, pp. 135-158.

CATARINO, Helena (1994a) - "Os castelos de taipa do período muçulmano no Sul de Portugal: o exemplo de Salir (Loulé)", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34, fasc.3/4. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 335-349.

CATARINO, Helena (1994b) - “O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica”, *Arqueologia Medieval*, nº 3. Mértola: Edições Afrontamento, pp. 73-87.

CATARINO, Helena (1997/1998): *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, 3 vol. Al -Ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 6.

CATARINO, Helena; ARRUDA, Ana Margarida; GONÇALVES, Victor (1981) - “Vale do Bôto: escavações de 1981 no complexo árabe-medieval”, *Clio*, nº 3, pp. 9-28.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia e SANTOS, Constança dos (2009) - “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”. In GONÇALVES, Maria José (dir.) - *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: Síntese e Perspectivas de Estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Silves 2008. Xelb nº9*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 333-376.

CAVACO, Sandra (2011) - *O Arrabalde da Bela Fria. Contributos para o estudo da Tavira Islâmica*. Tese de Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e Campo Arqueológico de Mértola.

CHAGAS, José António Amaral Trindade (1995) - *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante o domínio almóada*. Dissertação de Mestrado em

Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora.

CHÁVET LOZOYA, María; SÁNCHEZ GALLEGO, Rubén; PADIAL PÉREZ, Jorge (2006) – “Ensayo de Rituales de Enterramiento Islámicos en Al-Andalus”, *Anales de Prehistoria y Arqueología*, vol. 22. Murcia, p.149-161.

COELHO, Catarina (2006/2007) - “Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997”, *Arqueologia e História*, nºs 58-59, pp. 119-142.

CONTRERAS RUIZ, Guillermo (2013) - *Los valles del alto Henares en época Andalusí: la organización del poblamiento y su relación con las explotaciones salineras (siglos VIII-XII)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad de Granada.

CORREIA, Fernando Branco (1991) - “Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja”. In SILVA, Luís Alves da; MATEUS, Rui (coord.) – *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373-385.

CORREIA, Fernando Branco (2010) - *Fortificação, guerra e poderes no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora.

CORREIA, Fernando Branco (2013a) - “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego) ”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. II. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-86.

CORREIA, Fernando Branco (2013b) - *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora.

CORREIA, Fernando Branco; PICARD, Christophe (1992) - “Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha”, *Arqueologia Medieval*, nº 1, pp. 71-89.

CORRIENTE, Frederico (1977) - *Diccionario árabe-español*. Madrid: Instituto hispano-árabe de cultura.

CORTÉS, Julio (2004) - *Diccionario de árabe culto moderno Árabe-Español*. Madrid: Gredos.

COSTA, Tânia (2009) - *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base*, PAREDES, Pedro (coord.), Alcácer do Sal, Gabinete Técnico Florestal.

COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António (2010) - “Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal”, *Conimbriga*, vol. XLIX, pp. 183-223.

CRESSIER, Patrice (1984a): “Le chateau et la division territoriale dans l'Alpujarra médiévale: hisn à la Ta'a”, *Melanges de la Casa de Velázquez*, nº 20, pp. 115-144.

CRESSIER, Patrice (1984b): “Las fortalezas musulmanas de la Alpujarra (provincias de Granada y Almería) y la división político-administrativa de la Andalucía oriental”, *Arqueología Espacial*, nº 5, pp. 179-200.

CRESSIER, Patrice (1992a): “El poblamiento medieval de la sierra de los filabres (Almería): primeros resultados”, *Estudios de Arqueología Medieval en Almería*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, pp. 175-192.

CRESSIER, Patrice (1992b): “Dalías y su territorio: un grupo de alquerías musulmanas de la baja alpujarra (provincia de Almería)”, *Estudios de Arqueología Medieval en Almería*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, pp. 89-120.

DAZA PARDO, Enrique (2015) - *Técnicas y materiales de la construcción fortificada altomedieval en el centro de la Península Ibérica: métodos de análisis a través de la arqueología y la historia de la construcción*. Dissertação de doutoramento apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Madrid.

DIAS, Maria Manuela Alves; SOARES, António Manuel Monge (1987) – “O epitáfio paleocristão de Martinus, Vila Verde de Ficalho (Serpa)”, *Arqueólogo Português*, série IV, vol. V, pp. 233-240.

DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2012) – “O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos”, *Actas das IV Jornadas da APEQ*. Universidade de Coimbra, pp. 139-158.

DIOGO, António Dias; ALVES, Francisco (1988-1989) – “Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal” *Arqueólogo Português*, série IV, vol. VI-VII, pp. 227-240.

- DIOGO, Dias; FARIA, JOÃO Carlos (1989) – “Trabalho e produção no Sado durante a época romana”, *Movimento Cultural*, 4 (6). Setúbal, pp. 81-92.
- DOMÍNGUEZ BERENJENO, Enrique (2005) - “Investigaciones histórico-arqueológicas en el Complejo Fortificado de Alcalá de Guadaíra”, *Castillos de España*, Asociación Española de Amigos de los Castillos, nº 136, p. 17.
- DOMÍNGUEZ BERENJENO, Enrique (2007) - “La huella olvidada: Arqueología y territorio de la Marchena andalusí”. In FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.) - *Arqueología en Marchena: El Poblamiento Antiguo y Medieval en el Vale Medio del río Corbones*. Universidad de Sevilla/Ayuntamiento de Marchena, pp. 191-242.
- DOMÍNGUEZ BERENJENO, Enrique (2008) - “Sevilla y las fortificaciones fluviales del Guadalquivir”, *Las Fortificaciones y el Mar*, Alcalá de Guadaíra, Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, pp. 231-250.
- DOZY, Reinhart (2010) - *Historia de los musulmanes de España*, III-IV. Madrid: Turner Publicaciones, S.L.
- DUARTE, Susana (2018) – “Ocupação do Período Islâmico”. In SILVA, Carlos Tavares da (coord.) - *Setúbal Arqueológica*, vol. 17: *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*, pp. 207-228.
- DUBLER, César Emil (1953) - “Idrisiana Hispanica I – Probables itinerarios de Edrisi por Al-Andalus”. *Al-Andalus*, vol. XVIII, CSCIC, Madrid-Granada, pp. 89-137.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984a) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, vols. 1 e 2. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984b) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ENDERLEIN, Volkmar (2004) - “Syria and Palestine: The Umayyad caliphate”. In HATTSTEIN, Markus; DELIUS, Peter (ed.) - *Islam: Art and Architecture*. Tandem Verlag GmbH, Konemann, pp. 59-87.

- FABIÃO, Carlos (2008) - “Las ánforas romanas de Lusitania”. In CASASOLA, Darío Bernal; LACOMBA, Albert Ribera (coord.) - *Cerámicas Hispanorromanas un Estado de la Cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones, pp. 501-521.
- FARIA, João Carlos (2000) - *Relatório da intervenção arqueológica na necrópole de S. Francisco*. Alcácer do Sal: Arqueohoje.
- FARIA, João Carlos Lázaro (2002) - *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, Lisboa, Edições Colibri.
- FARIA, João Carlos Lázaro; PAIXÃO, António Cavaleiro (1996) - *Relatório das escavações arqueológicas no convento de Nossa Senhora de Araceli*. Alcácer do Sal.
- FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol (1986) – “Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal - Breve notícia”, *Conímbriga*, 25, pp. 41-51.
- FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol (1986) - “Porto da Lama - uma importante estação arqueológica da época romana do concelho de Alcácer do Sal”, *Movimento Cultural*, nº 3. Setúbal: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, pp. 74-76.
- FEIJOO MARTÍNEZ; Santiago; ALBA CALZADO, Miguel (2004) - “Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral”. In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; RETUERCE VELASCO, Manuel (coord.) - *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC.
- FELIPE, Helena De (1997) - *Identidad y onomástica de los beréberes de al-Andalus*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).
- FELIPE, Vanessa (2012) – *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yabura (Évora, Portugal)* - Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas no Museu Municipal de Évora. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Hermenegildo (2005) – “Quando o Além-Tejo Era «Fronteira»: Coruche, da militarização à territorialização”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 451-483.

FERNANDES, Isabel Cristina (2001) – “A Península de Setúbal em Época Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, nº7. Porto: Edições Afrontamento, pp. 185-196.

FERNANDES, Isabel Cristina (2004) - *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri.

FERNANDES, Isabel Cristina e PICARD, Christophe (1999) – “La Défense côtière à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal”, *Archéologie Islamique*, 8, Paris: CNRS – Maisonneuve et Larose, pp. 67-94.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARDOSO, João Luís; ANDRÉ, Maria da Conceição (2009) - “Cerâmicas muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 17, pp. 97-115.

FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira (2012) - *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, Lúdia (2013) - *Tabuleiros de Jogo Inscritos na Pedra: um roteiro lúdico português*. Lisboa: Apenas Livros.

FERREIRA, Carlos Jorge Alves, LOURENÇO, Fernando Severino, SILVA, Carlos Tavares da; SOUSA, Paula (1993) - *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma Carta Arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

FERREIRA, Luís (2009) - *Da Pedra ao Acorde – O Castelo de Sesimbra*, Lisboa, Sextante Ed.

FERREIRA, Maria; LOBÃO, João Carlos; CATARINO, Helena (2012) - “Cerâmicas Altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem”, *Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 15-31.

FERREIRA, Marisol (2015) - “A Igreja do Espírito Santo (Alcácer do Sal): Resultados Finais”, *Neptuno*, nº 19, pp.4-6.

FILALI, Kamel (2004) – “Processus du Ribât dans la conception du jihâd. Des Marabouts guerriers de la foi aux Marabouts fondateurs de tribus”. In FRANCO SÁNCHEZ,

Francisco (coord.); FERRER, Mikel de Epalza (dir.congr.) - *La Rábita en el Islam: Estudios Interdisciplinares*. Universitat d'Alacant/Universidad Alicante, pp. 43-48.

FRANCO MORENO, Bruno (2004) - “Territorio y poblamiento en la Kura de Marida durante el emirato omeya (siglos VIII-X/II-IV)”, *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Medieval*, nº 17, série 3, pp. 167-184.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) - *De Emerita a Marida - El territorio emeritense entre la Hispania Gothorum y la formación de al-Andalus (ss. VII-X): transformaciones y pervivencias*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madrid.

FRANCO MORENO, Bruno (2011) - “El territorio de Mérida en época islámica (s. VIII-XIII)” in MATEOS CRUZ, Pedro; ALVAREZ MARTÍNEZ, José María (coord.), *Actas Congreso Internacional 1910-2010: El Yacimiento Emeritense*, Mérida, Ayuntamiento de Mérida, pp. 639-660.

FRANCO MORENO, Bruno (2014) - “Poblamiento y territorio en el occidente de al-Andalus en época omeya” in ZOZAYA, Juan; SCHAEFER, Guillermo (coord.), *Bataliús III*, Badajoz, Gobierno de Extremadura, pp. 111-134.

GALAMBA, Pedro Calado Falcão (2012) - *O Património Arqueológico do Concelho de Viana do Alentejo: estado do conhecimento*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

GALHANO, Fernando (1978) - *Moinhos e Azenhas em Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.

GAMITO, Teresa Júdice (1994) - “O povoamento islâmico da Serra do Caldeirão. O caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim)” in CAMPOS CARRASCO, Juan; PÉREZ MACÍAS, Juan; GÓMEZ, Francisco (coord.), *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueología del Sudoeste*, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 545-563.

GAMITO, Teresa Júdice (2007) - *O Algarve e o Magreb (711-1249)*, Faro, Universidade do Algarve.

GARCÍA GANDÍA, José (2005): “Território rural islâmico en la Marina Baixa” in LEÓN, José; RUIZ, Antonio (Edit.), *1^{as} Jornadas sobre la Actualidad del Patrimonio Arqueológico y Etnográfico de la Marina Baixa*, Elche, Universidad Miguel Hernández de Elche, pp. 9-15.

GARCÍA PORRAS, Alberto (1998) - *El yacimiento medieval de el Castillejo: nuevos datos a partir del estudio de sus materiales cerâmicos*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Granada.

GARCÍA PORRAS, Alberto (2018) - “Treinta años de una nueva arqueología de al-Andalus” in QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.): *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford, Archaeopress Publishing LTD, pp. 95-122.

GARCÍA SÁNCHEZ, Expiración (1994) - “la conservación de los productos vegetales en las fuentes agronómicas andalusíes”. In MARÍN, Manuela; WAINES, David (ed.) – *La Alimentación en las Culturas Islâmicas*. Madrid: agencia española de Cooperación internacional, pp. 251-293.

GÉRARD GORGES, Jean; RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco (1999) – “Un nouveau milliaire de Magnence en Hispanie: la borne de Torre Águila (Montijo, Badajoz)”, *Economie et Territoire en Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velázquez.

GILOTTE, Sophie (2001) - “La Villeta de Azuquén : une fortification du Xe-XIe siècle dans la région de Trujillo” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 825-832.

GILOTTE, Sophie (2010) - *Aux marges d'al-Andalus. Peuplement et habitat en Estrémadure centre-orientale (VIII-XIIIe siècles)*, Helsinki, Academia Scientiarum Fennica, collection Humaniora.

GILOTTE, Sophie (2011) - “El yacimiento de Albalat en el contexto del poblamiento medieval en el norte de Extremadura” in FRANCO MORENO, Bruno; ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago (coord.), *Frontera Inferior de Al-Andalus*. Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 147-164.

GIRALT, Josep (1994) - “Jaciment arqueològic del Pla D’Almatà”, *Catalunya Romànica*, XVII. Barcelona: pp. 238-243.

GLICK, Thomas (1988) - *Regadío y sociedad en la Valencia medieval*. Valencia, Del Cenia al Segura.

GLICK, Thomas (1995) - *From Muslim fortress to Christian Castle: Social and cultural change in medieval Spain*. Manchester-New York, Manchester University Press.

GLICK, Thomas (2007) - *Paisajes De Conquista: Cambio Cultural Y Geografico En La España Medieval*. Valencia: Universidad de Valencia.

GOMES, Mário Varela (1998) - “Cerâmicas islâmicas do poço da Hortinhola (Moncarapacho, Olhão)” in DIOGO, João; ABRAÇOS, Hélder (coord.), *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 33-41.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1988) - *Levantamento Arqueológico - Bibliográfico do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2013a) - “Castelo Belinho - Uma residência fortificada almoada” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 141-152.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2013b) - “Torre de Odeceixe - Um novo tipo de arquitectura militar (sécs. XII-XIII)?” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 153-161.

GOMES, Rosa Varela (1988) - “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves”, *Xelb*, nº1. Silves: Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves, pp. 17-294.

GOMES, Rosa Varela (2002a) – “O Século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal” in ARNAUD, José Morais (coord.), *Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. nº 45, pp. 203-220.

- GOMES, Rosa Varela (2002b) - *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2003) - *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2006) - *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2011a) - “El Mundo Rural En El Sur Del Actual Território Português (Siglos XII-XIII)” in SABATÉ, Flocel (Dir.), *Arqueologia Medieval – Els Espais De Secá*, IV, Lleida, Agira, pp. 99-116.
- GOMES, Rosa Varela (2011b) - *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2013) - “Oleicultura no Mundo Muçulmano” in BOHM, Jorge (coord.) - *O Grande Livro da Oliveira e do Azeite: Portugal Oleícola*. Dinalivro, pp. 71-83.
- GOMES, Rosa Varela (2014) - *Arquitecturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Castelo de São Jorge.
- GOMES, Rosa Varela (2020) - “Portuguese Medieval Islamic Archaeology” in SMITH, Claire (Eds.), *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, pp. 1-17.
- GOMES, Rosa Varela (2021) - “Pesca sazonal, no século XII, na costa ocidental do Algarve - o caso da Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur)”. In GONÇALVES, Victor dos Santos (Ed.), *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa - Uniarq, pp. 425-434.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela - (2004) – “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, nº 1. pp. 483-573.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela - (2007) – “Ambiente Natural e Complexo Edificado”, *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur, pp. 51-64.

GOMES, Rosa Varela; ASSUNÇÃO, Vera Teixeira; MIRANDA, Maria João (2001) - "Povoado Muçulmano na Ponta do Castelo (Aljezur): notícia preliminar", *Al Madan*, II série, nº 10, pp. 200-201.

GÓMEZ BECERRA, Antonio (1998): *El poblamiento altomedieval en la costa de Granada*, Granada, Grupo de Investigación: "Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada"/Universidad de Granada.

GÓMEZ BECERRA, Antonio (2000): "La alquería de Batarna (siglos X-XII). Aportaciones de la arqueología al estudio de un asentamiento rural islámico de la costa de Granada", *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, nºs 13-14, pp. 191-225.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2001) - "Catálogo: Cerâmica". In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio - *Museu de Mértola: Arte Islâmica*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 107-187.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2007) - "A cerâmica islâmica no Gharb al-Ândalus". In MILHAZES, Cláudia; REMELGADO, Patrícia (coord.) – *Actas do Colóquio: A Produção de Cerâmica em Portugal: Histórias com Futuro*. Barcelos: Museu de Olaria - Câmara Municipal, pp. 95-116.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014) - *Cerâmica Islâmica de Mértola: Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRANGÉ, Mathieu; LOPES, Gonçalo (2012) - "A cerâmica islâmica no Alentejo", *Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 109-119.

GONÇALVES, Maria José (2012) - "O Barlavento Algarvio", *Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 163-168.

GRILO, Carolina; MARTÍNEZ GÓMEZ, Susana; MARQUES, João António (2014) - "Alqueva entre Roma e o Islão: o povoamento rural na Antiguidade Tardia e início da Época Islâmica" in GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago; LOPES, Virgílio (coord.), *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão = Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam*, Mértola, Campo Arqueológico, pp. 189-243.

GUERRA, Amílcar (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1993) - “Uma fortificação omíada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar)”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, pp. 85-102.

GUICHARD, Pierre (1977): *Structures sociales orientales et occidentales dans l’Espagne musulmane*. Paris, ED. Mouton.

GUICHARD, Pierre (1983) : “Geographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne”, *H.F.O.E.M.M, Travaux de la Maison de l’Orient*, nº 4, pp.87-93.

GUICHARD, Pierre (1990) - *Les Musulmans de Valence et la Reconquête (XIe-XIIIe siècles)*, vol. I, Damasco.

GUICHARD, Pierre (2001) - *Al-Andalus frente a la conquista cristiana. Los musulmanes de Valencia (siglos XIXIII)*. Madrid-Valencia: Ed. Biblioteca Nueva-Universitat de València.

GURRIARÁN DAZA, Pedro (2004) – “Hacia una construcción del poder. Las prácticas edilicias en la periferia andalusí durante el califato”, *Cuadernos de Madinat al-Zahra'*, Vol. 5”. Córdoba: Junta de Andalucía, pp. 297-325.

GURRIARÁN DAZA, Pedro e SÁEZ RODRÍGUEZ, Ángel (2002) – “Tapial o Fábricas Encofradas en Recintos Urbanos Andalusíes”, *Actas do II Congreso Internacional “La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb”*. Algeciras: Fundación El Legado Andalusí, pp. 561-625.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1996): *La Cora de Tudmir. De la antigüedad tardía al mundo islámico. Poblamiento y cultura material*, Madrid, Casa de Velázquez.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia; GRAU MIRA, Ignasi (2013): *De la estructura doméstica al espacio social. Lecturas arqueológicas del uso social del espacio*, Alicante, Universidad de Alicante.

HARRIS, Edward (1991) - *Principios de estratigrafía arqueológica*. Barcelona. Editorial Critica.

HELENO, Manuel (1935) – “Jóias pré-romanas”, *Ethnos*, vol. I, pp. 229-258.

HERNÁNDEZ CHARRO, Maria (2006) - “Agua y poblamiento: Notas sobre la configuración del territorio de Tudela andalusí”, *Studia Historica. Historia medieval*, nº 24, pp. 315-339.

HERNÁNDEZ CHARRO, Maria (2007) - “Las transformaciones de la medina de Tudela y su impacto en el paisaje rural andalusí a raíz de la conquista Cristiana: una cuestión sobre la organización de los sistemas y recursos acuíferos” in ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús (coord.) - *La Ciudad Medieval y su Influencia Territorial*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 381-394.

IDRIS, Hady Roger (1965) - “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus*, vol. 30, pp. 277-290.

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio; THIRIOT, JACQUES (1998) - “Taller de vidrio y casas andalusíes en Murcia. La Excavación arqueológica del Casón de Puxmarina”, *Memorias de Arqueología*, nº13, pp. 419-458.

JIMÉNEZ PUERTAS, Miguel (2002) - *El poblamiento del territorio de Loja en la Edad Media*, Granada, Universidad de Granada.

JUAN ARES, Jorge de; SCHIBILLE, Nadine (2020) - “El vidrio En al-andalus: una historia fragmentada”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (Ediç.) - *Las Artes del Islam II: Vidrios, Marfiles, Metales, Cerámica y Tejidos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 45-240.

JUAN GARCÍA, Antonio de; RETUERCE VELASCO, Manuel (2008) - “Cerámicas almohades de Alcarcos (Ciudad Real) 1195-1212”. In DIOGO, João Manuel (coord.) – *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.

KENNEDY, Hugh (1999) - *Os Muçulmanos Na Península Ibérica: História Política do al-Andalus*. Publicações Europa-América.

KHAWLI, Abdallah (1997) - “La famille des Banu Wazir dans le Garb D’Al-Andalus aux XII et XIII siècles”, *Arqueologia Medieval*, nº 5. Porto: Edições Afrontamento. pp. 23-35.

LEITÃO, André; VIVAS, Diogo (2009) - “A Presença Islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia”. In SILVA, Isabel; MADEIRA, João; FERREIRA, Sofia (coord.) - *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: PSA-Sines-Câmara Municipal de Grândola, pp. 220-229.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016a) - “Alcácer do Sal Durante o Período Muçulmano (IX-XIII)”, *Debates de Arqueología Medieval*, nº 6. Granada, pp. 209-234.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016b) - “A Porta Muçulmana da Alcáçova de Alcácer do Sal”, *Al-Madan, II Série*, nº 20, tomo 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. pp. 80-85.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2017a) - *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): o território e o sistema defensivo*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2017b) - *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal): urbanismo, quotidianos e cultura material*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2017c) - “O Uso da Taipa Militar nas Fortificações Muçulmanas do Actual Território Português”, *al-Madan, II serie (21)*, tomo 2. pp. 113-119.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2019) - “La cerámica islámica de Alcácer do Sal. Del emirato al reino aftasí de Badajoz”. In MALPICA CUELLO, Antonio (dir.); SARR, Bilal (coord.) – *La Granada Zirí y el Universo Beréber*. Granada, Patronato De La Alhambra y Generalife, pp. 162-173. ISBN: 978-84-17518-10-3.

LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2020) - “O armazenamento e a gestão dos recursos nas cidades do Gharb al-Andalus - o exemplo de Alcácer do Sal”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) - *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa, IEM-Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 449-464.

LEÓN MUÑOZ, Alberto (2008-09) – “Hombres! La promesa de Dios es verdadera”...El mundo funerário islâmico en Córdoba (siglos VIII-XIII)”, *Arqueologia Medieval*, nº 4 e 5. Catalunha, pp. 24-49.

LIBERATO, Marco (2011) - *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval, Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LÓPES ALDANA, Pedro (2004) – *Castelo de Aljezur. Sondagens arqueológicas*. Faro: IPPAR - Direcção Regional de Faro. Acedido em: 17 de Março, 2019 em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

LOPES, Gonçalo (2001) - “Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria”, *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.

LOPES, Maria Conceição (2000) - *A Cidade Romana de Beja - Percursos e debates em torno de Pax Iulia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LOPES, Maria Conceição; CARVALHO, Pedro; GOMES, Sofia (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

LOPES, Maria; ALFENIM, Rafael (1994) - “A villa romana do Monte da Cegonha” in CAMPOS CARRASCO, Juan; PÉREZ MACÍAS, Juan; GÓMEZ, Francisco (coord.), *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del Sudoeste*, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 485-502.

LÓPEZ CUEVAS, Fernando (2013) - “La Almunia Cordobesa, entre las fuentes historiográficas y arqueológicas”, *Revista Onoba*, nº 1, pp. 243-260.

LÓPEZ CUEVAS, Fernando (2014) - “Las almunias de Madinat Qurtuba. Aproximación preliminar y nuevos enfoques”, *Anahgramas*, nº 1, pp. 161- 207.

LÓPEZ ELUM, Pedro (1994): *La alquería islámica en Valencia. Estudio arqueológico de Bofilla: siglos XI a XIV*. Valência.

LORENZO JIMÉNEZ, Jesús (2006) - “Arqueología y espacios productivos en el Bajo Arga: la formación del parcelario y del regadío”, *Trabajos de Arqueología Navarra*, nº 19, pp. 407-429.

LORENZO JIMÉNEZ, Jesús (2007) - “Los husún de los Banu Qasi: algunas consideraciones desde el registro escrito”, *Brocar: Cuadernos de investigación Histórica*, nº 31, pp. 79-106.

LORENZO JIMÉNEZ, Jesús; LECANDA ESTEBAN, José; DÍAZ GARAYO, Ernesto (2008) - “Faros y torres circulares: propuestas para el conocimiento de la efectividad del dominio islámico inicial en los territorios del alto Ebro”, in MARTÍ CASTELLÓ, Ramón (ed.), *Fars de L`Islam: Antiques Alimares D`Al-Andalus. Actes del Congrés Celebrat a Barcelona i a Bellaterra els dies 9 i 10 de Novembre de 2006*, Barcelona, EDAR, pp. 239-285.

LOURO, Henrique da Silva (1974) – *Freguesias e Capelas Curadas da Arquidiocese de Évora (séculos XII a XX)*, Évora.

LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2002) - “Escavações arqueológicas nos Paços dos Concelhos de Torres Vedras”, *Al-Madan*, II série, nº 11, p. 252.

MACEDO, Jorge Borges de (1990) - “Setúbal na História Social Portuguesa”, *Setúbal na História*. Setúbal: LASA, pp. 171-190.

MACHADO, José Pedro (1958) – *Influência arábica no vocabulário português*, 2 vol. Lisboa: Álvaro Pinto.

MACHADO, José Pedro (1977) - *Diccionario Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, I vol. Lisboa: Livros Horizonte.

MACHADO, José Pedro (1993) - *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 2ª edição, II vol. Lisboa: Livros Horizonte.

MACHADO, José Pedro (1997) – *Ensaio Arábico – Portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias.

MACIAS, Santiago (1997) – “Resenha dos Factos Políticos” In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal – Antes de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 373-390.

MACIAS, Santiago (2005) - *La kura de Beja et le territoire de Mértola entre l'Antiquité Tardive et la Reconquête Chrétienne*, 3 vols. Dissertação de Doutoramento apresentada à Université Lumière.

- MACIAS, Santiago (2006) - *Mértola – o último porto do Mediterrâneo, Vol. I, II, III*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MAIA, Maria; MAIA, Manuel (2012) - *Tavira Islâmica*. Tavira: Museu Municipal de Tavira/Câmara Municipal de Tavira.
- MALPICA CUELLO, Antonio (1996) - *Poblamiento y castillos en Granada*, Madrid, El Legado Andalusi.
- MALPICA CUELLO, Antonio (1998) - “Las técnicas constructivas en al-Andalus. Un debate entre la Arqueología y la Arquitectura”, *Técnicas Agrícolas Industriais e Constructivas na Idade Media*. Vigo: Universidade de Vigo, pp. 277-336.
- MALPICA CUELLO, Antonio (2003) - *Los castillos en al-Andalus y la organización del territorio*, Badajoz, Universidad de Extremadura.
- MALPICA CUELLO, Antonio (2005) - “La sal en al-Andalus. Poblamiento y explotación de los recursos salineros”, *I Seminário Internacional sobre o Sal Português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, pp. 257-277.
- MALPICA CUELLO, Antonio (2006) - “Un asentamiento fortificado en la frontera nazarí-castellana: Castril de la Peña”, *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 24, pp. 197 – 225.
- MALPICA CUELLO, Antonio (2014) - *Las Últimas Tierras de Al-Andalus: Paisaje y Poblamiento del Reino Nazari de Granada*, Granada. Universidad de Granada.
- MALPICA CUELLO, Antonio. (1999) - “El paisaje del mundo rural andalusi. Bases descriptivas para su análisis”, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 27, pp. 146-153.
- MALPICA CUELLO, Antonio; FERNÁNDEZ NAVARRO; Esteban; GARCÍA GARCÍA, Marcos (2012) - “La alimentación en Madinat Ilbira a partir del análisis de la cerámica y de la arqueozoología”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.) - *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 83 - 100.

MANTAS, Vasco Gil (1993) – “A rede viária romana do território português”. In MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Amadora: Ediclube, pp. 213-230.

MANTAS, Vasco Gil (1996) – “Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado”, *Actas das I Jornadas dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa, pp. 343-370.

MANTAS, Vasco Gil (2012) – *As Vias Romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

MARMOLEJO CANTOS, Francisco (2021) - “Un conjunto de cuevas acantiladas con alquería: el despoblado andalusí de Algaraceite (Casarabonela - Málaga)”, *Lucentum*, XL, pp. 329-343.

MARMOLEJO CANTOS, Francisco; CORTÉS LÓPEZ, Juan (2021) - “Las defensas de ḥiṣn Qannūt (Cañete la Real - Málaga) y la revuelta de los Banū l-Jalī': fortalezas, cerámica y fuentes escritas”, *España Medieval*, 44, pp. 397-423.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1993) – *Nova História de Portugal: Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, Ana (2021) - *O Castelo de Salir: estudo das suas materialidades arqueológicas*. Relatório de Estágio do Mestrado em Arqueologia e Território apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARQUES, António (2000) - “Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte”, *Actas. Beira Interior História e Património*, Guarda, pp. 253-286.

MARQUES, João (2016) - *O povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora.

MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro (2003) - “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales”, *Arqueología y Território Medieval*, nº 10, vol. I. pp. 57-118.

MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro (2012) - “Tras la huella de los almohades. Reflexiones sobre las últimas fortificaciones del Badajoz andalusí”. *Cuadernos de Arquitectura y Fortificación*. La Ergástula, pp. 55-76.

MARTÍ, Ramon (2013) - “Las redes de faros en Cataluña oriental: un programa edilicio del primer Estado andalusí”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 1, Lisboa, Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 19-28.

MARTÍ, Ramon; NEGRE PÉREZ, Joan (2014) - “Fortificaciones y edificación de prestigio en el extremo oriental de la marca superior: Turtusa y su entorno”, in SABATÉ, Flocel; CURULL, Jesús (coord.), *Arqueologia Medieval: la Ciutat*, Barcelona, Pagès editors, pp. 255-275.

MARTÍN CIVANTOS, José (2002) - “Ensayo de análisis comparativo de técnicas, materiales y tipos constructivos en las fortificaciones medievales del Zenete (Granada)”, *Miscelánea Medieval Murciana*, vols. 25-26, pp.183-229.

MARTÍN CIVANTOS, José (2008) - *Medio ambiente y arqueología medieval*, Granada, Alhulia.

MARTÍN CÓRDOBA, Emilio, MELERO GARCÍA, Francisco; SALADO ESCAÑO, Juan (2016): “El poblamiento altomedieval en la Axarquía de Málaga”, *Mainake*, nº. 36, pp. 289-334.

MARTÍNEZ CASTRO, Antonio (2003) - “Breves notas sobre la funcionalidad de las torres islámicas de la campiña de Córdoba”, *Antiquitas*, nº 15, pp. 79-83.

MARTÍNEZ CASTRO, Antonio (2010) - *La Carlota: evolución histórica de un territorio*, Córdoba, Diputación de Córdoba.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio (1996) - “La Terminología castral en el territorio de Ibn Hafsun”, *Actas I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, Algeciras, Ayuntamiento de Algeciras, Fundación Municipal de Cultura "José Luis Cano", pp. 33-78.

MARTINEZ SALVADOR, Carmen (2004) – “El ribat en al-Andalus: enclaves militares y centros de transmisión mística (siglos IX-XI d.C.)”. In FRANCO SÁNCHEZ, Francisco

(coord.); FERRER, Mikel de Epalza (dir.congr.) - *La Rábita en el Islam: Estudios Interdisciplinarios*. Universitat d'Alacant/Universidad Alicante, pp. 49-58.

MARTINS, Artur; ARNAUD, José (1991) - *Relatório dos Trabalhos de prospecção arqueológica no âmbito do protocolo IPPC/Portucel na área do concelho de Alcácer do Sal*.

MATIAS, Henrique; SIMÃO, Inês (2016) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Minimização de Impactes sobre o Património decorrentes da execução dos Blocos de Rega de Vale do Gaio: Fase de Obra, Sondagens Arqueológicas, Atalaia da Quinta, Alvito*. Era-Arqueologia, S.A.

MATIAS, Henrique; SIMÃO, Inês; NUNES, Tiago (2016) – *Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução dos Blocos de Rega de Vale do Gaio (Fase de obra) e do Adutor de Vale do Gaio (troço 4): Fase de obra. Sondagens Arqueológicas. Horta do Pinheiro 5. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Era-Arqueologia, S.A.

MATTEI, Luca (2013) - *Los castillos de frontera nazaríes y sus precedentes en los montes occidentales de Granada: un análisis espacial y del territorio*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Granada.

MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da (1992) - “Abul: um estabelecimento orientalizador do século VII a.C. no Baixo Vale do Sado”, *Setúbal Arqueológica*, vol. IX-X, pp. 315-333.

MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da (2017) - “Olarias Romanas do Sado”. In FABIÃO, Carlos; RAPOSO, Jorge; GUERRA, Amílcar; SILVA, Francisco (Eds.) - *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ/CMS/CAA, pp. 221-237.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1992) - “Quelques éléments du signifié de madfna: l'emploi de ka chez al-Idrissi”. *Shark al-Andalus*, nº 9, pp. 187-195.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1996) - *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1998) - “Hisn. Qal’a. Qasaba...Chez Al-Idrisi”. *Qurtuba – Estudos Andalusíes*, nº 3, pp. 95-111.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2004) - “Les Villes d'al-Andalus sous l’oeil des voyageurs (X^e-XV^e siècle)”. *Annales de Bretagne et des Pays de L’ouest – Estudos Andalusíes*, tomo III, nº 1, pp. 25-45.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2011) - “Los territorios urbanos de las ciudades andalusíes: perspectivas de estudio”. In MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio (ed.) – *I Congreso Internacional – Escenarios Urbanos de al-Andalus y el Occidente Musulmán*. Málaga: Escuela de Estudios Árabes, CSIC (Granada), pp. 17-43.

MELRO, Samuel; GONÇALVES, Alexandre; CLÉLIA, Sandra (2004) - “Intervenção Arqueológica nos Alcariais dos Guerreiros de Cima”, *Era-arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*, nº 6, pp. 62-81.

MORAN, Elena; PARREIRA, Rui; SACHEZ LIRANZO, Olga (2005) - “Monte Canelas (Alcalar, Portimão). Trabalhos arqueológicos de salvamento de um habitat de época islâmica no Barrocal Algarvio”, *Xelb*, nº 5, pp. 133-156.

MORENO GARCÍA, Marta; DAVIS, Simon (2001) - “Estudio de las asociaciones faunísticas recuperadas en Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa”, *Garb: Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa/Mérida, IPPAR/Junta da Extremadura, pp. 231-255.

MORENO GARCÍA, Marta; GABRIEL, Sónia (2001): “Faunal remains from e islamic contexts at Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, Lisbon”, *Trabalhos do Cipa*, 20. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (2012): “Ossos no lixo: o contributo arqueozoológico para o estudo da alimentação na Mértola Islâmica” in Gómez Martínez, Susana (coord.) - *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Campo Arqueológico de

Mértola/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 153-176.

MORGADO, Adriana Ferreira (2016) - *Percurso| Arqueologia | Definição de Um Lugar*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa.

NAVARRO LUENGO, Ildefonso; BRAVO JIMÉNEZ, Salvador; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Luis; SUÁREZ PADILLA, José (1998): “Turrus Jusayn y Munt Nis: una propuesta de identificación para dos fortificaciones hafsuníes en la costa occidental malagueña”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en Al-Andalus*, pp. 433-440.

NAVARRO PALAZÓN, Julio (1986) - *La cerámica islámica en Murcia. Volumen I: Catálogo*, Murcia: Centro Municipal de Arqueología e Ayuntamiento de Murcia.

NAVARRO PALAZÓN, Julio; CASTILLO JIMÉNEZ, Pedro (2009) - “Arqueología del baño andalusí: notas para su comprensión y estudio”. In IGLESIAS GIL, José Manuel (ed.) - *Cursos sobre el Patrimonio Histórico 13: Actas de los XIX Cursos Monográficos sobre el Patrimonio Histórico*. Universidad de Cantabria / Ayuntamiento de Reinosa, pp. 71-113.

NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro (1997) - *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia: Platería 14. Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*. Murcia: Centro de Estudios Arabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”.

NEVES, Maria João; FÉLIX, Paulo; Gonçalves, Cristina; DIAS, Gina (2009) - *Casal do Mortal/Terrenos do futuro hospital de Loures – Sondagens prévias para diagnóstico arqueológico. Relatório Final de Intervenção de Arqueologia Preventiva*, Coimbra, Dryas Arqueologia, Processo 2003/1(528), Arquivo de Arqueologia, IGESPAR, IP.

NOBRE, Luís Filipe da Silva (2015) – *Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico - Construção do Adutor de Vale do Gaio (Troço 4)*. EDIA: Torrão.

NOLEN, Jeannette (1994) - *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares (Balsa) incluindo o espólio ósseo e medieval*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.

- OLIVEIRA, Clara; ROCHA, Leonor (2012) – “*Contributo para o conhecimento da arqueologia romana no Alentejo Central*”. In OLIVEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Jorge; PATRÍCIO, Manuel (coord.) - *Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas, Vol.III*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos/ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos/ Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 69-80.
- OLIVEIRA, Jorge, SARANTOPOULOS, Panagiotis, BALESTEROS, Carmen (1994-1995) - “Antas-capelas e capelas junto a antas no território português: elementos para o seu estudo”. In *A Cidade de Évora*. II série, nº 1. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 287-328.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael (1994) - “O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana”, *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, nº 46. Actas do Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, pp. 215-264.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael (2001a) - “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli”, *Arqueologia Medieval*, nº 7. Mértola: Edições Afrontamento, pp. 197-209.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael (2001b) - “Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal)”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 369-383.
- PALMA, Maria Fátima (2020) - “Um território, múltiplos recursos. Dados para a investigação em época islâmica no termo de Mértola”. In PALMA, Maria de Fátima; LOPES, Virgílio (ed.) - *O Território e a Gestão dos Recursos entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico*. Granada: Editorial Alhulia, Nakla Colección de Arqueología y Patrimonio, nº 24, pp. 321-359.
- PALMA, Maria Fátima; SARR, Bilal (2021) - “Projecto IACAM – Intervenções Arqueológicas no Cercado das Alcarias Mesquita - Mértola. Primeira Campanha de

trabalhos/2021”, *Kairós - Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*, nº 12. CEAACP-UC/CAM/UALG, pp. 34-63.

PASSÃO, Telmo (2015) - *De território Romano a Condado Medieval. A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

PAULO, Luís Campos (2006) - *Tavira Islâmica. A Cidade e o Território* (tese de mestrado), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PAVÓN MALDONADO, Basilio (1993): *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas - Crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional.

PEREIRA, Manuela (2012) - “Cerâmicas islâmicas do Castelo de Montemor-o-Novo”, *Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 121-128.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2000) - *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa: Edições Colibri.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes; BARROS, Maria Filomena Lopes de (2021) - *Um olhar sobre Alcácer do Sal a partir dos três forais de 1170, 1218 e 1516 e breves apontamentos de uma história mais recente*. Coimbra: Edições Almedina.

PEREIRA, Paulo Alves; GALHANO, Carlos (2019) – “A Atividade Metalúrgica e a Olaria de Sines Romana: dados preliminares”, *al-madan*, II série, nº22, tomo 3, pp. 20-37.

PEREIRO, Tiago (2020) - *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Prospeção Geofísica (Magnometria). Villa Romana de Santa Catarina de Sítimos*. Alcácer do Sal.

PÉREZ AGUILAR, Luis (2013): “Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí”, *Medievalista*, nº 14.

PÉREZ MACÍAS, Juan (2002) - *El poblamiento andalusí en la campiña de Bonares (Huelva)*, Bonares, Ayuntamiento de Bonares.

- PÉREZ MACÍAS, Juan (2013) - “El asentamiento rural almohade de la Alquería (Hinojos, Huelva)” in JIMÉNEZ AVILA, Javier; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; GARCÍA CABEZAS, Miriam (coord.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Villafranca de los Barros - Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 2053-2072.
- PICARD, Christophe (1997) - *L'Océan Atlantique musulman : de la conquête arabe à l'époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*. Paris: Unesco.
- PICARD, Christophe (2000) - *Le Portugal musulman (VIIIe - XIIIe siècle): l'occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- PIRATA, Vânia (2012) - *Trabalhos de Arqueologia - Relatório Final - Acompanhamento Arqueológico do Circuito Hidráulico de Vale do Gaio*. Ecovisão.
- PIRES, Alexadra; FERREIRA, Mulize (2003) - “Povoado Islâmico da portela 3: Resultados preliminares”, *Xelb*, nº 5, pp. 279-306.
- PIRES, Hélio (2017) - *Os Vikings em Portugal e na Galiza - As Incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*. Sintra: Zéfiro.
- PONTE, Salete da; FERREIRA, Rui; MIRANDA, Judite (2002) - “Intervenção Arqueológica no castelo de Tomar” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 423-438.
- QUEIROZ, Paula; MATEUS, José (2012) - “As plantas no quotidiano do mundo islâmico. Vestígios arqueobotânicos do sul de Portugal”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.) - *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Mértola/Porto: Afrontamento, 2012, pp. 177-199.
- QUESADA, Tomás (1994): *El paisaje rural en la campiña de Jaén en la baja edad media segun los Libros de las Dehesas*, Jaén, Universidad de Jaén.
- QUESADA, Tomás (1995): “Formas de poblamiento en un área rural de Al-Andalus: el valle del río Jandulilla “, *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 2, pp. 5-24.

- QUESADA, Tomás (1998): “Poblamiento y fortificación del territorio en los siglos XII-XIII. El caso de las sierras meridionales de Jaén” in MALPICA CUELLO, Antonio (coord.) - *Castillos y Territorio en Al-Andalus*, Granada, Athos-Pérgamos, pp. 141-163.
- RAPOSO, Luís; CARDOSO, João Luís (2000) – “A gruta da Figueira Brava (Setúbal) no contexto do Paleolítico Médio Final do Sul e Ocidente Ibéricos”, *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 14), pp. 7-19.
- REGALA, Frederico Tátá; GOMES, Esmeralda (2000-2004) - *Património Arqueológico de Alcácer do Sal: Relatório Geral das Intervenções*. IPPAR.
- REGO, Miguel (2003) - “A ocupação islâmica de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, pp. 69-82.
- REI, António (2005) - “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘îd al-Maghribî”, *Medievalista*, nº1.
- REI, António (2007) - “ Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) - novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: IEM / FCSH - UNL/Livros Horizonte, pp. 60-71.
- REI, António (2012) - *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. – XI h. / XVII d.c.)*, IEM – Instituto de Estudos Medievais.
- REI, António (2020) - “ Vegetais nos mercados do Ġarb al-Andalus (séculos VIII-XIII). Entre a arqueobotânica e os textos”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (coord.) - *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 589-605.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1984) - “Cerámicas islámicas procedentes de Torete (Guadalajara): nuevos datos sobre los grupos cerámicos de la Marca Media”, *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, nº 20, pp. 339-357.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1986) - “Cerâmica islâmica de Cidade das Rosas, Serpa (Portugal)” in ZOZAYA, Juan (coord.), *Actas del segundo Coloquio Internacional*

de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental, Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 85-92.

RETUERCE VELASCO, Manuel, COBOS GUERRA, Fernando (2004) - “Fortificación islámica en el Alto Duero versus fortificación cristiana en el Alto Duero”, in CASA MARTÍNEZ, Carlos; MARTÍNEZ, Yolanda (coord.), *Cuando las Horas Primeras: en el Milenario de la Batalla de Calatañazor*, Soria, Universidad Internacional Alfonso VIII, pp. 229-257.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU Suzanne (1991) - *Geografia de Portugal*, vol. IV, *A Vida Económica e Social*. Lisboa: João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1987) - *Geografia de Portugal*, vol. I, *A Posição geográfica e o território*. Lisboa: João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1999a) - *Geografia de Portugal*, vol. II, *O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa, João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1999b) - *Geografia de Portugal*, vol. III, *O Povo Português*. Lisboa: João Sá da Costa.

RIQUELME CANTAL, José Antonio (1993) – “Estudio Faunístico del yacimiento medieval de Plaza España, Motril (Granada)”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, pp. 243-260.

ROCHA, Artur (2008) - *Relatório de Trabalhos Arqueológicos - Descritor Património (Relatório Preliminar) - Estudo de Impacte Ambiental - Empreendimento Turístico da Herdade de Porches - Fase 2*. Lisboa: Terralevis.

ROCHA, Artur (2009) - *Relatório de Trabalhos Arqueológicos - Descritor Património - Estudo de Impacte Ambiental (Estudo Prévio) - Empreendimento Turístico da Herdade de Porches - Fase 1*. Lisboa: Terralevis.

ROCHA, Leonor; SANTOS, Ivo; BRANCO, Gertrudes (2013) - *Património(s) de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.

ROCHA, Leonor; CERRILLO CUENCA, Enrique; DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo; SANTOS, Ivo; GARRIDO, Raquel Liceras; QUINTERO CABALLERO, Sergio; NARANJO MENA, Jairo; LÓPEZ LÓPEZ, Adara (2013) - “Resultados preliminares das prospecções arqueológicas do projeto sado-meso: novos dados sobre o povoamento

histórico na bacia do rio sado (Portugal)” in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.), *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 165-169.

SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando; SOARES, Isabel (2005) - “A “Alcaria” de Arge – Portimão”, *Xelb*, nº 5, pp. 201- 212.

SALAS ÁLVAREZ, Jesús de la Ascensión; MESA ROMERO; Manuel (2001) -“La Dehesa de Puñana: una alquería almohade en el sur del Aljarafe sevillano”, *Boletín Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº 41, pp. 131-148.

SANCHEZ ROMERO, Alfonso; MOLINA DELGADO, Julián (1994) - *Torreones y Fortificaciones en el Sur de Córdoba*. Córdoba. Cajasur Publicaciones.

SANTOS, Filipe (2007) - “O povoado islâmico dos alcariais de Odeleite. Uma Qarya no Algarve Oriental. Primeiro resultados”, *Vipasca - Arqueologia e História*, 2 (2), pp. 571-589.

SANTOS, José (2016) - *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII a X*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

SARR, Bilal (2018a) - “Poblamiento e intercâmbios en torno al mar de Alborán (siglos VIII-XV). Balance y perspectivas”. in SARR, Bilal (ed.) – *Alborán. Poblamiento e intercambios en las zonas costeras de al-Andalus y el Magreb*. Salobreña-Granada: Alhulia, pp. 411-446.

SARR, Bilal (2018b) - *Alborán. Poblamiento e intercambios en las zonas costeras de al-Andalus y el Magreb*. Salobreña-Granada: Alhulia.

SÉNAC, Philippe (1988) - “Note sur les Husun de Lérida”, *Melanges de la Casa de Velázquez*, nº 24, pp. 53-70.

SÉNAC, Philippe (1991) - “Poblamiento, hábitat rurales y sociedad en la Marca Superior de al-Andalus”, *Aragón en la Edad Media*, nº 9, pp. 389-402.

SÉNAC, Philippe (2007) - “Paysans et habitats ruraux de la Marche Supérieure d'al-Andalusles données des textes et de l'archéologie”, *Movimientos Migratorios*,

Asentamientos y Expansión, (siglos VIII-XI), XXXIV Semana de Estudios Medievales, Estella, Navarra, Gobierno de Navarra - Institución Príncipe de Viana, pp. 77-104.

SÉNAC, Philippe (2012) - “De la madina à l'almunia. Quelques réflexions autour du peuplement musulman au nord de l'Èbre”, *Annales du Midi: Revue de la France Méridionale*, nº 278, pp. 183-201.

SERRANO PEÑA, José Luis; CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos (2000) - “Las necrópolis medievales de Marroquíes Bajos (Jaén). Avance de las investigaciones arqueológicas”, *Arqueología y Territorio Medieval*, vol. 7. Jaén, pp. 93-120.

SEVILLA ISIDRO, Lorenzo ; GARCIA DIAZ, Margarita; GOMEZ ARROQUIA, Maria Isabel; MARISCAL RIVERA, Domingo; TORRES ABRIL, Francisco (2003) - “Poblamiento medieval en Castellar de la Frontera. Nuevas Aportaciones”, *Almoraima*, nº 29, pp. 199-211.

SIDARUS, Adel; REI, António (2001) - “Lisboa e Seu Termo Segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, pp. 37-72.

SILVA, Ana Raquel (1997) - “A cerâmica medieval da Gruta do Caldeirão, Tomar. Primeira abordagem”. In BATATA, Carlos (coord.), *Tomar (as origens de) - Carta Arqueológica do Concelho*, Tomar, Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar, pp. 313-319.

SILVA, Ana Raquel; BARBOSA, Pedro Gomes (2003) - “Cerâmica de tradição muçulmana da villa romana de Frielas (Loures)”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, pp. 109-127.

SILVA, António; SILVA, Ricardo (2005) - “Resultados da Intervenção no Sítio Arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, nº 2, pp. 55-106.

SILVA, Carlos Guardado da (2010) - *Lisboa Medieval: A Organização e Estruturação do Espaço Urbano*. Lisboa: Edições Colibri.

SILVA, Carlos Tavares da (1983) - “Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal: 5000 anos de História”, *Al-Madan*, nº I, 1ª série, pp. 1-3.

SILVA, Carlos Tavares da ; SOARES, Joaquina (2013) - “Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta”. In SOARES, Joaquina (ed.) - *Setúbal Arqueológica volume 14: Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal*. Setúbal, MAEDS, pp. 145-170.

SILVA, Carlos Tavares da ; SOARES, Joaquina (2014) - “O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura”. In SILVA, Carlos Tavares da (coord.) - *Setúbal Arqueológica volume 15: II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal, MAEDS, pp. 105-172.

SILVA, Carlos Tavares da ; SOARES, Joaquina (2018) - “Cerâmica comum romana”. In SILVA, Carlos Tavares da (coord.) - *Caetobriga. O sítio Arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, vol . 17*. Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 143-160.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1986) – “Intervenção arqueológica na vila do Torrão: ocupação calcolítica”, *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina ; CARDOSO, João Luís (1995) - “Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia : Elementos para um estudo comparado” in KUNST, Michael (coord.) - *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras 3 - 5 Abril 1987 (Trabalhos de Arqueologia 7)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 159-168.

SILVA, Carlos Tavares; GOMES, Rosa Varela (2001) - “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 347-356.

SILVA, Ricardo Costeira da; FERNÁNDEZ, Adolfo; CARVALHO, Pedro (2015) - “Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 18, pp. 237-256.

SILVÉRIO, Silvina (2001) - *Sítios Islâmicos de Alcaria – Aljezur (séculos VIII-XIII). Memórias Arqueológicas 1*, Aljezur, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/Câmara Municipal de Aljezur.

SIMON GARCIA, José Luis (2014) - “El Poblamiento Islámico de las tierras de Alcalá del Júcar (siglos VIII Aal XIII).”. In LÓPEZ SANZ, Gregorio (coord.) – *Alcalá del Júcar: Piedra, Tierra y Agua*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel” Excma. Diputación de Albacete, pp. 53-83.

SOARES, António Monge (1992) – “A basílica paleocristã de Vila Verde de Ficalho (Serpa)”, *IV Reunião de Arqueologia Paleocristã Hispânica – Livro dos Resumos*. Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, pp. 122-125.

SOARES, António Monge; BRAGA, José Rodrigues (1986) - “Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa”, *Arquivo de Beja*, 2ª série, Vol. III, pp. 167-198.

SOARES, António Monge; SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia (1997) – “A Necrópole Paleocristã do Assento do Chico Roupá (Vila Verde de Ficalho, Serpa)”, *Arqueologia Medieval*, nº5, pp. 23-33.

SOARES, Joaquina (2002) - “MAEDS – Trabalhos arqueológicos, novas estratigrafias para a história de Setúbal”, *Al-Madan*, nº 11, pp. 250-251.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (1982) - “Castelo de Alcácer do Sal”, *Informação Arqueológica*, vol. 2, pp. 73-76.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (1994/1997) – “O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, série III, 7/9, pp. 102-112.

SOLER DEL CAMPO, Alvaro e ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1989) - “Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional”. In FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier (ed.) - *III Congreso de Arqueología Medieval Española, Actas III Comunicaciones*. Oviedo : Universidad de Oviedo, pp. 265-274.

SOUSA, Elisa de, ARRUDA, Ana Margarida (2014) – “A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos)”, *Revista Onoba*, nº 2, pp. 55-90.

STIERLIN, Henri (2002) - *Islão: de Bagdade a Córdoba- A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*. Hohenzollernring : Taschen.

TAHIRI, Ahmed (2001) - *Agricultura y poblamiento rural en Sevilla durante la época 'Abâdî*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla.

TENTE, Catarina (2010) - *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TENTE, Catarina (2018) - “Os últimos 30 anos da Arqueologia Medieval portuguesa (1987-2017)”. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.): *Treinta años de Arqueología Medieval en España*. Oxford, Archaeopress Publishing LTD, pp. 49-94.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1943) - “La mezquita de la alcazaba de Badajoz”, *Al-Andalus*, vol. III, fasc. 2. Madrid-Granada, pp. 466-470.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1985) - *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) - *O Legado Islâmico em Portugal*. Lisboa: Fundação Circulo de Leitores.

TORRES, Cláudio; PALMA, Manuel Passinhas; REGO, Miguel; MACIAS, Santiago (1991) - “Cerâmica Islâmica de Mértola - propostas de cronologia e funcionalidade”. In SILVA, Luis Alves da; MATEUS, Rui (coord.) - *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-536.

TORRÓ, Josep (1990) - *Poblament i espai rural. Transformacions històriques*, Valencia, Edicions Alfons el magnànim, Institució Valenciana d'Estudis e Investigació.

TORRÓ, Josep (1992) – *La formació d'un espai feudal. Alcoi de 1245 1305*. Valencia: Disputación de Valenciana.

TORRÓ, Josep (1998) - “Fortificaciones en Yibāl Balansiya. Una propuesta de secuencia” in MALPICA CUELLO, Antonio (coord.) - *Castillos y Territorio en Al-Andalus*, Granada, Athos-Pérgamos, pp. 385-418.

- TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2003a): *Agua y paisaje en Granada: una herencia de Al-Andalus*, Granada, Sección de Publicaciones, Diputación de Granada.
- TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2003b) - *Una sociedad rural en el Mediterráneo medieval: el mundo agrícola nazarí*, Granada, Alvarez García.
- TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2004) - *Agua, Tierra y Hombres en Al-Andalus: La dimensión agrícola del mundo nazarí*, Granada, Ajbar.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1985) - *La alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la puerta del Pilar*. Madrid: Ministerio de Cultura - Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1988) - “Arqueología de Al-Andalus: de la conquista árabe a la extinción de las primeras Taifas”, *Historia General de España y América*, vol. III, pp. 545-617.
- VALLESPÍN GÓMEZ, Olga; SERRANO HERRERO, Elena; LÓPEZ MARTÍN, Miguel; MARÍN PERELLÓN, Francisco (1990) - “Excavaciones en el solar ‘Casa de San Isidro’”, *Madrid del siglo IX al XI*. Madrid: Comunidad de Madrid, pp. 287-296.
- VALOR PIECHOTTA, Magdalena (2002) – “Las fortificaciones medievales en la Provincia de Sevilla”. In VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.) – *Castillos de España*. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, pp. 27-34.
- VALOR PIECHOTTA, Magdalena (2008) - *Sevilla Almohade*. Málaga: Sarria.
- VALOR PIECHOTTA, Magdalena; HENARES GUERRA, María (2002) – “La fortaleza de Cote (Montellano, Sevilla)”. In VALOR PIECHOTTA, Magdalena (coord.) – *Castillos de España*. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, pp. 53-62.
- VAQUEIRA, Livia (2015) - *O Sítio da Torre Velha 3 entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: contextos materiais do “Ambiente II”*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1898) – “Excursão Archeologica ao Sul de Portugal”, *O Arqueólogo Português*, vol. IV, nºs 1 a 6, 1ª serie. Lisboa, pp. 103-134.

VASCONCELLOS, José Leite de (1914) – “Excursão archeologica à Extremadura Transtagana – Alcácer do Sal”, *O Arqueólogo Português*, vol. XIX, nºs 7 a 12, 1ª serie. Lisboa, pp. 300-308.

VASCONCELLOS, José Leite de (1927) – *De Terra em Terra – Excursões Arqueológico-Etnográficas através de Portugal (Norte, Centro e Sul)*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

VIANA, Abel (1948) - “Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo (Alcácer do Sal)”, *Arquivo de Beja*, vol. V, pp. 3-62.

VIANA, Abel (1949) - “Beringel (notas monográficas)”, *Aquivo de Beja*, vol. IV, 1ª Série. Beja: Camara Municipal de Beja, pp. 153-185.

VIANA, Abel (1960) – “Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo Senhora da Cola”, *Arquivo de Beja*, vol. XVII, pp. 38-231.

VIDAL CASTRO, Francisco (2004) - “Paisajes del agua en al-Andalus”. In ROLDÁN CASTRO, Fátima (coord.) - *Paisaje y Naturaleza en Al-Andalus*. Granada: Fundación El Legado Andalusi, pp. 139-157.

VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (1999) - “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, nº 2, pp. 105-186.

VILHENA, Jorge; GRANGE, Mathieu (2008) - “Premières données archéologiques sur le Baixo Mira durant le haut Moyen Âge (VIIe-XIe siècle): Études de cas et problématiques générales”, *Vipasca. Arqueologia e História*, nº 2 (Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular). Aljustrel, pp. 542-558.

VILLADA PAREDES, Fernando; GURRIARÁN DAZA, Pedro (2013) - “Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del Califato Omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tânger, Ceuta)” In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. I. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 51-62.

WATSON, Andrew Murray (1998) - *Innovaciones en la agricultura en los primeros tempos del mundo islámico*. Granada: Universidad de Granada e el Legado Andalusi.

WHEELER, Mortimer (1954) - *Archaeology from the earth*. London: Oxford Clarendon Press.

ZBYSZEWSKI, G.; TELLES ANTUNES, M., FERREIRA, O. (1976) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 39-A, Águas Moura*. Lisboa.

ZOZAYA, Juan (1994) - “Fortificaciones tempranas”, *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*. Palencia: Excma Dptucación Provincial de Palencia, pp. 71-146.

ZOZAYA, Juan (2000) - “Algunas sugerencias sobre el estudio del vidrio en al-Andalus”. In CRESSIER, Patrice (Ediç.) - *El vidrio en al-Andalus*. Madrid: Casa de Velázquez/Fundación Centro Nacional del Vidrio, pp. 63-81.

ZOZAYA, Juan (2004) - “Asentamientos islámicos en la región de Madrid”, in TURINA GÓMEZ, Araceli; PÉREZ NAVARRO, Amalia; QUERO CASTRO, Salvador (coord.), *Testimonios del Madrid Medieval: el Madrid Musulmán*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid, Museo de San Isidro, pp. 43-79.

ZOZAYA, Juan (2005) - “Toponimia árabe en el Valle del Duero”, in BARROCA, M.; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*, Lisboa, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 17-42.